

Nº

01749



ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

DOCUMENTOS/INFORMAÇÕES REFERENTES A:

GREVES - 1979

PT 1072 a. 130



IRMO CELSO

Portão da Volkswagen, quarta-feira passada: em São Bernardo, a greve acabou sem incidentes, depois que...

Brasil

# Depois do confronto.

*Passada a punição, começa a conversa. O governo oferece uma nova legislação trabalhista e os sindicatos querem discutir. Dará certo?*

**F**oi apenas um gesto, imediatamente compreendido a 1 000 quilômetros de distância. As coisas pareciam malparadas na manhã do sábado, dia 24, depois que a porta do entendimento das empresas metalúrgicas do ABC paulista com seus 200 000 operários em greve se fechara, na véspera, com a intervenção nos três sindicatos rebeldes da região — e o conseqüente afastamento de seus dirigentes. A volta ao trabalho era inevitável, sabiam todos. Mas temia-se que soresse, entre os despojos do movimento, um azedume perigoso, um mal-estar que no futuro haveria de pesar na ba-

lança do julgamento político do recém-instalado governo Figueiredo.

Naquela manhã quente de Brasília, essa era a principal preocupação do ministro do Trabalho, Murillo Macedo, o responsável formal pela intervenção, quando tocou o telefone em sua residência. A chamada era de São Paulo. E do outro lado da linha, ele reconheceu a voz de ninguém menos do que Luís Ignácio da Silva, o presidente do Sindicato de São Bernardo do Campo — que assumiu a liderança indisputada da greve, e com ela, aos 33 anos de idade, tornou-se a personagem mais importante do sindicalismo brasileiro.

Surpreendido, o ministro começou a falar depressa — enquanto pensava. É difícil reproduzir com precisão o diálogo que se seguiu, mas é certo que, a partir dele, começou a se desmontar o mais rude — e mais sério — confronto trabalhista do pós-64 no Brasil.

“Nós estamos fazendo História neste país”, disse o experiente Macedo, um mineiro-paulista de 55 anos, ex-bancário e ex-diretor de banco, parceiro de confiança dos ministros Mário Henrique Simonsen e Golbery do Couto e Silva. “Estamos vivendo um momento muito importante, porque o processo democrático está nas nossas mãos”.

PT 10710-130





Editora Abril

Editor e Diretor: VICTOR CIVITA

Diretores: Edgard de Sílvia Faria, Richard Civita, Roberto Civita,

Revista Semanal de Informação

REDAÇÃO

552

Diretor de Redação: José Roberto Guzzo
Diretor Adjunto: Sérgio Pompeu
Redator-chefe: Carmo Chagas
Editores: Alexandre de Faria Machado, Emílio K. Matsumoto, Geraldo Mayrink, Mário de Almeida, Roberto Pompeu de Toledo
Editoras-Assistentes: Alfio Beccari, Antônio C. Augusto, Augusto Nunes, Claudio Carri, Decio Bar, Humberto Werneck, Jairo Arco e Flixia, Jorge Escostaguy, J. A. Dias Lopes, José Paulo Kupfer, Luiz Henrique Fruet, Luis Nassif, Luiz Nels, Oswaldo Martins, Paulo Moráira Leite, Paulo Sotero, Regina Echeverria, Renato Pompeu, Ricardo A. Satti, Selma Santa Cruz, Sérgio de Oliveira, Sérgio Sistor, Tales Alvarenga
Tradutor: Hansch Schechter
Assistente Administrativo: David Rodrigues Mendonça

Departamento de Informações

SÃO PAULO - Repórteres: Antônio Carlos Fan, Antônio Carlos Guida, Carlos Maranhão, Carmem Cagno, Francisco J. Maffanti, Lígia Martins de Almeida, Lucília Camargo, Suzana Verissimo, Tânia Maria Mendes; Sônia Santos (produção); Sebastião Magalhães de Almeida (Análisis de Investimentos)
RIO DE JANEIRO - Chefe: Zuñir Ventura; Assistente de chefes: Cláudio Bojunga; Editoras-Assistentes: Carlos Alberto de Oliveira, Flávio Pinheiro; Repórteres: Artur Xexé, Eze Spitz, Franklin Campos, Joaquim F. dos Santos, Lúcia Rito, Miriam F. Lage, Octávio Barros Costa, Regina Barreiros, Roberto Lopes - do Passeio, 55, 11º andar, fone: 244-2022 (tele: 021222674 - BRASÍLIA - Chefe: Dirceu Brisola; Editoras-Assistentes: Alberto Sardenberg, Hélio Marcos Doyle; Repórteres: Eliane Cantanhede, João Carlos Pedroza, Ed. Central, sala 1, 301 e 1303 - Setor Comercial Sul, fone: 224-2400, tele: 06111464 - BELO HORIZONTE - Chefe: Carlos Lindenberg Spínola; Repórteres: Gleizer Neves, Mário Láz Leitte - r. Alvarés Cabral, 908, fone: 335-4129, tele: 03111035 - CURITIBA - Chefe: Hélio Teófilo; Repórteres: Pedro Fráncio Cruz e Teresa Furtado - r. Fernandes de Barros, 491 - 1º andar, fone: 62-8942, tele: 04116278 - PORTO ALEGRE - Chefe: Luis Cláudio Cunha; Repórteres: Adélia Paula de Silva e Paulo de Castro, 285, fone: 23-8502 e 23-8446, tele: 05111092 - RECIFE - Chefe: José Maria Andrade; Repórteres: Luiz Ricardo Leitão, Ricardo Carvalho, Romildo Ferreira Porto e Terezinha Nunes - r. Siqueira Campos, 451 - 8º andar, fone: 224-8888 - tele: 03111184 - SALVADOR - Chefe: Ricardo Nobre; Repórter: José Barreto - r. Itabuna, 304 - Rio de Janeiro, fone: 247-0580; tele: 07111180 - PARIS - Pedro Cavalcanti e Pedro de Souza - LONDRES - Jader de Oliveira - BONN - Carlos Struwa - ROMA - Marco Antonio de Rezende - WASHINGTON - Roberto GOMON - MEXICO - Judith Fátima de Odiola Licon - MADRI - Eric Nopomuceno - MEXICO - Wladir Dupont - TELAVIVE - Alessandro Porto

Correspondentes: Montgomery Holanda (Terésina), Aldo Grangeiro (Florianópolis), Giro Pinheiro (Porto Velho), Silbimbe Augusto de Souza (Belém), JB Amado (Vitória), João Silva (Macapá), José Chalub Leite (Rio Branco), Paulo F. T. Moraes (Araçáju), Mário Antônio (Manaus)
Colaboradores: Luiz Carlos Maciel, Millôr Fernandes, Olivio Tavares de Araújo, Paulo Peddigão, Târik de Souza

Fotografia

Editor: Sérgio Sade
Chefe: Clodomir Bezerra
Fotógrafos: Irmo Ceiso, Pedro Martinelli (São Paulo); Chico Nelson, Walter Firmo (Rio); Rafael Namba, Silberman Gutierrez (Rio de Janeiro); Andréio (Belo Horizonte); Ricardo Chaves (Porto Alegre); Antônio Andrade (Salvador); Amilton Vieira (Recife)

Arte e Produção

Editor: Pedro de Oliveira
Chefe: Américo Ietto Filho
Ilustradores: Lúcio Angelo Ribeiro, Milton Rodrigues Alves
Diagramadores: Aljedo Naston, Carlos Mendes da Silva, Eduardo N. B. Brito, Findaro Carmarina Sobrinho, Roberto Barato / João Marcos Coelho, José Gustavo Vasconcelos (preparadores); Carilo Nucci e José Batista de Carvalho (produção gráfica)

Serviços Editoriais

Documentação: Madilla S. J. França (gerente), Abrahão Lincoln Barreca, Antônio A. Ferraris, Insey Savoy, Jany C. Roschovsky, J. C. Roschovsky, J. C. Roschovsky, C. M. Ceghio, Lilian Baroni, Márcia Mendes de Almeida, Maria Angéla Noronha Serra, Maria Aparecida S. Moro, Mariana Inês Zanchetta, Marlon A. Frank, Paulo R. Ribeiro, Roberto Benedito de Oliveira, Sheila Ribeiro, Suzani C. Kowalski, Ubirajara Forti, Valdirene Mendes da Costa, Vani Rezende, Vicente Rogit; Abril Press: São Paulo: Judith Baroni (gerente) - Sucursais: Nova York - Odilio Licetti (gerente), 444 Madison Avenue, Room 2201, New York, N.Y. 10022 - Tele: EDABRIL 423-083, Phone 608-8631 - Rio de Janeiro - Pedro de Souza - 83, av. Champs Elysées - Bureaus 213 BIS 214, Paris 75008 - Phone 228-5886 - Tele: ABRILPA 660731F - França - Milão - Lyda Straulini - via Settembrini, 45 - 20124, Milano - Phone 27-8659 - Tele: 920070 LEADR - Itália
Laboratório Fotográfico: Justi Lehto (gerente)

Serviços Regionais: Newsweek/Associated Press/Latin-Routers/France Press/Motors - onais via Varig, Air France, Aerolíneas Argentinas

Departamento Comercial

Diretor de Publicidade: Páriso Brito Pisan
Gerente Comercial: Valter Richetti
Gerente de Publicidade: Fábio Albamonte Amaral
Gerente de Assinaturas: José A. Sola
Gerente Administrativo: Antonio F. Chammas
Representantes: Hércio V. N. de Andrade, José L. Decourt Ricci, Ricardo Sampaio de Cruz, Sérgio Targem
Coordenador de Produção e Publicidade: João Carlos de Oliveira
Belém, gerente: José Mauricio Alves Fernandes; Belo Horizonte, gerente: Mariza Tavares Parreira; Brasília, gerente: Luis Edgard P. Tostes; Curitiba, gerente: Aldo Schiavotto; Florianópolis, gerente: Gerardo Nilson de Azevedo; Porto Alegre, gerente: Eiche-riho Engel; Recife, gerente: Edmundo Moraes; Rio, gerente: Kleber Vieira Bühr; Representantes: Antônio Aylor Farnesi, Paulo Roberto Avni; Salvador, gerente: Juracy Costa

Diretor do Depto. Central de Publicidade: Osvaldo de Almeida Filho
Diretor do Rio de Janeiro e Escritórios Regionais: Sebastião Martins
Assessor do Diretor Responsável: J. R. Franco de Fonseca

Diretor Responsável: Edgard de Sílvia Faria

INTERNATIONAL ADVERTISING SALES REPRESENTATIVES

COORDINATOR FOR INTERNATIONAL ADVERTISING: Global Advertising, Inc. 218 Olive Hill Lane, Woodside, California 94062. (415) 851-2408 - Tele: 334443 - Califórnia: GLOBALAD - UNITED STATES: Mediaglobe International, Strubbs Coughlin Associates Inc. The Chanin Building - 380 Lexington Avenue, Suite 1121, New York, New York 10017. (212) 867-2150 Tele: 425442 - Califórnia: MEDIAFORCE William V. Strube - Esco Building 5164 West 95th Street - Oak Lawn, Illinois 60453. 93121 445-4797 - EUROPE: HZ International Ltd. 100, Abchurch Lane, London EC4N 3DF - Inglaterra: 01-429-1100 - Tele: 27105 HOLZAM G - Califórnia: HOLZAMRIC LONDON WC2 - JAPAN: Tokyo Representative Corporation - Sekiya Bui Idling 3-16-7 Higashinakano, Nakano-ku, Tokyo 164, 364-1004 and 362-1011 - JAPAN: Cables: JZMR - J. KOREA: International Marketing Corporation C.P.O. Box 653, Seoul 74-7535 - Tele: JATT 62421 Attn: IMC. Cables: LESEAYONGAD SEUL - AUSTRALIA: John Havre 288 Toorack Road Yarra, Melbourne 3141, 24-3246-7.



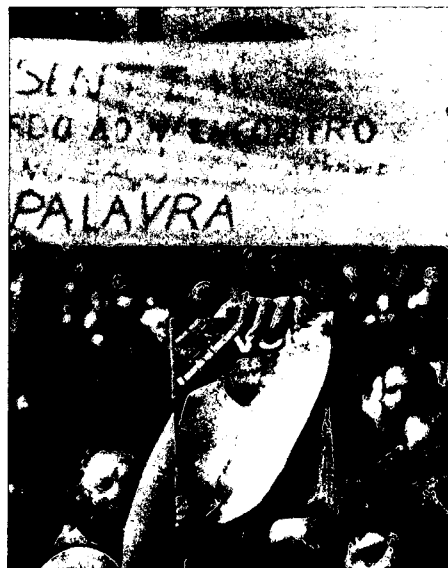
VEJA é uma publicação da Editora Abril Ltda. / Redação, Publicidade, Administração e Correspondência: av. Otaviano Alves de Lima, 4400, C.C. 60 897 812/0001-98. tel: 268-0011 e 268-0022, caixa postal 272, São Paulo 01129-004. São Paulo e Nova York: 69A/RUI 423-083 / Escritórios: Belém: r. XV de Novembro, 226, Edifício Chemil, sala 1313, tel: 222-5507 / Belo Horizonte: r. Alvarés Cabral, 908, tel: 337-0391, tele: 03111085, telegramas: ABRILPRES / Brasília: SCS-Projeto 6, Edifício Central, 13º andar, sala 13016, tel: 248-150, tele: 06111464, telegramas: ABRILPRES / Curitiba: r. Fernandes de Barros, 491, 1º andar, tel: 02-8833, tele: 04115278, telegramas: ABRILPRES / Florianópolis: r. Felipe Schmidt, 51, Edifício Jequitinhonha, tel: 22-7828 / Porto Alegre: r. Flores, 261, tel: 23-8617 e 23-5346, tele: 0511092, telegramas: ABRILPRES / Recife: r. Siqueira Campos, 45, Edifício Lygia Uchoa Campos, 8º andar, tel: 224-8957, tele: 08111184, telegramas: ABRILPRES / Rio de Janeiro: do Passeio, 55, 6º andar, fone: 244-2022, 244-2057, 244-2107 e 244-2152, caixa postal 2372, tele: 021222674 / Salvador: Itabuna, 304 - Parque Cruz Aguiar - Bairro do Rio Vermelho, tel: 247-3989, tele: 0711180, telegramas: ABRILPRES / Departamento de E.U.A.: 822 Representatives, 112 Ferry Street, Newark, N. J. 07105, tel: 201-859-2784 / Preço de assinatura: São Paulo: R\$ 1,00 / Fora de São Paulo: R\$ 1,50 / 52 semanas: R\$ 49,20 / Distribuidor de Assinaturas: Emílio Goeldi, 701, tel: 763-4011, São Paulo / Distribuição para assinantes: Distribuidora Imagem Real S.A. - São Paulo, 230 - Av. das Nações Unidas, s/nº, prédio do vendedor a pagar somente com cheque nominal / Números atrasados: só preço da última edição em banca, por intermédio de seu fornecedor ou no distribuidor Abril de sua cidade. Em São Paulo: av. Tiradentes, 138-11, São Domingos de Barros, 84-1, r. da Paraíba, 197-1, Domingos de Barros, 185-1, r. Barão de Campinas, 452; r. Otacopque, 91; no ABC: av. Industrial, 117 (São João André); no Rio de Janeiro, Sacadura Cabral, 141; pedidos pelo correio: caixa postal 945, São Paulo / Temos em estoque somente as últimas seis edições / Todas as direitas reservadas / Impressa e distribuída com exclusividade pela editora Abril S.A. Cultural e Industrial, São Paulo / Registrada no D.C.D.P. do Departamento de Polícia Federal sob nº 038 P-209/73

# Carta ao Leitor

Até pouco tempo atrás, não muito mais que um ano, atividade sindical era uma questão de polícia, greve fazia parte da família dos atos de subversão e militantes mais agressivos, em matéria de autoridade, só falavam com delegados do DOPS ou oficiais dos DOI-CODI. Poucas coisas terão mudado tanto e tão rapidamente neste país quanto a questão operária. Hoje, governo e sociedade descobrem que os sindicatos, goste-se ou não deles, fazem parte — e uma parte importante — da vida da nação. As greves passaram a ser olhadas por um prisma totalmente diverso. E líderes sindicais, mesmo depostos, conversam com ministros de Estado.

Tudo bem, então? Não. Mal se começa, agora, a percorrer o caminho dos conflitos trabalhistas e muitos erros, desencontros e rancores se atropelam neste ponto de partida. Muito mais útil que decretar que tudo está errado, entretanto, é um esforço sereno para se lançar, desde já, as bases corretas da caminhada que terá de ser feita daqui por diante. Para isso não existe nenhuma fórmula fácil. Afinal, ainda não houve tempo, simplesmente, para se acertar de maneira satisfatória um contencioso que se acumula há décadas e que foi altamente exacerbado nos últimos anos. E nem se podem cobrar, com pouco mais de um ano de atividade sindical aberta, relações de trabalho como as existentes nos países desenvolvidos — mesmo porque o Brasil não é um país desenvolvido.

A greve dos metalúrgicos do ABC paulista, encerrada na semana passada, deixou lições importantes. Ficou claro que o governo, cada vez mais, terá de desenvolver uma política traba-



O fim da greve, na terça-feira lhistica criativa, eficaz e conseqüente, e que o Ministério do Trabalho não pode mais ser uma repartição burocrática. Também se dramatizou uma verdade diante da qual muito se tentou fugir nos últimos anos: nenhuma sociedade poderá ser estável se aos trabalhadores industriais, hoje uma massa importante dentro da nação, não se der maior peso nas decisões e maior retribuição pelo que produzem. Constatou-se, mais uma vez, que o país dificilmente suportará reivindicações irreais — ou que os sindicatos queiram resolver todas as suas questões com medidas de força como são as greves. Ficou claro, enfim, que, se empresas e operários iniciarem seu novo relacionamento considerando-se mutuamente como inimigos, não se conseguirá chegar a lugar algum. J.R.G.

## Índice

BRASIL		20	
AMBIENTE	54	GENTE	73
CARTAS	10	HUMOR	14
CIDADES	50	INTERNACIONAL	36
CINEMA	60	INVESTIMENTOS	98
DATAS	82	LITERATURA	111
DISCOS	68	MEDICINA	75
ECONOMIA E NEGÓCIOS	84	POLÍCIA	82
EDUCAÇÃO	78	PONTO DE VISTA	114
ENTREVISTA	3	SHOW/MÚSICA	67
ESPORTE	56	TEATRO	105
FOTOGRAFIA	108	TELEVISÃO	100

CAPA: desenho de Paulo Caruso

Tiragem desta edição: 313 700 exemplares

Edição gráfica da capa: Elifas Andreato

PT 1978 a 1980



CARLOS NAMBA

### Macedo em Brasília, antes do embarque: o café com a família

bases que Macedo sugeriu a Lula no primeiro telefonema.

**ESPAÇO POLÍTICO** — Contudo, mesmo que as bases do acordo original tenham sido integralmente preservadas, a participação da Igreja foi algo mais substancial do que seria permitido imaginar poucas semanas atrás. E esta parece ser outra das novidades que Macedo trouxe para a cena política durante sua exaustiva articulação para contornar a greve dos metalúrgicos. A verdade é que, três semanas depois da posse, o ministro do Trabalho deixou de se confundir com as apagadíssimas figuras que os brasileiros se acostumaram a ver naquele posto — nomes como os de Júlio Barata ou Arnaldo Prieto, por exemplo. Rapidamente, Murillo Macedo ocupou o espaço político que se espera de um ministro do Trabalho. Colocado no leme de um episódio que mobilizou os operários de um dos reais centros nervosos do país, Macedo compreendeu que os seus interlocutores sindicais voltam a fazer parte da equação política. E conduziu o governo, que obviamente não aprecia greves nem grevistas, ao largo da tentação de esboçar projetos legislativos destinados a alvejar os sindicatos. Ao contrário, o próprio ministro do Trabalho não oculta o seu propósito de anunciar, já no próximo 1.º de maio, algumas providências que tornarão mais eficaz o direito de greve e mais simples e rápido o sistema de reajustes salariais.

É possível que todas essas decisões tenham sido apressadas diante do vigor do movimento promovido e sustentado durante duas semanas pelos metalúrgicos paulistas. Mas o governo pode estar descobrindo, também, que hoje em dia não se terá ordem no ABC, nem estabi-

lidade na produção industrial, se não conversar com os sindicatos da área — e sobretudo com Lula, um interlocutor que Brasília, a começar do presidente João Baptista Figueiredo, dá indícios crescentes de respeitar. E, para começar o diálogo, o próprio Macedo investiu contra as empresas que ameaçavam dispensar operários grevistas logo depois da volta ao trabalho. Segundo ele, tratava-se — também desta vez — de cumprir acordos de que era fiador.

Eis aí, talvez, a primeira oportunidade séria para se resolver a conhecida pendência que separa há quinze anos a Revolução dos sindicatos. Com tato, Macedo entreabriu a porta, depois de ter aplicado os rigores de uma legislação que todos reconhecem rigorosa. Bateu duro, mas habilmente preservou uma saída — e desfechou uma campanha de aproximação que, no primeiro impacto, funcionou. Para ele, essa é a alternativa capaz de evitar o confronto. O governo está ciente de que o país simplesmente não pode andar se tiver greves a toda hora e se as empresas — principalmente as menores — forem arrasadas por encargos salariais muito altos. Mas vai percebendo, ao mesmo tempo, que o país também não andarão direito se os envelopes de pagamento dos operários, sobretudo os de São Paulo, não passarem a ser engordados por melhoras substanciais — e, em sua estratégia para o futuro, conta aproveitar as lições da dura greve do ABC.

**COM FORÇA** — Oficialmente, a greve só terminou depois que Lula, às 4 horas da tarde da última terça-feira, obteve a aprovação da volta ao trabalho em mais uma das assembleias-gigantes de São Bernardo — onde se concentram 150 000 metalúrgicos e três quartos de

toda a indústria automobilística. A verdade, porém, é que a questão já estava resolvida antes do começo da assembleia — mais precisamente, desde que Lula batera o martelo, no início da tarde, nos encontros secretos com representantes do governo e empresários.

Santo André? São Caetano? Sim, haveria também decisões em Santo André e São Caetano. Mas o importante, ali, era Lula — um líder sindical com força suficiente para fechar acordos em nome da massa, e ser aprovado por ela. Mais: com força suficiente para enfrentar um mal-humorado, emocional auditório de 75 000 operários, endurecido por quinze dias de confronto, explicar que deveriam voltar ao trabalho sem ter ainda obtido nenhuma das reivindicações que os levaram à greve, prometer que haverá soluções dentro dos próximos 15 dias — e sair da assembleia em meio à intensa aclamação.

O resultado é que, ao invés de captar com a intervenção no sindicato e o fim da greve, Lula se fortaleceu. Dentro de algum tempo, de fato, ele poderá compensar os prejuízos da retirada sem lucros que se viu obrigado a comandar na semana passada. Pois ao votar pelo regresso ao trabalho em resposta à oferta do governo para uma negociação geral da questão trabalhista, a classe operária, ou pelo menos a sua parte chamada “moderna” — concentrada ao redor das grandes fábricas que nas duas últimas décadas povoaram cada metro quadrado da região do ABC —, recuperou seu espaço e sua importância na sociedade brasileira.

**ALGO MAIS** — Tal espaço fora perdido desde que os líderes trabalhistas históricos foram afastados com a vitória da Revolução de 1964 — sob as rubricas de subversão ou corrupção e, nuns poucos casos, de ambas. Depostos os chefes, restou aos trabalhadores da década passada — que um reexame oficial de 1965 estimava serem 3 milhões — lutar pelas coisas da vida real; ou seja, pelo salário. Desde então, a força operária se multiplicou e, talvez por isso mesmo, o dinheiro continua na base de suas reivindicações.

Mas uma fatia do proletariado, geralmente os empregados nas grandes companhias que fabricam os carros-chefes da recente explosão industrial — automóveis, produtos eletrônicos, plásticos, etc. —, tem algo mais a reclamar. Eles são hoje 2 milhões de vozes, ou pouco menos, num contingente de 8 milhões de operários. Mas esses 25% que ganham mais, têm um peso muito maior: eles geralmente são sindicalizados, têm



ELIANA ASSUMPTIÃO/CENTRAL



PEDRO MARTINELLI

avaliados entre 500 milhões e 600 milhões de dólares à economia do país — parte dos quais poderá ser recuperada até o fim do ano, no regime das horas extraordinárias. Mas obtiveram do sagaz ministro Macedo, um político sempre pródigo em pedir conselhos a quem acabou de lhe ser apresentado, a segurança de que algo iria mudar.

De fato, enquanto conversava com Lula, naquele sábado decisivo, Macedo imaginou uma proposta palatável: conversações por um período de 45 dias para

... Macedo e este com De Nigris

tor que seu diálogo com Macedo não parou naquela conversa telefônica. Muito mais que isso, avançou a ponto de se tornar possível nada menos do que um encontro entre os dois: neste último sábado, por volta das 11 horas da manhã, Macedo deveria receber Lula em sua estância na cidade de Atibaia, a 60 quilômetros de São Paulo, para onde o ministro se retirou no fim de semana. Lula poderia ficar para o almoço — e a negociação, governo-

rever o veto empresarial ao pagamento das horas perdidas com a greve; uma nova conversa a respeito de detalhes salariais (ver entrevista da página 19); e, principalmente, um decisivo aceno de que se poderia suspender a intervenção\*, que afastou Lula e seus dois colegas, o deputado federal Benedito Marcílio e João Lins, da presidência dos três sindicatos metalúrgicos do ABC.

Esta não é uma proposta que se poderia classificar de generosa. Afinal, os operários não recebiam, ali, nada de novo — apenas a possibilidade de recuperar o que tinham perdido. Mas Lula, talentoso contra-mestre torneiro que milita há catorze anos no seu sindicato, sabia que, com a greve prestes a terminar numa desastrosa e espontânea bandada de volta ao trabalho, tinha escassas alternativas. E, realista, resolveu acreditar. Os canais de entendimento se multiplicaram no correr do domingo, quando Macedo, católico praticante e desde os anos 60 ligado ao movimento de executivos cristãos de São Paulo, clareou uma linha indireta com os grevistas, através dos bons préstimos da hierarquia da Igreja (ver a página 20). Essa operação, realizada em absoluto segredo, mobilizou líderes sindicais, religiosos, empresários. E o acordo, no essencial, estava selado na madrugada da segunda-feira, precisamente nas

... Lula negociou um acordo provisório com ...

Em certo sentido, estava mesmo. Pois até poucos meses atrás, o mais provável interlocutor oficial de um líder grevista afastado de seu sindicato pelo governo seria, sem dúvida, o delegado de polícia. Naquele momento o jovem Lula dialogava com quem o tinha deposto. E o governo, através de seu ministro, dava mostras de estar inaugurando uma nova postura, mais racional e pragmática, no trato da emergente questão operária — pode-se usar de um duro castigo, quando há necessidade de se agir com firmeza; mas isso não impede que se converse logo no dia seguinte. Naquele momento ficou claro para Lula, o castigado, que Macedo não o via como um inimigo do país, e sim como um interlocutor.

operários continuaria sendo conduzida pessoalmente pelos dois, em todos os seus pontos essenciais. Pouco se pode especular sobre os resultados deste encontro. Mas se ele permanecesse no rumo aberto sete dias antes, certamente haveria progressos a computar.

A verdade é que se andou com rapidez, desde a retomada do diálogo no sábado retrasado. Já na quarta-feira passada, às 6 horas da manhã, os metalúrgicos do ABC voltavam ao trabalho, em paz — após uma última assembléia, na véspera, no Estádio Municipal de São Bernardo, nacionalmente célebre por ter abrigado nos dias anteriores inéditas concentrações de até 80 000 operários. Eles não ganharam um centavo a mais do que os empresários tinham oferecido antes da greve, que resistiu duas semanas inteiras e impôs prejuízos

\* A fórmula de Murillo Macedo para cortar tecnicamente a intervenção apóia-se na Súmula n.º 473, do Supremo Tribunal Federal, que estabelece, com base na jurisprudência, que "a administração pode anular seus próprios atos (...) ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

UM ACENO — Tanto é um interlocutor.  
VEJA, 4 DE ABRIL, 1979

PT 2072a-130

convivem com a sua liderança — especialmente desde meados de 1978, quando as negociações diretas entre patrões e empregados foram ressuscitadas com as greves espontâneas do ABC. “Lula não é um aventureiro”, diz Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, principal executivo das empresas Cobrasma e candidato a presidente da Federação das Indústrias paulistas. E explica, num tom quase de brincadeira: “Ele devia ser reconduzido ao Sindicato de São Bernardo e, ao mesmo tempo, ser nomeado interventor em Santo André e São Caetano”.

**TERNO E GRAVATA** — Na verdade, Lula não parece preocupar-se nem com o entusiasmo que desperta entre os industriais e muito menos com a barulhenta orquestra de estudantes, intelectuais de esquerda e outros espécimes políticos que tentam circular na periferia do movimento sindical paulista. Dos comunistas, ele falou em público uma única vez, quatro semanas atrás, durante uma entrevista pela TV — na ocasião, chamou-os de “covardes” porque ocultam seus projetos nos desvãos da atuação clandestina. Dos demais, há somente referências esparsas, que demonstram antes de tudo a determinação de preservar a independência. Tome-se, por exemplo, a oferta de apoio da ala esquerda do MDB paulista à greve dos metalúrgicos.

Cinco dias depois de deflagrado o movimento, Lula recebeu um telefonema de um jovem deputado estadual, que desejava comparecer com alguns colegas ao teatro das operações, em São Bernardo. Sua presença seria tolerada, admitiu Lula, desde que cumprissem algumas condições: teriam de comparecer com terno e gravata, deveriam vir a bordo de seus carros Opala oficiais e todos precisariam portar documentos que identificassem claramente a sua condição de deputados. Por quê? Porque assim, informou Lula, eles poderiam prestar alguma ajuda concreta aos grevistas — interferindo com sua autoridade, por exemplo, sempre que houvesse problemas com a polícia. A nenhum dos componentes do grupo, composto de dez parlamentares, foi permitido usar os microfones em assembléias.

A verdade é que a greve do ABC deixou dramaticamente ao largo os políticos — e não apenas os da ala esquerda do MDB, que, de um jeito ou de outro, pelo menos conseguiram se safar com algumas menções no noticiário. Também de fora ficaram a Arena, as lideranças partidárias e o Congresso como um todo. E talvez ainda mais que isso, ficou claro, diante da massa concentra-



S. Bernardo: carga sobre a passeata

da no estádio de São Bernardo, o quão artificiais são no momento os diversos projetos de partidos trabalhistas, socialistas ou que nome tenham, sob as lideranças de Almino Affonso, Leonel Brizola ou seja lá quem for. Na verdade, talvez pela primeira vez no trabalho brasileiro, líderes sindicais não foram procurar os políticos para conselho e orientação — ao contrário, no ABC de hoje são os políticos que têm de ir atrás dos sindicalistas, se quiserem fazer alguma coisa.

**COMPETIÇÃO** — Mas houve uma ajuda individual que para os grevistas significou muito mais: a solidariedade, acompanhada de um cheque de 150 000 cruzeiros, do líder do poderoso Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade, o “Joaquinzão” — que em meados da década passada foi depositado pelo governo no comando de sua entidade na qualidade de interventor. Progressivamen-

te, nos dois últimos anos, “Joaquinzão” incorporou à chefia do sindicato de 60 000 sócios — o maior do continente — um crescente número de reivindicações típicas do sindicalismo de oposição. E em outubro passado, quase de surpresa, armou uma greve por melhores salários, mobilizando os 250 000 metalúrgicos da capital, que negociam seu contrato coletivo de trabalho no segundo semestre.

Agora, “Joaquinzão” formou indiretamente ao lado de Lula, no que pode ser descrito como uma batalha pela liderança efetiva do exército de 700 000 metalúrgicos do Estado de São Paulo, quase 10% de todo o operariado brasileiro. A competição pode naturalmente enveredar por episódios menos arduos. Mas, no momento, “Joaquinzão”, que vê a si próprio como um social-democrata, aproxima-se da mensagem de Lula. Para quê? Aparentemente, para reunir a classe operária como força política capaz de interferir mais diretamente na vida do país.

Sem dúvida, trata-se de um projeto ambicioso. Esse corpo intersindical, versão contemporânea da outrora temida CGT, teria força para arrancar do governo e das empresas, concessões mais palpáveis do que os metalúrgicos do ABC na sua tenaz greve das últimas semanas? Antes que o sonho possa se materializar, contudo, os líderes mais visíveis, como Lula e “Joaquinzão”, têm um desafio nada desprezível: transformar a sua voz de comando numa mensagem menos dependente de presença física, do contato insubstituível das assembléias.

Os perigos dessa liderança antes de tudo afetiva tornaram-se claros no próprio sábado-chave para a solução da greve, dia 24 de março. Lula, desaparecido há algumas horas, já tinha se entendido com o ministro Murillo Macedo; enquanto isso, a massa comparecia a um comício na praça principal de São Bernardo, fracionou-se entre oradores de tendência variada e alguns trabalhadores chegaram a se aliar aos radicais que ofereciam uma alternativa de uma passeata “contra a ditadura”. Resultado: choques com a polícia, oitenta detenções e algumas horas de nervosismo até que todos os operários pudessem voltar para casa. Desta vez, o governo — e particularmente o seu ministro do Trabalho — foi hábil e o choque se dissolveu nas manifestações de alívio pela solução da greve. Mas os percalços da mobilização improvisada revelam que o novo sindicalismo ainda não amadureceu.



filhos na escola, preocupam-se com a casa própria e muitos guiam automóveis particulares. Em suma, começam a ter aspirações semelhantes às de seus colegas de países desenvolvidos, que se movem impelidos também pelo sentido da propriedade — e, por isso mesmo, começam a agir como eles. Os operários brasileiros, hoje, estão interessados no modelo econômico, social e político porque esperam que o país funcione — de preferência a seu favor. E estão dispostos a lutar por isso.

**MENSAGEM** — Esse desejo não significa, contudo, que os trabalhadores estejam prontos a mergulhar no jogo político como um grupo autônomo. Aliás, a organização da greve no ABC sugere exatamente o contrário. A unidade do movimento, como ficou provado nos quinze dias de colossais assembléias no Estádio Municipal de São Bernardo, onde freqüentemente se reuniam 50 000 e até mais pessoas, dependia essencialmente de um único líder — Lula. Quando ele foi destituído da presidência do sindicato, o auditório que se apertava no campo de futebol ouviu um repto do chefe: “O movimento continua,” desafiou Lula, “porque não há um Lula, mas 1 000, 200 000 Lulas para dirigi-lo”. Houve quem acreditasse. Mas poucas horas depois ficou claro que ele continuava sendo insubstituível.

Naturalmente, Lula é capaz de despertar opiniões desencontradas. Como



**Demitidos em São Bernardo: de volta ao trabalho, em nome do acordo**

político, é considerado “instável” por alguns profissionais que têm conversado — e até negociado — com ele nos últimos meses. Outros o consideram excessivamente radical na condução que vem dando ultimamente à atividade sindical em São Bernardo — e, é claro, já há quem o acuse de fazer exatamente o oposto, depois que ele se decidiu pelo fim da greve. Para a massa do ABC, no entanto, Lula é no momento um ídolo com popularidade jamais sonhada por qualquer de seus antecessores na história trabalhista do país. Sua mensagem tem muito pouco do estilo político dos primeiros anos 60. Antes de tudo,

ele prega a necessidade de participação dos operários nas decisões que, segundo diz, os interessam diretamente. Seus discursos são recheados com referências a maiores salários, a “sindicatos livres” e a uma participação crescente nas benesses do progresso. E, com freqüência, ele aponta para a situação dos operários nos Estados Unidos ou na Alemanha — cobrando das empresas do ABC o mesmo tratamento a seus operários. Até agora, em suma, a mensagem de Lula tem dispensado quase que totalmente a ideologia da esquerda.

Essa é também a opinião de alguns dos mais influentes empresários que

## O que poderá mudar na futura CLT

A chave do acordo que pôs fim à greve no ABC repousa na promessa do governo de negociar em 45 dias uma reforma da Consolidação das Leis do Trabalho. E o governo terá de onde começar a discussão: o anteprojeto encaminhado ao ex-presidente Ernesto Geisel, nos últimos dias de seu mandato, pelo então ministro Arnaldo Prieto. O texto, com um total de 1 200 artigos, está agora com o ministro Murillo Macedo, que pretende encaminhá-lo o quanto antes ao Congresso Nacional. VEJA levantou as principais mudanças que a nova CLT poderá introduzir.

■ **Liberdade sindical** — O governo não poderá mais decretar sumariamente intervenções em sindicatos. O

ministro do Trabalho precisará antes ouvir a Justiça do Trabalho, que poderá — ou não — aprovar a medida.

■ **Delegado sindical** — Poderão existir delegados sindicais, mas não na proporção reivindicada pelos sindicatos: um por fábrica. Sua estabilidade no emprego dependerá de negociações entre patrões e empregados. Conseguida essa proteção, ela será “lei entre as partes”.

■ **Fundo de Garantia** — Desaparecerá a multa de 10% sobre o montante do fundo dos empregados demitidos sem justa causa. Em seu lugar, a empresa será obrigada a pagar 2% mensais do salário do empregado demitido durante todo o tempo de casa. Assim, um empregado com cinco anos de casa — sessenta meses de serviço — receberá, além do fundo, 120% sobre seu último salário. O conselho curador do fundo poderá desligar do sistema os bancos que atrasem habitualmente a liberação dos saques.

■ **Lei de greve** — O prazo legal para a decretação de greve será de cinco dias — e não mais dezessete, como agora — após rejeição do acordo coletivo pelos empregados. A decisão dependerá de uma única assembléia-geral (ao invés de três), persistindo a consulta por votação secreta.

■ **Política salarial** — O limite mínimo de aumento será o índice do custo de vida. O período mínimo, seis meses — ou menos ainda, sempre que o índice ultrapasse os 15%. Passados doze meses, patrões e empregados poderão negociar um aumento com base nos índices de produtividade.

■ **Convenção coletiva** — Os sindicatos poderão representar seus associados em juízo, quando os empregadores não cumprirem os acordos coletivos, independentemente de procuração escrita dos interessados — que ficariam, assim, a salvo de punições por parte das empresas.



A assembléia do fim da greve: um voto de confiança a Lula

# Como a greve acabou

*Da intervenção à volta  
ao trabalho, as negociações diretas  
e indiretas nos bastidores*

**A**sirena de uma das forjarias da Volkswagen, em São Bernardo do Campo (SP), ainda não havia soado na manhã da quarta-feira passada. Mas Baianinho — torneiro-mecânico e um dos líderes de base do sindicato — já estava de macacão, pronto para voltar ao trabalho. Na porta da fábrica, Baianinho ia aconselhando os seus colegas para não provocarem nem aceitarem provocação dos que não aderiram à greve. Conselho, de resto, ocioso: todos bateram o ponto normalmente e se dirigiram direto às suas máquinas. Para trabalhar.

Sem dúvida, uma cena difícil de ser imaginada menos de uma semana antes, ou seja, no dia 23 de março, quando o Ministério do Trabalho decidiu pela intervenção nos sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul. Naquela ocasião, a imagem predominante era de impasse. A polícia reprimia a ação dos grevistas, com a prisão de

muitos deles. E tropas da polícia militar ocupavam os principais pontos de reunião das três cidades. Dentro das fábricas, as máquinas continuavam paradas.

**ELE VOLTOU** — A própria volta de Luís Inácio da Silva — “Lula”, então já ex-presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo — ao que se convencionou chamar de Comando Geral da Greve, no domingo seguinte pela manhã, estimulou a impressão de um maior crescimento do movimento grevista. Na verdade, logo depois da intervenção, Lula estimava que pudesse deixar a coordenação da greve nas mãos de alguns de seus ex-companheiros de diretoria. E foi descansar na casa de um parente de Marisa, sua mulher. Descanso que foi interrompido várias vezes por outros sindicalistas que apareceram para descrever ora as cenas de repressão policial e as tentativas — da parte dos operários — de retomada do sindicato, ora a interfe-

rência, na assembléia da tarde, de pessoas não vinculadas ao sindicato (veja quadro).

No dia seguinte, as visitas de Lula falavam de uma nova assembléia à tarde. Os acontecimentos dessa assembléia — realizada em frente ao Paço Municipal de São Bernardo — mudariam o comportamento do ex-presidente. “Deixou de ser uma reunião própria de trabalhadores, como devia ser, para acabar numa reunião de nível festivo”, julgou ele. Por isso, decidiu reassumir o Comando Geral da Greve no domingo, dia 25, durante uma missa celebrada na Igreja Matriz de São Bernardo. “O negócio era retomar o controle da greve, evitando que ela caísse em outras mãos”, explica Lula. “Somente reassumindo a greve é que poderíamos conservar a dimensão que ela tinha desde o começo.”

**O BISPO NA LINHA** — Correndo em pista própria, o bispo da região do ABC, dom Cláudio Hummes, 45 anos, desde o primeiro dia da greve ajudara os trabalhadores na coleta de alimentos e dinheiro e acompanhara deputados do MDB às portas das fábricas, para evitar violências da parte da polícia.

Dom Cláudio acabaria, por sua atuação, se transformando num novo canal de entendimento. No domingo de manhã, antes da missa em que Lula anunciou a sua volta, recebeu um telefonema de Brasília. Dom Ivo Lorscheiter, secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pedia a sua presença na capital do país, “pois a CNBB está interessada num relato pormenorizado do que está acontecendo em São Paulo”. Dom Ivo Lorscheiter adiantava que havia inclusive um encontro marcado dos dois com o ministro do Trabalho. Dom Cláudio Hummes aprontou a maleta e, antes de ir ao aeroporto, foi conversar com Lula e Benedito Marcílio — este, ex-presidente do sindicato dos metalúrgicos de Santo André. Lula e Marcílio afirmaram que a suspensão imediata da intervenção era fundamental para o reinício do diálogo.

**ALGO DE BOM** — A conversa com os dois sindicalistas fez com que dom Cláudio perdesse o avião. Como dom Ivo tinha um compromisso inadiável em sua diocese de Santa Maria (RS), novo esquema foi armado: dom Geraldo Fernandes, vice-presidente da CNBB, deslocou-se de Londrina, encontrou dom Cláudio em São Paulo e seguiram, ambos, para Brasília — um jatinho especial chegou a ser preparado

## **"A greve é um direito do trabalhador"**

Já refeito da maratona de conversações em torno da greve no ABC, o ministro Murillo Macedo conversou durante duas horas, na quinta-feira, com Moacyr de Oliveira Filho, de VEJA, em sua casa em Brasília. Trechos da entrevista:

**VEJA — Que solução o senhor pretende dar à questão dos reajustes salariais?**

**MACEDO —** Prefiro uma solução que se separe o que é atualização da moeda do que seja o aumento real determinado pela produtividade. Isso pode ser feito de diversas formas. A primeira delas é imaginar um termômetro com uma bolinha vermelha colocada num índice X. Quando o índice do custo de vida ou da inflação alcançasse, por exemplo, 10% ou 15%, automaticamente haveria um reajuste dos salários. Na data-base discutir-se-ia o aumento salarial real, que seria negociado com base, unicamente, na produtividade. Essa é a fórmula mais simples.

**VEJA — E há outra em estudo?**

**MACEDO —** Sim. Trata-se de juntar a hipótese anterior com prazos. A bolinha vermelha estaria colocada numa importância X e, se ela não fosse alcançada dentro de um determinado prazo, o aumento seria automaticamente concedido duas ou três vezes por ano. Neste caso, eu optaria por fazer-se três reajustes por ano. Uma outra solução seria pura e simplesmente não usar o termômetro e passar a conceder aumentos de acordo com um índice, como, por exemplo, o das ORTN, três vezes por ano. Quem sabe, essa solução seja um realimentador de inflação menor que o índice prefixado. Estou analisando essas várias alternativas com o ministro Simonsen, mas sempre partindo do pressuposto de que devemos destacar do aumento efetivo o que é atualização da moeda.

**VEJA — Quais são as intenções do governo quanto à legislação sobre greve?**

**MACEDO —** Acho que precisamos atualizá-la e fazer uma lei de greve

de acordo com o momento que estamos vivendo, ou seja, com o processo democrático. Sobre isso, quero ouvir um pouco mais as opiniões e sugestões dos diversos setores sociais, dos empregados, dos empregadores e dos juristas. Nós já temos hoje um projeto de uma comissão chefiada pelo ministro Arnaldo Sussekind, que reformulou toda a CLT. Estou agora me debruçando sobre esse projeto e quero examiná-lo com urgência. O presidente Figueiredo está muito interessado em que a tramitação desse projeto seja a mais rápida e breve possível.

**VEJA — No projeto de reformulação da CLT, qual a posição do go-**



CARLOS NAMBA

**Macedo: a favor do diálogo**

**verno sobre a questão da organização da estrutura sindical do país?**

**MACEDO —** Parece-me extremamente necessário que passemos a conviver com sindicatos realmente mais livres. Prefiro imaginar sindicatos livres, defendendo com ardor as posições dos empregados, da mesma forma que os sindicatos patronais vão defender com ardor suas posições. Se necessário, o papel do governo seria o de ordenador das discussões, porque é evidente que, se elas desembocarem num impasse, levando a uma situação de prejuízo para a sociedade como um todo, será necessária a presença do governo. Mas sempre como ordenador, respeitando o mais possível a liberdade e a autonomia sindicais.

**VEJA — E, enquanto a atual legislação não for reformulada, qual será o comportamento do governo?**

**MACEDO —** Aplicarei a lei em vigor todas as vezes que for necessário. Lei é lei e, se não tenho outra, sou obrigado a aplicar a que existe. Mas, como disse, a atualização dessa legislação é uma prioridade absoluta de meu Ministério.

**VEJA — Mas, no caso recente do ABC, houve um intervalo entre a declaração de ilegalidade da greve e a intervenção nos sindicatos, durante o qual o governo procurou estimular a negociação.**

**MACEDO —** Como governo, fui tolerante e esgotei todos os recursos antes de decretar a intervenção no ABC. Assim, estarei sempre a favor do diálogo e só aplicarei o rigor da lei em última instância. Mais ainda, a Justiça do Trabalho terá de minha parte amplo e total apoio. Acho que a Justiça do Trabalho deve voltar a ser normativa.

**VEJA — O que o senhor pensa da livre negociação nas convenções coletivas de trabalho?**

**MACEDO —** Sou a favor da negociação entre as partes, mas tem de haver um determinado limite para isso, para que a negociação não prejudique o interesse da sociedade como um todo.

**VEJA — Mas a greve é habitualmente um elemento de defesa e de pressão dos trabalhadores.**

**MACEDO —** É evidente que continuará sendo. A greve é um direito de todo trabalhador. Costumo dizer que a greve não é causa de coisa nenhuma, ela é efeito — um efeito de tensões seja no campo reivindicatório seja no campo político. Sou absolutamente a favor das greves de caráter reivindicatório, quando justas.

**VEJA — Quando o senhor espera enviar esse projeto ao Congresso?**

**MACEDO —** Seria uma maravilha se eu pudesse dar esse presente para os trabalhadores brasileiros no dia 1.º de maio. Mas não posso garantir que terei condições de concluir o projeto em apenas um mês. O que posso garantir é que o presidente tem muito interesse nisso e deu ordens diretas para que nos apressemos.

PT 1072 a-150

caso não se conseguisse lugar em avião de carreira.

Em Brasília, às 10h30 da noite, os dois bispos finalmente chegaram à residência oficial do ministro Murillo Macedo para uma reunião que contaria, ainda, com a presença de Alencar Rossi, secretário de Relações do Trabalho. O encontro avançaria pela madrugada. O ministro ouviu as críticas de dom Cláudio, que considerou precipitadas as declarações da intervenção e da ilegalidade da greve, condenou a repressão policial e argumentou que o governo dera força à posição dos empresários. Macedo pediu que a CNBB ajudasse na reconstrução dos canais de comunicação e prometeu algumas respostas para o dia seguinte, segunda-feira.

“Depois disso, não vi mais o ministro”, diz dom Cláudio. Em seu lugar apareceu Rossi justificando a ausência de Macedo, que teria passado o resto da madrugada de segunda-feira fazendo consultas telefônicas. Rossi lhe teria prometido, na mesma ocasião, que “se os antigos dirigentes, que tinham reasumido a greve, confiassem no ministro, alguma coisa de bom poderia acontecer”.

Naquela madrugada de segunda-feira, o ministro Macedo, ao telefone, enriquecia os entendimentos com novos e significativos ingredientes. Pois do outro lado da linha estava o empresário Dilson Funaro — 1.º vice-presidente da FIESP e amigo pessoal do ministro, seu colega na Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas. Ao seu lado se encontrava Lula, que pedira a interfe-

rência do deputado estadual emedebista Eduardo Matarazzo Suplicy, cunhado de Funaro, para acertar um encontro com o empresário. O encontro se deu na casa de Lula e se estendeu por cinco horas. E a evolução da conversa era transmitida de tempo em tempo, via telefone, ao ministro Macedo.

Já durante o dia, o encontro seria transferido para um escritório empresarial em São Paulo, um fórum muito mais ampliado. Pelos empresários participavam, além de Funaro, Cláudio Bardella, Paulo Francini, da Rádio Frigor, e Sérgio Mindlin, da Metal Leve. Do lado operário, sentavam-se os advogados Maurício Soares de Almeida e Almir Pazzianotto Pinto, funcionários do sindicato de São Bernardo e homens de confiança de Lula. O ministro continuou participando da reunião, por telefone, até por volta das 11 horas da manhã, quando procurou saber como o Palácio do Planalto reagiria ao novo acordo proposto pelos empregadores.

**SINAL VERDE** — O acordo ainda era basicamente aquele proposto no dia 22 de março, prevendo um prazo de 45 dias para estudar as reivindicações salariais dos trabalhadores, garantia de trabalho — proibidas as demissões por 120 dias —, pagamento integral do salário de março no próximo dia 10 e suspensão da intervenção. Uma comissão tripartite (governo, empresas, empregados) tratará dessas discussões e dos estudos tendentes a alterar a legislação trabalhista. Mas há novidades: os empregadores se comprometem a rediscutir os aumentos concedidos em maio do ano passado, durante as greves — que antes garantiam descontar —, e rever ponto por ponto as principais reivindicações dos trabalhadores (inclusive a dos delegados sindicais).

Às 12h30 daquela segunda-feira, Macedo telefonava outra vez para o escritório comercial que estava servindo de ponto de negociação. Alegre, o ministro dava sinal verde ao acordo, que deveria ser apresentado em assembleia para os trabalhadores no dia seguinte. Fala-se, mesmo, na possível existência de fórmula conciliatória, ao menos esboçada, resolvendo um ponto nevrálgico dos percentuais de aumento. A tabela do acordo prevê 63% para quem ganha até três salários mínimos; de 57, de três a dez; e 44% para os demais. Como a maior concentração salarial está na faixa de três a seis mínimos, para ela seria estudado um percentual um pouco maior, tendo por base a soma dos 44%, com os 11% conquistados na greve de maio passado, mais 44% sobre es-



Soares: um começo de vaia

ses 11% (4,84%), ou seja, um total de 59,8%. Dessa forma, a faixa intermediária seria desmembrada, criando-se uma outra, de seis a dez mínimos, com direito a 57% de aumento. Quanto aos dias parados, os empresários não estariam dispostos a pagá-los, por uma questão de princípios. Mas seria possível, como se apurou em Brasília, amenizar o desconto, dividindo em mais de cinco — talvez dez — parcelas.

**TENDÊNCIAS** — Enquanto se processavam essas negociações, a paralisação não perdia o ímpeto na segunda-feira, pelo menos em São Bernardo do Campo. Já em Santo André e São Caetano a greve enfraquecia.

Reunidos na FIESP, os empresários da área metalúrgica, mecânica e de material elétrico preferiam manter-se em silêncio, alegando não saber de nada. “Não há um pingão de verdade na afirmação de que os empresários estão negociando com Lula”, assegurava Benjamin Monteiro, advogado da FIESP, para quem não estaria havendo entendimentos também entre sindicalistas e governo. Outros empresários repetiriam as palavras de Monteiro. Estariam eles mal informados, ou apenas fingiam? Fingindo ou não, às 3 horas da tarde de terça-feira o contínuo do 6.º andar do Palácio Mauá ficou sem seu radinho de pilha cor-de-rosa, requisitado pelos empresários para a mesinha no centro do saguão do 6.º andar onde transmitia o que se passava na assembleia dos metalúrgicos em São Bernardo do Campo.

**SINAIS DO ACORDO** — Quando a assembleia foi transferida do Paço Municipal para o estádio — autorização dada por autoridades militares ao prefeito Tito Costa —, teve-se, pela primeira



FOTOS IRMO CELSO

Dom Cláudio: um novo canal





IRMO GELSO

## Trabalho na VW: os primeiros carros

vez, a impressão de que a greve poderia acabar, mesmo com o balanço do dia acusando uma ausência maior de operários nas fábricas. Muitos deles, acompanhados de suas famílias, receberam Lula nos ombros, e assim o carregaram até o palanque — sobre o qual, nervosos, os dirigentes sindicais pensavam em como convencer a multidão das vantagens de parar o movimento. O próprio advogado do sindicato, Maurício Soares de Almeida, chegou a ser vaiado quando, num discurso pronunciado em tom incisivo, pediu tranqüilidade e ordem. “Não deixemos que os não metalúrgicos se infiltrem em nossas decisões”, proclamou ele, revelando depois que tomara a iniciativa de representar os trabalhadores nos contatos com o governo.

Na FIESP, apreensivos, os empresários ficaram mais atentos quando Lula começou a discursar. Lula falou, como definiu ele, “curto e grosso”, admitindo que estava querendo não a votação do acordo, mas de um voto de confiança a ele, Lula, e à diretoria do sindicato, “a fim de que consigamos, no prazo de 45 dias, obter os 11% que os empresários não querem considerar, o pagamento dos dias parados e a nossa volta ao sindicato”. “Eu nunca disse que esse acordo presta”, diria depois Lula. “Pedi pura e exclusivamente um voto de confiança”, acrescentou, marcando, “já para o próximo dia 10 de maio, uma nova assembléia que poderá decretar outra greve geral da categoria, caso as reivindicações não sejam aceitas.”

Ainda incertos do resultado da assembléia, os empresários já não escondiam seu bom humor. “Não vai dar outra”, diziam alguns, confiantes. E, quando Lula deu várias certezas absolutas a seus companheiros — as horas paradas não seriam descontadas no próximo pagamento, os 11% não sofreriam descontos e o acordo do ABC seria muito melhor do que o assinado por 31 outros

nha sido totalmente cantado pelos operários quando o radinho cor-de-rosa da FIESP foi desligado e os empresários revelavam um ânimo que não se via nelas há quase um mês, durante os primeiros passos das negociações deste ano. “Acho que ficou provado que a CLT, uma herança da ditadura de Vargas, precisa ser radicalmente mudada”, disse Alberto Villares da Nova Gomes, diretor da FIESP. “Ficou provado que os trabalhadores têm fôlego para fazer uma grande greve e que os empresários são capazes de se manterem unidos”, teorizou Paulo Francini. E, conciliador, Nova Gomes ainda proclamava: “Não houve derrota de nenhuma das partes”.

**A VOLTA** — Para deixar claro que de fato não há derrotas, as primeiras demissões ocorridas em algumas empresas logo no primeiro dia de volta ao trabalho foram prontamente criticadas por Macedo. Na sexta-feira, em São Paulo, ao comparecer a um jantar na casa de Funaro, no bairro do Morumbi, o ministro garantiu, mais uma vez, que o acordo será cumprido — a empresa que demitir grevistas poderá sofrer até cortes de créditos.

Com relação à comissão tripartite, os trabalhadores já indicaram os advogados Maurício Soares de Almeida e Almir Pazzianotto Pinto como seus representantes — o outro poderia ser dom Cláudio. Do lado empresarial, fala-se em Paulo Francini, Alberto Villares, Mauro Marcondes e Benjamim Monteiro. E Alencar Rossi responderia pela parte do governo.

Já quanto à intervenção nos sindicatos, o caso deverá ser discutido, neste fim de semana, na casa de campo de Murillo Macedo, em Atibaia. Na quinta-feira passada, perguntado por VEJA sobre o futuro da intervenção no sindicato de São Bernardo, Lula respondia enigmático: “E se eu voltar ao sindicato na segunda-feira?”

sindicatos do interior paulista —, a multidão aplaudiu. E os braços se ergueram quando Lula pediu concretamente o “voto de confiança de todos os companheiros”. Depois, todos de mãos dadas rezaram o “Pai Nosso”, conduzido por dom Cláudio.

O Hino Nacional ainda não tinha

## “Era uma greve, e não a revolução social”

Na quarta-feira passada, “com a cabeça muito quente ainda”, um exausto Luís Inácio da Silva, Lula, ex e talvez futuro presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, não queria dar entrevistas. Concordeu, porém, em uma conversa “mais amena”, na sala de sua pequena e ajeitada casa térrea, no bairro de Assumpção, em São Bernardo. Ao longo de uma hora e meia, o bate-papo acabou se transformando num começo de entrevista — que Luís Inácio prometeu a Sérgio Sister, de VEJA, continuar de maneira formal, no dia seguinte, no salão da Igreja Matriz da cidade. Cumpriu a promessa, e VEJA publica aqui os principais pontos dessa entrevista feita na quarta e na quinta-feira.

**VEJA** — *Qual a sua posição em relação às negociações dos próximos 45 dias?*

**LULA** — É a mesma de bem antes da intervenção. Em instante, algum abriremos mão de nossos 11%, que foram uma conquista nossa nas greves do ano passado. Não abriremos mão das horas paradas, e vamos voltar a discutir os delegados sindicais, além, evidentemente, da questão da intervenção.

**VEJA** — *O que é mais importante, hoje, os 11% ou o pagamento dos dias parados?*

**LULA** — Se você pensar em termos de dinheiro, quinze dias parados representam 120 horas de trabalho de cada um, algumas dezenas de 11%.

**VEJA** — *E politicamente?*

**LULA** — Não estou atrás do politicamente, mas do praticamente. Politicamente, seria melhor que me matassem agora...

**VEJA** — *E depois dos 45 dias?*

**LULA** — Recebo em casa trabalhadores das mais diferentes empresas, e percebo que seu ânimo é cada vez mais forte. Eles têm confiança de que voltaram ao trabalho não pelo acordo proposto, mas pelo voto de confiança que pedi. Se as reivin-

Obst. São Paulo  
P. Quevedes  
29/02/80

# Enfermeiros de Curitiba podem entrar em greve

Das sucursais e do serviço local

Sem acordo com a categoria patronal para renovação do contrato coletivo de trabalho, que expira no início de março, os sete mil enfermeiros e empregados em hospitais e casas de saúde de Curitiba vão entrar em greve nos próximos dias. Serão atendidos apenas os serviços de plantão, cirurgias de emergência e berçário.

A decisão foi tomada em assembléia geral, no final da noite de anteontem, ao ser rejeitado o acordo "ad referendum", firmado na semana passada, entre dirigentes do sindicato e representantes dos patrões. Ontem à noite, a categoria profissional voltou a se reunir, desta vez para decidir como o movimento será orientado e a partir de quando serão feitas as paralisações.

A greve, em princípio, será conduzida por um comando extra-sindicato, pois o presidente da entidade, Antônio Lemos, continua contrário ao movimento, ao acreditar em uma solução pacífica. Seu comportamento vem sendo bastante criticado pelos colegas e, nas duas assembléias, ele chegou a ser acusado de "pelego" e "conivente com os patrões".

O impasse surgido entre os enfermeiros e hospitais está na diferença dos salários propostos pelas partes: enquanto os empregados exigem piso de Cr\$ 6 mil mensais, os patrões propõem Cr\$ 4,4 mil.

## Vigilantes fazem acordo

Os vigilantes e as empresas de vigilância de São Paulo celebraram acordo amigável, ontem, a ser homologado pelo TRT. Pela convenção coletiva de trabalho, é garantido um reajuste salarial que chega a ser de 75% sobre os salários resultantes do último acordo, bem como é fixada em oito horas a jornada normal de trabalho, a qual anteriormente era de 10 horas, por analogia com o trabalho do vigia.

Tanto os vigilantes quanto as empresas de vigilância de São Paulo lutam para que as respectivas categorias (profissional e econômica) venham a ser regulamentadas por lei, criando-se os sindicatos de classe. Atualmente, os cerca de 100 mil vigilantes paulistas são ligados ao Sindicato dos Empregados em Empresas de Perícia e Assessoramento, o mesmo fato acontecendo de parte das empresas com sindicato patronal eclético. Trabalhadores e empresários desejam sindicatos específicos.

## Novo piso na Souza Cruz

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo de Belo Horizonte e a Souza Cruz, em reunião conciliatória na DRT mineira, acertaram a renovação do acordo salarial dos 800 empregados da fábrica de cigarros da empresa na Capital mineira, a vigorar a partir de amanhã. Os trabalhadores, que reivindicavam 10% de produtividade, aceitaram a contrapartida

apenas Cr\$ 300,00 porque a Souza Cruz atendeu outras cláusulas da proposta da categoria.

Já depositado na DRT/MG, o acordo estabelece um piso salarial de Cr\$ 8.750,40 na empresa, porque, além do índice oficial de 44,99% e dos Cr\$ 300,00 de produtividade, a Souza Cruz ainda concordou com um adicional de 11% para as faixas salariais mais baixas, que representam 60% dos trabalhadores. A empresa também concordou em estender a todos os empregados, inclusive os admitidos depois de março do ano passado, o índice adicional de 6% negociado no último acordo e confirmado pelo TST, no último dia 7.

## Demissões de técnicos rurais

O secretário de Agricultura do Paraná, Reinhold Stephanes, admitiu ontem, em Curitiba, que poderá haver demissões em massa na Acarpa (Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná), entidade submetida à Emater, caso os recursos federais destinados ao órgão não sejam reajustados em níveis compatíveis com os custos reais. Ele considera difícil entender "como se fala neste País em aumento de produtividade, quando os recursos para pesquisa e assistência técnica no campo são cada dia menores".

Apesar de o secretário ter negado que as demissões sejam iminentes, o diretor em exercício da Acarpa, Airton Empinotti, confirmou que existe uma relação de 324 funcionários que serão demitidos, caso a situação não mude até o início da semana. Deste número, 172 são técnicos agrícolas de nível médio ou superior, fato que não foi confirmado pelo secretário da Agricultura. Ele disse apenas que "já é um absurdo o Paraná, maior produtor agrícola do Brasil, ter 80 municípios sem nenhuma assistência técnica na agricultura".

## Sindicalização de engenheiros

O Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo está promovendo uma campanha para aumentar o número de seus associados, que são atualmente apenas cinco mil, entre os cerca de 70 mil profissionais registrados em todo o Estado. Como parte da campanha para estimular a maior participação da categoria, o sindicato vai efetuar um levantamento sobre as condições de subemprego a que estariam sujeitos muitos engenheiros, além de analisar as causas do desemprego do setor, que já atingiria entre 10 a 15 mil profissionais.

Essa campanha se desenvolverá paralelamente à campanha salarial da categoria, com início oficial marcado para o dia 18 de março, quando será realizada a assembléia preparatória do dissídio coletivo. O sindicato realizará uma assembléia preliminar no dia 4 de março, quando serão discutidos, com profissionais de outras categorias, vários aspectos da lei trabalhista e algumas das reivindicações que constarão da campanha salarial dos engenheiros, como a de reajustes

PT 1072 a. 130

JORNAL: <i>do Brasil</i>
<i>P. Neves</i>
Data <i>03/08/80</i> Estado <i>SP</i>

## Assembléias indicam maior mobilização dos metalúrgicos do ABC

São Paulo — Se o clima deixado pelas assembléias realizadas com trabalhadores da base, neste final de semana, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema espelhar o que está ocorrendo com a categoria, a campanha desse ano terá uma mobilização ainda maior que nas vezes anteriores. E inevitavelmente a greve também será maior.

No entanto, o próprio dirigente Luiz Inácio da Silva, o Lula, admite que é cedo ainda para se ter uma idéia do que será o comportamento dos 150 mil trabalhadores que representa. O que Lula sabe é que a atitude de seus liderados motivará desdobramentos imediatos nos outros 100 mil trabalhadores de Santo André e São Caetano do Sul, onde estão concentrados a indústria automobilística e todo o setor de suporte a essa indústria. Lula está empenhado, agora, em "colocar pelo menos 40 mil pessoas no Estádio de Vila Euclides," no domingo, dia 16, para uma assembléia. Nas reuniões de sexta-feira e sábado, compareceram cerca de 3 mil trabalhadores dispostos a greve.

### SALÁRIO EM 2º PLANO

Pela primeira vez, e isso pode ser atribuído ao grau de conscientização das bases, não será o salário a principal aspiração dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, o mesmo ocorrendo em todo o ABC. Essa questão foi discutida, nas Assembléias e, por consenso, ficou claro que a estabilidade no emprego, somente possível através da conquista de uma atuação mais próxima do sindicato dentro das fábricas, será o ponto fundamental da atual campanha. A redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas, e o posicionamento contrário às horas extras serão defendidos com ênfase para tentar ampliar o mercado de trabalho já insuficiente para significativa parcela de metalúrgicos.

"O trabalhador ganhou consciência — diz Lula — de que não basta conseguir apenas um bom aumento, porque as empresas, através da rotatividade da mão-de-obra, tradicionalmente, promovem grandes dispensas, após o dissídio coletivo, mantendo inalteradas suas folhas de pagamento".

A verdade é que, hoje, o trabalhador de São Bernardo e Diadema tem mais receio da rotatividade que da inflação. E, paradoxalmente, não tem medo de perder o emprego, na

intensidade em que o Governo e os empresários imaginam. Porque, através de um longo trabalho de preparo, o sindicato conseguiu mostrar-lhes que a perda do emprego é rotineira. "Estamos vendo, nos últimos anos, o que tem acontecido com a categoria", diz Lula. "Cada trabalhador tem duas, três carteiras profissionais porque, ao ser demitido de uma empresa, nunca consegue entrar numa outra com o salário com que saiu".

### DELEGADO SINDICAL

No ano passado, a figura do delegado sindical, pretendida pelos sindicatos durante a fase de negociação, foi um dos fatores que dificultaram o entendimento quanto ao aumento. Esse ano, os sindicatos do ABC — que encaminharão suas propostas isoladamente dos demais sindicatos do interior do Estado — não vão pleitear o delegado, mas o livre acesso da entidade representativa dos trabalhadores dentro das fábricas. Na prática, é a mesma coisa, pois, para que isso ocorra, o sindicato deverá credenciar representantes.

Essa reivindicação, sozinha, encontra toda espécie de resistência junto ao empresariado e, por isso, Lula deseja a mobilização de pelo menos 40 mil para a próxima assembléia.

Ele está convencido de que, antes de qualquer coisa, precisa dar uma demonstração de força, antes de ir à mesa de negociação. E quando for, irá mais bem preparado que nos anos anteriores.

### LULA E O PT

Ao contrário do que alguns observadores políticos supunham, o engajamento do líder Luiz Inácio da Silva no Partido dos Trabalhadores em nada está atrapalhando, até o momento, sua conduta à frente da categoria. O PT sequer foi mencionado em qualquer uma das assembléias, tanto por Lula como por qualquer outro trabalhador.

A impressão do momento é a de que, pelo menos durante o mês de março, a efervescência partidária será deixada de lado, por Lula e demais diretores do sindicato, para dar lugar à condução da campanha. Lula tem consciência dessa responsabilidade e diz que não pode falhar "sob o risco de deixarmos os trabalhadores daqui e de todo o país de cabeça baixa durante esse ano de 80".

## Polícia se une a médicos e professores para que o aumento seja de 56,25%

A Coligação das Polícias Civis do Estado do Rio de Janeiro não vai admitir qualquer discriminação no aumento a ser concedido, este ano, ao funcionalismo estadual. Ela vai se unir aos médicos e aos professores para a fixação do índice de 56,25% sobre os salários atuais, de acordo com o que foi estabelecido na assembléia-geral da Federação dos Servidores Públicos nos dias 23 e 25 de janeiro.

Segundo o presidente da coligação, detetive Válder Heil, o Governo do Estado manobra com o deliberado propósito de excluir do aumento as Polícias Civil e Militar, o magistério e os ocupantes de cargos em comissão, sugerindo que eles façam pressão sobre o Governo federal, para obterem o aumento, "num jogo político que, absolutamente, não interessa à classe". Válder Heil denunciou que, até agora, o Governo do Estado não pagou os atrasados dos policiais referentes aos meses de agosto, setembro e outubro.

### A POLÍTICA

Três diretores da coligação — detetive Fernando Bandeira (também presidente da Associação Brasileira de Vigilantes), Márcio Carvalho e Raimundo Hife — denunciaram o que classificam de "manobra política do Governo do Estado", ao admitir a exclusão, do aumento, das Polícias Civil e Militar e do magistério, como já se comenta abertamente nos bastidores da Assembléia Legislativa.

Os policiais, que representam a coligação na assembléia geral de janeiro, disseram que a intenção do Governo é clara a partir do momento em que o Secretário de Administração, Sr Francisco Mauro Dias, também presente à assembléia, sugeriu que os policiais, médicos e professores fizessem movimentos de pressão sobre o Governo federal.

"Somos funcionários do Estado e quem deve conceder o aumento é o Governo estadual. Fora disso, não vamos entrar no seu jogo político. O nosso compromisso é com a classe", disse Válder Heil.

Acrescentou que a coligação é apolítica e tem como lema

**Dignidade profissional, melhor segurança.** Está solidária aos integrantes da Polícia Militar, que recebem um "salário miserável" e são usados como bode expiatório pela falta de segurança nas grandes cidades brasileiras.

### GREVE

"É preciso que a polícia seja bem paga. Somos contra os maus policiais. O aumento está sendo esperado e não vivemos de promessas. O Governo do Estado terá de arcar com as consequências se tentar excluir-nos do aumento de 56,25%" — declarou.

Raimundo Hife explicou que a população já começou a confiar mais na polícia, a partir do momento em que foi criado o plano de reestruturação na Polícia Civil, que trouxe alguns benefícios, mas que ainda não deu solução ao grave problema salarial.

"Conseguimos um mínimo de dignidade, mas não foram pagos os atrasados, os triênios e as gratificações" — afirmou. A coligação não exclui a possibilidade de fazer uma greve, caso o aumento não seja concedido.



Secretaria de Segurança Pública  
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Revista: Veja - p. 552  
Lista - Greves  
Data: 04/04/79  
SP

dicações não forem atendidas, eles param outra vez no dia 10 de maio.

**VEJA — Mas em 45 dias eles não vão se desmobilizar?**

**LULA —** Antes de começar a greve fomos advertidos por alguns companheiros de base, demitidos depois das paralisações de maio, que muitas fábricas não paravam por falta de liderança. Mas bastou que a greve fosse decretada e o pessoal parou. Surgiram lideranças durante a greve que superaram em muito as antigas. Sabe de uma coisa? Eu acredito muito é na capacidade de luta da classe trabalhadora. Por isso tenho certeza absoluta de que já outra greve geral se não formos atendidos.

**VEJA — Depois da intervenção numa sexta-feira, você foi para casa. Por que só reassumiu o comando da greve dois dias depois, no domingo?**

**LULA —** Primeiro, é preciso compreender a situação psicológica de uma pessoa que é eleita por 97% da categoria e é jogada para fora apenas com um decreto. Na sexta-feira eu não tinha condições psicológicas de presidir nenhuma assembleia, sob pena de atrapalhar o ânimo do pessoal. No sábado eu queria participar da assembleia e neguei a assumir um compromisso, mas alguns companheiros me advertiram de que não havia condições de segurança. De qualquer forma, eu entendia que a diretoria do sindicato já estava lá, na figura do Djalma Bom. Mas quando me chegaram informações de que tanto na sexta à tarde quanto no sábado a assembleia teve um nível muito festivo — com muita gente que não era metalúrgica pegando no microfone e gritando, fora, é claro, as porradas que a turma estava recebendo da polícia, resolvi reassumir de qualquer jeito. Depois, as autoridades estavam esperando que o movimento deixasse de ser apenas de trabalhadores para que tivessem argumentos para intervir e descer o pau. Minha decisão foi ainda ajudada quando, na Assembleia Legislativa, no sábado à noite, mais

de vinte sindicatos decidiram se organizar para nos ajudar.

**VEJA — Mas por que você aceitou o fim da greve no momento em que ela estava tão forte, ao menos em São Bernardo do Campo?**

**LULA —** É preciso ter consciência do momento exato de parar, para não perder o respeito dos adversários e das autoridades. Para mim, seria mais autêntico se continuasse pedindo a greve. Mas, se terminassem os recursos financeiros, ela poderia se esvaziar. Entendi que o momento era terça-feira, quando havia ainda dinheiro e alimentos e moral neces-



Lula: outra greve se preciso

sário para voltar à greve se for preciso. Parar quando a gente está enfraquecendo é desmoralização para o movimento.

**VEJA — Houve algum ganho novo em termos de sindicalismo?**

**LULA —** Sem ser masoquista, eu diria que a intervenção foi muito benéfica para o trabalhador brasileiro: aqueles que pensavam que com uma intervenção os trabalhadores parariam a greve se enganaram. No seio da classe trabalhadora aconteceu algo de novo: a defesa da entidade sindical, acima de tudo. Muitos se esqueceram das reivindicações e pas-

saram a exigir pura e simplesmente a liberdade de seu sindicato. Se a gente tivesse conseguido tudo sem briga nenhuma, o nosso sindicato continuava do mesmo tamanho que era, com 40 000 associados, e com suas assembleias de 3 000 ou 4 000 pessoas. Pela intransigência dos empregadores, pela falta de visão política deles, nosso sindicato virou gigante: nunca na história do Brasil se fez uma assembleia com 80 000, 90 000 trabalhadores.

**VEJA — Como é que você encara a recusa do governo em admitir o MDB como mediador?**

**LULA —** Eu também recusava, porque nós não precisamos de gente para negociar. Para que envolver partidos políticos?

**VEJA — E a Igreja?**

**LULA —** Assim como algumas pessoas do MDB nos ajudaram e foram perfeitos, isso ocorreu com pessoas da Igreja. No caso, o bispo dom Cláudio Hummes, que teve um comportamento perfeito.

**VEJA — Alguns sindicalistas e outros setores da sociedade reclamaram da volta ao trabalho. Como você encara essa posição?**

**LULA —** A gente respeita as opiniões, principalmente dos vários setores que efetivamente nos ajudaram com alimentos, dinheiro, infra-estrutura, movimentos e moral. Entretanto, quando a gente começou a greve, não pedimos a opinião de ninguém, assim como não tínhamos a obrigação de pedir a opinião de alguém para voltar. E se pararmos daqui a um mês outra vez, também não vamos pedir a opinião de ninguém. Eu acho que o pessoal, a partir do momento que percebeu que o movimento era muito sério, começou a esperar muito dele. Queria fazer uma revolução social através da greve de São Bernardo, esquecendo que a ajuda que recebíamos não dava para fazer aquilo que estava na cabeça de todos os setores da sociedade. Esquecendo que os trabalhadores estavam brigando por 11%, pelos delegados sindicais, e depois contra a intervenção. Era esperar demais. Era impossível fazer o que estava na cabeça de cada setor da sociedade, mas era possível fazer o que estava na cabeça da gente. E foi feito exatamente isso.

PT 1092a-130

JORNAL: Folha das Lamb

P- News

D- 05 05 80 F. SP

## Ramalhete não admite LSN contra grevista

BRASÍLIA (Sucursal) — O consultor geral da República, jurista Clóvis Ramalhete, disse ontem, no gabinete do ministro da Justiça, Ibraim Abi Ackel, que aconselhara o presidente Figueiredo a não usar a Lei de Segurança Nacional contra os trabalhadores grevistas porque o "atual período de abertura não é compatível com os instrumentos de exceção".

A seu ver, os problemas causados por greves ilegais devem ser examinados à luz do Código Penal. Conversando sobre o assunto com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seabra Fagundes, que se avistou com Abi Ackel no mesmo horário, Clóvis Ramalhete ouviu dele o seguinte comentário: "O sr. colocou a Lei de Segurança de férias".





Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública

**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

JORNAL: *Diário do Paraná*

*Posta greves*

Data *29 05 79* Estado *PR*

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

7

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

# Julgada ilegal a greve dos jornalistas de SP

SÃO PAULO — Por unanimidade de votos (13 a zero) o Tribunal do Trabalho da 2ª Região julgou ilegal a greve que, na madrugada da última quarta-feira, havia sido decretada por aclamação por jornalistas paulistas, no Teatro da Universidade Católica. A sessão do tribunal, presidida por seu vice-presidente, juiz Bento Puppo Pesce, não levou mais que 55 minutos; aliás, no entender do procurador regional do Trabalho, Paulo Chagas Felisberto, tratava-se de um processo juridicamente simples.

Apenas um dos juízes deu-se por impedido, trata-se de Osael da Costa Monteiro, representante classista dos trabalhadores.

Na forma, a greve foi julgada ilegal; no mérito, isto é, na parte substantiva, relativa aos dois pedidos (25 por cento de aumento sete meses do término do acordo em vigor e instituição da figura dos representantes dos CCRR — representantes de redação — com direito a estabilidade igual a de dirigentes sindicais) o tribunal também não satisfaz aos grevistas.

Entendeu o TRT da 2ª Região não haver possibilidade de aumento dentro de uma convenção coletiva de trabalho plenamente em vigor, a qual só expirará a 30 de novembro vindouro.

O problema dos delegados sindicais — ou representantes de CCRR — também foi examinado da tribuna, pelos advogados, e no plenário, pelos julgadores. O entendimento vitorioso foi o da não-existência de embasamento legal, para o pedido, que, aliás, era contraditório com a própria convenção coletiva em vigor, a qual fala da possibilidade de estudos para a instituição de representantes, sem mencionar conselhos de redação. A convenção em vigor tampouco menciona a possibilidade de estabilidade para os CCRR.

Pelos grevistas, usou a tribuna o advogado Walter Uzzo, pelas empresas, a sustentação oral foi feita pelo advogado Luis Carlos Amorim Robortella.

### DISSÍDIO

Tanto o advogado Luis Carlos Amorim Robortella, quanto o juiz relator Wilson de Souza Campos Batalha e os demais julgadores, examinaram pormenorizadamente a falta de obediência aos pressupostos legais na decretação da greve.

O dissídio coletivo ontem julgado somente não foi rejeitado "in limine" pelo tribunal porque sua instauração havia partido ex-officio pela Delegacia Regional do Trabalho.

Assim como a audiência de julgamento, a audiência anterior, de tentativa final de conciliação, às 13 horas, foi presidida pelo vice-presidente do TRT da 2ª Região, Luiz Bento Puppo Pesce. Isso porque o presidente do tribunal, juiz Nelson Vergílio Nascimento, havia viajado

para Brasília, para se avistar com o ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen.

Pelos jornalistas compareceu David de Moraes, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, acompanhado dos advogados Rubens Mendonça e Walter Uzzo. Pelos empresários compareceram Edmundo Monteiro (Sindicato das Empresas Editoras de Jornais e Revistas do Estado de São Paulo) e Joaquim Mendonça (Sindicato das Emissoras de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo), ambos acompanhados pelo advogado Luis Carlos Robortella.

O procurador regional do Trabalho, Paulo Chagas Felisberto, também participou da audiência, dizendo estar pronto para dar seu parecer em poucos minutos, uma vez que, juridicamente, não se tratava de caso muito complexo.

### PROPOSTA

Os representantes empresariais fizeram uma oferta conciliatória, para evitar o julgamento, encerrar a greve e elevar salários sete meses antes da data-base: 14 por cento de antecipação e 2 por cento de aumento efetivo. Essa proposta era a transformação de 2 por cento em aumento efetivo, dentro dos 16 por cento de antecipação que já haviam sido concedidos pelas empresas, antes da deflagração da greve.

David de Moraes, bastante abatido, disse que a proposta era inaceitável, por considerá-la muito baixa; os empresários disseram lamentar o fato, mas mantiveram-se firmes na oferta dos 14 por cento de antecipação, mais 2 por cento de aumento.

Estabelecido novamente o impasse, o advogado Luis Carlos Amorim Robortella, das empresas, solicitou a juntada de um documento aos autos: cópia autêntica de certidão do acordo salarial entre as partes, firmado em dezembro último e ainda em vigor.

Com esse requerimento, o advogado das empresas queria enfatizar a norma contida na legislação trabalhista, segundo a qual não se pode pleitear aumento salarial de forma coletiva, dentro da vigência de acordo intersindical.

O juiz presidente Bento Puppo Pesce deu vista do documento à parte contrária; consultou novamente o procurador Paulo Chagas Felisberto sobre a possibilidade de o parecer ser logo anexado aos autos, ouviu uma resposta positiva e determinou ao funcionário de secretaria que procedesse ao sorteio dos juízes relator e revisor.

Foram sorteados Wilson de Souza Campos Batalha (juiz classista; representante das categorias econômicas, autor de muitos livros de Direito) e José Anchieta Faleiros.



## Professores da Bahia entram em greve hoje

SALVADOR, (AJB/GP) — Os professores da rede particular de ensino de Salvador entram, hoje, em greve, e realizam uma assembleia geral, quando será discutido um pedido a Assembleia Legislativa de formação de uma CPI da Educação. Segundo o presidente da Associação dos Professores Licenciados, Sergio Guerra, o legislativo deve responsabilizar o Estado por delegar a instituições despreparadas a educação.

Cerca de 20 mil alunos ficarão sem aulas, enquanto não for assinado um acordo entre os professores e o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino, conforme assegurou Sergio Guerra. As reivindicações são 70 por cento de aumento salarial, redução do número de alunos por sala de aula, pagamento das aulas de coordenação e readmissão dos professores demitidos após a greve de abril. Na assembleia-geral, os professores em greve e o comando de greve vão discutir a formação de uma comissão de denúncia das condições dos estabelecimentos privados de ensino. Na opinião do presidente da Associação dos Professores

Licenciados, muitos colégios comprometem a integridade física, moral e psicológica dos estudantes.

Muitos estabelecimentos funcionam em velhos casarões e com 100 alunos em sala de aula. Os jovens são despersonalizados e reduzidos a uma massa sem rosto, quando se coloca uma centena de alunos em sala, um critério que consideramos indecente disse Sergio Guerra. Ele denunciou também que as escolas particulares esquecem o aspecto fundamental da educação, que é preparar o jovem para a vida.

A comissão de denúncia, informou ele, vai examinar e colocar para a opinião pública a política dos estabelecimentos de ensino de estabelecer um funil na preparação dos estudantes para o vestibular. Eles marginalizam aqueles que consideram incapazes de passar no vestibular e, assim, poder mostrar crescimento do percentual dos que passam pelo exame, para assegurar seus lucros, afirmou ele.

### MEMORIAL

Os professores primários da

rede oficial de ensino pretendem entregar, hoje, memorial ao governador Antonio Carlos Magalhães, contendo reivindicações salariais. Eles não tem audiência marcada, segundo os professores, porque o chefe da Casa Civil do governo alegou que a agenda estava completa, mesmo assim vão tentar falar com Antonio Carlos Magalhães.

No dia 25 de maio os professores primários realizaram uma assembleia-geral e estabeleceram suas reivindicações. Querem cinco salários mínimos para 20 horas de aula semanais e até 12 salários mínimos para os que tem curso de especialização. Atualmente os professores do primeiro grau da rede oficial ganham entre Cr\$ 1 mil 865 e Cr\$ 1 mil 518.

No memorial eles argumentam a convicção de que uma política salarial mais condizente com a nossa função só trará benefícios a educação. Se houver encontro com o governador, eles aguardam uma resposta até o dia 11 quando farão uma assembleia-geral para o encaminhamento das reivindicações; por enquanto, não falam em greve.

### Vigília

BELO HORIZONTE (AJB-GP) — Uma vigília nas escadarias da igreja São José, no centro da cidade, começa a ser realizada hoje pelos professores públicos, em greve há 19 dias, e durará até que suas reivindicações sejam atendidas. Pais e alunos devem entregar hoje ao governador abaixo-assinado pedindo que conceda o aumento reivindicado pelos professores.

A greve já paralisou cerca de 80 mil professores em mais de 300 cidades mineiras, deixando 3 milhões de crianças sem aulas. Em Uberlândia, professores fizeram uma passeata pacífica, pelas principais ruas da cidade, para exigir uma resposta do governo as suas reivindicações.

O comando geral da greve se reúne novamente hoje com o secretário da Educação deputado Paulino Cicero, para tratar da efetivação dos contratados, através da abertura de concurso público, uma das reivindicações da classe.

Os grevistas — até então contrários a protelação do aumento reivindicado — já admitem um programa através do qual o governador Francelino Pereira repõe, nos dois primeiros anos de sua administração, os vencimentos dos professores.

Mas para isso, eles exigem que o governo pague a partir de 1.º de maio o aumento de 83 PCT concedido a classe, mas dividido em duas etapas — 38 PCT a partir de maio e 45 PCT em outubro. E, nos próximos dois anos, o governo daria aumentos em índices bastante superiores ao oficial, para se chegar aos pisos salariais exigidos pela categoria.

Com o prêmio de produtividade, o salário atual das professoras oscila entre Cr\$ 3 mil e Cr\$ 3 mil 500. O aumento de 83 PCT, já concedido pelo governo, elevará os vencimentos a Cr\$ 5

### Debates em Minas Gerais

BELO HORIZONTE (AG-GP) - O secretário da Educação de Minas Gerais, Paulino Cicero de Vasconcelos, anunciou ontem que manterá hoje à tarde um novo contato com o comando geral da greve dos professores mineiros, para continuar os debates em torno das reivindicações da classe que já entra no 17.º dia de greve.

Mas o comando dos grevistas garantiu, no entanto, que só iniciará novos entendimentos com o Governo estadual, caso o primeiro item da negociação seja a questão salarial, o que eles consideram o mais

importante.

No encontro mantido na noite de sexta-feira com o comando dos grevistas o Secretário de Educação somente discutiu a efetivação dos 37 mil professores contratados pela rede pública de ensino. Sua proposta é estudar a reivindicação, juntamente com o Secretário da Administração, José Machado Sobrinho, ainda esta semana, enquanto isso, segundo o comando geral de greve, no interior do Estado mais de 65 cidades já aderiram ao movimento, elevando para 330 o número de municípios com professores em greve.

### Congresso: metalúrgicos

SANTO ANDRÉ — (AE — GP) — Começa hoje em Poços de Caldas, Sul de Minas, o Décimo Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Brasil. Os dirigentes de São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul não tiveram tempo para preparação de teses para o conclave, porque retornaram para os sindicatos, então sob intervenção, no último dia 21 e as inscrições das teses só foram feitas até o dia 24. Mesmo assim apresentarão em Poços de Caldas a proposição de eleições diretas para a escolha dos dirigentes sindicais em todos os níveis — sindicato, Federação e Confederação.

Para o Secretário-Geral do Sindicato de São Bernardo, Severino Alves da Silva, a proposição de eleições diretas em todos os níveis não é nova: foi apresentada em janeiro, durante o encontro estadual de Lins, e agora receberá somente pequenos retoques de redação. Essa proposta, que pretende eliminar o sistema indireto atualmente em vigor para escolha dos presidentes das federações e confederações, recomenda que as eleições ocorram numa única data, simultaneamente, mas não chega a indicar qual seria essa data.

suas bases (...). Crítica também o atual processo eleitoral ao afirmar que ele "está totalmente em mãos do presidente em exercício, quase sempre candidato a reeleição, situação que deve ser modificada para propiciar oportunidades iguais a todas as chapas concorrentes".

As lideranças sindicais do ABC, segundo Severino, acreditam que o Congresso de Poços de Caldas será muito polêmico, tendo em vista que as conclusões do encontro de Lins serão apresentadas, integralmente, como teses de São Paulo, através da Federação. Uma delas refere-se a criação do PT, Partido dos Trabalhadores, e isso fatalmente colocará em confronto as diferentes correntes de pensamento que atualmente debatem a pluralidade partidária.

Os trabalhos do Congresso de Poços de Caldas estão assim programados: dia 4, entrega de credenciais e de material aos congressistas; sessão solene de abertura e trabalhos das comissões. Amanhã, novamente reuniões das comissões e preparação das proposições e mensagens. Quarta-feira, três sessões plenárias, a primeira ao meio-dia, a segunda às 16 horas e a terceira às 18 horas. Quinta-feira, sessões plenárias ao meio-dia e às 16 horas.

PT 107



Os grevistas — até então contrários a protelação do aumento reivindicado — já admitem um programa através do qual o governador Francelino Pereira repونها, nos dois primeiros anos de sua administração, os vencimentos dos professores.

Mas para isso, eles exigem que o governo pague a partir de 1.º de maio o aumento de 83 PCT concedido a classe, mas dividido em duas etapas — 38 PCT a partir de maio e 45 PCT em outubro. E, nos próximos dois anos, o governo daria aumentos em índices bastante superiores ao oficial, para se chegar aos pisos salariais exigidos pela categoria.

Com o prêmio de produtividade, o salário atual das professoras oscila entre Cr\$ 3 mil e Cr\$ 3 mil 500. O aumento de 83 PCT, já concedido pelo governo, elevará os vencimentos a Cr\$ 5 mil 500, a partir de outubro. Mas os pisos salariais reivindicados esse ano vão de Cr\$ 8 mil a Cr\$ 14 mil.

Na Assembléia que realizará na quarta-feira, os grevistas devem votar a proposta do governo de aumentos escalonados nos dois próximos anos, como tentativa de atender as reivindicações. A proposta desagradada, no entanto, a maioria dos grevistas, que querem o aumento imediato.

Uma comissão de pais e alunos deve entregar hoje ao governador Francelino Pereira um abaixo assinado, com mais de 10 mil assinaturas, pedindo que o executivo atenda as reivindicações das professoras. Ontem eles realizaram, no bairro Eldorado, na Cidade Industrial, uma reunião na qual foram discutidos problemas gerais de ensino e a remuneração dos professores.

Os 3 mil professores da Universidade Federal de Minas, retornam hoje as atividades, depois de três dias de paralisação em solidariedade a seus colegas de 1.º e 2.º graus. O reitor Celso de Vasconcelos Pinheiro considerou justa a greve da UFMG, mas achou que seria melhor que seus professores, ao invés de paralisar as aulas, dessem um dia/salário para o fundo de greve.

retornaram para os sindicatos, então sob intervenção, no último dia 21 e as inscrições das teses só foram feitas até o dia 24. Mesmo assim apresentarão em Poços de Caldas a proposição de eleições diretas para a escolha dos dirigentes sindicais em todos os níveis — sindicato, Federação e Confederação.

Para o Secretário-Geral do Sindicato de São Bernardo, Severino Alves da Silva, a proposição de eleições diretas em todos os níveis não é nova: foi apresentada em janeiro, durante o encontro estadual de Lins, e agora receberá somente pequenos retoques de redação. Essa proposta, que pretende eliminar o sistema indireto atualmente em vigor para escolha dos presidentes das federações e confederações, recomenda que as eleições ocorram numa única data, simultaneamente, mas não chega a indicar qual seria essa data.

#### ELEIÇÕES SINDICAIS

A proposta vem encabeçada pelo argumento de que "as eleições sindicais, dentro do regime de absoluto controle pelo Estado, apresentam sérias distorções, que viciam a vontade dos trabalhadores, contribuindo, às vezes, para a manutenção de dirigentes pouco comprometidos com

o ABC, segundo Severino, acreditam que o Congresso de Poços de Caldas será muito polêmico, tendo em vista que as conclusões do encontro de Lins serão apresentadas, integralmente, como teses de São Paulo, através da Federação. Uma delas refere-se a criação do PT, Partido dos Trabalhadores, e isso fatalmente colocará em confronto as diferentes correntes de pensamento que atualmente debatem a pluralidade partidária.

Os trabalhos do Congresso de Poços de Caldas estão assim programados: dia 4, entrega de credenciais e de material aos congressistas; sessão solene de abertura e trabalhos das comissões. Amanhã, novamente reuniões das comissões e preparação das proposições e mensagens. Quarta-feira, três sessões plenárias, a primeira ao meio-dia, a segunda às 16 horas e a terceira às 18 horas. Quinta-feira, sessões plenárias ao meio-dia e às 16 horas. Quinta-feira, sessão plenária administrativa, que inclui leitura do relatório das atividades do Departamento Profissional, eleição do Secretário Nacional e designação do local para realização do próximo Congresso, previsto para 1982. Sexta-feira será dia livre e no sábado, às 9 horas, a sessão solene de encerramento.



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

JORNAL: *Folha de Parana*  
Pasta: *Greves*  
Data: *08/06/79* Estado *PR*

07

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

## **Motoristas decidem se reiniciam greve**

NATAL — (AG — GP) — A reabertura ou não da greve dos motoristas de transportes coletivos será decidida hoje à noite quando haverá assembleia geral promovida pelo sindicato da classe. Espera o presidente do Sindicato dos Motoristas, Manoel Francisco Pereira, que o Sindicato das Empresas de Transportes e o poder público se manifestem em relação ao aumento de quarenta por cento, a vigorar a partir de primeiro de junho. Acrescenta que se não houver nenhuma confirmação, a greve recomeçará hoje mesmo.

Manoel Francisco reafirmou sua posição favorável aos motoristas, porque suas reivindicações são justas e eles merecem o aumento. Nos primeiros entendimentos, o Sindicato das Empresas de Transportes mostrou disposição em conceder o aumento solicitado, pelos motoristas, porque suas reivindicações são justas e eles merecem o aumento. O Sindicato das Empresas de Transportes mostrou disposição em conceder o aumento solicitado, pelo motorista, desde que consiga aumento no preço das passagens.

## **Professores da Bahia**

SALVADOR (AE—GP) — A greve dos professores dos 1 e 2.º graus, da rede particular de Salvador, entrou ontem em seu quarto dia marcada pela intensificação dos piquetes, concentrados nos colégios onde as adesões tem sido menores e o registro de um fato novo: a presidente do sindicato patronal, Iolanda Piva, solicitou que a Delegacia Regional do Trabalho marque uma reunião para que se iniciem as negociações, com a intermediação do delegado Ivanilson Trindade.

Apesar de mais um professor ter sido demitido ontem, por participar do movimento, a adesão aumentou devido aos piquetes.

Iolanda Piva, entretanto, negou a existência de demissões em represália à greve, pelo menos nos colégios filiados ao sindicato, ressaltando ser esta posição uma decisão da diretoria da sua entidade. Ela reafirmou a impossibilidade dos colégios pequenos e médios suportarem um aumento salarial superior a 56 por cento, mas disse que, depois do acordo, o sindicato não vai impedir que os estabelecimentos maiores, se quiserem, dêem reajustes melhores. Os professores estão reivindicando um aumento escalonado de 50 a 80 por cento.

Quanto à limitação do número de alunos nas salas de aula, Iolanda Piva acha que isto deve ser discutido visando ao próximo ano letivo, e, de qualquer modo, acredita que as duas partes chegarão a um acordo na mesa de negociações. Ela confirmou que os colégios resolveram mesmo impedir a entrada de grevistas nas escolas, para tentar a adesão dos colegas que continuam trabalhando.

Piva disse que teve conhecimento de um movimento entre os pais dos alunos, no sentido de suspenderem o pagamento das mensalidades. Sobre isto, ela tem posição firmada: "Se os pais não pagarem, também os professores não recebem seus salários". A presidente do sindicato patronal acha também que qualquer aumento superior ao índice oficial deverá ser repassado para o preço das anuidades.

## **10.º Congresso dos Metalúrgicos em MG**

POÇOS DE CALDAS, MG — (AJB-GP) — Em documento de princípios, a ser apreciado ontem pela sessão plenária do 10.º Congresso Nacional dos Metalúrgicos, a Comissão de Sindicalismo propõe a discussão junto as bases para a criação de uma central única dos trabalhadores e a total desvinculação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho.

O documento de oito páginas defende ainda a realização de eleições livres para todas as entidades sindicais — confederações, federações e sindicatos — a serem convocados para o dia nacional de eleições sindicais. Pede ainda a completa autonomia dos sindicatos, ao ressaltar que eles devem ser livres e independentes e só a assembleia geral, através do voto da maioria, poderá intervir no sindicato.

O trabalho propõe a caracterização dos sindicatos como órgãos de pressão, de luta e defesa dos interesses dos trabalhadores em relação as eleições diretas e desvinculação ao Ministério do Trabalho, argumenta que o processo eleitoral não pode sofrer ingerência do Ministério ou outro órgão do Estado, garantindo-se a estabilidade e no emprego aos diretores e aos que concorrem ao pleito.

O representante do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, João Paulo Pires de Vasconcelos, integrante da comissão, defendeu a completa independência dos sindicatos em relação ao governo e pediu que nenhum novo sindicato submeta seu registro ao Ministério do Trabalho. Propôs ainda — e foi derrotado — a criação imediata da Central dos Trabalhadores.

O texto a ser discutido pelos congressistas ontem diz que até ser criada a Central dos Trabalhadores, as entidades sindicais tomarão atitudes conjuntas frente aos problemas de seu interesse, como forma de consolidar a instituição. "A Central dos Trabalhadores deverá ter amplitude que represente...

PT 10722-130

Secretaria de Segurança Pública

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

# Greve de professores atinge 4 Estados

BELO HORIZONTE — (AG/AE/GP) — A greve dos professores mineiros, que até a tarde de ontem se estendia a 403 dos 722 municípios do Estado deverá atingir, a partir de hoje, os funcionários das Delegacias Regionais da Secretaria de Educação e mesmo a própria secretaria, conforme disse um dos membros do Comando Geral de Greve (CGG), Marcia Mara de Araujo Abreu.

Apesar das previsões do Governo do Estado de que a greve "está chegando ao seu fim após as medidas já anunciadas", os líderes do movimento tem opinião diferente e afirmam que, pelo contrário, o movimento só tem feito crescer já atingindo cerca de 85 mil professores em todo o Estado.

Segundo explicou Marcia Mara "com a paralisação das delegacias de ensino a partir de hoje, o movimento ganhará além da adesão de várias centenas de grevistas, a tranquilidade de que não serão possíveis as punições aos professores, pois são justamente essas delegacias que fazem o controle de frequência dos mestres às aulas e iniciam todos processos administrativos".

**SALVADOR**  
Os professores da rede particular de ensino, em greve há mais de uma semana, poderão fazer um acordo hoje, através do Comando Geral de Greve e o Sindicato Patronal, que possibilite a paralisação do movimento grevista. Segundo os representantes da categoria já existem alguns pontos passíveis de acordo, embora não tenham conseguido ainda chegar a um ponto comum quanto as reivindicações salariais.

Inicialmente os professores particulares pediam um aumento

de 100 por cento, além de outras reivindicações de caráter pedagógico, visando a melhoria das condições de ensino e trabalho. O Sindicato patronal, no entanto só admitiu um aumento de 56 por cento, enquanto a categoria fez uma contra proposta de 70. Segundo o Comando Geral de Greve, existe a possibilidade de percentuais escalonados entre 50 e 80 por cento. Hoje pela manhã o professorado realiza a Assembleia Geral para examinar a contraproposta.

Nenhuma mudança foi verificada no comportamento da greve dos médicos residentes de Salvador que reivindicam, a exemplo dos seus colegas de todo o país, carteira profissional assinada e direitos trabalhistas. Hoje será realizada assembleia geral e quarta-feira os grevistas fazem um ato público na Praça da Piedade, no centro da cidade.

**CARIOCAS**

Em assembleia realizada ontem na ABI, no Rio, professores de colégios do primeiro e segundo graus do ensino particular decidiram manter a classe mobilizada e iniciar campanha de esclarecimento para a nova greve a ser debatida na assembleia a ser realizada no próximo dia 17, no Rio.

Cerca de 500 professores reunidos na ABI, após analisar a dificuldade de uma nova greve no momento, resolveram aprovar uma campanha de esclarecimento popular, fazendo manifestações em pontos de grande concentração. Essa campanha visa mostrar que os colégios não vão pagar o aumento de 84 por cento que os professores conseguiram durante a primeira greve. Em-

bora os colégios tenham reajustado as mensalidades para esse aumento, os professores vão receber apenas a reposição da inflação de 44 por cento, segundo o Presidente do Sindicato dos Professores, José Monreivi Ribeiro.

O professor Monreivi Ribeiro explica ainda que o Sindicato Patronal conseguiu no Tribunal Superior do Trabalho efeito suspensivo do acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que concedeu a classe aumento de 84 por cento. Dessa forma, os colégios só pagarão o índice oficial de 44 por cento.

**RECIFE**

O Governo do Estado que até hoje recusou-se a dialogar com o Comando de Greve dos Professores, enviou o Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação, Sérgio Alves, para a Missa Campal celebrada ontem, por quatro vigários na vigília dos professores em frente a sede da secretaria.

A missa reuniu cerca de 500 pessoas entre professores e familiares. E no final foi anunciada a presença do Chefe de Gabinete Sérgio Alves. Os professores receberam a presença do enviado do Governo como a possibilidade de uma nova atitude do Chefe do Executivo que sábado disse não dialogar com os grevistas.

Esgotou-se ontem, o prazo fixado pelo Governo para que os professores voltem as aulas sob pena de punições. Hoje o Governador Marco Magiel decidirá a nova ação do Governo diante da greve que prossegue, embora parcialmente.



Estado do Para

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO .....

RESIDÊNCIA .....



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

JORNAL *Correio de Notícias**Paraná greves*

Data 31 07/79 Estado PR

# Greve, quebra-quebra, morte e feridos em Belo Horizonte

**Belo Horizonte** - Um choque entre milhares de trabalhadores da construção civil e policiais da PM mineira, ontem, poucas horas depois de iniciada a greve da classe, transformou em praça de guerra o centro desta capital, causando a morte de um operário, ferimentos em 14 pessoas (cinco operários e nove bombeiros), destruindo completamente três carros (todos incendiados) e danificando inúmeros outros veículos e estabelecimentos comerciais, que fecharam suas portas temendo maiores conseqüências.

O conflito que deixou tensa a população de Belo Horizonte durante várias horas teve início por volta das 10 horas, quando os grevistas começaram a se concentrar na Praça Rui Barbosa, em frente a estação da Rede Ferroviária Federal, como fora combinado na assembleia que decidira a greve, realizada domingo no antigo campo do Atlético, também na área central da cidade. Os operários alegaram que o campo havia sido negado pela prefeitura para a concentração de ontem, mas o prefeito Maurício Campos e o governador Francisco Pereira negaram que tenha ocorrido qualquer proibição nesse sentido.

Logo cedo, em diversos pontos da cidade, os grevistas que faziam piquetes para impedir que alguns colegas trabalhassem acabaram depredando os canteiros de obra, destruindo parcialmente os tapumes e agredindo com paus e pedras os não grevistas, além de chegarem, em alguns lugares, a inutilizar material de construção.

Um dos presos foi o encarregado de um edifício de apartamentos em construção na Avenida Álvares Cabral, também no centro, o qual havia sacado o revólver para impedir um piquete. A polícia militar de Minas começou primeiro a atender os problemas gerados pelos piquetes e, por volta das 10 horas, com a mobilização dos operários no sentido da Praça da Estação, deslocou seus homens para lá.

Antes, porém, de sua chegada, ocorreu o primeiro e um dos mais graves dos inúmeros conflitos que iriam se repetir com intensidade pelo menos nas três horas seguintes: o motorista do táxi Corcel Placa CA-3430 tentou passar no meio da multidão, próximo à praça, e acabou esbarrando numa mulher. Como os operários se revoltassem, ele foi obrigado a abandonar correndo o veículo, que foi tombado e em seguida incendiado pela massa.

Solicitado, o Corpo de Bombeiros mandou duas viaturas ao local, com um total de 10 soldados, para apagar o fogo que destruiu o automóvel, e ao mesmo tempo para dispersar a multidão. Quando os veículos chegaram, um se ocupou

do auto em chamas e o outro dos operários, lançando-lhes jatos d'água para dispersá-los.

Revoltados, os operários reagiram imediatamente, atirando pedras e paus nos bombeiros, ferindo nove deles. Quando os bombeiros, surpreendidos pela reação, resolveram abandonar a praça, um deles, Sebastião Bulhões Filho, de 23 anos, se desequilibrou e caiu, sendo atropelado pelo próprio caminhão em que se encontrava. Divulgou-se a princípio que ele havia falecido, mas sobrevive e está em estado grave, juntamente com seu colega Antonio Raimundo Vieira Filho, que também foi atropelado praticamente no mesmo instante. Segundo as autoridades, Sebastião foi empurrado por um operário em direção ao carro. O operário foi preso em flagrante pela polícia, que informa ter sido esta a única prisão efetuada.

Minutos depois chegaram a Praça guarnições da Polícia Militar, que, recebidas a pedradas, passaram a atirar bombas de efeito moral, enquanto o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Belo Horizonte, Francisco Pizarro, com um megafone convocava seus liderados para se transferirem para o campo do Atlético, já então liberado pela Prefeitura.

Uma viatura da polícia chegou a conduzir alguns operários e os demais - cerca de 5 mil - foram a pé para o local indicado, que fica a mais ou menos dois quilômetros da Praça Rui Barbosa. A massa operária ocupou as duas largas pistas da Avenida Amazonas, que é, ao lado da Avenida Afonso Pena, a mais movimentada da capital mineira. Durante o trajeto, o trânsito ficou quase completamente interrompido.

No percurso, os operários destruíram - prabrisas de automóveis estacionados, virando e incendiaram a Kombi placa AL 4372, de propriedade de Juvenal dos Santos e que estava parada na esquina da Avenida Olegário Maciel, a um quarteirão do campo do Atlético.

Por volta de 12h15min 120 policiais armados de cassetetes, revólveres e bombas de gás lacrimogênio chegaram ao campo do Atlético, onde já se encontravam cerca de 3 mil operários em seu interior e mais aproximadamente 500 do lado de fora. Os policiais fecharam um dos lados da avenida e nesse momento os operários passaram a atirar-lhes pedras.

Em contrapartida, a polícia passou a atirar bombas. O ambiente ficou cada vez mais tenso e violento, tendo a polícia então usado revólveres, atirando para cima. Várias balas atingiram os elevados muros do campo e uma delas fe-

riu um operário.

Ocorreu, então, o mais grave incidente do dia: um policial disparou com uma carabina uma bomba de efeito moral a cerca de três metros de distância do trabalhador Orocílio Martins Gonçalves, de 24 anos, empregado da empresa de Mecanização Rural, que morreu pouco tempo depois. A distância mínima a ser observada para disparo de tais bombas é de pelo menos 10 metros, a fim de que não provoquem conseqüências mais graves.

O comando da PM e o governador de Minas afirmaram que o operário foi atingido por uma pedrada de um companheiro.

O chefe da Operação Militar, ten. cel. Roberto Xavier, afirmou que o objetivo da polícia era assegurar a proteção da população. A polícia efetuou em frente ao campo inúmeras prisões e espancou operários.

Em São Paulo, até às 18 horas de ontem, os 800 operários da Usina Central Paulista de Açúcar e Alcool, do Grupo Atalla, sediada em Jau, não haviam recebido o pagamento referente ao mês de junho e totalizaram as primeiras 48 horas de paralisação em protesto contra o atraso.

No Rio, aos gritos de "a massa unida jamais será vencida" e "a união é a força do peão", dois mil metalúrgicos da Fiat-Diesel decidiram, ontem em Assembleia, a continuação da greve: eles rasgaram cartaz expondo a contraproposta patronal - até 70 por cento aos que ganham de um a dois salários mínimos - e continuam reivindicando 90 por cento de aumento salarial.

Mulheres e filhos dos metalúrgicos da Fiat, que chegam ao nono dia de greve, promovem hoje ato público na Igreja de Santo Antonio, no centro de Duque de Caxias. A decisão foi tomada durante uma reunião que levou líderes grevistas e operários ao Clube Piauí, na localidade de Serem, para discutir o movimento grevista.

Durante a concentração será pedida a reintegração do delegado sindical afastado da fábrica e do operário Ivo Alves Moreira, que perdeu dois dedos no trabalho. São mais de 2 mil e 500 operários em greve, por melhores condições salariais, e a atividade de suas mulheres pode ajudar em sua mobilização, divulgando-a.

Minutos antes de despachar com o governador Chagas Freitas o secretário estadual de Educação disse que, apesar de ter sido decidida em assembleia a greve dos professores, ele não acredita que os professores do Rio vão aderir ao movimento. Ele acha que os professores vão "dar o devido valor ao que o Estado fez por eles".

PT 1072 a - 120



# Os grevistas param Belo Horizonte de novo

Das sucursais e do serviço local

Depois de rejeitarem a contra-proposta patronal para o aumento de seus salários, mais de 10 mil operários da construção civil de Belo Horizonte deixaram o ex-campo do Atlético ontem pela manhã e, praticamente, tomaram conta da cidade em manifestações que duraram sete horas, apoiadas por milhares de estudantes e pessoas ligadas a diversos movimentos políticos.

No percurso entre o estádio e o centro da cidade, os manifestantes voltaram a atacar lojas e depredar carros, sem que a polícia interviesse em nenhum momento. O comércio permaneceu fechado, as agências bancárias só abriram suas portas em breves instantes e o sistema de transporte coletivo entrou em colapso. Ninguém, contudo, ousava reclamar dos manifestantes, que chegaram até a dirigir o trânsito em muitos cruzamentos.

Os patrões deverão hoje fazer nova contraproposta em reunião de

conciliação convocada pelo DRT. Prevendo que os operários possam novamente rejeitar o reajuste a ser oferecido, a Secretaria de Segurança está preparando um esquema especial para hoje cedo, sendo até possível que seja suspenso o jogo Atlético x Cruzeiro a fim de que sejam evitadas grandes concentrações populares paralelas. Ainda ontem, foi distribuído o laudo pericial do tratorista Orocílio Martins Gonçalves — ele foi sepultado ontem em Cordisburgo —, tendo os peritos confirmado que foi atingido por um tiro de revólver calibre 38. Depois da divulgação, a Secretaria de Segurança informou que abrirá inquérito para descobrir quem deu o tiro, garantindo que o responsável será punido.

Enquanto isso, o governador Francellino Pereira volta a apontar a infiltração de "elementos estranhos" nos distúrbios. E um oficial do Quartel-General do Exército, em Brasília, informava que a greve faz parte de uma estratégia "montada pelo comunismo internacional".

## Durante sete horas, uma cidade no caos

O pânico tomou conta de Belo Horizonte. O segundo dia de greve dos trabalhadores da Construção Civil transformou a capital mineira em praça de guerra. O cortejo dos *piões* em greve — engrossado por milhares de estudantes, desocupados, *trombadinhas*, líderes de movimentos políticos paralelos — causou não só a paralisação das obras em toda a cidade mas provocou o caos. O trânsito no centro, especialmente na avenida Afonso Pena, a principal da cidade, esteve praticamente interdito o dia inteiro, por causa da passeata.

O corre-corre da população, assustada pela violência entre *piões* e policiais de anteontem, começou às 11h30, quando os grevistas saíram de sua assembleia geral, no ex-campo do Atlético. Os operários caminharam, sempre pelo meio da rua, até a praça da Estação e, no percurso, iam quebrando lojas e depredando carros. À tarde, após uma longa e demorada passeata, que inicialmente se limitou à avenida Afonso Pena, o movimento ficou totalmente sem controle, transformando-se em arruaça e provocando o colapso do sistema de transportes, pois os ônibus não podiam completar seus itinerários até o centro da cidade.

Até às 18 horas, era impossível andar de carro ou a pé pelas ruas centrais. O cortejo ia e

po se aproximava, só se ouvia o ruído de portas de aço sendo abaixadas às pressas, enquanto famílias, comerciantes e a população em geral corria de um lado para outro, num verdadeiro "salve-se-quem-puder". Os manifestantes levavam faixas, denunciando "salários de fome" e condenando a morte de um companheiro, no dia anterior (o tratorista Orocílio Martins Gonçalves).

Na rua Tupis, foi quebrada e destruída a lanchonete "Teds" e, na avenida Afonso Pena, a loja da sapataria Americana teve seus vidros estilhaçados, sendo saqueada. Na praça da Estação, um caminhão de bebidas foi assaltado pela multidão, que levou garrafas de refrigerantes e cervejas, até a chegada da polícia. Os policiais eram conduzidos por ônibus da PM e coletivos requisitados das linhas particulares. A cavalaria — integrada por mais de 100 homens — não teve um minuto de descanso.

Ao meio-dia, Belo Horizonte parou. Os grevistas caminhavam no meio da avenida e o caos era total. Muitas linhas de ônibus deixaram de circular, ficando os passageiros sem opção para sair do centro da cidade. Os grevistas começaram a se organizar, tentando evitar o quebra-quebra: um pivete foi entregue por eles à polícia. Seus líderes e membros de movimentos políticos paralelos

ristas que avançassem ou parassem, sem que ninguém os desrespeitasse. Não chegaram a se manifestar na frente do Palácio da Liberdade, dirigindo-se para a Assembleia Legislativa. Lá, eram esperados por um regimento da Cavalaria, cujos soldados foram insultados e provocados, aos gritos de "assassinos, cachorrada". Houve um momento em que um grupo mais exaltado ameaçou enfrentar a cavalaria, mas deputados e dirigentes sindicais convenceram-nos a desistir da idéia.

Um novo comício realizou-se às 15 horas nas escadarias do prédio da Assembleia. Pelo alto-falante, *piões*, deputados do MDB, dirigentes e até um ator de teatro falaram em apoio à greve e na tentativa de controlar o movimento, já nessa altura incontrolável. "Nós não estamos em guerra, precisamos de nossos direitos" — procurava uma voz acalmar a multidão. Um *pião* disse pelo alto-falante que o presidente Figueiredo já estava tomando providências para a solução do problema e o deputado Marcelo Caetano, do MDB, falou da situação difícil de todos os assalariados brasileiros.

Pessoas pertencentes a movimentos políticos paralelos insuflavam idéias aos oradores e houve um, que pediu: "Fale aí pelos presos políticos". Depois do comício, a confusão aumentou



Na assembleia, no ex-campo do Atlético, os operários rejeitam a contraproposta patronal

Fotos Geraldo Coimbra

## Boatos levam o medo ao Interior

O mesmo pânico que dominava a população de Belo Horizonte, diante da violência dos *piões*, atingiu, também, as principais cidades do interior de Minas Gerais e provocou ontem problemas no Vale do Paraopeba, onde 60 mil trabalhadores na construção civil executam obras de ampliação da Açominas e da Companhia Siderúrgica Nacional.

O pânico acabou sendo provocado muito mais pelos boatos do que propriamente por atos de vandalismo ou de violência — tanto da polícia quanto dos *piões* — e acabou não se justificando. O medo da população, que se recolheu às suas casas e levou bancos e lojas comerciais a fecharem suas portas, surgiu

em função das notícias de que piquetes grevistas visitavam cidades do Vale do Paraopeba e, por onde passavam, deixavam um rastro de destruição.

As mesmas reações se repetiram em Congonhas do Campo, Conselheiro Lafayette, Itabirito e Belo Vale, municípios onde são executadas grandes obras e onde a polícia foi posta em prontidão, embora não precisasse intervir em nenhum momento, segundo notícias que chegaram às redações dos jornais de Belo Horizonte.

O representante de uma das empreiteiras responsáveis pelas obras da Açominas — que ocupam mão-de-obra de 20 mil operários —, informou ontem à noite que as empresas decidi-

ram liberar os operários, permitindo que abandonassem os acampamentos, por temerem tumultos e por reconhecerem também, sua incapacidade de controlar os *piões*. Outra justificativa foi o fato de haver a ameaça de os operários passarem a beber, se tornarem violentos e, em função disso, promoverem a destruição do canteiro de obras da Açominas, a exemplo do que já aconteceu em Belo Horizonte.

Alheos às notícias alarmante que os precedia, os piquetes de operários percorreram os canteiros de obras localizados em Itabirito, Conselheiro Lafayette, Congonhas do Campo e Belo Vale, buscando a adesão de outros companheiros.

Em Conselheiro Lafayette, por exemplo, a Associação Comercial sugeriu aos lojistas e aos gerentes de bancos que fechassem as portas às 15 horas, ao mesmo tempo que a população se amedrontava e corria para suas casas. O mesmo se repetiu em Congonhas. As autoridades da região do Paraopeba informaram ontem aos seus superiores, em Belo Horizonte, que a adesão à greve, no Vale, era praticamente total e que as obras civis, estavam paralisadas.

Estas mesmas autoridades comunicaram que permanece em funcionamento o esquema preventivo montado na região, com a finalidade de impedir a perturbação da ordem.

## Para oficial, comunistas fazem teste

Das sucursais

A greve de Belo Horizonte e o conflito entre operários da construção civil e policiais militares de Minas Gerais, foram considerados ontem, em Brasília, por uma credenciada fonte militar, "como parte de uma estratégia maior, não de comunistas nacionais", como explicou, mas do movimento comunista internacional, "que está testando seus dispositivos

nas diferentes regiões do País, pretendendo, todavia, absorvê-los em nome do compromisso democrático, porque, como disse, estamos aqui para conservar as coisas".

Outro oficial do Quartel General do Exército, referindo-se à ação de policiais no conflito em Belo Horizonte, informou que "os homens da Polícia Militar estão orientados para agir com o mínimo de violência mas, diante

vido sem a necessidade de usar dos dispositivos constitucionais para a salvaguarda do regime, porque é muito cedo".

ABERTURA

No Rio, o general Samuel Alves Correia, ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, disse que os episódios ocorridos em Belo Horizonte, "não prejudicam o processo de abertura política atualmente em curso

tuna a mensagem do presidente Figueiredo, que tem feito todo esforço no sentido de conciliar a Nação brasileira. Conciliar os descontentes, chamar à razão estes descontentes".

O general Alves Correia comentou, ainda, que "o que aconteceu em Belo Horizonte existe em outros lugares do mundo". Conforme observou, "é necessário desarmar os espíritos e con-

## Operários recebem solidariedade

Manifestações de protesto contra a violência policial em Belo Horizonte e de solidariedade aos operários da construção civil em greve foram realizadas, ontem, em diferentes pontos do País. Em São Paulo, uma passeata só não terminou pacífica como começou porque dois PMs lançaram a viatura em que estavam contra os populares; em Salvador houve manifestação pública e no ABC os operários de uma indústria pararam de trabalhar durante 10 minutos.

A passeata em São Paulo começou às 17h30, saindo do Largo de São Francisco e percorrendo diversas ruas do centro velho de São Paulo, com cerca de 1500 pessoas gritando slogans e portando faixas de crítica ao governo, como a que abria a passeata: "Morte, fome, ditadura. Onde está a abertura?"

Duas horas depois, já na praça do Patriarca, o grupo — agora reduzido a 500 pessoas — foi surpreendido quando dois policiais-militares, de serviço na viatura RP 073-101, resolveram investir contra os manifestantes, arremetendo bruscamente o veículo, que estava estacionado na rua São Bento. A reação foi imediata: chutes, socos e ripas utilizadas para estender as faixas de protesto se abateram sobre a viatura, quebrando os vidros e ferindo um de seus ocupantes.

Segundos depois, já no centro da praça do Patriarca, os dois PMs desceram do carro, o corcel chapa GB-8182, e sacaram suas armas, quando chegou a deputada estadual Irma Passoni, que participava da passeata. Ela identificou-se, pediu calma aos policiais e os repreendeu: "Era uma passeata pacífica, vocês não deveriam ter feito isso". Muito nervosos, os dois — o motorista José Aparecido de Oliveira e o soldado Laudionor Nunes dos Santos, este ferido no rosto e no braço direito pelos estilhaços dos vidros — guardaram seus revólveres.

"Uma manifestação de luta e de luto" era a definição dos organizadores da manifestação pública realizada na tarde de ontem, defronte ao Teatro Castro Alves, em Salvador. O ato foi promovido por diversas entidades de profissionais liberais, sindicatos, oposições sindicais e associações de amigos dos bairros.

Os 100 operários da Tee Radio Mayer, indústria de Cadeiras e estruturas metálicas de Diadema, paralisaram



começou às 11h30, quando os grevistas saíram de sua assembleia geral, no ex-campo do Atlético. Os operários caminharam, sempre pelo meio da rua, até a praça da Estação e, no percurso, iam quebrando lojas e depredando carros. À tarde, após uma longa e demorada passeata, que inicialmente se limitou à avenida Afonso Pena, o movimento ficou totalmente sem controle, transformando-se em arruação e provocando o colapso do sistema de transportes, pois os ônibus não podiam completar seus itinerários até o centro da cidade.

Até as 18 horas, era impossível andar de carro ou a pé pelas ruas centrais. O cortejo ia e vinha, já quase sem a presença de peões, mas com a participação maciça de todo tipo de gente. O comércio permaneceu de portas fechadas todo o dia e as agências bancárias somente deixavam entrar alguém quando não havia confusão por perto. Os peões demonstraram um preparo físico excelente, permanecendo em passeata ininterrupta por quase sete horas. A polícia esteve sempre nas proximidades dos locais de tumulto, sem no entanto intervir diretamente. Os prédios ficaram apinhados de gente, que, das janelas ou das sacadas, assistiam aos acontecimentos e às vezes jogavam lá de cima sacos d'água e detritos sobre a multidão.

Os motoristas particulares e de táxi, amedrontados com o que aconteceu anteontem, quando três veículos foram incendiados, não ousaram, em momento algum, furar o cortejo, que ora percorria o centro da cidade ora atravessava parte da zona Sul, atingindo as proximidades do Palácio do Governo, depois de provocar tumultos na região da praça da Savassi.

#### QUEBRA-QUEBRA

A assembleia dos trabalhadores na construção civil terminou por volta das 11 horas, justamente na hora do rush provocado pelos que vão almoçar em casa. Apesar dos dirigentes sindicais terem pedido para que os peões fossem para casa, milhares deles, surgindo de dentro do antigo campo do Atlético, onde se reuniram, e de toda parte se encaminharam para o centro de Belo Horizonte.

A medida que o grande gru-

mao, que levou garrafas de refrigerantes e cervejas, até a chegada da polícia. Os policiais eram conduzidos por ônibus da PM e coletivos requisitados das linhas particulares. A cavalaria — integrada por mais de 100 homens — não teve um minuto de descanso.

Ao meio-dia, Belo Horizonte parou. Os grevistas caminhavam no meio da avenida e o caos era total. Muitas linhas de ônibus deixaram de circular, ficando os passageiros sem opção para sair do centro da cidade. Os grevistas começaram a se organizar, tentando evitar o quebra-quebra: um pivete foi entregue por eles à polícia. Seus líderes e membros de movimentos políticos paralelos, que anteriormente se fizeram presentes em outras greves, pediam calma a todo momento.

Erguendo faixas que diziam "Intervenção da PM mata trabalhador", o cortejo chegou às 14 horas à frente da Prefeitura Municipal, onde foi feito um comício que teve até foguetes. "Queremos o prefeito", gritavam insistentemente os manifestantes, mas o prefeito Maurício Campos não apareceu. Funcionários da Prefeitura, amontoados na sacada do prédio, aplaudiram os grevistas. "Abaixo a repressão, queremos mais arroz e mais feijão" — entoava o coro de peões em resposta às palmas dos funcionários.

Da Prefeitura, o cortejo subiu a avenida João Pinheiro em direção ao Palácio da Liberdade e, no caminho, carrinhos de vendedores de frutas foram assaltados. Muitos peões estavam sem comer e sem descansar desde as primeiras horas do dia e havia sempre quem gritasse: "Vamos matar nossa fome". Porém, os líderes e alguns pedreiros formavam corrente, dando as mãos para proteger os ambulantes.

Quando passaram pela praça da Liberdade, onde ficam os prédios das Secretarias e do Palácio do Governo, os funcionários públicos abandonaram os gabinetes e foram para a porta assistir à passeata. Os repórteres de televisão, de cima dos veículos de reportagem, acompanhavam a manifestação, filmando a maior passeata que Belo Horizonte já viu.

Parecia a revolta dos pedreiros. Eles controlavam o trânsito, ordenando aos moto-

de teatro falaram em apoio à greve e na tentativa de controlar o movimento, já nessa altura "incontrolável". "Nós não estamos em guerra, precisamos de nossos direitos" — procurava uma voz acalmar a multidão. Um peão disse pelo alto-falante que o presidente Figueiredo já estava tomando providências para a solução do problema e o deputado Marcelo Caetano, do MDB, falou da situação difícil de todos os assalariados brasileiros.

Pessoas pertencentes a movimentos políticos paralelos insuflavam idéias aos oradores e houve um, que pediu: "Fale aí pelos presos políticos". Depois do comício, a confusão aumentou, com a multidão — agora essencialmente formada por estudantes, menores abandonados, desocupados e intelectuais — voltando ao centro, ocupando a praça Sete, a avenida Afonso Pena e as ruas de maior trânsito.

As 17 horas, enquanto o governador Francelino Pereira falava à imprensa no Palácio dos Despachos, a multidão tomava conta da praça da Estação Rodoviária, protegida por centenas de soldados da PM. A cavalaria surgia de todas as esquinas. O trânsito ficou permanentemente engarrafado debaixo e sobre os viadutos da Lagoinha, na área da Estação Rodoviária, mas ninguém se aventurava a fazer qualquer reclamação.

Por causa dos tumultos registrados durante todo o dia, afetando o funcionamento do comércio e dos bancos, a Prefeitura Municipal, através da Secretaria da Fazenda, prorrogou para até o dia 7 de agosto o prazo de pagamento de qualquer tributo cujo vencimento estava estabelecido para ontem e anteontem. Também o secretário municipal de Cultura e Turismo, George Norman Kutova, divulgou nota oficial, esclarecendo que "em nenhum momento a Prefeitura de Belo Horizonte deixou de ceder as instalações do estádio Antonio Carlos (ex-campo do Atlético) para reuniões de trabalhadores". Anteriormente, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, Francisco Pizarro, havia responsabilizado a Prefeitura pelos distúrbios, em virtude de haver negado o local para a assembleia da categoria.

quando o medo da população pelas obras da Ascominas — que ocupam mão-de-obra de 20 mil operários —, informou ontem à noite que as empresas decidi-

# Para oficial, comunistas fazem teste

## Das sucursais

A greve de Belo Horizonte e o conflito entre operários da construção civil e policiais militares de Minas Gerais, foram considerados ontem, em Brasília, por uma credenciada fonte militar, "como parte de uma estratégia maior, não de comunistas nacionais", como explicou, mas do movimento comunista internacional, "que está testando seus dispositivos nas diferentes capitais do País e em várias classes de trabalhadores".

E eles têm condição de fazer isso, garantiu o oficial, para logo em seguida lembrar que "o Exército não colocará homens na rua, de forma ostensiva, porque esta atitude provocaria mais tensão".

A mesma fonte militar admitiu que "o governo esperava a irrupção de movimentos grevistas" e afirmou que "não se surpreenderá com o crescimento de-

les nas diferentes regiões do País, pretendendo, todavia, absorvê-los em nome do compromisso democrático, porque, como disse, estamos aqui para conservar as coisas".

Outro oficial do Quartel General do Exército, referindo-se à ação de policiais no conflito em Belo Horizonte, informou que "os homens da Polícia Militar estão orientados para agir com o mínimo de violência mas, diante de possíveis provocações, é certo que muitos reagirão". E acrescentou, então, que, de qualquer forma, o acompanhamento do Exército na sequência de acontecimentos na capital mineira vem sendo realizada de maneira não ostensiva, "com o objetivo de orientar as autoridades federais caso seja necessária a ação aberta dos homens do Exército". A maioria dos oficiais do Quartel General acredita, no entanto, que "tudo será lentamente absor-

vido sem a necessidade de uso dos dispositivos constitucionais para a salvaguarda do regime, porque é muito cedo".

## ABERTURA

No Rio, o general Samuel Alves Correia, ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, disse que os episódios ocorridos em Belo Horizonte, "não prejudicarão o processo de abertura política atualmente em curso no País", porque são "fato isolado". "Não é desejável — acrescentou — que haja situações como essa e o governo tem a obrigação de evitar que se forme uma bola de neve da violência. Violência — ponderou — gera violência."

A declaração do ministro foi feita ao assistir, na Escola Superior de Guerra, à palestra do brigadeiro Délio Jardim de Matos. Acrescentou que "foi muita oportu-

em funcionamento o esquema preventivo montado na região, com a finalidade de impedir a perturbação da ordem.

tuna a mensagem do presidente Figueiredo, que tem feito todo esforço no sentido de conciliar a Nação brasileira. Conciliar os descontentes, chamar à razão estes descontentes".

O general Alves Correia comentou, ainda, que "o que aconteceu em Belo Horizonte existe em outros lugares do mundo". Conforme observou, "é necessário desarmar os espíritos e concorrer para que fatos dessa natureza, que são indiscutivelmente lamentáveis, não aconteçam em outros pontos do território nacional". O general Alves Correia não afirmou que tenham ocorrido interferências de pessoas estranhas à classe dos trabalhadores da construção civil e concordou que isso pode ser uma hipótese. "O povo brasileiro — explicou —, o povo mineiro, não é disso, de violência. Acredito que tenham sido incitados de alguma forma a tomar essas atitudes."

cidade de Oliveira e o soldado Laudionor Nunes dos Santos, este ferido no rosto e no braço direito pelos estilhaços dos vidros — guardaram seus revólveres.

"Uma manifestação de luta e de luto" era a definição dos organizadores da manifestação pública realizada na tarde de ontem, defronte ao Teatro Castro Alves, em Salvador. O ato foi promovido por diversas entidades de profissionais liberais, sindicatos, oposições sindicais e associações de amigos dos bairros.

Os 100 operários da Tee Ratio Mayer, indústria de Caldeiras e estruturas metálicas de Diadema, paralisaram suas atividades durante 10 minutos, com o consentimento do gerente de produção, em solidariedade aos grevistas mineiros.

Em Belo Horizonte, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Luís Inácio da Silva, fez dramático apelo às autoridades para a retirada das tropas de choque das ruas da cidade. Para retribuir a solidariedade que os mineiros deram à greve no ABC, Luís Inácio foi a Minas acompanhado de outros quatro líderes sindicais paulistas: Henenos Amorim (Metalúrgicos de Osasco), Jacob Bittar (Petroleiros de Campinas), Hugo Peres (Urbanos de São Paulo) e Nelson Gardusi (Metalúrgicos de São Paulo).

Luís Inácio disse ser necessário que o Comando de Greve se imponha sobre os grevistas, orientando-os para evitar novas arruações. Sobre a denúncia de infiltração no movimento, foi sucinto: "O elemento infiltrado é o estômago, a fome da classe trabalhadora, que agüenta há 15 anos uma política salarial contra ela".

Já o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade, afirmou que "deve haver alguma infiltração no movimento dos trabalhadores de Belo Horizonte. Todo mundo sabe que trabalhador não é violento".

E representantes de 12 sindicatos de trabalhadores de São Paulo, reunidos ontem à noite, divulgaram um manifesto, classificando de "deplorável" a morte ocorrida em Belo Horizonte e afirmando que é inútil a repressão, pois "o diálogo consciente é o caminho da paz social".

## Senador pede normas para a Lei de Greve

Ao chegar ontem em Brasília, procedente de Belo Horizonte, o senador biônico Murilo Badaró, da Arena de Minas, defendeu a necessidade de se apressar a regulamentação da nova Lei de Greve, como um meio para evitar que episódios ocorridos anteontem na capital mineira voltem a acontecer.

Em sua opinião, o aumento pleiteado pelos trabalhadores da indústria de construção civil de Belo Horizonte deve ser concedido, para contrabalançar a elevação dos preços dos gêneros e artigos de primeira necessidade. "É uma receita que tranquilizará a todos."

Para ele, a melhor receita para greves desse tipo, "em setores de renda baixa, quando não são políticas", ainda é a que foi adotada por Milton Campos, quando governador de Minas: "mandar o trem pagador". "Isto é atender o pedido de aumento"

Badaró observou ainda que o comportamento da multidão demonstrou que ela não tinha um comando, por isso não acredita que tudo tenha sido planejado.

Já o deputado Airton Soares, do MDB paulista, responsabilizou os "radicais da repressão" pelas violências praticadas contra os trabalhadores na construção civil, em Belo Horizonte, afirmando que "os agentes policiais não hesitam em atirar contra manifestantes e arremessar bombas indiscriminadamente, pois contam com a proteção de seus chefes e, com isso, garantida a impunidade".

Em Juiz de Fora, após lamentar os atos de violência, d. Jevenal Roriz, arcebispo de Juiz de Fora, manifestou-se favoravelmente ao fato de a Igreja tomar partido no impasse e atuar junto aos manifestantes mais radicais, com a finalidade de serenar os ânimos.

## Francelino espera que tudo seja resolvido hoje

O governador Francelino Pereira voltou a denunciar ontem, em entrevista coletiva à imprensa, a infiltração de elementos estranhos à classe na greve dos operários da construção civil, contribuindo sensivelmente para o aumento nas manifestações hostis, mas deixou transparecer que as autoridades não têm condições de identificar estas pessoas.

O governador, depois de lamentar a morte do operário Orocílio Martins Gonçalves, informou que determinou a abertura de inquérito para apurar o responsável ou responsáveis. Segundo Francelino Pereira, os movimentos grevistas que se estão repetindo em Minas Gerais não poderão influir em nada na abertura política.

Francelino, que tem audiência marcada com o presidente João Figueiredo às 16 horas de hoje, devendo comparecer se a situação em Belo Horizonte estiver normalizada, reve-

lou que o governo está numa posição de expectativa, na esperança de que patrões e empregados entrem num acordo.

Em Brasília, o ministro Murillo Macedo, do Trabalho, considerou "tranquilizadoras" as informações recebidas, ontem, no final da tarde, da Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais sobre a greve dos trabalhadores na construção civil.

Murillo Macedo, à tarde, esteve com o presidente João Figueiredo a quem transmitiu suas informações sobre o movimento que tende a declinar, inclusive por causa da decisão da DRT local de encaminhar o dissídio à Justiça do Trabalho. Tanto o ministro do Trabalho como o presidente acreditam no "restabelecimento do bom senso, da negociação entre as partes e no final feliz". Segundo o ministro Murillo Macedo, o presidente Figueiredo já sentia, ontem, "a sensação de tranquilidade pelo fim da tormenta, que pressentimos estar no fim".



Durante a passeata pelas ruas da cidade, alguns manifestantes atacaram lojas e depredaram carros, com que a polícia interve-





# TRT não considera a greve ilegal e julga o dissídio

Da Sucursal de Belo Horizonte

Os trabalhadores na construção civil, em greve há 5 dias, decidem hoje, durante assembleia geral no antigo campo do Atlético, se aceitam ou não a decisão do Tribunal Regional do Trabalho que julgou, ontem, o dissídio coletivo da categoria profissional.

Ontem, os operários que esperavam no campo do Atlético o resultado do julgamento, resolveram suspender a assembleia antes que houvesse uma decisão, marcando nova reunião para hoje.

Pela manhã e já mostrando uma organização mais apurada, os trabalhadores formaram piquetes que foram até as obras pedir a adesão dos companheiros que ainda trabalhavam. Segundo as orientações das lideranças sindicais, inclusive de Lula, eles agiram "com educação e em paz", o que não impediu que fossem registrados vários incidentes.

Em duas obras, os piqueteiros foram ameaçados por encarregados das obras que estavam armados. Eles não reagiram e acabaram recebendo a adesão dos operários que trabalhavam nessas construções.

O incidente mais grave ocorreu no prédio em construção da Associação dos Delegados da Polícia Civil, onde os operários que integravam o piquete foram agredidos a cassetetas e bombas de gás lacrimogênio lançadas por policiais do Dops que, praticamente, os esperavam.

O esquema de segurança dos operários voltou a funcionar, impedindo a participação de pessoas estranhas em seu movimento. Dois pivetes, armados com revólveres, que tentaram se misturar a eles, durante a passeata, foram desarmados pelos trabalhadores, que os entregaram à polícia.

## O DISSÍDIO

O Tribunal Regional do Trabalho recusou-se ontem a declarar ilegal a greve e determinou os seguintes valores para o piso salarial de cada uma das categorias, calculados pela

aplicação de 53% de aumento sobre o último acordo coletivo: Cr\$ 3.600,00 para os serventes (queriam Cr\$ 5.000,00), Cr\$ 6.500,00 para oficiais (queriam Cr\$ 8.000,00), Cr\$ 12.000,00 para encarregados de obras e Cr\$ 20.000,00 para mestres de obras (tiveram suas reivindicações atendidas). Os custos do processo, Cr\$ 100.000,00, deverão correr por conta do sindicato patronal.

A decisão da Justiça do Trabalho está condicionada à volta dos grevistas ao serviço durante o decorrer desta sexta-feira, volta que só será possível se ratificada pela assembleia do sindicato a ser realizada às 14 h de hoje.

Antes de iniciado o julgamento do dissídio coletivo, ainda na manhã de ontem, houve nova tentativa de conciliação entre patrões e empregados, durante reunião que começou às 12h30 e terminou às 15h. Mas os patrões, que se mantiveram "intransigentes" no dizer de Francisco Pizarro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores, não avançaram um só centavo na sua contraproposta, continuando a oferecer Cr\$ 3.120,00 para serventes e Cr\$ 5.000,00 para oficiais (nessa altura já haviam concordado em pagar Cr\$ 12.000,00 para encarregados de obras e Cr\$ 20.000,00 para mestres de obras).

A decisão da não declaração da ilegalidade da greve foi tomada por 8 votos contra 2, já que os representantes patronais votaram pela ilegalidade, alegando a impossibilidade de votar contra a Lei 4.330. O tribunal só aceitou votar contra a ilegalidade depois que ficou patente o perdão do sindicato patronal aos empregados grevistas, expresso em ata anterior à reunião, na qual os patrões determinavam-se a anotar em carteira o aumento salarial real, não puniram os grevistas, e pagarem os dias parados.

## MURILO

Antes do julgamento, o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, declarava em Brasília que mesmo que o TRT considerasse a greve ilegal, estava fora de cogitação qualquer intervenção. O ministro acreditava que a greve teria uma solução ainda ontem.

## Dops prende 30 na passeata

Sem choques com a polícia, os trabalhadores na construção civil voltaram a realizar uma passeata no final da tarde de ontem, pelo centro de Belo Horizonte. Não obstante, a polícia prendeu 30 pessoas. Por outro lado, um piquete de operários, em frente ao prédio em construção da Associação dos Delegados da Polícia Civil, foi dissolvido a bombas de gás lacrimogêneo, numa operação coordenada pelo diretor do Dops, David Hazan, e que resultou em 4 prisões e um operário ferido no rosto.

O movimento grevista começou a ganhar a simpatia da população de Belo Horizonte. No final da tarde, mais de 10 mil trabalhadores saíram em passeata, do antigo campo do Atlético até o centro, vigiados por contingentes da Polícia Militar, inclusive o pelotão de choque. A passeata dissolveu-se na rua da Bahia, onde o tráfego de coletivo é muito intenso. Os populares perguntavam aos grevistas se eles "tinham ganhado", ou comentavam sobre "o contentamento dos operários".

Apenas um início de correria se verificou quando, na avenida Olegário Maciel, a um quarteirão da praça Raul Soares, os manifestantes se defrontaram com as tropas da polícia ali estacionadas, em frente ao prédio do Departamento de Polícia Federal. Na praça, estavam estacionados três ônibus urbanos, com outros policiais armados com grandes cassetetes de madeira.

Assim que a passeata acabou de passar, os policiais se deslocaram para outros pontos, voltando a encontrar os grevistas. Desta vez, apenas o pelotão de choque estava presente. Os manifestantes prosseguiram mais um pouco e começaram a se espalhar.

Os grevistas continuaram com o seu esquema próprio de segurança, não permitindo que os incidentes ocorressem. Apenas alguns sacos de lixo foram chutados pelos manifestantes e os detritos espalhados pelas ruas.

Alguns manifestantes começaram a bater em um carro, mas foram impedidos por outros trabalhadores. Os veículos que estavam subindo a avenida paravam e os grevistas passavam tranquilos. Um "pivete" tentou apanhar uma ripa de madeira e

## Telefonema tira a calma de Francelino

Sem uma explicação convincente e aparentando intranquilidade, o governador Francelino Pereira interrompeu ontem uma entrevista coletiva à imprensa, após atender a um telefonema urgente, de origem não revelada.

Os jornalistas haviam sido convocados pelo próprio governador, que os recebeu em seu gabinete, demonstrando inteira descontração. Falava sobre a normalização do abastecimento de combustível, anistia e reforma partidária, quando foi chamado a atender a um telefonema urgente, numa sala reservada. Dez minutos depois, Francelino voltou a seu gabinete, e, com ar de preocupação, desculpou-se dos jornalistas pela necessidade de interromper a entrevista, sob a alegação de que deveria receber alguns deputados que estavam à sua espera.

Diante do clima de crise que envolve Minas Gerais, alguns jornalistas admitiram que o chamado telefônico teria partido do Palácio do Planalto, embora Francelino explicasse que fora sua esposa quem o chamara.

## Figueiredo recebe diplomata cassado

BRASÍLIA (Sucursal) — "Eu encontrei um presidente Figueiredo como se fosse um velho amigo, e o considero como o presidente de todos os brasileiros". A frase pausada foi dita ontem, no Palácio do Planalto, pelo embaixador do Brasil em Roma, Hugo Gauthier, aposentado por força do ato institucional n.º 5.

Após trinta minutos de conversa com o

PT 1072 a.1

PT 1072 a.

obstante, a polícia prendeu 30 pessoas. Por outro lado, um piquete de operários, em frente ao prédio em construção da Associação dos Delegados da Polícia Civil, foi dissolvido a bombas de gás lacrimogêneo, numa operação coordenada pelo diretor do Dops, David Hazan, e que resultou em 4 prisões e um operário ferido no rosto.

O movimento grevista começou a ganhar a simpatia da população de Belo Horizonte. No final da tarde, mais de 10 mil trabalhadores saíram em passeata, do antigo campo do Atlético até o centro, vigiados por contingentes da Polícia Militar, inclusive o pelotão de choque. A passeata dissolveu-se na rua da Bahia, onde o tráfego de coletivo é muito intenso. Os populares perguntavam aos grevistas se eles "tinham ganhado", ou comentavam sobre "o contentamento dos operários".

Apenas um início de correria se verificou quando, na avenida Olegário Maciel, a um quarteirão da praça Raul Soares, os manifestantes se defrontaram com as tropas da polícia ali estacionadas, em frente ao prédio do Departamento de Polícia Federal. Na praça, estavam estacionados três ônibus urbanos, com outros policiais armados com grandes cassetetes de madeira.

Assim que a passeata acabou de passar, os policiais se deslocaram para outros pontos, voltando a encontrar os grevistas. Desta vez, apenas o pelotão de choque estava presente. Os manifestantes prosseguiram mais um pouco e começaram a se espalhar.

Os grevistas continuaram com o seu esquema próprio de segurança, não permitindo que os incidentes ocorressem. Apenas alguns sacos de lixo foram chutados pelos manifestantes e os detritos espalhados pelas ruas.

Alguns manifestantes começaram a bater em um carro, mas foram impedidos por outros trabalhadores. Os veículos que estavam subindo a avenida paravam e os grevistas passavam tranquilos. Um "pivete" tentou apanhar uma ripa de madeira e foi imediatamente repreendido por um operário, que lhe disse ser o movimento "apenas de trabalhador e que não cabia pivetes".

#### PRISÕES

O delegado David Hazan informou que foram efetuadas, ontem, 30 prisões. Dessa forma, elevou-se para 91 o número de detenções desde o início do movimento grevista.

Agentes da polícia civil, usando bombas de gás lacrimogênio e cassetetes, dispersaram um piquete de operários em frente ao prédio em construção da Associação dos Delegados da Polícia Civil. A operação foi coordenada pelo delegado do Dops, David Hazan, que usou mais de 30 policiais armados, também, com metralhadoras e carabinas. No local, quatro operários foram presos, e um trabalhador foi ferido no rosto por um policial. Depois de ferir o operário, os policiais o levaram para o prédio em construção, não deixando que a imprensa entrasse.

O delegado David Hazan negou-se a dar qualquer informação sobre o forte aparelho repressivo usado para dispersar os grevistas. "Hoje eu só dou bom dia e boa tarde, não falo nada", disse o delegado. Perguntado sobre suas declarações no dia anterior, quando afirmara que o Dops não agiria ostensivamente contra os trabalhadores, David Hazan mais uma vez foi lacônico: "Ontem sim, hoje não" e saiu de perto dos repórteres.

Pela manhã, os operários foram ameaçados por um policial no mesmo local. Seguindo os operários, na construção estavam trabalhando policiais que passavam como pedreiros.

Na tarde de ontem, foi internado no hospital de Pronto Socorro o detetive José Geraldo Silva, vítima de uma concussão cerebral. Entretanto, nem a Secretaria de Segurança tinha conhecimento de qualquer incidente que resultasse em ferimentos

#### calma de Francelino

Sem uma explicação convincente e apresentando intranquilidade, o governador Francelino Pereira interrompeu ontem uma entrevista coletiva à imprensa, após atender a um telefonema urgente, de origem não revelada.

Os jornalistas haviam sido convocados pelo próprio governador, que os recebeu em seu gabinete, demonstrando inteira descontração. Falava sobre a normalização do abastecimento de combustível, anistia e reforma partidária, quando foi chamado a atender a um telefonema urgente, numa sala reservada. Dez minutos depois, Francelino voltou a seu gabinete, e, com ar de preocupação, desculpou-se dos jornalistas pela necessidade de interromper a entrevista, sob a alegação de que deveria receber alguns deputados que estavam à sua espera.

Diante do clima de crise que envolve Minas Gerais, alguns jornalistas admitiram que o chamado telefônico teria partido do Palácio do Planalto, embora Francelino explicasse que fora sua esposa quem o chamara.

## Figueiredo recebe diplomata cassado

BRASÍLIA (Sucursal) — "Eu encontrei um presidente Figueiredo como se fosse um velho amigo, e o considero como o presidente de todos os brasileiros". A frase pausada foi dita ontem, no Palácio do Planalto, pelo embaixador do Brasil em Roma, Hugo Gouthier, aposentado por força do ato institucional n.º 5.

Após trinta minutos de conversa com o chefe do governo, o diplomata disse que o que Figueiredo está fazendo em favor do Brasil "é algo de extraordinário". E eu lembrei ao presidente uma frase de Abrahram Lincoln: "Todo mundo pode sofrer agruras, mas se se quiser testar-lhe o caráter, dê-lhe o poder".

"E ele está provando que tem caráter. Nossa conversa versou sobre diversos assuntos. Falamos de greve e eu disse que sou a favor dele e de que o Brasil tem que ficar a favor do presidente. E lembrei que é hora em que o Brasil deve pensar como o presidente Kennedy, quando querem dificultar o processo de redemocratização do Brasil. O que se deve fazer é antes perguntar o que você pode oferecer ao País".

Indagado de sua posição como um homem punido pela Revolução, Gouthier respondeu:

"Eu ... Eu fui aposentado. Não tenho reivindicação nenhuma a fazer. Tenho meus vencimentos integrais".

Sobre a anistia, respondeu que ela está dentro do limite do possível, "o que o presidente podia fazer no momento. Mas tenho a impressão que, gradativamente, se não tumultuarem o processo democrático, outras providências poderão surgir."





# Figueiredo suspenso 3 entidades de professores

## Erasmus diz que greve é problema

A greve dos professores "cria um problema de ordem pública que precisa ser enfrentado", afirmou ontem o Secretário de Justiça, Erasmo Martins Pedro. "Afim de contas, todos os servidores públicos, hoje, estão em regime praticamente deficitário no regime de salários". Acrescentou que o Estado atendeu as reivindicações até demais.

Esclareceu que o direito de greve é limitado e, no caso dos professores, constitui "ilícito de ordem administrativa". Por isso foram instaurados inquéritos "para apurar se estes delitos foram ou não praticados". Esclareceu que "o cumprimento da Lei" não representa ação específica contra uma classe ou alguma pessoa.

### DEMOCRACIA

Para o Secretário, o Ministro do Trabalho cumpriu a Constituição ao decretar a ilegalidade da greve. O Estado então pleiteou que o Poder Judiciário examinasse a situação "em que se encontra a sociedade que está dirigindo e incitando à greve". Portanto, acrescentou, não cometeu violência:

"Quando se diz que um dos princípios da democracia é que todos os atos possam ir ao Poder Judiciário, o Governo, o Poder Executivo, submeteu a matéria ao Poder Judiciário."

"Estamos aguardando decisão do Poder Judiciário com relação à constituição jurídica, como pessoa jurídica, do Centro dos Professores e com relação àqueles que participaram deste movimento. "Foram indicados aqueles que o Secretário de Segurança havia já relacionado nas sindicâncias que foram feitas e suspensos

Brasília — A Associação dos Professores do Rio de Janeiro, a Sociedade Estadual dos Professores do Rio de Janeiro e a União dos Professores do Rio de Janeiro tiveram seu funcionamento suspenso por decreto assinado pelo Presidente João Figueiredo, divulgado no início da noite de ontem pelo Palácio do Planalto. As três entidades serão agora dissolvidas judicialmente pelo Ministério Público Federal.

As três associações terão seu funcionamento imediatamente suspenso e a Procuradoria Federal no Estado do Rio de Janeiro proporá, ao Juiz de Primeira Instância, ação requerendo sua extinção. Essas serão as duas consequências imediatas do decreto, que não prevê sanção contra os dirigentes das entidades.

### Processo

Após a proposição da ação ao Juiz, este notificará a entidade para se manifestar nos autos — pois esta tem personalidade jurídica caracterizada pelo registro em cartório. No caso, o Ministério Público requererá o cancelamento do registro, por sentença judicial, alegando o interesse público da medida, apontado pelo decreto.

Nessas condições, a sentença judicial deverá determinar o fechamento definitivo das três entidades — já então com o funcionamento suspenso pelo ato do Presidente, para cujo cumprimento pode ser empregada imediatamente ação policial. Os dirigentes não são alcançados pela lei trabalhista, uma vez que as associações não se equiparam a sindicatos, podendo ser punidos apenas pela lei penal, como a Lei de Segurança Nacional.

### Decreto de dissolução

"Art 1º — Fica suspenso o funcionamento da Sociedade Estadual dos Professores do Rio de Janeiro, da Associação dos Professores do Rio de Janeiro e da União dos Professores do Rio de Janeiro, todas sediadas no Estado do Rio de Janeiro, por promoverem atividades que contrariam o disposto no Artigo 162 da Constituição Federal e no Decreto-Lei 1.632, de 4 de agosto de 1978.

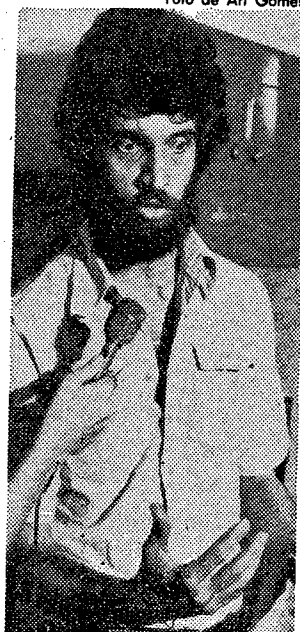
Art 2º — O Ministério Público Federal promoverá a ação de dissolução judicial das entidades referidas no artigo anterior.

Art 3º — Este decreto entra em vigor na data de sua publicação".

### Governo do Estado

Ao anoitecer de ontem, ao mesmo tempo em que o Presidente da República, em Brasília, assinava os decretos suspendendo os registros das sociedades, que vinham insuflando o movimento grevista em algumas escolas no território fluminense, os Secretários de Administração do Estado e do Município instauraram inquérito para apurar os ilícitos administrativos praticados por funcionários públicos no incitamento e articulação da greve do magistério, nas áreas do ensino estadual e municipal, declarada ilegal, pelo Ministro do Trabalho, nos termos do Decreto 1632, de 4 de agosto de 1978.

A decisão, analisada em reunião dos Secretários estaduais de Administração, Justiça e Educação; dos Procuradores-Gerais do Estado e da Justiça; da



Godofredo Pinto, diretor do CEP

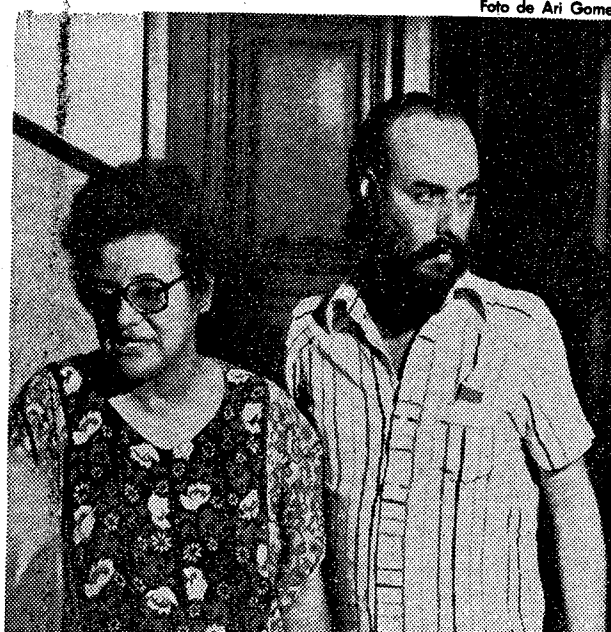
## Godofredo conversa com Miro

Novo contato, desta vez por telefone, foi feito ontem entre um dirigente do CEP (Centro de Professores do Rio de Janeiro), Sr Godofredo da Silva Pinto, e o Deputado federal Miro Teixeira. Como das outras vezes, os professores consideraram inalterado o impasse que motivou a greve, hoje no 9º dia.

Segundo o professor Godofredo, o Deputado disse que ainda iria examinar as reivindicações e levantar dados, para responder. Não está marcado formalmente nenhum outro encontro, mas é possível novo contato em função da assembléia da classe, amanhã.

### ENCONTROS

A greve do magistério público, disse o professor Godofredo da Silva Pinto, não é um movimento antichaguista por princípio, mas se tornou contrário ao Governador na medida em que ele



Hildezia Alves de Medeiros e Luciano d'Angelo Carneiro, diretores do CEP

## Crítica da Cúria

"A Cúria Metropolitana, por ordem do Sr Cardeal, informa a respeito do culto ecumênico promovido ontem por motivo da greve dos professores:

1 — A presença do sacerdote católico, aliás não incardinado no Rio de Janeiro, não obedeceu às normas da Arquidiocese sobre a matéria, as quais eram do conhecimento do mesmo.

2 — Não estava autorizada e merece pública reprovação da Autoridade Eclesiástica.

3 — Medidas adequadas serão tomadas.

Tal atitude não afeta nosso apreço pelo autêntico movimento ecumênico, nem o ardente desejo para uma solução justa sobre o problema dos professores. Deseja, porém, evitar manipulações eventuais quer do trabalho verdadeiro em favor da união de todos os cristãos, quer da Igreja em proveito de objetivos alheios a sua finalidade. Padre Manoel Tenório de Oliveira, Chanceler do Arcebispo".

## Médicos dos Bombeiros, PM e IASERJ vão ao Governador por aumento

Uma comissão de médicos da Polícia Militar, do Corpo

## Apelo de Klabin pela TV não fez pais mandarem seus filhos às escolas

Para surpresa das diretoras das escolas da Zona Sul, o apelo feito pelo Prefeito Israel Klabin, anteontem na televisão, para que os pais mandassem seus filhos às escolas não surtiu efeito: por exemplo, na Escola Manuel Cícero, na Gávea, no primeiro turno de ontem havia seis professoras e nenhum aluno; na Cócio Barcelos, em Copacabana, nem uns, nem outros. Na região, segundo a zonal do CEP, 97% dos professores estão em greve.

Aos pais de alunos que telefonam ou vão às escolas as diretoras recomendam que levem seus filhos. A diretora da Escola Cócio Barcelo decidiu que, se não houver professora, ela mesma dará aula, seguindo recomendação da Secretária Estadual de Educação.

### BALANÇO

A coordenação da zonal do CEP, na Zona Sul, informou que, de maneira geral, todas as escolas da região estão paradas. Mas, na Escola Municipal Estácio de Sá, dentro do Forte São João, na Urca, desde o primeiro dia da paralisação, a maioria das professoras continua dando aula normalmente, como aconteceu, ontem, no primeiro turno do segundo turno funcionamento parcialmente.

Para explicar aos pais os

motivos da greve, hoje, às 20h30m, na sede da Zona Sul, na Avenida Rui Barbosa, 762, haverá reunião. Em nota do Cep, os grevistas afirmam que os quadros apresentados pelo Secretário Estadual de Educação, Arnaldo Niskier, e o Prefeito Israel Klabin, são falsos, salientando que o aumento salarial de 100% só beneficiará, a partir de 1º de dezembro, conforme o anunciado pelo Governo, aos profissionais em início de carreira.

## Curador se diz impedido de julgar professores

Porque sua mulher é professora há 17 anos, com vencimentos "de uma empregada doméstica ou mesmo uma babá", o Curador do Ministério Público, Cypriano Lopes Feijó, se declarou impedido de dar vistas ao processo do Governo, que pede a impugnação do pedido de registro do CEP. "Sou marido de uma professora e não tenho tranquilidade suficiente para emitir parecer, alegou.

Sua substituta legal, Curadora Vangelina Fontelas Rosado Espineli, nem examinou o processo, mas afirmou: "Por questão de foro íntimo, me darei por impedida".

Designado o curador, a Curadoria terá 30 dias para opinar sobre o processo de registro dos estatutos, ao qual está anexado o pedido de impugnação feito pelo Governo do Estado, através do Secretário de Justiça Erasmo Martins Pedro. Depois, o Juiz Hugo Barcellos dará a sentença.

Segundo o Curador Cypriano Lopes Feijó, o Estado pediu a impugnação com base no Artigo 115, da Lei 6 015, dos Serviços Públicos:

"Não poderão ser registrados os atos constitutivos de pessoas jurídicas, quando seu objeto ou circunstâncias de fato forem de natureza pessoal."

greve". Portanto, acrescentou, não cometeu violência:

"Quando se diz que um dos princípios da democracia é que todos os atos possam ir ao Poder Judiciário, o Governo, o Poder Executivo, submeteu a matéria ao Poder Judiciário."

"Estamos aguardando decisão do Poder Judiciário com relação à constituição jurídica, como pessoa jurídica, do Centro dos Professores e com relação a aqueles que participaram deste movimento, "Foram indicados aqueles que o Secretário de Segurança havia já relacionado nas sindicâncias que foram feitas, e suspensos por 30 dias como fórmula preliminar estabelecida em lei, para que as apurações tenham um caráter de independência e para que não haja qualquer dúvida, vai presidir este inquérito um promotor público".

#### SOBRAL PINTO

Uma carta com o carimbo pessoal, redigida pelo jurista Sobral Pinto, que afirma ser "incrível colocar os professores do Rio dentro dos preceitos da Lei de Segurança Nacional, pois eles não são criminosos", foi entregue na tarde de ontem por um mensageiro de seu escritório no gabinete do Secretário de Justiça, Erasmo Martins Pedro.

O Sr Sobral Pinto, que disse estar às ordens dos professores para defendê-los "com toda minha vibração", comentou que a greve é justa, "porque não é uma greve política, e sim greve de salários". O jurista, que declarou ser amigo pessoal do Secretário, lembra que "esta classe (os professores) não pode ser tratada com dureza e insensibilidade que vejo anunciada nos jornais".

Ao saber da punição aos oito professores grevistas, o jurista Sobral Pinto afirmou: "O que fizeram foi pegar meia dúzia, escolhidos como bodes expiatórios, porque não podem pegar 100 mil. Os punidos nada mais fizeram que refletir a opinião de toda a classe, aliás, opinião que nenhum homem de bem pode reprovar.

O Sr Sobral Pinto disse que não se surpreendeu: "De tal modo o Governo federal, assim como o estadual, se habituou ao arbítrio, violência e força, que isso não surpreende a quem tem experiência de vida, dos homens e dos acontecimentos". Estranhou, porém, o tratamento dado aos professores, "já que o tratamento dado a outras classes, como os metalúrgicos

Art. 3º Este decreto entrará em vigor a partir de sua publicação".

## Governo do Estado

Ao anoitecer de ontem, ao mesmo tempo em que o Presidente da República, em Brasília, assinava os decretos suspendendo os registros das sociedades, que vinham insuflando o movimento grevista em algumas escolas no território fluminense, os Secretários de Administração do Estado e do Município instauraram inquérito para apurar os ilícitos administrativos praticados por funcionários públicos no incitamento e articulação da greve do magistério, nas áreas do ensino estadual e municipal, declarada ilegal, pelo Ministro do Trabalho, nos termos do Decreto 1632, de 4 de agosto de 1978.

A decisão, analisada em reunião dos Secretários estaduais de Administração, Justiça e Educação; dos Procuradores-Gerais do Estado e da Justiça; da Secretaria de Administração do Município do Rio de Janeiro e dos coordenadores das Comissões Permanentes de Inquérito, decorreu do mandamento do Art. 162 da Constituição da República, da declaração de ilegalidade da greve pelo Ministério do Trabalho, e da obrigação dos Governos, estadual e municipal, de manter a ordem jurídica e defender os interesses da sociedade.

Com base nas informações da Secretaria de Segurança Pública, os inquéritos foram instaurados no âmbito municipal contra os servidores: Godofredo Saturnino da Silva Pinto, Magdo Frediani Martins e Aloa Chivarnede Bustamante de Sá; e contra Luciano D'Ángelo Carneiro, Clóvis Correia de Oliveira Filho, Hildézia, Alves de Medeiros, Lana Magdinier da Costa e Nilce Moreira de Azevedo, no âmbito estadual.

Os indiciados foram suspensos preventivamente por 30 dias, sendo a Comissão Estadual de Inquérito presidida pelo Promotor Público Themistocles Faria Lima."

## CEP responde

"As insistentes tentativas de diálogo empreendidas pelo professorado, através de sua entidade representativa, o CEP, o Governo estadual, e agora o federal, respondem com medidas arbitrárias e violentas, em lugar de propor soluções concretas. O caminho escolhido é o do ataque aos elementares direitos de greve e de livre associação e organização. Para o professorado carioca e fluminense, assim como para toda a opinião pública, ficam definitivamente claros os limites da tão propalada abertura democrática.

Reafirmamos nossa disposição de luta, pois estamos conscientes da justiça de nossas reivindicações. Nos últimos meses, servimos de plateia para uma série de manobras que apenas revelaram a má fé do Governo Chagas Freitas, ao nos prometer pisos salariais entre Cr\$ 8 mil e Cr\$ 13 mil, retroativos a 16 de março, entre outros compromissos, não honrados até agora. As autoridades do Estado não diferem de outros Governos e de categoria patronais na solução encontrada para a greve: dizem que vão pagar, mas não dizem quando nem como. Não será assim que se eliminará o arrocho salarial. Nós, professores, nos recusamos a ser manipulados.

Nós, professores, rejeitamos o ato intimidatório que suspende colegas e contra eles instaura inquéritos administrativos. A força do movimento é maior que as ameaças, como ficou provado pelo fortalecimento da greve e pelo culto ecumênico que realizamos em resposta às medidas arbitrárias de dois dias atrás. As medidas de agora são o desdobramento das anteriores e desde já condicionamos a volta às aulas, não só ao atendimento de nossas reivindicações, como à supressão das punições.

Quanto à dissolução do CEP por ato presidencial, temos a declarar que uma entidade é a forma de organização de uma classe: é portanto algo mais que uma mera sigla ou uma sala. Para que se acabe com a organização dos professores será preciso ir contra o professorado, será preciso usar de violência, desmoralizando as pretensas intenções democratizantes.

movimento ecumênico, nem o ardente desejo para uma solução justa sobre o problema dos professores. Deseja, porém, evitar manipulações eventuais quer do trabalho verdadeiro em favor da união de todos os cristãos, quer da Igreja em proveito de objetivos alheios a sua finalidade. Padre Manoel Tenório de Oliveira, Chanceler do Arcebispado".

## ENCONTROS

A greve do magistério público, disse o professor Godofredo da Silva Pinto, não é um movimento antichagista por princípio, mas se tornou contrário ao Governador na medida em que ele se nega a atender as reivindicações. Lembrou que o movimento dos professores já foi anti-Faria Lima.

Depois de dois encontros pessoais e um contato telefônico com o Deputado Miro Teixeira, o professor acha que não há abertura "do Governo no sentido de formalizar as negociações". Julga que o Deputado, "apesar de ser porta-voz do Governo, vem-se esquivando de assumir formalmente o papel de negociador".

Quando o Estado começar a apagar os novos pisos — a promessa é de 1º de dezembro — eles valerão menos 40,53% do que em abril, informaram professores ligados ao CEP (Centro de Professores do Rio de Janeiro), que se basearam nos índices do custo de vida da Fundação Getúlio Vargas. Lembraram que os pisos foram reivindicados para vigorar a partir de março, na primeira greve.

Com os índices de janeiro a julho, os professores estimaram o aumento do custo de vida até dezembro, chegando a um dado que consideram provavelmente menor do que será registrado.

## Médicos dos Bombeiros, PM e IASERJ vão ao Governador por aumento

Uma comissão de médicos da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e do IASERJ esteve ontem no Palácio Guanabara e pediu audiência ao Governador Chagas Freitas. Eles pretendem obter melhoria salarial, por não terem sido incluídos no plano de Classificação de Cargos e Vencimentos.

Cerca de 100 médicos do IASERJ, contratados após 15 de março, desejam ser efetivados, e os da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros (aproximadamente 200) querem pedir ao Governador o nivelamento salarial com os médicos do Estado, que, com o Plano de Classificação, passaram a receber Cr\$ 11 mil e 320 mensais, enquanto eles ganham Cr\$ 6 mil 351.

## INSATISFAÇÃO

A comissão, acompanhada do representante do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, Eraldo Bulhões, ao chegar ao Palácio Guanabara tentou uma audiência com o Secretário de Planejamento, Francisco de Melo Franco. Este avisou não poder atender os médicos e encaminhou-os à Sra Maria Bonfim, encarregada das modificações do Plano de Classificação. "Acontece", disseram os médicos — que esta senhora não tinha nada de novo para nos in-

formar e saímos da Secretaria sem sabermos de nada sobre a nossa situação". Segundo informaram, a insatisfação, não só no Hospital do IASERJ, como nos hospitais da PM e do Corpo de Bombeiros, é muito grande. Por esta razão, estão reunindo-se todas as quartas-feiras na sede do sindicato, na tentativa de chegar a um meio de resolver o impasse.

Segundo Eraldo Bulhões, "esta é uma questão política muito grave que não pode ser tratada com entres burocráticos".

fessora há 17 anos, com vencimentos "de uma empregada doméstica ou mesmo uma babá", o Curador do Ministério Público, Cypriano Lopes Feijó, se declarou impedido de dar vistas ao processo do Governo, que pede a impugnação do pedido de registro do CEP. "Sou marido de uma professora e não tenho tranquilidade suficiente para emitir parecer, alegou.

Sua substituta legal, Curadora Vangelina Fontelas Rosado Espineli, nem examinou o processo, mas afirmou: "Por questão de foro íntimo, me darei por impedida". Agora, o Juiz da Vara de Registros Públicos, Hugo Barcellos, terá de recorrer à Procuradoria-Geral de Justiça, para que o Procurador Hermano Odilon dos Anjos designe um curador especial para dar parecer sobre a causa.

## CRECT de Niterói convoca estudantes

"Os diretores das unidades escolares da rede oficial do Estado do Rio de Janeiro, sediadas na área do Centro Regional de Educação, Cultura e Trabalho (CRECT) de Niterói, Município de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Maricá, reunidos com o diretor do CRECT, vêm a público informar à comunidade estudantil que seus estabelecimentos de ensino estão abertos, aguardando o retorno dos alunos às atividades escolares.

Curadoria terá 30 dias para opinar sobre o processo de registro dos estatutos, ao qual está anexado o pedido de impugnação feito pelo Governo do Estado, através do Secretário de Justiça Erasmo Martins Pedro. Depois, o Juiz Hugo Barcellos dará a sentença.

Segundo o Curador Cypriano Lopes Feijó, o Estado pediu a impugnação com base no Artigo 115, da Lei 6 015, dos Serviços Públicos:

"Não poderão ser registrados os atos constitutivos de pessoas jurídicas, quando seu objeto ou circunstâncias relevantes indiquem destino ou atividades ilícitas, ou contrários, nocivos ou perigosos ao bem público, à segurança do Estado e da coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes".

Informam, ainda, que tais estabelecimentos estiveram abertos desde o reinício do ano letivo, ou seja, 1º de agosto.

Ratificam a nota do diretor do CRECT/ Niterói veiculada na imprensa desta cidade a 5 do corrente, quando afirmam que "o livro de ponto em cada unidade escolar sempre esteve e continuará à disposição dos professores que comparecerem para cumprimento de sua jornada normal de trabalho. Niterói, 8 de agosto de 1979."





# Bancários de Minas entram em greve

Após a assembléia bancários saíram em passeata pelas ruas de Belo Horizonte

Em assembléia na noite de ontem cerca de 3 mil bancários de Belo Horizonte deflagraram greve a partir de 22 horas. Logo depois da assembléia eles saíram em passeata pelas principais ruas do centro para tentar parar o pessoal do setor de compensação. Na capital mineira 16 mil bancários trabalham em 177 agências. Eles estão reivindicando 70% de aumento e mais Cr\$ 3 mil fixo a partir de 1.º de setembro. Com esse reajuste os salários de ingresso passariam a Cr\$ 7.140,00 para o pessoal de portaria e Cr\$ 7.696,00 para escriturários e Cr\$ 8.220,00 para os que trabalham na secretaria.

Na tarde de ontem o sindicato dos bancos enviou comunicado ao presidente do sindicato dos bancários, Arlindo José Ramos, comprometendo-se a apresentar uma contraproposta à categoria dentro de três dias.

O quartelão onde fica situada a agência do Banco do Brasil, no centro da cidade, foi isolado por forte contingente policial para impedir que os grevistas paralisassem os serviços de compensação do banco. Hoje é feriado em Belo Horizonte, festa da padroeira da cidade. Assim, a greve nos estabelecimentos bancários deverá iniciar-se efetivamente amanhã.

## SÃO PAULO

O Sindicato dos Bancários de São Paulo, realizou ontem, na Casa de Portugal, mais uma assembléia geral com a participação de cerca de 1.500 profissionais os quais reafirmaram as mesmas reivindicações salariais, de 50% de aumento, mais Cr\$ 3 mil fixo, para toda a categoria.

No encontro de ontem, os bancários resolveram também marcar para hoje, às 11 horas, uma concentração defronte ao prédio onde está instalado o Sindicato dos Bancos, na Rua Libero Badaró, como forma de protesto à falta de respostas dos patrões às reivindicações lhes apresentadas.

Decidiram ainda organizar um ato público para amanhã, às 18h30, na praça Antonio Prado, a fim de concluir a categoria para unir-se e lutar pelas reivindicações.

Para o presidente do Sindicato dos Bancários de Santos, Jocelito Freitas de Matos, o pronunciamento dos banqueiros, publicado ontem pelos jornais considerando descaídas as reivindicações da campanha salarial dos bancários, não passa de "meias verdades e quer tentar confundir a opinião pública sobre o nosso movimento."

O sindicalista disse não entender o posicionamento do presidente da Federação Nacional dos Bancos Teophilo de Azeredo Santos, para quem as reivindicações bancárias teriam um acréscimo de 200% nas folhas de pagamento. "Afora o exagero natural dessa afirmação — disse Freitas de Matos — acreditamos que esses índices seriam alcançados com a incidência do aumento nos salários da alta cúpula dos banqueiros, componentes de uma elite, com remunerações altíssimas, além de gozarem de regalias e mordomias imorais. Disse o senhor Teophilo que as despesas de pessoal representam nos bancos mais de 50% dos custos totais das empresas, enquanto que em outras categorias não ultrapassam a 15%. Contudo esqueceu os banqueiros, que é o homem, o bancário, o trabalhador assalariado, o único responsável pela lucratividade e o progresso do estabelecimento de crédito".



Tropas policiais estiveram presentes em todas as manifestações grevistas de ontem. Ao lado, na movimentação dos peões de Brasília; à direita, nos Correios de Belo Horizonte; em baixo, policiamento nas ruas de Nova Lima.

## Grevistas agredidos pela PM em Minas

**BELO HORIZONTE (Sucursal)** — Ao recrudescimento dos movimentos grevistas em Minas por maiores salários e melhores condições de trabalho, que se espalha rapidamente por outros pontos do Estado, reunindo as mais diversas categorias, o governador Francellino Pereira adotou um único remédio: a violência policial. Ontem pela manhã dez grevistas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte foram agredidos a golpes de pau, pedra e cassetetes por policiais à paisana. Cinco tiveram que ser medicados e um, Juscelino Tinoco de Oliveira, está em estado grave, com fratura do crânio. Segundo dirigente do movimento dois policiais disfarçados de estudante estimulavam os grevistas a partir para atos de vanda-

de 60% sobre os salários atuais mais Cr\$ 3 3 mil para toda a categoria, inclusive o pessoal inativo.

Também os funcionários públicos federais realizam assembléia amanhã para discutir a questão salarial.

### REJEIÇÃO

Os operários das Empreiteiras da Açominas rejeitaram ontem, durante a reunião de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho, a proposta patronal. Eles decidiram manter a paralisação pelo menos até amanhã, quando será julgado o dissídio.

As empreiteiras, tanto da construção civil como da construção pesada, ofereceram 53% de aumento para os peões que ganham até



## Os caminhões parados no PR

**CASCAVEL (Do Correspondente)** — Cerca de 2 mil caminhões permanecem estacionados desde as primeiras horas da tarde de ontem ao longo da rodovia BR-277, no trevo de acesso à cidade de Cascavel, no oeste do Paraná, em virtude da greve deflagrada por condutores autônomos de veículos rodoviários na região de Cascavel, que exigem um aumento de 40%, no mínimo, no preço dos fretes pagos por particulares ou pelas empresas de transportes a quem prestam serviços.

Os motoristas montaram um "piquete" às primeiras horas da manhã, com cerca de 40 veículos, e as primeiras horas da tarde já es-

## PM bloqueia o centro de P. Alegre

**PORTO ALEGRE (Sucursal)** — Numa ostensiva demonstração de força, cerca de 800 homens da Polícia Militar gaúcha fecharam, na tarde de ontem, todas as ruas que davam acesso ao Palácio Piratini, numa tentativa de evitar que centenas de grevistas operários da construção civil fossem diretamente ao governador José Augusto Amaral de Souza, pedir pela libertação de três líderes presos.

Um número ainda indeterminado de aproximadamente 10 mil operários que pararam o trabalho desde segunda-feira marchou de alguns dos bairros mais distantes da cidade, e do município de Alvorada, a cerca de 40 quilômetros desta capital, para participar da assembléia geral marcada para ontem à tarde, no estádio do Grêmio Futebol Porto Alegrense. Eles, cansados e com fome, foram unânimes em reiterar o pedido de aumento apresentado aos patrões, de Cr\$ 25,00 por hora de trabalho dos serventes, Cr\$ 45,00 por hora dos profissionais e Cr\$ 80,00 para os mestres de obras.

Ao final, decidiram fazer uma nova marcha para o centro da cidade, com a intenção de pedir a interferência do governador para a libertação do professor Adão Sell, do membro ala de formação do PT do líder comunitário, Edílio Macedo. Mas os trabalhadores foram impedidos de chegarem na praça da matriz, onde estão localizados o Palácio Piratini e a Assembléia Legislativa. Numa fase inicial, 3 PMs armados com cassetetes vigiavam fortemente as quatro ruas de acesso à praça, impedindo a entrada ou saída de qualquer pessoa.

A população dos edifícios próximos solidarizou com os grevistas e começou a jogar objetos pelas janelas, atingindo a força policial. No meio da confusão, o cardinal-arcebispo de Porto Alegre, dom Vicente Scherer, entrou na praça sitiada, comentou a possibilidade de ser mediador nas negociações, mas não em praça pública.

Na rua Riachuelo, onde a confusão maior, um grupo de operários e estudantes — e entre os quais existiam poucos operários da construção civil, fecharam a rua, na esquina com a Borges de Medeiros e enfrentaram a pedra e com latas de lixo as tropas de choque da polícia militar. Depois, fizeram uma fogueira no meio da rua e resistiram por mais de duas horas somente saindo quando os cinco líderes que estavam com o governador Amaral de Souza garantiram que o estava sendo providenciado a soltura dos presos.

Durante todos os contatos mantidos Piratini os grevistas se queixavam de elementos estranhos à classe estavam participando e incentivando a greve.

Até às 20h30 de ontem, sete pessoas deram entrada no hospital de pronto socorro com ferimentos sofridos na refrenação dos operários com os policiais.

PT 109700

Em Nova Lima, onde os mineiros de Morro Velho, a maior mina de ouro do País também estão paralisados, a polícia fortemente armada atemoriza a população nas ruas. Segundo sindicalistas os policiais provocaram os trabalhadores e em seguida fizeram disparos de granadas de gás lacrimogêneo. Também em Divinópolis, a 150 quilômetros de Belo Horizonte, a ação da polícia ao reprimir um piquete numa forjaria espancou violentamente os trabalhadores. Um deles está à beira da morte, com fratura de crânio.

Enquanto os operários da Cia Randazzo aceitavam ontem a contra-proposta patronal de voltar ao trabalho o ministro Murilo Macedo declarava ilegal e enquadrava na Lei da Segurança Nacional a greve nos correios e telegrafos. Os funcionários públicos estaduais marcaram assembleia da classe para o dia 22 e os operários da Açominas rejeitaram a proposta de conciliação na DRT. A produção de gusa se ressentiu da greve dos carvoeiros que retomam o trabalho. e Francelino se investe de poderes para a execução da Lei de Segurança Nacional em todo o Estado.

#### VIOLENCIA

Dez funcionários da prefeitura de Belo Horizonte foram agredidos na manhã de ontem, por elementos da polícia militar, que estavam à paisana. Em consequência da agressão, cinco funcionários tiveram de ser medicados, sendo quatro no hospital de pronto socorro e um no hospital municipal Odilon Behrens. Continuam internados Juscelino Tinoco de Oliveira, com fratura na base do crânio, e José Maria de Sá, no setor de maternidade do hospital municipal, de onde seria transferido na noite de ontem.

A diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas esteve reunida ontem com o prefeito Mauricio Campos, tentando servir de intermediária entre as autoridades municipais e os grevistas.

#### PRISÃO

Ao reprimir um piquete na forjaria São Luis, em Divinópolis, na noite de anteontem, um soldado da polícia militar feriu gravemente o operário Benedito Gonçalves, de 48 anos, que se encontra internado no hospital São João de Deus. Segundo os médicos que o atenderam, o operário foi submetido a uma cirurgia craniana, às 4 horas de ontem, pois sofreu uma séria pancada. O trabalhador corre perigo de vida.

Benedito Gonçalves, foi levado pela policia ao hospital somente a 1h50 de ontem, isto é, sete horas após ter sido ferido. Inicialmente foi submetido a uma artereografia, quando constatou-se a necessidade da operação de urgência. Segundo ainda os médicos do hospital "o operário pode morrer a qualquer momento."

#### FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Os funcionários públicos estaduais começaram ontem a distribuir uma convocatória para a assembleia da classe, no próximo dia 22. Eles pretendem discutir a concessão de um aumento salarial

cinco salários até dez salários, 44% para os que percebem mais de dez salários-mínimos. Extra-oficialmente, os empreiteiros ofereceram mais cinco por cento para os serventes, ou seja, para os que ganham até um salário mínimo e meio.

#### GUSA AFETADO

Com filas de caminhões carregados nas entradas das indústrias siderúrgicas de Sete Lagoas, começou ontem, a normalização do abastecimento de carvão vegetal aos alto-fornos responsáveis pela maior parte do gusa produzido em Minas Gerais. Segundo os empresários, a greve dos carreteiros que durou oito dias, provocará uma queda entre 10 e 30% da produção de gusa em Minas.

#### NEGOCIAÇÃO DIRETA

Os operários da Cia Randazzo de Amortecedores aceitaram a contraproposta da empresa e, decidiram voltar ao trabalho amanhã, devido ao feriado municipal hoje. Segundo Ildeu Balbino, secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, a greve foi uma vitória, pois foi feito um acordo e outro está em vigência, sem a mínima intervenção do Ministério do Trabalho.

O acordo entra em vigor a partir de hoje.

#### GREVE ILEGAL

Cerca de 3.600 funcionários da empresa de Correios e Telégrafos de Belo Horizonte e Contagem entraram em greve a partir da zero hora de ontem. Eles estão reivindicando aumento salarial de Cr\$ 2 mil fixo a partir de primeiro de agosto e mais 30% dentro de 90 dias.

A paralisação dos trabalhadores da ECT foi declarada ilegal e enquadrada pelo ministro do Trabalho, Murilo Macedo, no decreto lei 1.632, que proíbe greve em setores considerados essenciais e de interesse da segurança nacional.

#### MINEIROS PARAM

Nova Lima, embora solidária com os grevistas da mineração Morro Velho, está atemorizada e curiosa com os batalhões da polícia militar, que patrulham ostensivamente as ruas próximas à fábrica, e na Praça dos Mineiros. O comércio praticamente cerrou suas portas, temeroso de que houvesse tumultos. Mas os operários estão pacíficos, mesmo sem contar com o apoio do sindicato.

#### SEGURANÇA NACIONAL

Por iniciativa do governador Francelino Pereira dos Santos, o Governo federal, através do Ministério da Justiça, delegou poderes ao governo do Estado para executar, em todo o território mineiro, os termos do decreto-lei número 1.632, de 4 de agosto de 1978, que dispõe "sobre a proibição de greve nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional".

Convênio nesse sentido foi assinado ontem entre o ministro Petrônio Portela, da Justiça, e o governador Francelino Pereira dos Santos.

## Em Brasília a greve continua

Os trabalhadores na construção civil de Brasília prosseguiram ontem a greve da categoria por melhores salários, reivindicando aumentos semelhantes aos concedidos em Belo Horizonte. A greve, iniciada segunda-feira, continuará hoje.

Em Goiânia contrariando as previsões da Delegacia Regional do Trabalho, dos empresários e do Sindicato dos Trabalhadores, os operários da construção civil, em Goiânia, provocaram ontem no oitavo dia de greve, um tumulto no centro da cidade, apedrejando ônibus e veículos e ferindo muitas pessoas nas ruas. A Polícia só conseguiu controlar o tumulto minutos depois. Um incêndio nos vestiários do estádio olímpico Pedro Ludovico, onde se realizava a assembleia dos operários, deu início ao pânico que teve continuidade após o encerramento rápido da assembleia.

## Hoje na Vigor a volta ao trabalho

Após quatro dias de greve, os funcionários da fábrica de produtos alimentícios LeiteVigor, retornam hoje ao trabalho. A concessão pela empresa da antecipação salarial, reivindicada pelos grevistas, foi anunciada ontem, através de um telefonema dado ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Trigo e Laticínios, Bernabe Manoel Riesco, por volta das 12h30. No período da tarde, acompanhado por funcionários ligados ao movimento, Bernabe esteve na empresa, onde foram acertados detalhes sobre o retorno dos grevistas.

## Reforma sindical

BRASILIA (Sucursal) — "O trabalhador brasileiro acredita, mais em pedir leis, se dirigindo ao Congresso, do que no seu poder de reivindicação para criar a norma. Esse é um problema de mentalidade, decorrente do nosso sindicalismo, que não brotou espontaneamente da solidariedade grupal". Este foi o diagnóstico feito ontem pelo ministro Carlos Albert Barata e Silva, do Tribunal Superior do Trabalho, ao participar do debate na Câmara sobre a reforma da CLT.

Para o ministro, a reformulação sindical deveria ocorrer antes mesmo da reconsolidação das leis trabalhistas, um trabalho mais demorado. A seu ver, a reforma sindical deverá assegurar representatividade autêntica aos sindicatos. Defende ainda a abolição do Imposto Sindical e Contribuição Sindical obrigatórios, porque os que são contra o sindicato, ideologicamente, são obrigados a dar a sua quota.



# Bancários de Belo Horizonte declaram-se em greve

## CEP faz concessões mas o Estado não vai negociar

O CEP (Centro dos Professores do Rio de Janeiro) revelou ontem a proposta feita na véspera ao Governo do Estado, na qual atenua as reivindicações em todos os pontos. Entretanto, ela não será levada em consideração, pois é prioritária a orientação federal de não

haver negociações sob pressão de movimento ilegal, como define o decreto 1632.

O professor Godofredo da Silva Pinto, diretor do CEP, classificou as concessões como forma de romper o impasse: "Além de mostrar nosso espírito de conciliação e de invalidar o princi-

pal argumento do Governo de que não tem dinheiro para nos pagar". A proposta fora entregue ao Padre João MacDowell, Reitor da PUC, que segunda-feira mesmo a entregou ao Secretário de Educação do Estado, Arnaldo Niskier.

### Reivindicações

#### ANTES

**SALÁRIOS** — Pagamento imediato dos novos pisos estabelecidos depois da greve de março, com retroatividades desde o dia 16 daquele mês.

**ENQUADRAMENTO** — Pagamento imediato do enquadramento por formação (segundo o nível de escolaridade de cada professor)

**TRIÊNIOS** — 10% para todos os professores.

**CONVENIADOS** — Efetivação imediata

**INATIVOS** — Equiparação salarial imediata.

#### AGORA

1) Pagamento dos novos pisos a partir de 1º de outubro, sem retroatividade; ou

2) Pagamento a partir de 1º de dezembro de 1979, com retroatividade a 1º de agosto, com os valores em atraso sendo pagos parceladamente em 1980

Fixação, pelo Governo Estadual, de um prazo máximo para o enquadramento definitivo, por formação, de todos os professores. A partir da data fixada, o Estado pagará de acordo com o novo enquadramento.

Volta dos triênios para os professores da rede municipal da cidade do Rio de Janeiro, Pagamento de quinquênios para os da rede estadual

Prazo de 60 dias para que a comissão que estuda a situação apresente uma solução.

Equiparação salarial escalonada, através de um projeto especial elaborado pelo Executivo, a ter início no exercício de 1980.

**Belo Horizonte** — A primeira greve dos bancários desta Capital desde 1968 — quando o sindicato da categoria sofreu intervenção — começa hoje às 6h com a formação de piquetes à porta das 172 agências da cidade. O presidente do sindicato, Sr Arlindo Ramos, acredita que o Governo mineiro não usará a lei antigreve e considera remota a possibilidade de intervenção.

Em comunicado divulgado ontem, o sindicato dos bancos afirma que "todos os bancos estarão abertos para atender os interesses de sua clientela, especialmente de milhares de aposentados que dependem de seus proventos para sua subsistência." Os banqueiros devem apresentar amanhã contraproposta às reivindicações dos bancários.

#### Lider

A greve será liderada por um velho funcionário do Banco do Brasil — com 34 anos de serviço — Sr Arlindo José Ramos, que atualmente cumpre o primeiro ano de seu segundo mandato na presidência do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte, uma organizada entidade com 10 mil associados.

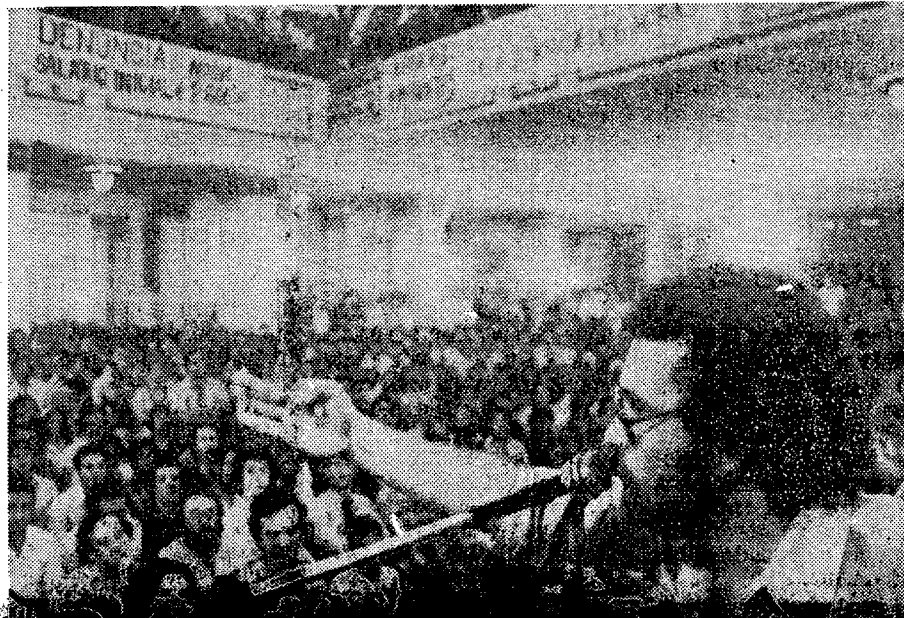
Casado, 49, pai de sete filhos, o Sr Arlindo Ramos, apesar de moderado, nunca foi classificado de pelego nos últimos 14 anos em que está ligado às atividades sindicais. Mesmo no auge do regime autoritário, manifestou-se um intransigente crítico da legislação trabalhista e dos atos de exceção, no cargo de presidente da Federação dos Bancários de Minas, que exerceu de 1969 a 1975.

Na assembléia da categoria, que decretou a greve anteontem à noite, Arlindo José Ramos não teve condições, diante dos tumultos e vaias a oradores, de expor sua tese de que não seria conveniente o início da greve a partir de hoje e sim na próxima semana, juntamente com outros Estados. No entanto, ele acatou a decisão da maioria e assumiu efetivamente a liderança dos grevistas.

Ele possui idéias claras e objetivas sobre os problemas trabalhistas e sindicais. Considera a atual legislação trabalhista e a lei de greve defasadas da realidade econômica e social do país. Para ele, a CLT continua a ser "o AI-5 para os trabalhadores". Defende uma central única dos trabalhadores, com estrutura democrática e sem os vícios e erros do passado, é favorável à organização partidária dos trabalhadores e, desde que começou exercer atividades sindicais, como presidente do Sindicato dos Bancários de Itajubá, em 1965, é ardoroso defensor do contrato coletivo de trabalho e das negociações diretas.

"As negociações diretas constituem o único instrumento capaz de corrigir a política salarial em vigor desde 1964. Um abono de emergência, por exemplo, não resolveria a situação e nem reduziria o número de greves no país. Os trabalhadores não querem esse tipo de solução ou de outros paliativos para lhes devolver o poder aquisitivo perdido nos últimos 15 anos. É através da negociação direta que os operários obterão os salários mínimos profissionais que respondam as suas necessidades".

Foto de Ari Gomes



## Operários da construção civil de Porto Alegre decidem hoje se voltam

**Porto Alegre, Goiânia e Brasília** — No seu terceiro dia de greve, os trabalhadores da construção civil de Porto Alegre realizaram assembléias durante todo o dia de ontem, mas um impasse — a Delegacia Regional do Trabalho exige a participação, nas conversações, de representantes do sindicato cujo presidente foi destituído pelos operários — adiou qualquer solução para hoje, na concentração marcada para as 12h, no Estádio dos Eucaliptos. Em Goiânia a greve também continua e em Brasília os operários voltam ao trabalho.

Ontem não ocorreram incidentes, mas a Polícia Federal, além de manter detido desde segunda-feira o professor de inglês Adeli Sell (enquadrado na Lei de Segurança Nacional) prendeu e enquadrado, também na LSN, o professor de Química Paulo Muller, além de deter "para investigações, por ser agitador" Antônio Moreira Filho, jornalista do Versus. O comando de greve, durante suas reuniões, repudiou a participação de outras entidades, chegando a expulsar um grupo do Comitê pela Libertação dos Presos Políticos de Itamaracá.

#### SEM SOLUÇÕES

A greve dos operários da construção civil de Goiânia viveu mais um dia de impasses e nenhuma decisão foi tomada no sentido de se encontrar uma saída satisfatória. Os 11 operários detidos pela polícia terça-feira foram liberados ontem. Informou o Secretário da Segurança Pública, Coronel Hebert Bastos Currado.

Também foi liberado o estudante de Jornalismo e presidente do Diretório Acadêmico de Ciências Humanas da Universidade Federal Luiz Carlos Orro. Em protesto contra sua prisão, classificada como seqüestro pelos estudantes, houve uma assembléia-geral no campus universitário durante a qual se decidiu paralisar todas as aulas enquanto o estudante permanecesse preso. Ao meio-dia foi liberado pelo DOPS, juntamente com os operários,

continuação da greve, a diretoria decidiu considerar como decisão de assembléia a volta ao trabalho, pois, segundo ela, essa é a posição da maioria da classe.

De qualquer forma, o Sindicato das Indústrias de Construção Civil, que representa os empreiteiros, reuniu-se até a madrugada de ontem e resolveu não conceder aumento superior aos índices do acordo firmado, na sexta-feira passada com o sindicato dos trabalhadores — e condenado pelos grevistas. Segunda-feira, os empreiteiros discutirão apenas itens como alimentação, transporte, folgas e abono dos dias parados.

#### AÇOMINAS

O Tribunal Regional do Trabalho de Minas julga hoje, a partir das 17h, o dissídio coletivo dos 21 mil operários das 61 empreiteiras de obras da Açominas, em greve há 18 dias, podendo

entidades representativas; pede ainda que desista de impugnar o pedido de registro do CEP e arquive os inquéritos administrativos relativos à greve.

O documento reivindica, por fim, a revogação das suspensões e remoções que atingiram alguns professores, em função da greve, assim como o arquivamento dos inquéritos policiais em andamento; a última exigência é o abono das faltas desde 1º de agosto, início da greve.

O professor Godofredo da Silva Pinto informou que a proposta depende do referendo da assembleia geral de amanhã, que o CEP pretende realizar numa escola privada "ou em praça pública", mesmo com a proibição das autoridades estaduais. Entretanto, acredita "na aprovação de todos os itens do documento."

O CEP informou que 18 professores já foram chamados para depor na delegacia de Macaé; há intimações em Niterói (entre outros, já depôs D Maria Regina da Silva Pinto, mulher do professor Godofredo), Nova Iguaçu, Araruama e Cabo Frio, em Campos, depôs ontem D Elizabeth Teixeira dos Santos Soares. A entidade afirma que 95% das escolas públicas continuam fechadas em todo o Estado; entretanto, na Zona Rural do Rio, Caxias, São João de Meriti e Barra do Pirai funcionam até a metade das escolas.

#### NEGOCIAÇÕES

Dirigentes do CEP informaram que ontem de manhã receberam telefonema

de 120-362 Carlos Vera progresso nas negociações, mas que esperava ter contatos importantes à tarde. O Reitor da PUC conversou de manhã com o Secretário de Administração do Estado, Francisco Mauro Dias.

O Padre esteve com o Secretário de Educação do Estado na cerimônia de sagração da catedral Metropolitana. Antes da cerimônia, o Sr Arnaldo Niskier conversou com os comandantes do 1º Exército, General Gentil Marcondes Filho, e do 3º Comando Aéreo Regional, Brigadeiro Ismael da Mota Paes.

O fato, porém, é que o Governo do Estado não cederá aos grevistas, nem aceitará propostas conciliatórias, efetivando a posição do Governo federal. O Prefeito Israel Klabin anuncia-

do funcionamento das suas entidades representativas; pede ainda que desista de impugnar o pedido de registro do CEP e arquive os inquéritos administrativos relativos à greve.

O Padre MacDowell lamentou o "endurecimento" do Governo do Estado, mas manifestou esperança de uma solução. Já procurou contatos em Brasília, especialmente com o Ministro do Trabalho, de onde partiu o reconhecimento do estado de greve, para efeito de aplicação do Decreto 1 632. Mas não há sinais de que conseguirá mudar o quadro, o que torna sua missão bem mais difícil do que esperava ao iniciar as negociações.

Os professores, por fim, não querem suspender a greve sem uma garantia de que as reivindicações estão encaminhadas para uma solução, pelo menos a médio prazo. Segundo grevistas, só a paralisação garante o interesse das autoridades.

#### CAMINHADA

Professores grevistas de Campos realizam hoje, em horário a definir, uma caminhada pelas ruas centrais. Ela será "pacífica e silenciosa" e tem como nome Caminhada dos Contracheques. Hoje deporão na polícia os professores Hélio de Freitas Coelho, Ivete Guerra Martins e Elizabeth Vieira de Araújo, do CEP.

Em Niterói, oito colégios particulares não tiveram aulas ontem, nem em um de São Gonçalo, em solidariedade ao magistério público. As 19 escolas municipais de Niterói estão paralisadas. Seus professores se reúnem amanhã, às 13h, na União dos Professores Primários do Estado, e possivelmente decidirão voltar ao trabalho segunda-feira.

#### MANDADO

Por considerar que o mandado de segurança impetrado pelo advogado do CEP, Sérgio Bermudes, pedindo a imediata reabertura da sede da União dos Professores, "não é caso de liminar", o Juiz da 2ª Vara de Fazenda Pública, Manoel Benedicto Lima, deu 10 dias para o delegado da DPPS prestar informações. No processo, há uma peti-

do fato de o Juiz se ter negado a garantir a posse, da qual a União dos Professores "foi arbitrariamente privada por um ato de delegação de polícia, que não tem competência para interditar o imóvel, matéria privativa do Poder Judiciário". Ele pedirá ao Juiz da 2ª Vara de Fazenda Pública reconsideração do despacho, caso contrário "tomarei uma atitude".

#### TEM BANCO

O Banco Central considerou a proposta do Banco de Montreal, entre sete, como a mais adequada ao seu esquema financeiro e cambial para o empréstimo de 300 milhões de dólares (pouco mais de Cr\$ 8 bilhões) ao Estado e ao Município do Rio, informou o Prefeito Israel Klabin. Parte do dinheiro será aplicado no pagamento dos novos pisos do magistério.

O Prefeito negou que as escolas municipais estejam aconselhando seus professores a apresentarem atestados médicos para justificar faltas durante a greve. Nota do Sindicato dos Médicos destaca a ilegalidade do atestado nesta situação, ameaçando com processo o médico, o paciente e a diretora que der o aval, se o documento for "comprovadamente ilícito."

Professores da rede estadual comunicaram às redações dos jornais que obtiveram, de funcionários do Bannet, a informação de que o Secretário Arnaldo Niskier determinará, à Superintendência de Despesas da Secretaria de Administração do Estado, o pagamento daqueles que não tivessem marcado ponto este mês. Assesores do Sr Arnaldo Niskier negaram a suspensão, confirmada oficialmente na Secretaria de Administração.

#### NA BAHIA

Salvador — Apesar de a Secretaria Estadual de Educação ter cortado, desde ontem, o pagamento dos professores que aderiram à greve, estes decidiram — em assembleia realizada à tarde — manter o movimento, que hoje completa 10 dias e ao qual aderiram 30 mil professores da rede oficial de ensino.

Os professores resolveram não mais procurar o Secretário de Educação para negociar suas reivindicações. Terça-feira o Sr Eraldo Tinoco não os atendeu alegando estar com a agenda tomada. Vão tentar falar com o Governador Antônio Carlos Magalhães.

## Cariocas querem aumento até dia 27

Os bancários cariocas deram prazo até dia 25 para que os banqueiros atendam a suas reivindicações, e entrarão em greve na segunda-feira, dia 27, caso não seja aceita a proposta salarial da classe. A decisão foi tomada ontem à noite em assembleia-geral, durante a qual o presidente do sindicato da classe, Sr Ivan Martins Pinheiro, rasgou o documento que continha a contraproposta do Sindicato dos Bancos.

A assembleia-geral, na Associação Comercial do Rio de Janeiro, compareceram cerca de 5 mil bancários. Aos gritos de greve, greve, greve, e bancário unido jamais será vencido, o Sr Ivan Martins Pinheiro solidarizou-se com a greve dos professores, e a certa altura disse: "Não tememos à Lei 1 632 e nem os agentes do DOPS. Vamos à greve levados pela razão".

#### Bancos

Ao tomar conhecimento da decisão da assembleia-geral, o presidente do Sindicato dos Bancos, Sr Theófilo de Azeredo Santos, distribuiu a seguinte nota oficial:

"Quem faz cálculos para os banqueiros são os bancários. Assim, a maioria está confiante de que não é possível acolher a proposta do sindicato da classe, que preconiza aumento de cerca de 200%.

Estamos confiantes de que as negociações chegarão a bom termo, pois o bom senso irá prevalecer. Ainda mais: a presença maciça de bancários amanhã em todas as agências de Belo Horizonte representará uma demonstração a mais de que a maioria é contra a greve e a favor de aumentos salariais justos, a fim de recompor o seu poder de compra, reduzido pela inflação perversa. Estamos conscientes, nós banqueiros, de nossa responsabilidade social. Saberemos cumpri-la, no acordo que iremos, estou certo, celebrar com os bancários."

Este é o primeiro número da sua assinatura do Jornal do Brasil: 264-6807

#### São Paulo

Depois de cinco horas de discussão, não houve definição ontem nas negociações diretas entre o Sindicato dos Bancos do Estado de São Paulo e o sindicato dos Bancários, que pedem 50% de aumento mais Cr\$ 3 mil. Hoje, devem prosseguir os entendimentos.

O presidente do Sindicato dos Bancos, Sr Lázaro de Mello Brandão acredita num acordo. Acha que a greve dos bancários de Belo Horizonte tem "conotação local", não devendo influir em São Paulo. Dirigentes dos bancários revelaram que 18 cláusulas da sua proposta foram inicialmente refutadas pelo Sindicato dos Bancos, que oferece o índice oficial mais um fator multiplicador de cinco. Isso significaria pouco mais de 2% além, descontando-se ainda uma antecipação de 20%.

#### CURITIBA

Cerca de 1 mil 500 bancários da Grande Curitiba, reunidos em assembleia-geral ontem à noite, rejeitaram a contraproposta patronal de aumentar seus salários em 2,25% acima do índice oficial do Governo. Eles ratificaram sua proposta inicial de 33% acima do índice oficial, apresentada aos banqueiros em 3 de agosto, manifestando disposição para deflagrar greve na próxima semana caso os banqueiros permaneçam irredutíveis.

#### JUIZ DE FORA

Em assembleia-geral, ontem à noite, 1 mil 500 bancários de Juiz de Fora decidiram conceder aos patrões prazo de três dias (até sexta-feira), para que estes concedam aumento geral de 50%, Cr\$ 3 mil fixos como abono a todos os empregados sem distinção e a não compensação dos 20% de aumento salarial já concedidos em abril deste ano. Caso a proposta seja rejeitada, haverá greve. A assembleia de ontem votou favorável a uma vigília, que começa hoje, e uma passeata.

CAIXA  
ECONÔMICA  
FEDERAL

### TOMADA DE PREÇOS

Nº 15/79

Prestação de Serviços de Limpeza, Conservação, Manutenção e Mão-De-Obra Qualificada

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL — Filial do Rio de Janeiro torna público para conhecimento dos interessados que foi adiada para o dia 3 de setembro próximo futuro, às 15:00 horas, a Tomada de Preços em referência, ficando estabelecido o seguinte:

- Que o capital social requerido às firmas licitantes deverá ser de valor igual ou superior a Cr\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil cruzeiros);
- Que a caução deverá ser efetuada impreterivelmente até o dia 21 do corrente mês. (P)

explosões na cidade

#### TRABALHO

A diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção de Brasília assegurou, ontem à tarde, que hoje "os peões retornarão às obras". Apesar de os trabalhadores, reunidos pela manhã no Pelé, terem apoiado a con-

no Tribunal não obtiveram êxito. Os operários reivindicam piso de Cr\$ 5 mil 400 para servidores, de Cr\$ 9 mil para oficiais e de Cr\$ 18 mil para encarregados, além de alimentação gratuita. As empreiteiras ofereceram reajuste que varia de 58 a 44% e aumento de três em três meses a partir de 1º de outubro.

## Metalúrgicos trocam greve por antecipação

Belo Horizonte — Os 60 mil metalúrgicos de Belo Horizonte e de Contagem vão reivindicar aumento de 80% a partir de outubro, antecipações de 20% em janeiro e junho do próximo ano e piso salarial de Cr\$ 8 mil, segundo ficou decidido ontem na primeira assembleia-geral da classe, para tratar da disposição da classe para uma greve geral.

A assembleia foi realizada na sede do sindicato, em Contagem, e contou com a presença de mais de 2 mil dos 16 mil associados.

Vários metalúrgicos ressaltaram a necessidade da união da classe durante a campanha e se mostraram desfavoráveis à eclosão de greves isoladas numa ou noutra empresa, como vem ocorrendo atualmente. Demonstrou-se que as greves isoladas prejudicam a campanha unificada da classe.

#### GREVE CONTINUA

Cerca de 3 mil metalúrgicos de Divinópolis rejeitaram ontem, em Assembleia, a contraproposta patronal e decidiram continuar com a greve que começou domingo. O operário Benedito Gonçalves, ferido gravemente terça-feira em choque com a PM continua internado no CTI do Hospital São João de Deus.

A paralisação já atinge 23 indústrias desta Cidade do Este de Minas, reunindo mais de 4 mil metalúrgicos, de um total de 6 mil. A greve deve estender-se hoje a cerca de 30 empresas da área de fundição, forjaria e aço.

A contraproposta foi de um reajuste de 25%, enquanto os operários insistem em obter 80% de aumento e mais 25% como prêmio de gratificação por produção.

#### GREVE COMEÇA

Cerca de 5 mil metalúrgicos de Juiz de Fora entram

em greve amanhã, último dia de prazo concedido às empresas para que concorram com aumento de 50% proposto pelo sindicato da classe. Os patrões querem dar 35% e se mostram irredutíveis.

Os empregados inicialmente propuseram aumento de 65%

#### DISCUSSÃO

Após reunião com a diretoria da Companhia Ferro Brasileira, os representantes dos 2 mil 400 metalúrgicos de Caeté, em greve desde domingo, conseguiram que a empresa elevasse a proposta de aumentos escalonados, de 62% e 44% para 65% e 55%, o limite máximo que a siderurgia poderá suportar, segundo seus dirigentes.

A proposta será posta em discussão na assembleia que o sindicato dos metalúrgicos marcou para hoje, às 8h, durante a qual os grevistas receberão também a notícia de que a Ferro Brasileira concordou em pagar-lhe os dias de paralisação, desde que eles voltem ao trabalho hoje mesmo, no turno das 14h.

#### VOLTA

Os 350 metalúrgicos da Randazzo Amortecedores que estavam em greve desde segunda-feira, firmaram acordo com os patrões e voltarão ao trabalho hoje; já que ontem foi feriado e não houve expediente.

Pelo acordo, os que ganham até Cr\$ 3 mil 500 terão um aumento fixo de Cr\$ 625; os que recebem entre Cr\$ 3 mil 501 e Cr\$ 5 mil ganharão mais Cr\$ 500, e os que ganham acima desse salário terão mais Cr\$ 300. Os aumentos não serão compensáveis no acordo de outubro. Os metalúrgicos ganharão dois macacões, como reivindicaram, mas os três dias de paralisação serão pagos à empresa com horas extras de trabalho.

JORNAL: *Folha de Parana*  
*Roster James*  
Data: *29 08 79* Estado: *R*



Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

# ***Greve de motoristas poderá paralisar todo o Paraná***

Luiz Maldonado, da Delegacia Estadual do Paraná, da Federação dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários, ontem à tarde esperava ainda por um acerto entre motoristas e empresas de Ponta Grossa para evitar "o pior" — "os motoristas podem perder a paciência", advertia Maldonado mostrando ainda que se ocorrer uma paralisação, será de âmbito estadual. Hoje as lideranças da Federação dos Autônomos, bem como o Delegado Regional do Trabalho estarão em Ponta Grossa para tentar convencer as empresas a pagar o frete de tabela, acer-

tado há menos de 15 dias com as próprias empresas através de suas entidades de classe.

A ida a Ponta Grossa, conforme deixou transparecer Maldonado, não será para novas conversações e negociações, mas sim para fazer o cumprimento da tabela de valores para os fretes que "garantem um mínimo indispensável à sobrevivência" dos motoristas, e "manutenção dos caminhões".

Alguns caminhões estão parados há mais de 20 dias em Ponta Grossa e a tensão e o desespero aumentam. Diz-

Maldonado que antes os motoristas comiam o "sortido" nas viagens e hoje estão "comendo só meio sortido" (tipo de prato mais barato nos restaurantes). Também as prestações dos caminhões comprados a prazo estão atrasando e poderão resultar em problemas caso os proprietários não consigam colocar em dia os pagamentos.

Ontem ainda o presidente do Sindicato dos Autônomos de Ponta Grossa esteve em Curitiba, relatando a situação e, na falta de perspectiva de acerto, foi resolvida a viagem do Delegado do Trabalho, General Adalberto

Massa, para tentar convencer as empresas da justiça da tabela de fretes. As empresas de Ponta Grossa já foram comunicadas, enquanto os Sindicatos do Rio e São Paulo já foram comunicados da situação no Paraná.

Caso não haja um acerto, a Federação dos Autônomos está dizendo que não se responsabiliza pelo que vier a acontecer, acusando as empresas donas das cargas de não aceitarem os esforços no sentido de contornar a crise. Em outras cidades do Estado também outras empresas estão se recusando ao pagamento de fretes conforme tabela.



**BANCÁRIOS**

Em nove cidades do interior, os bancários conseguiram paralisar as atividades dos estabelecimentos, sendo que em algumas localidades o movimento conseguiu a adesão de cerca de 80% da categoria. Um grande número de bancos fecharam as portas

**Santa Maria**

Mais de 80% dos bancários de Santa Maria aderiram à greve decretada quarta-feira e muitas agências não tiveram condições de funcionar enquanto nas que abriram as portas o atendimento foi precário.

O gerente do Bradesco foi buscar os funcionários em suas casas às 4h30 da madrugada para impedir que entrassem em greve. E ao meio-dia eles não foram liberados para o almoço como forma de impedir a ação dos piquetes que se espalharam por toda a cidade.

Segundo o presidente do Sindicato da classe em Santa Maria, Moacir de Oliveira, a greve pode se estender a outras cidades que fazem parte da base territorial do Sindicato, além de Tupanciretã que já aderiu desde o primeiro dia.

Para os líderes do movimento em Santa Maria a intervenção no Sindicato de Porto Alegre não causou surpresa e para evitar uma atitude semelhante no Sindicato local, o Comando Geral se instalou no Centro Cultural de onde está coordenando as ações.

**Rio Grande**

Mesmo funcionando de maneira precária, a maioria dos bancos da cidade de Rio Grande deu expediente no dia de ontem. Cerca de 80% dos bancários aderiram à greve e os piquetes começaram a agir desde cedo.

Na agência do Bradesco, o gerente determinou aos funcionários que dormissem no interior do banco e foram comprados vários colchões e cobertores. Com isto, o funcionamento foi normal durante o dia de ontem e a Brigada Militar impediu a ação dos piquetes.

Durante a tarde, foi rezada uma missa na catedral de São Pedro, pelo bispo diocesano em ação de graças pelos bancários em greve e o comando de greve se mantém em assembléia permanente no auditório do Colégio Joana D'Arc.

O presidente do Sindicato dos Bancários de Rio Grande, Varlem Obelar, disse que a intervenção no Sindicato de Porto Alegre já era esperada mas que não vai influir no movimento que continuará unido ao da Capital do Estado até o final, não temendo represálias. Membros do Comando de Greve disseram que "intervenção dessa natureza só trarão prejuízos à opinião pública e à situação política do Brasil, já que são medidas ditatoriais".

**Passo Fundo**

Aproximadamente 200 bancários de Passo Fundo aderiram a greve decretada na noite de quarta-feira e ontem a rede bancária funcionou de maneira precária pois a ação dos piquetes foi contínua durante todo o dia.

Muitos gerentes foram compreensivos permitindo inclusive a entrada de membros dos piquetes para conversar com os colegas. Em alguns estabelecimentos, houve até pedidos para que os policiais tentassem conscientizar os funcionários a não aderir ao movimento. Um oficial respondeu que isto não era tarefa deles e que estavam ali apenas para garantir a segurança de todos.

O presidente do Sindicato dos Bancários de Passo Fundo, Ari Sturm pediu também o apoio dos colegas de Getúlio Vargas, Guaporé e Lagoa Vermelha, que são associados da entidade. Estes ficaram de se reunir e esperar a chegada de bancários de Passo Fundo para maiores contatos. Hoje e sábado haverá reuniões de grupos para intensificar o movimento e no domingo a noite todos os grevistas se reunirão em assembléia geral, no Clube Caixeral.

**Caxias do Sul**

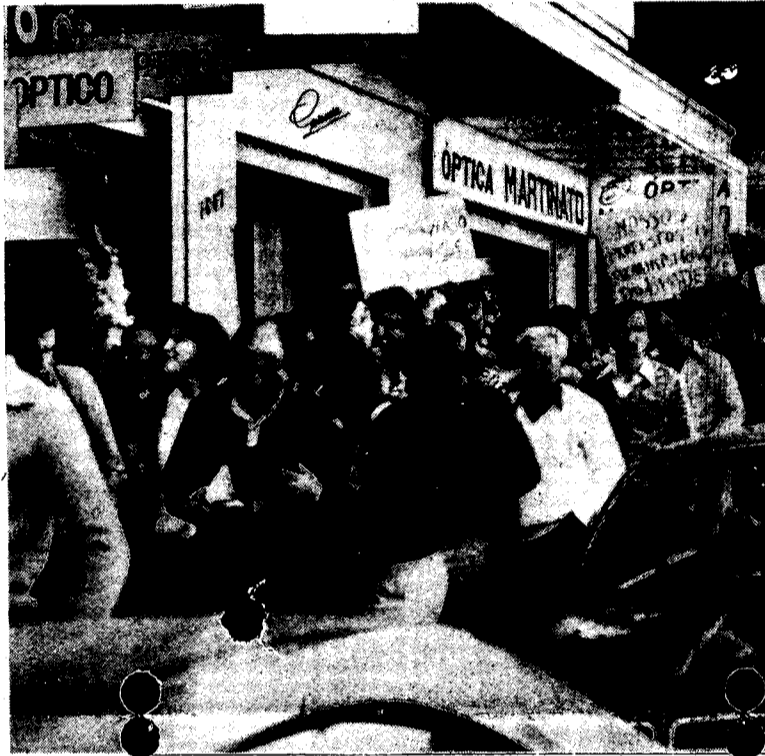
Nas 23 agências bancárias de Caxias do Sul — onde 1.100 funcionários trabalham cerca de 70% aderiu à greve decretada quarta-feira à noite e apesar de abrirem as portas durante o dia de ontem o funcionamento foi muito precário, não havendo compensação e nem desconto de cheques.

Houve muitas pressões e algumas agências obrigaram os funcionários a almoçarem no próprio local de trabalho. Os piquetes agiram durante todo o

dia e fizeram passeatas e até o enterro simbólico do Bradesco, onde a repressão, por parte dos gerentes, foi mais intensa.

A Brigada Militar guarneceu a maioria das agências mas não houve incidentes com os piquetes. A noite uma caravana saiu de Caxias em direção a Porto Alegre para dar apoio aos líderes depositos pelo ministro do Trabalho.

Se até segunda-feira não houve acordo com os banqueiros os líderes do movimento acreditam que adesão, em Caxias do Sul poderá chegar a 100%.



Em Pelotas, os piquetes também percorreram as agências bancárias

# Aumentam as adesões em todo o Interior

Cerca de 300 bancários participaram da assembléia que decidiu pela deflagração da greve da categoria na cidade de Pelotas representando cerca de um terço dos que estão inscritos no sindicato.

Apesar da ação de piquetes iniciados às 6h da manhã em todas as zonas da rede bancária teve um funcionamento razoável. O Bradesco e Banco do Brasil tiveram o comparecimento da maioria dos funcionários.

A partir das 10 horas da manhã foram colocados grupos de um a cinco soldados da Brigada Militar em frente às principais agências para dissolver os piquetes. Houve apenas um incidente quando um funcionário, bastante irritado com os constantes pedidos para que não fusesse a greve agrediu, com um soco, uma bancária que participava do piquete.

O vice-presidente do Sindicato dos Bancários de Pelotas, Vandocilde de Mello, informou que a adesão

ao movimento é de cerca de 70% e denunciou pressões dos gerentes inclusive com a ameaça de demissão.

O Sindicato marcou duas assembléias, uma para sábado pela manhã e outra domingo à noite para analisar o movimento e tomar medidas para intensificar o trabalho dos piquetes.

O Presidente do Sindicato dos Bancários de Pelotas, Dilnei Pereira, disse, ontem à tarde, que a medida de intervenção no sindicato de Porto Alegre já estava sendo prevista desde o momento da deflagração da greve. Para ele, a intervenção em Pelotas já deve estar sendo cogitada pelas autoridades e isto deverá ter ocorrido desde que a greve dos bancários foi considerada ilegal. Mas mesmo assim o líder do movimento grevista de Pelotas acha que, apesar destes últimos acontecimentos, "os bancários continuarão unidos e coesos."

**Alegrete**

Em Alegrete, os bancários aderiram à greve, depois de uma assembléia geral da classe realizada na quarta-feira, no Centro Cultural daquela cidade. Ontem pela manhã, os grevistas já estavam mobilizados na realização de piquetes em frente às diversas agências bancárias, tentando conseguir a adesão de mais colegas. A paralisação nos bancos é quase total, somente o Banco do Brasil continua funcionando, e agora o Bradesco, pois o gerente deste ameaçou os funcionários, dizendo que eles poderiam fazer greve se quissem, mas depois teriam que agüentar as consequências. Com medo de perder o emprego, os funcionários dessa agência voltaram a trabalhar, apesar do apelo dos demais colegas de outros bancos para que eles aderissem ao movimento. Em outras agências, somente os gerentes e subgerentes trabalharam, mas apenas explicando a situação para os clientes que continuam procurando o serviço dos bancos, apesar da greve.

A situação na cidade é calma, não há policiamento ostensivo e os piquetes estão trabalhando normalmente. As 19h, os bancários realizam assembléia para fazer um balanço do movimento e discutir as medidas a serem tomadas no caso de intervenção no sindicato da capital. Até nova orientação da Federação dos Bancários, eles continuam em greve.

**Cruz Alta**

Os bancários de Cruz Alta, em assembléia geral realizada, ontem à noite, decidiram entrar em greve e ontem mesmo já organizavam um comando de greve e várias comissões para a condução pacífica do movimento. A princípio não estava previsto a deflagração da greve, pois o presidente do Sindicato dos Bancários de Cruz Alta, Lauro Dill, tentou mostrar aos 100 associados presentes na sede do sindicato que a deflagração da greve um dia antes de um feriado poderia prejudicar o movimento. Mas a decisão final acabou sendo conhecida pouco depois, quando foi colocada em votação a greve. Houve unanimidade e a greve acabou sendo deflagrada mesmo sem a presença da maioria dos filiados ao sindicato. (Emílio Piment — correspondente).

IJUI  
Por aclamação, 130 bancários de Ijuí, representando 40% do número de associados do Sindicato dos Bancários desta cidade, resolveram entrar em greve, 22h de ontem. O presidente do sindicato, Jorge dos Santos, alertou a seus colegas para a possibilidade de esfriamento do movimento tendo em vista o feriado.

**Santo Ângelo**

O movimento grevista dos bancários de Santo Ângelo já conta com a adesão de 80% dos funcionários das agências locais, com exceção do Banco do Brasil. Três bancos estão funcionando em condições precárias — Bradesco, Sulbrasileiro e Econômico. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários, Aramy Santolin, diz que o movimento continua coeso, apesar das pressões de alguns bancos com ostensivo aparato policial e ameaças de demissões. Os grevistas realizaram uma assembléia ontem à noite para avaliação da greve e já deferiram uma nova reunião para o sábado, onde serão designadas comissões para ampliação do movimento.

Na tarde de ontem, eles distribuíram uma nota oficial enfatizando a manutenção do movimento grevista até que sejam atendidas as reivindicações da classe e repudiando a atuação dos não grevistas. O presidente do Sindicato, Aramy Santolin, denunciou também a atuação de alguns bancos que estão recrutando funcionários em agências de outras cidades para preenchimento das lacunas deixadas pelos grevistas.

## Ministro reconhece greves em 7 cidades

O Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, reconheceu, ontem, às 19h, a existência de greve de bancários em sete municípios do interior do Rio Grande do Sul que aderiram ontem ao movimento iniciado pela categoria na quarta-feira em Porto Alegre. No seu despacho, proferido com base no decreto-lei 1632, que proíbe a pralisação de serviços em atividades essenciais e de interesse para a segurança nacional, o Ministro Murilo Macedo atendeu à solicitação do delegado Celito de Grandi, da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do

Sul.  
O Ministro do Trabalho informou que determinou a apuração dos nomes dos bancários que estão envolvidos no incitamento à greve e, após receber os resultados, poderá adotar a mesma medida tomada em relação aos dirigentes sindicais de Porto Alegre, ou seja, o afastamento dos implicados.

Os sete municípios, cuja greve foi reconhecida ilegal pelo Ministro do Trabalho, são: Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Santa Maria, Santo Ângelo, São Leopoldo e Rio Grande.

## Calçadistas aceitam reajuste escalonado

A greve na indústria do calçado de Novo Hamburgo terminou ontem com a aceitação, por três mil trabalhadores, da proposta conciliatória de 50% de reajuste salarial, apresentada ainda à tarde pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho, juiz Antônio Salgado Martins. O reajuste, a ser compensado no dissídio, em abril de 1980, será concedido em três vezes: 20% em agosto, outros 20% em outubro e 10% em janeiro do ano que vem. O acordo prevê, ainda, anistia para todos os grevistas.

A mediação do presidente do TRT foi solicitada pelos empresários, que com ele se reuniram, ontem, pouco antes dos representantes dos empregados. As negociações haviam chegado a um impasse com a decisão da assembléia dos trabalhadores na quarta-feira, quando o sindicato profissional encampou a greve — até então com um comando independente — e formalizou uma reivindicação de 60% de reajuste salarial. Na mesma oportunidade, uma proposta de reajuste de 60% dos empresários foi rejeitada, porque a assembléia não concordou com o escalonamento desse índice.

O fato de os empregados terem aceito um índice inferior ao que já haviam recusado deveu-se, segundo o presidente do TRT, ao recuo dos empresários, "mudando sua disposição, que não é mais de aceitar a reivindicação de 60%." Os empregados, que já tinham assegurado um reajuste de 20% para o mês de agosto, reivindicavam mais 40% em setembro. An-

tes de pedir a mediação do TRT, os empresários ofereciam, além dos 20% de agosto, 20% em outubro e mais 20% em janeiro, admitindo remanejar estas duas parcelas para setembro e fevereiro.

Os trabalhadores, que se mantinham em assembléia permanente desde quarta-feira, aceitaram ontem o índice de 50% sob muitos protestos. Foram, contudo, convencidos da vantagem de não prolongar o movimento por dois membros do comando de greve que acompanharam o presidente do Sindicato, Orlando Müller, na audiência com o presidente do TRT. Também participou do encontro o presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário do Rio Grande do Sul, Edir Inácio da Silva.

O juiz Antônio Salgado Martins afirmou ter enfatizado aos empregados "que a posição deles era muito delicada, muito complexa em termos técnicos, já que não tinham sequer a possibilidade de trazer suas reivindicações para a Justiça". Lembrou o juiz que o dissídio da categoria foi homologado em abril, e que, com a reivindicação, os empregados estavam se antecipando em sete meses.

Um agravante da inoportunidade da campanha salarial dos calçadistas, segundo Antônio Salgado, está no fato "de os empresários terem dado reajuste superior às bases oficiais no último dissídio, concordando ainda em conceder, posteriormente, uma antecipação de 40%". Esta antecipação foi aceita pelos empregadores no final de agosto, com 20% vigo-

rando a partir deste mês e os 20% restantes em janeiro de 1980.

Para o presidente do TRT "todas estas circunstâncias tornavam insustentável a posição dos trabalhadores, de sorte que a única saída é conciliatória. Mesmo assim, assumi o compromisso de tentar conseguir um aumento para eles, numa iniciativa, pessoal, mediante uma reformulação do acordo firmado em agosto, para que o movimento não seja derrotado".

Por outro lado, Antônio Salgado Martins disse ter sentido a disposição dos empresários (apesar de magoados com o movimento que consideram injusto) de conciliar em bases que não comprometessem a estabilidade econômica das empresas. A produção de calçados do Vale do Rio dos Sinos, segundo alegaram os juízes os empresários liderados por Nívelo Friedrich, é 40% exportada, com contratos a preços fixos, o que impede o repasse de qualquer reajuste salarial para os custos finais dos sapatos.

Explicou ainda o juiz que o novo acordo deverá ser firmado extra-judicialmente, a partir das assembléias das duas classes, ontem realizadas. Uma das hipóteses é a das partes depositarem uma convenção coletiva de trabalho na Delegacia Regional do Trabalho. Uma negociação direta seria possível, segundo o juiz, mas não é o caso, agora, depois que o conflito trabalhista ganhou um mediador na sua pessoa.



# GREVE

## Pedreiros voltam ao trabalho em Pelotas

Depois de rápida assembléia, onde nem todos concordaram com o posicionamento do comando de greve, em Pelotas cerca de 400 operários reunidos na manhã de ontem, decidiram retornar ao trabalho, embora a grande maioria não tenha aceitado recomeçar durante a tarde, como era o desejo dos dirigentes do movimento. E, mesmo com o expressivo número de fura-greves que trabalharam normalmente durante o movimento, o comando de greve mostrou-se satisfeito com os resultados finais obtidos em reunião com a classe patronal, ontem à noite, que teve por mediador, o bispo diocesano Dom Jaime Chemello.

A proposta dos empresários, embora não atingindo os valores reivindicados pelos quatro dos cinco mil operários da construção civil, chegou mais perto depois de outra capitulação, sendo aceita em seguida pelos líderes do movimento, que não duvidaram de um posicionamento favorável dos grevistas para finalização da greve.

E, apesar de alguns participantes da assembléia ainda acharem baixos os índices oferecidos, a maioria concordou em voltar ao trabalho, mostrando-se, se não totalmente satisfeito, pelo menos tranqüilo quanto ao próximo pagamento a receber neste sábado. Isto porque, um dos itens do acordo, estabelece o pagamento de sete dias de paralisação, sendo quatro úteis, um feriado e dois domingos.

### A GREVE

Iniciando no dia 29 de agosto, o movimento foi aos poucos perdendo sua força. Muitos dos operários, pressionados pela falta de dinheiro e com famílias para sustentar, aceitaram as promessas dos patrões de pagamento dos dias parados e ainda aumento nas bases das primeiras reuniões.

Apesar do comando de greve garantir que a maior parte dos operários estava em greve, aos poucos eles estavam retornando às suas atividades, e se esta última proposta não tivesse sido aceita, provavelmente se esvaziaria até a próxima semana. Um dos motivos da apreensão foi o fraco auxílio conseguido pelo fundo de greve, que não teve condições de recolher alimentos e dinheiro suficiente para manter tantas famílias por mais tempo.

Quatro reuniões foram feitas entre patrões e empregados, até o acordo final. Na última, na noite de quarta-feira, os empresários ofereceram os mesmos índices de reajustes já apresentados anteriormente, concordando com uma elevação nos pisos salariais e ainda o pagamento de

sete dos oito dias e meio de paralisação.

Desta maneira, os operários da construção civil em Pelotas passam a receber os seguintes valores: serventes, aumento de 30 por cento a partir de agora, e 7,5 por cento respectivamente em primeiro de outubro e primeiro de janeiro de 1980. Seu piso salarial fica em Cr\$ 13,00 a hora ainda este mês, Cr\$ 14,00 em outubro e Cr\$ 15,00 em janeiro. Aos profissionais, (carpinteiros e pedreiros), o aumento foi de 20 por cento em setembro, e 7,5 por cento em outubro e janeiro. Os pisos salariais aumentarão agora para Cr\$ 17,00, em outubro para Cr\$ 19,00 e em janeiro para Cr\$ 22,00. Contramestres e mestres receberão aumentos de 15 por cento a partir desta data, e 10 por cento em outubro e janeiro. As demais categorias recebem aumento de 15 por cento a partir desta data.

Em seu pronunciamento na manhã de ontem, o presidente do comando de greve, José Rudi Stein explicou aos operários que "uma conquista não se consegue de uma só vez. Esta vitória de agora significa bastante, mas não que estejamos totalmente satisfeitos. Daqui a um certo tempo, poderemos conquistar mais. Precisamos de agora em diante estar mais unidos, termos mais a cabeça no lugar para conseguir outro aumento mais adiante. E aqueles que furaram nossa greve, devemos dizer que perdemos por que vocês não sabiam o que estávamos querendo. Da próxima vez, vamos querer todos os cinco mil trabalhadores unidos, para que a vitória seja total". José Rudi pediu aos companheiros para não tomarem nenhuma atitude contra os fura-greves, mas que procurassem lhes explicar que o movimento poderia ter sido de sucesso total se a participação também tivesse sido total.

Outro integrante da comissão de greve manifestou-se dizendo que "hoje somos responsáveis, e temos vergonha na cara. Vamos pegar no serviço de cabeça erguida, porque nós vencemos".

## CAXIAS - TECELAGEM

Os mais de dois mil trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem de Caxias do Sul decidiram solicitar aumento de 85 por cento nos ordenados da categoria, segundo informação do presidente da entidade, Renato Tarciso Viero. Ele afirmou que o aumento foi solicitado nestes índices, depois de ter sido feito um levantamento por parte do Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos (DIESE). "Nos baseamos no levantamento oficial feito por esta entidade e que tem servido para orientar o trabalhador sobre as altas do custo de vida". Confor-

me Renato Viero, a categoria se mostra bastante inclinada a dialogar com os patrões, mas dificilmente haverá acordo se a proposta patronal for muito inferior aos 85 por cento solicitados pela classe.

"A esta altura — prosseguiu Viero — acho que o nosso pedido foi o mínimo que poderia ser feito. Os próprios bancários estão em greve por percentuais mais elevados que os nossos. As reivindicações salariais que temos visto por aí chegam a ser bastante superiores as nossas. Assim, acreditamos que possa haver um acordo com os

patrões". A assembléia dos trabalhadores em fiação e tecelagem foi realizada na terça-feira passada, com a presença de cerca de 70 profissionais, mas na semana que vem deverá ser feita uma nova reunião, quando poderá ser apresentada aos associados a contra-proposta patronal.

Renato Viero disse também que "os tecelões estão dispostos a tudo, inclusive a greve, para ter seus ordenados aumentados. Por isso, esta possibilidade (a greve) não está fora dos planos da classe.



## Orquestra Johann Strauss de Viena

Regente: Kurt Wöss



11 de Setembro de 1979 - terça-feira - 21 horas

Salão de Atos  
da Reitoria da Universidade  
Federal do R.G.S.

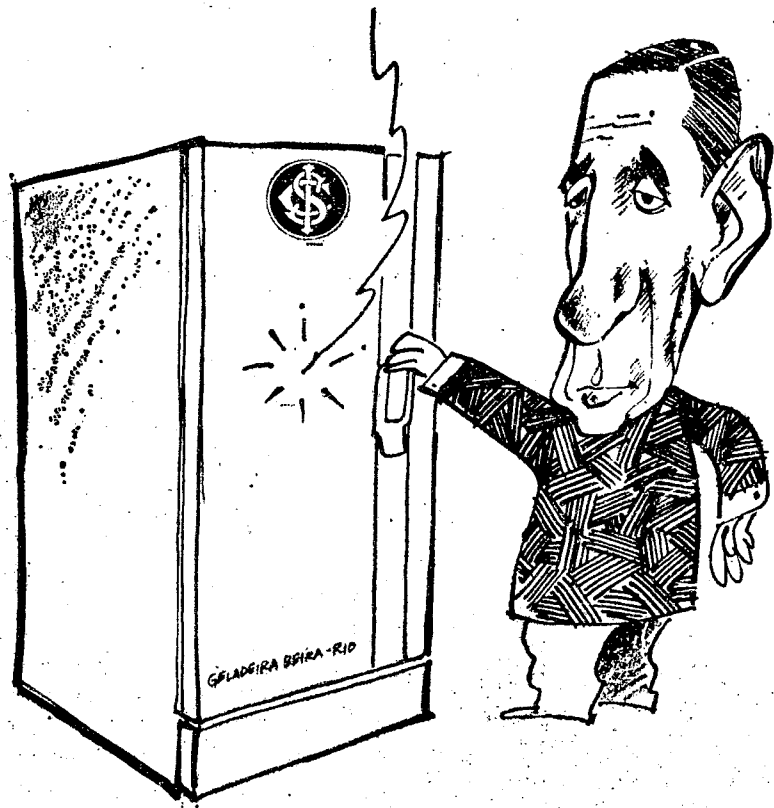
Promoção Pró Arte - Participação Correio do Povo.  
Ingressos: Panvel-Calçada, Bazar Floresta, Artesanato Gramadense.

7 DE SETEMBRO DE 1979  
SEXTA-FEIRA

FM • 23

Posta Jure

ENTRA BALLVÉ, A CASA É SUA!



Romão

Uma moeda jogada para o ar, tirou do torneio de futebol a equipe da Espanha, que participava dos X Jogos Mundiais Universitários. O sorteio favoreceu a equipe de Madagascar, que enfrenta o Uruguai, na primeira rodada da fase semifinal, da qual surgirão as equipes vencedoras de cada grupo, que deverão enfrentar-se entre si, na disputa do título Universitário. As equipes classificadas são: grupo I, Uruguai e Argentina; grupo II, Romênia e Japão; grupo III, Coreia e México; e grupo IV, Holanda e Madagascar.

## VANCOUVER E TAMPA BAY HOJE NA TV2 GUAIBA

De repente, o futebol se transformou num dos esportes mais populares do Estados Unidos. A eliminação do Cosmos esse ano — o time do brasileiro Carlos Alberto — não foi o suficiente para que o público norte-americano deixasse de ir aos estádios. Esse novo fenômeno poderá ser visto pelos telespectadores da TV2 Guaíba a partir das 15 horas de sábado (amanhã) em transmissão direta do jogo entre Vancouver Whitecaps e o Tampa Bay Rowdies, na decisão do Campeonato de Futebol dos Estados Unidos.

O Expresso da Alegria estará participando, sábado, das festividades que marcarão o primeiro aniversário do Jornal de Gramado. O time de futebol de salão do departamento de esportes da Rádio e TV Guaíba enfrentará, no Ginásio Municipal de Gramado, uma seleção da imprensa local, a partir das 16 horas. Na preliminar, outro bom jogo: Juventus, campeão gramadense de futebol de salão x Deport, campeão de Canela.

América e Botafogo farão o clássico da nona rodada do retorno do Campeonato Carioca, hoje às 17 horas, no Maracanã. Nenhum dos dois pode perder, sob o risco de terem sua situação abalada, embora por motivos diferentes: O América, sob a ameaça de ser desclassificado do turno decisivo entre os oito primeiros e o Botafogo, fora da disputa do retorno.



Carlos Alberto, ex-jogador do Fluminense, Santos e seleção brasileira, foi eleito como o melhor zagueiro do futebol americano jogando pelo Cosmos. Farkes, foi considerado como o melhor goleiro, Beckenbauer, o melhor apoiador e Cruyff, o melhor atacante. Ontem, os quatro foram homenageados pela Federação Norte-Americana. O italiano Oscar Fabbiani recebeu o troféu como goleador do campeonato.

## MANGA INAUGURA DIA 16 SUA LOJA DE ESPORTES

Uma nova loja de materiais esportivos será inaugurada em Porto Alegre. Dia 16 na Avenida Getúlio Vargas, 802, a DAISE ESPORTES, estará oferecendo um coquetel. Na recepção estará Ailton Arruda (Manga), o proprietário: "O Manguita precisa agora da crônica esportiva. Sempre dei entrevistas e não cobrei um tostão e agora quero que os amigos façam uma promoção de minha loja. Outra coisa: Quero ver no Grenal milhares de garotos vestindo azul, com todo esse material comprado lá na loja do Manguita".

## RECORDE INGLÊS DALEY COMPRADO POR 84 MILHÕES

Steve Daley, de 26 anos, foi comprado pelo Manchester do Woverhampton, por três milhões de dólares (Cr\$ 84 milhões) — o novo recorde de compra de jogadores. Anteriormente — isso foi há sete meses — o Nottingham Forest comprou por Cr\$ 73 milhões 600 mil do Birmingham City o passe de Trevor Francis. Daley, já jogou na seleção inglesa B e sua estreia no Manchester City será amanhã contra o Soutehampton, na quinta rodada.

Os dirigentes do Fluminense esperam apenas o término do Campeonato Gaúcho, para voltarem a fazer uma nova proposta ao técnico Orlando Fantoni. Sebastião Araújo, preparador físico e técnico provisório, não aceita continuar como treinador e já informou que após o campeonato carioca sairá. Nem mesmo os altos salários de Fantoni, farão com que o Fluminense desista da sua contratação.

O lateral direito Toninho do Flamengo e da seleção brasileira, continua sem contrato. Ele não aceitou ontem uma proposta de Cr\$ 1 milhão 700 mil de luvas, com ordenados de 100 no primeiro ano e Cr\$ 120 mil no segundo: "O Flamengo tem que aumentar mais a sua proposta, a diferença não é grande, mas quero mais um pouco. Sou jogador de seleção brasileira e pretendo ganhar muito bem", concluiu o jogador.

O presidente Sílvio Vasconcelos, do Fluminense, continua vendendo seus principais jogadores. Fumanchú, comprado do Santa Cruz do Recife por Cr\$ 5 milhões, foi vendido para o futebol mexicano por Cr\$ 8 milhões. Agora, será a vez do centroavante Nunes. O empresário Nicola Graviani, está sendo esperado no Rio na próxima semana com uma proposta de Cr\$ 8 milhões e 500 mil por Nunes.

# Ivo Corrêa Pires

## A VOLTA DE BALLVÉ

A formalidade dos cumprimentos no fim da última rodada — Marcelo Feijó congratulando-se com Dourado e o presidente do Grêmio agradecendo — representou uma oficialização antecipada do título conquistado pelo Grêmio: campeão gaúcho de 1979.

Falta aos campeões, ainda, um ponto para a garantia antecipada dessa conquista. Mas, desde o último grenal, este cronista reconheceu o Grêmio como campeão de 1979, porque ao analista não interessa, como ao dirigente, as possibilidades matemáticas.

O cronista baseia-se pela lógica. E a lógica indicava, logo após terminado o último grenal, que era mais fácil o Internacional perder mais pontos do que o Grêmio sofrer qualquer tropeço até o fim do campeonato. E não aconteceu outra coisa.

Pelo que ouvi e li, gostei do jogo de Rio Grande. Principalmente em relação à expectativa de alguns setores colorados. Ernesto Guedes, diziam esses setores, só preparava o São Paulo para ganhar do Inter, como se o jovem técnico tivesse contra o Inter motivação mais forte do que, simplesmente, a glória de uma vitória do São Paulo contra um dos dois grandes do futebol gaúcho. De Grêmio 1 x São Paulo 0 ficou a certeza de que o São Paulo não foi menos agüerrido, organizado e valente do que fora em suas vitórias ante o Inter. O que mudou, substancialmente, não foi o São Paulo nem Ernesto Guedes. Foi o adversário.

Agora, enquanto o Grêmio prepara sua merecida festa de campeão prevista para o próximo domingo, o Internacional anuncia uma modificação em seu departamento de futebol — o retorno de Frederico Arnaldó Ballvé e com ele, estou adivinhando, Artur Dallegrove.

Tenho-me como amigo e, em certo sentido, admirador de Ballvé. Mas acho que o atual momento do Internacional não é o momento mais adequado a Ballvé. Há, no Beira-Rio e em suas cercanias, muitas opiniões carentes de base sobre a situação do futebol colorado. Tais opiniões, conhecido o temperamento de Ballvé, poderão levar o novo departamento de futebol a rápidos e graves equívocos.

\*

\* A mais perigosa dessas opiniões é a extremada. Aquela que coloca sobre os jogadores a exclusiva culpa pelos fracassos do Internacional em 1979.

\* Para um homem como Ballvé, acreditar em tal opinião radical é sempre um perigo a evitar. Na verdade, o Internacional tem uma boa base de equipe. Ballvé cometerá um sério erro se partir, imediatamente, para a política resultante dessa análise simplista dos problemas colorados de 1979.

\* Se a conclusão que o problema básico está no grupo de jogadores, Ballvé poderá partir para uma política de contratação a torto e a direito. Mas uma análise mais serena dos problemas, indica-lhe outro caminho mais apropriado: colocar na casa a ordem que ela jamais teve este ano.

\* O Internacional teria um problema imediato de jogadores se, digamos, viesse a perder um campeonato na decisão com o Grêmio, depois de uma campanha vitoriosa contra os demais clubes. Ai, sim, se poderia dizer que "com mais qualidade aqui ou ali o campeonato não teria sido perdido".

\* Mas não foi por falta de jogadores que o Inter perdeu três vezes seguidas para o São Paulo. Nem que, ainda quarta-feira, no Beira-Rio, cedeu o empate ao Esportivo.

\* A história dos fracassos colorados, de janeiro a setembro deste ano, tem uma causa facilmente detectada no âmbito de seu comando técnico e administrativo. Os jogadores e seus fracassos pessoais, inclusive, são meras conseqüências.

\* Futebol, em termos de comando, é sobretudo uma questão de idéias, concepções, tática e estratégia clara e previamente definidas. Isto ou não houve este ano no Inter, ou, quando houve, foram idéias, concepções, tática e estratégia totalmente erradas. Para isto é que deve voltar-se Ballvé.



Secretaria de Segurança Pública  
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

### *Justiça vai julgar greve dos gaúchos*

Porto Alegre — A exemplo do que ocorreu com o movimento da categoria da Capital gaúcha, também os cinco mil operários da construção de Pelotas, em greve há sete dias, terão suas reivindicações julgadas pela Justiça do Trabalho, já que as negociações entre patrões e empregados continuam em impasse.

Contudo, até hoje, o presidente do Tribunal Regional do Trabalho, juiz Antônio Salgado Martins, não tinha conhecimento de qualquer pedido de reabertura de dissídio, e, segundo ele, a posição do TRT "é de expectativa".

Ontem, os cinco mil trabalhadores da construção civil de Pelotas (a 255 km da Capital) continuavam sua mobilização, através de piquetes e de coleta de dinheiro para o Fundo de Greve que já conseguiu arrecadar cerca de Cr\$ 15 mil. Segundo o presidente do Comando Geral do movimento José Rudi Stein, embora exista policiamento da Brigada Militar nos cantos de obras não houve incidentes, porque "nosso movimento é ordeiro".



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

JORNAL: *Gazeta do Povo*  
*Pasta Greves*  
Data: *05/09/49* Estado: *PR*

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....  
FILIAÇÃO: .....  
PROFISSÃO: .....  
RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

**Grevistas libertados**

*64267.400 Povo 05/09/49*  
PORTO ALEGRE — (AE/GP) — O Juiz Substituto da Primeira Auditoria da Terceira Circunscrição Militar, Alceu Alves dos Santos, decidiu mandar libertar ontem em Porto Alegre as quatro pessoas que haviam sido presas e enquadradas na Lei de Segurança Nacional, por ocasião da greve da construção civil ocorrida no mês passado. Conforme explicações do Secretário da Auditoria, João Adolfo dos Santos, "o Juiz Substituto extinguiu a punição contra os quatro presos, em função da Lei de Anistia".

Adeli Sell, professor e dirigente do Movimento de União dos Trabalhadores em Educação (MUTE), foi preso no dia 12 passado. Paulo Muller, também do MUTE, e Antonio Moreira, do Jornal Versus, foram presos dia 13 e Paulo Grapilha, no dia 22. Todos foram autuados em flagrante pela Polícia Federal sob a acusação de estarem incitando movimentos grevistas dos quais não faziam parte.





Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

# Bancário quer acordo no índice de S. Paulo

"Greve aqui, só se for por contaminação", acredita o presidente do Sindicato dos Empregados nos Estabelecimentos Bancários de Curitiba, Luiz Carlos Saldanha de Almeida, enquanto os movimentos grevistas da categoria, iniciados no Rio Grande do Sul, se estendem por São Paulo e pelo Rio de Janeiro. Mas Saldanha já não está mais tão confiante, como na última segunda-feira, quando acreditava que os bancários paranaenses aceitariam a proposta de aumento salarial feita pela classe patronal. Tanto assim que hoje deverá manter novos contatos com o representante dos banqueiros, José Eduardo Vieira, para solicitar que o sindicato patronal aceite na discussão do acordo também os índices reivindicados em São Paulo.

Saldanha salienta ter dúvidas que as assembleias dos nove sindicatos de bancários paranaenses ratifiquem o acordo feito entre os banqueiros e os diretores da entidade da classe. "Se comparecer nas assembleias um maior número de empregados que ganham até três salários - argumenta o presidente do sindicato curitibano - eles podem optar pela proposta paulista". Apesar de desconhecer a tendência das assembleias, Saldanha não acredita na possibilidade de greve da classe bancária paranaense. "Existe uma predisposição - analisa - pois o cara está insatisfeito com uma média salarial de quatro mil cruzeiros. Mas é um sentimento recolhido".

## JUSTIÇA NÃO É OPÇÃO

O presidente do sindicato, entretanto, defende a tese de que os percentuais oferecidos pelos banqueiros do Paraná, "beneficiem a categoria dos empregados mais ou menos por igual, enquanto a de São Paulo beneficia umas mais que as outras". A proposta patronal no Paraná varia de 13 a quatro por cento acima do índice estabelecido pelo governo (45 por cento). Para os bancários que ganham até três salários, o reajuste seria na ordem de 13 por cento, conforme a proposta; para até cinco salários, oito por cento; para quem ganha de cinco a mais salários, quatro por cento. O percentual da comissão de cargo passaria de 33 para 40 por cento. Os bancários paulistas estão pedindo agora, além de outras reivindicações, aumento de 50 por cento e mais Crs 3.000,00 fixos para recompor parte da defasagem salarial no período pós-64.

Greve com sucesso para os bancários, pelo que relembra Saldanha, só aconteceu em 1964, no período anterior à Revolução. "Depois disso - completa - houve



Almeida: "Greve aqui, só se for por contaminação".

só uma tentativa frustrada em 1968". Saldanha defende as vantagens das discussões diretas com a classe patronal, "onde alguma coisa a mais se consegue", sobre os dissídios regidos pela Justiça Trabalhista, "onde só se consegue o índice do governo. A Justiça do Trabalho não é uma opção, pelo menos no Brasil. Ela devia analisar as reivindicações dos trabalhadores e as condições do patrão - diz Saldanha - para julgar e definir os aumentos sobre estes estudos".

## COISA NORMAL

Para o delegado regional do Trabalho, general Adalberto Massa, "temos que nos acostumar com a greve como uma coisa normal. Uma greve pode até ser justa mas ilegal. E se a lei de greve não é boa, para isto existe o Legislativo - modifica-se a lei". Embora o projeto de lei encaminhado ao Congresso sobre os reajustes compulsórios semestrais esteja coincidindo com uma série de reivindicações e movimentos grevistas no País, ao mesmo tempo, no Paraná, as classes de empregados não têm optado pelas paralisações como medida de pressão reivindicatória.

Segundo o delegado trabalhista, isto se deve a vantagens oferecidas pelas classes patronais do Estado. E cita como exemplo o percentual de aumento na categoria industrial (71 por cento), "melhor que a do ABC paulista, que foi de 63 por cento". Massa, no entanto, sublinha que "determinadas atividades permitem aquinoar melhor o empregado, provocando inclusive uma melhor seleção de pessoal. É o investimento na mão-de-obra". Mas, em síntese, o titular da DRT acredita que os movimentos grevistas por

aumentos salariais são uma consequência "da maior abertura do governo, dando mais oportunidade para que as classes trabalhadoras reclamem".

## GREVES EM SC

Dois dissídios coletivos, convocados ex-officio, foram concluídos na noite de anteontem na sede do Tribunal Regional do Trabalho, com o acordo entre as classes de mineiros e metalúrgicos e os representantes patronais das categorias na região Sul de Santa Catarina. Para os mineiros da extração de carvão (os da localidade de Lauro Muller se encontravam em greve há 18 dias), que pediam um aumento imediato de 100 por cento, foram concedidos 25 por cento, na mais longa audiência de conciliação da história da justiça trabalhista brasileira, que durou quase nove horas.

Para os metalúrgicos, que pediam aumento na ordem de 60 por cento, foi aceita a proposta conciliatória apresentada pelo juiz presidente do TRT, Luiz José Guimarães Falcão. As empresas metalúrgicas concederão um aumento salarial nas seguintes condições: 32 por cento para quem ganha até Crs 4.700,00 mensais; 26 por cento para salários de Crs 4.701,00 a Crs 7.100,00; 24 por cento para os da faixa entre Crs 7.101,00 e Crs 9.400,00; e 12 por cento para quem ganha salários a partir de Crs 9.401,00 mensais. O aumento terá por base os salários pagos em 1.º de março deste ano, com a compensação de todos os abonos, reajustes e adiantamentos concedidos após aquela data. O aumento terá vigência a partir de 1.º de setembro e os dias de greve serão deduzidos das férias ou, na hipótese de rescisão contratual, deduzidos de qualquer parcela salarial a ser paga ao empregado.

Como também ocorreu no acordo entre mineradores e mineiros, para os metalúrgicos catarinenses as empregadoras se comprometem a não aplicar punição por motivo da greve (deflagrada à zero hora de segunda-feira passada) e condicionaram o acordo ao retorno de todos os trabalhadores no início da jornada de hoje. Deste reajuste só derá ser compensado o aumento compulsório de 22 por cento, a ser autorizado pelo governo através do projeto de reajustes semestrais encaminhado esta semana ao Congresso. Decididos os litígios dos trabalhadores nas minas de carvão e na metalurgia catarinense, aquele Estado enfrenta agora as greves dos motoristas de ônibus e dos vereadores de Criciúma.



Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

## Médicos vão ao dissídio

Não houve acordo ontem, na Delegacia Regional do Trabalho, na primeira convenção coletiva da classe médica paranaense, que agora partirá para dissídio coletivo na tentativa de obter o piso salarial dez vezes o maior salário mínimo do País, Crs 25 mil, entre outras 20 reivindicações. O Sindicato dos Médicos pretende amparar principalmente os profissionais empregados pelas empresas prestadoras de assistência médica, que em sua maioria pagam abaixo do piso reivindicado, e como não existe um sindicato patronal, foi suscitada a Federação do Comércio, Federação das Indústrias além do Sindicato dos Hospitais.



*Não houve acordo na convenção coletiva da classe médica.*

O argumento do presidente do Sindicato dos Hospitais, Oswaldo Faria da Costa, para rejeitar o acordo foi de que a clientela dos hospitais é 95 por cento do INPS, que paga uma parcela mínima de diária, razão pela qual o piso reivindicado "implicaria em aumento fabuloso para os hospitais". Além do que considera que teria que haver vínculo empregatício que hoje não existe, por isso acredita que esse acordo tinha que ser feito especificamente com empresas prestadoras de serviço médico.

### AUMENTAR DIÁRIAS

O presidente do Sindicato dos Médicos, Francisco Beduschi, alegou que os hospitais estão tentando usar a reivindicação salarial para aumentar as diárias hospitalares, por isso rejeitaram acordo para poderem reivindicar a reposição do aumento de salário através de uma sentença judicial. De acordo com Beduschi, o movimento reivindicatório não pode ser atrelado a outro, porque o problema de repasse de aumento de custos é discutido em outro nível e não sobre a necessidade do prestador de serviços ter que receber mais.

Acredita Beduschi que se houvesse acordo na fase administrativa, seria muito mais fácil aos órgãos de classe ligados a assistência médica, participarem do movimento dos médicos para obterem o aumento das diárias hospitalares. Mesmo porque não chega a 50 os hospitais com empregados que seriam beneficiados, já que 90 por cento dos médicos que prestam serviços em hospitais não são contratados.

### 3.000 BENEFICIADOS

Serão beneficiados com as reivindicações do Sindicato 1.200 médicos contratados do Estado pelo regime da CLT além de outros 1.700 médicos ligados a empresas e hospitais, já que mais de 50 por cento da classe trabalha sob vínculo empregatício.

Os outros principais pontos reivindicados pelo Sindicato dos Médicos são: aumento salarial de dois por cento do índice salarial que for fixado, por ano de serviço, acumulativo com a contagem retroativa de serviços prestados na mesma empresa; remuneração não inferior ao piso salarial para os contratos de trabalho menores de 20 horas semanais.

Além de pagamento de hora extras com acréscimo de 50 por cento sobre o valor normal quando em horas diurnas e cem por cento em horas noturnas. Outro item é para que o adicional de insalubridade ou periculosidade deve ser calculado sobre o total dos salários efetivamente percebidos. Pretende também o Sindicato tornar normativas, aspectos da legislação que nem sempre são cumpridos como a proibição de demissão sem justa causa e da sua substituição por outro com salário inferior.

Para não sobrecarregar o médico quando a empresa aumenta o número de atendimentos, o sindicato aponta a necessidade do empregador comunicar ao sindicato o número de médicos que prestam serviços, a remuneração, condições em que foi contratado. Além da garantia de constituição de comissões sindicais, eleições por voto direto, nos locais de trabalhos ou na proporção de um delegado para cada grupo de 20 médicos ou fração, sendo garantida estabilidade para os delegados e membros das comissões. Ainda estabilidade à gestante até 120 dias após o término da licença obrigatória.

Numa segunda etapa, o Sindicato dos Médicos pretende tentar acordo com a Federação da Agricultura e Federação dos Trabalhadores na Agricultura, para definir a situação dos médicos de sindicatos rurais, que empregam 60 por cento dos profissionais do Interior do Estado.



# Bancários gaúchos

Porto Alegre — Mesmo sob ameaça de intervenção federal nos sindicatos, mais de 7 mil bancários da Capital decidiram, por aclamação, entrar em greve a partir de zero hora de hoje. No interior do Estado, a classe deve aderir ao movimento, elevando para 28 mil o número de grevistas. Os piquetes começaram a se formar de madrugada.

Em assembléia-geral, ontem à noite no Auditório Araújo Viana, mais da metade da classe na Capital — são 14 mil bancários — decidiu pela paralisação, quando o presidente do sindicato, Sr. Olívio Dutra disse que “os banqueiros jamais podem colocar em dúvida que a classe se movimenta como uma minoria”. Os bancários querem aumento salarial de 86%.

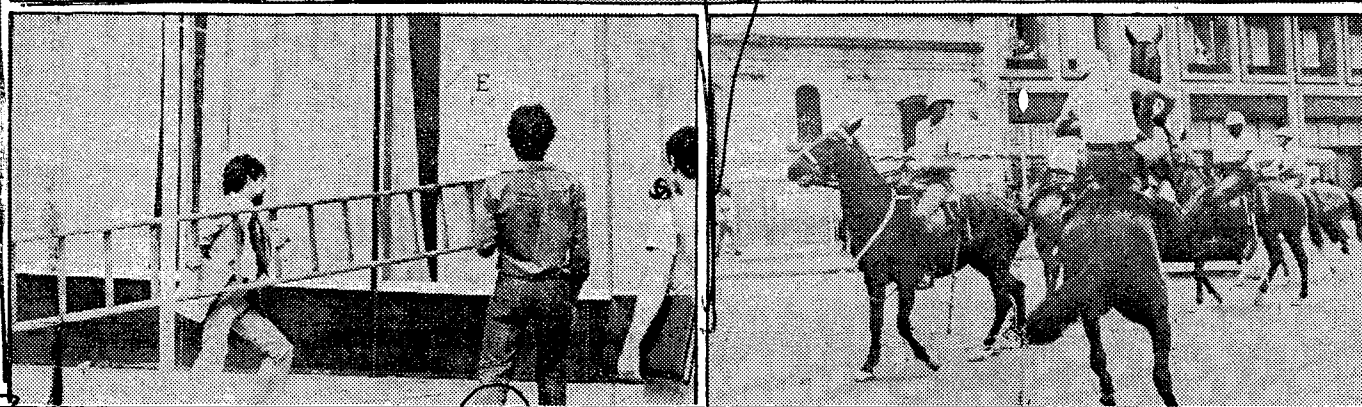
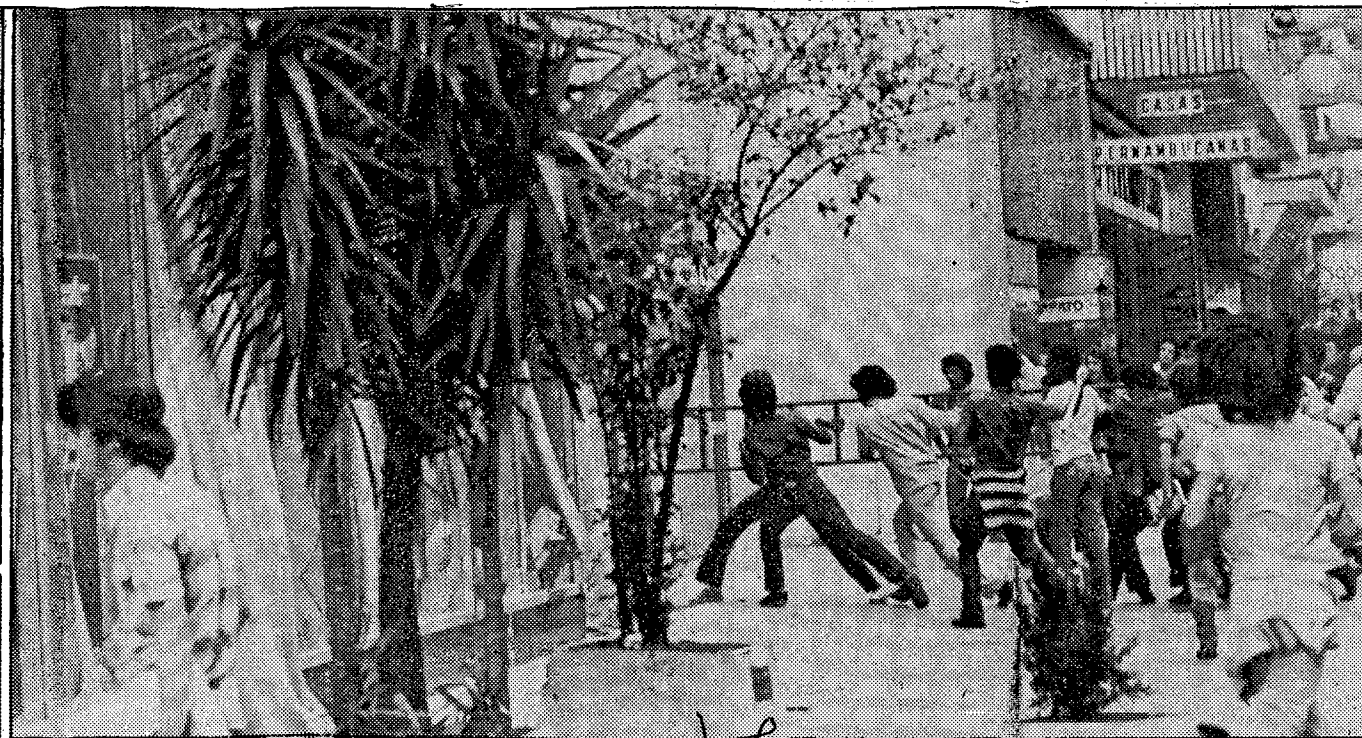
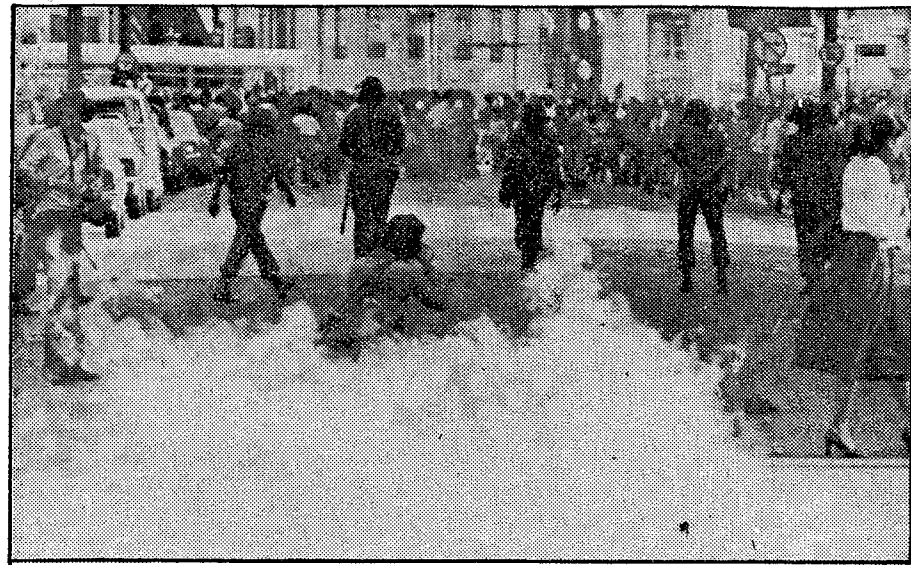
Com faixas de “A Greve É Nossa Arma” e “Unidos Venceremos” mais de 7 mil bancários cantaram o Hino Nacional antes de começar a assembléia. A maioria já chegou predisposta à greve. Foi feita uma avaliação das reivindicações, seis oradores defenderam a greve imediata. Para o presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, “foi uma decisão madura da classe”.

Em reunião, à tarde, com o delegado regional do Trabalho Sr. Celito de Grandi, o presidente do Sindicato dos Bancários Sr. Olívio Dutra disse que estava disposto a assumir riscos”, lembrando após a decisão da greve que “a possibilidade de uma intervenção federal não preocupa pois foi uma decisão de toda a classe”. No entanto, à tarde, a diretoria dos bancários retirou papéis e máquinas de xerox, já prevendo a intervenção nas duas sedes da Rua da Praia.

*Posto  
greves*

*al*

10720-130



## Soldados atacam, dos prédios vem a represália

A tensão no centro da cidade começou às 10 horas da manhã, quando os bancários, reunidos em assembléia no Largo São Francisco, saíram em grupos para fazer piquetes nas portas dos bancos e tomaram as ruas da zona bancária. Os bancos dessa área funcionaram normalmente até o meio-dia, quando se intensificaram os piquetes, principalmente nas proximidades do Banco do Brasil. O policiamento era ostensivo desde as sete horas da manhã, com pelotões de choque e cavalarianos da PM que, sem violências, impediam a formação de aglomerações.

Pouco depois do meio-dia, um grupo de bancários saiu em passeata na rua 15 de Novembro, gritando "greve, greve" e "desce, desce" para os colegas que estavam dentro dos bancos, nas janelas. Os grevistas tomaram a rua 3 de Dezembro e na esquina com a rua Boa Vista explodiu a primeira bomba, logo seguida de outras, atiradas por soldados do 2º Batalhão de Choque, que bloqueavam a passagem com reforços dos cavalarianos.

As bombas de gás lacrimogênio e efeito moral feriram duas pessoas,

nessa esquina: o repórter Newton Flor, da Rádio Bandeirantes, e José Eliás de Lara, 15 anos, funcionário da lavanderia Lav-Lev, queimado nas pernas e atendido no departamento médico do Banco Itaú. Em represália, do alto dos edifícios começaram a cair objetos sobre os policiais — copos, garrafas, parafusos, pedras, grampeadores e até uma lata de lixo, para 20 litros. Por pouco, o coronel Arnaldo de Carvalho, comandante da PM, não foi atingido.

As primeiras portas de lojas e agências bancárias começaram a fechar, enquanto inúmeros garotos, office-boys de 13 a 17 anos de idade, passaram a hostilizar a polícia, atirando paus, pedras e resto de frutas — agressões que os policiais respondiam com mais bombas, no viaduto Boa Vista e no largo São Bento. No viaduto, os soldados também sofriam o ataque de comerciantes, que atiravam objetos do prédio da Associação Comercial de São Paulo. Às 13h30, no mesmo lugar, um grupo de 15 garotos voltou a hostilizar os policiais e um brucutu passou a percorrer as ruas 15 de No-

vembro e Boa Vista lançando bombas de gás.

Por um momento, a situação se acalmou, mas por volta das 15 horas a violência recomeçou, na praça Antônio Prado: do prédio Martinelli e do Banco Agrícola de Minas Gerais, tijolos foram atirados contra os soldados, enquanto populares na rua São Bento e na avenida São João juntaram-se aos garotos e também apedrejaram a polícia. O local transformou-se numa praça de guerra, com a interdição de todos os acessos à praça. A Bolsa de Valores fechou as portas e foi acompanhada por todas as lojas da região.

As primeiras vidraças foram quebradas, pouco depois, na rua Líbero Badaró: garotos e adultos destruíram todos os vidros do Banco Mercantil, entraram no prédio e arrancaram os telefones, que eram atirados na rua. Os policiais apenas observavam, da esquina da Líbero Badaró com São João. Só dez minutos depois resolveram intervir: os manifestantes corriam para a praça do Patriarca, mas voltavam quando os policiais recuavam, e ficaram nisso quase uma hora.

"Vamos recuar, estamos em um campo de combate": a ordem era do coronel Daltermidas Rigonato, comandante da Tropa de Choque da PM. Uma ordem que foi ouvida muitas vezes durante a tarde, na praça Antônio Prado, na frente do Martinelli, na praça do Patriarca.

Os soldados foram colocados nas ruas sem revólveres ou metralhadoras, armados com bombas de gás, cassetetes comuns e elétricos, viseiras nos capacetes e escudos. Apenas os oficiais portavam revólveres.

Pouco depois das 15 horas, e após várias confrontações, um pelotão de choque conseguiu perfilar-se entre o Martinelli e a sede da Bolsa de Valores, mas continuou sendo atacado por pedras, paus e tijolos. Lançavam bombas mas estas eram devolvidas a chutes pelos manifestantes. Enquanto isso, eram quebradas as vidraças dos bancos de Boston, Bradesco e Geral do Comércio, no Vale do Anhangabaú, e também os vidros de uma das lojas do Baú da Felicidade.

Às 16h15, começou a depredação das agências bancárias do Edifício

Conde Prates, e um pelotão de choque foi obrigado a recuar, atacado a pedradas. O fotógrafo free-lancer Luís Fernandes Soares foi violentamente espancado por um policial, no caminho. E os garotos aproveitam o recuo da polícia para arremessar com um poste de sinalização uma das portas de aço da agência do Mercantil do Brasil nesse edifício. Tiram alguns móveis do banco e fazem uma barricada no Viaduto do Chá; outros arrancam grades das bocas-de-lobo para arremessar as calçadas e conseguir pedras. Em seguida, depredam o Banco do Estado, ao lado do viaduto.

Por volta das 17 horas, os confrontos passam para o outro lado do viaduto, enquanto a polícia ocupa a praça do Patriarca, sob intensa nuvem de gás. Na praça Ramos, a fachada de vidro do Banco Itaú é totalmente destruída; antes que os bombeiros, com jatos de água, dominem a situação: os cavalarianos ocupam as ruas do outro lado, no centro velho, para onde voltam os manifestantes, que quebram com uma escada as grossas portas de

vidro do Unibanco e tentam incendiar a loja de confecções Eduardo's e a agência do Bamerindus da rua Direlta. Mas a polícia consegue dominá-los.

Viaturas da Polícia Civil passam em alta velocidade jogando bombas de gás, chamadas para dar reforço às tropas da PM. Essa ação acaba irritando os próprios membros da PM: um oficial liga para o Copon pedindo providências, porque "este tipo de conduta só está provocando mais tumulto". Só depois das 18 horas a situação fica sob controle e uma densa nuvem de fumaça cobre o centro velho. Trinta e duas pessoas ficaram feridas. Márcio Elias, funcionário da Telesp, foi atingido por um tiro na sacada do décimo andar do prédio, na rua Sete de Abril, mas o ferimento foi superficial.

Fotos de Antônio Lúcio, Arnaldo Fiaschi, Benedito Salgado, Claudinê Petrolli, Joveci de Freitas, Luiz Gevaerd, Mário Leite, Messias A. da Silva, Sidney Corrallo e Yuri Resko.





Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

JORNAL: *do Brasil*

*Posta Queres*

Data: *21/09/49* Estado *RJ*

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

**Irmãs bancárias presas no Rio durante a greve podem ser processadas pela LSN**

As bancárias Glória e Lídia Maria Vargas de Queirós, irmãs e funcionárias do Banerj, continuam presas no Departamento de Polícia Política e Social, na Rua da Relação, acusadas de pertencer ao Comitê da greve que paralisou os bancos na semana passada. O delegado Artur Brito Pereira, encarregado do inquérito, acredita poder libertá-las antes do prazo legal de 30 dias. Elas estão presas desde o dia 14.

As bancárias poderão ser enquadradas no Artigo 36 da Lei de Segurança Nacional: "incitar a paralisação de serviços públicos essenciais", pois houve testemunhas que depuseram contra elas. Segundo o advogado do Sindicato dos Bancários, Luís Celso Soares de Araújo, hoje serão ouvidos no DPSS nove ex-diretores do Sindicato, atualmente sob intervenção.

**COMUNICÁVEIS**

O delegado explicou o fato de os demais integrantes dos piquetes e do comando de greve não estarem igualmente presos: "Antes que isso acontecesse a greve acabou". Além disso "não apareceram testemunhas incriminando outros presos que foram logo liberados". Quando estiver concluído, o inquérito deverá ser remetido à 3ª Auditoria do Exército para a abertura, ou não, do processo.

Segundo o delegado, as duas irmãs não estão em regime de incomunicabilidade, sendo assistidas pelos advogados Paulo Goldrach e Luís Celso Soares de Araújo. Até o final do inquérito deverão ser ouvidos outros bancários e hoje, entre 9 e 17h; serão tomados os depoimentos de diretores do sindicato, mas o ex-presidente da entidade, Sr Ivan Martins Pinheiro só será ouvido terça ou quarta-feira.

**DEMITIDOS**

Até ontem, 90 dos 150 metalúrgicos demitidos após uma semana de greve procuraram o departamento jurídico do sindicato para tentar a suspensão da decisão ou conseguir o pagamento de seus direitos trabalhistas. Grande número deles foi demitido por justa causa.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Sr Oswaldo Pimentel, solicitou ao Sr Antonio Carrera, presidente da Comissão de Negociação Salarial dos empregadores, que não fossem feitas novas demissões pois o fato pesaria na tomada de decisão da classe na assembléa marcada para o dia 28, quando será avaliado o estágio atual das negociações entre representantes dos empregados e patrões.

**PRESIDENTE SOLTO**

O presidente afastado do Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, solto pela Polícia Federal na madrugada de ontem, junto com os demais oito detidos no Estado, disse que "a intervenção direta do Governo em qualquer movimento dos bancários brasileiros deve-se a um único motivo: banqueiro e Governo são sinônimos".

Preso desde o dia 6 sob a acusação de incitamento à greve dos bancários gaúchos e enquadrado na Lei de Segurança Nacional, o Sr Olívio Dutra, às 23h de quarta-feira, foi levado por funcionários da Polícia Federal até o Instituto Médico-Legal da Capital gaúcha, onde foi examinado e posto em liberdade.

*95*

PT 10720-130

21 SET 1978

Dir. Neg. e Inform. 903  
L.M. 2579/H

*Handwritten scribbles and initials*

● Cont -  
a S1  
do P. M.

# DOPS tenta identificar baderneiro

São Paulo — Um homem, aparentando 35 anos, que no dia 13, durante a greve dos bancários, foi fotografado durante o quebra-quebra no Centro de São Paulo, ainda não foi identificado pelo DOPS. Escada na mão, ele destruiu várias vidraças das agências bancárias e de lojas comerciais.

A polícia distribuiu suas fotos e todas as delegacias de corporações militares. Na opinião do DOPS, este homem poderá dizer quem são os outros responsáveis pelos distúrbios na zona bancária de São Paulo que causaram ferimentos em 32 pessoas. Chegou-se a pensar que ele era da polícia, mas a hipótese está afastada pelo DOPS.

26

PT 1072a-130



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

JORNAL: *Opinião de Povo*  
*Posta Greves*  
Data: *21/09/49* Estado *PR*

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

97

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

## **Comunistas seriam os manobreadores de greve**

SÃO PAULO(AJB-GP) — O comandante do II Exército, general Milton Tavares de Souza, responsabilizou ontem, «o movimento comunista internacional, através do Partido Comunista Brasileiro e de suas linhas auxiliares e afins», pelo tumulto registrado na semana passada em São Paulo, reconhecendo que “a honrada classe dos bancários não tem nada a ver com isso. O responsável é a subversão”.

O general revelou que “essas facções pagaram os trombadinhas e outras pessoas, e a garotada quebrou os vidros dos estabelecimentos bancários, surpreendendo até a polícia, porque ninguém esperava isso”. O general Milton Tavares de Souza adiantou que ainda não pode dar os nomes dos grupos subversivos que atuaram na greve dos bancários paulistas e negou que a polícia tenha cometido violência na repressão do tumulto. “Diria que não está havendo nem repressão, quanto mais violência”, assinalou.

Para analisar esses fatos — prosseguiu — é preciso ir um pouco mais longe. Aqui no Brasil, como em todo o país do mundo ocidental existe a ação do Movimento Comunista Internacional, através do Partido Comunista Brasileiro e de várias linhas auxiliares e afins. A greve é um

direito legal do trabalhador, mas todo direito tem uma limitação. Cessa quando começa o direito dos outros e nesse caso é o direito a ordem e a manutenção da paz da família brasileira - disse.

O comandante do II Exército ponderou que a greve dos bancários “em si mesma seria legal, mas acontece que são 120 mil bancários e apenas 5 mil decretaram e aderiram a greve. Ai a coisa já começa a não ser muito legal. Mesmo assim a greve estava correndo tranquilamente. O Brasil é um país muito evoluído socialmente e a Justiça do Trabalho, com a isenção de ânimo que a caracteriza, ia julgar a questão, mas aí entrou em ação a subversão e houve o distúrbio”.

O general Milton Tavares de Souza acentuou que “honestamente não posso dar os nomes dos grupos que atuaram nesse caso dos bancários, porque não tenho comprovantes, tenho desconfiança, mas a minha posição não me permite transmitir apenas desconfiança”. Para ele entretanto os acontecimentos da semana passada em São Paulo não podem ser classificados como guerrilha urbana “porque isso é coisa muito mais séria. São Paulo já foi palco de guerrilha urbana, algo muito mais sério, mais profundo e não é o presente caso”.



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

JORNAL *O Estado do Paraná*  
*Part. Greve*  
Data *22 09/79* Estado *PR*  
*28*

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

**Mais estudantes em greve**

Mais de 250 estudantes da Universidade Católica do Paraná entraram em greve. São os que cursam Filosofia, em sua maioria seminaristas, que vieram engrossar o movimento dos 300 estudantes de Comunicação Social por melhores condições de ensino e pela substituição do atual coordenador. Hoje de manhã tem assembléia do curso de Serviço Social que também poderá aderir ao movimento. O reitor Osvaldo Arns está viajando para o exterior com outros membros da direção, o que tem dificultado a negociação. Mesmo porque os estudantes só querem dialogar depois que tiverem os nomes que aceitam para assumir no lugar dos atuais coordenadores.

Hoje às 9 horas no campus da UCP haverá o "Berro da Primavera", que faz parte do movimento grevista para saudar a chegada da primavera e mobilizar os estudantes. Para terça-feira às 10 horas está prevista nova assembléia de Comunicação Social quando serão votados os nomes apresentados na assembléia de ontem que poderiam ser os substitutos de Noel Sanwais. O afastamento da pro-

fessora Zelandia Pombo, do cargo de coordenadora do curso de Filosofia, também é reivindicação de Filosofia, além de melhoria da disciplina de História da Filosofia, onde o comparecimento do professor é esporádico.

O coordenador Noel Sanwais afirmou ontem que irá convocar uma assembléia de professores "para destituir os alunos, já que a reciproca deve ser verdadeira". Alegou que irá convocar uma assembléia de professores "para destituir os alunos, já que a reciproca deve ser verdadeira". Alegou que não deixará o cargo porque não há motivo e que recebeu inúmeros telefonemas de solidariedade, "já que meia dúzia não tem capacidade moral para fazer essa exigência". Segundo ele, todas as reivindicações feitas há seis meses, pelos alunos já foram encaminhadas. O problema do estúdio de TV por exemplo, disse que foi solucionado através de convênio com o canal 6, "e os baderneiros nem sabem disso". Em seu entender, "principalmente os calouros estão sendo usados como massa de manobra".



9m. 10m. e 11m. 12m. 13m. 14m. 15m. 16m. 17m. 18m. 19m. 20m. 21m. 22m. 23m. 24m. 25m. 26m. 27m. 28m. 29m. 30m. 31m. 32m. 33m. 34m. 35m. 36m. 37m. 38m. 39m. 40m. 41m. 42m. 43m. 44m. 45m. 46m. 47m. 48m. 49m. 50m. 51m. 52m. 53m. 54m. 55m. 56m. 57m. 58m. 59m. 60m. 61m. 62m. 63m. 64m. 65m. 66m. 67m. 68m. 69m. 70m. 71m. 72m. 73m. 74m. 75m. 76m. 77m. 78m. 79m. 80m. 81m. 82m. 83m. 84m. 85m. 86m. 87m. 88m. 89m. 90m. 91m. 92m. 93m. 94m. 95m. 96m. 97m. 98m. 99m. 100m.

2  
1. Dal  
2. 20/9/78

Cont  
a 51 Cont  
Adelson - a

87



Um baderneiro bem vestido e muito ativo esteve presente em varias depredações

Veja viu Adelson em plena atividade durante o quebra-quebra...

Genes

### Baderneiro que quebrou vidraças em São Paulo queria emprego no banco

São Paulo — O DOPS identificou e prendeu o destruidor de vidros de bancos nos distúrbios ocorridos na greve dos bancários. Ontem ele foi apresentado à imprensa: Mário Adelson Nino, de 27 anos, casado, com um filho de sete meses, escriturário da CMTC. No dia dos distúrbios, ele estava procurando emprego noturno em um banco.

Muito nervoso, chorando em alguns momentos, Mário — identificado por uma série de fotografias da revista Veja — contou que ficou desorientado no meio do tumulto, depois que levou golpes de cassetetes de um soldado da PM. Avisado por amigos de que suas fotografias haviam sido publicadas, raspou a barba e o bigode, para não ser reconhecido.

#### QUEBRA-QUEBRA

O diretor do DOPS, delegado Nicolau Tuma, disse que Mário Nino não será incurso na Lei de Segurança Nacional, mas responderá a inquérito por dano, cuja pena é de seis meses a dois anos de prisão. A sindicância sobre o quebra-quebra prossegue e serão ouvidos contínuos e outros manifestantes. As depredações ocorreram no dia 13, quando a PM dissolveu a passeata dos bancários. Houve conflitos entre populares e policiais, dos quais os bancários foram isentos de culpa.

Mário Adelson Nino já foi bancário, entre 1972 e 1975, tendo trabalhado como escriturário no Banco Real. Atualmente, trabalha no Departamento de Compras e Vendas da CMTC. No dia 13, saiu de casa à tarde, para fazer um teste no Banco Itaú, onde trabalharia das 9h às 24h. O teste foi interrompido pelo tumulto e ele saiu do Edifício Conde Prates, na Rua Libero Badaró, por volta das 16h.

No local, PMs perseguiram populares e "fui agredido a cacetadas por um soldado". Ele resolveu, então, participar das depredações, as quais, segundo a polícia,

eram estimuladas por pessoas com roupas esporte. Mário estava de terno e gravata e carregava uma sacola da ACM a tiracolo. Ele contou no DOPS que encontrou uma escada e atirou-a contra a vitrina do Grupo América do Sul, mas desmentiu que tivesse agido em companhia de alguém. Publicadas suas fotografias, uma denúncia levou a polícia ao bairro A. E. Carvalho, onde foi preso.

São Paulo. Foto de José Carlos Brasil



...e a polícia o encontrou

PT 10720-130



# Estudantes maranhenses decidem acabar greve de repente

NOME

FILIAÇÃO

PROFISSÃO

RESIDÊNCIA

São Luís — Os estudantes de São Luís, em greve desde o dia 14 pela concessão de meia-passagem nos ônibus, voltam hoje às aulas, antes mesmo da resposta do Governo do Estado à reivindicação. A decisão inesperada foi tomada pela Comissão Central de Luta pela Meia-Passagem depois que a Capital amanheceu, no fim de semana, com frases pichadas nos muros e assinadas pelo PCB, PC, VPR e Cuba, muitas com a foice e o martelo.

A ordem de volta às aulas "na expectativa de uma decisão justa por parte do Governo estadual" surpreendeu não só as autoridades como a opinião pública e as entidades solidárias com o movimento estudantil, que na semana passada resultou em violências na cidade. O presidente do Diretório Regional do MDB, Deputado Freitas Diniz, disse que a pichação dos muros foi ordenada aos órgãos de segurança pelo Governador João Castelo, para justificar a repressão.

## Provocação.

Na quinta-feira, depois de terem confirmado junto à OAB-MA a existência de lei municipal que lhes assegura meia-passagem, os estudantes pediram ao Governador o seu cumprimento, em memorial enviado por intermédio do Arcebispo Metropolitano de São Luís, Dom João José da Mota e Albuquerque. No mesmo dia o Governador recebeu o presidente da OAB, representantes do clero, professores universitários e estudantes, e advertiu que "com a baderna não haveria estudo, e sim a necessidade de reprimir os excessos. Atribuiu o desvirtuamento da greve a "elementos pertencentes a organizações internacionais, largamente financiados e dispostos a criar uma situação de caos".

A greve continuou, pacificamente, até que no final da semana houve a pichação da Cidade, denunciada pelos estudantes como "mais uma manobra sórdida" para comprometé-los junto à opinião pública. As frases, estampadas em vermelho nos muros, paredes e escadarias de igrejas, umas até nas proximidades da Polícia Federal e Palácio dos Leões, tornaram-se cômicas, devido "à salada ideológica, jamais compatível com uma reivindicação regional pela meia-passagem", como observou o Deputado federal Freitas Diniz. "Fora Castelo", "Grevistas vamos à luta armada", "PCB apóia estudantes", dizem as frases.

A pichação, malfeita, revela primarismo de quem a executou ou mandou executar, embora contendo efeitos colaterais agudos, segundo o presidente do DCE da UFM, Agenor Gomes. "O povo tem medo de comunista e acaba acreditando que a Cidade está tomada por comunistas". Soma-se a isso uma carta que chegou à redação dos jornais locais, assinada por uma organização denominada Edna-4 Libertadores, denunciando o Governo como "incompetente" e convocando os estudantes a irem "às últimas conseqüências nessa luta". A carta, para os estudantes, é outra manobra da direita visando comprometé-los com a população.

Esse quadro tenso criado nos últimos dias e que, para o Deputado Freitas Diniz, pode resultar até mesmo numa intervenção federal no Estado, com aplicação de salvaguardas, é apontado como o principal motivo da inesperada decisão da comissão de suspender a greve.

A NOTA ESTUDANTIL

"A Comissão Central de Luta pela Meia-

... sempre comunistas, devido a sua ideologia, jamais compatível com uma reivindicação regional pela meia-passagem", como observou o Deputado federal Freitas Diniz. "Fora Castelo", "Grevistas vamos à luta armada", "PCB apóia estudantes", dizem as frases.

A pichação, malfeita, revela primarismo de quem a executou ou mandou executar, embora contendo efeitos colaterais agudos, segundo o presidente do DCE da UFM, Agenor Gomes. "O povo tem medo de comunista e acaba acreditando que a Cidade está tomada por comunistas". Soma-se a isso uma carta que chegou à redação dos jornais locais, assinada por uma organização denominada Edna-4 Libertadores, denunciando o Governo como "incompetente" e convocando os estudantes a irem "às últimas conseqüências nessa luta". A carta, para os estudantes, é outra manobra da direita visando comprometê-los com a população.

Esse quadro tenso criado nos últimos dias e que, para o Deputado Freitas Diniz, pode resultar até mesmo numa intervenção federal no Estado, com aplicação de salvaguardas, é apontado como o principal motivo da inesperada decisão da comissão de suspender a greve.

#### A NOTA ESTUDANTIL

"A Comissão Central de Luta pela Meia-Passagem torna público que, em reunião havida nesta data 22/09 - e:

1 - Considerando que foi entregue ao Sr. Governador o requerimento solicitando o restabelecimento da meia-passagem ao estudante no dia 21 último,

2 - Considerando a mediação solicitada pelas lideranças estudantis a três entidades para tratarem, junto ao Sr Governador, da solução do pleito formulado,

3 - Considerando a afirmação do Governo aos representantes das referidas entidades e aos estudantes da sua intenção de decidir, o mais rápido possível, o assunto em exame,

4 - Considerando, finalmente, que a classe estudantil tem compromissos com a comunidade e, desejando assim a normalidade de suas atividades,

Decide, na expectativa de uma decisão justa por parte do Governo do Estado, suspender a greve estudantil decretada no dia 14 do corrente mês.

São Luís, 22 de setembro de 1979.

Antônio Agenor Gomes, Ivan Soares Telles de Souza, Juarez Medeiros Filho, Ivanhoé Albuquerque Leal, Luís Carlos dos Santos Cintra, Gilvan Furtado de Queiroz, Jomar Fernandes Pereira.

#### Alarma falso

O Deputado Freitas Diniz disse que as pressões dos estudantes são legais, legítimas e amparadas por lei municipal, e não por comunistas como alega o Sr João Castelo. "Se fôr assim, mais da metade da população de São Luís é comunista, é baderneira e o Governador é um grande incompreendido que não percebeu ainda a agonia social de seu povo", frisou.

Acusou também o Governador de manter várias pessoas presas, incomunicáveis, sem ao menos revelar os seus nomes, por se tratarem de "elementos perigosos" à sociedade, segundo afirmou. "Assim mesmo", acrescentou Freitas Diniz, "tem coragem de mandar os assessores da Secretaria de Comunicação distribuir uma matéria à imprensa local e ao **Correio Braziliense**, em Brasília, usando o dinheiro do povo, para dizer, através de alarme falso, que a cidade está tomada por subversivos".

Para o Deputado, "é oportuno alertar a opinião pública contra os atos irresponsáveis do Sr João Castelo, delegado do regime, que prepara uma escalada repressiva, com a ajuda dos organismos de segurança e informação, que poderá levar o Estado ao caos, à violência e até ao abismo da inconstitucionalidade".

Treze entidades, nesta Capital, entre elas o Centro de Estudos Teológicos, Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos, Conferência dos Religiosos do Brasil, seção Maranhão, CBA e CPT, distribuíram carta-aberta à população, denunciando "a prisão secreta, sem nominação e culpa formada dos presos" e exigindo a sua imediata libertação.

#### Conselheiro do TC lamenta abertura e clama por AI-5

O Conselheiro do Tribunal de Contas do Maranhão, Evandro Ferreira de Araújo Costa, entregou à imprensa no Rio um documento no qual, em essência, diz que "o Brasil não está, ou melhor, os brasileiros não estavam ainda preparados para a chamada "abertura", e diz que o que "está ocorrendo no Maranhão e, de resto, acontece no país inteiro é a falta do AI-5".

Ele diz que é preciso "lembrar aos brasileiros que tudo isso acontece quando regressam ao Brasil dois agitadores conhecidos, como os Srs Miguel Arraes e Leonel Brizola". E que no Maranhão está ocorrendo "infiltração comunista ostensiva, aberta e insofismável. É o início do que vai ocorrer em nossa pátria daqui por diante. Nem o Brasil e nem o eminente e simples Presidente João Figueiredo merecem isso".

O Conselheiro vai a Porto Alegre para uma reunião de Tribunais de Contas.

PT 1072a-130





## Professores universitários do Rio decidem greve hoje

Os 3 mil professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro decidem hoje, em assembléia, a paralisação ou não de suas atividades quarta-feira, Dia Nacional de Reivindicações Salariais, Trabalhistas e de Carreira das Instituições de Terceiro Grau. Eles querem 50% de aumento, reformulação da carreira de docente, com a absorção dos colaboradores pelos quadros e são contrários à transformação da Universidade em autarquia. Os salários dos professores da UFRJ vão de pouco mais de Cr\$ 10 mil mensais — auxiliar de ensino com carga de 20 horas semanais — a Cr\$ 41 mil, para o titular de 40 horas de trabalho por semana e com todos os incentivos.

### Temas

O Dia Nacional de Reivindicações dos professores universitários foi estabelecido em encontro realizado no começo deste mês, em Salvador, com a participação de docentes de universidades públicas do Rio, São Paulo, Brasília, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Minas e Rio Grande do Sul, além da PUC do Rio.

Foram estabelecidos na ocasião, como temas gerais a serem debatidos na quarta-feira, o ensino público e gratuito, a democratização da universidade, melhores condições de trabalho e de salário e o controle ideológico das instituições de ensino superior. Nesse dia, haverá debates nas universidades e, dependendo do grau de interesse dos professores, as atividades serão suspensas.

### Salários

Baseada nos índices do custo de vida do DIEESE entre 1965 e este ano, a Associação de Docentes da UFRJ — ADUFRJ afirma que o salário real por hora-aula dos auxiliares de ensino e dos titulares da universidade caiu. Já o dos assistentes e dos adjuntos teve um ligeiro aumento, mas, para eles ganharem o mesmo que em 1970 — ano do maior salário do grupo magistério — seria necessária uma reposição de 32%.

Os professores da UFRJ querem que o cargo de colaborador seja extinto, passando os que trabalham neste sistema para assistente, adjunto ou auxiliar de ensino. Reivindicam ainda que a função de auxiliar seja transformada no cargo inicial do magistério

e que a promoção de um a outro cargo seja automática com a obtenção do título de mestre ou doutor, que os incentivos funcionais constem da carteira de trabalho e que o docente possa optar por trabalhar em tempo integral ou não.

### Inquérito

O Procurador da 2ª auditoria de Aeronáutica, Sr Ajalito da Veiga, deverá entregar hoje ao juiz seu parecer sobre o inquérito que o DPPS instaurou durante a greve do magistério público, em agosto.

O advogado dos professores, Sr Márcio Donnici, observou ontem que, do ponto de vista da defesa, o ideal será o arquivamento por falta de provas, já que ele vem sustentando que não houve incitamento ao movimento grevista. Portanto, disse ele, para punir alguém, "só enquadrando todos os 110 mil professores na Lei de Segurança Nacional".

O inquérito foi aberto pelo DPPS no dia 8 de agosto, uma semana depois de começada a greve, e toda a diretoria do Cep (Centro de Professores do Rio de Janeiro) e qualquer outro professor que se destacasse em assembléias ou escrevesse sobre o assunto em cartas para os jornais foram chamados para depor.

Com o fim da greve, os convites para depoimento foram diminuídos e a defesa dos professores conseguiu também, com habeas corpus concedido pelo Superior Tribunal Federal e, que o pessoal convocado ao DPPS não fosse mais qualificado.

### Eleições

A comissão executiva do Cep reuniu-se no Sindicato dos Professores para discutir as eleições para a entidade. A votação deverá ser feita no dia 29 de outubro, através de voto direto, e servirá como ponto importante na luta pela reabertura do Cep, fechado durante a greve do magistério público, a pedido do Governador Chagas Freitas.

Amanhã, a diretoria do Cep vai encontrar-se com o Secretário de Educação do Estado, Sr Arnaldo Niskier. Será relatada, entre outros assuntos, a conversa que um dos professores, Godofredo da Silva Pinto, teve com o Ministro da Justiça, Petrólio Portella, na semana passada, em Brasília.

## Sindicato duvida que táxis parem

São Paulo — O presidente do Sindicato dos Motoristas de Táxi de São Paulo, Sr Rogério Atorre, afirmou ontem que não acredita na possibilidade de uma greve geral da classe, a partir das 5h de hoje, porque a assembléia que decidiu pela deflagração do movimento contou com a participação de menos de 1% dos motoristas de táxi da Capital.

A assembléia, que decretou a greve e decidiu deflagrá-la, compareceram apenas 300 dos 35 mil motoristas de táxi da Capital paulista. Nela, o comando geral da greve criou 4 comandos regionais de greve, para organizar piquetes nas primeiras horas da madrugada de hoje nos pontos de maior afluência de táxis nas zonas Norte, Sul, Leste e Oeste da Capital.

### Reivindicações

O comando Geral da greve, que atua à revelia do sindicato, decidiu-se pela greve — aprovada por unanimidade pelos 300 motoristas de táxi que compareceram a assembléia — porque as reivindicações da classe não foram atendidas pelo Presidente João Figueiredo e pelo Prefeito da Capital, Sr Reynaldo de Barros.

Os motoristas reivindicam a manutenção do preço da gasolina a Cr\$ 10,20 — e que o restante, para atingir o atual preço de Cr\$ 14,30, seja subsidiado pelo Governo —, a redu-

ção dos preços dos carros zero quilômetros, adquiridos para uso na praça; maiores prazos de financiamento; pontos livres na Capital e o uso dos carros por mais tempo, já que atualmente são obrigados a trocá-los de sete em sete anos.

Há mais de mês eles entregaram essas reivindicações ao Prefeito Reynaldo de Barros, mas até sábado, quando decretaram a greve, não haviam recebido qualquer resposta. No dia 4 de setembro, também tentaram entregar um memorial com essas reivindicações ao Presidente João Figueiredo, quando este desembarcava em Congonhas. O Presidente chegou a ouvir o apelo dos motoristas, mas não se deteve para pegar o memorial. O Deputado Federal Alcides Franciscato (Arena-SP) pegou o documento e depois disse aos motoristas que o havia passado ao Presidente da República. Até sábado, entretanto, também do General Figueiredo eles não tinham qualquer resposta.

Os motoristas de táxi de São Paulo não querem o reajuste das tarifas, porque acham que representará o fim da classe. Lembram que quando a gasolina passou para Cr\$ 10,20 houve uma redução de 70% na procura de táxis. Hoje, apesar da deflagração da greve, eles tentarão uma audiência com o Prefeito Reynaldo de Barros, para cobrar uma resposta às reivindicações e, se ele não puder resolvê-las, pedir a sua intercessão junto às autoridades federais.

## Bancários conversam com banqueiros

Porto Alegre — Os 14 mil bancários do Interior do Estado tentarão, hoje, através de três representantes e da federação da classe, chegar a um acordo com os banqueiros, na segunda reunião de negociação que se realiza entre as duas partes, como está previsto na proposta conciliatória do Tribunal Regional do Trabalho.

Contudo, este encontro não terá a participação dos bancários da Capital porque eles rejeitaram a proposta conciliatória. Um dos membros da junta governativa que substituiu a direção do sindicato de Porto Alegre, Sr Iberê Cacilhas, mostrou-se esperançoso de que o TRT, ao julgar o dissídio da classe, não fixe níveis de aumento inferiores aos que foram concedidos para o interior.

Na primeira reunião de negociação entre os representantes do interior e o sindicato de bancos surgiu um impasse porque a Federação dos Bancários impôs como condição para acordo que as garantias de estabilidade também sejam estendidas à classe em Porto Alegre. Afirma o presidente da Federação, Sr Paulo Steunhaus: "exigimos o retorno dos demitidos — que chegam a mais de 300 e estabilidade de 120 dias para os grevistas da Capital".

O presidente da comissão de negociação por parte dos banqueiros e presidente da associação de bancos, Sr Alfredo Melo, alegou que esta condição teria que ser estudada pela classe patronal e, hoje, provavelmente, no encontro com os bancários, apresente uma resposta.

PT 1072 A-130



# O porquê das greves

Antonio Carlos de Moura Campos

O reinício do processo reivindicatório de massas no Brasil, desta feita mais explosivo do que os anteriores, torna inevitáveis algumas reflexões em torno da complexa problemática política enfrentada pelos países em desenvolvimento como o nosso. Sem a adequada compreensão dos aspectos políticos peculiares às sociedades em mudança, as medidas adotadas para o equacionamento de seus conflitos e tensões dificilmente terão êxito.

De início, é preciso ter em mente que as instituições políticas e jurídicas surgiram na História em consequência da necessidade de encontrar mecanismos capazes de equacionar as divergências e conflitos entre os diversos agrupamentos sociais. Por isso, a estabilidade política depende, essencialmente, da existência de um acordo entre as diferentes forças ou grupos sociais em torno das instituições políticas e jurídicas básicas. Ou seja, em torno das organizações e procedimentos que, uma vez estabilizados (institucionalizados), viabilizem a participação política da sociedade no poder. Este acordo comumente recebe a denominação de pacto social.

A manutenção desse consenso estabilizador pressupõe, necessariamente, que os interesses prioritários dos grupos sociais mais fortes e organizados sejam atendidos pelo sistema político. Como assinala José Eduardo Faria, "os setores mais importantes da população devem considerar-se basicamente incorporados ao sistema, interessados em realizar suas expectativas dentro dele e em conformidade a ele. (Poder e Legitimidade, p. 64-65).

Assim por exemplo, nos países em desenvolvimento a estabilidade política está diretamente associada à satisfação das necessidades de amplos setores das classes médias, bem como do progressivo fortalecimento do poder de barganha das organizações sindicais.

Nessa linha de raciocínio, a estabilidade das sociedades em mudança ver-se-á ameaçada principalmente quando suas instituições forem incapazes de dar soluções adequadas aos conflitos sociais, e, em consequência, as partes descontentes procurem realizar seus objetivos fora dos limites constitucionais vigentes, isto é, à revelia do sistema e em oposição a ele. Na medida em que as forças sociais

com maior poder de barganha relutarem em ceder espaço político aos setores sociais emergentes do processo de modernização econômica, estarão impedindo que o desenvolvimento econômico se converta também em desenvolvimento político, que se materializaria pela incorporação desses novos grupos ao pacto social.

Sob essa perspectiva, parece evidente a superioridade dos regimes democráticos sobre os regimes de força, que marginalizam do convívio político determinados segmentos da sociedade. Assim procedendo, as autocracias acabam por fomentar nos setores marginalizados a violência e a radicalização, criando tensões insuportáveis entre governantes e governados. Na medida em que instituem canais de participação para esses segmentos, as democracias produzem condições favoráveis à obtenção daquele consenso imprescindível ao funcionamento e estabilidade do regime, bem como à conciliação dos interesses no seio das instituições.

No caso brasileiro, não há quem deixe de reconhecer a marginalização política que atingiu as classes assalariadas de menor poder aquisitivo durante os anos subseqüentes ao movimento de 64. Sem entrar no mérito das razões que teriam determinado tal marginalização, o fato é que, impedidas de atuar politicamente, as classes assalariadas não puderam evitar que sobre elas recaísse a maior parte dos custos sociais da estratégia de crescimento econômico.

O sucesso do governo Figueiredo — e, por certo, do processo de abertura em marcha — dependerá fundamentalmente de sua capacidade no sentido de redimensionar o pacto social pela ativa (e não passiva) incorporação dos trabalhadores no sistema de forças politicamente atuantes no Brasil. Para tanto, dois vícios quase históricos têm de ser evitados pelas autoridades. O primeiro, de pretender resolver o problema das greves através de ameaças ou de inúteis decretações de ilegalidade, no velho estilo de nossa tradição jurisdicista; o segundo, de querer granjear a lealdade das classes assalariadas na base de favores paternalisticamente concedidos, procedimento típico da tradição patrimonialista do Estado Brasileiro. Nem patrão nem pai, mas expressão política dos interesses da sociedade, eis a verdadeira face do Estado democrático.

JORNAL: do Brasil  
Pasta: Operários  
Data: 03/10/79

Secretaria de Segurança Pública

LEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

79

# começa a paralisar usinas de cana em Pernambuco

## Monta 11 falhas forma salarial

(até Cr\$ 15 mil 876), um fator de 0,8 para os 10 salários mínimos seguintes (até Cr\$ 45 mil 360) e um fator de 0,5 para o que excede. Como se vê, o projeto não mexe nos lucros das empresas. Apenas tira de quem ganha mais para dar a quem ganha menos.

5. O projeto prevê reajustamento proporcional à razão de um doze avos por mês de serviço para os empregados admitidos após a última correção salarial.

6. O projeto prevê a possibilidade de, na data base, outras condições de trabalho e ainda aumento de salário com base na produtividade. Contudo, não esclarece como será aferida esta produtividade e limita a possibilidade de negociação coletiva.

7. A empresa que quiser poderá alegar impossibilidade de conceder o reajuste, discutindo na justiça do trabalho sua exclusão do reajustamento ou a fixação de outro menor.

8. São excluídos do reajustamento semestral as empresas públicas, as sociedades de economia mista, as empresas privadas subvencionadas pela União ou concessionárias de serviço público.

9. Também não há menção de reajustamento para os benefícios da Previdência Social.

10. Igualmente, o salário mínimo continuará a ser decretado anualmente pelo Governo.

11. Nossa categoria, no primeiro ano sofrerá prejuízos com relação a outras categorias, uma vez que o projeto prevê um reajustamento de 22% em novembro, sobre os salários da base, e outro em abril de 1980, quando ainda estará em vigor o atual salário mínimo.

Sobre este último ponto, o Luis Inácio da Silva acrescentou que o prejuízo abrangerá todas as categorias que têm base anterior a maio, entre novembro e abril, o que inclui a maioria dos metalúrgicos do interior do Estado de São Paulo e os borracheiros.

Recife — Dezoito mil trabalhadores rurais — 10 mil associados dos dois sindicatos da área e 8 mil bóias-frias paralisaram, na madrugada de ontem, suas atividades nos municípios de São Lourenço da Mata e Paudalho, na zona canavieira do Estado, numa greve legal em que reivindicam 100% de aumento salarial e outros direitos trabalhistas. Existem cerca de 20 mil trabalhadores na área.

Coordenada pelos sindicatos e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco — Fetape, a greve foi decidida na noite da segunda-feira, quando expirou o prazo previsto na legislação, sem que os empregadores tenham apresentado contraproposta.

## Comandos

No final da tarde da segunda-feira, os líderes dos trabalhadores haviam recebido um ofício do Sindicato dos Cultivadores de Cana, afirmando "não ser possível o acolhimento das reivindicações formuladas" e propondo uma reunião conciliatória na sede da DRT, depois de amanhã.

Ontem, desde a madrugada, comandos de greve formados por quatro a seis trabalhadores, sob a liderança dos delegados sindicais, começaram a atuar nos 24 engenhos de São Lourenço da Mata e nos 47 de Paudalho.

A adesão dos trabalhadores foi maciça. Em São Lourenço, a paralisação alcançou praticamente a totalidade dos 10 mil assalariados do campo, segundo o sindicato. Em Paudalho, todos os aproximadamente 5 mil associados do sindicato suspenderam o serviço, sendo acompanhados por uns 3 mil bóias-frias.

A greve paralisou 38 usinas nos dois municípios cujos sindicatos já receberam o apoio dos outros 22 que ainda estão em negociações antes de se decidirem pela adesão ao movimento.

## Alastramento

Para evitar que a greve nas usinas de Pernambuco se alastre por todo o Estado, paralisando cerca de 250 mil trabalhadores, o Secretário de Relações do Trabalho, do Ministério do Trabalho, Sr Alencar Rossi, presidirá, depois de amanhã, uma reunião no Recife com os 24 sindicatos da classe. Até o momento, a greve, primeira a ocorrer no campo, é considerada legal pelo Governo.

Ontem, em Brasília, empossado no Ministério do Trabalho, numa situação incomum, o novo Delegado Regional do Trabalho de Pernambuco, Alexandre Kruse Grande de Arruda, em substituição ao Sr Romildo Alves Leite, que há 11 anos ocupava o cargo. Os dois, após encontro com o Ministro Muriilo Macedo, afirmaram que "por enquanto, ainda não detectamos nenhuma interferência política no movimento", como poderia sugerir o retorno do ex-Governador Miguel Arraes.

Tanto o ex-Delegado Regional de Pernambuco quanto o atual, defenderam, em Brasília, a necessidade de aumentar o preço da tonelagem de cana, como única forma de satisfazer empregados e empregadores. A produção de cana é responsável por 60% da receita de Pernambuco.

Dirigentes de 78 sindicatos rurais das regiões do agreste e do sertão de Pernambuco, reunidos em assembléia do Conselho de Representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco-Fetape, emitiram, ontem, nota de solidariedade e apoio ao movimento reivindicatório dos canavieiros, por considerá-lo "justo e legítimo".

Ao mesmo tempo, segundo o presidente da Fetape, Sr José Rodrigues da Silva, eles se comprometeram a atuar em duas frentes de apoio concreto aos canavieiros em greve e aos demais que se preparam para paralisar o trabalho. Esse apoio concreto será dado, inicialmente, através da formação de um fundo de arrecadação de dinheiro e alimentos em suas regiões, para amparar as famílias dos grevistas.

Outra providência acertada será uma campanha junto aos assalariados rurais e pequenos proprietários, principalmente da região do agreste, para que "não desçam até a região da Mata a fim de trabalhar no corte da cana".

## Usineiros Discordam

O presidente do Sindicato dos Usineiros, Sr Gilson Machado, disse ontem que a classe patronal não concorda com o percentual de aumento pedido pelos compositores nem com a diminuição da equivalência tarefa/diaféria. "Acho justo um aumento do salário dos agricultores mas não este aumento seja de 100%, e tampouco estou de acordo com a queda de produtividade pleiteada".

Alega o presidente do sindicato que o setor açucareiro não tem condições de suportar o aumento salarial pedido pelos canavieiros, somado a uma diminuição da tarefa: "O que me preocupa é a situação difícil em que nos encontramos, porque não podemos aceitar o que eles pedem, sob pena de falência do setor açucareiro de Pernambuco".

Segundo o Sr Gilson Machado, se os patrões aceitarem as propostas feitas pelos canavieiros, o açúcar fabricado em Pernambuco custará muito mais caro que o das outras regiões do país, e ficará sem condições de concorrer no mercado com os produtores de outros centros açucareiros.

Apesar de ter recebido, a partir do dia 1º deste mês, um aumento na tonelagem de cana da ordem de 27% para os refinadores e de 20,6% para os usineiros, a classe patronal alega que esta era uma reivindicação antiga e que, hoje, não lhe dá condições de atender o aumento de 100% sobre o salário mínimo regional — Cr\$ 1 mil 796 — exigido pelos trabalhadores.

## Conciliação

Ao referir-se, ontem, à greve em São Lourenço da Mata e Paudalho, o Governador Marco Antônio Maciel afirmou que "o Governo pretende ser o árbitro do dissídio entre empregados e empregadores e não se afastará dessa orientação".

Disse ainda que vai procurar "desenvolver negociações que se ajustem aos interesses de ambas as classes e examinar formas de conceder o aumento aos trabalhadores".

O Sr Marco Antônio Maciel informou, também, que "a Secretaria do Trabalho e Ação Social está mobilizada para que as atividades na zona canavieira voltem ao normal o mais breve possível".

## Metalúrgicos de Minas desafiam ordem do TRT

Betim — Mesmo com a ilegalidade decretada pelo TRT, que determinou a volta ao trabalho, os metalúrgicos da Fiat Automóveis, Krupp, FMB Timinas, Sigma e Westinghouse decidiram ontem, em assembléia, continuar a greve iniciada na última quarta-feira e reabrir as negociações com os patrões, que se mantêm irredutíveis.

Com a ameaça de demissão em massa por justa causa — na Krupp Mecânica, desempregados em longas filas estão sendo fichados para substituir os grevistas — parte dos operários voltou ontem a trabalhar na Fiat Automóveis, que retornou à produção e informou ter carros em estoques para abastecer o mercado. Mas, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos, 13 mil dos 16 mil operários do município estão parados.

## Lula Convidado

O comando geral de greve está tentando a vinda a Betim do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, o Lula, que prometeu comparecer à assembléia após cumprir alguns compromissos já marcados.

Os metalúrgicos, que receberam ontem dos movimentos da anistia mais Cr\$ 9 mil 580 para o fundo de greve, decidiram não fazer piquetes nos portões das fábricas, fortemente vigiadas por policiais, armados de cassetetes, bombas e metralhadoras. Eles estão tentando parar nos bairros os ônibus das empresas que recolhem os operários para o trabalho.

Na assembléia, eles repudiaram as atitudes dos juizes classistas José Carlos Júnior — representante dos empregados — a quem classificaram de "traidor dos operários", e Odilon Rodrigues de Souza — indicado pelos patrões — que protestou contra a participação do líder italiano Antonio Buzzigoli.

## No Ceará

Fortaleza — A greve dos metalúrgicos desta Capital entra hoje no terceiro dia, com a perspectiva otimista de que termine até o final da tarde. Ontem, os empregados — na primeira audiência de conciliação do dissídio coletivo provocada a pedido da Procuradoria do Trabalho — aceitaram a proposta conciliatória feita pelo presidente do TRT, Juiz Osmundo Pontes.

A proposta reduz em apenas 5% a reivindicação original dos metalúrgicos, que desejavam, inicialmente, 75% de aumento salarial. A solução dependerá, porém, da decisão patronal, cujo sindicato tem reunião hoje de manhã com os representantes dos grevistas, na sede do TRT, para negociação direta.

## Em São Paulo

São Paulo — Novamente ontem, os 300 metalúrgicos da indústria Siam-Útil, desta Capital, paralisaram suas atividades porque a empresa não cumpriu acordos firmados na DRT, deixando de pagar os salários, já atrasados em três meses.

A direção da empresa não prestou qualquer esclarecimento aos empregados, deixando simplesmente de efetuar o pagamento. O Sindicato dos Metalúrgicos informou que já estão ajuizadas mais de 200 reclamações na Justiça do Trabalho contra a Siam-Útil.

## Transporte de cimento pára no RJ

Cerca de 50 caminhoneiros, responsáveis pelo escoamento da produção da fábrica de cimento Votorantim em Volta Redonda, entraram em greve, ontem de manhã, reivindicando aumento de Cr\$ 0,75 por saco transportado. A proposta foi feita à Companhia Paulista de Transportes, pertencente a Grupo Votorantim e localiza-se em Volta Redonda, na semana passada, e dava prazo para resposta até sábado.

Os caminhoneiros disseram porém que se hoje, até meio-dia, não tiverem uma solução, vão fazer piquetes na estrada de acesso à fábrica e impedir a entrada de qualquer veículo de carga, o que provocará a paralisação total do setor de expedição da Votorantim, que ontem funcionou precariamente atendendo apenas os clientes que dispõem de frota de transporte.

Segundo os caminhoneiros a Companhia Paulista de Transporte recebeu Cr\$ 3 mil 400 por frete de Volta Redonda para o Rio. Só paga Cr\$ 2 mil 100 o que equivale a Cr\$ 7,20 por saco de cimento transportado. Os grevistas querem que o preço unitário seja elevado para Cr\$ 8,00.



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

JORNAL *Canudo de Notícias*

*Pasta* *juves*

Data *09/10/79* Estado *PR*

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

34

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

# Metalúrgico pode apelar para greve

Muita resistência por parte da classe patronal é o que os trabalhadores nas indústrias metalúrgicas do Estado estão sentindo com relação à questão do aumento salarial que tem data-base para vigorar a partir de 1.º de dezembro. Segundo o secretário-executivo da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Paraná, Matias Alenor Martins, "os patrões não estão permitindo o acesso para conversações, fechando a questão, à espera o jogo da política salarial. Eles estão brincando com a gente mas não vamos entregar o ouro aos bandidos", comentou, no final da tarde de ontem. Adiantou ele também que o dissídio coletivo na Delegacia Regional do Trabalho não interessa aos metalúrgicos, a não ser em caso de uma contraproposta razoável, que venha a ser aprovada numa nova assembléia da classe trabalhadora.

Diante da situação os empregados nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e de materiais elétricos do Estado, já começam a se movimentar em torno de uma possibilidade de greve. As reuniões das comissões continuaram e inclusive se intensificaram nos últimos dias, diante da dificuldade de se obter qualquer informação a respeito do que foi decidido na assembléia patronal, realizada na última sexta-feira, quando o seu presidente Gilberto Borges, afirmou taxativamente que dela não resultou nenhuma decisão de contraproposta aos pedidos de aumento da classe trabalhadora, votados em assembléia geral há pouco mais de uma semana.

Novamente a portas fechadas se reuniram ontem, no auditório da Federação das Indústrias, os membros da Comissão Patronal a fim de esboçar o que será levado, hoje, à Comissão dos Trabalhadores, na convenção que também se realizará no auditório da Fiep, às 20 horas. Com o mesmo intuito e com a participação de todos os sindicatos de trabalhadores do Estado (em número de quatro), reuniram-se à noite os representantes sindicais da classe para se posicionarem diante da convenção de hoje.

Trabalhando em blocos, os líderes sindicais do Estado deixaram claro que o dissídio na DRT não resolverá o

problema. "Passaremos a adotar uma outra decisão que a lei nos permite", argumentou um deles. Nos últimos dias estão se reunindo em Curitiba os líderes de Ponta Grossa, Londrina e Maringá, além dos locais, juntamente com a Federação dos Trabalhadores na Indústria, buscando a unidade para uma possível decisão mais drástica, que seria a da greve. Adiantou Matias Martins que a segunda assembléia dos metalúrgicos de Curitiba, pretendida para o próximo dia 12, dificilmente será realizada "por estar em cima da hora", já que se pretende, dessa vez, a participação de todo o Estado. "Nós queremos conhecer a contraproposta patronal para que se marque uma assembléia a fim de que todos os trabalhadores se reúnam conscientes da decisão a tomar. Se a assembléia não aceitar os termos propostos pelos patrões, seguramente votará pela discussão noutro campo e a classe patronal sabe que não pode correr o risco de paralisar uma fábrica atualmente".

O Sindicato Patronal é um só para todo o Paraná enquanto que os empregados estão filiados a quatro, localizados por região. Os metalúrgicos de Curitiba querem um aumento salarial de 85 por cento sobre os salários atuais e um piso de Cr\$ 6.520,00 (hoje estabelecido em 10% acima do salário mínimo regional). Londrina, por sua vez, reivindica um reajuste de 80% compensado sobre a antecipação de julho, que é de 22,5%. O piso proposto é de 50% sobre o salário regional vigente. As assembléias de Maringá e Ponta Grossa chegaram praticamente às mesmas decisões: um aumento de 85% sobre os atuais vencimentos e um piso para a categoria estabelecido em Cr\$ 4.500,00. O piso salarial vigente em todo o Estado é de Cr\$ 2.317,00.

Os empregados das indústrias metalúrgicas de Curitiba somam hoje, aproximadamente 30 mil trabalhadores, enquanto que em Ponta Grossa são num total aproximado de 12 mil; Londrina, 10 mil; e Maringá, 15 mil.

Os outros municípios do Estado, que não dispõem de sindicato representante da categoria, somam cerca de 15 mil empregados. A classe no Paraná está em torno de 80 mil trabalhadores.

PT 1072a-130





Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

JORNAL: *do Brasil*

*Poster queres*

Data *15/10/79* Estado *RJ*

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

35

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

## **Metalúrgicos de MG fazem greve e em SP rejeitam proposta**

**Sabará (MG)** — Dois dias depois da paralisação dos 4 mil 200 metalúrgicos da Belgo Mineira, em João Monlevade, os 1 mil 900 empregados da usina da empresa em Sabará decidiram entrar em greve ontem, em assembléia-geral, na qual recusaram a contraproposta salarial da Belgo. Não houve necessidade de piquetes e nem presença policial.

Em São Paulo, cerca de 2 mil 400 metalúrgicos da capital rejeitaram a contraproposta do Grupo 14, numa assembléia encerrada com um apelo do presidente do sindicato, Joaquim dos Santos Andrade, para que se iniciem "nos locais onde for possível" operações-tartaruga e pequenas paralisações, como forma de "pressionar os empresários para uma proposta mais favorável.

Após a assembléia em Sabará, na sede do sindicato dos metalúrgicos, na qual compareceram cerca de 1 mil trabalhadores, os operários do turno das 15h entraram na usina, marcaram o cartão de ponto, desativaram as máquinas e deixaram em funcionamento apenas os serviços essenciais, como aquecimento dos alto-fornos, caldeiras e misturadores.

Os metalúrgicos apresentaram à Belgo Mineira 28 reivindicações, entre elas aumento fixo de Cr\$ 4 mil mais o índice oficial do Governo, piso salarial de Cr\$ 8 mil 144 e anuênio de 5%. A CSBM ofereceu Cr\$ 1 mil 300 fixos além do índice, piso de Cr\$ 5 mil 200 e anuênio de 2% em troca do aumento por mérito e antigüidade, recusando a quase totalidade das outras reivindicações.

Na assembléia de São Paulo, enquanto os trabalhadores gritavam "um, dois, três, queremos 83", o Sr Joaquim dos Santos Andrade, presidente do sindicato, destacou que "vamos manter a reivindicação dos 83% sobre os salários atuais, porque a contraproposta é inóqua, amoral". E apesar das resistências da oposição — que não queria delegar poderes à comissão para apresentar outra proposta — ele afirmou que "no decorrer das negociações, quando houver ofertas mais razoáveis, faremos uma nova proposta e a submeteremos à assembléia". O Grupo-14 se reúne hoje, na FIESP, e as negociações se reiniciam amanhã.

Diante da proposta de uma assembléia conjunta com os metalúrgicos de Osasco e Guarulhos (que também rejeitaram a contraproposta), o Sr Joaquim Andrade destacou que "para uma assembléia decisiva, talvez no próximo dia 28, achamos necessária a participação de todos". Foram distribuídos folhetos durante a assembléia de ontem, realizada no Cine Piratininga, durante quase três horas, pedindo aos trabalhadores que não façam horas-extras até o fim da campanha, "para evitar a formação de estoques".

O presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo convocou para o Ato Público que será realizado na próxima sexta-feira, na Praça da Sé, contra o projeto salarial do Governo, destacando que "ou provamos que os trabalhadores não querem essa lei ou o Governo terá condições morais de aprová-la, imobilizando o movimento sindical por mais de 10 anos".

*96*



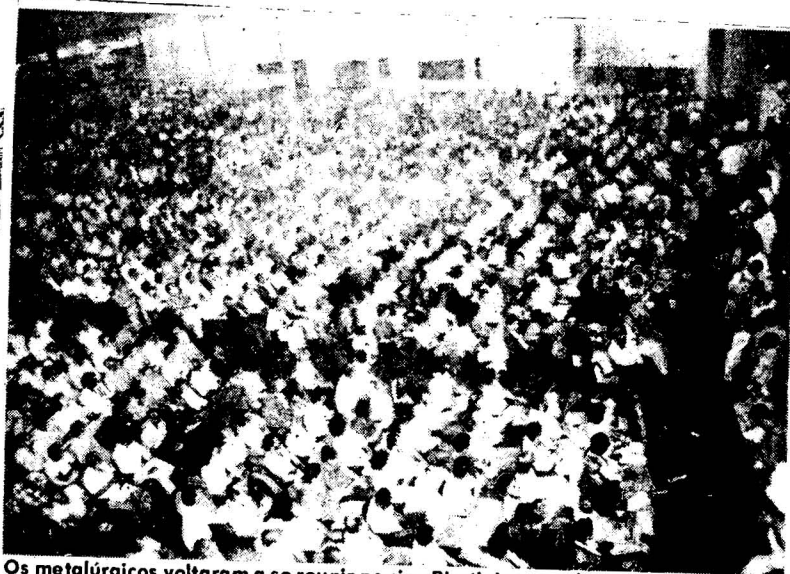
Estado do

NOME

FILIAÇÃO

PROFISSÃO

RESIDÊNCIA



Os metalúrgicos voltaram a se reunir no cine Piratininga, no bairro do Brás.

# Metalúrgicos de SP rejeitam proposta e planejam greve

Cerca de 2.500 metalúrgicos de São Paulo reunidos ontem em assembléia no Cine Piratininga decidiram rejeitar, sem discussão — a idéia era ignorar simplesmente — a contra proposta patronal de aumento salarial escalonado com índice máximo de 56% e piso salarial de Cr\$ 3.679,20.

No encontro que durou quase 4 horas, os metalúrgicos resolveram continuar reivindicando aumento de 83% sobre o salário atual, piso salarial de Cr\$ 7.200,00 e ainda outras vantagens totalmente negadas pelos representantes patronais conhecidos como o grupo dos 14, tais como garantias sindicais aos delegados sindicais e comissões de fábrica e proteção à maternidade.

A comissão de negociação composta de 20 profissionais deverá manter novo encontro com os representantes patronais, amanhã na Fiesp para levar-lhes a decisão da assembléia dos trabalhadores e para tentar obter das empresas um aumento que seja aceito pela categoria, uma vez que o índice oferecido pelos empregadores foi repudiado pela assembléia de ontem. Os metalúrgicos consideraram a contra proposta uma ofensa aos trabalhadores, pois, segundo eles, está muito abaixo dos índices de inflação deste ano.

Enquanto dão continuidade às negociações, as comissões de mobilização formadas nas assembléias anteriores estão trabalhando no sentido de organizar a categoria para enfrentar uma possível greve que, segundo afirmam, será fatal "se os patrões não encararem a situação com mais realidade". Nesse sentido, já entraram em contato com a OAB que se prontificou a manter de plantão equipes de advogados para atendimento jurídico em possíveis confrontos.

Em caso de greve, — anunciaram — pelo menos três deputados fe-

derais já se dispuseram a ficar em São Paulo para acompanhar a movimentação dos metalúrgicos. Eles são Aurélio Perez, Audálio Dantas e Alberto Goldman.

O fundo de greve também está sendo organizado e foi definido que o dinheiro arrecadado deverá ficar sob a responsabilidade da Comissão de Justiça e Paz para permitir o atendimento de necessitados, mesmo na hipótese de uma intervenção do sindicato. Milton Nascimento e a UEE já se prontificaram a ajudar no levantamento de fundos.

A assembléia dos metalúrgicos realizada, embora ainda pequena para dar uma boa representação dos quase 350 mil profissionais de São Paulo foi bastante dinâmica com a presença de várias faixas de apoio às reivindicações salariais, algumas de cunho político pedindo liberdade para o povo e criticando o projeto salarial do governo, além de outras indicativas de metalúrgicos de várias empresas. E, pela primeira vez, houve até tambores e outras peças de fanfarra que eram acionados para apoiar alguns oradores com críticas mais acirradas, ou de outro lado, para dar sequência às vaias a alguma idéia mais conservadora.

Além dos relatos feitos na assembléia pelos representantes das comissões de mobilização que estão atuando nas várias regiões em que foi dividida a cidade, fizeram exposições a favor da unidade da categoria o ex-diretor cassado do sindicato Joaquim Gonçalves e o artista Rafael de Carvalho. Ambos salientaram que os metalúrgicos devem estar juntos para a efetivação positiva de suas reivindicações, deixando de lado as intrigas de facções dentro do sindicato que sempre acabam se manifestando em todos os encontros.

A nova assembléia dos metalúrgicos de São Paulo deverá ocorrer no próximo domingo, ainda no Cine Piratininga, no Brás.

PT 10720-180



## Polícia deve voltar à normalidade com proposições feitas pelo governo

Entendimentos mantidos entre o Governador Ney Braga e o secretário da Segurança Pública, Coronel Haroldo Ferreira Dias, praticamente colocaram fim - ou adiaram por algum tempo - o movimento iniciado pela classe policial, ainda no sábado, em busca de melhores condições de trabalho e salários. Ontem de manhã, reunido com Haroldo Dias e Luiz Chemin Guimarães, diretor da Polícia Civil, grupo de delegados e escrivães recebeu com otimismo as proposições governamentais, estabelecendo aumento de vencimentos em torno de 80 por cento, com a inclusão do "tão esperado" risco de vida, extensivo também aos militares.

Na próxima quinta-feira, nova assembléia deverá ser realizada pelos delegados de polícia, para decidir a posição final com relação as propostas que lhes foram apresentadas. A classe desmentiu que estava em "greve branca", declarando que apenas decidiu expor-se menos à legislação. Foi exatamente este depoimento que gerou muitas discussões, principalmente nos meios judiciários, onde juízes e membros do Ministério Público o considerou "um tantoleviano". Para estes, a lei sempre foi cumprida, embora com alguns excessos devidamente punidos. Já o presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, Newton José de Sisti, considerou que a declaração pressupõe que até agora "as prisões nem sempre eram revestidas de legalidade".

Ontem de manhã, em reunião que durou pouco mais de uma hora, o Secretário de Segurança, Cel. Haroldo Ferreira Dias, apresentou aos representantes da classe policial as decisões tomadas na tarde anterior pelo Governo do Estado, com relação ao delicado problema. Praticamente tudo ficou definido, satisfazendo, de certo modo, a ambas as partes, conforme relataria mais tarde o diretor da Polícia Civil, Luiz Chemin Guimarães, em seu gabinete. Chemin disse que foi confirmado o texto do risco de vida (um terço sobre os salários), juntamente com o aumento geral, superior a quarenta por cento.

Essas medidas, contudo, seriam mais a caráter extraordinário, já que uma das principais reivindicações dos policiais é o estatuto, cuja sanção em lei somente deva ocorrer no próximo ano. O projeto inicial, devido a deficiências, acabou sendo substituído por outro, mais complexo, e que se encontra em mãos do secretário de segurança, para avaliação, antes de ser encaminhado à Assembléia Legislativa. Para Chemin Guimarães, o estatuto ainda está merecendo melhores atenções, no sentido de seu aperfeiçoamento, mas que será transformado em lei no momento adequado. Com relação ao movimento (dos policiais, o diretor da Civil não o considerou ilegal, declarando que aqueles estavam em defesa de seus direitos e que "não haverá punições".

### "CUMPRIR A LEI"

Chemin Guimarães afirmou que o fato da polícia "expor-se menos" não significa que deixará de pro-



Cel. Haroldo F. Dias



Luiz Chemin Guimarães

porcionar à segurança devida a população, ou que diminuirá seu ritmo de trabalho. Segundo ele, a polícia passa por um processo de modernização e não seria agora a deteriorar a imagem que está sendo criada. Com relação aos milhares de mandados de prisão expedidos pelo Judiciário Paranaense, o diretor da Civil declarou que está empenhado em cumprí-los. Exemplo disso seria a operação levada a efeito na região do Oeste e Sudoeste, onde teriam sido capturados dezenas de indivíduos procurados pela lei. Insinuações feitas por alguns policiais, de instaurar inquérito com relação a todas as infrações penais, chegou a provocar irritação junto a magistrados, que consideram isso uma obrigação do policial e "não apenas quando ele visa melhores salários".

O juiz Darcy Nasser de Mello, titular da 1.ª Vara Civil e diretor do Fórum da capital, detentor de longa experiência criminal já que foi titular da 11.ª Vara, não crê que até agora a polícia tenha utilizado de sua posição para violar os direitos do cidadão. "Cabe a polícia a faculdade de investigar, para reprimir o crime em benefício da comunidade. Seus excessos são reprimidos pelo Judiciário". Para ele, o devedor da autoridade é continuar agindo como sempre agiu, e declarações feitas por algumas pessoas, "não correspondem a realidade".

Para o advogado Newton de Sisti, presidente da OAB-PR, "a posição firmada pela polícia, em apenas cumprir a lei, tradição do direito brasileiro, demonstra que as prisões nem sempre eram revestidas de legalidade. A repressão ao crime deve ser feita dentro dos princípios legais. Mas deve ser feita". Considerou a atual situação "lamenável": "se o movimento visa tão somente estrito cumprimento da lei, então o fato é auspicioso; a autoridade policial está se conscientizando de que o melhor caminho é a lei". Newton de Sisti considerou que as deficiências do Judiciário não podem ser motivos para que a polícia diminua seu trabalho. Mas, ao contrário, deve fazer com que o Judiciário venha a se aparelhar melhor, para dar vazão ao grande número de processos.

## Empresários preocupados com "greve"

A "greve branca" da Polícia Civil do Estado começa a preocupar o empresariado paranaense. Ontem, o presidente do Clube dos Diretores Lojistas de Curitiba, Edson Santos, disse que vê com "certa preocupação" a quase paralisação dos serviços policiais do Paraná, lembrando que desta forma não só os empresários, mas também, e principalmente, a comunidade estão a mercê dos foras-da-lei. Ele diz que com a greve da polícia "passamos a ser mais sensíveis a certos problemas e graças a Deus que coisas mais sérias não ocorreram ainda. Mas a apreensão por si só já é algo que não gostamos, uma vez que sabe-se que quando um vidro de nossa casa que-

bra ninguém dorme direito".

O presidente do Clube dos Diretores Lojistas continua dizendo que o empresariado, assim como de uma forma geral a população, quer tranquilidade.

"Mas ninguém fica tranquilo, ninguém se sente seguro, sabendo que a polícia está em greve por melhores salários e que mesmo solicitada não intervirá para dar segurança à comunidade" - salientou o empresário.

"Acredito que deve haver uma solução saudável para o impasse e que os problemas sejam resolvidos no menor espaço de tempo possível. Não podemos ficar nesse impasse por muito tempo". Edson San-

tos é otimista com relação a uma solução para as próximas horas, mas volta a advertir que "a situação não pode perdurar por muito tempo".

Outro que destacou o "clima de apreensão" que existe no Paraná e notadamente em Curitiba e região metropolitana, foi o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Altavir Zaniolo.

Embora enfatizando que "o problema é judiciário" e afirmando que "não se pode dizer se a polícia está certa ou errada", Zaniolo salienta que "a polícia é um setor necessário que não pode ser desativado assim de uma hora para outra".

## Vazias

Embora não admita que esteja em "greve branca", a polícia, antes de saber das propostas apresentadas pelo governo, mostrou-se passiva e até ineficaz. A Delegacia de Furtos e Roubos, ontem, não mantinha nenhuma pessoa em seu xadrez, já que os três marginais ali recolhidos no dia anterior tinham sido transferidos ao Presídio do Ahú. Enquanto cresce o número de queixas de furtos e assaltos naquela especializada, reduz-se ao extremo os casos esclarecidos.

Na Delegacia de Homicídios, onde existe inúmeros processos sem solução, as investigações estariam paralisadas. Fato injustificável, já que para chegar ao autor de determinado delito, não se fazem necessárias as prisões ilegais.

Nas demais delegacias da cidade, o panorama é idêntico. Agora, resta saber se após todo esforço do governo estadual em propiciar melhores salários, perdurará a má vontade de determinados policiais em cumprir as suas obrigações como tais.

## Manifestantes serão punidos

RIO — (AJB-GP) — Durante reunião com 84 delegados de polícia o Secretário de Segurança Pública, General Edmundo Murgel, determinou que fosse apurado o nome dos policiais que sexta-feira, com carros oficiais, participaram da passeata em torno do prédio do Tribunal de Justiça em protesto contra o pagamento dos 12 policiais envolvidos na morte do sergente Aézio da Silva Fonseca.

A apuração será feita em cada delegacia e tem por finalidade punir os policiais

não disse que tipo de punição será aplicada, mas pediu empenho dos delegados, pois tanto a passeata como as manifestações de protesto do detetive Romualdo Raimundo, ele classificou de "atos de baderna".

Para a reunião só foram convocados os delegados responsáveis pelas delegacias especializadas e os titulares das delegacias policiais da área metropolitana, — Grande Rio, Região Serrana, Baixada Fluminense e Niterói até Itaboraí. A reunião

a tarde, por telexm, com ordens para que todos estivessem no auditório do Centro de Controle de Operações e Segurança (prédio da Secretaria de Segurança), as 7:30 horas.

A reunião foi aberta às 7:45min. pelo Diretor do Departamento Geral de Polícia Civil, delegado Olavo Rangel, que antes da chegada do General Edmundo Murgel avisou aos delegados que os assuntos seriam sigilosos e por isso não poderia ser comentados

Secretaria de Segurança Pública

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA SOCIAL



Estado, \_\_\_\_\_  
NOM \_\_\_\_\_  
FILIA \_\_\_\_\_  
PROFI \_\_\_\_\_  
RESIDI \_\_\_\_\_

# Classe política preocupada com greve da polícia

Deputados da Arena e do MDB manifestaram preocupação com o movimento reivindicatório dos delegados de carreira do Paraná e de todas as categorias funcionais da Polícia Civil, que delataram uma "greve branca" na sua atividade profissional, deixando a população indefesa ante a criminalidade.

A maioria das manifestações ouvidas foi de crítica à maneira como está sendo posta a reivindicação dos policiais, tendo um representante do MDB, o deputado José Tavares, chegado à conclusão que para eles chegaram a esse ponto de greve "é porque realmente as coisas estão mudando dentro da Secretaria de Segurança".

## PREOCUPAÇÃO

Tavares, que havia recebido um dia antes uma delegação de policiais, que foi reivindicar o apressamento da tramitação do Estatuto da Polícia Civil, solidarizou-se com o movimento, mas mostrou-se preocupado pela insegurança a que ficou relegada a população curitibana.

Já o deputado Gilberto Carvalho, da Arena, presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Legislativo, disse que é justa a reivindicação e ao mesmo tempo não correto o movimento grevista, pois a população, que nada tem com o problema, é que paga com a atitude adotada pelos policiais.

"O que os mesmos deveriam ter feito seria procurar o diálogo com o secretário de Segurança, visando conse-

guir as reivindicações. Adotando esta atitude, o povo, que já vem tendo um atendimento insuficiente, pela falta de policiais, sofrerá, ainda mais com a situação. Os marginais, sabendo que não serão detidos para averiguações, têm agora, um incentivo para a prática de roubos e furtos".

O parlamentar disse que confia em uma solução breve para o problema, pois tanto o governador como o Secretário de Segurança, estão com a máxima boa vontade em resolver o assunto desses funcionários, "tanto é que ontem o governador Ney Braga enviou para esta Casa a mensagem de aumento dos servidores".

## NEGATIVA

O deputado José Domingos Teixeira (Arena-Curitiba), a partir da "greve branca", desencadeada pelos delegados de Polícia do Paraná, considera muito grave o problema da segurança pública em todo o Estado e vê com apreensão a extensão do movimento reivindicatório da classe policial pela repercussão negativa que está ocorrendo em meio à população. "Nós achamos que a classe de delegados da Polícia Civil tem o direito de reivindicar o seu estatuto, já há muitos anos esperado, mas do outro lado, consideramos radical a atitude de soltar perigosos delinquentes, como o que ocorreu, colocando-se em liberdade, um latrocida e assaltantes".

Para o parlamentar é necessário que o assunto seja solucionado logo para que ele não se torne de amplitude tal que venha a causar consequências mais graves, como o aumento da criminalidade em todo o Estado do Paraná. "Nós confiamos no bom senso dos delegados da Polícia Civil, como, igualmente, na sensibilidade do senhor governador Ney Braga em procurar resolver este sério impasse. Entendemos que, mais do que ninguém, o governador do Estado se preocupa com problemas que dizem respeito à segurança da nossa população. Dai porque acreditamos que o setor de segurança pública do Paraná vá retornar logo à normalidade".

O deputado, que manteve audiência com o governador, e sabendo da próxima reunião dos delegados de polícia, pediu que os mesmos usassem de bom senso e fizessem um reexame do seu posicionamento, "porquanto o governador sensível à situação já tomou algumas medidas que vêm de encontro a antigas reivindicações da classe policial, como o risco de vida. Tanto é que está enviando à Assembleia Legislativa uma mensagem propondo o pagamento do risco de vida a partir de janeiro, num percentual de 33,33 por cento e quanto ao estatuto já está em nível de estudos de secretaria e em breve será enviado à apreciação dos deputados para que em janeiro venha a ser homologado".





Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

JORNAL *Comércio de Notícias*  
Posta *Seves*  
Data *17/10/49* Estado *PR*

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

27

NOME: .....  
FILIAÇÃO: .....  
PROFISSÃO: .....  
RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

• OPINIÃO PÚBLICA •

# Greve dos policiais: Eles estão certos?



**Antônio de Andrade, 31 anos, téc,** em manutenção de máquinas: "Eu acho que a greve dos policiais tem fundamento. Eles arriscam a vida diariamente, e todos nós sabemos que a vida não tem preço. Os salários que eles recebem realmente é muito baixo. Como tudo sobe de preço, o salário deles também tem que subir. Agora a atitude do delegado de soltar todas as pessoas que os policiais tinham prendido durante a sua ronda, não acho nenhum

pouco justa, uma vez que eles estão pondo em perigo a nossa segurança".

**Maria Antonieta Barbosa, 40 anos,** do lar: "Acho muito certa a greve dos policiais. Eles recebem muito pouco. Já está provado que ninguém consegue nada aqui no Brasil se não for pela greve. Mas o delegado ter soltado mais de 200 presos por vontade própria, foi um absurdo. Está em jogo nessa hora a nossa segurança. Ele deixou de cumprir seu dever como policial que deve servir a sociedade".

**Carlos Alberto Moreira, 22 anos,** estudante: "É uma pena que para o povo brasileiro receber salários justos, seja necessária a greve. Desta vez então foi muito pior. É só pensar na situação de uma cidade como Curitiba totalmente sem policiamento. O policial no Brasil, apesar de raramente agir como um protetor, é muito mal remunerado. Então é lógico que às vezes eles fazem algumas burradas. Quem sabe se aumentando um pouco seus salários não teremos uma segurança maior? Quanto ao delegado que soltou as pessoas que foram presas na ronda, realmente ele poderia ter feito isso, mas não arbitrariamente, pois no meio das duzentas pessoas, mesmo que só uma fosse ladrão ou assassi-

no, hoje essa mesma pessoa está solta por aí ameaçando nossa segurança e propriedade".

**Renato Schwartz, 29 anos, funcionário público:** "A greve dos policiais, como todas as greves que reivindicam melhores salários é mais do que justa. A maioria dos brasileiros está recebendo muito pouco em relação à nossa inflação. Inclusive eles estão certíssimos quando se posicionaram contra o delegado que soltou as pessoas que estavam presas. Acho que este delegado violou os direitos de toda uma população, o direito da segurança".

**Ana Maria Cardoso, 19 anos, estudante:** "Uma das coisas que está errada em nosso país, é a baixa remuneração que recebem nossos policiais. São pessoas que arriscam a vida no seu dia a dia para nos proteger. Então precisam ganhar um bom salário para pelo menos compensar um pouco estas privações, embora meu ponto de vista seja de que o policial deveria receber bem para melhorar pelo menos um pouco o nível. Então a greve deles é justa. Eles têm família para sustentar, e com o custo de vida atual é lógico que precisam de aumento. Só o delegado que soltou os 200 presos é que deveria continuar a ganhar o mesmo salário".



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública  
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

JORNAL *Correio de Notícias*  
*Pasta Greves*  
Data *17/10/79* Estado *PR*

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

• GREVE BRANCA •

# A opinião dos deputados

*Os deputados paranaenses não se sensibilizaram com o movimento reivindicatório dos delegados de polícia. Só um deputado, José Tavares, fez pronunciamento.*

A "Greve Branca" dos policiais civis do Paraná não sensibilizou, como se esperava os deputados paranaenses. Pelo menos é a essa conclusão que se chega depois de na Sessão de ontem da Assembléia Legislativa, apenas um deputado - José Tavares, do MDB - ter ocupado a Tribuna para falar sobre o problema. Outros parlamentares preferiram apenas distribuir, através de suas assessorias, "realeses" com declarações sobre a greve. José Tavares, que preside a Comissão de Segurança da Assembléia Legislativa, já ocupou o cargo de delegado de polícia em Londrina e no pronunciamento, mostrou-se solidário com seus colegas, mas lamentou a insegurança que vive a população se continuar a greve branca. Ele qualificou a situação de muito grave, mas argumentou que havia necessidade de uma tomada de posição por parte dos delegados de polícia "para tentar sensibilizar o poder público estadual em torno de melhores salários para a classe". Na sessão de ontem, Tavares apresentou requerimento que não foi votado por falta de quorum, no qual pede que o plenário da AL dê um voto de solidariedade ao movimento reivindicatório dos delegados de polícia de carreira.

— "A responsabilidade é grande e os delegados ganham pouco. Estou solidário com meus colegas e só sinto pela população paranaense que pode viver horas de insegurança, embora nunca ache que os delegados fugirão do cumprimento da lei. O movimento vai atingir seus objetivos e sensibilizar o governo do Estado", afirmou Tavares.

No entender do arenista Gilberto Carvalho, presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Legislativo, é justa a reivindicação dos servidores da polícia civil.

— "Acho, entretanto, que a atitude to-



MARIO CELSO

"Retrato do modelo econômico"



GILBERTO CARVALHO

"Faltou diálogo"

mada é que não é correta, pois a população, que nada tem com o problema, é que pagará com a atitude adotada pelos policiais".

Carvalho declarou ainda que o correto seria o diálogo antes de que tal atitude fosse tomada.

— "Um diálogo com o secretário de Segurança, visando conseguir as reivindicações. Adotando essa medida de greve branca, o povo, que já vem tendo um atendimento insuficiente, pela falta de policiais, sofrerá, ainda mais com a situação. Os marginais sabendo que não serão detidos para averiguações, têm, agora, um incentivo para a prática de roubos e furtos", afirmou.

O que se sente do ponto de vista político do problema, é que os deputados da Arena, embora qualificando de justo o movimento reivindicatório dos policiais civis do Estado, não querem melindrar o Poder Executivo e nem se "queimar" perante o governo do Estado. O deputado arenista José Domingos também se manifestou sobre a greve branca e disse que está apreensivo com o problema e "principalmente com a extensão do movimento reivindicatório pela repercussão negativa que está ocorrendo em meio à população.

— "Eu acho que a classe de delegados de polícia civil tem o direito de reivindi-

car o seu estatuto, mas de outro lado, considero radical a atitude de soltar perigosos delinquentes, colocando-se em liberdade um latrocida e assaltantes". Para o parlamentar é necessário que o assunto seja solucionado logo para que ele não se torne de amplitude "tal que venha a causar conseqüências mais graves, como o aumento do índice de criminalidade em todo o Estado do Paraná.

— "Eu confio no bom senso dos delegados de polícia, como, igualmente, na sensibilidade do governador Ney Braga em procurar resolver este sério impasse. Entendo que, mais do que ninguém, o governador Ney Braga se preocupa com problemas que dizem respeito à segurança da população".

José Domingos, que é repórter policial além de deputado estadual, disse que dois pontos devem ser levados em conta neste movimento dos delegados de polícia: a reivindicação dos titulares das delegacias e a inquietação que o fato está gerando no seio da população paranaense.

— "Os delegados de polícia devem usar de bom senso. O governador, hoje (ontem), enviou a Assembléia a mensagem que propõe o pagamento de risco de vida a partir de janeiro, num percentual de 33,33 por cento. O Estatuto também está em fase final de estudo e em breve será enviado à apreciação dos deputados para que em janeiro seja homologado".

Os emedebistas, ao analisarem a situação, culpam as atitudes do governo, tanto Estadual quanto Federal.

— "Essa situação é o reflexo do modelo econômico brasileiro - disse Mário Celso - onde o próprio presidente da República sugere a greve para que melhores salários sejam conseguidos. É um espelho do que se reflete, por exemplo, o pensamento do ministro Delfim Neto que afirmou outro dia que a greve empurra o preço".

Mário Celso acha justa a reivindicação da classe, pois "todos hoje em dia ameaçam entrar em greve para conseguir melhores salários então por que não os delegados de polícia?".

— "Só acho que os setores de segurança não podem ficar paralisados, pois o povo não tem culpa do modelo econômico que esse governo nos serve".

Nilso Sguarezzi, líder da bancada emedebista, também apoia a reivindicação dos delegados de polícia "que devem ganhar mais pela responsabilidade que têm", mas também vê o problema sobre outro ângulo.

— "O governo precisa solucionar hoje esta situação. A população paranaense, diante das notícias, se sente inseguro, pois marginais estão sendo colocados em liberdade. Isso não pode acontecer e se a greve branca, como estão chamando, continuar o problema pode até alcançar repercussão maior e quem sairá prejudicado em tudo isso é o povo paranaense".

Já outro emedebista, Nestor Batista, é de opinião que o movimento dos delegados de polícia "pode vir em prejuízos dos próprios reivindicantes".

— "Mais uma vez o povo pode pagar por uma culpa que não tem. Os delegados sabem disso e embora reconheça a necessidade de que sejam melhor remunerados, acho que a greve pode prejudicá-los".

PT 1072a-130



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

JORNAL *Acorda do Povo*  
*Posta jueves*  
Data *25 10/79* Estado *PR*

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....  
FILIAÇÃO: .....  
PROFISSÃO: .....  
RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

# Oficiais de Justiça dão prazo para as reivindicações feitas

Na tarde de ontem, o comentário na sala dos Oficiais de Justiça das diversas Varas de Curitiba era sobre as reivindicações feitas ao presidente do Tribunal de Justiça e ao Corregedor Geral da Justiça, onde os funcionários pedem melhores salários. Os oficiais de Justiça continuam em regime normal de trabalho cumprindo a pauta de mandados, mas condicionaram uma posição: a decisão sobre o aumento reivindicado deverá vir dentro dos próximos 30 dias; caso contrário, trabalharão "somente oito horas diárias e com os instrumentos que a Justiça nos dá".

Segundo o oficial de Justiça Benerjo Branco, "se nós pararmos, a Justiça vai parar. As vezes temos que começar a trabalhar as cinco horas para poder pegar a pessoa antes que ela saia de casa. E dificilmente temos horário para almoço; pois esta é a melhor hora para encontrarmos as pessoas intimadas em casa. Se não sair o aumento vamos fazer apenas o que a lei nos manda fazer; nada mais que isso".

Pará alguns funcionários a cau-

sa de todo o problema está na existência de um Regimento de Custas completamente desatualizado e que permite a adoção de uma prática condenável: o pagamento das despesas do Oficial de Justiça pelo advogado. "Assim sai barato para a Justiça nosso trabalho. Na ação, nossas despesas são cotadas em 38 cruzeiros pelo Regimento", observa um dos Oficiais de Justiça e através do advogado recebem as despesas de gasolina do carro e alguns cruzeiros a mais. Este recebimento é ilegal e passível de punição. Todavia, "é graças a ele que os Oficiais de Justiça continuam a trabalhar."

Raul Rangel, presidente da Associação dos Oficiais de Justiça do Estado do Paraná, explica que "a reivindicação - 100% do salário para tempo integral - está sendo feita para acabar com os atritos entre os oficiais de Justiça e os advogados, por causa de custas relativas às despesas do funcionário. "Para alguns advogados, a movimentação dos oficiais de Justiça é justa. Alguns compreendem a importante missão da classe e são solidários ao movimento. Em

Curitiba, trabalham cerca de 100 oficiais de Justiça. Cada um recebe diariamente, segundo informações da Associação, uma média de 15 mandados para serem entregues. Para os ligados às varas cíveis ainda existem as custas regimentais; mas, para os que atuam junto ao Crime, Vara de Menores e de Família, não há nenhum ressarcimento. "Nós saímos com nossos carros, pagando a gasolina e ganhamos apenas seis mil cruzeiros por mês, trabalhando mais de 16 horas por dia. Se pararmos, a Justiça também parará".

Os oficiais de Justiça aguardarão a decisão da Corregedoria Geral da Justiça e do presidente do TJ no período de 30 dias. A partir daí, só vão trabalhar durante oito horas, parando na hora do almoço e sem a utilização de seus carros para as diligências. Esta será a medida que os oficiais de Justiça tomarão para que não continue uma situação considerada, por um deles, como de "prevaricação". "O nosso trabalho hoje é uma prevaricação", observou um funcionário.



NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

## Oficiais da Justiça: não à greve

Ao contrário do que foi divulgado ontem os oficiais de justiça não pretendem entrar em greve, caso suas reivindicações não sejam atendidas. A Associação dos Oficiais de Justiça do Estado não apoiará a greve. O máximo que pode acontecer é alguns dos oficiais pedirem exoneração, por conta própria. A entidade irá apenas apoiar um processo natural, que seria o cumprimento do dever dentro do horário previsto de 8 horas diárias, além de andarem a pé ou de transporte coletivo, o que causará certamente um retardamento nos trabalhos.

Atualmente, os oficiais de justiça do crime percebem um salário de seis mil cruzeiros, enquanto que os oficiais da civil recebem o mesmo com custas processuais, que não cobrem nem a passagem de ida e volta de ônibus, e se um oficial trabalhar nos finais de semana, o que valeria horas extras, não receberá nenhum cruzeiro a mais e quando recebe, geralmente é uma gratificação do próprio advogado, que o contrata. Essa gratificação deveria ser paga pelo governo, no entender da Associação.

Além do pedido de aumento de 100%, os oficiais de justiça estão pedindo uma regulamentação no horário de trabalho. Alguns deles trabalham de 12 a 15 horas diárias, até mesmo no horário do almoço (quando normalmente localizam as pessoas intimadas). Se os mandados não são entregues, por um motivo ou outro (problemas familiares, falta de dinheiro ou tempo), o oficial ainda sofre punições: suspensão sem vencimentos, advertências, etc.

O movimento que teve início este mês, já toma conta do Estado. Os oficiais de várias cidades estão à espera das soluções e pretendem trabalhar apenas no expediente comercial. Funcionário efetivado, o oficial de justiça, além de viver num regime de "escravidão", percebe vencimentos bem inferiores aos oficiais da Justiça Federal. Alguns oficiais de justiça no Interior do Estado, ainda fazem o trabalho da Justiça Federal e não recebem nada além de seus vencimentos normais. Enquanto um oficial da Justiça Federal ganha em média 30 mil cruzeiros (incluindo 6 mil de ajuda para a condução), o pessoal do Estado recebe apenas seis mil cruzeiros.

O movimento dos oficiais de Justiça vem sendo apoiado por advogados. Mas enquanto é divulgado que a classe está à espera da decisão do presidente do Tribunal na Justiça, este, não recebeu as reivindicações da classe. A Corregedoria Geral da Justiça, conforme alguns funcionários, também não recebeu qualquer comunicado oficial. O corregedor está viajando desde o dia da Assembléia, realizada no dia 23.

Por outro lado, o presidente da Associação do Estado, Raul Rangel, viajou para o Rio de Janeiro onde manterá contato com membros da Associação Nacional dos Oficiais de Justiça. Raul Rangel foi tratar de assuntos semelhantes ao que ocorrem aqui no Paraná.

O movimento parece tomar âm-

PT 10722-130





23

- 1 ASSUNTO .....
- 2 ORIGEM .....
- 3 CLASSIFICAÇÃO .....
- 4 DIFUS .....
- 5 REFER .....

# Algumas prisões durante a greve nos transportes

Cerca de 40, dos milhares de motoristas de ônibus, de táxi e cobradores que paralisaram ontem suas atividades foram detidos pela polícia e encaminhados à Delegacia de Ordem Social. De acordo com o titular daquela delegacia, Luis Fernando Artigas, eles "somente prestaram declarações e foram liberados logo depois, sem serem fichados". Os detidos eram em sua maioria cobradores e motoristas de ônibus que participavam de piquetes, intervindo junto aos colegas que não aderiram ao movimento, e identificados como líderes pelos policiais.

Somente dois casos de violência foram registrados. O primeiro, ocorrido ontem pela manhã quando funcionários da Telepar, que ocupavam um caminhão e uma Kombi foram agredidos por integrantes de um piquete de motoristas e cobradores. Eles foram confundidos com um grupo de particulares, que estaria fazendo transporte coletivo em substituição aos ônibus. Um outro caso, mais acidental do que proposital, como disseram testemunhas, foi o de Ana Trentim, de 41 anos, que fraturou o crânio em decorrência da queda da bicicleta que ocupava, quando esbarrou em um piquete.

## CELAS VAZIAS

Enquanto havia por parte de alguns policiais um desencontro de informações, sabia-se, já na manhã de ontem, que alguns grevistas (do setor de transportes) tinham sido detidos. As informações prestadas pela polícia, que ontem se dividia entre a greve dos trabalhadores na construção civil e na paralisação dos ônibus e táxis, davam conta de que havia mais de 30 detentos e de que todos estariam no 1º Distrito Policial. O titular daquele DP, José de Azevedo, disse que não havia presos, uma vez que "o movimento deles é justo", comentou. O delegado disse ainda que mesmo que houvessem detidos não seriam levados ao 1º DP, onde os xadrezes estão sendo demolidos.

As detenções foram, na verdade, feitas em pequenos grupos, como disse o delegado da DOS. "Somente os mais exaltados, que procuravam tumultuar o movimento e exaltar também seus colegas é que foram trazidos à delegacia. Nenhum deles foi fichado e todos foram liberados logo após". Disse o delegado Artigas, lembrando que mesmo sendo ilegal a paralisação de setores essenciais de atividade pública, como foi o caso dos ônibus, o trabalho da polícia não passou "da observação e preservação da ordem".



Os detidos foram levados a DOS.

Fazendo esforço em deixar claro que não houve nenhuma custódia, Artigas disse no final da tarde que "graças ao bom senso de patrões e empregados", não havia mais perigo ou motivos para preocupação, ao serem finalizadas as negociações. Viaturas da Ordem Social, ou a serviço desta delegacia, estavam presentes nas concentrações realizadas nas praças Rui Barbosa e Tiradentes e nas manifestações em frente as empresas Glória, Redentor, Tapajós e Marechal.

## PÓLICIAS MILITARES

Reunidos em pequenos grupos na Rodoferroviária, Rodoviária Velha, praças Tiradentes, Rui Barbosa, Carlos Gomes e Osório, além de outros terminais de ônibus e táxis, centenas de policiais militares ficaram durante toda a manhã e tarde de ontem mobilizados em função da paralisação dos trabalhadores em transportes coletivos. No comando da PM, um número não menor do que os que estavam nas ruas, esperava, de prontidão, um chamado para qualquer eventualidade.

Três ônibus, estacionados no pátio da PM, estavam prontos para serem utilizados imediatamente. No final da tarde, três policiais da Aeronáutica guardavam um ônibus usado no transporte de cadetes, estacionado na Praça Tiradentes, enquanto seis PMs abandonavam a praça, onde os ônibus já começavam a voltar, para verificar uma briga de bar. Durante todo o dia de ontem, fazia-se especulações acerca de um tanque do Exército, que ficou por algum tempo estacionado no Cajuru. Algumas pessoas que o viram chegaram a dizer que seria utilizado na repressão aos grevistas, enquanto outros limitavam-se a falar de dois caminhões cheios de soldados, que passaram por aquele bairro.

## OS FERIDOS

João Mendes, motorista do caminhão de placas FL-1346, da Telepar e Alceu Zanin, motorista de uma Kombi da mesma empresa, foram agredidos por motoristas de ônibus que faziam um piquete na esquina das ruas Marechal Floriano e André de Barros, ontem pela manhã. Segundo João Mendes, que ficou ferido na cabeça, os manifestantes pensaram que ele e Alceu estavam transportando pessoas que normalmente tomariam ônibus, sendo assim os "fura greves". Os dois porém, transportavam operários para o Boqueirão, onde iriam instalar cabos telefônicos. Alceu ficou gravemente ferido, depois de ter sido espancado com pedaços de madeira e teve que ser hospitalizado.

Também Ana Trentim, de 41 anos, ficou ferida, quando ela e seu marido caíram da bicicleta que ocupavam, às 11h45min de ontem. A queda ocorreu depois de um choque com um piquete de motoristas. Ana, que foi transportada ao Pronto Socorro do Hospital Evangélico por uma radiopatrulha, ficou internada, pois está com traumatismo no crânio.



# Secretaria de Segurança Pública

DIRETORIA DA POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL: Folha de São Paulo
Pasta: Greves
Data: 28/10/79 Estado SP

## SERVIÇO DE INFORMAÇÃO

DATA, ..... / ..... / .....

- 1 ASSUNTO .....
- 2 ORIGEM .....
- 3 CLASSIFICAÇÃO .....
- 4 DIFUSÃO .....
- 5 REFERÊNCIA .....

INFORME ..... N.º

## Metalúrgicos reúnem-se e podem decidir a greve

Os metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos realizam na manhã de hoje as assembleias decisivas de sua campanha salarial, em que podem decidir paralisar o trabalho a partir de amanhã. A última proposta apresentada pelos empresários do Grupo 14 da Fiesp, que prevê aumentos escalonados entre 57 e 66%, foi considerada pelos dirigentes dos três sindicatos como de difícil aceitação pelas assembleias.

Os negociadores do Grupo 14 colocaram a proposta como final e definitiva, e Valter Sacca, o porta-voz do Grupo durante as negociações, apontou duas opções para os metalúrgicos: ou a assinatura do acordo, na segunda-feira, ou, no caso da deflagração da greve, a remessa imediata do processo de dissídio coletivo para o Tribunal.

A possibilidade de continuação das negociações na segunda-feira, se a decretação da greve for adiada pela assembleia, não está, no entanto, afastada, segundo alguns empresários. A maioria dos metalúrgicos que participou da reunião de ontem com os patrões acredita, porém, que dificilmente as assembleias de hoje deixarão de decretar a greve.

A distância entre as posições das partes é muito grande. Os metalúrgicos de Osasco, que autorizaram seus representantes a baixar suas reivindicações, pedem 83% sobre os salários de novembro de 1978, enquanto São Paulo e Guarulhos permaneceram na posição inicial, pedindo 83% sobre os salários atuais, sem descontar a antecipação de 22% em média concedida em maio, o que significa 123% sobre novembro de 1978. O Grupo 14 da Fiesp oferece em contrapartida 66% para quem ganha atualmente até Cr\$ 6.814,00, 61% para a faixa de salários entre essa quantia e Cr\$ 15.876,00, 59% para a faixa até Cr\$ 27.216,00 e 57% para os salários superiores a essa quantia.

A divulgação do primeiro Índice Nacional dos Preços ao Consumidor (INPC) de 26,6% anteontem, pouco antes da apresentação da proposta final dos empresários, mostrou que a posição patronal está dentro dos princípios da nova política salarial, com poucas diferenças de índices se considerada uma produtividade de 5%. Os metalúrgicos, por sua vez, consideram que a decretação da greve logo no início da vigência da nova política

provocará uma reação ainda mais rigorosa do governo.

"A tendência da assembleia vai ser nem deixar a proposta patronal ser lida e decretar a greve imediatamente. Nós vamos procurar mostrar todos os riscos dessa greve, para que eles assumam a posição conscientemente", afirmou um dos membros da Comissão de Negociações de Osasco. Em São Paulo, a preocupação principal é com a falta de liderança, visível durante todo o processo de negociações. Com a desconfiança de grande parte da categoria em relação à diretoria do Sindicato, presidida por Joaquim dos Santos Andrade, e a não consolidação da Oposição Sindical como um comando alternativo, a greve em São Paulo corre o risco de fragmentar-se.

São 350 mil os metalúrgicos de São Paulo, e sua assembleia será realizada a partir das 9 horas, no Cine Piratininga, na avenida Rangel Pestana, 1.554. Em Guarulhos, são 50 mil metalúrgicos, e a assembleia será na sede do Sindicato, na rua Alfredo Hesler, 147, Vila Palmeiras.

Em Osasco, que tem 30 mil metalúrgicos, a reunião também será no Sindicato, na rua Erasmo Braga, 897, em Presidente Altino.



Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

# Greve de metalúrgicos em SP

SÃO PAULO (AJB) — Seis mil metalúrgicos de São Paulo (Capital) decretaram ontem, por aclamação, greve a partir das 22 horas, rejeitando a proposta patronal de 66 por cento de reajuste escalonados e reafirmando sua posição por 83 por cento sobre os salários atuais, que significariam 123 por cento sobre a data base, novembro de 1978. Na assembleia, que lotou o Cine Piratininga, o presidente do sindicato de São Paulo, Joaquim Santos Andrade, resumiu a disposição da categoria: "Greve não se faz com discurso. Vamos fazê-la com piquetes".

Na Capital paulista, cerca de 350 mil metalúrgicos trabalham em 13 mil 500 empresas, das quais 100 delas representam 250 mil operários, por serem de grande porte. Os piquetes estão organizados em "comandos", que possuem sedes em locais alugados pelo sindicato em 5 zonas de São Paulo. A disposição dos grevistas é manter o movimento por vários dias, podendo chegar, inclusive, a 15 dias, segundo o presidente do sindicato.

A assembleia começou às 9h30min. No Cine Piratininga, com muita gente em pé e nos corredores. Vários oradores se manifestaram pela rejeição da proposta patronal, argumentando que com desconto das antecipações, o reajuste escalonado proposto de 66 por cento, se tornaria na prática em 36 por cento; o salário-hora, por exemplo, passaria de Cr\$ 20 para Cr\$ 27,20 o que foi considerado muito pouco.

Houve um princípio de briga na assembleia por causa da escolha dos oradores. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos,

Joaquim dos Santos Andrade, pôs em votação e, por aclamação dos 6 mil presentes, decretou-se a greve. Também ficou decidida a realização de uma assembleia às 15 horas de terça-feira na sede do sindicato. Como o recinto é pequeno, os grevistas deverão se agrupar na Rua do Carmo, cujo trânsito está no momento parcialmente fechado pelas obras do metrô. O sindicato espera comparecimento de milhares de operários.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade, disse depois da decisão da assembleia que acredita num retorno às negociações apesar de o grupo 14 firmar posição de que com greve, elas terminaram.

— "Quando 80 a 90 por cento do setor estiverem parados, os empresários vão negociar. Máquina parada muda qualquer opinião de patrão" - argumentou ele.

## ILEGAL

O ministro do Trabalho, Murilo Macedo, afirmou ontem que a greve dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos é ilegal e se ficar comprovado que houve incentivo ao movimento, a legislação será aplicada contra dirigentes sindicais. Piquetes também não serão permitidos, alertou ele, lembrando que os empresários já pediram a ação de forma policial para permitir que não-grevistas entrem nas fábricas.

Murilo Macedo acrescentou que não acredita no êxito na greve decretada pelas assembleias dos sindicatos de São Paulo e Guarulhos. "Tenho certeza que são poucos os que querem a greve, o que nos leva a crer que há alguém que tem interesse em

fazê-la", disse o ministro. Em seu sítio em Atibaia, Murilo Macedo tomou conhecimento das decisões das assembleias de São Paulo e Guarulhos e aguarda, com interesse, a posição do Sindicato de Osasco, que adiou uma tomada de posição.

O ministro do Trabalho lembrou que a partir do dia 1.º de novembro (que é a data-base para o reajuste dos metalúrgicos dos 3 sindicatos), entra em vigor a nova política salarial. Com a correção salarial, disse ele como exemplo, os trabalhadores receberão 60 por cento; o que os empresários oferecem a mais significa a produtividade, que no caso do Grupo 14, representa cerca de 5 por cento ou 6 por cento.

Murilo Macedo observou que se as negociações diretas prosseguirem, será discutido simplesmente o índice de produtividade. Greve decidida por São Paulo e Guarulhos, é ilegal", frisou ele.

— "Se houver piquetes e se houver incentivo à greve, a legislação será aplicada. O direito de ir ao trabalho será preservado. Já entrei-me com empresários, que deverão pedir às autoridades competentes a ação policial" - explicou o ministro. O ministro do Trabalho, que passava o fim de semana em seu sítio em Atibaia, retornou à tarde para São Paulo.

## A GREVE

"Embora os empresários tenham afirmado que não negociariam com os trabalhadores em greve, acho que eles devem se sentar a mesa de trabalho, encarando o movimento como um componente natural do processo, pois só assim será possível se encontrar um número que propicie o acordo

e o consequente retorno dos operários às fábricas. E os empresários devem levar em conta que a greve foi decidida por uma assembleia de 5 mil trabalhadores num universo de 400 mil operários".

A afirmação foi feita pelo advogado sindical e assessor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Almir Pazzianotto, para quem "não se pode aceitar a posição do Ministério do Trabalho de que com greve não se alcança um com resultado".

Para Almir Pazzianotto, "se o processo for levado a julgamento, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) terá que decidir à luz dos fatos, procurando dar a melhor interpretação a nova lei salarial. O tribunal não poderá ser mais realista que o rei e oferecer um aumento inferior ao apresentado pelos empresários. Os juizes do TRT não podem ser encarados como uma ameaça aos trabalhadores e sim como uma esperança de solução".

A posição adotada pelo Sindicato de Osasco, recusando-se a entrar em greve sábado, aguardando uma decisão da assembleia, não representa, segundo Almir Pazzianotto, qualquer revanchismo pessoal entre os presidentes dos dois sindicatos - Joaquim dos Santos Andrade (SP) e Henos Amorina (Osasco) - A divisão é natural - ressaltou - pois as características de composição da categoria de Osasco difere em São Paulo, já que é composta, na sua maioria, por grandes empresas, enquanto que na Capital, a composição, basicamente, é de pequenas e médias empresas, num total aproximado de 3.500.

45

46

# Ação da PM desarticula greve dos metalúrgicos paulistas

**São Paulo** — Uma ação fulminante da Polícia Militar praticamente desarticulou o movimento grevista, ontem, quando a partir da zero hora contingentes invadiram, ocuparam e prenderam os líderes e participantes dos piquetes, antes que entrassem em ação junto as fábricas.

O resultado dessas diligências foram mais sentidos nas Zonas Sul e Oeste da Capital, onde ficam as empresas de maior porte. Outros redutos e piquetes foram anulados nas Zonas Leste, Norte e Sudeste da cidade. Nessa primeira investida, a polícia prendeu cerca de 130 pessoas, levadas em caminhões ao DOPS, onde foram durante o dia submetidos a triagem.

## PROTESTOS

A ação policial provocou imediato protesto do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade, que considerou uma "violência" a invasão dos locais alugados pelo sindicato para sediarem os piquetes. "A greve foi decidida em assembléia do sindicato, é um movimento pacífico e a direção do sindicato assumiu a posição dos metalúrgicos".

Cerca das 10h houve uma reunião sob a presidência do delegado do Trabalho Onadyr Marcondes, que realizou mais uma tentativa de conciliação entre os representantes do Grupo 14 e dos Sindicatos dos Metalúrgicos da Capital e de Guarulhos. Reunião breve, sem resultado, finda a qual o delegado do Trabalho declarou-se fora do caso que passaria à Justiça Trabalhista para instauração do dissídio.

Durante todo o dia, o Ministro Murilo permaneceu em seu gabinete afora as duas horas em que esteve em visita ao Comandante do II exército, mantendo-se informado sobre o movimento. Em nenhum instante deixou de proclamar o fracasso da greve, e de manifestar a esperança de que o sindicato de Osasco, cuja assembléia se realizaria às 19h, não aderiria ao movimento.

Mas numa assembléia rápida, que durou menos de 20 minutos, também Osasco decidiu pela paralisação a partir de zero hora de hoje, e já mobilizava os piquetes. Seu presidente, Henos Amorina, no entanto, logo após a decretação da greve, considerou a decisão da assembléia precipitada. E que numa previsão otimista, poderiam parar cerca de 60% dos metalúrgicos.

Hoje, às 10hs, haverá a audiência de conciliação convocada pelo Tribunal Regional do Trabalho. Admitem os membros do Grupo 14 que o julgamento do dissídio poderá ser imediatamente após.

Estimativas da adesão à greve (até 19h)	
Sindicatos	165.200 (40%)
DRT (projeção)	120.900 (30%)
FIESP-Grupo 14	32.400 (8%)
DOPS	80.000 (20%)
Universo: 403 mil metalúrgicos, segundo os dois sindicatos.	

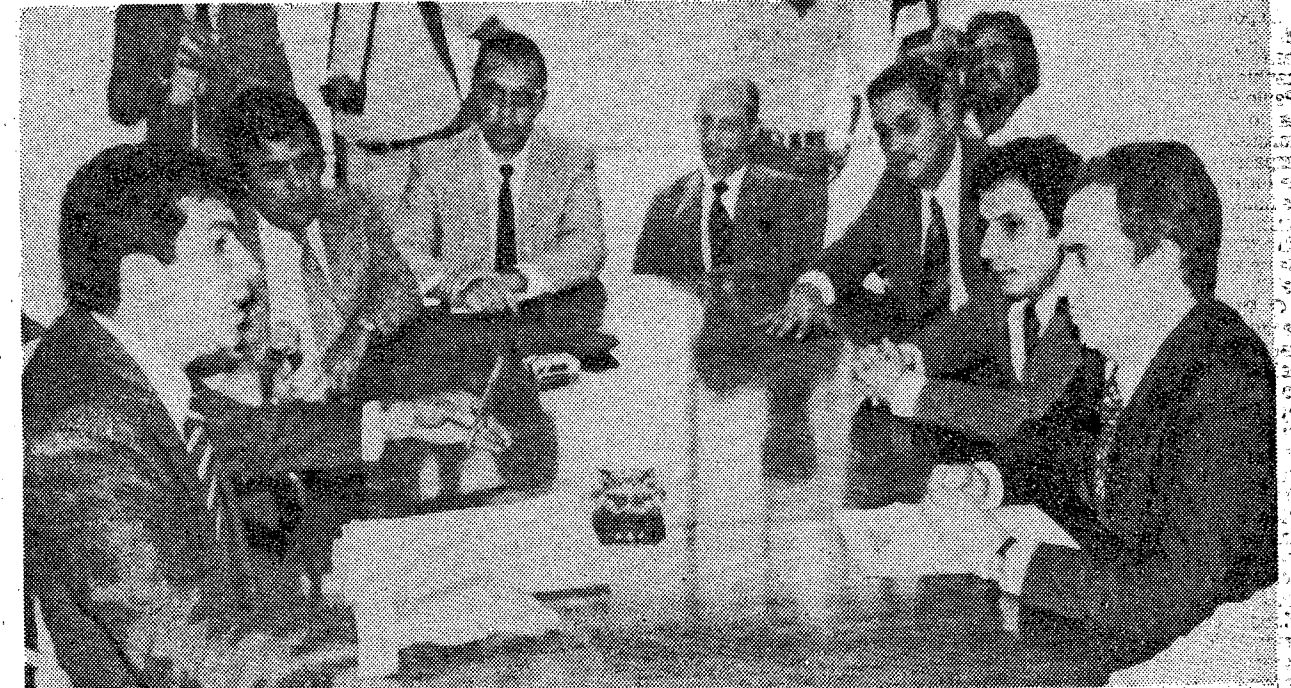
## DOPS interroga 173 presos em piquetes

A PM deteve 173 integrantes de piquetes e os levou ao DOPS, onde ainda permaneciam ontem à noite, quase 100 pessoas para prestar declarações. As prisões começaram na noite de domingo, incluindo dois padres, um seminarista e seis dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

O diretor da Divisão de Ordem Social do DOPS, delegado Edsel Magnotti, afirmou que apenas 20% dos metalúrgicos participaram da greve, dos quais 10% "contra a vontade", porque várias indústrias deixaram de funcionar, considerando "imminente" o esvaziamento total da greve.

## Os presos

Todos os detidos são identificados, fichados e soltos depois de prestarem declarações. Segundo o DOPS, a maioria dos presos foram os participantes dos piquetes.



O advogado Pazzianotto (E) lembrou que a boa vontade agora tem de partir do empresariado

## Ministro diz que greve "furou"

"A greve furou em São Paulo e Guarulhos, pois as últimas informações que recebi indicavam que apenas de 10 a 15% dos metalúrgicos pararam, enquanto o pessoal da noite está comparecendo normalmente ao trabalho", afirmou o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo.

Depois de observar que "tem mais coisa atrás da greve que a questão salarial", o Ministro afirmou: "A intervenção nos sindicatos só se justifica quando se comprova que os dirigentes sindicais incitaram à greve. Até agora, não tenho elementos que comprovem esse envolvimento".

## Infiltração

Segundo o Sr Murilo Macedo, há "interesse estranhos por trás da greve", pois os Inspetores de Trabalho verificaram que, nos chamados "piquetes de convencimento, grande parte das pessoas não eram operários metalúrgicos. Não sei qual a profissão dessas pessoas, mas não eram metalúrgicos".

Para o Ministro, a greve "foi um fracasso, primeiro porque o operário não quer a greve, como mostraram os últimos movimentos grevistas. Em segundo lugar, porque, com a nova lei salarial, os operários que ganham até três salários mínimos vão receber quase 60% e mais 5,2% de produtividade".

Com base na nova lei, o Sr Murilo Macedo fala que "difícilmente Osasco entrará em greve, porque estão discutindo percentuais pequenos. Foi informado de que há possibilidade de as negociações

continuarem independentemente da assembléia de hoje".

O Ministro reafirmou que a greve é "manifestamente ilegal", porque realizada antes da data-base, mas lembrou que a ilegalidade só poderá ser decretada pelo Tribunal Regional do Trabalho. Somente nas greves em atividades essenciais, cabe ao Ministério decretar a ilegalidade.

## II Exército

"Uma visita protocolar que estava programada antes de qualquer greve", foi a alegação do Ministro após uma hora de conversa com o General Milton Tavares de Souza, no Gabinete do Comandante do II Exército.

A saída, declarou que a luta dos sindicatos por melhores condições de vida para os brasileiros é correta: "O Governo reconhece que o empregado não tem culpa na inflação, e com a nova lei passa a reajustar salários em função da corrosão dessa inflação. A mobilização trabalhista deve ser feita apenas pelo aumento real e por condições de vida, como higiene, segurança do trabalho etc."

"Todo o Governo está preocupado com a ação social, para proporcionar ao homem brasileiro melhores condições de vida. O sindicato abrange uma linha muito importante neste projeto de melhoria, portanto não deve fazer política partidária dentro do organismo. O sindicato deve lutar por melhores condições de vida para o trabalhador, e não fazer política. Acho que está na hora dos nossos sindicatos lutarem por estas condições de vida, pois com a nova lei salarial já damos ao operário aquilo que antes ele tinha de lutar".

## Eletricitários param no Recife

**Recife** — Embora ameaçados de demissão, boa parte dos funcionários da Celpe (Companhia de Eletricidade de Pernambuco) pararam de trabalhar ontem, participando de assembléia no pátio do edifício-sede durante todo o dia, para reivindicar melhores salários. A tarde, havia lugares da cidade sem luz, por defeitos na rede.

No Centro de Operações de Bongi, de manhã praticamente só trabalhavam os funcionários do serviço de urgência. Mas todas as atividades cessaram às 14h, quando as viaturas de reparos foram bloqueadas e paralisados os serviços de conserto de urgência e manutenção, os geradores, porém, continuaram funcionando.

## ASSEMBLÉIA

A Celpe é a única empresa que não negociou, nem fez acordo, com os empregados nos últimos oito meses, insistindo em só dar o aumento oficial (50% em outubro). Os funcionários reivindicam aumentos de 77,6% até 91,6%. Para a assembléia convidaram o presidente da empresa, Sr Murilo Paraiso, que não apareceu.



...uetes possuíam panfletos dando a greve decretada antes de haver tal decisão. Para o DOPS, isso indica que, para o comando grevista, ela seria decretada de qualquer maneira.

Entre os detidos está o metalúrgico Joaquim Venturini, que já pertenceu à VAR-Palmares; preso em 1970, foi condenado a 18 meses de prisão pela 1ª Auditoria da 2ª CJM, na que já cumpriu. Afirmou, no DOPS, que participou da greve porque sabia que os patrões não chegariam aos 83%, pretendendo levar o movimento adiante para verificar até que chegaria a proposta dos empresários.

Foram detidos, também, entre os participantes de piquetes, os Padres Antônio Luiz Marchioni e Renato Silveira Martins, o seminarista Assis Donizetti de Carvalho e os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo: Guedes da Silva, José Gregório de Jesus, Amável Arrocha, Antônio Lauro Campanha, Manoel Luiz da Silva e Lídio Joaquim de Araújo.

A lista de detidos inclui, ainda, Franco Farinazzo que, segundo o DOPS, pertenceu ao PORT (Partido Operário Potiskista) e Stanislaw Szermeta, apontado como membro POC (Partido Operário Comunista). De acordo com as autoridades, Lourdes Sola Paula Vieira, de 22 anos, também detida, não trabalha há quatro meses, mas pertencia ao comando de Mobilização da Greve.

Logo no início da manhã, o CBA (Comitê Brasileiro pela Anistia) colocou à disposição dos sindicatos pelo menos 20 advogados.

## Paralisação chega até 84 indústrias

O delegado regional do Trabalho, Onadyr Marcondes, destacou 100 inspetores para trabalhar na greve dos metalúrgicos. Até o meio-dia havia recebido 39 notificações de empresas, que dizem enfrentar paralisações parciais ou totais. As 16h, eram 84.

O Sr Onadyr Marcondes afirmava ao meio-dia que a greve atingia 30 mil metalúrgicos. À tarde, quando começou a receber os relatórios dos inspetores, acreditava que o movimento se retraía, com pouca participação: "Para se ter uma idéia, de 30 empresas que fomos averiguar, apenas duas tinham paralisado totalmente".

## Greve de Poucos

Os trabalhadores realmente não queriam a greve. A ausência deles nas assembleias era um sintoma disso. O acordo salarial já está feito, com a grande maioria dos metalúrgicos permanecendo no trabalho. Essa greve até agora está mesmo fracassada", comentou.

O Sr Onadyr Marcondes informou que "a ação da polícia ocorreu apenas para dissolver os piquetes. Não temos notícias de violência policial. Os piquetes também foram realizados pacificamente". E observou: "Houve uma recomposição dos salários nos últimos dois anos, e isso diminuiu o ímpeto da greve, que deixou de ser novidade para os trabalhadores. Temos tido mais negociações do que greve".

Segundo informações da DRT, estavam relacionadas com empresas com greve — parciais ou totais — grandes indústrias, como a Sofunge, a GTE, Arno, Ford do Brasil, Volkswagem (Ipiranga), Monark, AEG Telefunken do Brasil, Siemens e Duratex (Água Branca e Cambuci). A Metal Leve foi inicialmente relacionada, mas, segundo o delegado, "ela não saiu da lista porque nosso inspetor constatou que lá não há greve".

## Assembleia de Osasco adere em 20 minutos

Assembleia com pelo menos 1 mil pessoas decretou greve dos metalúrgicos de Osasco a partir da meia-noite de ontem. A decisão, tomada em 20 minutos, sem discursos, foi considerada "um desastre" pelo presidente do Sindicato local, Henos Amorina; mas como "vai ter que dar certo", ele acredita que vão "parar mais ou menos 60%".

O Sr Henos Amorina criticou também os empresários: "O Alberto Villares (do Grupo 14) telefonou propondo novas negociações depois da assembleia iniciada. Nós estivemos lá (na FIESP) durante toda a tarde e eles foram inflexíveis. Isso foi seguido da convocação do Tribunal Regional do Trabalho." (para uma reunião às 10h de hoje).

## Padre Nosso

A assembleia começou com uma oração, o Padre Nosso, seguida de leitura da ata da proposta de que a votação da greve antecedesse aos pronunciamentos. Proposta aprovada, a greve teve dois-terços do plenário. Imediatamente começou a organização dos piquetes.

Ficou acertado que os piquetes iriam para a fábrica da Osram às 22h (início do turno) e à meia-noite para a Braxicos e a Cobrasma. A recomendação era para não serem aceitas provocações: "Estejam conscientes de sua decisão."

O Senador Franco Montoro (MDB-SP) procurou ajudar na mediação da greve dos metalúrgicos, indo inicialmente à sede do sindicato da categoria, na Capital, e depois ao gabinete do Ministro do Trabalho, "para trazer minha preocupação e fazer um apelo para que cessem as violências contra os trabalhadores".

"Conversei com o delegado-geral do DOPS, Romeu Tuma, e lhe pedi que liberasse os trabalhadores presos. Pelo que soube, foram 132 na Capital e 40 em Guarulhos, até as 12h. Pedi que a polícia respeitasse o direito dos trabalhadores, de não trabalhar. Ele mostrou disposição de nos atender".

## Reunião da DRT-SP nada decide

Logo após o Grupo 14 da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) pedir à DRT a instauração do dissídio coletivo, o delegado Onadyr Marcondes marcou mesa-redonda entre as partes. Nenhum dirigente sindical compareceu (só advogados), não houve acordo e o processo seguiu para o Tribunal Regional do Trabalho.

Pelo Grupo 14 compareceram os Srs Alberto Villares (assessor jurídico), Carlos Uchoa Fagundes (coordenador) e Cláudio Cutri Roblez; pelos empregados, os advogados Almir Pazzianotto (da Capital), João Sadi e Marcelo Gato (de Guarulhos). A mesa esteve também o Procurador da Justiça Trabalhista, Carlos de Menezes Faro Filho.

## Radicalismo

Na mesa-redonda, o advogado Benjamin Monteiro reiterou que os empresários mal tinham a contraproposta apresentada sexta-feira, com aumentos escalonados de 57% e 66%, e afirmou: "Se radicalismo houve, foi por parte dos sindicatos dos trabalhadores, que sequer nos deram uma contraproposta. Lembro que nossa proposta é boa, tanto pelo ângulo da política salarial atual, quanto pela que entrará em vigor dia 1º".

O advogado Almir Pazzianotto (também deputado estadual do MDB) respondeu: "Mais uma vez o quadro se repete, com os empresários dificultando as negociações. O patronato, embora de forma cheia de cavalheirismo, procura inverter o quadro e colocar-se como vítima. Por parte dos trabalhadores não houve radicalismo. Eles apenas não anuíram as primeiras propostas patronais, pois entendem que elas podem ser melhoradas".

"Todos aqui sabem a quanto a inflação está e também o custo de vida. Antes era o fator único de reajustamento salarial do Governo que entravava as conquistas dos trabalhadores. Agora é a nova política salarial, com o INPC, que é uma interrogação. Se a greve existe hoje ela se deve ao procedimento dos empresários. A greve, na verdade, é legal e um direito do trabalhador. Apresentamos mais um protesto pela posição patronal, porque ele não contribui em nada para o aprimoramento das relações amistosas com os trabalhadores".

Apesar do apelo do Sr Almir Pazzianotto, o

O Senador emedebista acrescentou: "o movimento dos metalúrgicos é pacífico. As reivindicações dos trabalhadores se colocaram em linha de rigorosa justiça. É desejável a negociação para que se chegue a um bom termo com a maior brevidade possível. Ninguém tem interesse na continuação da paralisação. Os trabalhadores são os primeiros a se interessar por uma solução".

Lembra que, quando era Ministro do Trabalho, "nunca houve solução de greves através da força policial. Sempre procurei ser mediador, afinal essa é a função do Ministro do Trabalho. Era através da negociação que chegávamos a um acordo".

Procurador da Justiça Trabalhista, requereu o encaminhamento do processo ao TRT, para que marcase uma audiência de instrução e conciliação. O delegado Onadyr Marcondes lamentou o resultado da mesa-redonda, e disse depositar esperanças na nova política salarial, "porque hoje vivemos momentos extremamente atribulados, que exigem muitos sacrifícios dos trabalhadores".

## Greve furada

O advogado Benjamin Monteiro afirmou, após a mesa-redonda: "A greve dos metalúrgicos é furada, feita por uma pequena minoria. Se os representantes dos trabalhadores dizem que 130 mil trabalhadores estão parados, acho que isso é uma questão de ponto-de-vista. Mesmo assim, admitindo que fossem 130 mil parados, ela teria então 25% do total. Assim, continuaria sendo uma greve furada do mesmo jeito. Os dias parados não serão pagos aos grevistas, por uma questão de bom senso".

O Sr Alberto Villares disse que até as 15h o movimento estava restrito a 30 mil trabalhadores, "de acordo com informações que temos recebido das empresas. Mas esse dado não é preciso, pois não temos um departamento apropriado para cuidar disso. Ainda é cedo para se fazer uma avaliação dos possíveis prejuízos das indústrias".

O coordenador da Comissão Executiva do Grupo 14 afirmou ainda: "Hoje (ontem) a greve está sendo seguida por menos de 10% de toda a categoria, mas lembro que há um ano, no último dissídio, no primeiro dia do movimento grevista, cerca de 80% a 90% dos trabalhadores pararam".

"Atribuímos isso ao fato de a nossa proposta ser boa, superior aos índices do Governo, tanto pela política atual como pela nova. A nossa proposta tirou o interesse pela greve por parte dos trabalhadores. Essa greve tem um objetivo prático muito reduzido. Não há o que ganhar com ela. É mais uma questão política do que econômica".

O Sr Almir Pazzianotto comentou: "Agora o processo foi para o TRT e será tomada mais uma decisão processual. A greve continuará e as negociações também poderão continuar, mas lembro que o primeiro gesto de boa vontade deverá ser dado pelos patrões".

## Sindicalista quer central única

Porto Alegre — O secretário-geral da UITA (União Internacional dos Trabalhadores da Alimentação), Dan Gallin, afirmou ontem que é necessária a criação de uma central única de trabalhadores no Brasil, por ser "sintoma de que existe democracia no país, além de fortalecer o movimento sindical".

O Sr Dan Gallin e representantes de 14 países participam, em Porto Alegre, da 7ª Conferência Latino-Americana dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, que começou ontem e termina amanhã. No final será apresentado um documento com recomendações, a ser encaminhado aos Governos dos 14 países.

## Direitos sindicais

O secretário para a América Latina da UITA, o uruguaio Enildo Iglesias, afirmou, em entrevista, que a característica fundamental da região "é a falta de direitos fundamentais dos trabalhadores", como o de greve, consequência

Membros da Comissão de Reivindicação informaram que, ele ameaçou enquadrar os líderes do movimento na Lei de Segurança Nacional, além de tratá-los de modo grosseiro. Durante a assembleia, oradores afirmaram que 60% dos funcionários ganham menos de dois salários mínimos regionais, com 20% recebendo Cr\$ 1 mil 852.

Houve manifestação diante do Centro de Operações de Bongi a partir das 14h. Três horas depois chegaram oito viaturas, com uns 40 policiais; depois apareceu um caminhão-choque, para garantir o trabalho. Ninguém quis e houve uma série de protestos contra o aparato policial. O comandante do policiamento pediu reforço por rádio, mas afirmou que os operários se comportavam bem.

Os operários fizeram uma assembleia na rua, decidindo ficar ali, sem voltar ao trabalho, enquanto a empresa não apresentasse uma contraproposta.

## AÇÃO DA PM

Havia cerca de 500 funcionários no pátio externo do Centro de Operações, quando a PM resolveu evacuar o local, às 19h. O Tenente Falcão procurou um líder, Sr José Ferreira Lima, e informou:

— Os delegados (de polícia) não chegaram, e quem tem que negociar sou eu mesmo. Vocês devem abandonar o pátio, pois nós temos ordem de evacuar o prédio e vamos fazê-lo.

— Agora mesmo fizeram uma covardia conosco. Um dos da Comissão de Greve saiu para comprar nosso lanche e não pôde entrar. Nós queremos saber se nós decidirmos não nos retirarmos, o que pode acontecer.

— A gente tira vocês a força, porque a ordem é evacuar o prédio. Damos meia hora a vocês, e resolvam fazer o que acharem melhor.

Os 100 homens da PM, armados com cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo, se prepararam para a espera. Os funcionários decidiram, porém, continuar a reunião numa praça. A intenção era não voltar ao trabalho hoje.

## EXPLICAÇÕES

O Sr Murilo Paraíso primeiro se negou a receber a imprensa, mas depois mudou de ideia. Negou ter feito ameaças, mas lembrou que o movimento era ilegal, por ser atividade essencial à segurança pública, e que, se continuasse, ele usaria repressão — "evidentemente". A seguir, consumiu muito tempo para justificar a política salarial da Celpe.

Afirmou que pelo menos 20% dos operários ganham menos de Cr\$ 2 mil, mas disse que tentará mudar a data-base do dissídio de outubro para novembro, a fim de beneficiá-los com a nova política salarial. Além disso, esteve três vezes com os Ministros do Trabalho e das Minas e Energia, buscando uma forma de dar um aumento de acordo com os custos do serviço, mas recebeu resposta negativa.

*97*

• GREVE DOS METALÚRGICOS •

# Mais de 100 prisões

*No primeiro dia de greve em São Paulo e Guarulhos houve repressão policial com número superior a 100 detenções. Foi inaturado o dissídio coletivo*

Inúmeros metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos foram detidos pela polícia nas primeiras horas de greve. O maior número de prisões ocorreu na capital, onde tropas da Polícia Militar invadiram as subseções do Sindicato dos Metalúrgicos em 8 locais diferentes, recolhendo até faixas e cartazes incitando os trabalhadores à paralisação.

No bairro de Santo Amaro, onde trabalham mais de 100 mil dos 350 mil metalúrgicos da capital, ocorreram mais de 100 prisões. Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da capital, Joaquim dos Santos, "a polícia investiu contra as nossas sedes, intimando os trabalhadores como se fossem criminosos vulgares e obrigando-os a entrar em caminhões da PM, onde ficaram sendo guardados até por cães pastores".

As greves dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos foram decididas no domingo, em assembleias isoladas. Os metalúrgicos de Osasco reúnem-se para discutir sua paralisação. Os trabalhadores reivindicam, agora, do grupo 14 da Fiesp, pelo menos sem escalonamento, segundo declarou Joaquim dos Santos.

Há exatamente um ano começava em São Paulo e na Região do ABC a greve dos metalúrgicos. A paralisação foi quase total e durou cerca de um mês, registrando-se inúmeros confrontos com as tropas da Polícia Militar e centenas de prisões de trabalhadores que ficaram fichados no DOPS.

De acordo com Joaquim dos Santos e seu companheiro Edmilson Felipe Neri este presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos "não foram montados piquetes e todos os operários presos foram desalojados de seus sindicatos ou subseções, sem oferecer qualquer resistência".

Já às primeiras horas da manhã, o CBA - Comitê Brasileiro de Anistia, ao tomar conhecimento do volume de prisões de metalúrgicos, colocou à disposição dos sindicatos de São Paulo e Guarulhos mais de vinte advogados para prestar assistência jurídica aos presos. Nas primeiras tentativas de diálogo com as autoridades do DOPS não houve qualquer progresso.

São Paulo - Tão logo o Grupo 14 da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) deu entrada na Delegacia Regional do Trabalho do pedido de instauração do dissídio coletivo, o delegado Onadyr Marcondes marcou uma mesa redonda entre os empresários e os representantes dos metalúrgicos. Essa reunião foi rápida e nela não se chegou a nenhum acordo, sendo o processo remetido ontem mesmo para o Tribunal Regional do Trabalho.

A mesa redonda compareceram Benjamin Monteiro, assessor jurídico do Grupo 14, Alberto Villares, coordenador do Grupo 14, Carlos Eduardo Uchoa Fagundes e Claudio Cutri Roelles, também integrantes do Grupo 14. Pelos trabalhadores compareceram os advogados Almir Pazzioanotto (metalúrgicos da Capital) e João Sadi e Marcelo Gato (metalúrgicos de Guarulhos). Nenhum dirigente sindical foi a DRT. Também esteve presente a reunião o Procurador da Justiça Trabalhista, Carlos de Menezes Faro Filho.

Na mesa redonda o advogado Benjamim Monteiro reiterou que os empresários não tinham nova contraproposta, continuando válida a apresentada na última sexta-feira, que concedia aumentos escalonados de 57 a 66 por cento. Afirmou que "se radicalismo houve foi parte dos sindicatos dos trabalhadores, que sequer nos deram uma contraproposta. Lembro que nossa proposta é boa, tanto pelo ângulo da política salarial atual como pela que entrará em vigor dia 1º".

O advogado Almir Pazzioanotto (também deputado estadual do MDB) falou que "mais uma vez o quadro se repete, com os empresários dificultando as negociações. O patronato, embora de forma cheia de cavalherismo, procura inverter o quadro e colocar-se como vítima, por parte dos trabalhadores não houve radicalismo. Eles apenas não anunciaram as primeiras propostas patronais, pois entendem que elas podem ser melhoradas".

Comentou que "agora o processo foi para o TRT e será tomada mais uma decisão processual. A greve continuará e as negociações também poderão continuar, mas lembro que o primeiro gesto de boa vontade deverá ser dado pelos patrões".

Há uma enorme contradição a respeito do número de metalúrgicos em greve em São Paulo e Guarulhos. Para a Federação das Indústrias eles não passam de trinta mil enquanto o Sindicato dos Metalúrgicos assegura que 130 mil pararam. Por seu lado o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, que perma-

neceu todo o dia em São Paulo, afirma que os grevistas não vão além de 15 por cento da categoria, ou seja, cerca de 35 mil. São poucas as fábricas que pararam totalmente. Durante a madrugada e nas primeiras horas da manhã, o DOPS prender cerca de 150 grevistas e à tarde informava que vários deles contam com antecedentes, na Ordem Social, como agitadores. Durante a tarde houve reunião entre os empresários do grupo 14 e os dirigentes do Sindicato de Metalúrgicos de Osasco. A proposta patronal foi discutida, à noite, em assembléia da classe. Os metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos recusaram a proposta patronal durante mesa redonda realizada na Delegacia Regional do Trabalho e por isso vai ser instaurado dissídio coletivo.

## Visita protocolar de Macedo



São Paulo - "Uma visita protocolar que estava programada antes de qualquer greve", foi a alegação do ministro do Trabalho, Murilo Macedo que ontem por mais de uma hora manteve diálogo com o

general Milton Tavares de Sousa no gabinete do comandante do II Exército. Antes de deixar o QG falou a imprensa que a luta dos sindicatos por melhores condições de vida dos brasileiros é correta.

"Se o governo reconhece que o empregado não tem culpa da inflação e, com a nova lei passa a reajustar salários em função da corrosão dessa inflação, a mobilização trabalhista deve ser feita apenas para o aumento real e por condições de vida, como higiene, segurança de trabalho etc. Todo o nosso Governo está preocupado com a ação social de proporcionar ao homem brasileiro melhores condições de vida. O sindicato abrange uma linha muito importante nesse projeto de melhoria, por tanto não deve fazer política partidária dentro do organismo. Sindicato deve lutar por melhores condições de vida do trabalhador e não fazer política. Acho que está "na hora dos nossos sindicatos passarem a lutar por essas condições, pois com a nova lei salarial já demos ao operário aquilo para o qual antes ele tinha de lutar".

*Não houve acordo na DRT*

*05 10 79 130*

• DÉLIO •

# A greve é um direito

“O racionamento de combustível é quase uma necessidade no Brasil. O preço passou rapidamente de Cr\$ 3,00 a Cr\$ 22,00 e chegará a Cr\$ 25,00 ou Cr\$ 30,00 até o final do ano. A preocupação não é só do governo, deve ser de todos nós, não vejo outra saída que não seja o racionamento. E, aproveitando que o governo está voltando à convivência democrática, acho que este é o momento da sociedade brasileira contribuir com sugestões, já que o governo está com as mãos estendidas para recebê-las - disse ontem o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Délio Jardim de Matos.

O ministro veio a Curitiba para visita de inspeção à Escola de Oficiais da Aeronáutica, que comandou no período de 11-11-66 a 8-9-70. Délio explicou que as informações prestadas pelo presidente João Figueiredo e pelo ministro do Planejamento Delfim Netto, quando o primeiro dizia que há necessidade de racionamento e o outro dizia o contrário, foi porque o presidente está preocupado com a situação e por outro lado o ministro está vindo da área exportadora de petróleo e pode ter outras informações.

A dívida externa que o Brasil possui não preocupa o ministro da Aeronáutica, pois ele está vendo muita gente querendo emprestar dinheiro para o País, provando assim que temos garantias. “O nosso potencial permite. Não há banqueiro que empreste sem garantias. Não corremos o risco de penhorar o País, temos potencial. Também não há preocupações sobre a questão de que o problema de ordem social e político influencie a abertura”.

O brigadeiro Délio Jardim disse que quando o presidente falou em anistia,



DEFINIÇÃO

*Délio: não haverá retrocesso.*

parecia que estava decretando pena de morte a todos os presos. Hoje afirmou ele, temos de 7 a 12 presos políticos. Se ele está dando o indulto é somente para apressar, e acho que o Teodomiro fugiu errado, pulou o muro quando o portão estava aberto. O Brasil não tem ambiente para retrocesso. Hoje a crise maior é importada. O problema é o petróleo. É um problema que está acontecendo em outros países, uma inflação de 17% nos Estados Unidos é uma barbaridade. Estão todos sofrendo com isso, mas ninguém se alimenta de petróleo”.

Disse que na Aeronáutica ele está fazendo um grande esforço para economizar combustível, onde o grande problema é óleo diesel e óleo combustível, sendo a gasolina de pouca utilidade. O Brasil atualmente está exportando

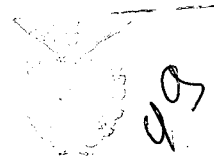
aviões e equipamentos bélicos: “Não devemos ser tão puritanos a ponto de não vender armamentos. Se não vendermos outros vendem”.

Sobre as greves que estão acontecendo em todo o País, sentida em Curitiba nos últimos dias, o ministro disse que são o direito que a democracia dá ao trabalhador. Disse ainda que o sindicato deve ser um elo entre patrão e empregado e não de inimizade. “O direito de greve é uma arma para a defesa dos interesses do trabalhador. O governo está preocupado tanto como nós de que o trabalhador ganha pouco, mas um maior entendimento entre empregados e empresas deve existir, pois isso é uma verdadeira democracia”.

O ministro da Aeronáutica manifestou-se contra a legalização do partido comunista no Brasil, já que o comunismo prega a ditadura do proletariado. Disse que como é contra a ditadura e sempre foi a favor da democracia, não aprova o comunismo e citou 1935 como um exemplo. Considerou bastante útil para o País o desenvolvimento da energia nuclear, afirmando que na época do carvão o Brasil não possuía carvão, na época do petróleo o Brasil não possui petróleo, então temos que ter energia nuclear para o próximo século. “O Brasil, poderá exportar tecnologia nuclear em troca de petróleo se for útil do País”.

Falando na crise Irã - Estados Unidos, o ministro disse que não sabe em que bloco vamos ficar, apenas devemos defender a nossa soberania e nossos interesses. “Está tudo tranquilo no Brasil e se eu visse qualquer ameaça já estava morando no Uruguai. Só que eu não tenho uma fazenda lá como o Brizola...”.





## Metalúrgico mantém a greve que Ministro não reconhece

São Paulo — "A maioria quer trabalhar, mas cerca de 2 mil impedem que isso ocorra. Na verdade, não há uma greve de metalúrgicos, e sim uma minoria que procura a desordem", afirmou o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, após a decisão tomada ontem pelos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos de continuarem a paralisação iniciada no dia 28 de outubro.

O Ministro, que prometeu um pronunciamento para hoje, depois que analisar a decisão da classe, acrescentou que a questão da legalidade do movimento dos metalúrgicos está sub judice, pois a decisão do TRT de não julgar o seu mérito prevê a possibilidade de recurso. "Só posso falar em greve caso ela ocorra, e essa greve nunca existiu, sendo tudo uma questão de ordem", concluiu.

### A decisão

A continuação da greve foi decidida por cerca de 3 mil metalúrgicos de São Paulo e 1 mil 500 de Guarulhos — menos do que se esperava, nas duas assembleias — por proposta do comando-geral do movimento, que não deixou ser votada, na assembleia realizada nesta Capital, proposta do presidente do Sindicato, Joaquim dos Santos Andrade, de nova reunião amanhã.

Essa reunião, segundo decidiram os metalúrgicos, será hoje, às 15h, em frente ao Sindicato, de onde sairão em passeata até a Catedral da Sé, para a missa de sétimo dia do operário Santo Dias da Silva, morto a tiro no início da semana passada durante um choque entre a polícia e um piquete de greve, em frente à metalúrgica Sylvania.

Na reunião de ontem, a maioria dos oradores fez referência à morte de Santo Dias da Silva, e foi lida uma carta de sua mulher, pedindo que os trabalhadores continuassem a luta pela qual seu companheiro se empenhou e foi morto. A cada menção ao seu nome, parte da plateia gritava palavras de ordem: "Santo, você está presente".

Membros do comando da Zona Sul exigiram que Joaquim dos Santos Andrade definisse a posição da diretoria do Sindicato. Debaixo de vaias, ele disse que "somente haverá condições de renegociar o acordo com os patrões se o índice de paralisação atingir de 70 a 80% da classe", composta de 350 mil metalúrgicos.

"Sabemos que o Ministério do Trabalho poderá intervir no Sindicato. Não sei se segunda ou terça-feira", afirmou o presidente da entidade, alertando que a paralisação na segunda-feira passada foi muito pequena e que aumentou para 80% em Santo Amaro, na quinta-feira, à custa de piquetes".

Joaquim dos Santos Andrade foi acusado pelos membros do comando da Zona Sul de "fazer o papel de mediador entre trabalhadores e patrões" e de "não assumir a linha de frente do movimento". Assinalaram que "a greve não é só contra os patrões, mas também contra o Governo" e que "ela tem de prosseguir com ou sem a diretoria do Sindicato".

Durante a assembleia nesta Capital, o metalúrgico que se identificou como Vicente Espanhol tentou insuflar a classe contra os jornalistas presentes. Afirmava que "os jornais não estão do nosso lado, estão claramente do lado dos patrões".

### Greve Política

Ao ser informado da decisão de ontem dos metalúrgicos o delegado regional do Trabalho, Onadir Marcondes, declarou que "esta greve já é caracterizadamente política", esclarecendo que há no movimento uma forte influência da política sindical. As oposições, disse, estão pressionando os atuais dirigentes da classe e forçando a paralisação para acentuar a divisão dentro das entidades sindicais. Em segundo lugar, "há um componente compreensível, mas nitidamente emocional, resultante da morte do operário na semana passada; e, em terceiro lugar, há uma minoria atuante contra o Governo, procurando incentivar o movimento que já surgiu esvaziado e cuja tendência é esvaziar ainda mais".

O presidente da Federação das Indústrias do Estado (FIESP), Sr. Theobaldo de Nigris, declarou ontem que "a greve dos metalúrgicos é furada, sem sentido". Esperávamos que todos voltassem ao trabalho, mas isso não ocorreu. Agora não sabemos se aceitaremos a decisão do TRT, que elevou em 1% o índice proposto por nós para reajuste dos salários da classe".

Informou que o Grupo 14 da FIESP, terá reunião hoje à tarde, para tomar uma decisão.

## Inquérito apura a morte de Santo

São Paulo — Um número ilimitado de pessoas prestará depoimento a partir das 14h de hoje, na Corregedoria do Degrã — Departamento das Delegacias Regionais de Política da Grande São Paulo — para ajudar no esclarecimento da morte do metalúrgico Santo Dias da Silva, atingido na última terça-feira com um tiro, quando participava de um piquete.

Preside o inquérito policial o delegado Francisco de Camargo Lima. Todas as pessoas serão ouvidas na presença do promotor público Luis Antônio Fleury Filho e dos advogados José Carlos Dias e Luis Eduardo Grenhalgh, da Comissão de Justiça-Paz da Cúria Metropolitana de São Paulo.

### Testemunha-chave

A testemunha-chave que o delegado resguardou até agora é um dos três operários detidos no dia da morte de Santo Dias da Silva e que inicialmente foi indiciado em inquérito no 43º DP, acusado de incitação à greve, resistência, lesões corporais e homicídio.

Essa testemunha dirigiu-se ao delegado terça-feira à noite, dentro ainda do Distrito Policial, e teria dito mais ou menos o seguinte: "Tenho mais coisas a falar para o senhor. Assisti a tudo e sei quem atirou. Posso reconhecer o PM que atirou em Santo em qualquer lugar. Dele não me esqueço mais. Só não falei isso antes porque estava com medo. É que fui

ouvido por um escrivão e escoltado por policiais militares que também estavam na repressão ao piquete".

Ao delegado Camargo Lima não interessa saber os motivos do disparo, se proposital, acidental ou em legítima defesa. Ele quer, única e tão-somente, saber quem atirou, ouvir as testemunhas, proceder a reconstituição e depois encaminhar o inquérito à Justiça.

### Conselho de Erasmo

"O menos culpado pela morte do operário é o policial que disparou o tiro", afirmou o Deputado federal Antônio Erasmo Dias (Arena-SP), ao criticar as autoridades que permitiram que a polícia comparecesse armada na repressão aos piquetes dos metalúrgicos.

Secretário de Segurança no Governo Paulo Egídio Martins, quando ocorreram as primeiras greves e manifestações públicas no país desde 1968, o Coronel Erasmo Dias lembrou que no seu período na Secretaria era proibido ao policial portar armas no controle de greves e movimentos de rua:

"O remédio para controlar piquetes, manifestações e atos públicos são jatos de água fria para esfriar a cuca e bombas de gás lacrimogênio, para fazer o pessoal chorar um pouco. Isso é suficiente."

## Bancários denunciam perseguições

João Pessoa — Depois de denunciarem pressões, intimidação psicológica e perseguição de toda espécie contra diretores do Sindicato, os bancários da Paraíba enviaram memorial ao Governador Tarcísio Buriti solicitando o imediato afastamento do presidente do Banco do Estado, Sr. Malaquias Temóteo de Souza, apontando como principal responsável pela campanha.

De acordo com a denúncia, o presidente do Banco vai desde a insinuação até a exigência da renúncia dos cargos para os quais funcionários do BEP foram eleitos no Sindicato, "sob pena de dispensa das respectivas comissões, retirada de abono de dedicação exclusiva e outras vantagens".

### As Pressões

Segundo a denúncia, resistiram às pressões

da Silva, Jurandir Tavares dos Santos e Zula-mar Ferreira da Silva. O primeiro foi dispensado da função de inspetor e sua mulher, também funcionária perdeu o cargo de comissão. O segundo teve retirado seu adicional de dedicação exclusiva e o último foi impedido de ter acesso a melhor função, sendo preterido em benefício de outro funcionário sem a sua mesma qualificação.

Os bancários denunciaram, ainda, que sete companheiros, do BEP, foram obrigados a apresentar renúncia dos cargos para os quais tinham sido eleitos no Sindicato. A razão da atitude do presidente do Banco seria a impossibilidade de registro de uma chapa de oposição, na eleição sindical, liderada pelo Sr. Rui César de Vasconcelos Leitão, gerente de recursos humanos do BEP. "Eles tentaram impugnar a eleição, mas não conseguiram. E partiram para as pressões e intimidações", diz a denúncia.

PT 1072 a-130



# PM de São Paulo arromba igreja e espanca metalúrgicos

São Paulo — Foto de Isaías Feitosa

São Paulo — Após lançar bombas de gás lacrimogêneo pelas janelas da Igreja do Socorro, a PM arrombou a porta lateral e expulsou a golpes de cassetetes cerca de 350 metalúrgicos e membros do Comando de Greve da Zona Sul. Foram quebrados bancos, janelas e o vitral. O padre José Resende e jornalistas também foram agredidos.

O ataque aos metalúrgicos na igreja foi um momento da ação policial contra os piquetes de metalúrgicos: desde o início da madrugada, a PM dissolvia grupos diante das fábricas no bairro de Santo Amaro (Zona Sul), chegando a usar bombas de efeito moral. Tropas da PM assumiram o policiamento dentro da maioria das indústrias.

## Ataque à Igreja

Caminhões com tropas de choque, viaturas da Rota e da PM impediram a formação de piquetes nas fábricas de Socorro, Chácara Santo Antônio e Santo Amaro. Por volta das 10h, não havia mais nenhum grupo de metalúrgicos pelas ruas. Viaturas policiais percorriam a região, desfazendo os pequenos agrupamentos que encontravam.

O Comando da Greve da Zona Sul, o mais atuante e o mais importante desde a morte de Santo Dias da Silva, estava sediado na igreja do Socorro, desde o primeiro dia da greve, quando a polícia invadiu os locais alugados pelo Sindicato dos Metalúrgicos da Capital. Ontem, às 7h, a polícia tentara invadir a igreja, forçando a porta lateral.

Mas só às 8h o ataque se consumou, após o lançamento de bombas de gás lacrimogêneo (seu efeito ainda era forte três horas depois). Depois de arrombada a porta lateral, a invasão. Os trabalhadores arrombaram uma outra porta, pequena, para fugir, mas do outro lado encontraram mais policiais.

Os trabalhadores ainda tentaram defender-se nas imediações do Largo do Socorro, jogando pedras nos policiais, mas foram facilmente dispersados. A Casa Paroquial, ao lado da igreja, também foi invadida e um metalúrgico perdeu um dedo ao tentar livrar-se de uma bomba, jogada na cozinha, no andar superior.

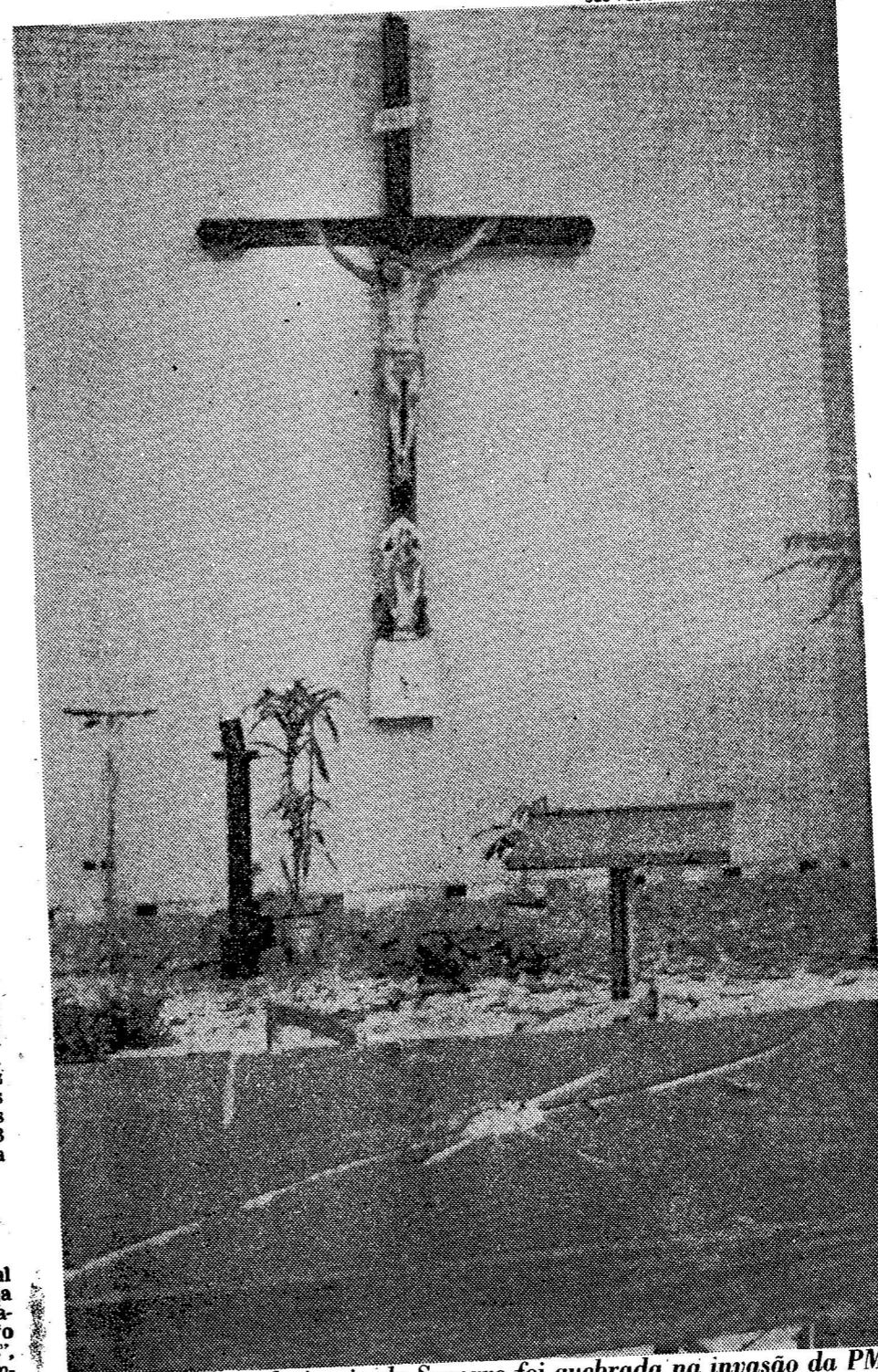
Os policiais também agrediram o repórter Ubirajara Moreira da Silva e o fotógrafo Osvaldo Kaze, da *Folha de S. Paulo*, tomando anotações, filmes, fitas de gravação, documentos, dinheiro e até a chave do carro, para impedir que saíssem da área. Após receber um soco nas costas e uma cacetada na barriga, o repórter ouviu um policial da Rota dizer: "Não tentem mais acompanhar, senão vão entrar no cacete também. E desta vez não vai ser igual ao caso de Santo, não. Não vamos deixar prova alguma." O jornalista disse que os policiais estavam nos carros da Rota 347, 371 e 373 e mais dois. Na igreja, a polícia tomou a máquina do fotógrafo Luz Bittar, do jornal *A República*.

## Onera o Ministro

O Bispo Mauro Morelli, substituto do Cardeal Arns, que foi a Roma ver o Papa, chegou na Igreja do Socorro meia hora depois. Examinou os estragos, viu até o dedo do operário no chão, culpou "o Governo de Paulo Maluf pelos acontecimentos", afirmou que "a invasão e depredação de um templo oneram gravemente a consciência do Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, que se diz um católico", e foi para a Cúria, onde convocou reunião de todos os bispos de São Paulo.

Padre Luiz Giugliani contava que até o padre Rezende fora agredido, juntamente com mulheres que estavam na igreja e na Sala Paroquial. Informou que um dos trabalhadores ficara com o ombro muito ferido, por uma das bombas jogadas pela janela.

Os metalúrgicos expulsos da igreja do Socorro



A mesa do altar da igreja do Socorro foi quebrada na invasão da PM

## Gonzaga Júnior nega a invasão

"Não houve invasão da igreja do Socorro pelos policiais", assegurou o Secretário de Segurança, Desembargador Octávio Gonzaga Júnior, repetindo o que comunicara ao presidente do MDB, Ulysses Guimarães. Negou prisões de

com uma tropa de choque. Não iria autorizar a invasão de uma igreja. Sou um católico, um religioso e não iria fazer isto".

## Ação da Igreja

## Bispo assegura direito de reunião

"Enquanto houver uma igreja em São Paulo, vamos assegurar ao povo o direito de se reunir", garantiu o Bispo-Auxiliar Mauro Morelli, depois de reunião de duas horas e meia com os bispos da Arquidiocese, quando informaram a presidência da CNBB e a Nunciatura Apostólica da invasão da igreja e das agressões aos metalúrgicos.

Além de emitirem nota de protesto, os bispos pediram ao secretário-geral da CNBB, Luciano Mendes de Almeida, que fosse de Salvador para Brasília, para tentar um contato com o Chefe da Casa Civil da Presidência da República, a fim de "levar a posição da Igreja a essa situação dramática".

## Bispos

Na ausência do Cardeal Paulo Evaristo Arns, que está em Roma, sete bispos-auxiliares — Mauro Morelli (substitui o Cardeal na Arquidiocese), Angélico Sandoal Bernardino (responsável pela Pastoral Operária), José Thurler, Fernando Penteado, Alfredo Novak, Celso Queiroz e Decio Pereira — reuniram-se, a partir das 11h15m, na Cúria, com as comissões Arquidiocesanas de Direitos Humanos e de Justiça e Paz.

D Mauro, em nome do Colégio de Bispos da Arquidiocese, fez um apelo para que "as comunidades deem sua contribuição, com apoio moral e concreto ao fundo de greve".

Os advogados das Comissões Arquidiocesanas de Direitos Humanos e de Justiça e Paz foram para a Secretaria de Segurança Pública. Segundo o presidente da Comissão de Justiça e Paz, José Carlos Dias, iriam exigir que fosse "instaurado um inquérito policial e realizada perícia na igreja invadida, para apurar os crimes praticados contra pessoas e contra o templo e para responsabilizar os autores de tais delitos. A igreja será mantida intocável para a perícia, num quadro que comprova a violência".

"Se tiverem a ousadia de desrespeitarem também essa igreja, abriremos outra. A CNBB tem afirmado que os organismos intermediários são de vital importância. Não se constrói um país, eliminando, pela força bruta, a participação do povo".

## Direção da CNBB

Porto Alegre — O presidente da CNBB, Ivo Lorscheiter, considerou a invasão da Igreja do Socorro "um absurdo tão grande que não se esperava que acontecesse, e logo em São Paulo". D Ivo estava ontem no Município gaúcho de Uruguaiana, numa reunião dos bispos da região.

Em Salvador, o secretário-geral da CNBB, Luciano Mendes, suspendeu sua participação na 17ª Assembleia da Regional Nordeste-3 da CNBB, ao saber da invasão da igreja. Antes de embarcar para Brasília, declarou: "A repressão violenta não conduz ao diálogo e impede as manifestações e reivindicações justas".

"É preciso que se diga quem são os mandantes desses crimes. É o Ministério do Trabalho? É a Secretaria de Segurança Pública? É o Comando da Polícia Militar? É o Governo do Estado? Não sei de onde partiu a ordem, mas que Brasília conhece o fato, é claro. E se conhece e

50



de 11h até 17h, recebendo alimentação e socorros médicos. Em ato público na praça, o Comando de Greve informou que cerca de 50 trabalhadores ficaram feridos. Mauro esteve lá às 15h30m: foi aplaudido e deu o apoio da Igreja aos operários, embora não pudesse "fazer greve e nem comandá-la".

Num balanço do movimento, os metalúrgicos calcularam em 40% a paralisação na Zonal Sul. O Comando de Greve resolveu não fazer piquetes à noite, mas marcou para as 4h30m de hoje a formação dos grupos, na igreja de Santo Amaro, com orientação para que houvesse conversas com os metalúrgicos que estão trabalhando, numa ação nos bairros da periferia e até nos bares. Não houve policiamento ostensivo na área.

## Registro policial

Boletins de ocorrência do 11º e 48º DP registram que três metalúrgicos e o jornalista José Jacy Luz Bittar foram feridos na igreja do Socorro. Na 48º DP obteve-se a seguinte versão:

As 6h, o Tenente-PM José Roberto Martins Marques comandava um contingente na ponte sobre a Av. N. S. do Socorro, quando surpreendeu um piquete desviando ônibus com operários da Telefunken para a igreja. Os PMs dispersaram os grevistas, que entraram no templo, sendo perseguidos a pé e a cavalo.

Os grevistas jogaram pedras nos policiais, ferindo o Tenente no rosto. Irritados, os policiais invadiram a igreja, atirando bombas de gás lacrimogêneo.

## Fábricas vigiadas

A polícia manteve-se atenta contra os piquetes durante toda a tarde. No pátio da Caterpillar havia seis caminhões-transporte da cavalaria, além de dezenas de PMs. No canteiro central da Avenida Nações Unidas, onde fica a maioria das grandes empresas da Zona Sul, 20 viaturas do Batalhão de Choques. Em quase todas as indústrias, havia ronda da PM, a pé ou com cavalos.

Nenhuma empresa dava informações, mas boa parte tinha movimento abaixo do normal. As diretorias alegavam que os dados estavam concentrados na FIESP. A única exceção foi a Villares, que acusou o comparecimento de 30% do pessoal da produção e 80% dos burocratas.

## Comando atuante

O Comando de Greve da Zona Sul tem tido papel destacado nesta greve, conseguindo obter os maiores índices de adesão, formando piquetes com até 2 mil operários e chegando a parar grandes indústrias, como Philco e Villares. Também, na região ficam as maiores indústrias.

Nenhum dos 20 membros do Comando integra a diretoria do Sindicato. Pelo contrário, a maioria integra a oposição: por isso, reclamam que estão sendo isolados — "desde o começo da greve, nenhum dirigente sindical apareceu em nossos piquetes", disse um deles.

Ontem, o Comando conseguiu distribuir alimentos aos trabalhadores e, a partir de hoje, pretende dar cestas com gêneros para as suas famílias. O dinheiro para a manutenção da greve se origina dos Comitês de Apoio ao Movimento, formado por cerca de 60 entidades de bairros, Clubes de Mães, Comitês de Anistia, União Estudantis e de outras organizações profissionais.

Na Igreja de Santo Amaro há um plantão médico, enquanto um advogado da OAB-SP assiste ao Comando da Zona Sul. Seus integrantes comentam que a organização permite ate o fornecimento de lanches para os piquetes diante das fábricas.

## PM nega

No começo da noite, o Comandante-Geral da PM, Coronel Arnaldo Braga, entregou ao Secretário de Segurança Pública ofício no qual relata os acontecimentos da Igreja do Socorro, afirmando que seus homens não invadiram o templo. O texto do ofício não foi divulgado e o Secretário acrescentou que aguarda o resultado final das apurações. Assim, não houve nota oficial como divulgaram rádios e televisões.

## Leia editorial "Céu Carregado"

"Os grevistas é que partiram para uma ação contra a polícia, que tentava impedir que piqueteiros voltassem à rua; mas invasão não houve", afirmou o Secretário, que dissera antes: "Umhas parte da Igreja católica está liderando os piquetes. Eu diria que não é toda a Igreja Católica, mas a Ação Comunitária.

## Violência

"Durante os seis dias após o incidente que vitimou o operário metalúrgico foi retirado o policiamento ostensivo das ruas, a fim de que não houvesse outros fatos que tumultuassem ainda mais os acontecimentos em torno da greve. Entretanto — prosseguiu — a partir de segunda-feira piquetes voltaram às ruas, impedindo o acesso de trabalhadores que pretendiam comparecer ao serviço."

"Foi exatamente por causa de um comportamento ilegal dos grevistas integrados nos piquetes, dando vazão à violência contra seus próprios companheiros, que tivemos que reestabelecer o policiamento preventivo. Foi o caso do piquete contra o ônibus da Telefunken, quando 18 operários ficaram feridos", disse o Desembargador Octávio Gonzaga Júnior.

Numa entrevista anterior, o Secretário explicara que teve informações de que "um piquete havia apreendido quatro ônibus de empregados da Telefunken e, em seguida, se recolheu nesta igreja" (do Socorro).

A tropa de choque entrou então em ação e foi apedrejada, inclusive um tenente foi ferido e encaminhado ao IML para ser examinado. A informação que tenho é que a igreja não foi invadida por policiais. Eles soltaram bombas e chegaram até a porta da igreja. Mas foram os próprios operários, os grevistas, que naquela confusão arrombaram uma porta para correr".

Ao determinar o recrudescimento da ação policial, ontem, o Secretário adiantou que recomendou ao Comandante-Geral da PM, Coronel Arnaldo Braga "o maior cuidado possível, a maior cautela, para que não se encontrasse outro cadáver. Fizemos isso diante de telex malcriadíssimos, que denunciavam a omissão da polícia e perguntavam como um grupo, que representa 1,5% dos trabalhadores metalúrgicos, estava fazendo o que queria em detrimento da grande maioria dos trabalhadores".

O Secretário negou que tenha autorizado a invasão da igreja do Socorro: "Não dei ordens para que isto acontecesse. Ignoro detalhes. Soube que houve um atrito na porta da igreja,

## Sindicato vai processar Secretário

São Paulo — O Sindicato dos Metalúrgicos da Capital vai processar o Secretário de Segurança e o Governador Paulo Maluf, como responsáveis pela ação da PM contra trabalhadores na igreja do Socorro, informou o presidente da entidade, Joaquim Santos de Andrade. Disse também que a decretação da ilegalidade da greve não surpreendeu.

"Agora tudo é imprevisível. Pode ocorrer enfrentamento, pois os metalúrgicos enfrentam uma polícia que já não tem revólver, mas vem com porretes, bombas de gás e brucutus. Hoje, muitos companheiros vieram se medicar no sindicato, depois de agredidos na Zona Sul. Pedi um exame de corpo delicto. Agradeceram e avisaram: "Na hora da virada, vão fazer da gente réu e não vítima."

## Assembleia hoje

As 16h, na sede do sindicato, à Rua do Carmo (Centro), haverá assembleia para avaliar o movimento. "Vou ponderar com nossos companheiros sobre os riscos e perigos. Vou perguntar aos 5, 6, 7 mil que virão aqui e que são os que estão em greve, se vale a pena sacrificá-los para parar outros 300 mil, disse o Sr. Joaquim dos Santos Andrade.

Informou que colocará toda a situação em análise: "A decisão de prosseguir depende da assembleia". Mas, já tem posição firmada, caso os metalúrgicos de São Paulo, voltem ao trabalho. "Tentaremos negociar o desconto das horas paradas e, para isso, há diversas opções"

## Inquérito

Após receber representação da Comissão de Justiça e Paz, o Secretário de Segurança deter-

minou ao DOPS abertura de inquérito para apurar os acontecimentos na igreja do Socorro. O DOPS informou que prendeu 25 grevistas na igreja da Penha, entre eles desempregados "contratados pelo Sindicato para engrossar os piquetes".

Segundo o DOPS, o desempregado Cicero Umbelino da Silva recebia Cr\$ 115 por dia e alimentação; o desempregado Paulo César da Fonseca Neves, alimento e condução; e o metalúrgico Juscelino da Silva Neto, Cr\$ 16 a hora; o mesmo que ganhava em atividade. Segundo o DOPS, o fundo de greve serve para pagar piquetes.

## Anistiado

Num piquete diante da Arno, o DOPS prendeu Lexinaldo de Oliveira Silva, electricista da Metalúrgica Aliperti. Ele confessou, informou o órgão, que fora anistiado na Bahia, de condenação de dois anos de prisão pela Justiça Militar por integrar a Polop (Política Operária). Mas já estava em liberdade condicional quando foi trabalhar em São Paulo.

Segundo o DOPS, a montadora Maria Lúcia de Souza Pupo revelara ter deixado o emprego para arregimentar mulheres para a greve, "recebendo mais do que ganhava na firma", acrescentou que "desempregados eram contratados para a greve à razão de Cr\$ 150 o dia".

Numa Kombi, perto da igreja da Penha, foram presos o médico Jamil Murad, a bancária Maria de Jesus da Cruz, a professora Neide Soares e o metalúrgico José Gabriel da Silva. No carro havia farta quantidade de panfletos que "incitavam à greve", segundo o DOPS, para o qual o grupo integrava o "sistema de logística do movimento grevista", cuidando da parte de saúde e da cozinha. "Foram buscar pão quando a polícia os deteve".

não toma providências, e convenceu o Governo que não serve aos interesses do povo decreta sua própria falência".

A advertência foi do Bispo-Auxiliar Angélico Sândalo Bernardino, responsável pela Pastoral Operária na Arquidiocese de São Paulo. Acrescentou: "Nossa indignação, nosso protesto, antes de tudo, não se dirige à invasão, ao bombardeamento e à depredação covarde de uma igreja. Nosso protesto vem, antes de tudo, porque a igreja, o templo vivo de Deus, que é o homem, no caso o operário, está sendo pisado".

## Cardeal Arns

Em Roma, o Cardeal Paulo Evaristo Arns, que soube da invasão no começo da noite, por telegramas levados a ele no Colégio Pio Brasileiro, onde está hospedado, preferiu não comentar nada, por falta de informações. Limitou-se a "lamentar muito" o incidente.

D Paulo esteve de manhã com o Papa João Paulo II, em encontro que classificou como "reservado", não revelando os assuntos tratados. Mas lembrou: mesmo que soubesse da invasão antes do encontro, não levaria o problema ao Papa, porque não foi para isso que foi a Roma.

## Nota dos Bispos

"Nós, Bispos da Arquidiocese de São Paulo, tomando conhecimento dos brutais acontecimentos ocorridos nesta manhã, protestamos veementemente contra a escalada da repressão aos operários em greve. A violência que já fizera uma vítima fatal, alastrou-se agora pelos vários pontos da cidade, chegando ao cúmulo de tomar de assalto a igreja do Largo do Socorro, onde os operários se encontravam pacificamente reunidos. Se antes já se feria o direito de greve, agora feriu-se também o direito de livre reunião. Acima de tudo, porém, o que mais se fere é a pessoa humana em sua integridade física e em sua dignidade de filho de Deus. O templo depredado é, assim, apenas o símbolo de uma depredação mais profunda e mais grave.

Queremos reafirmar que, respeitando plenamente a autonomia do movimento operário, a Igreja em São Paulo continua solidária com a justa luta dos operários. Por isso as portas de nossas igrejas continuam abertas, sempre que os operários não dispuserem de local para suas reuniões.

Relembramos a todos que não se iludam com soluções violentas. A questão social não é uma questão policial. O que está em causa é a justiça e só o diálogo e o respeito mútuo poderão encaminhar uma solução digna".

## TRT declara a greve ilegal

Em 20 minutos, a unanimidade do TRT julgou ilegal a greve dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos. Entretanto, o Juiz Bento Puppo Pecci criticou "esse capitalismo selvagem, que ninguém reconhece porque não tem coragem", e comentou: "É óbvio que a greve é ilegal, mas todo o mais também se coloca em posição frágil.

O advogado Almir Pazzianotto, dos trabalhadores, alertou para um possível "confronto violento entre grevistas e polícia". O coordenador do Grupo 14, Alberto Villares, discordou: "Não creio em confronto. Com a ilegalidade, porém, esperamos que os trabalhadores voltem as suas fábricas. As demissões vão depender do critério de cada empresa."

O TRT julgou ontem o embargo contra uma decisão sua, a de omitir quanto ao mérito da greve. O acordão saiu no Diário Oficial e imediatamente o Grupo 14 recorreu. Agora os Sindicatos da Capital e de Guarulhos vão recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho.

Logo após o julgamento, o Grupo 14 (22 sindicatos patronais) divulgou comunicado, assegurando que a volta ao trabalho deve ser imediata, caso contrário haverá punição, "inclusive demissão por justa causa".

## Céu Carregado

A greve dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos, que vai em frente contra toda lógica e contra toda perspectiva, não é apenas um rude percalço na evolução de um sindicalismo sério em nosso país, que tomasse impulso com as transformações verificadas também em outros terrenos.

Por trás de uma greve que partiu para o irrealismo, e em que 4 mil operários decidiram por aclamação em nome de 350 mil, delinea-se a perturbadora presença do que não se pode considerar que seja a Igreja — pois a Igreja, como instituição, tem outras finalidades, outros métodos e outros princípios — mas sim um fenômeno nascido dentro da Igreja e que de repente passa a ter um metabolismo próprio, até agora incompreensível para um preocupado observador externo.

O JORNAL DO BRASIL tem tomado as devidas precauções, com efeito, ao pronunciar-se sobre a moderna história de uma instituição eterna, onde as transformações são dolorosas por representarem rupturas na unidade sempre desejada, podendo constituir-se, ao mesmo tempo, em sementes de tempos novos e fecundos.

O que vem ocorrendo, entretanto, em episódios como o da greve que se desenrola em São Paulo tem cada vez menos a ver com considerações de ordem transcendente e cada vez mais com o dia-a-dia da atividade política; e, neste sentido, o julgamento pode desembaraçar-se de uma série de restrições mentais.

Mais de um século decorrido da Questão Religiosa, onde ficaram estabelecidas em bases mais firmes e mais saudáveis as relações entre Igreja e Estado no Brasil, um novo período tempestuoso, de conseqüências imprevisíveis, pode estar-se abrindo com a emergência das *comunidades de base* por trás do que se desejaria que fosse um sindicalismo moderno.

As comunidades de base, que permanecem até agora em perturbadora penumbra, são por definição organizações celulares — terreno onde o Partido Comunista sempre evidenciou considerável capacidade de manobra. Talvez não seja, assim, de espantar que na última eleição para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo comunismo e catolicismo de esquerda tenham-se encontrado lado a lado na oposição ao líder finalmente eleito — Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinção.

Essas duas tendências, representando espécies e gradações diferentes de radicalismo, obtiveram pequena parcela dos votos. Começou ali, ao que tudo indica, a marcha de um mecanismo insensato pelo qual uma greve torna-se não mais recurso legítimo de afirmação de uma categoria profissional ou de reivindicação, mas construção necessária e

quase desesperada de prestígio político — tanto mais desesperada quanto o prestígio revela-se escasso, incapaz de mobilizar a classe.

A greve agonizava quando houve a morte do operário Santo Dias da Silva, conseqüência trágica de uma atuação infeliz e desnecessária da polícia. A nossa polícia tem limitações arquiconhecidas, que não justificam os abusos; no cumprimento de suas atribuições, ela pode acreditar que não há diferença entre invadir uma fábrica e invadir uma igreja. Como entender, entretanto, que uma igreja seja transformada em sede de uma greve ilegal? E como encarar sem a mais profunda preocupação o fato de que eclesiásticos e membros das comunidades de base já se sintam suficientemente desembaraçados para *puxar* assembléias sindicais e pôr-se à frente de comandos grevistas?

O que se vê, cada vez mais e cada vez mais claro, é que esse estranho fenômeno brotado dentro da Igreja não atua mais *ao lado* do sindicato: atua *apesar* do sindicato, desautorizando e ultrapassando o sindicato. Estarão estes setores que ainda são, afinal, *eclesiásticos*, com a intenção e a disposição de substituir-se à organização sindical? Será isto um movimento em direção à teocracia, a uma nova fusão — ou confusão — entre a Igreja e o Estado que proporcionou resultados tão nocivos, e terminou com a Questão Religiosa do século passado?

Não há, de fato, greve em São Paulo; há a movimentação de um quinto ou um sexto do total de uma classe na direção do irrealismo e da ilegalidade; e é doloroso constatar que o prestígio da Igreja está envolvido nesse equívoco, por força de correntes maldefinidas e malsituadas. Correntes que induzem a uma politização da greve contra a ordem natural das coisas, e contra a própria ordem da Igreja.

Sofisma vulgar é pretender confundir esse tipo de atuação com o *compromisso da Igreja com os pobres*. Uma coisa é esse compromisso que não está posto no plano de *luta de classes*; outra coisa é a atuação política direta, e ainda outra coisa é a atuação que vai de encontro às leis e aos princípios que regem a vida de uma sociedade.

A insensatez é maior quando os observadores mais insuspeitos admitem sinais claros de uma nova atmosfera política, capaz de superar a confrontação pura e simples, que é contraproducente e visivelmente desautorizada pela grande maioria da nação. Fatos como os que envolvem perigosamente o clero paulistano implicam a negação radical dos progressos por que tanto se esperou; e, como todo radicalismo, podem levar a um confronto imprevisível e dilacerante.

## Polícia surra grevista

SÃO PAULO (AJB — O ESTADO) — Com bombas de gás lacrimogêneo de efeito moral e cassetetes a polícia reprimiu violentamente os piquetes de metalúrgicos ontem de madrugada, nas portas de fábricas de Santo Amaro, Zona Sul da cidade. E, às 8 horas, lançou bombas de gás lacrimogêneo pelas janelas da Capela de Socorro, onde estavam cerca de 350 trabalhadores e membros do comando de greve. Depois, arrombou a porta lateral da capela e expulsou a golpes de cassetetes os que lá estavam.

A repressão policial começou logo no início da madrugada, quando os piquetes estavam sendo formados. Caminhões com tropas de choque, viaturas da Rota e da PM paravam na porta das empresas, os policiais desciam gritando e começavam a espaldeirar até que todos se dispersassem. Assim foi nas fábricas

de Socorro, Chácara Santo Antonio e Santo Amaro.

Os policiais impossibilitaram todas as tentativas de reorganização dos piquetes. Quando eram quase 10 horas não havia mais um único grupo de trabalhadores nas ruas. As viaturas percorriam as ruas da região, desfazendo todos os grupos de pessoas que encontravam.

Uma parte da Igreja Católica

está liderando os piquetes. Eu diria que não é toda a Igreja Católica, mas a ação comunitária, que é apenas uma parte dessa igreja, está participando dos movimentos grevistas", acusou ontem o secretário da Segurança Pública de São Paulo, desembargador Octávio Gonzaga Júnior, ao analisar a greve dos metalúrgicos e o recrudescimento da repressão policial ao movimento.

"É preciso que se diga quem são os mandantes desses crimes. É o Ministério do Trabalho? É a Secretaria de Segurança Pública? É o comando da Polícia Militar? É o governo do Estado? Não sei de onde partiu a ordem, mas que Brasília conhece o fato, é claro. E se conhece e não toma providências, é conivente. O governo que não serve aos interesses do povo decreta sua própria falência".

A advertência foi feita, ontem, pelo bispo auxiliar D. Angélico Sandalo Bernardino, responsável pela Pastoral Operária na Arquidiocese de São Paulo, destacando que "nossa indignação, nosso protesto, antes de tudo, não se dirige à invasão, ao bombardeamento e à depredação covarde de uma igreja. Nosso protesto vem, antes, de tudo, porque a igreja, o templo vivo de Deus, que é o homem, no caso o operário está sendo pisado".

### Movimento ilegal

SÃO PAULO — (AJB — O ESTADO) — A greve dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos foi declarada ilegal ontem, por unanimidade dos 16 juizes do Tribunal Regional do Trabalho, num julgamento de 20 minutos.

O advogado dos trabalhadores, sr. Almir Pazzianotto, alertou para um possível "confronto violento entre grevistas e polícia".

O TRT julgou o embargo contra a decisão sua anterior de se omitir quanto ao mérito da greve; o acórdão saiu publicado no Diário Oficial e imediatamente o Grupo 14 recorreu. O advogado Almir Pazzianotto informou, após o julgamento, que os sindicatos deverão recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho.



JORNAL: *Estado de Paraná*

*P. Soares*

Data *08/11/79* Estado *PR*

## Metalúrgicos presos em SP

SÃO PAULO (AJB) - A transformação da Zona Sul numa praça de guerra onde desfilavam pelotões de cavalarianos, caminhões de tropas de choque e dezenas de viaturas da radiopatrulha, tático-móvel e da Rota-Rondas ostensivas Tobias de Aguiar - reprimindo e efetuando a prisão de mais de uma dezena de metalúrgicos na primeira meia hora da manhã de ontem, praticamente impediu a continuidade da greve da categoria, nessa região que concentra o maior número de metalúrgicos da capital - 130 mil.

Conforme ficou acertado, às 4:30h os padres abriram as portas da Igreja de Santo Amaro, para concentração dos metalúrgicos e a organização dos piquetes, enquanto, ao mesmo tempo, dois caminhões com 140 homens da tropa de choque da Polícia Militar - que na véspera invadiu a Igreja do Socorro - postavam-se a duas quadras do local, ali permanecendo toda a manhã. Às 5:30h, quando os primeiros piquetes começavam a sair, o bispo auxiliar de São Paulo e substituto do cardeal arcebispo Paulo Evaristo Arns (que se encontra em Roma), dom Mauro Morelli, chegava à Igreja de Santo Amaro.

Durante a madrugada quatro viaturas do tático-móvel e quatro da radiopatrulha realizavam incursões nas ruas das proximidades da Igreja e invariavelmente concentravam-se na frente ou nas laterais do templo, nas imediações das portas de entrada. Os primeiros piquetes - grupos de 5 metalúrgicos - deixaram a Igreja por volta das 5:30h no momento em que as viaturas da Rota começavam a circular.

Cinquenta minutos depois, diante das informações de que mais de dez metalúrgicos já haviam sido presos, o Comando Geral de Greve da Zona Sul reconhecia a impossibilidade de manter os piquetes, determinava o retorno dos metalúrgicos à Igreja e pedia aos que ali estavam que não mais saíssem.

As primeiras prisões foram efetuadas às 6:15h, quando 6 viaturas da Rota e 24 soldados da Polícia Militar, sob o comando do major

Brisolla, cercaram 5 metalúrgicos que se dirigiam à Monark. Exigiram identificação dos operários, anotaram seus nomes e números de documentos e censuraram-nos por aderir "a uma greve ilegal". Em seguida quatro operários foram algemados e colocados em viaturas policiais, enquanto o quinto metalúrgico, também algemado, sentava-se ao lado do PM que dirigiria o seu Volkswagen.

Pouco depois outro metalúrgico era detido no piquete da Caloi, dispersado com violência, segundo informou o deputado federal Aurélio Perez, do MDB -, quatro no piquete da Metalúrgica Queiroz e outros metalúrgicos nas imediações de um posto de gasolina. Às três advogadas da Comissão OAB que defende os metalúrgicos compareceram ao 11º Distrito Policial de Santo Amaro, para tentar libertar os 4 presos da Metalúrgica Queiroz e foram informadas pelo delegado de plantão que "os operários foram procurados aqui por seus patrões e nós os liberamos, porque a função da polícia é assegurar o direito dos metalúrgicos de trabalhar". Os demais presos foram encaminhados ao DOPS. Até às 10 horas a Comissão de Advogadas tinha a confirmação dessas 11 prisões, mas o deputado Aurélio Perez informou que vira 4 outros operários serem presos em frente à Wapsa. Até aquela hora, as advogadas não haviam conseguido confirmação.

*59*

## Greve dos metalúrgicos condenada ao fracasso?

"Há um despreparo do nosso trabalhador para enfrentar uma situação como esta. Por isso, a greve pode chegar ao fracasso", lamentou ontem o secretário da Federação dos Trabalhadores na Indústria, Matias Martins, analisando as perspectivas da greve decidida pelos metalúrgicos, de Curitiba, na noite de anteontem. Este despreparo pode ser demonstrado também pela análise de todo o quadro desenvolvido durante os mais de dois meses em que as categorias patronal e de trabalhadores tentaram negociações para o acordo salarial.

Depois de que a proposta dos empresários foi aceita pelos sindicatos do Interior do Estado, apenas os trabalhadores da Capital insistiram num aumento na ordem de 85 por cento sobre os salários de julho deste ano, em Curitiba, nas 117 empresas do setor, trabalham cerca de 30 mil operários — mas apenas 6.900 são sindicalizados e a greve, decidida numa segunda votação, contou com apenas 984 votantes e foram 582 deles que votaram pela paralisação.

### PRESSÕES E MARASMO

Durante todo o período de negociações, a classe de trabalhadores (que engloba também os empregados em indústrias mecânicas e de material elétrico, além dos metalúrgicos) foi atingida por inúmeras pressões, inclusive oficiais. Na ata da última reunião de conciliação realizada na Delegacia Regional do Trabalho, consta que o procurador regional da Jus-

tiça do Trabalho, José Montenegro Antero, fez uma explanação sobre a lei de greve seguida de uma conclamação por parte do delegado regional do Trabalho, general Adalberto Massa.

Nesta, o delegado enfatizava para que os grupos de trabalhadores "analisassem a proposta com serenidade para não levar nossos companheiros a uma greve que só seria desastrosa, pois, em dissídio coletivo, é função da Justiça do Trabalho instaurá-lo e os trabalhadores iriam perceber menos que a proposta". Os empresários ofereceram um aumento escalonado entre 58 e 68 por cento.

Demissões e pressões feitas até através de médicos a funcionários de empresa da Cidade Industrial de Curitiba, a cisão no próprio sindicato da categoria, com o surgimento de facções oposicionistas ao presidente Orlei Lopes da Silva, tachado de omissivo e antidemocrático, foram os estímulos à decisão pela greve. Mas o marasmo na participação dos empregados na assembléia que decidiu a paralisação à zero hora da próxima segunda-feira (respeitados os cinco dias de prazo previsto pela CLT) leva as lideranças da Federação dos Trabalhadores na Indústria a acreditar que uma última chance para que a categoria venha a conseguir um aumento superior à proposta patronal, esteja na audiência de conciliação, já em via judicial, depois de convocado o dissídio pelo procurador da Justiça do Trabalho.

### Fedalto defende o movimento

O arcebispo metropolitano, dom Pedro Fedalto, defendeu ontem que a Igreja deve apoiar o movimento de todos os trabalhadores para a reivindicação de seus direitos — como agora a Arquidiocese o fez em relação aos metalúrgicos — salientando, porém, que os padres devem continuar tendo um ponto de referência para atendimento à população religiosa, bem como realizando os atos eucarísticos.

Ele assim se manifestou ao ser solicitada a sua opinião sobre a tese defendida por uma ala da

Igreja para o retorno do clero à sacristia, que dom Pedro afirmou desconhecer. Em entrevista concedida à revista "Isto É", dom Helder Câmara, tido como um dos principais líderes da corrente chamada "progressista" declara que "a Igreja, nesses novos tempos de abertura, deveria recolher-se ao silêncio". No entanto, consta que a maioria dos bispos brasileiros mostram-se contrários à idéia. Dom Pedro Fedalto acredita num trabalho conjunto, realizado em clima de paz, conforme apontou.

*P. Greves*

*10/11 79 PR*

*SS*

## A caminho da greve

No final da tarde de ontem os metalúrgicos de Curitiba formaram as comissões de fábrica para atuação durante a greve, que se deflagrada, iniciará à zero hora de terça-feira. Foram convocados dois operários de cada uma das pouco mais de 120 fábricas metalúrgicas instaladas em Curitiba e região metropolitana. Hoje, patrões e empregados voltam a se reunir na DRT para mais uma tentativa de negociação. O general Adalberto Massa está confiante que depois da vinda do ministro Murilo Macedo, "as coisas entrem nos eixos e a greve não acontecerá".

Murilo Macedo disse que se os trabalhadores ainda não compreenderam a nova sistemática dos reajustes semestrais, enviará um de seus assessores de Brasília para as devidas explicações. O sindicato dos trabalhadores, através de sua diretoria e da Federação, entrou em contato com o ministro ontem, o mesmo acontecendo com o sindicato patronal. Por enquanto, a concentração dos trabalhos se dá nas

bases, em fábricas estrategicamente escolhidas pelos articuladores do movimento paredista. Paralelamente, o diálogo com os empregados continua sendo realizado assiduamente pela comissão de salários.

### APOIO

O comitê de solidariedade aos metalúrgicos, formado na semana passada abrangendo várias entidades de defesa dos direitos do trabalhador, está promovendo uma série de atividades para angariar fundos à greve metalúrgica de Curitiba. Às 18,30 horas de amanhã, o grupo Tarancón, em temporada no Paiol, fará um show especial para arrecadar fundos às famílias dos 15 demitidos pela firma Britânia e para o fundo de greve. O ingresso terá preço único: Cr\$ 150,00.

Para hoje, o grupo MPB-4, que se apresenta no Guaíra, cedeu uma parte dos ingressos do espetáculo musical das 21 horas, a serem vendidos a preços inferiores aos cobrados na bilheteria do Teatro, também para o fundo de greve dos metalúrgicos.

# Murilo Macedo: A greve é um direito, piquete é violência

**CURTITIBA (Da sucursal) —** A formação de piquetes durante as greves é a causa de todos os atos de violência verificados nesses movimentos, pois a ação da polícia nada mais é que uma resposta à violência. A opinião é do Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, ao afirmar, ontem, durante entrevista coletiva, que quando se garante o direito constitucional de ir e vir ao trabalhador, ele volta às suas atividades: "O que estamos assistindo no Brasil é que os movimentos grevistas geralmente não são apoiados pela categoria nem pelos sindicatos de trabalhadores, mas por outras entidades interessadas. Quando o trabalhador pode trabalhar (atravessar os piquetes), a greve acaba imediatamente". Para o Ministro Murilo Macedo, portanto, a formação de piquetes é ilegal e violenta. Porém, ele não apontou nenhuma outra forma de dolicamento legal, limitando-se a dizer apenas que quando se faz greve se vende uma ideia...

Na tentativa de provar a veracidade de sua posição, Murilo Macedo citou o ocorrido durante a greve dos metalúrgicos em São Paulo, onde um operário morreu violentamente. A polícia agiu prudentemente, retirando-se após o incidente, que alguns lamentamos muito. Porém, depois disso, os piquetes recrudesceram e o policiamento só voltou quando teve início a depreciação da propriedade privada. Isso, eu acredito que todos somos contra, mesmo aqueles que pensam diferentemente. O Ministro explicou, também, o ocorrido em Belo

Horizonte, garantindo que as violências verificadas na Capital mineira foram originárias do comportamento da massa, "uma psicologia que até Freud explicou: "O que ocorre — segundo ele — é que os movimentos grevistas estão sendo analisados como se fossem vontade dos trabalhadores e na realidade não são: "Eu garanto: deem o direito de trabalhar ao operário e ele não para".

## LEI DE GREVE

Quando se quer fazer uma greve dentro da legalidade se consegue, e perfeitamente. A nova lei de greve, atualmente em estágio de recolhimento de sugestões, deverá conter, portanto, elementos de balizamento. Isso é, não muito estimulante nem proibitiva. A greve é a única defesa do trabalhador e deve ser uma lei que o enriqueça, mas não deve ser, pura e simplesmente, substituída por outra, sem a participação da sociedade. "Dai a morosidade em que ela está sendo projetada. A comissão de estudos do Ministério do Trabalho — segundo Murilo Macedo — já recebeu mais de 1 mil e 800 sugestões, das mais diversas categorias e, embora muitas estejam repetidas, "o que já demonstra um certo consenso", o número dará muito trabalho para elaboração do projeto. Segundo o Ministro, sua ideia é de que o prazo para sugestões se encerre até as férias, ficando esse período para estudos e, finalmente, na próxima legislatura, já o

projeto começa a circular nos trâmites normais. "Queremos uma lei que parta essencialmente da sociedade e entendo que para isso ela deve esperar um pouco, pois não pretendemos apresentar uma lei que agrade apenas meia dúzia de pessoas".

## VAMOS APRENDER SOBRE PRODUTIVIDADE?

Murilo Macedo anunciou, ao falar sobre a nova política salarial, um seminário, que deverá ser realizado nos próximos dias no Rio de Janeiro ou em São Paulo, que deverá estudar, ou melhor, explicar, o item produtividade, motivo de controvérsias e discussões depois que foi inserido como item de motivo de aumento salarial. Segundo ele, o País precisa aprender a conhecê-lo. E explicou rapidamente: "A produção depende sempre do trabalho, capital e tecnologia. Da soma e divisão destes fatores obterá-se a produtividade". Para ele, o trabalhador aprenderá como aumentar sua produção através de um processo evolutivo dentro da empresa, que o encaregará de saber quais os meios de aumentar sua eficiência. "A confusão é que querem entender a produtividade em seu grau mais superior, quando, o que se quer, é apenas dar um conceito do que é". Para ele, esse item dará motivos de diálogos entre patrões e empregados. Portanto, não parará os diálogos e estará incrementando o produção nacional.



JORNAL: *Paiz do Povo*  
*R. Mendes*  
 Data *11/11/79* Estado *PR*

ASSOCIACAO NACIONAL DE ASSOCIACAO  
 ESTADUAL DE ASSOCIACAO  
 ASSOCIACAO DE ASSOCIACAO

ST  
 S.

TENTATIVA INFRUTIFERA



Reunião ontem realizada na Delegacia do Trabalho buscou soluções ao problema dos metalúrgicos. As tentativas foram em vão e a greve deverá ocorrer na 2.ª-feira.

# Metalúrgicos dispostos à greve

Foi confirmada ontem, após a ineficácia da tentativa de conciliação pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT) a greve dos trabalhadores nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico do Estado do Paraná, designada anteriormente, para iniciar a partir da zero hora da próxima segunda-feira. Antes porém, às 19 horas dessa segunda, os trabalhadores estarão reunidos em assembléia-geral, no ginásio do Atlético, a fim de combinar os detalhes do movimento paredista.

Durante as últimas negociações encetadas ontem à tarde na DRT, foram apresentadas, discutidas e rejeitadas sucessivamente, cinco novas propostas. Isto é, os trabalhadores tentaram conciliar apresentando três novas contrapropostas; a delegacia apresentou uma, e também, os empregadores, numa última tentativa de conter o movimento grevista, apresentaram sua proposta.

Terminada a reunião que durou cerca de três horas, a comissão para reivindicar melhores salários do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Paraná, pedia a divulgação da Lei n.º 4.330 (Das Garantias dos Grevistas), afirmando que muitos desconhecem-na. Enquanto isto, o advogado do sindicato, Edésio Franco Passos, respaldava-se na mesma lei, para garantir a legalidade do movimento grevista.

**AS PROPOSTAS**

A reunião de ontem iniciou com a apresentação da contraproposta dos trabalhadores, aos índices de 68 por cento (até três salários); 64 por cento (até dez salários), e, 58 por cento (acima de dez salários), apresentados pelos patrões. Os primeiros índices de aumento solicitado pelo sindicato dos

trabalhadores foram: 90 por cento para os empregados que percebiam em dezembro de 78, até Cr\$ 8.798,00; 85 por cento para aqueles que recebiam entre essa última quantia até Cr\$ 29.328,00, e, 80 por cento para aqueles que recebiam acima de Cr\$ 29.328,00.

Rejeitada a contraproposta dos trabalhadores, as negociações começaram a tomar rumo exacerbado, com exageros de volume de voz, e de troca de informações, especialmente por parte dos patrões que estavam muito agitados. Em seguida, o delegado regional do Trabalho, Adalberto Massa, fez uma proposta. Porém, antes disso diversos representantes patronais já haviam se manifestado decretando a contraproposta dos empregados como inviável, e fechando a discussão. Assim, estrategicamente, numa tentativa conciliatória, Massa apresentou a seguinte proposta: 70 por cento de aumento para os empregados que ganham até três salários mínimos (20 por cento a menos do que o pedido pelo trabalhadores); 67% para os que ganham entre três até dez salários (dezoito por cento a menos); e, 60 por cento de aumento para aqueles que ganham além de dez salários (também 20 por cento a menos do reivindicado pelos trabalhadores).

Para deliberar sobre essa proposta da delegacia. Massa pediu que a classe patronal representada se retirasse, (inclusive a imprensa). Durante o período da deliberação, os empregados elaboraram duas novas contrapropostas, e também os empregadores elaboraram a sua.

**REJEITADA PELO DRT**

Após a recusa da proposta da DRT, os representantes dos trabalhadores apresentaram duas con-

trapropostas, uma das quais foi rejeitada para discussão, pelo próprio delegado do Trabalho.

Segundo os mesmos moldes das divisões salariais já mencionadas, os trabalhadores pediram 85, 80, e 75 por cento, e piso salarial de Cr\$ 5.500,00, e Cr\$ 5.800,00 (o menor para os que estão ingressando na profissão, e o maior para aqueles que já atuam). Rejeitada pelos patrões, passou-se a apresentar a segunda proposta, que imediatamente foi rejeitada pelo DRT. A proposta rejeitada pedia a estabilidade da convenção, com a presença de um delegado sindical dentro da empresa (estabilidade de 180 dias para os empregados).

Segundo o advogado Edésio Franco Passos, a DRT não tinha condições de rejeitar essa proposta. Inclusive, citou que a presença de delegado sindical na empresa já vem sendo mantida no interior, o que foi amplamente contestado por Massa, que prometeu averiguar.

Finalmente, o sindicato patronal fez sua última e derradeira tentativa de conter o movimento grevista, apresentando os seguintes índices: 70 por cento de aumento até três salários; 65 por cento, de três até cinco salários; 62 por cento entre cinco e dez salários, e 58 por cento, para aqueles que ganham além de dez salários. O piso oferecido foi de Cr\$ 3.900,00 para iniciantes, e Cr\$ 4.200,00 para aqueles que já atuam.

Rejeitada essa última proposta, ou tentativa de negociação, os trabalhadores manterão o decidido na última assembléia geral, ou seja, a deflagração da greve a partir da zero hora de segunda-feira próxima.

**ARGUMENTOS**

Conforme argumentação da

classe patronal, "levamos em consideração em percentuais; a capacidade econômica das empresas (cerca de 1000 empresas), e a conjuntura sócio-econômica, social e política sindical do País, principalmente, sabemos que não poderíamos resolver os problemas conjunturais do País". Continuaram afirmando que "nós não sabemos quais os índices de produtividade válidos, nem qual o INPC de dezembro". Mas, "essa consiste na melhor proposta feita no País".

Contra-argumentando os trabalhadores ali representados afirmaram que "enquanto os patrões se baseiam nas necessidades das empresas, nós nos baseamos nas necessidades dos trabalhadores. Inclusive, se as empresas abrirem mão de muitos dos seus luxos, e mordomias, poderão atender-nos".

Outro aspecto enfocado pelos patrões, foi a característica do movimento sindical por melhores salários, definido como "político". Inclusive, após o término da reunião conciliatória, um dos patrões exibiu um recorte de um jornal paulista, que mostrava uma entrevista do Lula (líder sindical paulista, responsável pelo movimento dos metalúrgicos daquele Estado). "O índice exigido pelos trabalhadores daqui é maior daquele que é recomendado pelo Lula". (Aliás — acrescentou — o Lula determina que ninguém abra mão do índice, que é justamente o que ocorre aqui". Ele finalizou afirmando que os trabalhadores daqui não abriam mão, nem um mínimo, dos índices reivindicados. Porém, é evidente, conforme ficou explícito nas contrapropostas, que esse fato não é verdadeiro.

**GARANTIA DOS GREVISTAS**

Não existe nenhum número oficial, porém, presume-se que a greve atingirá 25 mil trabalhadores em metalúrgicas, indústrias mecânicas e de material elétrico. Esses trabalhadores que ingressarão em greve a partir de segunda deverão ter respeitados os seguintes direitos, de acordo com a Lei n.º 4330.

Artigo 19 — São garantias dos grevistas:

- I — Aliciamento pacífico.
- II — coleta de donativos e o uso de cartazes de propaganda pelos grevistas;
- III — proibição de despedida de empregados que tenham participado pacificamente, do movimento grevistas;
- IV — Proibição ao empregador, de admitir empregados em substituição aos grevistas.

Parágrafo único: nos períodos de preparação, declaração e no curso da greve, os empregados que dele participarem não poderão sofrer constrangimento ou coação.

Artigo 20 — A greve lícita não rescinde o contrato de trabalho, nem extingue os direitos e obrigações dele resultantes.

Parágrafo único: a greve suspende o contrato de trabalho, assegurando aos grevistas o pagamento dos salários durante o período da sua duração, e o cômputo do tempo de paralisação como de trabalho efetivo, se definidas, pelo empregador ou pela Justiça do Trabalho, as reivindicações formuladas pelos empregadores, total ou parcialmente.

Artigo 21 — os membros da diretoria da entidade sindical, representativas dos grevistas, não poderão ser presos ou detidos, salvo em flagrante delito, ou em obediência a mandado judicial.

gação da Lei n.º 4.330 (Das Garantias dos Grevistas), afirmando que muitos desconhecem-na. Enquanto isto, o advogado do sindicato, Edésio Franco Passos, respaldava-se na mesma lei, para garantir a legalidade do movimento grevista.

### AS PROPOSTAS

A reunião de ontem iniciou com a apresentação da contraproposta dos trabalhadores, aos índices de 68 por cento (até três salários); 64 por cento (até dez salários), e, 58 por cento (acima de dez salários), apresentados pelos patrões. Os primeiros índices de aumento solicitado pelo sindicato dos

trabalhadores (também 20 por cento a menos do reivindicado pelos trabalhadores).

Para deliberar sobre essa proposta da delegacia. Massa pediu que a classe patronal representada se retirasse, (inclusive a imprensa). Durante o período da deliberação, os empregados elaboraram duas novas contrapropostas, e também os empregadores elaboraram a sua.

### REJEITADA PELO DRT

Após a recusa da proposta da DRT, os representantes dos trabalhadores apresentaram duas con-

atê cinco salários; 62 por cento entre cinco e dez salários, e 58 por cento, para aqueles que ganham além de dez salários. O piso oferecido foi de Cr\$ 3.900,00 para iniciantes, e Cr\$ 4.200,00 para aqueles que já atuam.

Rejeitada essa última proposta, ou tentativa de negociação, os trabalhadores manterão o decidido na última assembleia geral, ou seja, a deflagração da greve a partir da zero hora de segunda-feira próxima.

ARGUMENTOS  
Conforme argumentação da

Lula (líder sindical paulista, responsável pelo movimento dos metalúrgicos daquele Estado). "O índice exigido pelos trabalhadores daqui é maior daquele que é recomendado pelo Lula". (Aliás — acrescentou — o Lula determina que ninguém abra mão do índice, que é justamente o que ocorre aqui). Ele finalizou afirmando que os trabalhadores daqui não não abriam mão, nem um mínimo, dos índices reivindicados. Porém, é evidente, conforme ficou explícito nas contrapropostas, que esse fato não é verdadeiro.

pende o contrato de trabalho, assegurando aos grevistas o pagamento dos salários durante o período da sua duração, e o cômputo do tempo de paralisação como de trabalho efetivo, se definidas, pelo empregador ou pela Justiça do Trabalho, as reivindicações formuladas pelos empregadores, total ou parcialmente.

Artigo 21 — os membros da diretoria da entidade sindical, representativas dos grevistas, não poderão ser presos ou detidos, salvo em flagrante delito, ou em obediência a mandado judicial.

## Atuação da Igreja

Com referência às reivindicações salariais dos trabalhadores paranaenses, mais especialmente no caso dos metalúrgicos que já decidiram iniciar uma greve de protesto nesta segunda-feira, a Arquidiocese de Curitiba acaba de decretar a criação de uma "Pastoral do Trabalho", a exemplo de outros estados que precederam o Paraná em atitudes deste gênero.

Esta Pastoral, que será coordenada pelo Padre Antonino Lazzarin, um missionário italiano que encontra-se há mais de 13 anos em nosso país, dos quais, dois em nossa cidade, onde é vigário da Paróquia de N.S. de Anunciação, na Planta Capão Raso e Reitor do Seminário Filosófico dos Missionários Camboianos, foi apresentada na manhã de ontem à Imprensa, durante entrevista que concedeu na Curia Metropolitana.

### SOLIDARIEDADE DA IGREJA

Segundo aquele Padre, que declarou já haver tido experiências anteriores neste sentido quando atuou na Pastoral da Terra e na obra do CIMI, em Rondônia, o surgimento desta Pastoral do Trabalho deu-se em atenção do documento dos Bispos da Presidência do Regional Sul II da CNBB, sob o título "Igreja Solidariza-se com Trabalhadores", firmado no final do mês passado, e pela necessidade de se oferecer, dentro dos princípios cristãos e humanitários, um mínimo de apoio ao trabalhador paranaense, para que este faça valer o seu direito de se fazer ouvir pelos patrões, no tocante a suas mais justas reivindicações.

Antonino Lazzarin, que é profundo conhecedor da história religiosa, além de devoto evangelizador, ressaltou na oportunidade que esta "tomada de consciência" da Igreja de Curitiba, foi possível grandemente a partir da opção de Puebla pelo pobres e oprimidos, documento, aliás citado em seus artigos, 1162 e 1163, pelos bispos que subscreveram a mensagem de solidariedade da Igreja para com

os operários, já encaminhado, para leitura, às inúmeras paróquias de nossa Diocese.

Assim é que a Pastoral do Trabalho inicia já nesta semana suas atividades junto a população, quando o referido Documento dos Bispos da Regional Sul II da CNBB, deverá ser lida em todas as paróquias de Arquidioceses de Curitiba, juntamente com a carta de apresentação da própria Pastoral, objetivando, a curto prazo, o levantamento de fundos (alimentação, vestuário, locomoção, etc) para que os operários possam manter sua promessa e utilizando-se de um meio lícito e pacífico, consigam demover os empregados quanto às suas precárias condições de vida, além de fornecer o necessário apoio aos operários demitidos por ocasião da greve, para que estes sejam reconduzidos às suas funções.

Este movimento de solidariedade aos trabalhadores, que segundo o Padre Antonino Lazzarin já está assumindo características ecumênicas, uma vez que conta também com a participação da Igreja Evangélica Luterana, cujo Pastor Carlos Dreher adotou uma linha similar de ação, de acordo com seus integrantes, nada mais é do que a luta pela manutenção da mensagem de igualdade entre os homens e amor mútuo, deixada por Jesus Cristo, através da qual se procurará obter uma proposta de salvação e libertação do homem integral, pois somente quando todos estiverem conscientizados de sua igualdade perante o Senhor, poderá ser alcançada uma justiça social equânime, com benefícios para toda a humanidade.

A Pastoral do Trabalho, que engatinha, portanto, os seus primeiros passos em favor do trabalhador paranaense encontra-se aberta a todos aqueles que desejem oferecer a sua colaboração e embora a atividade seja desenvolvida por igual em todas as paróquias da cidade, uma Central estará funcionando na igreja de Guadalupe.



# Grevistas da construção civil insistem nos 80%

Os 10.000 serventes e operários grevistas amanheceram ontem numa grande expectativa, dispostos a paralisarem todas as obras de construção civil da cidade, o que conseguiram fazer, em pelo menos 30 construções, totalizando cerca de 50, desde antontem. Essas construções pertencem a empresas como a Marcos Baggio, Irmãos Thá, Construtora Zattar, Habitação. J. Malucelli, Cidadela, H.D. Construtora e diversas outras.

A paralisação foi conseguida através de piquetes volantes que se dirigiam às obras, e pediam, ou até mesmo forçavam que seus colegas paralisassem. Após, eles se dirigiam a cancha acústica do Clube Atlético Paranaense, onde todos eles aguardavam uma resposta ao pedido de reivindicação salarial: 80 por cento de aumento; piso de Cr\$ 6.500,00; não punição aos grevistas, e pagamento dos dias de greve.

Conforme queixa de grevistas, a ação policial da PM foi intensa, com uso de cassetetes, durante a paralisação de uma das obras dos Irmãos Thá, nas proximidades do Hospital Psiquiátrico, na Rua Marechal Floriano. Ali, após os piquetes terem conseguido a adesão, estacionou um ônibus da PM, de onde saiu um contingente de soldados que terminou com o movimento, através de cassetadas.

Aliás, o policiamento foi ostensivo em toda a cidade, especialmente na cancha acústica do Atlético, onde, ontem pela manhã, mais de 2.000 soldados formaram um cinturão na praça. Porém, não houve sequer um confronto com esses policiais, naquele local.

## Comissão é mediadora

Desde ontem pela manhã a Comissão Pontifícia Justiça e Paz do Paraná é a mediadora oficial entre as classes trabalhadora e patronal da greve dos pedões de Curitiba. Quinze membros da comissão nomeada pela assembléia geral realizada na praça Afonso Botelho procuraram a entidade ainda antes do meio-dia para explicar a posição dos trabalhadores da indústria da construção civil, expor suas reivindicações e solicitar que se tornasse o organismo mediador para o impasse. Segundo o presidente Wagner Rocha D'Angelis, desde esse primeiro contato os representantes grevistas demonstraram estar conscientes de que não é época do dissídio coletivo da categoria, mas colocaram o fato de que com o dinheiro que estão ganhando não podem sustentar suas famílias e levar uma vida decente.

Fiel às deliberações tomadas pelos bispos do Paraná na sua última reunião de outubro, a Comissão Justiça e Paz houve por bem ouvir todas as exposições feitas e resolveu aceitar a condição de mediadora. Imediatamente manteve contato com o general Adalberto Massa, delegado regional do Trabalho, que se dispôs a recebê-la juntamente com a comissão dos

## PEDINDO AUMENTO



Após o horário do almoço (os operários não almoçaram), o clima de tensão começou a aumentar na praça do Atlético, especialmente depois que os representantes dos operários voltaram da DRT, de mãos vazias, isto é, informando que os patrões não compareceram para negociar.

Ali concentrados, eles permaneceram até as 15 horas (aproximadamente), dirigindo-se após para a sede do sindicato na Praça Zacarias.

## OPOSIÇÃO SINDICAL

Conforme um dos líderes que se encontrava na Praça do Atlético, "nós estamos propondo a saída do presidente do sindicato, porque ele não entende aos trabalhadores, não sua como os trabalhadores". Para esse líder, de apenas 25 anos de idade, que permaneceu naquele clube em companhia de um filho menor de idade, ("ele saiu de casa sem o café da manhã, porque não tenho dinheiro para dar de comer"), "se um acordo não for feito hoje, assumirei a liderança da greve".

Aliás ele frisou que "qualquer um aqui pode assumir a liderança". Ele juntou ainda que o movimento não vai parar porque como o caso dele existem milhares de outros: "eu ganho Cr\$ 2.200,00 mensais, e faço alguns biscates para pagar Cr\$ 1.500,00 de aluguel, vestir as crianças, comprar remédios e outros". Além disto, ele deve com frequência, mais de Cr\$ 1.800,00 para o boteco onde faz compras".

## Ausência

trabalhadores e representantes da Comissão Pastoral do Trabalho da Diocese de Curitiba. As 16h, foi iniciada a primeira reunião desses grupos, prolongando-se pelo período de duas horas. Conforme enfatizou após Wagner Rocha D'Angelis, ficou deliberado que o general Massa tentaria ainda ontem um contato com representantes da classe patronal, visando uma solução definitiva para a greve dos pedões.

No início da noite, quando a Polícia dispersava os trabalhadores que se postavam em frente ao sindicato da categoria, na Praça Zacarias, o presidente da Comissão Justiça e Paz do Paraná chegou a manter conversação com o comandante do policiamento, pedindo para que tudo fosse feito "com calma e sem partir para a agressão dos operários". D'Angelis nesse sentido, mostrava-se tranquilo, uma vez que à tarde um telefonema do coronel Haroldo Ferreira Dias, secretário da Segurança Pública, informava o general Adalberto Massa que a orientação era no sentido de manter a ordem com calma, a fim de preservar a integridade física dos trabalhadores grevistas.

A representação da classe patronal da construção civil de Curitiba não compareceu ontem pela manhã, à Delegacia Regional do Trabalho (DRT), a fim de manter uma reunião de intermediação com representantes sindicais, e com uma comissão dos operários. Com isto, agravou-se o clima de impasse nas negociações, deixando pedreiros e serventes realmente exacerbados, especialmente porque eles passaram toda a manhã, na cancha acústica do Clube Atlético Paranaense, aguardando uma resposta das negociações na DRT.

Porém, os patrões simplesmente resolveram ignorar o pedido salarial feito pelos operários grevistas, e fazendo com que os representantes dos trabalhadores aguardassem, por mais de duas horas, naquela delegacia. Decorrido esse prazo, eles mandaram uma carta para Massa, afirmando que os operários devem entrar na Justiça do Trabalho, a fim de solicitar que os juizes decidam sobre o modo que será feita a correção do INPC. Isto é, se essa correção deverá ser feita sobre a data base da convenção de trabalho, ou ainda, sobre o salário majorado no dia 1.º de novembro. Assim, eles se recusaram a dialogar com os representantes dos trabalhadores, inclusive, também na parte da tarde, após a Comissão Pontifícia de Justiça e Paz da Arquidiocese de Curitiba ter aceito ser intermediária nas negociações.

Ontem a noite, além do delegado do Trabalho, Adalberto Massa, o diretor da Polícia Civil, Luiz Chemin Guimarães tentou entrar em contato com os patrões, a fim de pedir que eles compareçam para as negociações, e apressem uma decisão para esse movimento dos grevistas. A decisão de Chemin foi tomada após uma comissão de deputados ter pedido a ele que tomasse essa atitude, já que "os patrões não estão atentando para a gravidade dessa situação, conforme ressaltaram os deputados Waldir Pugliese, Antonio Facci, Darcy Deitos, Nelson Friederich, que foram especialmente na Avenida Cândido de Abreu, para assistir o desenrolar do acontecimento, no local".

## POSSÍVEL SOLUÇÃO

E provável que hoje, sejam encetadas algumas negociações, na Delegacia Regional do Trabalho, a partir das 9 horas, quando o delegado Adalberto Massa estará reunido com representantes dos trabalhadores, da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz da Arquidiocese, e ainda os patrões.

A tarde, por volta das 16 horas, os operários deverão estar reunidos em assembléia geral, na cancha acústica do Atlético.

## ARRUAÇAS

Alguns operários descontrolados, assumiram ontem atitudes indesejadas, como o movimento de depreação que iniciaram na Praça Rui Barbosa, durante o trajeto de marcha para o centro da cidade. Apesar dos estragos não terem sido muito grandes, segundo os comentários de alguns, eles chegaram a quebrar diversas partes da obra.

Mais tarde, nessa mesma praça, eles passaram a fazer novas arruaças, apedrejando automóveis. Essa atitude motivou a revolta de diversos populares que ainda ontem à noite, telefonaram ao jornal, pedindo a divulgação desses fatos. Esse é o caso da proprietária Opala 7577, que foi apedrejado e cuja motorista está grávida e tomou um grande susto. Inconformado, seu marido que não estava no local, perguntou ao jornal que providência tomar, já que segundo sua esposa contou, exatamente atrás de seu automóvel, estava uma viatura policial que permaneceu sem ação, enquanto o veículo estava sendo apedrejado.

## FATO LAMENTÁVEL



Na caminhada, a tentativa de depreação dos ônibus.

## Trânsito

Os técnicos do IPPUC, ao final da tarde informavam que a movimentação de veículos nas ruas onde os semáforos haviam sido desligados dos computadores mestres ocorreu dentro do esperado.

## CENTRO DA CONCENTRAÇÃO



Na Praça Afonso Botelho, o centro de concentração maior dos trabalhadores.

## Por toda a cidade, as marchas para a reivindicação

Aos gritos, cerca de 300 operários dos 10.000 grevistas da construção civil de Curitiba, levaram às 19 horas de ontem, sua reivindicação salarial de 80 por cento de aumento, às portas do Palácio Iguaçú. Antes disso, serventes e pedreiros estiveram reunidos na Praça Zacarias, onde foram convencidos a se dispersarem. Porém marcharam desordenadamente pelas ruas centrais até a Praça Tiradentes, e dali até aquele Palácio, pela Avenida Cândido de Abreu.

Defronte ao Palácio, o cordão de isolamento, embora pequeno, conseguiu mantê-los afastados, isto é, que eles não entrassem. Depois de dez minutos, eles desistiram de permanecer ali, empreendendo retirada. Antes de saírem, deixaram alguns recados como o de se "se Deus quiser no futuro nós votemos (votaremos), e daí vocês vão ver o que é bom (bom), e ainda outros impublicáveis, dirigidos aos guardas que faziam isolamento.

Alguns minutos após, centenas de policiais, e viaturas começaram a surgir no Palácio, saindo então, ao encaicho do grupo que tomara direção à Praça Tiradentes.

Devido a esse incidente ocorrido, a Polícia Militar do Estado permanecerá até o término do movimento, guardando o Palácio Iguaçú, conforme informou ontem, o comandante geral da PM, Manoel Abreu Paes.

Na volta, em meio a muita confusão, foram efetuadas pelo menos duas prisões, na Avenida Cândido de Abreu. Essas prisões, inclusive de uma mulher, foram efetuadas próximas ao rio Belém, onde mais de seis operários saltaram para não ser presos.

## NA CONCENTRAÇÃO

Antes de se dirigirem ao Palácio Iguaçú, mais de 2.000 serventes e pedreiros estiveram reunidos na Praça Zacarias, defronte o Edifício Santa Maria, onde funciona a sede do sindicato. Ali, um contingente de Polícia de Choque, com 500 homens, impediam que eles entrassem no prédio. Inclusive, a imprensa foi proibida de entrar no Edifício Santa Maria, pelos policiais de choque, muito embora alegassem que "esse é o nosso trabalho, e vocês tem que nos deixar entrar".

Além de "fecharem o cerco" defronte ao prédio, os policiais formaram um cinturão naquela praça, chefiados pelo comandante Raul Lopes, do Comando de Polícia da Capital (CPC). Esse comandante conseguiu convencer aos operários a se retirarem do local, pedindo que "voltem as suas residências, amanhã vocês continuarão a greve".

A maioria deles tomou então, direção da rua Marechal Deodoro, numa passeata irregular, correndo ao meio dos

carros, e subindo pela rua Marechal Floriano, atingiram a Praça Tiradentes. No caminho, como eles estavam muito exacerbados, chegaram a provocar confusões com motoristas, batendo nas latarias dos carros e, provocando também, uma completa confusão no escoamento do tráfego.

## EXACERBAÇÃO

Desde a Praça Zacarias, até o Palácio Iguaçú, os grevistas gritavam enquanto corriam "queremos 80" (80 por cento de aumento salarial). Inclusive, eles não tinham sequer noção para quem estavam dirigindo o apelo. Aliás, uma autoridade que ouviu de viva voz esse apelo, foi o secretário de Comunicação Social, Cleto de Assis, que permaneceu defronte ao Palácio enquanto o movimento ali esteve.

No trajeto de volta a Praça Tiradentes, não usando cassetetes, os policiais prenderam pelo menos dois dos grevistas, entre eles uma mulher que participava francamente da reivindicação.

Embora a exacerbação fosse muito grande, e, mesmo que a marcha até o Palácio tenha sido dispersada nas proximidades do prédio do SESI, os grevistas mantêm ainda a mesma disposição de levar adiante o movimento.

ção e que as partes cheguem a um acordo.

Lembrado pelos jornalistas que esta é a segunda greve de metalúrgicos que se registra em governos de Ney Braga, ele respondeu que "existiram muitas greves. O problema é a legalidade. A greve causa prejuízos à vida social e econômica do país, quando se estende além do que é permitido por lei. No momento, entendo que os grevistas estão se

um apelo: voltem ao trabalho". O governador disse que não lhe interessa discutir os prejuízos que a greve dos metalúrgicos poderá causar à arrecadação do Estado: "o importante agora é que se evite um problema social".

- E o apoio da igreja à greve?  
"Conheço o meu papel e cumprio com ele. Não vou discutir a participação da igreja".

movimento, originando-se um princípio de tumulto. A polícia interveio mas logo os animos serenaram com a participação dos líderes do comando de greve, que pediram calma aos piqueteiros.

Algumas viaturas da Polícia Militar circularam pela Cidade Industrial, observando os acontecimentos à distância, e estacionando em locais estratégicos.

## Longa marcha de Irmãos Muller

Na Fundação Muller e Irmãos às 7 horas da manhã estava todo o mundo na frente da fábrica. Os 600 empregados ali estavam reunidos. Uma faixa colocada em lugar alto dizia:

"Estamos em greve, mas não é culpa dos empregados". Como se vê muita elegância, fair play. Tanto que ninguém entrou em piquete total, o que mostrou uma excepcional linha de solidariedade nascida da espontaneidade. Foram os mais conscientizados do movimento. A Müller fica situada próximo à Avenida Kennedy na Wenceslau Braz. Quando viram a situação garantida, houve uma cena bellissima: uma verdadeira procissão de trabalhadores em blocos de 50 e 60 partiu em maratona a pé em ação de aliciamento e proselitismo de outros companheiros nas fábricas próximas.

Foram até a Lider, tudo no pé dois, que fica a uma distância de três quilômetros. Chegaram lá e tiveram uma frustração: a quase totalidade dos trabalhadores estava em serviço com exceção de uns 28, segundo os empresários. Ainda com faixas, em sua peregrinação, se deslocaram até a Iok, todos caminhando pela Marechal Floriano. Ali conseguiram a adesão parcial, o que obtiveram também na Trox e não pararam nesse teste de "Cooper" solidário. À tarde continuaram e ainda a pé foram até a Refrigeração Paraná que tem cerca de 1.500 operários. A fábrica fica próximo à Avenida Salgado Filho no Guabirota. Reclamaram do cansaço e alguns lembravam que em greve se trabalha mais do que quando se está na "ativa". Não havia carro para deslocar o pessoal.

## Minitumulto diante da Bosch

Uns diziam "slogans", outros cantavam músicas de carnaval como "você pensa que cachaça é água?". Mas na Bosch houve um pouco de tumulto e a polícia civil teve que deslocar carros para evitar tensões. Os patrões usando de uma estratégia vivíssima, resolveram fazer o pagamento ontem e extraoficialmente, sob a forma de contrainformação, divulgou-se que os empresários estavam dispostos a pagar os 85%. O tumulto se deu às 3 da tarde ao término do turno dos

"fura greve" das 7. Os piqueteiros, lá do lado de fora, esperavam os colegas não solidários. Ai um deles, impaciente, agrediu um dos "fura greves" e a polícia interveio mas se limitando a separar os dois. Na saída alguns dos trabalhadores que haviam "furado" afirmaram, sob aplausos da massa, que foram trabalhar só pra receber mas que hoje estarão firmes nos piquetes. E houve cantoria: "Trabalhador unido, jamais será vencido".

## Pouco furo na Furukawa

Houve bronca também na Furukawa: ela parou parcialmente. Os executivos estavam nervosos e decidiram buscar os trabalhadores — a fábrica tem 700 empregados — de ônibus. Três apenas entraram. Houve algumas cenas de violência. O motorista de um deles meteu o veículo na direção do piquete. Um deles só quebrou a pulseira do relógio. A tarde os ânimos es-

quentaram.

O diretor da Polícia Civil, Luis Chemin Guimarães, estava por lá observando. Como ele mais 7 viaturas da Polícia Civil. O problema maior foi na saída do pessoal que trabalhou. Houve trocas ásperas de palavras contra fúres e patrões. Alguns mais exaltados

## Yok e Pfaff, parada depois

A Yok é uma indústria pequena. À tarde o pessoal ainda estava trabalhando parcialmente, mas a maratona de piqueteiros se deslocou até lá. Ai o patrão, também com muito senso de habilidade, para prevenir qualquer clima tenso, liberou quem estava trabalhando.

Outro caso curioso se deu em uma indústria também de pequeno porte — a Pfaff, produtora de máquinas de costura. O pessoal estava trabalhando normalmente e de repente, sem que recebesse qualquer coação externa, pararam como se observassem uma voz de comando.

## Na refrigeração greve congela

Na Refrigeração Paraná dava coluna do meio: havia 500, no turno da madrugada até às 13h30min lá dentro, e 500 lá fora no máxi-piquete querendo convencer e doutrinar. O delegado Dorval Simões, do COPE, que furo a greve dos delegados, estava lá com 4 viaturas para manter a ordem. O diretor da empresa, que

tem 1.500 funcionários, contratou três ônibus para conduzir os que estavam lá dentro com medo de sair. A direção tentou diálogo. Uma hora depois foram desfeitos os piquetes e a Refrigeração funcionou com cerca de 70% deles. Não houve qualquer problema de agressão policial.

## Picardia & tensão

Um episódio bizarro se deu diante da Olsen PMO, fábrica de tratores. O dono da indústria não gostou dos piquetes e partiu para a ação oral. A maioria estava trabalhando. Ameaçou tocar o trator em cima deles. Ninguém acreditou. O homem pegou o trator e foi em cima do pessoal que correu que nem personagem de filme do Carlitos protegendo-se atrás de um Corcel pertencente à administração que funcionou como escudo. Ai ele freiou.

Na Britânia, eletrodomésticos, perto do Teatro Paiol, pouca gente fez greve. A fábrica que demitiu 15 empregados na fase preparatória das reivindicações, estava operando quase normalmente. Os diretores não gostaram do piquete e fecharam o portão, mas foi constrangedor para a turma que tinha trabalhado en-

frentar a cara dos colegas dos piquetes. Na Perfilados, Zona Norte da cidade, houve outra curiosidade: na hora do almoço, a diretoria trancou todo mundo lá dentro e isso porque havia piquete lá fora. O dono ficou irado e ameaçou soldar o portão de entrada. Para quem não acreditou a operação foi feita: umas barras de ferro foram soldadas ao portão de entrada temendo que pudesse ser arrombado.

Na Itabrás, 180 empregados, estava tudo parado. Seus trabalhadores saíram para reforçar o piquete na Furukawa. Nada de anormal.

Na Inepar, com 700 trabalhadores, o pessoal que cuidava dos piquetes estava irritadíssimo com os que haviam furado. Ela funcionou parcialmente. Os grevistas acusaram mulheres de terem sido aliciadas pelos mestres de secção.

A New Holland só operou em anúncios de televisão. Dos seus 700 trabalhadores, apenas 80 compareceram ao trabalho e assim mesmo apoiados por um estratagema: ônibus especiais contratados pela empresa os conduziram. Só entrou o pessoal de manutenção. A produção parou inteiramente, pois se trata de um dos núcleos mais "quentes" da categoria. Tão quentes que não deixaram nem o diretor geral da fábrica entrar pela frente. Pacificamente cercaram o carro. Mas o diretor não desanimou. Voltou e entrou.

Só que desta vez dentro de uma viatura da polícia civil.



## Haroldo condena piquetes

No aeroporto Afonso Pena, enquanto aguardava o ministro do Exército, general Valter Pires de Carvalho, o secretário de Segurança, coronel Haroldo Ferreira Dias declarou que há um esquema especial de policiamento: "mas isso não é repressão. A polícia acompanha todos os movimentos da greve, mas veja bem: tem que permitir que os grevistas, na medida em que se mantenham dentro da lei possam circular normalmente".

O secretário acentuou que é dever da polícia proteger o patrimônio: "não apenas no sentido particular da palavra, mas no de manutenção da ordem e defesa da propriedade. Essas medidas não serão repressivas enquanto a greve continuar pacífica".

Continuando, o coronel Haroldo Dias disse que "tem gente interessada em tumultuar e nós sabemos quem".

— Quem são?  
"Pessoas que não pertencem à classe. Talvez esteja acontecendo aqui o mesmo caso de São Paulo. Piqueteiros pagos para convencer os trabalhadores a cruzar os braços", repetindo assim o que disse à semana passada em Curitiba, o ministro do Trabalho, Murilo Macedo.

Concluindo, o secretário condenou os piquetes: "os trabalhadores têm liberdade de ir e vir e vocês jornalistas tem obrigação de colocar isso no jornal."



JOSE FERREIRA  
Veio de São Paulo  
para observar a greve.

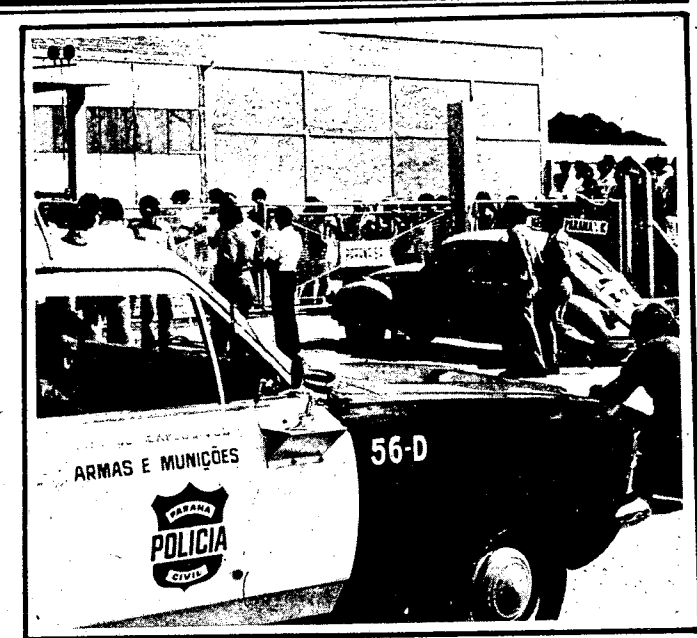
## Donativos para os grevistas

Uma nova central de recebimentos de donativos para o fundo de greve dos metalúrgicos de Curitiba será aberta hoje. É a campanha de recolhimento da Pastoral do Trabalho da Arquidiocese de Curitiba com sede na igreja de Guadalupe. Os organizadores que trabalham em conjunto com o comitê de solidariedade, formado na semana passada e centralizado no Diretório Municipal do MDB. Está pedindo à população a doação de agasalhos, alimentos e dinheiro e funcionará em plantão permanente, das 8h30min às 22 horas.

Para a arrecadação de dinheiro, foi aberta ontem uma conta no Banestado. Os interessados em colaborar poderão depositar recursos na conta nº 20124/7. Quanto ao comitê de solidariedade, mantém plantão permanente para recebimento de donativos, no Diretório Municipal do MDB, à Rua José Loureiro.



# GREVE



## Dissídio vai ser julgado hoje no TRT

Fracassou a segunda audiência de conciliação realizada as 17 horas de ontem, no Tribunal Regional do Trabalho. O procurador José Montenegro Antero e o juiz Luiz Guimarães Falcão apresentaram uma nova proposta, que não foi aceita pela classe patronal: 74% para os que percebem salários de um a três salários mínimos; 65% para os que recebem de 3 a 5; 60% para os que recebem de 5 a 10 e 55% para os que recebem acima de 10 salários mínimos, com um piso profissional de 4,3 mil cruzeiros.

Esta proposta pretendia reduzir o aumento salarial dos que ganham acima de 10 salários mínimos, que anteriormente era de 58%, em benefício do pessoal menos qualificado (elevando esta proposta de 72 para 74%). Mas os empregadores se mantiveram irredutíveis na proposta original de 68%, compensados os

aumentos espontâneos concedidos nos últimos 12 meses.

Após essa audiência, os líderes da greve convocaram uma assembleia na Praça Afonso Botelho (em frente ao ginásio do Atlético) e que contou com a participação de aproximadamente 4 mil trabalhadores. Os oradores que se sucederam conclamaram os grevistas a permanecerem unidos e a dialogar com os trabalhadores que ontem compareceram normalmente ao trabalho, para que se incorporem ao movimento grevista.

Hoje será julgado o dissídio coletivo no TRT, mas a greve poderá continuar ainda por mais alguns dias. Embora apenas 10 dos 30 mil trabalhadores do setor tenham aderido, os líderes consideram que a greve foi vitoriosa no primeiro dia, com a paralisação de quase todas as grandes empresas.

## Ney preocupado com o problema social

O governador Ney Braga, por sua vez disse que espera que haja conciliação e que as partes cheguem a um acordo.

Lembrado pelos jornalistas que esta é a segunda greve de metalúrgicos que se registra em governos de Ney Braga, ele respondeu que "existiram muitas greves. O problema é a legalidade da greve causa prejuízos à vida social e econômica do país, quando se estende além do que é permitido por lei. No momento, entendo que os grevistas estão se

comportando de acordo com as determinações legais e só posso lhes fazer um apelo: voltem ao trabalho".

O governador disse que não lhe interessa discutir os prejuízos que a greve dos metalúrgicos poderá causar à arrecadação do Estado: "o importante agora é que se evite um problema social".

- E o apoio da igreja à greve?  
"Conheço o meu papel e cumprio com ele. Não vou discutir a participação da igreja".

## Um forte aparato policial

"A greve não pertence à minha área e eu estou apenas dando uma olhada", disse ontem o diretor da Polícia Civil, Luiz Chemim Guimarães, em frente à Furukawa, na Cidade Industrial. Estava em companhia do delegado de Menores, Daniel Isberner e vários policiais.

Enquanto isso, também acompanhado de diversos policiais, o delegado Dorval Simões, diretor do Centro de Operações Policiais Especiais, dirigia-se à Refrigeração Paraná no Guabirotuba, de onde surgiram notícias de que haveria um conflito entre fura-greves e grevistas. O que não aconteceu pois a indústria funcionou normalmente com o comparecimento de 70 por cento dos seus efetivos.

A maior concentração de viaturas e policiais ocorreu na Cidade Industrial, principalmente na Bosch, que também não parou e na Furukawa, durante à tarde, quando os piqueteiros aguardavam a mudança do turno.

Na Bosch houve a intervenção da Delegacia de Ordem Social, para apaziguar os ânimos de dois trabalhadores. Um grevista agrediu um fura-greve, que revidou.

Na Furukawa houve xingamentos entre os participantes do movimento, originando-se um princípio de tumulto. A polícia interveio mas logo os ânimos serenaram com a participação dos líderes do comando de greve, que pediram calma aos piqueteiros.

Algumas viaturas da Polícia Militar circularam pela Cidade Industrial, observando os acontecimentos à distância, e estacionando em locais estratégicos.

## O DRAMÁTICO E O PITORESCO

### Churrasco da greve à greve

Uma churrascada, com bastante chope e um repentinista (que fazia como um rapsodo à antiga versos sobre a greve), marcou o clima de amistosidade do movimento paredista na indústria Langer, uma das poucas da Cidade Industrial a não sofrer paralisação compulsória. E o que o empresário Udo Langer, um diplomata, fez o seguinte: ao invés de abrir a em-

presa para o trabalho recepcionou os trabalhadores.

Segundo os dirigentes da fábrica, a maioria dos trabalhadores ganha em média de 13 a 15 mil cruzeiros, existindo apenas 15 serventes que ganham 4.500 cruzeiros, bem superior ao piso pleiteado pela categoria. Um dos operários comentou: que bom se tiver outra greve na semana que vem, a gente ganha outro almoço desses. Enquanto o sanfoneiro satirizava a greve o presidente do sindicato, Orlei Lopes da Silva, que é funcionário da empresa—o pessoal tomava chope às pampas. Nenhum dos 183 funcionários parou de comer. O cenário era de um filme de Felini.

### Na Siemens, a mulher dirigiu

Outra cena feliniana na frente da Siemens: a mulherada toda, de sombrinha a proteger-se do sol, parada em frente à fábrica. Moderna, com a habilidade que os europeus sabem cultivar, a Siemens usou de diplomacia e reconheceu que tudo esta caminhando legalmente. Os portões estavam abertos. Uma prova de que elas são participantes e até emocionais: as casadas, solteiras e viúvas viaavam os diretores que ficavam próximo ao portão observando a movimentação. Se alguma levava o piche: "puxa saco dos patrões" conseguiram um carro, pegavam "carona" para montar piquetes em outras fábricas e cantavam o "slogan": "trabalhador unido, jamais será vencido". A Siemens tem cerca de 2.000 trabalhadores, a maioria do sexo feminino, e tudo parou.

Os geradores de energia elétrica foram desligados. Mas havia uma teleobjetiva utilizada por um engenheiro de segurança, documentando as manifestações.

## Na Volvo tudo bem articulado

Na Volvo ninguém tomou conhecimento da greve. Todo o mundo trabalhou como se estivesse numa "ilha" bafejada pela democracia social da Suécia. Explicação: o salário mais baixo naquela unidade, onde trabalham cerca de 400 operários, é de 7 mil cruzeiros e na linha de produção há um número ainda insignificante de operadores.

### Longa marcha de Irmãos Muller

Na Fundação Muller e Irmãos às 7 horas da manhã estava todo o mundo na frente da fábrica. Os 600 empregados ali estavam reunidos. Uma faixa colocada em lugar alto dizia:

"Estamos em greve, mas não é culpa dos empregados". Como se vê muita elegância, faz play. Tanto que al ni-

### Minitumulto diante da Bosch

Uns diziam "slogans", outros cantavam músicas de carnaval como "você pensa que cachaça é água?". Mas na Bosch houve um pouco de tumulto e a polícia civil teve que deslocar carros para evitar tensões. Os patrões usando de uma estratégia vivíssima, resolveram fazer o pagamento ontem e extraoficialmente, sob a forma de contrainformação, divulgou-se que os empresários estavam dispostos a pagar os 85%. O tumulto se deu às 3 da tarde ao término do turno dos

"fura greve" das 7: Os piqueteiros, lá do lado de fora, esperavam os colegas não solidários. Ai um deles, impaciente, agrediu um dos "fura greves" e a polícia interveio mas se limitando a separar os dois. Na saída alguns dos trabalhadores que haviam "furado" afirmaram, sob aplausos da massa, que foram trabalhar só pra receber mas que hoje estarão firmes nos piquetes. E houve cantoria: "Trabalhador unido, jamais será vencido".



Texto - Mari Tortato  
Fotos - Alberto Viana  
Valdenir Godoy

Nesta madrugada continuou toda a operação grevista dos metalúrgicos com reforços nos pontos onde houve comparecimento parcial ou total ao trabalho como na Siderúrgica Guaira, Furukawa, Volvo, Refrigeração Paraná e Bosch. Mais de 10 mil metalúrgicos deixaram de trabalhar ontem e a previsão é a de que haja maiores adesões hoje. A tarde, porém, tudo pode terminar caso haja uma sentença no julgamento do dissídio no Tribunal Regional do Trabalho. Em meio à greve, considerada vitoriosa pelos trabalhadores e parcialmente apoiada pelos empresários, houve nova tentativa

de conciliação no TRT sem resultados frutíferos. A noite os metalúrgicos fizeram assembleia a céu aberto na Praça Afonso Botelho reunindo 4 mil participantes. Houve poucos atritos e incidentes e o secretário de Segurança afirmou que se ela continuar pacífica não haverá repressão. O governador Ney Braga fez um apelo aos metalúrgicos para que voltem ao trabalho. Algumas empresas liberaram os operários como a Maclinea, outras fizeram um churrasco de confraternização como a Langer, enfim, uma greve com picardia e tato, jogo de cintura, de lado a lado.

## As adesões começaram na CIC

As 6 horas de ontem, aproximadamente 600 dos 700 empregados metalúrgicos da Sperry New Holland se reuniram em frente aos portões da fábrica, na Cidade Industrial de Curitiba. A palavra de ordem estava expressa nas faixas que traziam: "ninguém entra na fábrica. Estamos em greve". E ninguém entrou, a não ser 80 dos trabalhadores que tiveram acesso por um portão lateral, faltando 15 minutos para às 7 horas, levados por dois ônibus especiais, contratados pela empresa.

Os poucos operários que furaram a greve deflagrada à zero hora de ontem, depois de nova rejeição da assembleia em conciliar com a classe patronal, não conseguiram tocar as máquinas e a Sperry New Holland parou. Apenas um dia de paralisação significa a empresa, um prejuízo de 14 milhões de cruzeiros somente na linha de montagem. Sua produção é de 14 máquinas agrícolas diárias.

A mais significativa paralisação no entanto, foi a da Siemens, indústria de centrais e aparelhos telefônicos. Pacificamente, os operários foram chegando aos portões da fábrica, antes das 7 horas e se colocavam à espera dos demais colegas. A maioria dos dois mil operários, são mulheres. As solteiras aderiram facilmente. Quanto às casadas havia a necessidade de um diálogo e entendimentos. Noventa por cento da produção da Siemens esteve paralisada ontem. Numa última tentativa de evitar prejuízos, a direção deter-

minou o desligamento dos geradores de energia elétrica. Só a parte administrativa teve andamento e ainda assim, precário. Garantida a paralisação da indústria, as mulheres se dispersaram. Muitas foram para casa, e outras se mobilizaram para os piquetes a outras fábricas que não tinham aderido ao movimento. Para proteger o sol de ontem, sombrinhas não faltaram.

Repressão não ocorreu ontem. A Polícia Civil foi toda mobilizada, principalmente para a CIC devido à aglomeração das indústrias. Casos desagradáveis se registraram em poucas empresas. A Furukawa, indústria de fios elétricos, foi uma das únicas onde se registrou problemas. Dois ônibus da firma levaram os trabalhadores do turno das 7 horas. Havia piquete no portão central tentando impedir o acesso. Um dos motoristas pisou no acelerador obrigando os grevistas a se afastarem. Um deles não pode fugir a tempo, mas só teve a pulseira de seu relógio danificada. Diante dessa represália, os metalúrgicos grevistas das demais indústrias se aglomeraram em frente à fábrica, esperando o término do turno, por volta das 15 horas. A diretoria pediu reforço policial temendo agressão aos que trabalharam. Sete viaturas da Polícia Civil se deslocaram para a CIC, enquanto os carros da PM circulavam.

Os cacetetes dos policiais não chegaram a intimidar a massa de cerca de 300 paredistas. Foram chamadas, as lideranças do movi-

mento. Um deles conseguiu amenizar os ânimos, tomando o ônibus e entrando na fábrica para sair com os que trabalharam. Essa atitude foi a que conteve a massa, impedindo qualquer agressão. Quanto à indústria Bosch, a maioria dos empregados trabalhou ontem. Era dia de pagamento. Na saída um pequeno tumulto. Um grevista agrediu o rosto de um "fura greve", que revidou imediatamente. A polícia interveio e tudo voltou ao normal. No entanto, os que trabalharam, prometeram que hoje, a partir das 6 horas se juntarão aos grevistas.

Segundo informações de alguns empregados, a Bosch é uma das firmas da CIC que melhor paga seus funcionários.

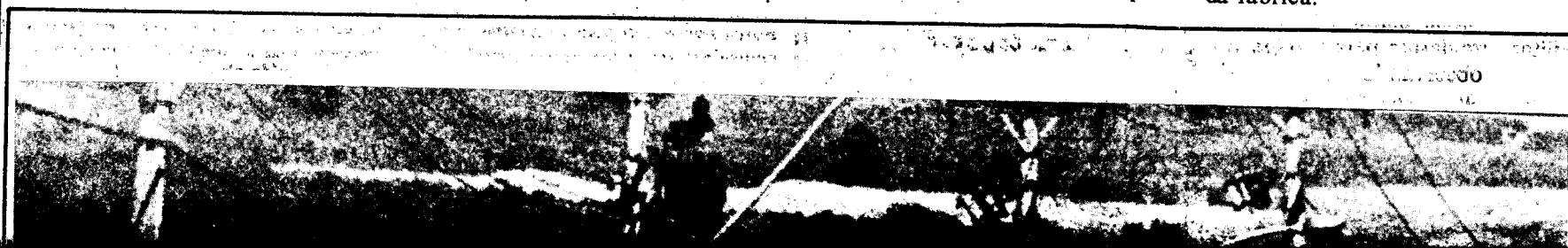
Trinta por cento da classe metalúrgica parou ontem, no primeiro dia de greve, isto é, aproximadamente 10 mil operários, número significativo porque o peso deles representa o quadro de pessoal das empresas de grande porte, principalmente da CIC. É também significativo porque se sabia antecipadamente que seria quase nula adesão dos mecânicos, que trabalham normalmente, em sua maioria. Nesta área, apenas se registrou parada em concessionárias de nível econômico elevado.

### EMPRESAS QUE PARARAM

Não é possível ainda uma estimativa correta do resultado desse primeiro dia. O comando central de greve, sediado no sindicato da categoria, buscou um levantamento aproximado. Os dados correspon-

dem ao período da manhã, mas se sabe que houve significativa modificação a partir da tarde, quando se intensificaram os piquetes em firmas que continuavam trabalhando mesmo que parcialmente.

Trinta e seis foram as firmas computadas, com paralisação total e parcial. Eis a relação: com o respectivo número de funcionários: (o que não significa que tenha ocorrido adesão total): Cromagem Tarumã (85 funcionários), Gibon do Brasil (80), Indumec (150), Trox do Brasil (130), Kroner (80), Itabrás (200), Furukawa (parcial - 200), Emil Arand (20), Muller Irmãos (600), Eletrofrio (150), Sandivik (30), Udo Heuer (30), Omeco (80), New Holland (700), Lógico (60), Indústria Mecânica Pastre (90), ABS Bombas (50), Siderúrgica Paraná (50), Silogramel (em São José dos Pinhais, que aderiu totalmente à greve - 150), Mecânica Santi (80), Magius (200), Indústria de Máquinas Águia (150), Trafo S/A (250), Straiger (120), S. Picolli Veículos (30), Inepar S/A (350), Tristzchaler (150), Siemens (2.023), Mamuth (50), Fam (80), Metalmec (80), Reikdal (80), Sund Emba (50), Savana (50), Retipar (80), Yok (parcialmente-120), Pfaff (70), e Refrigeração Paraná (30% dos 1.500 empregados). A Siderúrgica Guaira trabalhou, não com a capacidade total, mas segundo um relações públicas de empresa, não se registrou grande adesão grevista, nem a formação de piquetes no portão da fábrica.



07-10-79 a. 130

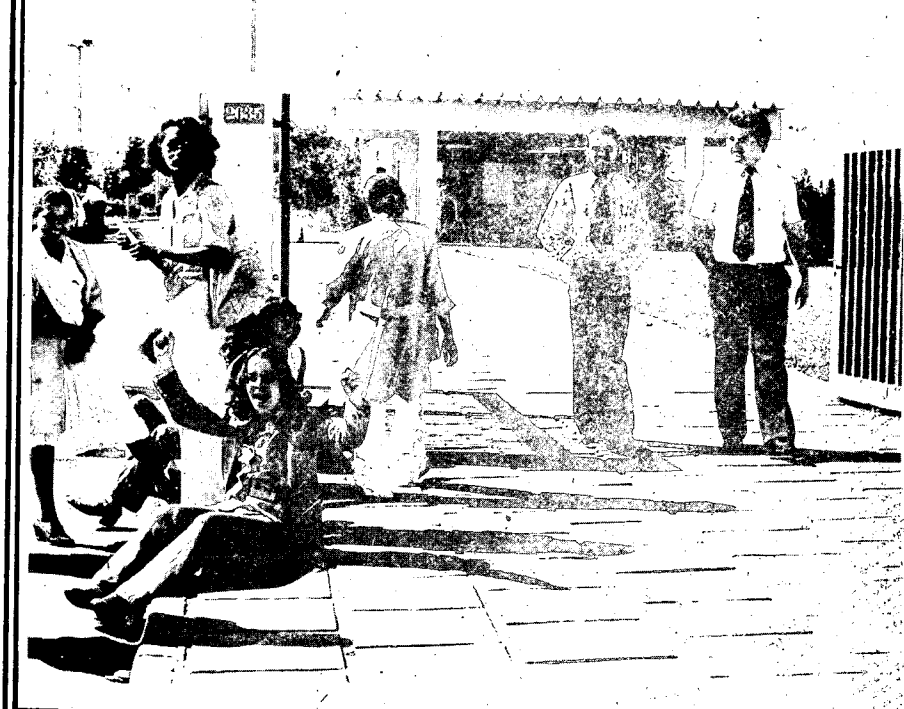


produção da Siemens esteve paralisada ontem. Numa última tentativa de evitar prejuízos, a direção deter-

chegaram a intimidar a massa de cerca de 300 paredistas. Foram chamadas, as lideranças do movi-

meiro. O comando central de greve, sediado no sindicato da categoria, buscou um levantamento aproximado. Os dados correspon-

públicas de empresa, não se registrou grande adesão grevista, nem a formação de piquetes no portão da fábrica.



## Empregador lamenta a greve

“É lamentável que depois de 15 anos, os empregados e patrões tenham perdido a capacidade de dialogar”. A declaração foi feita pelo presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Gilberto Borges, ontem, pouco antes da segunda audiência de conciliação, no Tribunal Regional do Trabalho. Os empregadores acompanharam passo a passo a mobilização dos grevistas e segundo Gilberto Borges, pelos resultados obtidos, “apenas 15 por cento das indústrias metalúrgicas e mecânicas tiveram sua produção paralisada”.

Não houve qualquer atitude intimidatória dos empregadores, a não ser estratégias para impedir a paralisação. Os diretores, em sua maioria, se mantiveram na parte interna dos portões, procurando diálogo com os trabalhadores. Muitos deles reconheceram a organização pacifi-

ca da greve, com exceção dos pequenos incidentes registrados.

José Américo Ferreira, gerente geral de Recursos Humanos da Siemens, que veio especialmente de São Paulo, reconheceu à imprensa a paralisação de 90% da produção da unidade da CIC, a Equitel — Equipamentos de Telecomunicações (que está em fase de negociação com o capital nacional, por decreto do Ministério das Comunicações em nacionalizar empresas de telecomunicações). Durante o dia, a fábrica manteve os portões abertos, permitindo a opção de voltar ao trabalho, dos grevistas. Na cabina de segurança, um engenheiro com uma teleobjetiva, “documentava os acontecimentos”, como ele próprio explicou.

O diretor de Recursos Humanos, disse que não poderia avaliar os prejuízos da empresa no primeiro

dia de parada. “Estamos em plena fase de um movimento que não sabemos até onde vai”. Segundo ele, há dois mil trabalhadores na Siemens, 1.500 na linha de produção. Adiantou que não há qualquer possibilidade da firma dar um aumento aos empregados, fora do que foi decidido na negociação coletiva. “Por uma questão de ética, cumprimos o que foi acertado”.

Os operários da Siemens ganhavam até o final de outubro, 2.700 cruzeiros por uma jornada de oito horas e José Américo Ferreira frisou que “o piso salarial da categoria já está superado”. Quanto à greve, “é um direito absoluto dos trabalhadores”. Elogiou a organização dos piquetes, “tudo está sendo feito na base da solidariedade. A empresa não está em atitude belicosa porque o comportamento dos grupos é irreprovável”.

Não tem idéia por quanto tempo a empresa poderá agüentar uma greve: “Vai agüentar enquanto durar. Oxalá seja curta”. Ele lembrou o procedimento da Siemens de São Paulo durante a greve: “Saiu-se muito bem porque tem conduta de empresa e não há nada a fazer senão reconhecer que é um direito legítimo. A Siemens de São Paulo não demitiu os funcionários grevistas. Todo o pessoal foi mantido e aqui isso deverá se repetir”. O piso de São Paulo é de 3.300 cruzeiros, aproximadamente e “a mão-de-obra feminina é semiqualficada, o que não ocorre em Curitiba”. Disse o diretor de Recursos Humanos que aqui se investe capital próprio para especialização, no setor da central de treinamentos. A produção da empresa é exportada, por ordem de quantidade, para a América do Sul, Alemanha e África do Sul.

• METALÚRGICOS •

# A legalidade na história da greve

*A greve acabou e todos voltam ao trabalho com a esperança de que não haverá represálias por parte dos empregadores. Foi um movimento pacífico e a presença do esquema policial pode ser contestada*

Texto - Mari Tortato  
Fotos - Lucília Guimarães, Alberto Viana, Roberto Zitronenblatt e Valdeir Godoy.



EDÉSIO PASSOS

*"Intervenção da polícia é ilegal"*



NO PRIMEIRO DIA

*Piquete calmo sem a figura dos policiais*



NA EXPECTATIVA

*Muita PM para poucos operários no piquete*

Hoje é dia de volta ao trabalho e esperar que não haja represália por parte das empresas. Os metalúrgicos, mecânicos e trabalhadores em indústrias de material elétrico acreditam na vitória do movimento grevista que durou dois dias, parando quase 60 fábricas, principalmente as grandes empresas multinacionais localizadas na Cidade Industrial. Quanto aos patrões, dizem que não aguentarão um aumento de 70% e um piso de 4.200 cruzeiros. O presidente do Sindicato dos Empregadores, Gilberto Borges, fez um alerta: "muitas indústrias vão se mudar para Santa Catarina porque não aguentarão uma folha de pagamento tão elevada.

O outro lado, o operariado, diz que o reajuste foi pequeno: "Prevaleceu uma proposta dos patrões no Tribunal Regional de Trabalho, mas o importante é que não engolimos deles esse aumento e sim, de uma decisão dos juizes. Voltamos ao trabalho de cabeça erguida, acreditando na vitória de um movimento desacreditado pelos empresários e que nesses dois dias de duração foi bem sucedido porque fechou total ou par-

cialmente, as empresas de porte econômico elevado".

A greve dos metalúrgicos de Curitiba, que envolveu a categoria composta de 30 mil pessoas e mais de 110 empresas, foi legal por declaração do TRT e mesmo por alguns diretores de fábricas. Fatos importantes aconteceram no seu decorrer e um deles, que teve repercussão nacional, foi a votação empatada dos seis juizes do Trabalho, pela inclusão do delegado sindical na empresa. Usando de tática política, Luiz José Guimarães Falcão, presidente do TRT deu o voto de minerva contra, argumentando que o delegado sindical tem que ser conquistado pela categoria, citando a greve como caminho, ou a convenção coletiva.

Do ponto de vista legal, como o advogado dos trabalhadores, Edésio Franco Passos salientou, houve vitória neste dissídio coletivo: um índice superior ao concedido à classe metalúrgica de São Paulo, um índice de produtividade de 8% (São Paulo teve 5,9), que poderá ser tomado como base para outras classes de trabalhadores reivindicar seus salários, e, um piso salarial equiparado ao paulis-

ta que sabidamente tem estrutura econômica superior à área industrial paranaense.

A partir de 1º de dezembro deste ano os metalúrgicos passam a receber 70% (para quem está na faixa de 1 a 3 salários), 65% (3 a 5) 62% (5 a 10) e 58% (acima de 10). Quanto ao piso: Cr\$ 4.500,00 para quem já está na empresa e Cr\$ 3.900,00 aos que entrarem a partir da data-base. Aprendiz vai ganhar 50% do salário mínimo regional (se tiver um ano de casa) e 75% se tiver dois anos. Trabalhador com 10 anos de firma terá estabilidade garantida, mesmo o optante do FGTS a classe patronal pretende recorrer esta decisão) e gestante vai ter estabilidade por 13 meses (60 dias após o término da licença. O que levou cerca de 15 mil dos 30 mil metalúrgicos de Curitiba e Região Metropolitana à greve, foi o pedido de aumento de 85% sem a compensação da antecipação de junho (22,5%) e um piso de Cr\$ 6.520,00. A decisão do Tribunal não chegou próxima a essa reivindicação porque o aumento para a faixa que enquadra 70% da categoria, foi de 70% sobre os salá-

rios de 78, o que significa que a folha de pagamento a partir de 1º de dezembro estará acrescida de 47,5 por cento.

O advogado dos trabalhadores se dividiu entre a defesa que faria no Tribunal e nos portões de fábricas durante o aliciamento pacífico. Auxiliando as lideranças da oposição sindical (responsável pela mobilização das bases desde agosto passado), Edésio Passos serviu de mediador, de defensor entre a polícia e os trabalhadores grevistas. Na quarta-feira pela manhã tomou atitudes enérgicas contra a Polícia Militar, em

frente à indústria Bosch, afirmando que "esta greve é legal se é que vocês não sabem ainda. Os trabalhadores têm o direito de convencer seus colegas. Se há algum movimento ilegal aqui, é o da polícia porque a legislação diz que os trabalhadores parados não podem ser coagidos ou intimidados pela força". Enquanto Edésio Passos esteve nos piquetes pacíficos, a polícia recuou, mas quando o advogado se deslocou ao Tribunal para sua defesa em juízo durante a tarde, os ostensivos batalhões da PM aumentaram sensivelmente.

## De greve só um bofetão em um fura-greve, que revidou



DEPUTADOS DO MDB

*Mediadores entre grevistas e policiais*

Casos de incidentes entre grevistas e fura-greves da classe metalúrgica só aconteceram com a presença da Polícia Militar e Civil, na quarta-feira, nas indústrias Bosch e Furukawa (CIC) e Refrigeração Paraná (Guabirota). Em muitos piquetes havia mais policial do que grevista o que provocou a irritação dos participantes do movimento paradedista.

Toda a tropa da Polícia Militar esteve de plantão desde a segunda-feira e atuou na quarta-feira. Aproximadamente três mil homens se concentraram em frente a três fábricas entre militares e civis. Na terça-feira, primeiro dia de greve, somente a civil se mostrou. Os delegados se misturavam aos piqueteiros. Dorval Simões, diretor do Cope (Centro de Operações Policiais Especiais), "repetiu" as portões de Curitiba e

mil grevistas se deu na tarde de quarta-feira, segundo e último dia da greve legal. Piquete, no sentido da palavra, aconteceu pelo lado da polícia. Ela que formou barricadas para impedir aproximação dos grevistas que procuravam aliciamento.

PMs também circulavam pelas fábricas totalmente conquistadas pelos paradedistas no primeiro dia: New Holland, Siemens, e Fundação Müller. Num exa-gero de precaução, a polícia civil pediu reforço das cidades vizinhas: Ponta Grossa e Paranaguá como as placas dos carros confirmam. E numa última tentativa de prevenir a segurança da greve, cinco viaturas se deslocaram para a BR-116, na saída para São Paulo. O esquema era impedir que hipotéticos grevistas paulistas descessem para Curitiba e



OUTRO LADO DA GREVE

*Na firma de Orlei, churrasco, chope e confraternização*



POLICIAMENTO

*Não se sensibilizou nem com sorrisos das mulheres*

## Houve uma movimentação inusitada na paisagem habitualmente tranqüila da CIC. E muitos chaminés pararam de fumegar.

O número de metalúrgicos que pararam nestes dois pacíficos dias de greve, chega a 15 mil, envolveu cerca de 60 fábricas, a maioria delas multinacionais de porte. Em alguns momentos, quando não se sentia a presença da polícia nos piquetes, o movimento parecia uma festa, principalmente das operárias da Siemens que criativamente usaram melodias de músicas populares para transformar a letra para os acontecimentos. As maratonas junto às cercas de arame da CIC, davam a idéia de um filme de movimento sindical. Contra o sol, os gre-

trator para cima do grupo que tentava aliciar os fura-greve. Vendo o perigo à frente, se protegeram atrás de um carro da administração. A fredda aconteceu.

Uma indústria deu folga antecipada: a Maclinea. A Bosch pagou no dia da deflagração da greve. A Siemens, diplomaticamente deixou seus portões abertos enquanto um engenheiro de segurança fotografava com uma teleobjetiva os principais convencedores que não se sentiram convidados a trabalhar mesmo com os portões escancarados. A Furukawa mostrou ser uma indústria ge-

mente que os carros pudessem entrar. Quando a situação se mostrou do lado dos grevistas, deixaram a guarda e a pé, andando mais de 50 quilômetros, foram buscar em outras fábricas, como a Líder e a Refrigeração Paraná, "reforço" para o movimento. Confessaram cansaço, dizendo que em greve se trabalha mais que quando se está no serviço, mas não desistiram.

Os prejuízos causados pelos dois dias de paralisação serão sentidos pelas empresas na próxima semana, quando haverá necessidade de entregas. Eis a con-





DEPUTADOS DO MDB

Mediadores entre grevistas e policiais

Casos de incidentes entre grevistas e fura-greves da classe metalúrgica só aconteceram com a presença da Polícia Militar e Civil, na quarta-feira, nas indústrias Bosch e Furukawa (CIC) e Refrigeração Paraná (Guabirota). Em muitos piquetes havia mais policial do que grevista o que provocou a irritação dos participantes do movimento paradedista.

Toda a tropa da Polícia Militar esteve de plantão desde a segunda-feira e atuou na quarta-feira. Aproximadamente três mil homens se concentraram em frente a três fábricas entre militares e civis. Na terça-feira, primeiro dia de greve, somente a civil se mostrou. Os delegados se misturavam aos piqueteiros. Dorval Simões, diretor do Copei (Centro de Operações Policiais Especiais), "protegeu" os portões da Refrigeração Paraná. Luís Chemin estava em frente à Furukawa. Declarou a um repórter de rádio que estava lá para detetar os cabeças do movimento, como diretor da Delegacia de Ordem Social. Quería os líderes de um movimento legal e pacífico como definiu o Tribunal do Trabalho. As viaturas da polícia civil não se deslocaram para prender ladrões ou assassinos, preocuparam-se com os grevistas que, o máximo que fizeram, foi dar um soco em um fura-greve que reivindicou. Foi preso esse piqueteiro mais exaltado. Solto ao meio-dia de ontem, segundo o delegado Eloi França, da Delegacia de Segurança e Informações.

Pelo menos cinco detenções aconteceram quando se formaram pequenos tumultos em frente à Inepar e Bosch. Na Furukawa a concentração de dois

mil grevistas se deu na tarde de quarta-feira, segundo e último dia da greve legal. Piquete, no sentido da palavra, aconteceu pelo lado da polícia. Ela que formou barricadas para impedir aproximação dos grevistas que procuravam aliciamento.

PMs também circulavam pelas fábricas totalmente conquistadas pelos partidistas no primeiro dia: New Holland, Siemens, e Fundação Müller. Num exagero de precaução, a polícia civil pediu reforço das cidades vizinhas: Ponta Grossa e Paranaguá como as placas dos carros confirmam. E numa última tentativa de prevenir a segurança da greve, cinco viaturas se deslocaram para a BR-116, na saída para São Paulo. O esquema era impedir que hipotéticos grevistas paulistas descessem para Curitiba e reforçar o movimento. Os policiais para esse setor dormiram nos acentos dos veículos por falta de trabalho.

A informação é de que a PM ficará de plantão até domingo. Hoje deve haver policiamento cerrado nas entradas das fábricas. Mais uma precaução para evitar problemas na volta ao trabalho dos operários.

Além de Edésio Passos, quem procurou evitar a intimidação da polícia, foram os deputados do MDB, cinco no total, que se mantiveram de prontidão para eventuais choques entre a polícia e os metalúrgicos. Foram os porta-vozes dos acontecimentos, principalmente das detenções. Pela manhã se juntaram aos trabalhadores, Deni Schuartz e Nilso Sguarezi. À tarde, Nestor Baptista, Renato Bernardi e Nelson Friedrich.



OUTRO LADO DA GREVE

Na firma de Orlei, churrasco, chope e confraternização



POLICIAMENTO

Não se sensibilizou nem com sorrisos das mulheres

## Houve uma movimentação inusitada na paisagem habitualmente tranqüila da CIC. E muitos chaminés pararam de fumar.

O número de metalúrgicos que pararam nestes dois pacíficos dias de greve, chega a 15 mil, envolveu cerca de 60 fábricas, a maioria delas multinacionais de porte. Em alguns momentos, quando não se sentia a presença da polícia nos piquetes, o movimento parecia uma festa, principalmente das operárias da Siemens que criativamente usaram melodias de músicas populares para transformar a letra para os acontecimentos. As maratonas junto às cercas de arame da CIC, davam a idéia de um filme de movimento sindical. Contra o sol, os grevistas andavam quilômetros de distância na grande área criada por Jaime Lerner, indo de uma indústria à outra para reforçar o aliciamento.

Entre o drama, não faltou a comédia, a picardia: o almoço de confraternização entre empregados e patrões da indústria Langer, por exemplo. Lá, na terça-feira, ninguém trabalhou, mas também não houve greve. A fábrica onde trabalha o presidente do sindicato da categoria (afastado atualmente de suas funções na empresa) deu uma churrascada regada a chope aos funcionários. Para animar um pouco mais, contratou-se um sanfoneiro repentista (que satirizava a greve em seus versos "improvisados"). Enquanto na Olsen, seu proprietário, depois de achacalhar com os grevistas, ameaçou e cumpriu: investiu de

trator para cima do grupo que tentava aliciar os fura-greve. Vendo o perigo à frente, se protegeram atrás de um carro da administração. A freada aconteceu.

Uma indústria deu folga antecipada: a Maclinea. A Bosch pagou no dia da deflagração da greve. A Siemens, diplomaticamente deixou seus portões abertos enquanto um engenheiro de segurança fotografava com uma teleobjetiva os principais convencedores que não se sentiram convidados a trabalhar mesmo com os portões escancarados. A Furukawa mostrou ser uma indústria genuinamente japonesa. Ostensivamente um empregado da administração subiu no muro e "documentou" os piquetes com uma filmadora. O temeroso diretor da Perfilados, não teve dúvidas. Quando avistou os grevistas e suas faixas, soldou os portões acreditando que seriam derrubados.

Os operários da Fundação Muller, demonstrando irmandade, impediram por dois dias que as chaminés da fábrica pudessem a região. Os 600 funcionários paralisaram juntos. Ninguém entrou no trabalho, a não ser os biscateiros "aliciados" pela empresa, que conseguiram furar a aglomeração em frente à indústria, conduzidos por táxis, entrando para carregar os caminhões. Não foram muitos, ao máximo, 10, porque os grevistas ficaram alerta e impediram posterior-

mente que os carros pudessem entrar. Quando a situação se mostrou do lado dos grevistas, deixaram a guarda e a pé, andando mais de 50 quilômetros, foram buscar em outras fábricas, como a Líder e a Refrigeração Paraná, "reforço" para o movimento. Confessaram cansaço, dizendo que em greve se trabalha mais que quando se está no serviço, mas não desistiram.

Os prejuízos causados pelos dois dias de paralisação serão sentidos pelas empresas na próxima semana, quando haverá necessidade de entregas. Eis a confirmação das que pararam: Siemens, New Holland, Itabrás, Bosch (segundo dia), Inepar, Furukawa (parcial), Cromagem Tarumã, Fundação Muller, Siderúrgica Guaira (parcial), Gibon do Brasil, Indumec, Trox do Brasil, Croner, Emil Arand, Eletrofrío, Sandvik, Redrigeração Paraná (cerca de 30%), Pfaff, Yok, Udo Heuer, Omeco, Lógico, Indústria Mecânica Pastre, ABS Bombas, Siderúrgica Paraná, Silogramel, Mecânica Santi, Magius, Indústria de Máquinas Aguiar, Trafo, Straiger, S. Piccoli, Inpar, Tristzchaler, Mamuth, Fam, Metalmec, Reikdal, Sund Emba, Savana, Retipar, Cromóveis, Maclinea, Rotramac, Perez, Líder (parcial), Britânia (parcial), Igasa (parcial), Aços Humaitá, Brafer, Progresso, Proinstel e Segurança.



"ESTAMOS EM GREVE"

A palavra de ordem teve adesão.



GREVISTAS DA MULLER E SAVANA

Tentando parar a Refrigeração Paraná



# umenta a greve dos pedreiros



Os trabalhadores da construção estão aumentando. Conseguiu mobilidade amanhã, mais de dez empresas, movimento ter sido iniciado apenas com os pedreiros da construtora Nova Era. Oobilização dos piquetes que percorreram arregimentando cada vez mais os pedreiros, é que conseguiu a paralisação chegou a iniciar o trabalho, mas com o movimento com a chegada dos companheiros, o movimento cresceu. Os operários a pé longas distâncias, como entre a fazendinha até a Água Verde.

A Polícia Civil acompanhava os grevistas "para prevenir tumultos de ordem eram os 80 por cento de reivindicações. Improvisadas faixas dos pedreiros e serventes. Uma vez feito, outras de papelão, todas de papel retirado das próprias obras, com a mensagem: "Pacíficamente queremos o melhor salário", entre outros.

O trânsito foi paralisado pelos próprios trabalhadores. A chegada do BPTan, guardas de trânsito a orientar o fluxo de veículos. A fuga da via rápida do Portão, sentido, em pleno meio-dia, de forma a não atravessá-la. Até os expressos quando atravessaram a Avenida Itaipava. Para muitos dos grevistas, a greve é sagrada. Tiravam suas marmítilas alguns mesmo durante a caminhada.

**LÁRIO DE FOME**  
As obras descia à medida que chegavam os pedreiros e, aos que hesitavam, os grevistas desce, peão, ou está conseguindo o por mês?". Os mestres de obras concordando que realmente a greve é fome. A crítica de diversos seria quanto à pouca participação dos grevistas estavam interessados em não descontar os dias paralisados.

O maior foi na Fazendinha, onde as dependências e Sakamori estão consentindo residenciais. Os mais de 600 trabalhadores aglomeraram em frente às obras da Portão, onde paralisaram os serviços Belo Vale, Vila Velha, Mar e outras construções da Independência, Luz, Vaticano, Habitação, Corcovado.

Os trabalhadores comentavam que se não conseguissem paralisar todas as obras ontem, seria devido à dificuldade de percorrer todos os locais a pé. A preocupação da maioria era que ninguém fizesse muito tumulto para evitar confronto com a polícia. Existiam viaturas da Dop Copo, Delegacia de Costumes, Subdivisão de Vigilância Privada, entre outras. Outro policial comentou que seria bom o pessoal não estar levando bebida porque senão poderia dar problemas. Na verdade os mais "abastados" levavam apenas garrafas de café.

Os serventes e pedreiros pretendem estender o movimento até amanhã às 18h30min. quando será realizada uma assembleia no auditório da Igreja Nossa Senhora do Guadalupe, próxima à Rodoviária Velha, para decidir o encaminhamento da greve. Hoje eles pretendem se concentrar na Praça Zacarias, onde se localiza o sindicato da categoria, já que ontem o que mais lamentavam era a dificuldade de concentrar os diferentes grupos, por não saberem para onde ir.



Sete de Setembro, pacificamente pedindo 80 por cento.

acrescentando que, se houve reajuste para compensar o custo de vida nos últimos meses, não chegou a Crs 0,60 por hora.

**OUTROS PROBLEMAS**  
Os serventes e pedreiros que trabalham na Sakamori reclamam também do não pagamento das horas extras com o percentual de 40 por cento a mais garantido por lei. Alegam ainda que, apesar do horário de trabalho ir das 7 da manhã às 16 horas, a empresa não deixa sair do serviço antes das 18 horas e não paga extra desse período adicional. Segundo os empregados, os chefes é que batem os cartões para eles e a empresa não aceita atestado médico fornecido pelo Inamps, apenas do médico da firma.

**DESPEIDIDO**  
O chefe do Departamento de Obras do conjunto Fazendinha informou que, como a empresa tem um setor médico próprio, não vê motivo do empregado recorrer ao Inamps. afirmou também que paga hora extraordinária após às 16 horas, de 20 por cento. Observou que "a empresa tem direito de impor um sistema de trabalho para haver rendimento, pois, caso contrário, dos 400, poucos trabalham realmente". Assim ele justificou a dispensa do servente José Laércio Santana antecio, que acabou assinando o termo de sua dispensa do serviço sem contestar porque não sabe ler (apenas assina o nome). "Achei que fosse documento para requerer mais material, como capacete" - lamentou Santana. A Sakamori informou que a dispensa não está ligada ao movimento grevista, mas sim porque "ele não estava trabalhando de acordo". A versão do servente é de que não havia energia elétrica para puxar o guincho que leva cimento para cima e então esperou, apesar de receber ordens para levar pela escada. "O negócio é que eu não tinha força para carregar aquele peso" - frisou. Ele desconhece a assistência jurídica que o sindicato pode lhe dar e justificou com o movimento grevista: "Por exemplo, se não houver compreensão do sindicato, vamos lutar sozinho porque não podemos mais ver nossa família passar tanta necessidade".

Um dos policiais que acompanhava os grevistas comentou sobre os prejuízos que empresas como a Vaticano terão com a greve dos trabalhadores, "da ordem de milhões e milhões". Mas nem por isso ele deixou de se mostrar favorável ao movimento "porque onde já se viu ganhar Crs 10,00 por hora?". Ele considerou que o importante é não haver tumulto e nem infiltração. Para ele, "o movimento é espontâneo, reflexo das más condições de vida que levam os serventes e pedreiros".

Os trabalhadores comentavam que se não conseguissem paralisar todas as obras ontem, seria devido à dificuldade de percorrer todos os locais a pé. A preocupação da maioria era que ninguém fizesse muito tumulto para evitar confronto com a polícia. Existiam viaturas da Dop Copo, Delegacia de Costumes, Subdivisão de Vigilância Privada, entre outras. Outro policial comentou que seria bom o pessoal não estar levando bebida porque senão poderia dar problemas. Na verdade os mais "abastados" levavam apenas garrafas de café.

Os serventes e pedreiros pretendem estender o movimento até amanhã às 18h30min. quando será realizada uma assembleia no auditório da Igreja Nossa Senhora do Guadalupe, próxima à Rodoviária Velha, para decidir o encaminhamento da greve. Hoje eles pretendem se concentrar na Praça Zacarias, onde se localiza o sindicato da categoria, já que ontem o que mais lamentavam era a dificuldade de concentrar os diferentes grupos, por não saberem para onde ir.

Os serventes e pedreiros pretendem estender o movimento até amanhã às 18h30min. quando será realizada uma assembleia no auditório da Igreja Nossa Senhora do Guadalupe, próxima à Rodoviária Velha, para decidir o encaminhamento da greve. Hoje eles pretendem se concentrar na Praça Zacarias, onde se localiza o sindicato da categoria, já que ontem o que mais lamentavam era a dificuldade de concentrar os diferentes grupos, por não saberem para onde ir.

Os serventes e pedreiros pretendem estender o movimento até amanhã às 18h30min. quando será realizada uma assembleia no auditório da Igreja Nossa Senhora do Guadalupe, próxima à Rodoviária Velha, para decidir o encaminhamento da greve. Hoje eles pretendem se concentrar na Praça Zacarias, onde se localiza o sindicato da categoria, já que ontem o que mais lamentavam era a dificuldade de concentrar os diferentes grupos, por não saberem para onde ir.

O "cordão" da greve está aumentando. De obra em marmítila e garrafa de café na mão, serventes e pedreiros passaram a manhã de ontem conseguindo maior adesão dos companheiros. "Desce, peão, ou está conseguindo o por mês?", gritavam os grevistas aos que não estavam em juntar-se ao movimento. Até ontem ao meio-dia havia paralisado obras em dez empresas de construção, todas praticamente na área Sul de Curitiba.



Abocanhar a marmítila às pressas para entrar no movimento.



Dentro da obra da Sakamori, na Travessa Rafael Grecca.



Obra da Nova Era: Sete de Setembro, Santa Terezinha.



Na área da Fazendinha, Sul, a maior concentração, pela manhã.



A garrafa de café.



"Zequinha na miséria", o im..."



A tarde, no estádio do Atlético.



Ao final da tarde, reforço policial no centro da cidade.



Na Praça Zacarias, entre acrílicos e policiais.

## O primeiro teste do INPC

Cerca de seis mil operários da construção civil pararam de trabalhar ontem, segundo calculavam os empresários reunidos à tarde, na Delegacia Regional do Trabalho, tentando negociar um acordo com representantes dos trabalhadores. O movimento de paralisação, iniciado na manhã de segunda-feira quando apenas cerca de 500 operários da construtora Cidadela/Nova Era deixaram seus serviços, tomou um volume bastante superior ontem à tarde, com pelo menos 27 obras paralisadas, envolvendo mais de dez empresas.

onde os representantes do sindicato dos empregados e da categoria econômica se reuniram por volta das 13 horas, nenhum acordo pôde ser negociado. O delegado do Trabalho, Adalberto Massa, depois de vários telefonemas a Brasília, apesar de ter ponto de vista contrário ao dos empresários, concluiu: a partir de 1º de novembro, de acordo com a terceira cláusula do acordo coletivo assinado em junho, o salário mínimo dos serventes passou a ser equivalente ao novo salário mínimo definido pelo governo mais cinco por cento, ou seja, de Crs 2.898,00.

Para o presidente do Sindicato das Indústrias de Construção Civil, Hélio Campos, será impossível para as empresas arcar com o percentual do INPC. Hélio Campos alega que o governo - que é o maior usuário da construção Civil, sendo o cliente em quase 90 por cento das obras - não permite que o percentual de aumento salarial seja repassado para o custo destas obras. O presidente do sindicato patronal entende que os empresários praticamente estão na posição de intermediários da nova política salarial do governo.

grupo de aproximadamente 100 trabalhadores que descia a Rua... em direção à Rua... seguir até a sede... vira dos policiais... comissão de... horas para a... grupo retornou... A polícia teve... controlar os grup... metalúrgicos, se... cordões em direç... Em toda a área v... bancos e outros... ciais, fecharam... pela guarda de h... Na esquina das... com Dr. Murici... maneceram em f... horas, portando r...

Totalmente sem liderança, já que o presidente do sindicato dos empregados, Agnaldo Ramos Forbeci, permaneceu por quase cinco horas na DRT e nenhum outro representante da entidade permaneceu como contato entre os grevistas, estes se deslocaram várias vezes entre a Praça Zacarias (onde está situada a sede do sindicato) e a sede do sindicato da categoria econômica, onde os representantes do sindicato dos empregados e da categoria econômica se reuniram por volta das 13 horas, nenhum acordo pôde ser negociado.

Explicou ainda o delegado do Trabalho que as demais categorias (meio profissional, profissional e mestre de obras), para quem a convenção previa percentuais também se o governo definisse novo salário mínimo, não receberiam estes percentuais porque os seus salários atuais já excedem o novo salário mínimo.

Mas foi rebatido por um operário na mesa de negociações: "Se nós pressionamos vocês, pressionem o governo que é o seu maior cliente", disse o trabalhador. Mas o delegado do Trabalho argumentou que, ao ser analisado o artigo 11 da nova lei, a categoria econômica pode repassar o aumento compulsório para o custo destas obras.

Na esquina das... com Dr. Murici... maneceram em f... horas, portando r...

## Promotores em "greve branca" exigem aumento

Da sucursal do  
RIO

Em assembléia geral da classe, 250 promotores de Justiça do Rio decidiram ontem iniciar uma "greve branca" até que suas reivindicações salariais sejam atendidas pelo governador Chagas Freitas. Eles pretendem a equiparação salarial aos juízes, "o que sempre aconteceu ao longo da história", e o nivelamento da classe, uma vez que entre os promotores há níveis salariais incrivelmente díspares.

Na assembléia, realizada no plenário do 3º Tribunal do Júri, foi decidido que a classe ficará em assembléia permanente até conseguir que o governador cumpra o prometido anteriormente. Alegam que Chagas Freitas havia prometido enviar à Assembléia Legislativa um projeto concedendo os aumentos e nivelamentos pedidos e que, depois, o "governador simplesmente negou-se a atender o que pedimos".

A "greve branca", que eles negam publicamente, consiste simplesmente no cumprimento dos horários de trabalho, bem como a execução do estritamente necessário. Efetivamente, os promotores aprovaram uma sugestão para que os 73 colegas, que estão em cargo de comissão — todos

nomeados pelo governador — entreguem seus cargos e sugeriram a criação de uma CPI para avaliar os ganhos dos "cartórios particulares".

"Esta comissão parlamentar ia descobrir as fortunas que correm tranqüilamente por estes cartórios, dinheiro este que poderia ser carregado para os cartórios oficiais com vantagens para o povo" — disse o promotor Eckel Luís Sérgio, um dos que mais criticam o governador.

Outra decisão: pediram ao novo procurador-geral da Justiça, Clóvis Paulo da Rocha, que não assumira o cargo até que as pretensões de seus colegas sejam atendidas. Só que Clóvis Paulo da Rocha é amigo pessoal do governador e dificilmente vai aceitar o pedido. A comissão de representantes, escolhida pela assembléia geral — integrada pelos promotores Eckel Luís, Stenio Lutgarde, Artur Pontes Teixeira e Valneide Serrão, este o presidente da Associação de Promotores — vai visitar novamente o governador, disposta a reabrir conversações.

"Queremos apenas que o sr. Chagas Freitas cumpra o prometido. Todo mundo teve aumento, menos a gente, porque ele não tem palavra" — diz irritado Eckel Luís Sérgio.

# Muita confusão no 2.º dia da greve dos empregados na construção civil

Confrontos com a polícia; quatro prisões de grevistas; negociações em impasse; paralisação de 27 obras em construção; realização de piquetes e concentrações; confusões no trânsito; e ainda, um policiamento fortíssimo no anel central da cidade, é o saldo do segundo dia de greve dos 3.600 operários da construção civil de Curitiba. Além disso algumas casas bancárias preferiram fechar suas portas, por volta das 15 horas de ontem, temerosos pela segurança, como é o caso do Banco do Brasil.

As confusões para os grevistas iniciaram à tarde, muito embora o movimento tenha tomado novos rumos já de manhã, com a paralisação de 27 obras de grandes estruturas, num total de onze. Entre elas estão a Habitação, a Independência, Pazzini, Vaticano, Nova Era, e outras. Depois da paralisação, os serventes e operários em greve ilegal, dirigiram-se à Praça Zacarias, defronte ao Edifício Santa Maria, onde funciona o sindicato dos trabalhadores.

Eles ficaram ali concentrados (mais de 2.000) a fim de esperar uma resposta ao pedido de aumento salarial de 80 por cento, enquanto que os patrões, uma comissão deles, e representantes sindicais mantinham uma reunião na Delegacia Regional do Trabalho, intermediada pelo delegado, Adalberto Massa.

Mais tarde, por volta das 16 horas foram dispersados e tomaram rumo da concha acústica do Clube Atlético Paranaense. O pedido para se dirigirem a esse local, foi feito por um intermediário (operário) nas negociações, que afirmou que a resposta viria somente às 18 horas, naquela Praça. Mas, antes de partirem, os operários desolados, assistiram ali mesmo, a prisão de um de seus colegas.

Na concha acústica do Atlético foram novamente dispersados, porque a reunião de negociações, na DRT teve sua continuidade transferida para hoje, a partir das 8 horas, com a resposta do pedido salarial prevista para ser dada aos operários, às 11 horas.

## GREVE DIFÍCIL

A maior dificuldade desse movimento grevista consiste na falta de liderança, isto é, o movimento é praticamente acéfalo, pois partiu de uma paralisação isolada de trabalho numa obra, localizada na Rua Ângelo Sampaio, e depois foi tomando corpo atingindo ontem, 27 obras, pertencentes às seguintes empresas: Nova Era (duas obras, 400 operários); Vaticano (quatro obras, 400 operários); Habitação (seis obras 600 operários); Pazzini (três obras, 600 operários); Adob (duas obras, 400 operários); M.C. Engenharia e Construções (uma obra, 100 operários); Catedral (duas obras, 100 operários); Sakamori (três obras, 300 operários); M.A.

## TRABALHADORES MOBILIZADOS



Os trabalhadores na construção civil percorrem diversas ruas do centro da cidade, no segundo dia de greve.

operários), e Cidadela (duas obras). Além dessas, é provável que os piquetes tenham conseguido paralisar outras, ainda não divulgadas, num total estimado de 3.800 operários paralisados.

Porém, se o movimento é acéfalo, os grevistas estão decididos a obter um aumento salarial de 80 por cento, especialmente impulsionados pela alegação de que "estamos com fome". Ao gritarem isto, eles exibem marmitas onde está depositada uma pequena quantidade de arroz com feijão, evidentemente, frios.

## OS PIQUETES

Os piquetes iniciaram ontem pela manhã, e tomaram corpo de modo que, por volta das 13 horas, todos se concentraram na Praça Zacarias. Ali, começaram uma longa espera de uma resposta à reivindicação salarial que provavelmente, terminará às 11 horas de hoje.

Na Praça Zacarias, além de batalhões de choque da Polícia Militar, diversas unidades da polícia civil, e a Cope, além do próprio diretor da Polícia Civil, Luiz Chemin Guimarães, e policiais espalhados em meio aos grevistas, mantinham-se em inspeção, e controlavam o desenrolar dos acontecimentos.

Após o intermediário dos operários ter pedido a transferência através de um megafone cedido pela polícia, para a concha acústica do Atlético, a massa concentrada reagiu: "queremos uma resposta aqui mesmo". Porém, foram dispersados,

um confronto com a polícia. Foi quando uma lata lançada ao ar, inopinadamente, caiu sobre a cabeça do comandante da operação da PM, Eloi França.

Em seguida, após um tumulto, foi preso o operário Miroca de Almeida Camargo, funcionário da Construtora Sakamori. Esse operário foi conduzido a um automóvel Opala, chapa branca.

Continuando, os operários chegaram a paralisar momentaneamente o trânsito na Rua Marechal Deodoro, exatamente quando saíam da praça, com destino ao Atlético.

Na praça do Atlético, quase que os operários entram novamente em tumulto, originado pela ação policial que não permitiu que um dos grevistas fizesse uso do megafone. Porém, o movimento foi novamente dispersado, passando os operários a se dirigir às ruas centrais, que permaneciam completamente policiadas.

Vindos pela Rua Emílio Pernetta, os grevistas tentaram entrar na Rua das Flores, porém foram impedidos pelo policiamento subindo então pela Rua Ermelino de Leão, onde houve forte confronto. Ali os policiais efetuaram três prisões e fizeram uso a valer, de seus cassetetes. Inclusive, a cena presenciada por um repórter, fez com que esse tentasse impedir as cassetas das: "pelo amor de Deus não batam nele". Outro preso foi carregado por cinco policiais.

## "CONVERSA FIADA"

Segundo o presidente

do Sindicato Patronal, Hélio Campos, de acordo com a lei, não há possibilidade de negociação para esse caso, e por isto mesmo a reunião na DRT tornou-se "conversa fiada". Ele justificou essa sua posição afirmando que "o governo impõe o INPC", e assim não pode ser feito nenhuma espécie de acordo. Ainda segundo ele, sua chegada na DRT foi às 8 horas da manhã, onde permaneceu durante todo o período da tarde.

Conforme a opinião do delegado regional do Trabalho, Adalberto Massa, os motivos da deflagração da greve foi a falta da classe patronal não ter explicado aos serventes e pedreiros, que eles não tinham direito ao aumento de 22 por cento que outros trabalhadores tiveram ultimamente, já que devem ser respeitados os prazos de decorrença de seis meses da convenção coletiva. Na verdade, Massa acredita que os patrões deveriam ter explicado a nova política salarial do governo aos empregados, e ter comunicado qual é o salário deles. Ele finalizou afirmando que "a greve é ilegal, porém, toda reivindicação é justa".

## A REIVINDICAÇÃO

Recebendo Cr\$ 2.898,00 a partir do dia 1.º de novembro, os serventes querem mais 80 por cento de majoração, como também os pedreiros que terão aumento para um salário de Cr\$ 4.140,00 somente a partir do dia 1.º de dezembro.

Segundo alguns comitês feitos ontem, devido ao aumento concedido

em 1.º de novembro aos serventes, eles estão momentaneamente recebendo mais do que os pedreiros. Porém, no trabalho, os pedreiros "chefiam", aos serventes.

Frente a essa reivindicação, algumas empresas tentaram entrar num acordo anteontem. Este é o caso da Cidadela, que ofereceu 20 por cento de majoração, e que conforme o seu diretor Jaime Lima, "os operários aceitaram". Não só aceitaram - concluiu - como também iniciaram na manhã de ontem, normalmente as atividades. Mas por volta das 11 horas cercaram as obras da Rua Pasteur, Sete de Setembro, e de Vila Isabel e aderiram novamente ao movimento.

Ainda sobre essa reivindicação, Adalberto Massa afirmou que "o que eles estão pedindo é muito alto".

## POLICIAMENTO

Raras vezes a população de Curitiba teve a oportunidade de presenciar um policiamento tão fortemente armado como o de ontem. Em cada esquina do anel central, nas entradas das galerias dos edifícios, nas proximidades das casas bancárias, e ainda na Travessa Oliveira Bello, na Rua das Flores e imediações, os PMs permaneceram em estratagem prontidão.

Também os batalhões de choque foram acionados, especialmente na Praça Zacarias onde um contingente aproximado de 200 homens permanecia, e agia a fim de evitar alastramentos.

PT 1072 a-130



As confusões para os grevistas iniciaram à tarde, muito embora o movimento tenha tomado novos rumos já de manhã, com a paralisação de 27 obras de grandes construtoras, num total de onze. Entre elas estão a Habitação, a Independência, Pazzini, Vaticano, Nova Era, e outras. Depois da paralisação, os serventes e operários em greve ilegal, dirigiram-se à Praça Zacarias, defronte ao Edifício Santa Maria, onde funciona o sindicato dos trabalhadores.

Eles ficaram ali concentrados (mais de 2.000) a fim de esperar uma resposta ao pedido de aumento salarial de 80 por cento, enquanto que os patrões, uma comissão deles, e representantes sindicais mantinham uma reunião na Delegacia Regional do Trabalho, intermediada, pelo delegado, Adalberto Massa.

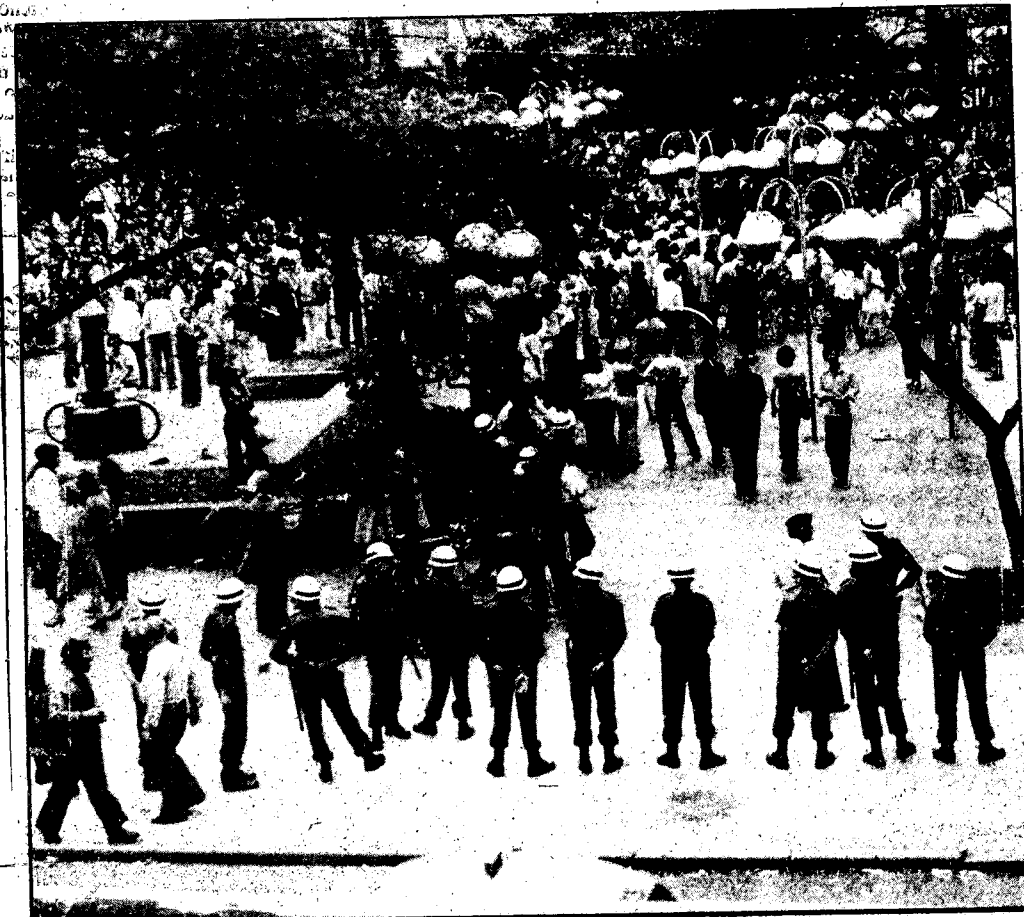
Mais tarde, por volta das 16 horas foram dispersados e tomaram rumo da concha acústica do Clube Atlético Paranaense. O pedido para se dirigirem a esse local, foi feito por um intermediário (operário) nas negociações, que afirmou que a resposta viria somente às 18 horas, naquela Praça. Mas, antes de partirem, os operários desolados, assistiram ali mesmo, a prisão de um de seus colegas.

Na concha acústica do Atlético foram novamente dispersados, porque a reunião de negociações, na DRT teve sua continuidade transferida para hoje, a partir das 8 horas, com a resposta do pedido salarial prevista para ser dada aos operários, às 11 horas.

#### GREVE DIFÍCIL

A maior dificuldade desse movimento grevista consiste na falta de liderança, isto é, o movimento é praticamente acéfalo, pois partiu de uma paralisação isolada de trabalho numa obra, localizada na Rua Ângelo Sampaio, e depois foi tomando corpo atingindo ontem, 27 obras, pertencentes às seguintes empresas: Nova Era (duas obras, 400 operários); Vaticano (quatro obras, 400 operários); Habitação (seis obras 600 operários); Pazzini (três obras, 600 operários); Adob (duas obras, 400 operários); M.C. Engenharia e Construções (uma obra, 100 operários); Catedral (duas obras, 100 operários); Sakamori (três obras, 300 operários); M.A. Berger (duas obras, 100

#### POLICIAIS EM AÇÃO



Policamento se fez presente para manter a ordem, principalmente no centro.



Os trabalhadores na construção civil percorrem diversas ruas do centro da cidade, no segundo dia de greve.

operários), e Cidadela (duas obras). Além dessas, é provável que os piquetes tenham conseguido paralisar outras, ainda não divulgadas, num total estimado de 3.800 operários paralisados.

Porém, se o movimento é acéfalo, os grevistas estão decididos a obter um aumento salarial de 80 por cento, especialmente impulsionados pela alegação de que "estamos com fome". Ao gritarem isto, eles exibem marmitas onde está depositada uma pequena quantidade de arroz com feijão, evidentemente, frios.

#### OS PIQUETES

Os piquetes iniciaram ontem pela manhã, e tomaram corpo de modo que, por volta das 13 horas, todos se concentraram na Praça Zacarias. Ali, começaram uma longa espera de uma resposta à reivindicação salarial que provavelmente, terminará às 11 horas de hoje.

Na Praça Zacarias, além de batalhões de choque da Polícia Militar, diversas unidades da polícia civil, e a Cope, além do próprio diretor da Polícia Civil. Luiz Chemin Guimarães, e policiais espalhados em meio aos grevistas, mantinham-se em inspeção, e controlavam o desenrolar dos acontecimentos.

Após o intermediário dos operários ter pedido a transferência através de um megafone cedido pela polícia, para a concha acústica do Atlético, a massa concentrada reagiu: "queremos uma resposta aqui mesmo". Porém, foram dispersados, não antes de ter ocorrido

um confronto com a polícia. Foi quando uma lata lançada ao ar, inopinadamente, caiu sobre a cabeça do comandante da operação da PM, Eloi Franca.

Em seguida, após um tumulto, foi preso o operário Miroca de Almeida Camargo, funcionário da Construtora Sakamori. Esse operário foi conduzido a um automóvel Opala, chapa branca.

Continuando, os operários chegaram a paralisar momentaneamente o trânsito na Rua Marechal Deodoro, exatamente quando saíam da praça, com destino ao Atlético.

Na praça do Atlético, quase que os operários entram novamente em tumulto, originado pela ação policial que não permitiu que um dos grevistas fizesse uso do megafone. Porém, o movimento foi novamente dispersado, passando os operários a se dirigirem às ruas centrais, que permaneciam completamente policiadas.

Vindos pela Rua Emilianio Pernetta, os grevistas tentaram entrar na Rua das Flores, porém foram impedidos pelo policiamento subindo então pela Rua Ermelino de Leão, onde houve forte confronto. Ali os policiais efetuaram três prisões e fizeram uso a valer, de seus cassetetes. Inclusive, a cena presenciada por um repórter, fez com que esse tentasse impedir as cassetas: "pelo amor de Deus não batam nele". Outro preso foi carregado por cinco policiais.

#### "CONVERSA FIADA"

Segundo o presidente

do Sindicato Patronal, Hélio Campos, de acordo com a lei, não há possibilidade de negociação para esse caso, e por isto mesmo a reunião na DRT tornou-se "conversa fiada". Ele justificou essa sua posição afirmando que "o governo impõe o INPC", e assim não pode ser feito nenhuma espécie de acordo. Ainda segundo ele, sua chegada na DRT foi às 8 horas da manhã, onde permaneceu durante todo o período da tarde.

Conforme a opinião do delegado regional do Trabalho, Adalberto Massa, os motivos da deflagração da greve foi a falta da classe patronal não ter explicado aos serventes e pedreiros, que eles não tinham direito ao aumento de 22 por cento que outros trabalhadores tiveram ultimamente, já que devem ser respeitados os prazos de decorrença de seis meses da convenção coletiva. Na verdade, Massa acredita que os patrões deveriam ter explicado a nova política salarial do governo aos empregados, e ter comunicado qual é o salário deles. Ele finalizou afirmando que "a greve é ilegal, porém, toda reivindicação é justa".

#### A REIVINDICAÇÃO

Recebendo Cr\$ 2.898,00 a partir do dia 1.º de novembro, os serventes querem mais 80 por cento de majoração, como também os pedreiros que terão aumento para um salário de Cr\$ 4.140,00 somente a partir do dia 1.º de dezembro.

Segundo alguns comentários feitos ontem, devido ao aumento concedido

em 1.º de novembro aos serventes, eles estão momentaneamente recebendo mais do que os pedreiros. Porém, no trabalho, os pedreiros "chefiam", aos serventes.

Frente a essa reivindicação, algumas empresas tentaram entrar num acordo anteontem. Este é o caso da Cidadela, que ofereceu 20 por cento de majoração, e que conforme o seu diretor Jaime Lima, "os operários aceitaram". Não só aceitaram - concluiu - como também iniciaram na manhã de ontem, normalmente as atividades. Mas por volta das 11 horas cercaram as obras da Rua Pasteur, Sete de Setembro, e de Vila Isabel e aderiram novamente ao movimento.

Ainda sobre essa reivindicação, Adalberto Massa afirmou que "o que eles estão pedindo é muito alto".

#### POLICIAMENTO

Raras vezes a população de Curitiba teve a oportunidade de presenciar um policiamento tão fortemente armado como o de ontem. Em cada esquina do anel central, nas entradas das galerias dos edifícios, nas proximidades das casas bancárias, e ainda na Travessa Oliveira Bello, na Rua das Flores e imediações, os PMs permaneceram em estratagem prontidão.

Também os batalhões de choque foram acionados, especialmente na Praça Zacarias onde um contingente aproximado de 200 homens permanecia, e agia a fim de evitar alastramentos.

## Secretário tranquiliza

O secretário Haroldo Ferreira Dias da Segurança Pública, convocou a imprensa para que fosse porta-voz de palavras tranquilizadoras à população, "uma vez que a polícia está agindo apenas como mediadora do movimento grevista dos operários da construção civil, como também o contingente policial que esteve às ruas ontem, não atuou de forma ostensiva".

"Eles apenas estão zelando pela salvaguarda da população e só agirão, caso haja danos ao patrimônio público ou privado", acentuou o secretário. Disse ainda que apenas duas detenções foram realizadas, por constatação de luta corporal entre dois elementos.

"Nós tivemos o cuidado de não intervir precipitadamente, pois precisamos acabar com essa ideia de que a polícia é quem provoca os tumultos. Nós apenas intervim em benefício da comunidade e só agimos, se constatadas necessidades para tanto", observou Haroldo Ferreira Dias. Frisou que a Segurança Pública está vendo o movimento com muita preocupação, uma vez que ele é ilegal e fuge ao arripio da lei, "tanto

é verdade que o próprio Sindicato dos Operários da Construção Civil não apoia a manifestação".

#### PROPÓSITO

"Inicialmente nós convocamos a Polícia Civil para contornar o problema, mas não no sentido de intervir ostensivamente. Não colocamos a Polícia Militar, exatamente para que não houvesse um impacto psicológico naqueles manifestantes, que no ápice dos ânimos entrariam em atritos com os PMs", disse. "Nós temos o firme propósito de manter a ordem na cidade, desta forma não houve prejuízos materiais durante o levante, apenas danos ao escoamento normal do trânsito", voltou a frisar.

Disse ainda que apenas na Praça Zacarias é que houve atos de vandalismo, "oportunidade em que alguns mais exaltados e que podem até não pertencer à classe, quebraram algumas luminárias daquele logradouro". "O pelotão de choque estava pronto para entrar em ação, caso necessário, mas não o fez para manter a ordem, que é o nosso principal propósito".

**3** No início da manifestação dos trabalhadores na construção civil os agentes policiais chegaram a dar proteção aos grevistas, inclusive orientando-os a se reunirem e realizarem as reivindicações organizadamente. Esta atuação só foi perturbada, de início, pelos agentes de trânsito que liberaram o tráfego dos automóveis quando os pedreiros saíram do centro em direção à Praça Afonso Botelho. Ao início da noite deu-se o contrário: enquanto os agentes do BPTan paralisavam o tráfego para dar passagem, sete trabalhadores eram presos pelos agentes civis.

**4** Nenhum ato de violência - com exceção da ameaça a um veículo particular - foi realizado pelos manifestantes. No máximo viam-se batucadas nos ônibus e chutes em sacos de lixo. No entanto, à espera dos grevistas, na Praça Zacarias, estavam 90 homens do Batalhão de Choque, armados até os dentes e portando grandes aparelhos de lançamento de gás lacrimogêneo. Mas nenhum trabalhador mostrou-se intimidado e diante dos rostos fechados dos soldados levantavam cartazes e berravam pelos 80%.

**5** O tumulto começou na Praça Zacarias e em áreas próximas. A proporção que a multidão crescia, a polícia colocou em funcionamento um esquema exemplar, ostensivo, de prevenção e orientação. O ambiente ficou tenso: bancos, farmácias, lojas tiveram que cerrar suas portas por volta das 3 horas ante o receio de que ocorresse um "quebra quebra" ou conflito generalizado. Em todo o miolo central duplas da polícia militar orientavam a circulação de pedestres para que não engrossassem o caldo.



## Grito: "assim não dá". E o movimento começou

Vigiados por 400 homens da Polícia Civil, Militar, Bptan, Polícia Montada e 12º Batalhão, além dos de Choque - 90 homens armados até com gás lacrimogênio - os trabalhadores começaram as reivindicações de frente ao sindicato no início da tarde, pacificamente, enquanto da Praça Afonso Botelho outros pedreiros e serventes se dirigiam ao centro, cansados de esperar a resposta sobre a reunião na DRT. Ainda sem qualquer decisão, o presidente Agnaldo Ramos Forbêci foi ao local para pedir que todos retornassem à Praça do Atlético e esperassem até às 18 horas, quando lá iria para dar a resposta final. Apesar das manifestações contrárias todos obedeceram e seguiram reunidos até a praça combinada, lá chegando em apenas 15 minutos, após terem ameaçado virar um automóvel e perturbados pelo trânsito, aberto pelo Bptan.

Uma hora antes do previsto, Agnaldo chegava à Afonso Botelho e com um megafone tentou dialogar com os trabalhadores, explicando que hoje ficaria definido o aumento. Como resposta recebeu vaias e acusações de ser puxa-saco e pelêgo. "Assim não dá! Queremos os 80%" exigiam todos, aos berros, mostrando cartazes que diziam até estar

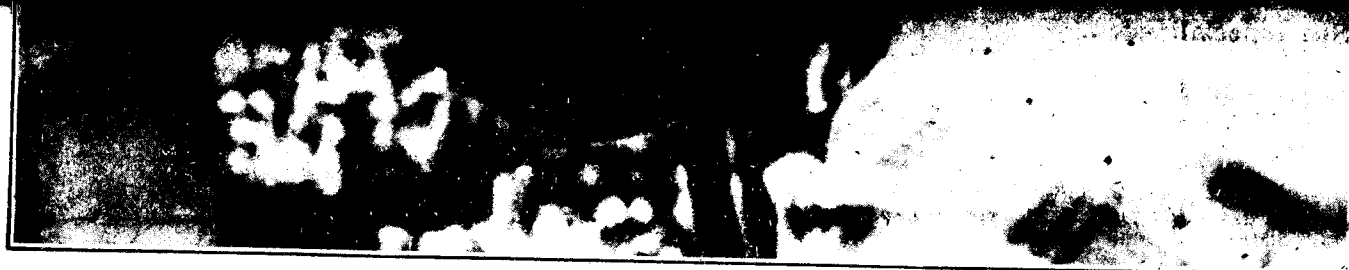
Imediatamente os agentes da Polícia Civil saíram de cena, assim como o presidente do sindicato. Sem qualquer orientação ou liderança, os trabalhadores resolveram voltar à Praça Zacarias para esperar por Agnaldo e, no caminho percorrido em pouco mais de 20 minutos - tentaram invadir uma obra não paralisada, chegando a derrubar o alambrado, mas foram impedidos por soldados da Polícia Militar, armados. Durante o percurso, os manifestantes ameaçaram ir ao Palácio Iguaçú, mas desistiram logo e atravessaram a vigilância policial batucando nos ônibus e gritando pelos 80% do aumento.

Duas fileiras de soldados da PM impediam a passagem dos grevistas ao sindicato, enquanto agentes à paisana e portando máquinas fotográficas misturavam-se entre os presentes registrando os movimentos dos grevistas e até da imprensa. Foi ali que alguns dos trabalhadores tentaram avisar aos demais da realização da assembleia de hoje, ficando combinado que antes todos voltariam a se reunir na Zacarias, a partir das 8 horas, dali seguindo à Afonso Botelho. "Mas antes passaremos por todas as obras e vamos parar as que estiverem trabalhando", berravam.

Pereira os soldados começaram a agir e para diminuir a força do movimento - que parecia não ter um fim próximo - dispersaram parte do grupo de trabalhadores com os cacetetes, afugentaram-os em direção da Praça Tiradentes e Cruz Machado. Impedidos de continuarem caminho pela força policial, os pedreiros e serventes, sem sequer terem quebrado uma placa ou vitrina, permaneceram parados mostrando cartazes e chamando a atenção do público.

Foi aí que dois manifestantes foram presos, sofrendo atos de violência, tendo sido imobilizados por 4 agentes enquanto um tentava acalmá-los a cacetadas. O comandante da operação, Elói França, alegou que eles nada sofreram, que foi preciso usar um pouco de força para acalmá-los e que ambos foram recolhidos por estarem insuflando o movimento. "Reunirei os presos na sede e conversarei com cada um deles. Se for preciso, tomarei seus depoimentos e depois os soltarei", afirmou, não esclarecendo porém se isto seria feito ainda ontem.

Não foram divulgados os nomes dos presos e Elói França negou que tivesse detido um outro trabalhador na Praça



# • Pedro pedreiro •

Pedro pedreiro penseiro  
esperando o trem  
Manhã parece carece  
de esperar também  
Para o bem de quem tem bem  
De quem não tem vintém  
Pedro Pedreiro fica assim pensando  
Assim pensando, o tempo passa.  
E a gente vai ficando pra trás  
Esperando, esperando, esperando...

(bis - estribilho)

Pedro Pedreiro espera  
o Carnaval  
é a sorte grande num  
bilhete pela Federal  
Todo o mês  
esperando, esperando,  
esperando...

Esperando o sol  
Esperando o trem  
Esperando o aumento  
"Para o mês que vem"  
Esperando a festa  
Esperando a sorte  
e a mulher de Pedro  
está esperando um filho  
para esperar também.  
(bis - estribilho)

Pedro está esperando a morte  
ou o dia de voltar pro Norte  
Pedro não sabe que  
talvez no fundo  
espera alguma coisa  
mais linda que o mundo  
maior que o mar.  
Mas dá pra pensar, se dá.  
Um desespero de andar demais...  
Pedro Pedreiro quer  
voltar atrás.  
Quer ser pedreiro,  
pobre e nada mais.  
Sem ficar  
esperando, esperando,

esperando...  
Esperando o sol  
Esperando o trem  
Esperando o aumento  
"Para o mês que vem" e  
esperando um filho  
para esperar também.  
Esperando a festa  
Esperando a sorte  
Esperando o Norte  
Esperando a morte  
Esperando o dia  
De esperar ninguém  
Esperando enfim  
Nada mais além  
Da esperança aflita  
Bendita e infinita  
do apito do trem.

Pedro pedreiro  
esperando  
Pedro pedreiro  
esperando trem  
que já vem, que  
já vem, que já vem.

(Chico Buarque de Holanda)

Em menos de 10 minutos, as obras do Edifício "Ana", de responsabilidade da Construtora Volmir Engenharia e Comércio, localizada na Rua D. Pedro I, na Água Verde, ficaram sem um único operário.

Por volta das 12h30min, cerca de 300 trabalhadores da construção civil, a maioria com bicicletas, portando cartazes e aos gritos "greve, greve", chegaram ao local e conseguiram que todos aderissem ao movimento.

Os operários, apesar das palavras de ordens ditas em voz alta pelos líderes, se mantiveram ordeiramente e não houve atritos. Isto sob os olhares atentos de dois policiais que os acompanhavam em uma viatura da supervisão de vigilância da Polícia Civil.

Eles faziam parte de um grupo maior composto por mais de mil pessoas que iniciou um deslocamento monstro no bairro do Portão e, ao longo da via rápida bairro - centro, foi paralisando todas as obras existentes no percurso. Quando a massa humana chegou na Rua D. Pedro I, um grupo de mais de 300 deles separou-se do corpo maior e dirigiu-se aos empregados da Construtora Volmir conseguindo sua adesão ao movimento.

A seguir retornaram à Rua Saint Hilaire e incorporados aos demais, dirigiram-se à Praça do Atlético, onde realizaram uma manifestação. Pouco antes conseguiram a participação de outra centena de trabalhadores de um edifício em construção próximo à Avenida Sete de Setembro.



...saco e pelégo. "Assim não dá! Queremos os 80%" exigiam todos aos berros, mostrando cartazes que diziam até estar o "Zequinha na miséria". Inesperadamente o comandante da operação pela Polícia Civil, Elói França, retirou o megafone sem que nenhuma informação fosse definida, nem mesmo a da realização da nova assembleia hoje, o que provocou forte revolta entre os manifestantes.

...ram a se reunir na Zacarias, a partir das 8 horas, dali seguindo à Afonso Botelho. "Mas antes passaremos por todas as obras e vamos parar as que estiverem trabalhando", berravam.

Com pouca dispersão todos saíram dali, subiram a Emiliano Pernetá, entraram pela Luiz Xavier e se dirigiram à Cândido Lopes, atrapalhando o trânsito e sempre gritando pelos 80% de aumento, diante da vigilância policial intensiva. Na esquina da Cândido com Ébano

...porém se isto seria feito ainda ontem. Não foram divulgados os nomes dos presos e Elói França negou que tivesse detido um outro trabalhador na Praça Zacarias, no início da tarde. "Ele estava brigando com o outro e eu apenas o afastei". Passava das 19 horas quando os pedreiros e serventes deixaram, em pequenos grupos, o centro da cidade. Numa loja de discos próxima tocava, em alto volume. "Pra não dizer que não falei de flores", de Geraldo Vandré.



Existem atualmente em Curitiba, 30 mil trabalhadores na construção civil, e 6 mil deles são associados ao sindicato. Ontem, paralisaram suas atividades 400 operários da Vaticano; 600 da Habitação; 600 da Pasini; 400 da Adobe; 400 da Nova Era; 100 da MC; 300 da Sakamori; 800 da Independência; 100 da M.A. Berger e 400 da Cidadela. A greve completou ontem 27 horas. Últimas informações revelam que foram 7 os trabalhadores presos durante a manifestação, e nesta operação trabalhou um agente que durante toda a tarde permanecera entre os trabalhadores disfarçado de fotógrafo.





# Seis mil trabalhadores param Curitiba numa greve espontânea e movimentada

CURITIBA (Da sucursal) — Mais de seis mil trabalhadores nas indústrias de construção civil de Curitiba paralisaram totalmente suas atividades ontem, deflagrando uma greve movimentada em pleno centro da Capital, com inúmeras passeatas a participação de centenas de policiais. O movimento iniciado anteontem, por apenas 500 operários de uma única firma, cresceu espontânea e assustadoramente na tarde de ontem, e deverá prosseguir hoje, já que a condição imposta pelos grevistas é um aumento salarial de 80 por cento, imediatamente. Se a proposta for recusada, garantem que não voltarão a trabalhar e farão o aliciamento do restante da categoria, composta por 30 mil trabalhadores, entre eles, várias mulheres.

O movimento surpreendeu não só as autoridades policiais e trabalhadores, como também a própria diretoria do Sindicato, cujo presidente, Agnaldo Forbeci, declarava estar impossibilitado de qualquer tentativa de negociação com os patrões, uma vez que a data base desta categoria é fixada durante o mês de junho. Ontem, porém, diante da aglomeração de milhares de operários, defronte à sede do Sindicato, na Praça Zacarias (coração da cidade), não só foi obrigado a tentar argumentar com a classe patronal como foi solicitado pelo próprio diretor da Polícia Civil, Luiz Chemin Guimarães, "para que apressasse uma decisão e se evitassem balbúrdias". O Sindicato foi obrigado a assumir o movimento paredista, estando, porém, comple-

tamente desacreditado pelos trabalhadores. Eles se lançaram a um movimento sem liderança alguma e se negam a ouvir qualquer outra proposta que não seja o aumento salarial.

## PASSEATAS E PRISÕES

A movimentação ontem culminou com uma passeata pela Rua das Flores e foi dispersada pouco adiante (esquina das ruas Ébano Pereira com Cândido Lopes) por centenas de policiais militares pertencentes ao Batalhão de Choque, Batalhão de Policiamento do Trânsito, Regimento de Patrulha Montada e 12o. Batalhão, além de centenas de policiais civis. Todas as delegacias especializadas participaram da operação. A polícia, que até então se manteve apenas na prevenção da violência e preservação da propriedade privada, acabou deitando o cassetete em alguns grevistas mais exaltados e efetuaram duas prisões. Durante a tarde de ontem, inúmeras passeatas foram feitas no caminho que leva à Praça Afonso Botelho, defronte ao Ginásio de Esportes do Atlético, para onde os grevistas se dirigiram e retornaram inúmeras vezes, confusos com as ordens de ir e voltar vindas de parlamentares, diretoria do Sindicato e até de homens de polícia. Aliás, o único megafone utilizado pelas autoridades na tentativa de se fazer ouvir, pertencia à polícia e foi retirado de cena quando, na Praça Afonso Botelho, os grevistas subiram no palco (anterior-

mente preparado para a greve dos metalúrgicos) e tentaram falar de uma só vez, não dando condições para a manutenção da ordem.

A população curitibana assistia boquiaberta as passeatas, a maioria temerosa e escondendo-se nas casas comerciais que por ventura permaneceram de portas abertas. As localizadas na Praça Zacarias e imediações não ousaram tomar essa medida e fecharam o expediente. Entre essas um supermercado, o City Bank of Londres, relojarias, lanchonetes e butiques. O trânsito nesta área foi prejudicado durante todo o dia, ora pelos trabalhadores, ora pela própria polícia, que se colocou em posição estratégica e cercou toda a praça, utilizando inclusive viaturas. Os grevistas portavam inúmeras faixas, cartazes, painéis vazios e até marmitas contendo restos de arroz e pão envelhecido. "Lutamos contra a fome", "80 por cento ou não trabalhamos", "Nossa greve é legal e vamos lutar" — foram as palavras de ordem.

Os trabalhadores menos violentos, ao ouvirem os gritos de "oitenta", comentaram que a aglomeração comemorava o próximo ano, mas ficaram sem entender porque isso acontecia em meados de novembro. No início da noite, todas as autoridades, parlamentares, policiais e trabalhadores já haviam chegado a uma conclusão: o movimento tende a aumentar muito e se tornar cada vez mais hostil pela falta de liderança e pela insistência dos grevistas em não aceitar outra solução senão o aumento.

## Assembléia geral hoje para votar contraproposta patronal

CURITIBA (Da sucursal) — O piso salarial dos trabalhadores nas indústrias de construção civil do Paraná está atualmente fixado em Cr\$ 12,08 por hora para os serventes. Isso, numa jornada de 8 a 10 horas de trabalhos diários, resulta num salário mensal abaixo do salário mínimo fixado pelo Governo para o Estado do Paraná. O movimento grevista que exige aumento salarial nasceu quando a firma Nova Era não pagou os salários semanais de novembro com o aumento fixado pelo Governo. Os 500 operários que trabalhavam em quatro construções desta empresa pararam imediatamente, fazendo crer ao Sindicato que ficariam nisso. Ontem, porém mais de 10 firmas estavam envolvidas, num total aproximado de 30 obras. Entre elas as construtoras Vaticano, Habitação, Pazini,

Adob, Nova Era, M.C. Engenharia e Construções, Sakamori, Independência, M.A. Berger, Cidadela e Catedral, sendo as maiores a Independência, com 800 trabalhadores e a Habitação e Pazini, com 600 cada uma, além de inúmeras outras de menor porte.

As negociações entre as partes tiveram início ontem, por volta das 14 horas, entre o presidente do Sindicato, Agnaldo Forbeci, uma comissão formada por alguns trabalhadores, o presidente do Sindicato patronal, Heleio Campos e com a presença de um representante da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil, além do general Adalberto Massa. As conclusões deveriam ter sido apresentadas ontem, mas não foi possível devido à ausência dos patrões nas negociações. Hoje, às 10 horas

da manhã, na Praça Afonso Botelho, os grevistas estarão reunidos em assembléia geral para decidir o andamento da greve e votar a contraproposta patronal. Antes, porém, uma concentração será realizada na Praça Zacarias, quando pretendem orientar-se para aliciamento de outros operários.

Os trabalhadores reclamam, além do baixo salário, da falta de segurança no trabalho (a construção civil lidera as estatísticas de acidentes na área urbana), além de a indenização por acidente ser de apenas 70 por cento dos salários. Exigem também mais garantias no serviço (pelo menos 6 meses) e denunciam a cobrança de 30 cruzeiros por dia pela refeição dada pelas empresas e a má qualidade da comida.

P7 10722a-130

JORNAL Correio de Notícias  
L. Queiroz  
Data 22/11/79 Estado RJ



Ontem, ao tentar manter ordeiros os operários que piqueteavam nas entradas das obras, um sargento demonstrou que é mais fácil conter 1 mil e 100 homens em multidão do que segurar 1 mil para que não quebrem uma obra.

Isto aconteceu durante um dos trajetos de operários pela cidade à busca de adeptos ao movimento. Ao invés de cumprir as ordens estabelecidas, ou seja, evitar que a greve continuasse, o oficial passou a auxiliar no alicionamento, pois tornou-se a melhor tática para chegar à praça do Atlético sem maiores consequências.

Foi o mesmo oficial quem perguntou à repórter distraída se ela conhecia o pedreiro Waldemar.

- Deve ter uns 50 Waldemar neste mundo de gente, respondeu a repórter que foi surpreendida com o bom humor do interlocutor:

- E isto menina, "você conhece o pedreiro Waldemar?". De dedos para cima, em pose de quem pula carnaval, ele cantou a cantiga velha e popular.

Uma cidade sem tradição de greve traz também quadros inusitados. Na Praça Zacarias, um dos locais de encontro dos operários, uma senhora de 76 anos assistiu à movimentação, sentada numa mureta, alegremente:

- A senhora sabe o que está acontecendo?
- Parece que é uma greve de metalúrgicos, engrachado, né?
- A senhora já tinha visto coisa parecida alguma vez?
- Não, mas é muito engraçado respondeu.

REPORTAGEM:  
Annamaria Marchesini  
Têlia Negrão  
Silvana Marchi  
FOTOS  
Lucilia Guimaraes  
Alberto Viana  
Ronaldo de Sousa

# DREIROS PÁRA 10 MIL



Foi um sargento da PM quem sugeriu aos trabalhadores que "aqui vocês são minorias, por que não vão ao Atlético?".

Embora simpática aos trabalhadores a recomendação tinha como intenção levar os trabalhadores ao local onde o esquema de segurança estava perfeito, e assim se fez.

## O silêncio acendeu estopim

O silêncio dos patrões, que nem com-





## estopim

O silêncio dos patrões, que nem compareceram à reunião conciliatória na DRT para dialogar com o Sindicato da Construção Civil, foi o estopim de uma intensa movimentação dos operários na tarde de ontem. Embora sem liderança, tensos e intransigentes na sua reivindicação de aumentos de 80% "nenhum centavo a menos", formaram seis falanges que vieram dos bairros para o centro.

Neste trajeto, os grupos que se compunham de no máximo cem homens aos gritos, foram conseguindo centenas de adesões, fazendo um trajeto sem esquecer nenhuma obra.

— "Ali tem uma", gritava um trabalhador.

Era o brado para que a massa se dirigisse, aos berros de "estamos com fome", "a família está crescendo e precisa feijão", ou "a panela está vazia e os patrões são sem-vergonha". Enquanto um grupo de aliciadores percorria o Parolin e a Avenida Salgado Filho, outros saíram do Xaxim pela João Derosso para alcançar o centro, ao mesmo tempo que operários tentavam, no Portão, a partir da Praça do Atlético, alcançar a Visconde do Rio Branco e chegando até a Mateus Leme.

Tudo culminou com a chegada de dois grupos ao Centro Cívico na tentativa de atingir o Palácio Iguazu. Ali, o máximo que conseguiram foi retirar operários das obras do anexo da Assembléia Legislativa, porque o policiamento, que acompanhou todos os "cursos" composto por centenas de policiais, impediu que os grupos avançassem mais.

Foi no Centro Cívico que os piqueteiros paralisaram as obras de canalização do Rio Belém, conclamando companheiros a "sair deste trenzinho" (veículo pesado para dragagem). A adesão instantânea de todos os operários, que pediam apenas tempo para guardar o material, pois queriam ir juntos porque conheciam outras obras que poderiam ser mobilizadas.

## Patrões não cedem e pedem justiça

Quem procurou o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil, Hélio Campos, ontem, não o encontrou. Não estava em casa, nem no sindicato, nem na construtora Taba S.A. e muito menos na Delegacia Regional do Trabalho, onde, pela manhã, deveria acontecer o encontro dos empregadores com o general Massa. Um dos espectadores — enviado por um patrão para ver como estava o "clima" — disse que ele deveria estar ali, na delegacia, exercendo o seu papel. O espectador também o procurou em casa, no sindicato e na construtora. Achou estranho sua ausência e chegou a afirmar que Campos havia "sumido", num tom sarcástico.

A tarde o sindicato da Indústria da Construção Civil (patronal) declarou que quaisquer discussões devem ser em termos legais, junto à Justiça do Trabalho e que já se dirigiu, pelos trâmites legais, à Justiça. Emitiu nota oficial, na esperança de que os empregados voltassem hoje ao trabalho, "de maneira ordeira, como sempre agiram, sob o comando dos seus verdadeiros líderes".

Explicam os patrões que a postura de intransigência assumida pela classe deve-se à data da convenção coletiva de trabalho, que fixou os salários das diversas categorias de classe dos empregados da construção.

Diz mais abaixo que esta convenção tem a duração de um ano, ou seja, até 31 de maio de 1980, e que "qualquer pretensão salarial, face as disposições da Lei 6.708 de 30 de outubro de 1979, que dispõe sobre a nova política salarial, deve enquadrar-se dentro das normas nela con-

tidas, não sendo admitidas, pelo próprio texto da mesma, outras formas que não as ali previstas".

O sindicato patronal já recorreu ao judiciário para esclarecer as dúvidas deixadas quanto ao texto da lei.

## Assinaram confissões sem ler

Seis dos oito operários presos na noite de anteontem pela Delegacia de Ordem Social assinaram confissões e papéis sem poder ler o que ali constava. Foi o que denunciou ontem um dos trabalhadores detidos e liberados somente ontem pela manhã.

"Eles queriam que nós contássemos quem eram os cabeças", revelou, completando que "nós não temos cabeças infelizmente". Muito timidamente, sua presença não foi percebida pelos companheiros grevistas, razão pela qual o fato não foi denunciado na praça do Atlético, onde passou a manhã esperando por solidariedade.

Disse, entretanto, que ninguém sofreu agressão física, mas coação moral com a intenção de ter os nomes dos líderes do movimento.

## Na esquina, cassetete e nove prisões

Centenas de trabalhadores pararam em frente à construção na esquina da João Negrão com a Marechal Deodoro. Pediram para que os operários descessem da obra e se integrassem ao movimento. Atravessaram a rua e fizeram o mesmo apelo aos colegas do Edifício Itália. De repente, um pelotão de choque da Polícia Militar, em trote acelerado, chegou com seus cassetetes "tamanho família" e o movimento parou: os policiais se colocaram em posição de espera dos dois la-

dos da rua. A massa seguiu para a Barragem do Rio Branco, onde segundo testemunhas de alguns pedestres, caminhava normalmente. O trânsito foi paralisado e o "pau desceu". Os cassetetes foram acionados. Foram presas nove pessoas, entre as quais estudantes.

## Não mandou prender ninguém

O governador Ney Braga negou ontem pronunciar-se sobre a greve da construção civil, porque, caso o fizesse, estaria se antecipando ao secretário de Segurança, coronel Haroldo Dias. Seus assessores providenciaram imediatamente o telefone da secretaria e, por telefone, o coronel falou:

— Eu não dei ordem para prender ninguém, mas todo aquele que conter uma infração, como incitamento à ordem e infiltração será detido, porque este é o procedimento normal da polícia. Mas não será a polícia quem dirá se a greve é certa ou não, ou se é legal ou ilegal. Isto não é da nossa competência, seria subverter a ordem jurídica.

Revelou, entretanto, que como aconteceu na noite de anteontem para ontem e também nesta noite todos os policiais militares estariam em prontidão, à espera de qualquer chamado. E que todo o aparato para dispersar tumultos estava preparado, com equipamentos de gás lacrimogêneo químicos e "outros" que não quis citar.

## No começo imperou a ordem

Dos edifícios de apartamentos do Centro Cívico saíram gritos de protesto e apoio, enquanto crianças se aglomeraram na tentativa de acompanhar os operários, mas foram impedidos pelos pais. Se nos bairros a ordem foi parar o trã-



sito, impedindo a passagem dos carros, no centro houve um trato entre eles e os policiais: todos seguiram pela calçada, em ordem, organizadamente, trato que os operários atenderam. O convívio entre a polícia, desde às 8 horas da manhã até às 6 horas da tarde criou um clima de amabilidade entre as duas partes, afinal ambas completam oito, até nove horas sem alimentação, sob o forte sol.

Batendo com as mãos sobre os carros que passavam, gritavam: "cuidado barriga cheia", ou "vá carregar carrinho". Este clima perdurou até chegar na Praça Zacarias, com o objetivo principal: entrar no sindicato e cobrar do presidente a resposta da negociação marcada pela manhã na Delegacia Regional do Trabalho. Entretanto, a polícia chegou antes, armou um forte cerco humano, afora o aparato guardado nas viaturas para dispersar tumultos, e aí os operários reuniram-se em grupos e misturaram-se com a população assustada, mas solidária ao movimento.

## Construção civil não sai da crise

Nos meses de julho, agosto e setembro, a construção civil liderou o número de falências com 38% do total e em valor do débito com 55%. Nestes meses os valores médios dos débitos, por ocasião do requerimento de falência, foram de Cr\$ 120 mil na construção civil, Cr\$ 73 mil na indústria e Cr\$ 52 mil no comércio e outros.

Já a situação do nível de emprego reproduz essa quadra de dificuldades. Vejamos uma tabela de flutuação do emprego, segundo o Iparde, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

Mês/setor	Construção			Prestação de serviços	Total
	Indústria	civil	Comércio		
Jan/79 - Jan/78	4,1	-1,5	-1,7	12,6	5,0
Fev/79 - Fev/78	4,4	-8,8	-1,7	12,2	3,0
Mar/79 - Mar/78	4,2	-12,2	-2,5	7,7	0,5
Abr/79 - Abr/78	4,5	-15,9	6	8,3	0,7
Mai/79 - Mai/78	4,7	-20,7	-2,1	3,7	-3,1
Jun/79 - Jun/78	4,8	-21,2	-2,1	3,4	-3,3
Jul/79 - Jul/78	4,3	-20,1	-1,5	3,3	-3,1

Em agosto o índice de emprego continuou apresentando o setor da construção civil como o mais crítico. O nível de emprego geral caiu em quase 5% em relação a agosto do ano passado. Houve uma reação na construção civil e no comércio. A maior variação continuou sendo na construção civil com 4,5.

O check-up não é, pois, favorável e de certa forma explica o pânico do empresariado com a súbita greve dos trabalhadores. De um lado não podem atender (e isso o demonstraram, recusando-se até a comparecer à Delegacia Regional do Trabalho) qualquer pedido de aumento, que viria acrescido de ônus trabalhistas e previdenciários, e de outro não podem, por exaustão, ter as suas obras paralisadas.



pregados da Mauad concor-reve, admitem e acreditam pia-te o único meio ir suas reivindi-não aderiram à zada ontem, na Botelho. Não m o "estilo da um dos operá-provocando ar-ando. Queremos apostamos na mas não concor-que estão fa-

Os operários que vieram da Barreirinha até o centro a pe tentando aliciar seus companheiros em obras, depararam com uma dificuldade intransponível. Da esquina da prefeitura avistaram uma suntuosa construção, e, numa velocidade incontrollável, chegaram ao local.

A obra já estava cercada, além de altos tapumes, também de policiais nervosos e famintos. Gritaram, berraram, discutiram, "saíam daí seus cachimbos", "entrem na briga seus puxa sacos", mas não houve resposta.

Momento depois surgiu um homem de perna quebrada, confessando-se "filho de Deus", que relatou uma história convincente aos operários:

— Aqui todos trabalham de graça, voluntariamente, então não há porque reclamar.

Era a nova igreja da Assembléia de Deus, que está sendo levantada pelos fiéis.

A situação já estava tensa na Praça Zacarias quando a polícia prendeu um rapaz. Rapidamente se formou uma multidão em torno da viatura, onde os policiais tentavam colocá-lo.

— É um trabalhador? Todos perguntavam, avidamente.

— Não, respondeu o policial graduado, "é um punquista".

O batedor de carteiras desavisado não se amedrontou com a presença de uma centena de policiais e saiu dando das suas, até que foi punido.

A poucos metros dali, outra multidão olhava um bueiro.

— O que aconteceu? O que caiu aí? O que foi, uma arma?

— Não, respondem os pivetes, é só uma brincadeira.

E a multidão se espalhou de novo.



# REVE DOS PE

## em nu munha nflito

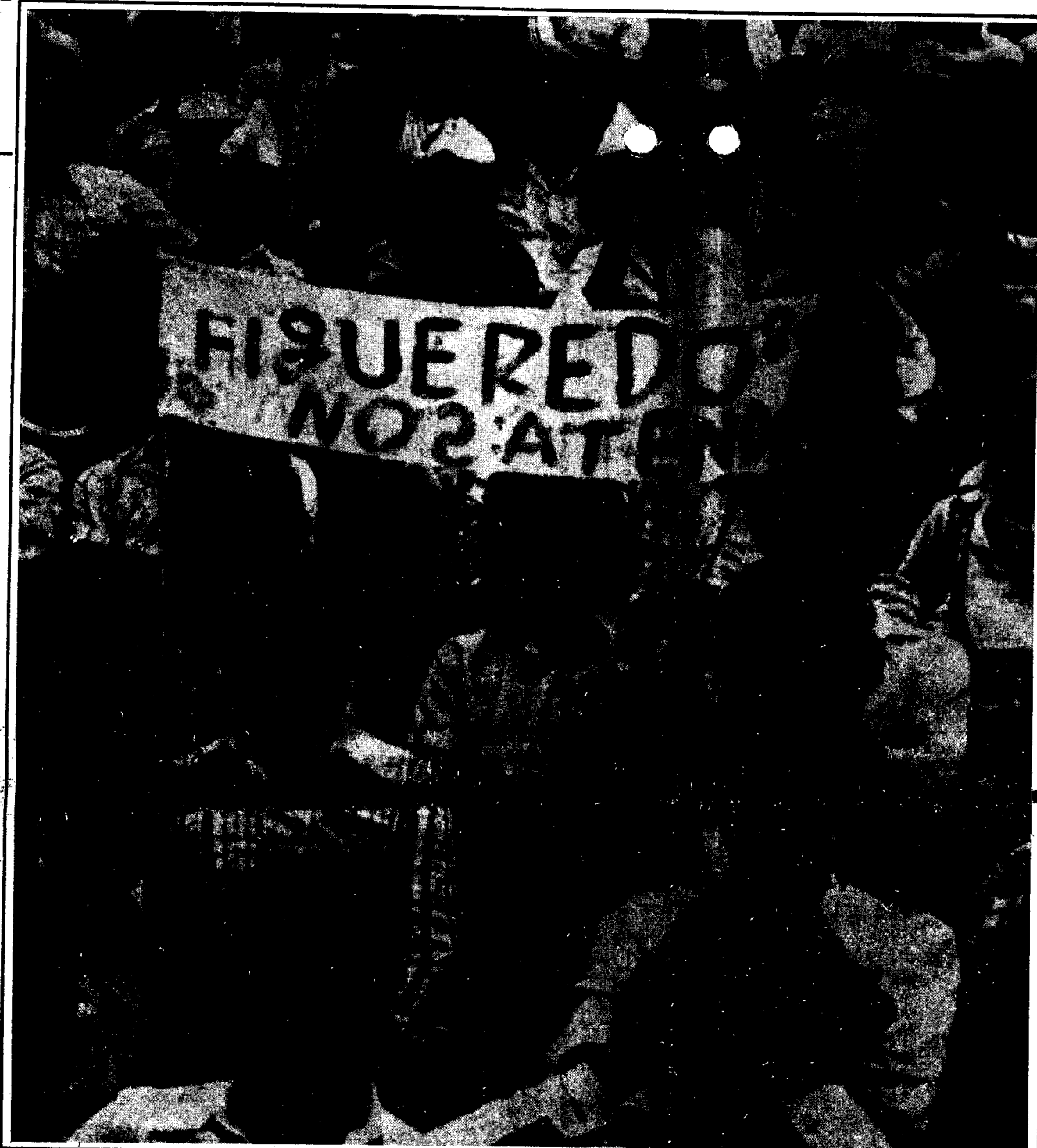
transformou o cen-trança de guerra on-o batalhão de cho-das, dispersou um adores da constru-avam do Palácio n impedidos pela de falar com o go-e conseguir dele a ema que paralisa a -feira: 80% de au-idos desde a ma- Botelho à espera que haveria entre abalhadore e con-ras apenas a trans-ia geral para hoje ários decidiram ir as, o que fizeram atrapalhando o trá-cto pela força poli-n grupos menores, tro Cívico.

a reivindicação de para os serventes mento dos dias pa-am 61 horas) e vistas levou a pa-de cerca de 10 mil , 8 mil deles pre-Botelho, à espera catos. O restante rava-se em pique-idade e tentando os para levá-los à is foram paradas e Jez empresas par-

## ÃO NIZAÇÃO

o Botelho desde ando haveria a di-acerto entre pa-os operários co-. Ao meio dia, o o da classe, Ag-entou avisar que n comparecido à binado. Vaiado e lugar ao deputa-ue para evitar tu-comissão inter-s da Comissão de ntes das constru-da capital e que Delegacia do Tra-to com patrões -rórios trabalhos os seguintes : Luis, da Nova omori; Cícero, da Pazini; Anto-cano; Adecenir, José Nivaldo, da ro Rogério, da

Botelho os poli-ostensiva, che-e provocou rea-se recusaram a o campo do lhara o delegado Massa - porque "sitiados". Ali olência e mesmo om pontos na re-lhar, estacionan-s proximidades e movimento, em te, sem a respos- três mambas-



sas e voltassem à Praça Afonso Botelho hoje. Somente parte do grupo obedeceu.

Cerca de 300 deles, no entanto, preferiram correr ao Palácio Iguacu para tentar junto ao governador Ney Braga uma providência a favor da classe. O percurso foi coberto com rápidas paradas em que os grevistas sentavam no asfalto, sempre vigiados por alguns policiais que conseguiram acompanhar a corrida. Cansados mas sempre gritando pelos 80%, os operários foram imobilizados pelos poucos guardas de segurança do Palácio que os ameaçaram de agressão. Foi na volta que a Polícia Militar entrou em campo comandados por Elói França, que recomendou a seus subordinados que prendessem "apenas os cabeças". Cerca de dez pessoas, entre pedreiros e estudantes, foram levados por carros da Homicídios.

Às 19h30min soldados do Batalhão de Choque iniciaram uma operação "pente-fino", espantando não só os ma-

do com a lei. Como a greve foi, de início, considerada ilegal, mais uma explosão incontida da categoria, não haveria acordo.

Disse o general que a proposta de Brasília era no sentido de que o sindicato dos trabalhadores independentemente procurassem o Tribunal Regional do Trabalho e lá pedissem uma interpretação da nova lei de reajuste semestral para verificar se o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) seria aplicado nos salários de junho ou de dezembro ou mesmo se seria sobre os salários dos serventes ou não.

Imediatamente após o anúncio destas premissas, o advogado dos trabalhadores, Paulo Bastos respondeu que "isto nada representa, é só para esfriar mesmo". E explicou que a lei fala claramente em data base - da construção civil é maio - e que nestas circunstâncias nem adiantaria procurar o tribunal.

O presidente do sindicato Agnaldo Forbeci perguntou então ao general se haveria outro diálogo, ao que respondeu que sim e a qualquer momento.

da greve dos trabalhadores da construção civil depende exclusivamente da que será dada pela Justiça, caso o pedido do sindicato patronal seja aceito pela DRT e o caso passe à competência do Tribunal Regional do Trabalho. Falando sobre o problema, o presidente do TRT, Luis Guimarães Falcão, mostrou que pelos empresários, baseando-se nos artigos 13 e 4 da lei, o salário dos trabalhadores chegará a Cr\$ 3.198,00, fixada a data-base de junho e o INPC incidindo sobre o salário antigo, de Cr\$ 2.460,00. Pelos operários, duas interpretações podem levar o salário a até Cr\$ 3.636,00.

"A lei 6.708 não é clara nestes aspectos", declarou Falcão. E explicou que os trabalhadores podem conseguir Cr\$ 3.609,00 de salário, se basearam o aumento nos Cr\$ 2.898,00 que ganham atualmente (serventes) somados aos 30% calculados do INPC (dezembro) - Cr\$ 871,00. E, por outro lado, se observarem o salário antigo, Cr\$ 2.460,00.

Uma massa desvairada liderança, com apenas reivindicação: fim à fe percorreu ontem as ru da cidade. Enfrentou a polícia, gritou, xingou conseguiu 10 mil adept Os patrões não cedem A polícia age. No gov há silêncio. A barriga ronca. Uma praça de guerra, um pente-fino, prisões, foi o que rest Mas a greve continua.



# “Um rastilho de pólvora”

“A Polícia não está reprimindo coisa nenhuma, ela está defendendo”, afirmou ontem o secretário de Segurança Pública, coronel Haroldo Ferreira Dias, a respeito da atuação das forças policiais na greve dos serventes e pedreiros da construção civil de Curitiba. Segundo ele, “é preciso que nas entrevistas saia exatamente o pensamento da gente, e não do repórter”, referindo-se a noticiários sobre o movimento grevista. Para ele, a imprensa estaria apresentando a polícia como repressora dos direitos dos trabalhadores, o que contesta.

“Não se trata de tirar o direito de reivindicação de quem quer que seja. Trata-se de manter a ordem. Em todo o movimento de massa, não tem quem não saiba, há infiltração de toda ordem”, disse o secretário, afirmando que ela pode ser por motivo ideológico ou mesmo de pessoas interessadas em fazer baderna. “Massa não tem comando, é um rastilho de pólvora. Basta meia dúzia de indivíduos interessados em baderna, depreciação, para que ela degenerate”.

## CONTINUA ACOMPANHANDO

Na manifestação de terça-feira à tarde, foram presas cerca de sete a dez pessoas, segundo o secretário, porque “estavam muito exaltadas e poderiam contrair para que houvesse manifestação de maior gravidade”. Essas pessoas foram libertadas em seguida, segundo ele.

O coronel Haroldo afirmou que a Secretaria de Segurança Pública tem que proporcionar garantia de ordem pública e tranquilidade para a população, e garantir a integridade do patrimônio público e privado. Dentro do conceito de ordem pública, ele inclui



*Haroldo: não há repressão, mas vigilância.*

“tudo que diz respeito à vida cotidiana da cidade”.

Dessa maneira, considera que passeatas não podem ser realizadas, e afirma que elas não têm nada a ver com greve, legal ou ilegal. O secretário disse que haveria tumultos toda vez que alguém resolvesse fazer passeatas, o que não pode ser admitido, uma vez que estaria causando perturbação à ordem pública.

**DO JEITO ERRADO**  
Acentuou que a polícia continuará acompanhando o desenrolar dos acontecimentos, intervindo quando ocorrer ameaça à ordem pública. Ele fez questão de ressaltar que a Polícia não é contra os empregados que estão fazendo reivindicação e nem a favor dos patrões.

O coronel Haroldo disse que todo mundo tem o direito de fazer reivindicação, mas afirmou que os pedreiros e serventes “estão fazendo essas reivindicações de maneira errada”. Conforme o secretário, os trabalhadores deveriam reunir-se em locais como o ginásio do Atlético ou o campo do Coritiba.

## SEM ENTENDIMENTO

Pelo sistema de rádio, o secretário estava acompanhando a evolução dos acontecimentos, ontem, cujo controle está a cargo da Polícia Civil, em atuação conjunta com a Polícia Militar.

Atendendo pedido de informações feito por telefone pelo secretário de Comunicação Social, Cleto de Assis, o secretário de Segurança lembrou que o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil parece não estar bem relacionado com a classe, o que estaria contribuindo para tornar a situação confusa. Os trabalhadores não estão entendendo a política de reajustes e quais os acréscimos que terão, comentou com o Cleto de Assis.

O coronel Haroldo informou que as forças de segurança continuarão acompanhando a greve. Ele disse que o contingente mobilizado é o suficiente, mas não quis revelar o número dos policiais em ação.

081 - 07601 10

# Dez mil trabalhadores continuam decepcionados

A terceira assembléia dos grevistas da construção civil, realizada ontem entre 16h e 16h30min, na Praça Afonso Botelho, e que reuniu aproximadamente dez mil trabalhadores, terminou como as duas anteriores, realizadas na quarta-feira: numa corrida desabalada de grevistas pelo centro da cidade. Um grupo formado por mais de 500 operários se dirigiu para a Praça Zacarias.

Ali, deparando-se com a formação dos policiais da Companhia de Choque da Polícia Militar, os trabalhadores tentaram alcançar o Palácio Iguacu, como fizeram no final da tarde de quarta-feira. Mas acabaram se dispersando no Passeio Público. Foram feitas duas prisões na Praça 19 de Dezembro, no terminal do ônibus expresso. Alguns operários tentaram retirar seus companheiros da viatura 21 da Polícia Civil, mas foram contidos.

Na assembléia, realizada às pressas (tanto pela falta de decisões a serem apresentadas como pela chuva, que começou a cair sobre os gre-

vistas), foi difícil para os representantes da Comissão de Justiça e Paz e dos trabalhadores conter o tumulto. Os grevistas, quase que de forma doentia, repetem incessantemente a palavra de ordem de "oitenta", o percentual de aumento que reivindicam, além de piso de Cr\$ 6.500,00, o pagamento dos dias parados e não punição pela greve.

Na Praça Afonso Botelho, não houve policiamento ostensivo. Apenas alguns carros da Polícia Civil vigiavam a concentração. Foram estes mesmos veículos que seguiram o grupo de operários em sua passeata até o centro da cidade. A Polícia Civil tinha ontem um esquema armado para conter



Algumas placas em obras, lembram a possibilidade da demissão em massa, mas não intimidam a classe.



A pé ou de bicicleta é a greve do bóia-fria urbano.



Escopetas e cassetetes não foram acionados ontem.

o movimento, pacificamente. Mas este esquema não funcionou. Os operários saíram da Praça Afonso Botelho, desceram a Avenida Getúlio Vargas, entraram pela Alferes Poli até a Praça Rui Barbosa, continuaram pela André de Barros, tomando a Marechal Floriano. Na esquina desta última com a Rua Pedro Ivo, as viaturas da Polícia Civil tentaram fazer uma barricada que foi facilmente transposta pelos grevistas. Estes foram recuados novamente ao deparar com a Companhia de Choque na Praça Zacarias. Dalí se dirigiram até a Praça Tiradentes e seguiram pelas ruas Barão do Cerro Azul, São Francisco e Presidente Farias, dispersando-se em vários pequenos grupos

ao entrarem no Passeio Público.

Enquanto estiveram reunidos na assembléia, os operários ouviram de alguns líderes a proposição de que não provocassem tumultos, pois "os patrões vão ficar satisfeitos se não nos entendermos aqui". Durante todo o percurso da passeata, esta cautela foi mantida. No centro da cidade, dos escritórios foram jogados maços de papel picado para saudar os paredistas. Os operários se reúnem novamente hoje, em assembléia na Praça Afonso Botelho, às 18 horas, para serem informados da audiência de conciliação a ser realizada à tarde no Tribunal Regional do Trabalho.

## Dissídio para ter o aumento

Dos 179 sindicatos de trabalhadores rurais do Estado do Paraná, 130 já realizaram ou estão realizando assembléias, tendo em vista o movimento sindical para o acordo coletivo de trabalho, que fixou o piso salarial da classe em Cr\$ 4.500,00. Segundo o presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná (Fetaerp), José Lázaro Dumont, o que se pretende é que todas as assembléias se realizem até o dia dois de dezembro, quando já deverão estar aprovadas as reivindicações, para que a partir daí passe-se à fase de negociação com a classe patronal, "pois o que queremos é fixar a data base para primeiro de fevereiro".

## Meta é tornar greve ilegal

Os empresários da construção civil do Paraná, através de seu sindicato, distribuíram nova nota oficial ontem pedindo que "as autoridades competentes promovam a imediata declaração da ilegalidade da greve".

A nota repete os seis itens do comunicado distribuído ontem e acrescenta mais três tópicos, onde o sindicato da categoria econômica repudia a intromissão de elementos estranhos ao movimento trabalhador, "só reconhecendo como legítimos representantes da classe as diretorias do Sindicato de Curitiba e da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário do Estado do Paraná".

Explicam os empresários que "em reunião nesta tarde com o sr. secretário da Segurança Pública, os empresários manifestaram o fato de que noventa por cento dos empregados pretendem trabalhar e estão sendo impedidos por piquetes ilegais, tendo recebido plena

garantia daquela autoridade no sentido de proteção ao direito de trabalho e ao patrimônio nas obras que estão em andamento na cidade de Curitiba".

Os empresários estiveram ontem reunidos por diversas vezes. Foram à Federação das Indústrias do Estado do Paraná no começo da tarde; estiveram na Secretaria de Segurança Pública e, no começo da noite, se encontravam reunidos no Tribunal Regional do Trabalho.

A imprensa não teve acesso a estas reuniões e o fotógrafo da TRIBUNA mal conseguiu registrar o encontro na Fiep, no começo da tarde. A nota distribuída no começo da noite ressalta que, "havendo dúvidas sobre a aplicação da lei, apenas o Poder Judiciário, pelo que dispõe a Constituição e a própria Lei número 6.708, pode dirimi-las através dos competentes dissídios".

### DISSÍDIO

No início da noite de ontem, os advogados da Indústria da Construção Civil,

João Casillo e Rogério Cercal, deram entrada no Tribunal Regional do Trabalho com pedido de dissídio coletivo pleiteando que o TRT declare ilegal a greve dos trabalhadores. O procurador regional José Montenegro Antenor, por sua vez, pediu a instauração da instância do dissídio coletivo contra o Sindicato da Indústria da Construção Civil, com base em informação da Delegacia Regional do Trabalho de que houve paralisação por parte dos trabalhadores da construção civil.

Hoje, o TRT expedirá notificação para que os sindicatos patronal e dos empregados da construção civil compareçam ao Tribunal, às 14 horas, para audiência de instrução e conciliação, a ser presidida pelo presidente do TRT, Luís José Guimarães Falcão. Após a entrega dos respectivos pedidos de dissídio, o procurador e os advogados patronais mantiveram conversações com o presidente do TRT, que se estenderam por mais de 45 minutos.

## Policiais garantirão construção da Praça

Um cordão policial ao redor da Praça Rui Barbosa é a solução que deverá ser adotada hoje para garantir a continuidade dos trabalhos e evitar a ação dos piquetes grevistas. A informação é de fonte ligada ao Ippuc. Ontem, o prefeito Jaime Lerner determinou que os operários da construção civil que trabalhavam na praça não comparecessem à obra, tendo em vista o ocorrido na quarta-feira, quando os grevistas foram ao local exigir que os colegas aderissem ao movimento, efetuando alguns danos no logradouro.

O policiamento que ontem era visto na Praça Rui Barbosa deverá ser multiplicado hoje. A conclusão das obras deverá ocorrer impreterivelmente, pelos planos da Prefeitura, até o próximo dia 29, quando está prevista a vinda do presidente Figueiredo para inaugurar a praça.

## Transporte coletivo também poderá parar

Rumores sobre a paralisação das atividades de outra categoria de trabalhadores, a dos condutores e cobradores de veículos de passageiros, espalham-se pela cidade, embora ainda não tenham sido confirmados oficialmente. A notícia foi qualificada como simples boato pelo presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários do Estado do Paraná, José Silvério dos Santos. Entretanto, ontem à tarde, quando procurado por motoristas, o presidente da entidade não os recebeu e os empregados acreditam que ele tenha "se escondido", evitando, assim, ouvir as suas reivindicações.

Naquela ocasião, Rogério Paitax, também motorista, ao tentar forçar a entrada no Sindicato, quase foi agredido pelo funcionário Lauro Ferreira, que lhe barrou a passagem.



*Classificação de Fisco*

*11-11-79*

## Detenções e helicópteros marcaram 5.º dia da greve

Não se cumpriram as negras previsões de violência para o dia de ontem, o 5.º da greve dos operários da Construção Civil, conforme se anunciavam nas entrelinhas de alguns comunicados e noticiários. De um modo geral, muito embora o anúncio de que teriam sido efetuadas algumas detenções de elementos portando cartazes e faixas, segundo informação da Comissão de Justiça e Paz, e, em que pese a tensão geral reinante na cidade, o dia transcorreu sem maiores incidentes, com os manifestantes tendo toda a liberdade de se movimentar e o reforçado policiamento limitando-se a apreciar o desenrolar das passeatas e concentrações.

A única nota diferente observada no dia de ontem, tanto pelos jornalistas como pelos próprios policiais que acompanhavam o desenrolar dos acontecimentos, foram as revoadas de misteriosos helicópteros em alguns locais onde operários se reuniam. Até o final da tarde, ninguém sabia explicar a quem pertenciam. E as opiniões estavam divididas: uns diziam que foram emprestados à Polícia, para observações de área de greve, a fim de facilitar o deslocamento das viaturas; outros, porém, acreditavam que eram observadores federais acompanhando a evolução da greve, com vistas ao planejamento do roteiro a ser seguido nos próximos dias pelo Presidente Figueiredo, em sua programada visita a Curitiba.

### EXPEDIENTE

Enquanto a Polícia Civil mobilizou cerca de mil homens para o acompanhamento do desenrolar da greve, a Polícia Militar mantém cerca de três vezes mais homens na vigilância ostensiva e fardada. Muito embora observadas de perto pelo secretário Haroldo Ferreira Dias, da Segurança Pública e pelo diretor da Polícia Civil, Luiz Chemim Guimarães, o comando das operações está sendo efetuado pelo delegado Eloy Fernandes França, o qual esclarece que a polícia só intervém em casos específicos de tumultos, violência generalizada e para

afastar desordeiros e provocadores que pretendem aproveitar-se da situação e da pouca experiência dos trabalhadores paredistas.

Contrariamente ao que se verificara nas repartições públicas comuns, a Polícia Civil terá hoje expediente normal em todas as suas repartições. E a tradicional folga dos sábados foi cancelada inclusive para o pessoal meramente burocrático e administrativo, pois todos deverão estar à postos para qualquer emergência.

### PRISOES

Em que pese as reiteradas informações da polícia, de que nenhuma prisão está sendo feita e que apenas os perturbadores da ordem, que estão atrapalhando os próprios grevistas, são retirados dos locais onde a ação se desenrola e libertados logo em seguida, continuava boatos ontem de que algumas pessoas tinham sido detidas. Pela manhã teriam ocorrido detenções nos bairros do Boqueirão e Pinheirinho, onde se realizavam concentrações distintas, inclusive com interdição, por alguns instantes, da rodovia BR-116. E, pela tarde, durante às 12 e 13h30min, sete pessoas teriam sido detidas na rua 15 de Novembro, entre a rua Ubaldino do Amaral e Sete de Abril, segundo levantamento da Comissão de Justiça e Paz. Eles teriam sido cercados por policiais militares, por estarem portando faixas e cartazes incentivando o movimento grevista. Em quatro carros, dois dos quais particulares (desbaratinados), eles foram levados para local não determinado.

As viaturas da Polícia Militar utilizadas seriam as de placas 5433 e 4666 e os veículos desbaratinados teriam as placas AP-5311 e NX-6779.

Também no bairro do Cajuru, ainda segundo as mesmas informações, teriam havido detenções. A noite, veículos da polícia movimentaram-se no centro da cidade, pois havia a informação de que o vereador Ivan Ribas conseguira infiltrar-se entre os grevistas e os estava concedendo para irem protestar na praça Zacarias.



Proteção aos trabalhadores.

Jorge Graff

*PT 1072a-130*

23

# ÇOS CRUZADOS

**Motoristas  
têm aumento  
de 40%**

Com a mediação do prefeito Jaime Lerner, os motoristas de ônibus e os representantes das empresas chegaram a um acordo, ontem à tarde, na base de 40% sobre os salários atuais, a partir de 1º de novembro. Os motoristas de ônibus, que estavam dispostos a paralisar o transporte coletivo da cidade nos próximos dias, aceitaram a proposta conciliatória do prefeito, que também teve a concordância dos empregadores.



## Greve e prece da fome

A menina Rosemeire, de 13 anos, filha do operário Juci Pedro Lima Rosa, fez uma espécie de poema-prece sobre os trabalhadores:

I  
Enquanto os patrões comem carne, o operário são os ossos

II  
Enquanto os patrões passeiam, nós empregados padecemos

III  
Os filhos dos patrões comem pão sovado, os filhos do operário comem pão amassado.

IV  
Os filhos dos patrões choram de barriga cheia, o filho do pobre choram de barriga vazia

V  
Enquanto o patrão cheira perfume, o empregado cheira cimento.

VI  
Enquanto os patrões vão às piscinas, o operário se lava na bacia.

VII  
Enquanto os filhos dos patrões tiram faculdade, os filhos dos pobres operários se criam analfabetos.

VIII  
E para terminar a prece da fome: Deus fez o mundo em sete dias. Nós operários terminaremos a greve quando derem os nossos 80%

Da mesma forma que apareceram dois cartazes sobre o Zequinha - "Zequinha na Miséria" e "Zequinha com Fome" - a greve dá margem a uma espécie de "brainstorming", um psicodrama de criatividade. Os dados ao gesto mais extremo saem com suas próprias marmitas, com comida ou não, para brandi-las como instrumento de protesto e de caracterização pes-



## Táxis: esperam a decisão nacional

A greve anunciada pelos marceneiros, e que, de início não teria apoio do sindicato, foi anunciada para segunda-feira, por telefone, ao sindicato dos patrões.

Mas a semana deve começar mesmo com uma greve geral dos motoristas de táxi - também não reconhecida pelo sindicato - pois só aguardam um aviso dos colegas de São Paulo e Rio de Janeiro para parar suas atividades. Há um pacto entre os motoristas autônomos e empregados para decretar, juntos, o movimento paredista.

Em tese, o que desejam os motoris-

gado, assim como um valor equivalente ao aluguel do carro. De gasolina ele gasta Cr\$ 300,00 e de aluguel diário mais Cr\$ 430,00. Ultimamente não tem faturada mais de Cr\$ 500,00 por dia tendo prejuízo diariamente de Cr\$ 230,00.

Com 32 anos de profissão, e sem nunca ter comprado um carro, ele espera apenas um aviso dos companheiros paulistas e cariocas para fazer um movimento de abrangência nacional.

Laércio Schenkel é dono do taxi que dirige, mas não consegue tirar mais de Cr\$ 6 mil por mês.

P110720



## Igreja: patrões serão os culpados

"A intransigência demonstrada até aqui pela classe empresarial, inclusive se recusando a um diálogo com a comissão representativa dos trabalhadores, poderá provocar um desfecho indesejável, que ficará sob responsabilidade patronal". Este trecho consta na mensagem a população. "Em defesa da Justiça", divulgada ontem pela Comissão de Justiça e Paz, Pastoral do Trabalho e Regional Sul II da CNBB, em apoio aos peões em greve desde segunda-feira.

Defendendo a Igreja, acusada de estar defendendo uma greve ilegal, o presidente da CJP, Wagner D'Angelis explicou que "não caberia à Igreja julgar ser o movimento ilegal ou não e sim defender o trabalhador". Negando que a comissão esteja liderando a greve, mas mediando, D'Angelis acrescentou que a movimentação "é fruto exclusivo dos trabalhadores" e que a eles cabe apenas assessorar juridicamente. "Está no artigo 165, inciso 5º da Constituição brasileira que o trabalhador tem direito ao progresso social e de participar dos benefícios e rendimentos da empresa e não é isto que estamos observando", afirmou.

A CJP registrou até ontem 22 prisões de trabalhadores, 7 ocorridas ontem entre meio-dia e 13 horas nas ruas Ubaldo de Amaral e Sete de Abril. De

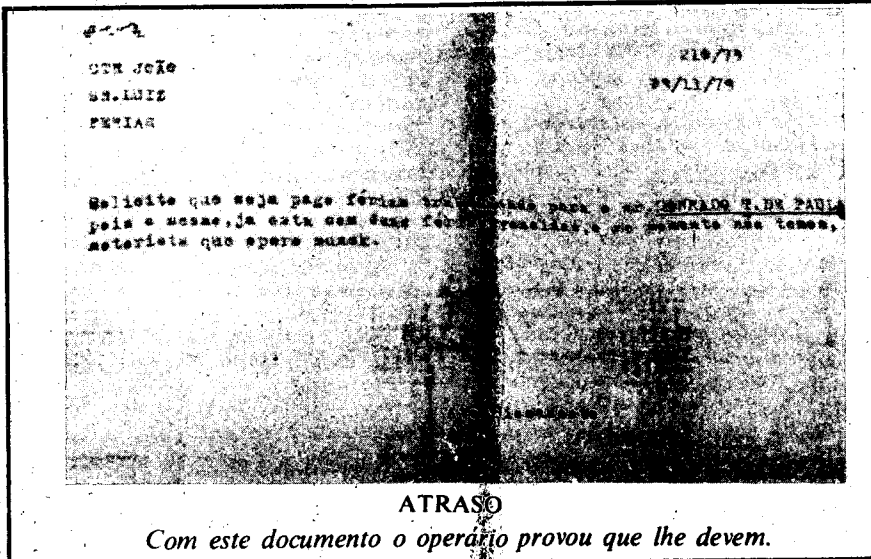
um piquete que vinha desde o Cajuru, a polícia tomou os cartazes que distribuíam e aconselhou os manifestantes a voltarem para casa e não comparecerem à assembleia que se realizaria na praça do Atlético, às 18 horas. Testemunhas das prisões levaram à CJP os números das placas dos automóveis que levaram os manifestantes ao DOS e DSI: carros da polícia civil chapas 5453, 4666 e carros civis com placas AP 5311 e NX (São José dos Pinhais) 6779.

Explicando a atuação da CJP, a nota oficial divulgada diz ainda que tendo sido o movimento de greve espontâneo e "face à indecisão inicial do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, foi eleita, em assembleia, uma comissão de negociação, bem como solicitada a mediação da Comissão de Justiça e Paz e da Pastoral do Trabalho da Arquidiocese de Curitiba. "E, lembrando palavras do Papa João Paulo II - para o cristão não basta a denúncia das injustiças, pede-se-lhe que seja testemunha e agente da justiça" -, a CJP convida a todos os cristãos a demonstrar a sua solidariedade às justas reivindicações dos trabalhadores, "bem como conclamar a estes para que se mantenham unidos e sem violência, apesar de possíveis provocações".

pede de "banstorming", um psicodrama de criatividade. Os dados ao gesto mais extremo saem com suas próprias marmitas, com comida ou não, para brandi-las como instrumento de protesto e de caracterização pessoal. Isso é rigorosamente uma forma de arte na medida que incorpora um valor do mundo real e o recria para uma função alegórica. O uso de páginas das páginas dos jornais como uma "colagem", desenhos toscos do Zequinha, frases em faixas ou em papelão - tudo, enfim, é uma forma de criatividade. Na greve de 1963 dos jornalistas, um garoto que trabalhava nos escritórios da "Última Hora", besuntou as mãos de tinta de jornal e gravou-as em cartazes com a legenda "De que vale sujar as mãos?"

Houve quem lembrasse nestes dias as músicas populares como "O pedreiro Valdemar", "Pedro Pedreiro", a trágica "Construção" também de Chico Buarque. Já os mais informados sobre literatura recordaram os versos de Vinicius de Moraes no poema "Operário em Construção".

A prece-poema da menina Rosemeire é uma dessas manifestações típicas de arte, cheia de inconformismo, defendendo a causa dos adultos. E isso recoloca o problema que sempre divide os artistas e críticos entre arte e arte popular, arte útil, engajada, e arte pela arte (o intimismo e a busca do puro prazer estético), são testemunhos para um momento determinado e que esgotam seus significados em função de um movimento.



ATRASO  
Com este documento o operário provou que lhe devem.

A maioria dos operários da construção civil que foi ontem receber seus vales não os teve. As empresas deixaram para liberar dinheiro às 18 horas, quando seria iniciada a assembleia na praça do Atlético. Este foi um dos motivos apontados pelos próprios trabalhadores ao reduzido número de companheiros na assembleia (8 mil) já que todas as obras estavam paradas.

Em frente ao escritório da empresa Farid Surugi aglomeraram-se dezenas de operários às 16,30 horas empunhando documentos que comprovaram atrasos nos pagamentos.

Desde setembro não recebemos, confessou uma servente que trabalha na colocação de azulejos, em obras de conjuntos habitacionais.

Os empregados parados na frente dos escritórios estavam tentando receber seus salários atrasados e os vales prometidos para ontem, no valor de Cr\$ 500,00. Mas foram os próprios mestres de obras que ordenaram hoje a paralisa-

ção dos trabalhos. A maioria dos empregados da Farid Surugi permaneceu até ontem em serviço, mas hoje os chefes decidiram que seria melhor parar do que enfrentar os piquetes.

O motorista T. de Paula tentava receber ontem duas férias já vencidas, empunhando um documento assinado por um funcionário chefe da obra. Outros pediam recebimento referente ao acerto de contas já assinado há dois meses, e acabaram por denunciar outras irregularidades.

Eles (a empresa) não acertam desde setembro com a gente. Exigem uma fase de experiência de três meses e não pagam o aviso prévio quando nos mandam prá rua, disse José Gomes Ferreira.

Denunciaram outros presentes que o Fundo de Garantia não está sendo depositado desde fevereiro, e que há empregados que já saíram há um ano e nada foi pago.

aos colegas de São Paulo e Rio de Janeiro para parar suas atividades. Há um pacto entre os motoristas autônomos e empregados para decretar, juntos, o movimento paredista.

Em tese, o que desejam os motoristas é que o preço da gasolina seja congelado, e o melhor ainda, que seja vendida a preços de exportação. Simultaneamente, eles desejam que a tarifa continue como está, porque novos aumentos seriam inúteis.

Eu tirei Cr\$ 1 mil e 300 no mês passado, explicou o motorista Julio Lopes, empregado.

Ele informou que seu contrato prevê que a gasolina seja paga pelo empre-

ta apenas um aviso dos companheiros paulistas e cariocas para fazer um movimento de abrangência nacional.

Laércio Schenkel é dono do taxi que dirige, mas não consegue tirar mais de Cr\$ 6 mil por mês.

Deve-se estabelecer o preço atual da tarifa de taxi e congelamento no preço da gasolina.

O motorista disse que "paro na mesma hora que for dada a ordem, nem tiro o carro de casa". Propõe que seja criada uma espécie de "simoneta", "só que agora a gente tem que achar alguma coisa parecida com Rischbieter", e ter uma cota diária de 30 litros para cada motorista.

## Sindicato diz que não tem dinheiro

Aproveitando a movimentação dos pedreiros em greve, o sindicato da classe está distribuindo o balanço das contas de 1978, informando que é mais de

136 mil cruzeiros e que portanto não têm condições de ajudar os associados e seus familiares, que estão passando fome.

### SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE CURITIBA.

#### BALANÇO FINANCEIRO DE 1979

RECEITAS	
Contribuição Sindical	Cr\$.- 3.826.311,45
Mensalidades	Cr\$.- 1.026.313,40
Reversão Salarial	Cr\$.- 614.193,68
Telefone, Custas e Curso/Datilografia	Cr\$.- 48.031,76
Convênio c/INPS-Assist. Dentária	Cr\$.- 194.400,00

Total das Receitas	Cr\$.- 5.709.250,29
Veículos - Vendas	Cr\$.- 60.077,00
Banco do Brasil	Cr\$.- 400.410,59
Banco do Brasil	Cr\$.- 725,22
Caixa Econômica Federal	Cr\$.- 565.082,21
Imposto de Renda a recolher	Cr\$.- 10.438,00
Saldo em Caixa	Cr\$.- 80.937,39

Total Geral ..... Cr\$.- 6.826.920,70

DESPESAS	
Diretoria	Cr\$.- 305.380,90
Funcionários	Cr\$.- 341.567,45
Edifício Conservação	Cr\$.- 60.789,62
Despesas Diversas	Cr\$.- 336.949,83
Fundo Emprego e Salário	Cr\$.- 765.262,29
Federação	Cr\$.- 573.946,72
Confederação	Cr\$.- 191.315,57
Assistência Médica - Lab. Policl.	Cr\$.- 917.520,60
Assistência Dentária	Cr\$.- 688.041,14
Assistência Jurídica	Cr\$.- 544.921,50
Auxílios-Medicamentos-Funeral	Cr\$.- 31.872,90
Bolsas de Estudo	Cr\$.- 900,00
1.º de Maio	Cr\$.- 7.021,50
Material Escolar	Cr\$.- 246.791,06
Congressos e Conferências	Cr\$.- 28.125,00
Restituição	Cr\$.- 20.661,00

Total das Despesas	Cr\$.- 5.572.784,78
Veículos-Compras	Cr\$.- 92.933,00
Mobiliário	Cr\$.- 50.975,64
Biblioteca	Cr\$.- 1.530,00
Banco do Brasil S/A	Cr\$.- 500.254,95
Banco do Brasil S/A	Cr\$.- 725,22
Caixa Econômica Federal	Cr\$.- 540.279,47
Empréstimo Sindicato	Cr\$.- 20.000,00
Caixa	Cr\$.- 47.437,64
Total Geral	Cr\$.- 6.826.920,70

#### ATENÇÃO:

Total das Receitas	Cr\$.- 5.709.250,29
Total das Despesas	Cr\$.- 5.572.784,78
Diferença p/mais	Cr\$.- 136.465,51

(CENTO E TRINTA E SEIS MIL, QUATROCENTOS E SESENTA E CINCO CRUZEIROS E CINQUENTA E UM CENTAVOS).

Curitiba, 31 de dezembro de 1978.

Aguinaldo Ramos Forbeci	Presidente
Irineu Horbatiuk	Tesoureiro
Enio E. Sgrótti	Rec. Contabilidade

Aguinaldo Ramos Forbeci  
Presidente



73



**REPORTAGEM**  
Amamária Marchesini,  
Téla Negrão, Silvana Marchi,  
Fotos: Lucilia Guimarães  
Alberto Vianna  
Ronaldo de Sousa.

# 30 MIL DE BRA

Mesmo com a contraproposta de aumento de 30% anunciada ontem pelos patrões, os operários da construção civil continuam hoje seu movimento paradedista. Ontem, todas as obras civis da cidade paralisaram apesar do policiamento pedido pelos empresários, e há em torno de 30 mil grevistas. Nos últimos três dias foram presos 55 pedreiros.

Desde as 5 horas da manhã, os trabalhadores saíram de suas casas, reuniram-se em obras e reiniciaram os piquetes. Mesmo com a presença da Polícia Civil e Militar, que os acompanhou em todos os trajetos - alguns de até 60 quilômetros. Um incidente no Alto da Rua XV levou 7 operários à prisão, sendo liberados somente no final da tarde.

Desde o meio-dia a Praça do Atlético começou receber os grevistas. Empunhando cartazes, usando bonés com a inscrição do irredutível "80%", foram se acomodando pelas escadarias da concha acústica, à espera de uma resposta dos patrões, reunidos desde as 14 horas no Tribunal Regional do Trabalho com os líderes da classe. As 17 horas, uma hora antes da assembléia, cerca de 8 mil trabalhadores lotavam o local.

Pacíficos, e sob o comando do presidente da Associação dos Vendedores Ambulantes, Otávio Barbosa, o único trabalhador que conseguiu até agora liderar o movimento, ouviram atentamente que os patrões dificilmente cederiam caso houvesse cisões entre os grevistas. Mas isto não demorou para acontecer.

Empunhando o microfone cedido pela Prefeitura, que montou um equipamento completo de sonorização e amplificação, o deputado Ivan Ribas tomou a palavra e aí começou a confusão. Se estavam pacíficos até aí, e até assimilando a possibilidade de que os 80% eram quase utópicos, a situação mudou:



Ivan Ribas instigou a multidão de trabalhadores mas foi contido por um membro da comissão. Ele acabou dividindo os operários.

máquina nova eles dizem: "Olha o pneu, olha a mola, deixe bem limpinho, e se esquece que o trabalhador não é uma máquina. O trabalhador quer comida, quer leite, manteiga, pão, carne, isto nem se fala, e lembrem que o Brasil tem o maior rebanho do mundo. Tem muito boi, e tem também vaca de montão. Mas a gente tem uma mulher e filhos para dar de comer, enquanto eles tem uma mulher aqui, outra no Recife, outra na Bahia, e outra por aí. A gente não.

Atlético e o presidente da classe patronal, Hélio Campos, disse apenas que levaria a resposta de seus associados na segunda-feira às 13 horas, como ficou estipulado e deverá ser também obedecido pelos trabalhadores. O julgamento final será iniciado às 15 horas.

## CONCILIAÇÃO

João Casilo, por sua vez, afirmou que o movimento de greve é ilegal porque fugiu do controle da diretoria do sindicato dos trabalhadores e não observou qualquer instrumento legal. "Ou observamos a lei ou nada mais temos a fazer", afirmou. Enquanto o advogado dos operários afirmava que o índice governamental "embora não tenha dado origem em si à greve é uma das reivindicações que a classe trabalhadora faz, por considerar muito baixo", Casilo respondeu que considera extemporânea qualquer manifestação do TRT sobre a incidência do índice - INPC - sobre o

— Só falta agora o Figueiredo recolher a mão, voltar com um soco, dar um golpe e implantar nova ditadura.

Esta frase é de um oficial cansado de guerra, que há cinco dias não vê a mulher e os filhos.

— Eu tenho medo de chegar em casa e encontrar um bilhete: "fugi com o guar-

PT 10720-1

070-130

...pificação, o deputado Ivan Ribas tomou a palavra e aí começou a confusão. Se estavam pacíficos até aí, e até assimilando a possibilidade de que os 80% eram quase utópicos, a situação mudou:

- Nós devemos estar irredutíveis nos 80%, isto ou nada", gritou Ivan Ribas. Ovacionado, empolgou-se e agitou a massa.

- Eu soltei vocês da cadeia, eu tirei todos da cadeia, eu sou o pai de vocês, vocês devem me ouvir, e vamos gritar 80, 80, 80.

E aí começou a confusão. Um membro da Comissão de Justiça e Paz solicitou ao vereador que agisse com mais prudência porque pessoas estranhas ao movimento não devem agitar os trabalhadores. Mas isto foi inútil e piorou o quadro: fingindo estar chorando, Ivan Ribas gritou:

- Estão me tirando o direito de falar. Eu que defendo vocês. Eu que tirei vocês da cadeia. Eu que escuto o ronco da barriga de vocês porque também sou um trabalhador. Eu...

E aí houve a cisão. Membros da comissão escolhida pelos operários protestaram contra sua presença, enquanto os 8 mil trabalhadores se envolviam pelo advogado e vereador.

- Devolvam o microfone ao Ivan Ribas, gritava a multidão.

E ele realmente o pegou de volta e continuou falando até que Otávio Barbosa o tirou de volta e avisou que a ordem deveria ser mantida.

Chamado pela imprensa para justificar sua atitude, ele chamou os operários para protegê-lo:

- O sr. sabe o que está falando?-perguntou um repórter.

- Eu sei sim. Muitas empresas já cedem nos 80%.

- Qual delas, nos diga então?  
- Não sei e não tenho obrigação de responder.

- Mas o sr. está garantindo aos trabalhadores que eles vão dar o aumento.  
- Isto é problema meu.

- O sr. sabe da sua responsabilidade fazendo isto?

- Olha aqui mocinho, pare de me interrogar como se fosse polícia.

Virou para os trabalhadores e continuou:

- Este rapaz aqui é meu inimigo, ele sempre faz isto comigo.

Neste momento os operários tentaram linchar o jornalista que teve que ser socorrido por dois deputados do MDB que acabavam de chegar.

Foram os deputados Gernote Kirinus e Nelson Friedrich quem chamaram o vereador e pediram para que assumisse a postura devida, mas foi inútil. Ele novamente pegou o microfone mas pouco falou porque houve um tumulto na concha acústica.

Já exaustos pela espera, os operários começaram a se impacientar, quando Otávio Barbosa retomou o microfone e contou a seguinte história:

- A nossa luta é como a luta pelo fim da escravatura. Tinha uns caras muito frouxos na África que vieram para o Brasil como escravos. Quando chegaram aqui viram que o jeito era lutar.

Brigaram tanto que conseguiram. Vejam vocês agora, vieram esses japoneses e começaram a plantar tomate e viraram patrões. O mesmo aconteceu com os ingleses, franceses, etc., mas nós continuamos trabalhadores. E disse mais: Quando os patrões compram uma

...para dar de comer, enquanto eles tem uma mulher aqui, outra no Recife, outra na Bahia, e outra por aí. A gente não.

Neste momento chegou a comissão e anunciou que os patrões não cederiam em nada. Começaram os gritos:

- Vamos para a Zacarias minha gente, vamos quebrar tudo, eles estão pensando o quê?

Mas veio em seguida outra contraproposta, de 30% que conseguiu esfriar os ânimos em parte, fazendo que um pequeno número de trabalhadores fosse ao centro da cidade.

No centro, o policiamento foi intenso. Pelotões foram colocados em todos os pontos estratégicos, como nas parças Rui Barbosa e Zacarias, Rua das Flores, Dr. Murici, e Praça Osório.

Cansados, os policiais esperaram organizados. Quando um grupo de 400 operários chegou na Praça Rui Barbosa foi dispersado. Houve apenas uma prisão, a de um rapaz que havia lançado uma pedra numa vidraça. Este, foi seguido muitas quadras e preso na esquina da Rui Barbosa com 24 de Maio.

## Patrões cedem até os 30%

Foi com proposta de 30% de aumento sobre o salário de junho de 79 - data-base da categoria - e compensados os aumentos e abonos concedidos no semestre, que terminou a audiência de conciliação realizada ontem entre empresários e trabalhadores da construção civil no Tribunal Regional do Trabalho.

Além disso, ao resultado obtido com este aumento deverá ser somado Cr\$ 438,00 resultante do aumento compulsório do salário mínimo e que será integrado a todos os salários. Caso peões e patrões aceitem esta proposta - os resultados dos contatos com as classes serão levados ao TRT na segunda-feira às 13 horas - o salário mínimo normativo para a categoria passa a Cr\$ 3.700,00 e os operários admitidos após a data-base terão 1/6 do valor por mês de serviço, respeitado o salário mínimo normativo.

Mas se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, em que se baseia o aumento intermediário, segundo a nova política salarial, for maior que os calculados 30%, o trabalhador terá direito a aumento salarial também superior, e a vigência desta decisão será a partir de 1º de dezembro próximo. O presidente do TRT, Luiz Guimarães Falcão fez ainda a proposta de que os operários em greve recebam pelos dias em que estão parados - hoje completam seis - e não sejam punidos pela greve. Hoje às 14 horas a proposta será levada aos trabalhadores em nova assembléia na praça do

### CONCILIAÇÃO

Dois dissídios foram abertos no TRT. O primeiro, pelos empresários, é de natureza jurídica e prevê a definição da ilegalidade ou não da greve, enquanto dos peões a ação aberta pelo procurador da Justiça do Trabalho, José Montenegro Antero, prevê a decisão do aumento salarial a ser concedido, sendo portanto de natureza econômica. Preliminarmente, ao iniciar a audiência de conciliação ontem às 14 horas no TRT, o advogado do sindicato dos trabalhadores, Paulo Bastos, pediu pela inépcia da ação dos empresários, já que a convocação da assembléia de classe foi feita irregularmente, através de telefone.

João Casilo, advogado dos patrões, afirmou que caso sua ação seja por isso anulada, que seja julgada então a dos trabalhadores.

Indo contra a afirmação de ilegalidade da greve por parte dos patrões, Paulo Bastos leu a ação impetrada pelo sindicato que defende em que coloca e deve ser visto em primeiro plano a verdade social do fato, que é a fome e a miséria, porque a nova política salarial retirou dos operários seu poder aquisitivo. "Seria ilegal a exploração da realidade social, a fome? É ilegal a greve porque não tiveram os peões preparação psicológica para se apegar aos formalismos da lei? Não seria ilegal a contribuição dos patrões a este movimento ao fazerem todos ouvidos de mercador aos pedidos dos operários?", perguntou Bastos. E, justificando a paralisação, afirmou que a inflação está assolando o salário dos empregados e que, "na realidade nua e crua", não há quem consiga sobreviver com uma família recebendo um salário de apenas Cr\$ 2.460,00, ou Cr\$ 2.898,00 "que com os descontos viram só Cr\$ 2.600,00". "Por isso o movimento não é ilegal", afirmou.



### O PROBLEMA É DO GOVERNO

Interrompendo a audiência, o presidente do sindicato patronal falou aos presentes afirmando nunca ter se chocado tanto como quando Paulo Bastos afirmara da insensibilidade de sua classe e que quase imputou ao empresariado a culpa das consequências das decisões adaptadas no país. Disse ele que as construtoras não têm condições de conceder aumentos fora dos estipulados pelo governo e que em junho - data-base - foi concedido ao operário 50% de aumento, quando os índices indicavam aumento no custo de vida em 44%.

"Nossa posição hoje é difícil", afirmou, explicando que qualquer atitude mal estudada poderá levar ao caos que já se aproxima. E dizendo que os empresários não pretendem se esconder atrás dos textos legais como pretexto para não resolver os problemas que atingem a classe civil como um todo, afirmou que "o problema do nosso operário é antes o da sobrevivência da construção civil nacional". E, tentando dar uma explicação sobre a nota oficial publicada pelos jornais locais em primeira página a pedido de seu sindicato, considerada ambígua e duvidosa, disse Hélio ter sido ao documento resumido erroneamente ou cortado pelos próprios jornais, o que não é verdade, já que a matéria foi paga e a ética profissional proíbe as empresas jornalísticas de modificarem o texto.

...guerra, que há cinco dias não vê a mulher e os filhos.

- Eu tenho medo de chegar em casa e encontrar um bilhete: "fugi com o guarda-noturno".

## Delfim é que deve resolver a questão

"O atual salário do peão é uma questão de contexto nacional. Eu teria condição de pagar Cr\$ 20 mil aos meus serventes, se vendesse meus apartamentos, porque não dependo do governo. Quem trabalha com obras públicas - e são quase todas as construtoras - depende do orçamento governamental que é curto e prevê obras com preços fixos", explicou ontem o diretor da Construtora Sul, Carlos Linck, que compareceu à audiência de conciliação do TRT acompanhado pelo, proprietário da Encipar, Clovis Silva. Este, como uma solução para o problema do baixo salário, disse que cabe ao Ministério da Agricultura produzir mais cereal para que os preços baixem e fiquem de acordo com o ganho do povo. "Não adianta eles aumentarem o preço do combustível, mas baixar o da alimentação", frisou.

Carlos explicou que o governo paga pontualmente pelas obras que compra, mas que os preços é que são baixos. Impossível, no entanto, é aumentar o custo destas construções porque os empresários curitibanos sofrem pressões dos paulistas. "Se nós majoramos os preços das construções", explicaram os dois, "empresários paulistas che-

gam a trabalhar a preço de custo para o governo do Paraná, e somos nós que saímos perdendo, porque diminui o mercado", Clóvis, ao mesmo tempo afirmou que se as empresas dependentes do governo funcionassem apenas dentro do sistema do BNH, quebrariam, porque ele prevê pagamento por UPC e este não acompanha a realidade dos preços.

Outra dificuldade da classe são os engenheiros recém-formados. "Eles ganham o diploma, compram uma betoneira e um caminhão e abrem uma empresa, cobrando mais barato porque possuem menor custo de mão-de-obra, e concorrem com firmas especializadas", explicou Linck que, ironicamente, afirmou ter sido a greve o primeiro grande problema enfrentado pelo sindicato. "Tanto que nós, os associados, estamos nos conhecendo agora, porque nem fazíamos reuniões, que eram desnecessárias". E finalizando, disse que os empresários não podem dar aumento porque o governo não admite o repasse dos custos de produção e que estes estão subindo incontavelmente. "Só o aço subiu, este ano, 80%. E os preços não prevêm isso".

- Eu vou te contar uma novidade. A próxima categoria a entrar em greve será a de mulher de polícia.

Outra frase de oficial, à espera da multidão que se dirigia à noite ao centro da cidade.

- E vocês, como estão de salários, parece que muito mal, não é? perguntou um repórter.

- É isto aí. Dá vontade até de fazer a mesma coisa que os pedreiros, mas quem é que ia segurar a gente?

Impaciente, pois o rádio do carro há quase uma hora avisara que os operários estavam vindo, mas nunca apareciam na rua, ele comentou:

- Eu estou com fome, duro, com sono, por que estes caras não deixam de lero-lero e não vem de uma vez? Pra quem tá ferido para virar lepra não é nada.

# TRT tenta conciliação

Já por volta das 20 horas de ontem, quando os quase seis mil trabalhadores que se encontravam reunidos na Praça Afonso Botelho já se dispersavam, foram avisados pelos agentes da Polícia Civil que deveriam retornar à sua assembléia. Finalmente, também depois de uma reunião que durou perto de seis horas no Tribunal Regional do Trabalho, a comissão dos operários trazia para os grevistas a proposta de conciliação apresentada pelo juiz presidente do TRT, Luiz José Guimarães Falcão.

Reuniram-se na praça cerca de três mil trabalhadores que, antecipadamente, se mostraram contrários à proposta. Entretanto, uma nova assembléia (a quinta realizada desde que se iniciou a greve, na segunda-feira) foi marcada para hoje. Os grevistas deverão se reunir novamente na Praça Afonso Botelho, hoje, às 14 horas, para votar sobre a proposta conciliatória. Os empresários se reúnem segunda-feira pela manhã. O julgamento do dissídio será na segunda-feira, às 15 horas.

O advogado dos trabalhadores, Geraldo Vaz, comunicou-lhes ter sido obtida a concordância dos patrões quanto a não punição de nenhum trabalhador que tenha participado da greve e que, se houver acordo, não haverá descontos dos dias parados. Mas esta concordância poderá ser anulada, caso no julgamento do dissídio a greve dos trabalhadores na indústria da construção civil venha a ser definida como ilegal.

## TUMULTO POLÍTICO

Segundo calculam os membros do sindicato dos trabalhadores, o número de grevistas ontem, o quinto dia de paralisação, já estaria em torno de 15 mil ou seja, pelo menos a metade dos operários

deste setor em Curitiba está parada. A assembléia de ontem reuniu aproximadamente seis mil operários. Estes aguardaram por mais de duas horas para ouvir o resultado da reunião conciliatória que era realizada no Tribunal. Os líderes dos operários que estão ligados à Comissão de Justiça e Paz, assim como o presidente da Associação dos Vendedores Ambulantes, Otávio Barbosa, insistiam para que o movimento de paralisação não venha a desaguar em violência.

Enquanto aguardavam a resposta do TRT, os trabalhadores eram informados do movimento de apoio que lhes vem sendo dado: os motoristas de táxi estão promovendo uma coleta de dinheiro para contribuir com o fundo de greve, e com a permissão dos bispos da Regional Sul da CNBB, as igrejas, a partir de hoje, estarão distribuindo gêneros de pri-

meira necessidade para os mais necessitados. Os grevistas deverão apresentar sua carteira de trabalho para obter o auxílio. Os alimentos estarão sendo distribuídos nas igrejas Nossa Senhora de Guadalupe (ao lado da rodoviária velha), da Vila Feliz, da Barreirinha, do Pinheirinho e nas associações de bairros da Vila Nossa Senhora da Luz e da Vila Formosa.

A assembléia de desenrolou normalmente até que o vereador Ivan Ribas tomou a iniciativa de reger a palavra de ordem dos operários - os "oitenta" de aumento salarial. Os trabalhadores, que até então se mostravam calmos nas arquibancadas da praça, quiseram subir até o anfiteatro e se instalou um grande tumulto. Os membros da Comissão de Justiça e Paz pediram ao vereador que não encami-

nhasse o problema dos trabalhadores para aspecto político e Ivan Ribas aproveitou para reclamar que estava sendo censurado. Acabou por falar através dos alto-falantes, mostrando-se como defensor do operariado. Aos grevistas, chegou mesmo a dizer que algumas construtoras já haviam concordado em dar o percentual de aumento exigido. Mas, para os jornalistas que pediram informações sobre quais seriam estas empresas, Ivan Ribas exigiu que não lhe interrogassem "policialescamente" e disse que apenas ouviu comentários sobre esta possibilidade de aumento. Para alguns policiais que assistiram o tumulto provocado pelo vereador, ele se constituiu "num problema do Judiciário que permite a imunidade".

A ação da polícia ontem foi mais amena que nos dias anteriores. Durante a assembléia, um dos líderes dos trabalhadores lembrou que os policiais também são assalariados e que são mal-remunerados. No começo da noite, foi preso um operário e os homens da Polícia Militar se queixavam de estar trabalhando continuamente desde a terça-feira.

## PROBLEMA DO GOVERNO

Antes de se reunirem separadamente com o juiz presidente do TRT, os representantes dos trabalhadores e dos empresários apresentaram seu ponto de vista sobre os motivos que levaram à greve. Paulo Bastos, advogado também dos operários, lembrou a Declaração dos Direitos Humanos para alegar a falta de condições de sobrevivência dos trabalhadores com o salário que estes vêm recebendo. Já os empresários entendem que a mola mestra da insatisfação social seria a política econômica do governo.

## A proposta conciliatória

A proposta conciliatória apresentada pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Luiz José Guimarães Falcão, na reunião com patrões e operários da construção civil, estabelece para a categoria grevista um aumento fixo de Cr\$ 438,00, além do reajuste de 30 por cento já decretado pelo governo. Por esta proposta, a categoria mais carente - os serventes - contariam, na verdade, com um aumento de 50 por cento sobre o salário de junho.

Na cláusula quarta da proposta fica estabelecido que o salário mínimo normativo passa a ser de Cr\$ 3.700,00. O aumento teria vigência a partir de 1.º de dezembro e aos grevistas seria assegurado o direito ao recebimento dos dias que permaneceram paralisados por motivo de greve, "in-

clusive os repousos semanais intermediários". Da mesma forma, "fica assegurado aos trabalhadores na hipótese da aceitação desta proposta a não punição por parte dos empresários por motivo de greve".

O Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil e os empresários comprometeram-se a estudar a proposta e dar uma resposta definitiva até às 13 horas da segunda-feira. Em caso de não ser aceita, segundo o juiz Luiz José Guimarães Falcão, o Tribunal Regional do Trabalho fará o julgamento do dissídio coletivo, estando indicados para juízes relator e revisor, respectivamente, Indalécio Gomes Neto e Alcides Nunes Guimarães.

## "Não podemos dar aumento"

O Sindicato da Indústria da Construção Civil distribuiu nota ontem afirmando que "os serventes da construção civil tiveram, ao longo de 1979, um aumento real de 76,35 por cento, enquanto as demais categorias tiveram majorações proporcionais" e que, em face desses níveis, os empresários "não podem conceder a nova majoração pleiteada pelos trabalhadores, o que elevaria os salários em 143,36 por cento só neste ano".

A nota explica que na "convenção salarial assinada em primeiro de junho último, a categoria servente passou a receber um piso de Cr\$ 10,25 (por hora) sendo novamente reajustado em novembro com uma majoração de cinco por cento. Atualmente, o servente possui salário de Cr\$ 2.898,00, quando o salário mínimo vigente é Cr\$ 2.760,00".

Acrescenta ainda que o presidente do sindicato patronal, Hélio Campos, esteve na última semana com o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, e recebeu dele a orientação de que os empresários "não estão autorizados a proceder negociações salariais porque a lei não permite aumentos de salários a não ser na data base.

## GARANTIA NAS OBRAS

Outra nota distribuída pela classe patronal explica que, durante visita à assembléia do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Paraná, ontem, na sede da Federação das Indústrias, o secretário Fernando Fontana, da Indústria e do Comércio, reafirmou a disposição do governo do

Estado de garantir o direito ao trabalho nas obras de construção em andamento na região de Curitiba.

Acrescenta a nota que o secretário falou do próprio local com o ministro Murilo Macedo. Mais de cem empresários estavam reunidos e a eles o secretário acentuou a disposição do governo de "contribuir para a solução do problema".

"Depois de reconhecer — continua a nota — que os empresários da construção civil têm executado uma política salarial harmoniosa ao longo dos últimos 15 anos, o secretário Fontana disse que o governo estadual reforçará a garantia de todas as obras na Capital e vizinhanças, contando com pleno apoio do governo federal. Quem quiser trabalhar, terá direito ao trabalho", disse o secretário. Numa terceira nota distribuída ontem através da agência que lhe presta assessoria, o Sindicato patronal afirma que "tanto estamos preocupados em resolver logo o problema que procuramos levar a questão para a Justiça do Trabalho, devendo essa tomar as primeiras decisões hoje. Nossas empresas têm mais prejuízos que a classe trabalhadora, porque a paralisação afeta a nossa produção de obras que têm prazos certos".

"Estamos preocupados em resolver o problema e desde o início vimos mantendo sucessivos encontros de todos os nossos associados, bem como com as autoridades e as lideranças legítimas do movimento trabalhador", afirma na nota o presidente do sindicato patronal, Hélio Campos.

## OAB: "Ilegítima é a lei"

Dizendo que acompanha, com preocupação, o movimento desencadeado pelos trabalhadores da construção civil, a Ordem dos Advogados do Brasil, seção paranaense, defende o legítimo exercício do direito de greve e critica "o aparato policialesco que se armou para efeito de se constranger e intimidar uma categoria profissional levada às portas do desespero por uma situação econômica que, se cria notórias dificuldades para as empresas do ramo, significa, para o trabalhador e sua família, presença constante do espectro da fome e da miséria".

A nota oficial, assinada pelo presidente da OAB-PR, Newton José de Sisti, é esta:

"A Ordem dos Advogados do Brasil acompanha, com preocupação, o movimento desencadeado pelos trabalhadores da construção civil, em nossa Capital. Organismo dotado de prerrogativas legais para defesa dos princípios constitucionais, a OAB, seção do Estado do Paraná, ao mesmo tempo em que constata, no movimento, o legítimo exercício do direito de greve, não encontra justificativa plausível ao aparato policialesco que se armou para efeito de se constranger e intimidar uma categoria profissional levada às portas do desespero por uma situação econômica que, se cria notórias dificuldades para as empresas do ramo, significa, para o trabalhador e sua família, presença constante do espectro da fome e da miséria.

"Curitiba assistiu atônita o impressionante aparato, de policiais dotados de recursos tecnológicos sofisticados,

dirigidos contra operários desarmados.

"Estranha a OAB que a legislação restritiva em vigor só seja invocada para sob o pretexto e o estigma da ilegalidade, impedir que se desenvolva naturalmente o movimento padeirista e não seja observada quanto àqueles dos seus dispositivos que proíbem o constrangimento e a intimidação do grevista em qualquer das fases do movimento".

"A Constituição inclui a greve como um dos direitos fundamentais do trabalhador. A legislação atualmente vigente criou critérios de legalidade de tal forma restritivos, que o surgimento de greves ditas legais em categoria numerosas, como a da construção civil, ficou praticamente cercado de modo absoluto. Não nos impressionam, portanto, os argumentos tirados da legalidade formal, quando tais argumentos esquecem dos princípios mais altos do Direito, explicitados pela Constituição.

"A greve é legítima quando o fim é lícito. Ilegítima é a lei que busca praticamente impossibilitar o exercício dos direitos constitucionais. E evidente, no caso do presente movimento, a licitude da finalidade da reivindicação coletiva. A voz do advogado, através do seu órgão de classe, e a voz de protesto em nome da Constituição e do Direito. E também a voz de solidariedade aos trabalhadores. A voz de esperança em que a autoridade retome a imparcialidade necessária a quem pretende exercer as funções de promotor da conciliação social, como incumbe ao Poder Público".

## Intransigência prejudica

Na tentativa de estabelecer um diálogo entre patrões e empregados na construção civil para chegar a uma solução justa e satisfatória, a Arquidiocese Metropolitana elegeu uma comissão de negociação e ainda solicitou a mediação da Comissão Pontifícia Justiça e Paz e da Pastoral do Trabalho. Através de uma mensagem distribuída à população, "Em Defesa da Justiça", aquela entidade deixa claro que não pretende resolver o problema de forma paternalista, nem substituir as legítimas representações classistas, mas sim expor os acontecimentos e defender os direitos dos trabalhadores.

Considerando o movimento grevista totalmente espontâneo, o documento justifica a atitude dos empregados em suas precárias condições de vida e de trabalho. Para dar orientação sobre Legislação Trabalhista e garantias dos direitos individuais, em casos de violação dos direitos huma-

nos, e assistência jurídica para casos de detenção e abuso de autoridade, a Comissão de Justiça e Paz - CJP, está se colocando à disposição dos grevistas.

## OPÇÃO PELOS POBRES

Enfatiza ainda a mensagem que a mediação levada a cabo pela Igreja não se prende ao mérito da legalidade ou ilegalidade do movimento, pois sua posição, fundamentalmente a partir de Puebla, está pautada numa opção pelos pobres. E acrescentam: "Qualquer decisão da legalidade ou não do movimento compete exclusivamente a Justiça do Trabalho, que ainda não se manifestou a respeito. E a intransigência demonstrada até aqui pela classe empresarial, inclusive se recusando a um diálogo com a Comissão Representativa dos Trabalhadores, poderá provocar um desfecho indesejável, que ficará sob a responsabilidade patronal".

## Igreja: "Contra dignidade"

Os bispos da presidência da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, Regional Sul II, em reunião ordinária realizada ontem, informados das campanhas salariais em todo o País e, especialmente no Paraná, solidarizaram-se com "as justas reivindicações que vem se desenvolvendo em clima pacífico, por parte dos operários".

Por outro lado, consideram com estranheza as demissões, medidas de intimidação e outras formas de pressão tomadas pelas empresas contra operários envolvidos em tais campanhas. Qualificam estes fatos como

"antievangélicos, contra a dignidade da pessoa humana e contra seu direito fundamental de se associar na defesa de seus justos interesses".

A manifestação da Igreja foi endossada pelo arcebispo de Curitiba, dom Pedro Fedalto, também presidente do Regional Sul II; pelo secretário geral do Regional Sul II e bispo auxiliar de Londrina, dom Luiz Colussi; pelo bispo de Maringá, dom Jaime Luis Coelho; pelo bispo de Guarapuava, dom Frederico Helmel; e pelo bispo de Cornélio Procopio, dom Domingos G. Wisniewski.

## Bancário apóia

O presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários em Curitiba, Luiz Carlos Saldanha, desmentiu ontem rumores de que os bancários se encontrariam descontentes com os atuais salários, pretendendo paralisar seus trabalhos. Segundo disse, o que ocorre é que alguns bancos ainda não pagaram os aumentos concedidos em outubro passado, como é o caso do Banco Real.

O último acordo, vigorando a partir de 20 de setembro, permitiu um reajuste de 50 a 61 por cento, conforme a faixa salarial do trabalhador. No próximo dia 1.º de março, haverá nova majoração, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC. O setor bancário não realiza greves desde 1968, lembrou Luiz Carlos Saldanha, e, naquela época, a paralisação foi parcial, atingindo apenas 30 por cento dos empregados.

## APOIO AOS GREVISTAS

Qualificando a situação dos trabalhadores na indústria da construção civil como algo angustiante e aviltante da condição humana, afirmou que "o Sindicato está solidário com os companheiros grevistas, diante de suas necessidades prementes". Para ele, falta certa organização de base, mas isto deve ser deixado a cargo dos poebs, pois as lideranças devem nascer do próprio meio.

Considerando que "é preciso ter muito peito para jogar tudo para cima e delatar um movimento de tal natureza", pensa que os trabalhadores na construção civil estão desestabeados pela fome; indicador incontestável da situação sócio-econômica em que se encontram, além de necessitarem enfrentar a exploração da mão-de-obra no setor, agravados pelo frequente remanejamento de pessoal.

## Ajuda para os grevistas

O Comitê de Solidariedade aos Trabalhadores que se organizou inicialmente para auxiliar os metalúrgicos em greve, ontem distribuiu folhetos no centro da cidade pedindo colaboração da população em doações de alimentos e dinheiro para os trabalhadores da construção civil, paralisados há cinco dias. O Comitê conclama o povo em geral "para ajudar os trabalhadores a sustentarem a greve" enviando as doações para dois postos de arrecadação: Igreja Nossa Senhora de Guadalupe e ao antigo grupo Emílio de Menezes, em Vila Feliz, via rápida do Pinheirinho.

A greve é o resultado da fome e do desespero. É uma greve justa. Com um salário de Cr\$ 2.760,00 é impossível um trabalhador comprar comida, pagar aluguel, transporte, roupas e escola: E um salário de miséria", diz o folheto do Comitê, que é integrado por diversas entidades como o Comitê Brasileiro pela Anistia-sessão Curitiba.

Comissão de Justiça e Paz, Pastoral do Trabalho, Associação de Bairros, Movimento de Organização Independente dos Professores, entre outras. Para o Comitê de Solidariedade, a luta dos trabalhadores na construção civil, "é a luta de todo povo explorado".

As demais entidades que apoiam todas as lutas por melhores condições de vida e de trabalho, que estão coordenando a campanha de auxílio aos grevistas são: Renovação Médica, Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - Cubes - Curitiba, bancada do MDB na Assembléia Legislativa e Diretório Regional do partido, Associação Nacional de Cepea do Índio-Curitiba, Comitê de Defesa da Amazônia, Cepaed, Associação Brasileira de Documentaristas, Associação Profissional "de Vendedores Ambulantes no Paraná, e diretórios acadêmicos como Dascisa, Dast, DCE-UFP, Daat, Grêmio de Engenharia, Núcleo do PT em Curitiba.

## Obra continua paralisada

A Prefeitura deve ter voltado atrás em sua intenção de solicitar um policiamento intensivo na Praça Rui Barbosa, para evitar que a ação dos piquetes forçasse os operários da construção civil a interromperem suas atividades. Ontem, como quinta-feira, os pedreiros, continuavam de braços cruzados, apesar de que a Prefeitura informava que durante a tarde eles trabalhariam. Segundo os operários, "nos estamos aqui só para cumprir horário".

Além da Praça Rui Barbosa, outras obras da Prefeitura estão paralisadas pela greve da construção civil. A

implantação do ramal Leste do sistema expresso, as obras de canalização do Rio Belém, no Centro Cívico, e uma escola no Núcleo Habitacional Parigot de Souza, entre as mais importantes, foram abandonadas pelos operários.

De acordo com a assessoria de imprensa da Prefeitura, a paralisação dos trabalhos preocupa somente no caso da Praça Rui Barbosa, já que para a sua inauguração, prevista para o próximo dia 29, virá o presidente João Batista Figueiredo.

## Massa: "Tomem cuidado"

O delegado regional do Trabalho, general Adalberto Massa, informou ontem, após reunião mantida com membros do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários, que ainda não foi fixado o índice de aumentos salariais, pois estes dependem da aprovação do Conselho Interministerial de Preços - CIP, que deverá ser definido ainda durante este mês, em Brasília.

Na sua opinião, os motoristas e cobradores de ônibus agiram de forma inteligente em suas reivindicações, já que os aumentos são concedidos em conformidade com a majoração das tarifas rodoviárias. Garantiu ainda que

os novos reajustes deverão ser incluídos já nos salários do próximo mês.

No entanto, alertou que certos setores trabalhistas devem tomar cuidado ao se decidirem pela greve, pois poderão colocar em risco, inclusive, a segurança social. Como exemplo, citou áreas que são fundamentais para toda a sociedade, como a da energia elétrica que, se paralisada, pode levar indivíduos até à morte. O delegado acredita que os motoristas e cobradores não cessarão as suas atividades, face ao acordo fixado ainda ontem entre o sindicato patronal e o classista.





REPORTAGEM: Telia Negrão  
Annamaria Marchesini  
Silvana Marchi

Fotos:  
Alberto Vianna  
Ronaldo de Sousa



# PEÕES NÃ A PROPOST

Foi rejeitada pelos operários da construção civil a proposta do Tribunal Regional do Trabalho que estipula o aumento salarial em apenas 30%, contra os 80% exigidos pela classe. Reunidos em assembleia ontem na praça do Atlético, cerca de 2 mil pedreiros e serventes - a maioria acompanhada das famílias - não aceitaram o índice proposto pelo juiz Luiz Guimarães Falcão já apoiado pelos empresários já haviam se manifestados favoráveis, e consequentemente assumiram a possibilidade de serem demitidos por justa causa ou mesmo presos, caso no julgamento de amanhã (início às 15 horas no TRT), a Justiça decida ser a greve - que completa hoje 7 dias - ilegal. Os peões permanecem paralisados até amanhã às 19 horas, quando nova assembleia será realizada na Afonso Botelho, para que todos tomem conhecimento do resultado do julgamento.

Caso a proposta resultante da audiência de conciliação entre as partes, realizada na sexta-feira, fosse aceita pelos trabalhadores, o salário mínimo normativo do servente se estabilizaria em Cr\$ 3.700,00, sendo que o meio profissional passaria a receber Cr\$ 4.416,00; o profissional, Cr\$ 5.788,00; o contramestre, Cr\$ 6.319,20 e o mestre, Cr\$ 8.128,80. Todos os que falaram aos trabalhadores reunidos pediram que pensassem e raciocinassem porque aceitar a proposta não seria o fim, mas apenas uma etapa da luta pela melhoria de vida. No entanto os grevistas, por maioria, votaram contra a proposta.

Uma das declarações feitas aos trabalhadores foi a de Zezinho, integrante da comissão de salário, e que foi preso ontem, ao tentar receber seu vale na empresa Sakamori. Ele pediu calma aos companheiros e esclareceu que sua prisão foi feita tranquilamente e que na delegacia apenas o interrogaram pedindo nomes dos líderes do movimento. Geraldo Vaz, advogado da Comissão de Justiça e Paz, pediu que todos os grevistas analisassem a situação que estão passando e afirmou ser a greve legal porque partiu da necessidade de melho-



Os cálculos e a chuva, um não aos patrões, dão continuidade à greve.

re, até amanhã, desde que não aceitassem o resultado da conciliação, o que foi feito. Para acalmar os ânimos da classe reunida, e que ontem não demonstrou qualquer exaltação, o advogado insistiu em que a luta não terminará com o aumento, e que, se eles aceitassem os 30% propostos, poderiam voltar em junho - data-base para o aumento da categoria - mais organizados e preparados para exigir o aumento desejado aos patrões.

Ivo e Gil, líderes metalúrgicos, dirigiram-se aos pedreiros e foi de maneira metódica e calma que pediram que to-

também insistiu para que os companheiros pensassem bem antes de rejeitar a proposta do TRT. "Os patrões já sabem de nossa força. Quando paramos 6 dias eles vêm fazer proposta, mas não em nossa frente, e sim lá no Tribunal", gritou. "Agora todos já sabem que quando um trabalhador quer as coisas, ninguém pode duvidar dele".

A assembleia ontem não teve o mesmo clima dos dias anteriores. Entre os gritos de 80, 80, ouviam-se choros e risos das crianças, filhos dos grevistas, que acompanhados das mães assistiam a sexta etapa da batalha dos pais por melhores condições de vida. A chuva não in-

condições de atender aos pedidos dos filhos para que comprassem guloseimas.

A chuva, por diversas vezes, interrompeu e dispersou a pequena massa, mas houve tempo, antes que uma rápida tempestade desse fim ao movimento de ontem, para que o presidente da Comissão de Justiça e Paz, Wagner D'Angelis, declarasse que o movimento dos peões é legítimo porque é por melhores salários e condições de vida. "Não importa se a greve é legal ou não. Importa é que vocês estão passando fome em casa", afirmou. E explicou que o argumento dos patrões para a ilegalidade da greve

dar uma trégua para melhor organização do movimento", pediu Wagner, inutilmente. Geraldo Vaz, por sua vez, disse que se a proposta fosse aceita, isto já significaria uma vitória maior que a dos metalúrgicos, pela abrangência obtida pela greve e que esta deve continuar "enquanto não se documentar qualquer tipo de decisão".

Ao fim da assembleia, já com a proposta rejeitada, Wagner D'Angelis afirmou que esta resposta fora consequência da repressão policial. "Muitos pedreiros vieram me dizer que não adiantaria entrar em acordo, já que a polícia estava nos atacando".

Clarisa Cruz é a outra es-  
mte que a gente crie a per-  
sonagem. Quando há exces-  
so, ele faz o devido corte.

ram-se aos pedreiros e foi de mancha  
metódica e calma que pediram que to-  
dos pensassem bastante na proposta fei-  
ta. "Nós não conseguimos parar todas  
as indústrias com nosso movimento,  
mas vocês, em apenas cinco dias, para-  
ram todas as construções. Pensem bem,  
porque vocês têm a cidade a seus pés",  
afirmou Gil, dizendo que a decisão que  
tomassem deveria ser "inteligente, váli-  
da e consciente. "Outro membro da co-  
missão de salário, José Maria Santana,

que acompanhados das mães assistiam a  
sexta etapa da batalha dos pais por me-  
lhores condições de vida. A eles não in-  
teressava o microfone, os cartazes ou os  
pedidos. Assustados, alguns meninos  
olhavam os manifestantes, enquanto  
outros aproveitavam o espaço da praça  
para as brincadeiras. O pipoqueiro e o  
sorveteiro, aproveitando a oportuni-  
dade de venda pela aglomeração, não fize-  
ram muito sucesso: sem dinheiro até  
para a comida, os pedreiros não tinham

afirmou. E explicou que o argumento  
dos patrões para a ilegalidade do movi-  
mento é que o aumento está sendo pe-  
dido fora da data-base, que é em junho  
e que, por isso, provavelmente o TRT  
vai declarar irregular a greve.

"Temos então que dividir o movi-  
mento em duas etapas para evitar a re-  
pressão policial e o desemprego (se a  
greve for considerada ilegal). Vamos

direiros vieram me dizer que não adian-  
taria entrar em acordo, já que a polícia  
estava prendendo e interrogando seus  
companheiros" explicou. Luis, da Nova  
Era, despediu-se dos grevistas pedindo  
que amanhã todos se reunissem "secre-  
tamente", para que a polícia não tivesse  
oportunidade de prendê-los. "Quanto  
mais presos, melhor para o patrão",  
afirmou antes que a chuva desabasse e  
dispersasse os operários, que voltam a  
se reunir amanhã, às 19 horas.

# Só ontem a polícia contou

A polícia manteve presos por mais de  
24 horas, 80 operários grevistas. Foi o  
que o próprio diretor da Polícia Civil,  
Luiz Chemin, declarou à Comissão de  
Justiça e Paz, e prometeu soltá-los até  
às 18 horas de ontem mesmo. Mas na  
Delegacia de Ordem Social, onde as  
operações têm comando, nenhum nú-  
mero foi dado à imprensa, a não ser  
uma vaga confirmação de que seria em  
torno de 50 detidos.

Ontem, sob as vistas da imprensa for-  
ram presas três pessoas: um peão, e um  
casal que se dizia funcionário da Volvo  
do Brasil. Na Delegacia de Ordem So-  
cial, de onde veio o mando da deten-  
ção, foram negadas suas presenças, ape-  
sar de todas as evidências, inclusive fo-  
tografias. Declarou o delegado Eloy  
Franca, chefe das operações, que até  
ontem somente uma moça fora presa,  
uma estudante de cursinho, e que des-  
conhecia outras prisões.

A soltura dos oitenta peões, prometi-  
da por Chemin é, para Wagner D'An-  
gelis, presidente da Comissão de Justiça  
e Paz, condição para que o trabalho  
conciliatório entre patrões e empregados  
continue pacífico.

— Estou acompanhando com preocu-  
pação todos os movimentos. A nós da  
polícia cabe preservar a ordem pública,  
pois a participação da polícia neste epi-  
sódio é meramente preventiva, disse  
Chemin.

Esta sua declaração, entretanto, não  
se aplica a fatos presenciados por curiti-  
banos que viram quebra-quebras entre  
operários e polícia. Anteontem, por  
exemplo, quando um grupo tentava, pa-

cificamente, retirar os peões que cons-  
tróem a Vila Olímpica, no Boqueirão,  
houve cena de muita violência, "uma  
pancadaria" segundo uma moradora.  
De repente, a Rua Padre Estanislau  
Trzebiatowski virou uma pequena pra-  
ça de guerra, e o cassetete correu solto.

Não se entende também porque o de-  
legado Eloy Franca negou as três pri-  
sões ocorridas ontem na Praça Rui Bar-  
bosa. Populares viram, e a imprensa  
também registrou, com fotos, o aconte-  
cimento, e ouviu, de policiais civis o se-  
guinte diálogo:

— Era esta que o dr. Eloy pediu. A  
gente a seguiu e pode levá-la lá para a  
DSI (Delegacia de Segurança e Infor-  
mação).

Este policial se referia a uma moça  
que se identificou como funcionária da  
fábrica Volvo do Brasil, e que foi colo-  
cada numa viatura Brasília, e levada ao  
centro das operações. A imprensa se-  
guiu o carro, que chegou ao local, mas  
as prisões foram terminantemente negadas.

— Aqui nós só prendemos, até agora,  
somente uma moça. Ela é até bonitinha,  
era estudante que vai prestar vestibular  
para Belas Artes, e estava muito agita-  
da. Mas nós a levamos em casa, à noite,  
com escolta feminina, no mesmo dia",  
declarou Eloy Franca.

— Além disto, eu não mandei prender  
ninguém pela cara, prosseguiu.

— Mas como se explica a presença de  
policiais fotografando a imprensa e tra-  
balhadores, estudantes, etc, que presen-  
ciam o movimento? perguntou o repór-  
ter.

— Isto eu não posso explicar porque  
não é homem nosso, só se for de outro  
lugar.

— Realmente ele foi identificado por  
uma jornalista e por um deputado como  
da polícia federal, e ele mesmo se iden-  
tificou depois, por que isto?

— Decerto eles querem fazer um bom  
relatório, ilustrado com fotos, afinal,  
uma foto vale por mil palavras não é  
mesmo? Eu até vou pedir à imprensa fo-  
tografias para documentar meu relató-  
rio porque fica mais substancial. Eu só  
sei que aqui esta moça não chegou, só  
se foi em outro distrito e eu não sei.

A saída do distrito, nos deparamos  
com o policial que mandara levar a  
moça para esta delegacia:

— Para onde foi levada aquela moça?  
— Eu não sei, respondeu.

Este rapaz havia se identificado aos  
populares como jornalista.

No 12º Distrito, em Santa Felicidade  
de onde veio a denúncia de presença de  
50 detidos, não havia mais ninguém à  
tarde. As celas estavam vazias e limpas.  
Também no 3º Distrito, nas Mercês,  
não havia sombra de presos.

— Já tivemos gente, mas não há mais  
ninguém aqui e não temos registro de  
ocorrências, disse um policial que se  
identificou como Pedro.

Isto se explicou depois, quando o de-  
legado José Maria Correia, titular do 3º  
Distrito, explicou que pela manhã deu  
café, pão e leite aos detidos, e os liberou  
depois, com a devolução dos documen-  
tos.

## Preso contou tudo: havia 50 na cadeia

Augustinho Brasil do Amaral, car-  
pinteiro, desempregado, casado e com  
um filho de 11 meses, foi preso por dois  
elementos da Delegacia de Falsifica-  
ções e Defraudações em Geral - DFDG  
-, na quinta-feira às 17,30 horas quando  
acompanhava um grupo de trabalhado-  
res na construção civil. Não estava par-  
ticipando da greve, pois está desempre-  
gado. "Mas acompanhava os colegas,  
em solidariedade". Fui preso como  
punguista. Amaral ficou detido por três  
horas na Secretaria de Segurança Públi-  
ca e foi levado depois ao 12º Distrito,  
em Santa Felicidade, de onde foi libera-  
do apenas na sexta-feira, depois das  
22,30 horas. Lá, ele deixou mais 50 co-  
legas, todos operários.

Amaral estava na Riachuelo, na úl-  
tima quinta-feira, quando andava cal-  
mamente "acompanhando o grupo que  
estava em greve". Foi detido por dois  
policiais, que disseram "textualmente:  
"E você mesmo que nós queremos.  
Você é punguista". Segundo o operário  
ele tentou reagir, "explicar que não era  
nada disso, mas os policiais não quise-  
ram nem saber e disseram que se eu  
desse um pio me arrebentariam a cabe-  
ça". Ele foi empurrado para a viatura e  
levado à Secretaria, onde o ficharam e  
tiraram suas impressões digitais. Som-  
ente depois, disse ele, é que foram  
olhar sua carteira de trabalho e quando  
viram sua profissão levaram um susto:  
"Caimos do cavalo. Ele é profissional",  
disseram conforme conta Amaral. "Tinha-  
até um repórter lá, mas quando eles vi-  
ram que eu era trabalhador, viraram o  
rosto e não quiseram dar nomes. Um  
deles é magro e tem cavanhaque. Mede  
1,80m aproximadamente. Os cabelos  
são castanhos-claros. O outro é um po-  
laco, meio gordo e de meia altura".

Junto a mais dois detidos, Amaral  
ficou por três horas numa sala da Secre-  
taria. "Depois pegaram a gente e nos le-  
varam para Santa Felicidade. Acho que  
para esconder da família e do povo".  
No 12º Distrito, segundo o operário, fo-  
ram fechados em um cubículo, ocasião  
em que receberam várias ameaças. "E-  
les ficavam dizendo que a gente ia ser  
levado para o presidio do Ahú".

Não comeram nada até a água, lhes



COMO DISSE ELOY FRANCA:

Uma foto vale por mil palavras. E a prisão está confirmada.

# O ACEITAM A PATRONAL

## Macedo: a lei não vai sofrer mudanças

"Não acredito em muitas greves e a nova lei da política salarial não será revogada". A afirmação é do ministro do Trabalho Murilo Macedo, que esteve ontem em Curitiba e manteve rápidos contatos com a classe empresarial da construção civil a respeito da greve dos pedreiros, iniciada na segunda-feira. Padrinho de casamento de Oacy Hacker, de cuja família é amigo há mais de dez anos, Murilo Macedo estava acompanhado da esposa, Majuca, e não se furtou a responder às perguntas dos repórteres presentes a cerimônia. Disse ele, que enquanto presenciava o casamento seu secretário de Relações de Trabalho, Alencar Rossi, mantinha diálogo com os construtores, e que a greve dos pedreiros, assim como a dos metalúrgicos, não precisaria ter acontecido, "porque é na mesa de negociações que devemos resolver nossas querelas". As greves, para ele, são causa de "tristeza".

Com esperança de que empresários e pedreiros chegarão a um ponto de equilíbrio, Macedo afirmou que os movimentos de paralisação são previstos "na transição de um regime para outro", e que "estamos numa situação em que as greves diminuiram e muitas não precisavam acontecer". A seu ver a greve dos pedreiros "não é tão grande", e se está repercutindo na cidade é porque Curitiba não está acostumada a este tipo de movimentação. "Mas eu, que já passei por muitas greves, acho que esta não é tão grande assim", afirmou.

Mostrando-se completamente confiante na eficácia da nova política salarial, Murilo Macedo afirmou que esta



MURILO MACEDO

*Apoiou os dois lados, e disse que a lei da greve não vai mudar.*

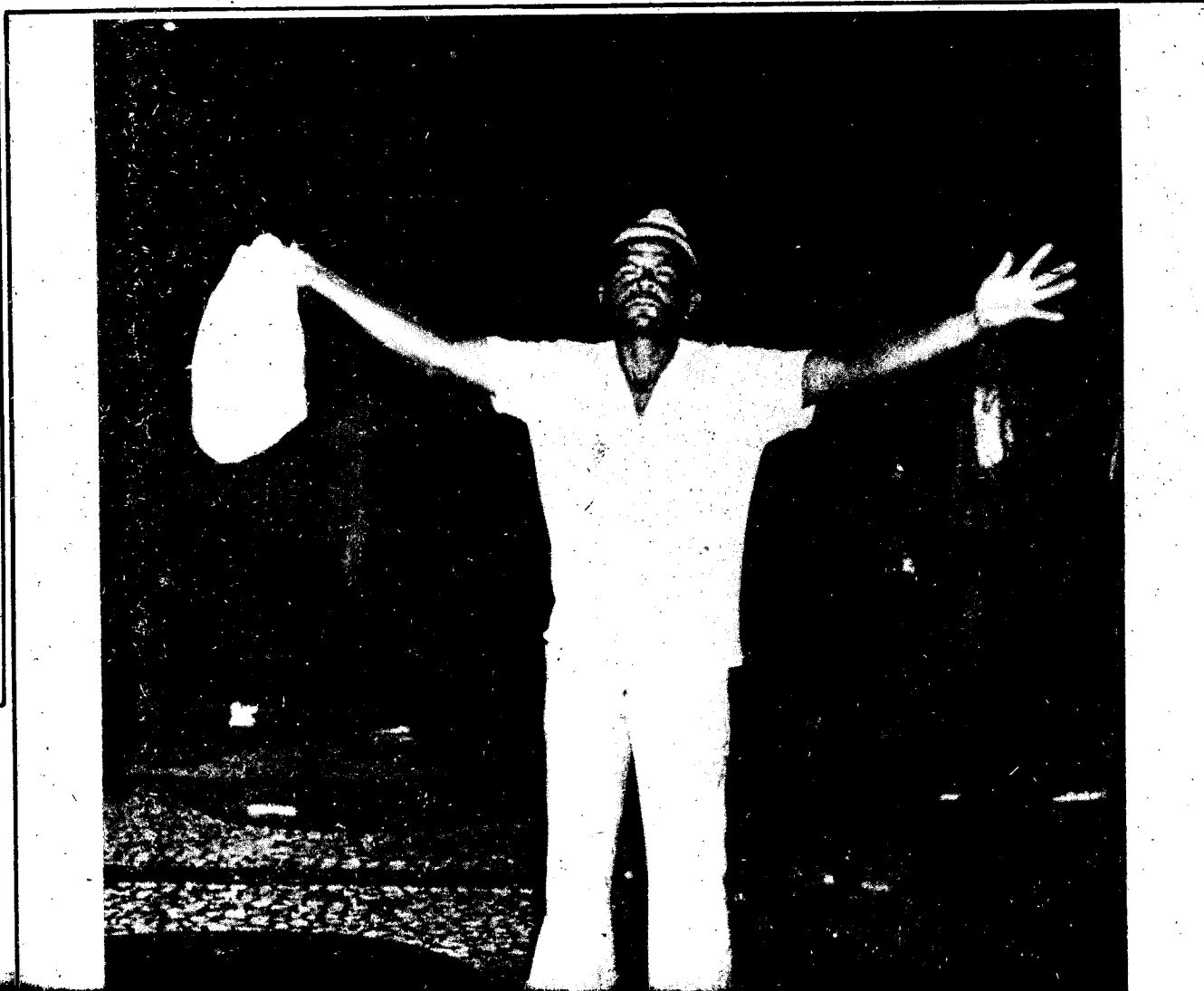
E se o INPC deve ser pago sobre o salário de junho ou o atual, Murilo Macedo respondeu que prefere estudar este assunto com empresários. O ministro do Trabalho chegou a Curitiba às 17 horas e chegou a Igreja do Cristo Rei, onde se realizou o casamento, às 18 horas. Dizendo que pretendia deixar a cidade ontem mesmo, convidou os jornalistas que quisessem conversar com ele a irem ao aeroporto às 21h30min, hora prevista de sua partida.

ça e Indústria e Comércio e delegado regional do Trabalho.

Macedo reafirmou o que declarara ontem, em Brasília, que a greve é manifestamente ilegal. Ele acentuou que "o que se decidir fora da lei é inoportuno e que a decisão está com a Justiça do Trabalho". A noite o ministro se avistaria com o presidente do TRT, juiz Fuimarrães Falcão.

APOIO

## Matando a velha fome





27

# Tarifas de táxis sobem a partir de hoje

Do serviço local, sucursais e correspondentes

A partir de hoje, as tarifas de táxis de São Paulo estão custando 38,9% mais caro. O aumento foi decidido ontem à tarde pelo prefeito Reynaldo de Barros, depois de uma reunião com o secretário dos Transportes da Prefeitura, Lauro Rios, e o presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários da Zona Norte, Leste e Sul do Estado de São Paulo, Rogério Atorre. A bandeirada passa de Cr\$ 12,00 para Cr\$ 18,00 (aumento de 50%); o quilômetro rodado sobe de Cr\$ 4,80 para Cr\$ 6,50 (aumento de 41,3%) e a hora parada de Cr\$ 85,00 para Cr\$ 120,00 (reajuste de 41,2%).

O aumento, entretanto, não foi muito bem recebido pelos motoristas, que preferiam um subsídio para a gasolina. Eles acham que a melhor solução seria o congelamento do preço do combustível em Cr\$ 14,30 o litro, uma vez que o aumento provocará uma evasão de passageiros. Para o presidente da Associação das Empresas de Taxi do Município, Ari Sincotto, a proximidade das festas de fim de ano contribuirá para que o aumento seja absorvido, porque a demanda pelo serviço é maior neste período. Ontem, muitos motoristas não trabalharam em São Paulo. Houve piquetes em vários locais e os que insistiam em trabalhar tinham os pneus de seus veículos furados, mas não ocorreram maiores incidentes.

## Os piquetes conseguiram a ampliação do movimento

A maioria dos 35 mil motoristas de táxi de São Paulo entrou ontem em greve em protesto contra o novo preço do litro de gasolina e os que insistiram em trabalhar sofreram a ação de piquetes que agiram em toda a cidade. Os piquetes, em alguns casos, furaram os pneus dos veículos dos motoristas que não aderiram à greve, quebraram vidros e amassaram para-lamas, mas em outros conseguiram a adesão com bastante facilidade.

Os motoristas parados manifestaram descontentamento mesmo quando foi noticiado que o prefeito Reynaldo de Barros concedeu um aumento de 38,9% nas tarifas. Eles não entraram em greve para conseguir aumento — segundo explicaram —, mas sim para obter o congelamento do preço da gasolina em Cr\$ 14,30, pois entendem que a majoração das tarifas vai servir somente para reduzir ainda mais o número de passageiros.

Pedro José Alexandre, motorista de táxi há 15 anos, afirmou que a reivindicação da categoria é um subsídio para o combustível: "Nossa situação já estava difícil sem este aumento de 58% para a gasolina; agora, se a Prefeitura autorizar um repasse nas tarifas, não teremos mais passageiros."

PM desceu do táxi e entrou num ônibus que ia para a Vila Olímpia.

Nesse piquete, o único incidente ocorreu quando um funcionário da Assembléia Legislativa, conhecido apenas por Kelly, aproximou-se e prendeu um motorista. Dizendo-se soldado da PM e proprietário de três táxis, incentivou os motoristas a usarem de violência para obrigar os seus colegas a deixarem de trabalhar.

Depois, ele foi buscar dois PMs que trabalham na segurança da Assembléia e mandou que prendessem o motorista Luis Félix da Silva, acusando-o de estar armado. Mesmo verificando que a "arma" era uma chave de fenda, os PMs levaram Luis Félix para o interior do Palácio 9 de Julho. Luis Félix só foi libertado com a intervenção do deputado Franco Baruselli.

Por volta das 16 horas, os componentes desse piquete, que cresceu por causa das adesões, reunindo quase 150 pessoas, tentaram obter uma audiência com o prefeito Reynaldo de Barros, que se recusou a recebê-los. Foi quando souberam que o prefeito tinha concedido um aumento de 38,9% nas tarifas. Revoltados, alguns retornaram ao piquete, mas a maioria, decepcionada, preferiu ir para casa.

Com a falta de táxis, muitos moto-



Fotos Jovaci de Freitas

A ação dos piquetes deixou vazia a Rodoviária, surpreendendo quem chegava; nos pontos, a espera era longa e inútil

## Rio: piqueteiros armados até com chaves de fenda

Aos gritos de "queremos gasolina" e armados de chaves-de-fenda, diversos motoristas do Rio — que já haviam estacionado seus veículos do lado esquerdo da avenida Rio Branco, inclusive em filas duplas — percorreram ontem as principais ruas da cidade para impedir os demais motoristas (que não aderiram ao movimento de flagrado pela manhã pelo sindicato da categoria) continuassem trafegando.

O incidente mais sério ocorreu por volta das 13 h 45, quando o motorista de um Opala, placas TN-5734, tentou rebelar-se contra o "piquete". Uma multidão investiu contra o táxi e somente o fato de o sinal ter aberto impediu que consumassem o propósito de virá-lo. Mesmo assim, em alta velocidade, o veículo ainda foi perse-

classe aumento, mas, sim, congelamento do preço da gasolina a Cr\$14,30" Este argumento é defendido pelo motorista Edmar da Costa Ferreira, que ontem percorreu as ruas da cidade, congestionadas pelos táxis parados de forma irregular, distribuindo uma folha de papel datilografada com cálculos sobre os "gastos e ganhos no volkswagen 1300-L".

"Roda 10 km com 1 litro, estando bem regulado. Bandeira 1 a Cr\$ 4,32, rodando 5 km com 1 litro, marca no relógio Cr\$ 34,60. Descontando a gasolina, Cr\$ 22,60, sobra Cr\$ 12,00. Bandeira 2 a Cr\$ 5,18, rodando 5 km com 1 litro, marca no relógio Cr\$ 38,90. Descontando a gasolina, Cr\$ 22,90, sobra Cr\$ 16,00, já incluído a bandeira a Cr\$ 13,00."

Apesar da ação dos "piquetes" —



Os motoristas pararam em frente as garagens e nenhum ônibus circulou

## O dia em que tudo



dio para o combustível. Nossa situação já estava difícil sem este aumento de 58% para a gasolina; agora, se a Prefeitura autorizar um repasse nas tarifas, não teremos mais passageiros. O que não sabemos é porque o governo quer acabar com a categoria, aniquilá-la”.

Na tarde de ontem, os grevistas afirmavam que 80% dos motoristas estavam parados e previam que hoje a paralisação deverá ser total. Para isso, estão confiando nos piquetes, cuja atuação foi vigiada ontem, apenas discretamente pela polícia, sem que tenha havido incidentes.

Os motoristas que transportavam pessoas idosas, crianças e doentes podiam continuar a corrida e, quando um táxi era interceptado, o passageiro podia descer sem pagar a tarifa. Os piquetes se concentraram mais em alguns pontos estratégicos, como a Estação Rodoviária, Detran, rua Formosa, praça Ramos de Azevedo e Baixada do Glicério.

Um dos piquetes mais atuantes se concentrou na praça Pedro Álvares Cabral, no Ibirapuera, onde 20 motoristas conseguiram a adesão de 150 colegas. Além de furarem os pneus de 15 táxis. Até um soldado da PM foi retirado de um táxi, o HJ-2086. Sorriente e aplaudido pelos motoristas, o

quando sobressaia que o preço concedido um aumento de 38,9% nas tarifas. Revoltados, alguns retornaram ao piquete, mas a maioria, decepcionada, preferiu ir para casa. Com a falta de táxis, muitos motoristas, principalmente de Taboão da Serra e do ABC, aproveitaram a oportunidade para explorar a população, trabalhando com tabela dois ou cobrando preços abusivos, como o táxi HE-7830, que pediu e obteve 500 cruzeiros para levar duas pessoas do Ibirapuera a Diadema.

Na Rodoviária, os carregadores cobravam até Cr\$ 30 para transportar bagagens até o Largo do Arouche ou algum local próximo, pois os passageiros que desembarcavam não conseguiram condução. Na Rodoviária, nenhum motorista trabalhou pela manhã e 50 pessoas ficaram concentradas no local, impedindo os que desembarcavam passageiros de continuar trabalhando.

Os motoristas, descontentes com o preço da gasolina, chegaram a criticar as declarações do presidente João Figueiredo, feitas durante a sua última visita a São Paulo, segundo as quais ele não toma medidas para o povo ficar contente ou descontente. O governador Paulo Maluf, com a sua preocupação de mudar a Capital, também foi bastante criticado pelos grevistas.

multidão investiu contra o motorista, impediu que consumassem o propósito de virá-lo. Mesmo assim, em alta velocidade o veículo ainda foi perseguido pelos demais motoristas, a maioria sem uniforme.

Enquanto tudo isso ocorria no centro da cidade, o presidente da entidade, Adorino Gomes Pinheiro — que após a reunião da manhã desistiu de procurar o prefeito Israel Klabin — mantinha entendimentos com o Departamento Geral de Transportes Concedidos, localizado no subúrbio de São Cristóvão, conseguindo um aumento de 50% no preço da bandeirada — que entrará em vigor hoje — e a liberação da tarifa especial da bandeira 2 para cobrança durante o dia no próximo mês.

### “Gastos e ganhos”

Ao anúncio das novas medidas, as reações dos motoristas foram diferentes. Enquanto um grupo achava ideal a nova tarifa, outros continuavam argumentando que “não interessa à

## Bandeira 2 garante serviço

As corridas de táxi em Santos foram majoradas em 33% na bandeirada e 41% no quilômetro rodado. Além do aumento, os motoristas foram autorizados a antecipar o horário de utilização da bandeira dois: do dia 1º de dezembro a 10 de janeiro, poderão usá-la a partir das 18 horas. Agora, a corrida custa Cr\$ 18,00 a bandeirada e Cr\$ 8,50 o km rodado. Antes, o preço era de Cr\$ 14,60 e Cr\$ 6,00, respectivamente. O aumento foi decidido ontem à tarde, durante uma reunião entre o prefeito, motoristas e o presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos.

No ABC, os preços das tarifas também sobem hoje, mas, ontem, os motoristas já conseguiram diminuir um pouco o impacto do aumento da gasolina, trabalhando o dia todo com a bandeira dois, o que representou um acréscimo de 20% sobre as tarifas normais. O aumento autorizado a partir de hoje é de 27% sobre o preço do km rodado. Os táxis convencionais passam a cobrar Cr\$ 9,90 e os táxis mirins Cr\$ 7,80. A partir do próximo dia 1º, poderão utilizar a bandeira dois no período diurno.

Em Campinas, os motoristas deram um prazo para que a Prefeitura autorize um aumento nas tarifas até o final da tarde de hoje; caso contrário, paralisarão suas atividades. Ontem, um grupo de cerca de 100 motoristas procurou o Sindicato dos Condutores Autônomos e exigiu que seu presidente, Elizab Roscito, negociasse a obtenção de uma autorização para que possam trabalhar com bandeira dois no período diurno, até que seja concedido um aumento nos preços das tarifas. Os motoristas campineiros querem um aumento de 54%.

### Acordos

A utilização da bandeira dois desde as 20 horas de ontem até zero hora de amanhã (quando entrará em vigor um reajuste de emergência da ordem de 35%) foi a solução encontrada pela Prefeitura de Porto Alegre para evitar que os motoristas de táxis paralisassem o serviço na capital gaúcha. Em Alegrete, a 464km de Porto Alegre, a Prefeitura autorizou um aumento de 100% nas tarifas, depois que os motoristas ameaçaram parar.

contando a gasolina, Cr\$ 22,90, sobre Cr\$ 16,30, já incluído a bandeira a Cr\$ 13,00.”

Apesar da ação dos “piquetes” — cujos integrantes chegaram a parar um táxi de Teresópolis — TQ-2616, dirigido por Milton Sampaio, que foi obrigado a fazer descer o passageiro — a cidade estava policiada apenas por guardas de trânsito que faziam vista grossa à confusão generalizada. Para alguns, a explicação está no fato de que “a maioria dos motoristas de táxis é soldado da PM”.

Já os motoristas de Duque de Caxias, única cidade da Baixada Fluminense onde está implantado o uso do taxímetro, ameaçavam ontem paralisar suas atividades caso não seja concedido aumento tarifário de 98%. Cerca de 100 motoristas de táxis participaram, à tarde, de um movimento reivindicando o aumento. Os demais 8 mil motoristas de táxis da região também estão querendo aumento em torno de 35%.

Após uma indecisão, pela manhã, os motoristas de táxis de Belo Horizonte decidiram acatar a orientação do Sindicato dos Condutores Autônomos e não paralisaram o serviço, preferindo aceitar uma solução conciliatória: foram autorizados a trabalhar com bandeira dois durante o dia. Até a noite de ontem, não havia uma decisão definitiva para o problema. O presidente do Sindicato, Almir Fonseca, sugeriu a eliminação do taxímetro. Com isso, as corridas seriam acertadas entre motorista e passageiro.

Também em Salvador, os motoristas não chegaram a paralisar o serviço, preferindo aceitar um aumento inferior ao da gasolina a perder os já raros passageiros que os procuram. Depois de uma reunião com o presidente do seu Sindicato, Alvimar Mandarino, e o prefeito Mario Kertesz, ficou decidido um aumento médio de 50%. A bandeirada subiu de Cr\$ 14,00 para Cr\$ 17,00 e o km rodado passou de 3,00 para Cr\$ 6,00. A hora parada, de Cr\$ 25,00, passará a custar Cr\$ 45,00.

### Paralisação

No Recife e Olinda, aproximadamente dois mil dos 6.700 motoristas de táxis pararam ontem, devido ao aumento no preço da gasolina. O movimento poderá crescer ainda mais hoje, se o prefeito Gustavo Krause não encontrar uma solução para o caso. Como em outras capitais, grande parte dos motoristas prefere um congelamento no preço da gasolina a um aumento de tarifas, porque isso afasta os passageiros.

Também em Manaus houve paralisação ontem: mais de 500 motoristas pararam de trabalhar, como forma de pressionar a Prefeitura a conceder-lhes um reajuste de 35% na bandeirada, que atualmente custa Cr\$ 10,20. Os motoristas, divididos em grupos de 100, organizaram vários piquetes e começaram a “apreender” os táxis que estavam circulando. No final da tarde, havia mais de 1.000 táxis “apreendidos”. Em Belém, os motoristas foram autorizados a utilizar bandeira dois no período diurno e tiveram um aumento emergencial na bandeirada, que subiu de Cr\$ 10,00 para Cr\$ 15,00.

# O dia em que tudo parou em Curitiba

Da sucursal de CURITIBA

Pelo menos metade das fábricas, na Cidade Industrial, e das lojas e escritórios, no Centro comercial de Curitiba, mantiveram suas portas fechadas até depois do meio-dia, em consequência das greves deflagradas na manhã de ontem pelos 3 mil motoristas e cobradores de ônibus e os 5 mil motoristas de táxi da cidade. O trânsito no Centro, normalmente fluente, ficou congestionado, enquanto a Polícia, alertada para as ameaças de depredações e saques, ocupava as ruas e praças, cercando todos os edifícios do Centro Cívico.

Depois da intervenção direta do governador Ney Braga, garantindo empréstimos às empresas de ônibus, estas atenderam a todas as reivindicações dos funcionários, e os coletivos voltaram a circular por volta das 17 horas. Ao mesmo tempo, o prefeito Jaime Lerner fazia uma proposta aos motoristas de táxi, que a submeterão hoje à discussão em assembleia-geral, mas que continuam em greve. De outro lado, os 30 mil peões da construção civil, depois de oito dias de greve pacífica, ameaçam perder a calma, porque o TRT a declarou “ilegal”.

No final da tarde, visivelmente exausto, o prefeito de Curitiba desabafou: “Não queremos nunca mais um dia como este”. Os problemas começaram às 4 horas da madrugada, quando o motorista e o cobrador de um ônibus ensaiaram um piquete no centro da cidade, tentando convencer os colegas a parar por melhores salários. A Polícia interveio e os dois acabaram internados no Pronto-Socorro Municipal, o motorista com uma fratura na cabeça, resultado de um golpe de cassetete, e seu companheiro com leves escoriações.

As 6 horas, a Polícia cercou a Auto-Viação Gulin, uma das maiores empresas de ônibus da cidade, garantindo a saída dos 130 coletivos da garagem. Uma hora depois, porém, todos estavam de volta, porque foram impedidos de atravessar os piquetes já mobilizados no Centro, onde os grevistas ameaçaram virar um dos veículos. Alguns ônibus ainda conseguiram circular até as 7 horas, mas pouco depois todo o transporte de massa estava paralisado.

A essa altura, os piquetes já eram reforçados pelos motoristas de táxi,

que querem um acréscimo no preço da corrida, em consequência do aumento da gasolina. Um motorista de táxi tentou “furar” um dos piquetes formados na praça Tiradentes, mas o passageiro que transportava foi arrancado do carro e ele agredido pelos colegas.

Entretanto, o Sindicato dos Condutores de Veículos do Paraná — que realizava ontem eleições, comandadas pelo seu presidente há 13 anos, José Silvério — declarou-se contra a paralisação dos táxis e ônibus. “Esse problema não é conosco” — avisou Silvério.

Por sua vez, o governador Ney Braga e o prefeito Jaime Lerner, acordados com a notícia das greves, passaram toda a manhã e parte da tarde em reuniões, procurando soluções para elas. O presidente da Federação das Indústrias, Altavir Zaniolo, ao ser procurado pelos empresários de coletivos que pediam orientação, previu “um colapso na cidade”, e anunciou que estava sendo montado um esquema, com a Secretaria de Segurança, para o transporte e a segurança da população.

Cansados de esperar por um pronunciamento do sindicato, os motoristas e cobradores de ônibus, concentrados no Centro, iniciaram às 14 horas uma passeata em direção do Centro Cívico, onde exigiram providências do prefeito. Mas a polícia chegou antes e isolou os edifícios, inclusive a Prefeitura, o Palácio Iguaçú, o Tribunal de Justiça e a Assembleia Legislativa.

Mesmo assim, os grevistas ainda tentaram entrar na Prefeitura mas, acuados pela Polícia, recuaram alguns metros e entoaram, um tanto desafinados, o “Hino Nacional”. Nesse momento, o comandante da PM, que supervisionava as operações, tomou o megafone e pediu a todos que mantivessem a calma, enquanto o funcionário da Prefeitura encarregado do setor de transportes urbanos descia para falar com os grevistas, procurando formar uma comissão de negociação.

Duas horas depois, reunidos na Prefeitura com os motoristas e cobradores de ônibus, os empresários concordaram em pagar um aumento de 50% a partir de janeiro (atualmente, os motoristas ganham Cr\$ 6.320,00 e os cobradores Cr\$ 2.700,00), e outro aumento de 25% a vigorar desde 1º de novembro. Para isso, o governo do Estado se comprometeu a conceder um empréstimo a todas as empresas por meio do Banco do Estado do Paraná.



Foto Plínio Santos — Telefoto Estado

No Rio houve muita violência nos piquetes

## Motoristas insatisfeitos

O aumento das tarifas autorizado ontem pelo prefeito Reynaldo de Barros representa um reajuste de 50% na bandeirada, 41,3% no preço do quilômetro rodado e 41,2% na tarifa cobrada atualmente para a hora parada. A decisão foi tomada após uma reunião com o secretário dos Transportes do Município, Lauro Rios, e o presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários da Zona Norte, Leste e Sul do Estado de São Paulo, Rogério A Torre.

O aumento, no entanto, não agradou os motoristas, muitos dos quais aguardavam do lado de fora, enquanto o prefeito discutia o assunto com Lauro Rios e Rogério A Torre. Desvinculados do Sindicato, eles diziam que preferem não o aumento, mas que o governo subsidie a gasolina, mantendo, para os motoristas de táxi, o preço antigo do combustível — Cr\$ 14,30 o litro. Também querem a instalação de pontos livres na cidade. Apesar dos protestos, Rogério A Torre acredita que “a maioria dos quase 30 mil motoristas aceitará os novos preços e continuará trabalhando”. A partir do meio dia de hoje, o Sindicato já deverá iniciar a distribuição das novas tabelas, que começaram a ser confeccionadas ontem mesmo.

Para o presidente do Sindicato, o aumento concedido “não é o ideal”, embora reconheça que “não se pode

da população não é grande”. É exatamente devido ao baixo poder aquisitivo da população que os motoristas não querem o aumento, argumentando que isso provocará uma evasão dos passageiros. Diante dos protestos dos motoristas, o secretário Lauro Rios esclareceu que a Prefeitura não tem competência para autorizar o congelamento do preço da gasolina ou a concessão de subsídio. Essa medida só poderia ser tomada pelo governo federal.

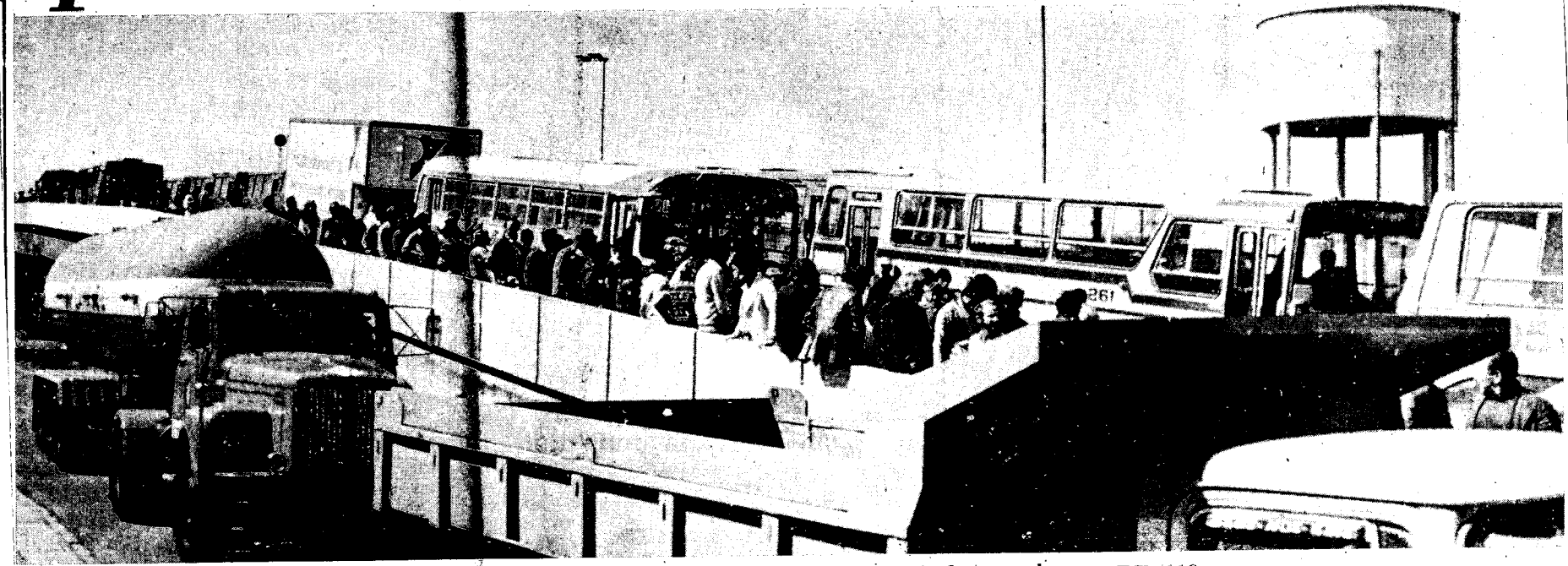
Depois de decidido o aumento, o presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos disse concordar com o subsídio à gasolina e prometeu marcar uma reunião com os presidentes de Sindicatos de outros Estados, a fim de conseguir uma audiência com o ministro das Minas e Energia, para apresentar a reivindicação.

Também o presidente da Associação das Empresas de Táxi do Município de São Paulo, Ari Sincotto, ficou satisfeito com o aumento, afirmando que ele atende às necessidades das empresas, embora não seja “um bom aumento”. Sincotto acrescentou que possivelmente haverá uma retração de cerca de 20% na demanda dos serviços de táxis da Capital, mas espera que, com a aproximação das festas de fim de ano, o reajuste acabe sendo absorvido naturalmente pela população, pois nessa época a procura é muito grande.



Os táxis de Curitiba pararam em busca de um novo aumento

# Motoristas param a cidade 6 horas



Uma longa fila de ônibus na Marechal Floriano impediu o trânsito no viaduto sobre a BR/116.

## Motoristas ganharam mais do que pediram

Os Secretários da Indústria e Comércio e da Segurança, Fernando Fontana e Haroldo Ferreira Dias, anunciaram ontem, às 17 horas, em entrevista coletiva no Palácio Iguaçu, o resultado das negociações entre as partes interessadas, sobre a greve dos motoristas de transporte coletivo deflagrada na madrugada de ontem. Os motoristas aceitaram a proposta patronal, e em seguida retornaram ao trabalho.

De acordo com a opinião dos Secretários, os motoristas de transporte coletivo ganharam mais do que pediram, ou seja, salário de Cr\$ 8.280,00 nos meses de novembro e dezembro, e Cr\$ 9.000,00 a partir do mês de janeiro.

Mas continuam em greve os motoristas de táxi, que em protesto pelo aumento da gasolina iniciaram um movimento reivindicatório juntamente com os seus colegas do transporte coletivo. Sobre o assunto, o Secretário Fernando Fontana deixou antever uma solução rápida, baseado no que aconteceu no Rio de Janeiro, onde os motoristas conseguiram um aumento de 50 por cento

Fontana que a forma como esse empréstimo será feito ainda não foi discutida, porque no momento não havia tempo para detalhes. O importante disse é que o Governo do estado participa do problema, e juntamente com a partes tenta resolver a situação. E essa situação agora está resolvida. Os motoristas vão receber aquilo que pediram, e talvez até um pouco mais, e a população poderá ficar tranquila, porque todos voltarão ao trabalho normalmente.

O prefeito Jaime Lerner, que participou da reunião, acolheu os motoristas em sua sala de reuniões, e no final do encontro chegou até mesmo a ser aplaudido, pelos esforços que desenvolveu, visando solucionar o impasse.

### SEGURANÇA

O Secretário de Segurança, Coronel Haroldo Ferreira Dias, esclareceu que a Polícia, está cumprindo fielmente o seu papel, que é o de garantir a ordem pública. Exibiu um panfleto que vem sendo distribuído pelos policiais aos grevistas, contendo orientações e afirmando que nós garantimos o direito de reunião e de reivindicação. E, além, a polícia



Muitos foram a pé para o trabalho enquanto outros acompanharam o movimento dos motoristas.



usar a bandeira dos 15 dias e não durante o mês de dezembro. As negociações entre a classe patronal e os motoristas de táxi prosseguem.

## REUNIÃO

No início da tarde de ontem estiveram reunidos na Prefeitura Municipal os líderes sindicais da classe dos motoristas de transporte coletivo, o Delegado Regional do Trabalho, representantes da classe patronal e os Secretários da Segurança e da Indústria e Comércio.

Na oportunidade, os representantes governamentais anunciaram que o Governo do Estado, através do Banco do Estado Paraná, vai conceder recursos às empresas de transporte coletivo, para que possam suportar o aumento de suas despesas com o pagamento dos novos índices salariais. Disse o Secretário



Os secretários Fernando Fontana e Haroldo Dias

de Segurança a todos. Mas não podemos deixar de garantir que aqueles que querem trabalhar sejam impedidos de voltar às obras. E nós sabemos que há muitos operários que querem voltar ao trabalho e aguardar a decisão de suas reivindicações, dentro da lei e da ordem.

Explicou o Secretário da Segurança, que o início da manhã de ontem houve tentativa de paralisação do transporte coletivo, tentativa de apedrejamento e tombamento de ônibus. Mas a Polícia Militar interviu, sem fazer prisões, evitando que os mais exaltados conseguissem o seu intento. Disse ainda que dentro de uma país democrático é normal que aconteçam movimentos desse tipo, porque uma sociedade aberta, livre e democrática sempre abriga tensões de setores de atividade dentro da sociedade. Mas o bom senso e a responsabilidade devem imperar. Temos também que ter a nossa dose de sacrifício.

Acentuou que, depois da reunião que resolveu o problema da greve motoristas de ônibus, a Secretaria sente-se à vontade e com muita moral para realizar o seu trabalho. O interesse dos trabalhadores está garantido. Se por acaso continuar o movimento, são outros interesses alheios aos dos trabalhadores. O acordo foi total e muito bom para os motoristas de transporte coletivo.

## PEDREIROS

Sobre a decisão da justiça do trabalho em considerar ilegal a greve dos empregados em empresas de construção civil o Secretário de Segurança disse, que, na hipótese de haver qualquer perturbação da ordem, a polícia vai cumprir com a sua missão, ou seja, fazer o possível para que isso não aconteça. Disse também que dispõe de um efetivo que a sociedade oferece, e que não é o efetivo que gostaria de ter. Mesmo assim, vamos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para garantir a segurança de todos aqueles que quiserem retornar ao trabalho, e evitar que a ordem seja perturbada.

foi encerrada ontem às 16h15min. As reivindicações dos trabalhadores por atualização dos salários, foram atendidas para as duas classes, interrompendo a partir daí o movimento paralisatório que atingia as 9 empresas de transportes coletivos da Capital, através de 1.400 motoristas e cobradores em greve.

No total foram paralisados cerca de 700 coletivos encarregados do transporte de mais de 300 mil trabalhadores, dependentes diretos deste tipo de atividade. A paralisação total dos serviços de transportes coletivos de Curitiba ocorreu a partir das 10h30min da manhã de ontem e durou 6 horas. Coincidiu, também, com a greve dos motoristas de táxi, deflagrada a partir da zero hora de ontem.

No acordo firmado durante a assembléia realizada pelos motoristas e cobradores em frente à Prefeitura Municipal, da qual participou o prefeito Jaime Lerner, ficou convencionado que, a partir de 1º de novembro os salários dos motoristas e cobradores sofrerão atualização (pagamento entre o dia 1º e 10 de dezembro próximo), e que em janeiro a remuneração das duas classes ganhará novo aumento. Desta forma o acordo firmou para os motoristas um salário de 8.280 cruzeiros em novembro e de 9 mil cruzeiros a partir de 1º de janeiro.

Os cobradores passaram a perceber 3.470 cruzeiros, a 1º de novembro e 4.140 cruzeiros a partir do primeiro dia do novo ano.

Os aumentos salariais não serão repassados agora para os usuários. O repasse somente ocorre com a alteração das tarifas, em nova tabela que vigorará a partir de 1º de janeiro.

## TRANSTORNOS

A greve dos transportes coletivos transtornou a cidade. Pela

quatro horas a todos os empregados do setor; muitos deles, apesar de não concordarem com a cessação das atividades, foram obrigados pelos companheiros a aderir ao movimento paralisatório. O centro da cidade sofreu vários congestionamentos e uma boa parte dos assalariados faltou ao serviço, quase paralisando as empresas estatais, semi-estatais e privadas.

Por volta das 14 horas, os motoristas de ônibus reuniram-se junto ao prédio do Departamento de Serviços de Utilidade Pública, para onde foi deslocado um efetivo de perto de 130 homens da Polícia Militar. Dali, os motoristas e cobradores seguiram para a Prefeitura Municipal, onde discutiram com o prefeito Jaime Lerner suas reivindicações, que além de solicitarem elevação do salário normativo (atualização, já que a convenção coletiva da categoria firma os salários equivalendo-os a três mínimos regionais), incluía a alteração da atual jornada de trabalho. Depois do acerto houve o retorno imediato ao trabalho.

Da própria Prefeitura os motoristas foram levados pelos coletivos de cada empresa, para os pátios, a fim de que o setor fosse normalizado, com a largada dos carros paralisados. As escadas foram distribuídas no Centro Cívico mesmo, e os motoristas nem sequer avisaram as famílias do retorno às atividades.

Nas praças, tão logo os coletivos retornaram, foram colocados efetivos da PM para garantir o trabalho normal. Os ônibus, por sua vez, receberam pouco movimento, já que a maioria dos trabalhadores, ou não havia comparecido ao serviço na parte da tarde, ou não tendo conhecimento do reinício do transporte, deixou de ir ao local habitual de condução para pegar carona.

# Tráfego congestionado em toda a área central

Alguns pontos centrais da cidade tiveram suas artérias completamente congestionadas ontem, principalmente as transversais da rua Marechal Floriano, irritando ainda mais os motoristas. O pessoal do CTA — sistema de controle de semáforos, implantado para dar maior fluidez ao trânsito da Capital, explicou que o fenômeno se deveu à greve do transporte coletivo e dos táxis, o que agravou consideravelmente o número de veículos particulares em circulação.

Segundo as mesmas fontes, na impossibilidade de utilizarem os ônibus para sua locomoção até o centro da cidade, muitas pessoas se viram obrigadas a usar seus próprios carros, criando assim os congestionamentos verificados.

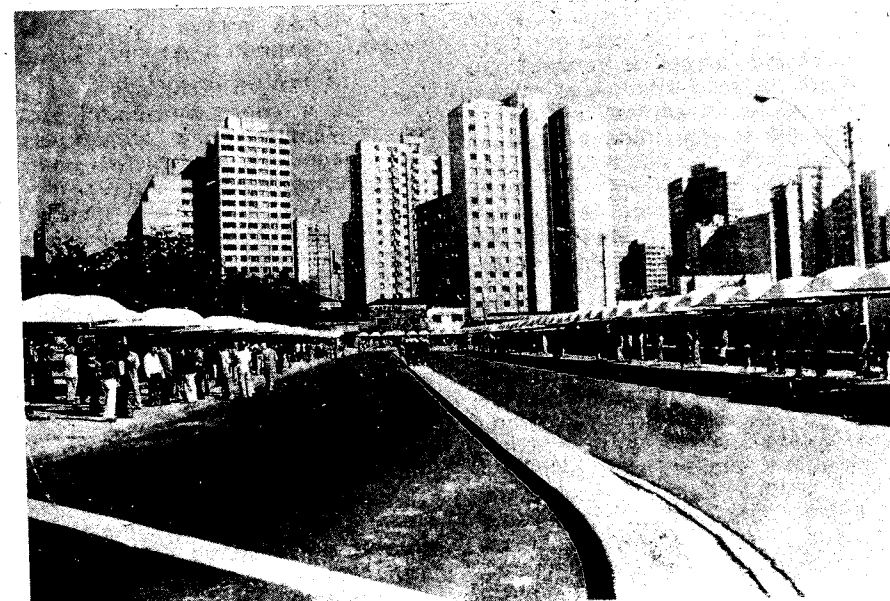
## CONTROLE

Aquele Centro, desde que foi implantado, vem controlando a operação dos sinaleiros em praticamente toda a cidade.

Dispondo de equipamentos eletrônicos, como câmeras de TV, o pessoal técnico-operacional acompanha, como se "in loco" estivesse, todo o desenrolar do trânsito, abrindo e fechando os semáforos, segundo as necessidades ditadas pelo volume de tráfego, nas principais ruas.

Com a paralisação dos ônibus e dos táxis, o que fez aumentar o número de carros particulares em circulação, o CTA viu-se na contingência de segurar alguns cruzamentos um pouco mais, para permitir maior vazão ao fluxo das ruas de maior concentração. Ocorre que a rua Marechal Floriano, por exemplo, é cortada por outras ruas de grande movimento, como a avenida Iguaçú, avenida Getúlio Vargas, rua Brasília Itiberê, rua Silva Jardim, rua André de Barros, rua Pedro Ivo, etc.

Ficando os sinaleiros fechados além do tempo hábil, o engarrafamento se deu, como consequência lógica e imediata.



Nos terminais no centro, passageiros sem transporte.



Nas manifestações dos seis mil grevistas, a polícia só usou cassetetes, mas deixou vários feridos

## Polícia fere 10 e prende 100 grevistas da construção civil

Curitiba— A Polícia prendeu 100 e feriu pelo menos 10 dos quase 6 mil pedreiros de Curitiba que, depois de decidirem pela continuidade da greve que mantém há oito dias, iniciaram passeatas e piquetes, incentivados por panfletos distribuídos pelo vereador Ivan Ribas (MDB), salientando que assembleia em recinto fechado era contra seus interesses.

A greve já foi declarada ilegal pelo TRT e ontem à tarde o presidente do Sindicato da Construção Civil, Sr Hélio Campos, afirmou que o vereador Ivan Ribas deveria ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional, porque ele "não tinha o direito de insultar os trabalhadores". Hoje haverá nova assembleia dos pedreiros.

### TUMULTO

Com a mediação da Comissão de Justiça e Paz, 6 mil operários se reuniram ontem na Praça do Atlético para votar a continuidade ou não da greve. Tudo transcorria normalmente e quase 50% dos trabalhadores chegaram a participar da votação. Até que o panfleto afirmando que "a turma do blá, blá, blá quer levar a votação para recinto fechado, pois não confia no operário, exigindo documentos para votar, e não garante a liberdade de reivindicar o aumento de 80%" foi distribuído.

Com isso, a grande maioria dos trabalhadores resolveu não participar mais da votação e optou pelos piquetes. No caminho para o Centro duas construções foram inva-

das e houve tentativas de depredação, contidas pela polícia, que acompanhava os grevistas de perto.

Quase 1 mil e 500 trabalhadores se dirigiram para a Zona Sul da Cidade, onde várias empresas constroem prédios de apartamentos, tentando obrigar os que haviam retornado ao trabalho a integrar o movimento. Na Via Rápida para o Portão, a quase 10 quilômetros do Centro da Cidade, houve um início de tumulto e um trabalhador foi agredido pela Polícia Civil. Logo em seguida, chegaram reforços da Polícia Militar num total de quase 100 homens, que atacaram os grevistas com cassetetes. Vários foram os feridos e cerca de 20 foram presos.

Neste momento, o grosso dos operários se espalhou em várias direções. O que restou — um grupo de 300 — continuou até o bairro da Água Verde, onde acabou cercado pela Polícia, que fechou vários quarteirões. A Polícia Civil entrou com seus veículos na rua onde o grupo estava parado, tentando decidir para onde ir. Os grevistas acabaram sendo caçados pela Polícia Militar, que passou a entrar e revistar os quintais das casas próximas, prendendo mais de 80.

### GARANTIA

O presidente do Sindicato das Empresas da Construção Civil, Sr Hélio Campos, garantiu que os empresários não demitirão os operários que voltaram ao trabalho na tarde de ontem e considerou o

movimento como "algo benéfico", porque chamou a atenção do Governo para os problemas enfrentados pelo setor, graças a desaceleração das obras públicas, que representam 90% da clientela".

Informou ainda que os empresários estão dispostos a pagar um piso salarial para os serventes de Cr\$ 3 mil 662, o que significa um aumento de 82% nos últimos 12 meses, e 61% para o resto da categoria. Os trabalhadores argumentam que esse salário pode ser conseguido com horas extras e pretendem mais 80% sobre este total (incluindo os extras). Para ele, "o motivo fundamental da greve foram os salários insuficientes, aliado à crise que as empresas enfrentam e aos 20% de desemprego no setor. Isso poderia ser solucionado se o BNH resolvesse construir 30 mil casas populares em Curitiba".

### DESESPERO

Iniciada segunda-feira da semana passada sem qualquer liderança, a greve dos pedreiros de Curitiba, com a adesão de 500, no primeiro dia, cresceu: 20 mil grevistas na última sexta-feira. Nesse período, o movimento conseguiu alguma organização e, apesar de nenhum respaldo legal, viu o TRT instalar dissídio coletivo. Igreja, Comissão de Justiça e Paz e alguns parlamentares do MDB conseguiram orientar os operários a conduzir o movimento dentro da ordem, o que só não aconteceu a partir de ontem pela manhã.

O Vereador Ivan Ribas, advogado, 41 anos, durante toda a movimentação esteve presente, agindo por conta própria e se indispondo com a Comissão de Justiça e Paz. Ontem, o Governador Ney Braga disse que não acredita que a Polícia tivesse reprimido com violência os piquetes e que acreditava na volta ao trabalho. O Comandante da 5ª Região Militar, General Joffre Sampaio, negou que o Exército estivesse de prontidão em função das greves. "A ordem pública deve ser mantida pelo Governo do Estado", disse ele e garantiu que o Presidente Figueiredo virá a Curitiba amanhã, "pois não há motivos para não vir".

### NO SUL

Porto Alegre — Depois de uma semana de paralisação, os 1 mil 500 trabalhadores que constroem a vila operária da Usina de Candiota-3, em Bagé, decidiram voltar ao trabalho hoje, diante da promessa de que suas reivindicações de Cr\$ 25 a hora para profissionais e Cr\$ 15 para serventes serão atendidas.

Como o acordo foi firmado apenas pelos engenheiros responsáveis pelas quatro empreiteiras, sem a participação dos patrões, os operários ameaçam voltar à greve, na segunda-feira, se na sexta-feira seus pagamentos não forem acrescidos dos aumentos solicitados. A nova paralisação poderá se estender aos 6 mil operários da construção civil de Bagé (a 372km da Capital).

PT 10720-130



**Secretaria de Segurança Pública**  
DIRETORIA DA POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL: *Gazeta do Povo*  
Posta - *Queres*  
Data *27/11/79* Estado *PR*

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO

DATA: ...../...../.....

# GREVE

# TRT declara ilegal movimento dos pedreiros

Por maioria de votos, o Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região declarou ontem ilegal o movimento grevista deflagrado na área da construção civil de Curitiba. Em reunião que começou às 15h11min e se estendeu até às 17h03min, o TRT resolveu não conhecer o pedido de majoração salarial, por extemporâneo, deixando a critério do empregador o pagamento ou não dos dias de paralisação e determinou que os empregados que retornem ao trabalho até 24 horas após a decisão, não poderão ser punidos, por motivo da greve, desde que tenham tido participação pacífica no movimento. Por unanimidade de votos, o Tribunal rejeitou o pedido de interpretação da Lei 6708/79, por se tratar de matéria relativa a dissídio individual.

Inicialmente, o Tribunal Regional do Trabalho resolveu, por unanimidade de votos, deferir juntada da ata da assembléia, requerida pelo advogado da classe patronal, e, por maioria de votos, rejeitou preliminar de inépcia da petição inicial, arguida pelo sindicato dos empregados. E, finalmente, o órgão decidiu, por maioria de votos, conhecer do dissídio coletivo suscitado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná e do da Procuradoria Regional do Trabalho. A reunião que durou pouco menos de duas horas, se desenvolveu normalmente, sem que nenhum incidente fosse registrado e o resultado do julgamento não surpreendeu nem a classe patronal nem aos representantes dos trabalhadores, porém, no final, ninguém saiu alegre do tribunal.

O parecer do procurador regional José Montenegro

Antero foi decisivo para a decretação da ilegalidade do movimento paredista, bem como para a rejeição do pedido de aumento salarial. Por diversas razões, inclusive, porque "os convenientes só podem fazer reivindicações de natureza econômica a partir do mês de março do ano próximo", propôs a improcedência do dissídio coletivo de natureza econômica, salientando que "toda reivindicação desta natureza e fora deste período torna-se inoportuna, por extemporânea e contrária à norma expressa da lei". O procurador também preconizou o não conhecimento do dissídio coletivo de natureza jurídica, baseando-se no fato de que "o patrono dos trabalhadores esclareceu que o movimento grevista não teve origem no problema de interpretação da Lei 6708/79, mas tão somente nas reivindicações de natureza econômica".

Finalmente, José Montenegro Antero salientou que se conhecido o dissídio, opinava pela procedência do pedido, "no sentido de que se declare compensáveis os aumentos espontâneos e compulsórios". Face a esse exposto, considerando inexistente a causa para a greve, tendo em vista a aplicação da Lei número 6708/79, considerando descumpridas todas as exigências legais para o exercício do direito de greve e, por derradeiro, com respaldo na jurisprudência dominante dos pretórios trabalhistas das primeiras, segunda e quarta regiões do país, o procurador geral do Trabalho opinou pela procedência do dissídio, no sentido de que fosse decretada a ilegalidade do movimento grevista deflagrado pelos trabalhadores na indústria da construção civil de Curitiba, a partir de 19 passado.

## JULGAMENTO NO TRT



Por maioria de votos, o Tribunal Regional do Trabalho declarou ontem, ilegal a greve na construção civil.

## Reajuste de 31,02% virá a partir de dezembro

Os trabalhadores na indústria da construção civil de Curitiba terão seus salários reajustados em 31,02 por cento a partir do dia primeiro de dezembro e um salário normativo mínimo de 3.662 cruzeiros. O Tribunal Regional do Trabalho reconheceu ilegal o movimento grevista da classe e, com isto, as reivindicações foram julgadas improcedentes.

Mas essa majoração faz parte da nova política salarial do governo, que estabelece reajustamentos semestrais e praticamente confere com a proposta

da semana passada. O sindicato patronal, por outro lado, garantiu que nenhum grevista será punido.

O julgamento do dissídio coletivo não levou duas horas e o resultado não fugiu daquilo que era esperado. Antes de ser iniciada a reunião, o advogado representante da Comissão Justiça e Paz do Paraná, Geraldo Roberto Correa Vaz da Silva, já dizia que esperava "o pior" e que "a comissão dos trabalhadores acha que os grevistas devem acatar a decisão da Justiça, qualquer que seja, mas entende que a

pediu a decretação da ilegalidade do movimento e a improcedência das reivindicações. O advogado João Casilo, do Sindicato da Indústria da Construção Civil de Curitiba após, já dizia que a sua tarefa havia sido facilitada pelo parecer do procurador.

O advogado do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Curitiba, Paulo César Bastos, fez uma retrospectiva do movimento grevista, salientando que a entidade inclusive tentou contornar a situação. "Mas depois houve um conflito entre a ver-

encontro da massa sem comando, cujo único líder era o "general fome". Bastos lamentou que o sindicato patronal tivesse se omitido de qualquer entendimento e frisou "a impossibilidade de se viver com dois mil cruzeiros mensais, a marmitta vazia e a barriga cheia de fome".

Antes de o juiz presidente dar por encerrada a sessão, depois das decisões dos julgadores, o advogado da classe patronal surpreendeu os presentes, quando pediu para falar. Em nome do presidente do Sindicato, Hélio Campos fez "um

pregados" e garantiu que "nenhum grevista seria punido". O próprio presidente da entidade, à saída da sala de sessões, reforçou a promessa e pediu uma reunião com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores, Aginaldo Ramos Forbece, "para tentar minimizar os efeitos da greve". Nesse mesmo instante, o juiz presidente informava que os operários do setor teriam salários mínimos de 3.198 ou 3.662 cruzeiros, dependendo da época de aplicação do INPC.

Segundo Guimarães Falcão, os empregados terão um salário normativo

Nacional de Preço ao Consumidor relativo à data-base da categoria, ou de 3.662 se esse índice fosse calculado com base em dezembro. A reunião convocada por Hélio Campos era justamente para oferecer um salário normativo de 3.662 aos trabalhadores da construção civil, uma vez que "o próprio Ministro Murilo Macedo, no sábado, havia dito em Curitiba que ainda não tinha dirimido a dúvida". Na verdade, a solução encontrada por Campos tinha por objetivo conseguir a "aprovação" dos trabalhadores, que àquela hora concentrados na Praça Afonso Botelho impacienta-

## Arrecadando fundos

Um grupo de músicos de Curitiba estará realizando nesta terça-feira no auditório do Colégio Estadual do Paraná, às 21 horas, o "Show do Quilo".

Destina-se este espetáculo a angariar alimentos aos pedreiros que estão em greve há mais de uma semana. O ingresso é um quilo (no mínimo) de qualquer mantimento

O show a ser levado hoje tem cunho humanitário e cristão. Os músicos que participam (Zé Rober-

Oliva, Reinaldinho, Tatará, Marinho Galera, Rosi Greca e outros) aceitaram o desafio de um espetáculo feito em caráter de urgência justamente porque a fome não se programa em agendas.

É provável que apareçam ainda cartunistas e fotógrafos para a venda de seus trabalhos com renda revertida ao fundo de greve. Aliás, o Comitê de Solidariedade, que dá assistência a este pessoal necessitado funciona no porão da Igreja Guadalupe



salário do governo, que estabelece reajustamentos semestrais e praticamente confere com a proposta conciliatória feita pelo juiz presidente do TRT da nova região, José Luis Guimarães Falcão, na sexta-feira

## Votação decisiva

A partir das 8 horas de hoje os trabalhadores da construção civil estarão votando na sede do Atlético, defronte a Praça Afonso Botelho, se acatam a decisão do Tribunal Regional do Trabalho - TRT - ou se a rejeitam continuando a greve, agora na ilegalidade.

Esta decisão deveria ter sido tomada às 19 horas de ontem, pelos trabalhadores reunidos na Praça Afonso Botelho, em assembleia geral, mas diante da exaltação reinante, foi proposta a votação de forma mais organizada. Ao que tudo indicava, se a votação tivesse sido efetuada na noite de ontem, teria sido decidido a continuação da greve. Mas alguns trabalhadores acusaram que muitas das pessoas presentes não pertenciam a classe.

### ANIMOS ACIRRADOS

Os oradores que se sucederam, preparando o espírito dos trabalhadores para a notícia de que havia sido considerada ilegal a greve, tiveram muito trabalho para conseguir falar, diante das incessantes vaias e apupos. Os mais de 5 mil trabalhadores reunidos na Praça Afonso Botelho, demonstravam estarem dispostos a tudo, pedindo incessantemente pela continuação da greve, até que se consiga os 80% reivindicados.

O advogado Geraldo Roberto Vaz, da Comissão de Justiça e Paz, foi quem explicou aos trabalhadores ali reunidos o resultado da decisão do TRT, que considerou ilegal a greve, por não ter sido feita de acordo com a lei, estando desconsiderados os prazos de dissídio coletivo. De acordo com a decisão, entretanto, ninguém será punido se voltar ao trabalho até 24 horas depois da mesma, isto é, até às 17 horas de hoje. Os dias parados serão pagos pelos patrões que o quiserem, segundo a decisão judicial, mas o próprio presidente do Sindicato dos Trabalhadores

da Construção Civil, Agnaldo Ramos, garantiu que todas as empresas pagarão. O aumento concedido, é aquele que a lei determina, de 31%.

Foram convidados a falar, defendendo ou atacando a decisão, representantes da classe. Aproveitando a oportunidade o pedreiro Antonio Cordeiro do Nascimento, disse: "Não dá para aceitar esta decisão. Sou casado e pai de seis filhos, e ganho apenas Cr\$ 10,25 por hora, e assim não dá para viver. Não tenho medo de ser mandado embora, porque pouco ou nada vou perder. Nem que seria para morrer temos de lutar pelos 80%, porque com o que ganhamos, não estamos podendo mesmo comer".

### A VOTAÇÃO

Os trabalhadores da construção civil votarão, hoje a partir das 8 horas na sede do Clube Atlético, mediante a apresentação de algum documento que comprove que pertencem a classe. Documentos como: Carteira profissional, devidamente anotada, recibos recentes de empresas de construção civil, ou carteira de sócio do sindicato. Nesta votação será decidido: Se a assembleia aceita a decisão da justiça, continuando a luta legalmente, ou se não a aceita, arcando com toda a responsabilidade.

Um integrante da Comissão de Justiça e Paz, usando da palavra, disse que seja qual for a decisão, a entidade continuará ao lado dos trabalhadores em sua luta por melhores condições de vida.

Apesar dos animos exaltados, os trabalhadores souberam se conduzir, e ao término da assembleia geral se retiraram ordeiramente. Apenas um reduzido grupo tentou bagunçar, tendo inclusive atirado pedras na direção dos oradores, numa atitude que não contou com o apoio dos seus colegas.

dos julgadores, o advogado da classe patronal surpreendeu os presentes, quando pediu para falar. Em nome do presidente do Sindicato, Hélio Campos fez "um apelo para que nenhuma empresa da capital desconte um dia sequer dos seus em-

### DECISÃO HOJE



Reunidos ontem à noite, na Praça Afonso Botelho, os trabalhadores deixaram para hoje a decisão do fim da greve.

## Posição do Gen. Massa

O Delegado Regional do Trabalho, General Adalberto Massa, disse ontem que as greves eclodidas em Curitiba, a partir da paralisação dos metalúrgicos há cerca de 3 semanas, são movimentos "perfeitamente normais dada as condições de vida que as classes trabalhadoras, em suas várias categorias, estão experimentando nos últimos meses em todo o país". Ele afirmou que os trabalhadores na construção civil da capital, há 7 dias em greve, estão fazendo um movimento "justo", mas condenou a forma da greve que considera improdutiva tanto para os patrões quanto para empregados, e voltou a enfatizar que se tivesse oportunidade de explicar minuciosamente aos peões a nova política salarial do Governo conseguiria convencê-los de que estão "prejudicando principalmente a si próprios".

Ele lembrou a propósito que o julgamento da greve dos peões pelo Tribunal Regional do Trabalho, ocorrido ontem à tarde, evidenciou o fato de que

os grevistas não deveriam ter iniciado o movimento exigindo um aumento de 80% sem antes fazer um estudo, mesmo não aprofundado da nova lei do trabalho ou "pelo menos tivessem mantido maior diálogo com os patrões". Adalberto Massa considerou como principal fator do impasse a que chegou o movimento dos peões, a falta de maior esclarecimento da classe acerca de sua própria reivindicação e a falta de diálogo entre as partes como entrave.

Ontem à tarde, enquanto os demais setores do Ministério do Trabalho estavam paralisados devido ao feriado comemorativo dos 49 anos da instituição do Ministério do Trabalho no Brasil, o delegado regional Adalberto Massa acompanhava em seu gabinete o desenrolar do movimento grevista dos motoristas de ônibus e táxis da cidade, iniciado pela manhã com a paralisação dos funcionários das nove empresas de ônibus que operam na cidade, e centenas de motoristas de táxis da Prefeitura.

Segundo Guimarães Falcão, os empregados teriam um salário normativo de 3.198 se a correção salarial fosse feita com índice

de 3,662-cruzeiros, dependendo da época de aplicação do INPC.

Na verdade, a solução encontrada por Campos tinha por objetivo conseguir a "aprovação" dos trabalhadores, que àquela hora concentrados na Praça Afonso Botelho impacientemente esperavam por uma definição.

O show a ser levado hoje tem cunho humanitário e cristão. Os músicos que participam (Zé Roberto Oliva, Carlos Alberto

tógrafos para a venda de seus trabalhos com renda revertida ao fundo de greve. Aliás, o Comitê de Solidariedade, que dá assistência a este pessoal necessitado funciona no porão da Igreja Guadalupe das 14 às 20 horas.



Os infernais macaquinhos marinhos acordam após séculos para alegrar sua vida. Dos cristais surgirão criaturinhas felizes, travessas e cômicas. Devido à vida ilimitada dos Makakitos, teremos à disposição, no futuro, purificador e alimentos.

DISTRIBUIDOR EXCLUSIVO: Tecvendas S.A.

Avenida Brasil, 779 - Caixa Postal 6162

Tels.: 853-2133 • 881-5167 - São Paulo - Capital

REPRESENTANTE CURITIBA

PROMAC

R. Engenheiro Rebouças, 2.989 - Ci. 01 - Tel.: 234-5465

Conheça ao vivo os famosos MAKAKITOS DO MAR.

No 5.º salão da Mulher no Parque Barigui 23/11 a 02/12.

Vendas também no atacado no Stand Tecvendas - Promac. ou na Eng.º Rebouças 2989. Fone: 234-5465.

## CLINHAUER REINAUGURA SUAS INSTALAÇÕES



Após completa reforma em suas instalações, a diretoria da CLINHAUER está entregando ao povo de Curitiba sua sede BATEL inteiramente remodelada, visando assim propiciar, além de excelente atendimento médico-hospitalar, melhores condições de funcionamento, uma vez que todos os setores vitais sofreram completa remodelação o que certamente virá beneficiar a todos.



# Secretaria de Segurança Pública

DIRETORIA DA POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL <i>Justiça do Povo</i>
<i>Pasta Greves</i>
Data <i>27/11/79</i> Estado <i>PR</i>

## GREVE

# Táxis param e querem gasolina subsidiada

Os dois mil e quinhentos táxis que servem Curitiba pararam ontem, formando piquetes para impedir que alguns poucos veículos saíssem transportando passageiros. Durante todo o dia estiveram reunidos na Praça ao lado do Clube do Pinheiros, protestando e buscando saídas para o que eles chamam de o "fim dos táxis na cidade". Formaram inclusive uma comissão com 10 profissionais para dialogar com o Prefeito, mas informaram depois que a comissão não teria sido aceita e em seu lugar o Sindicato dos Condutores Autônomos havia indicado "três delegados que só sabem receber o imposto sindical".

Os motoristas, reunidos na Praça, explicam que não podem rodar com a gasolina a Cr\$ 22,60, pois terão prejuízos. E mostraram que uma corrida de 10 quilômetros, caso não haja retorno, terão que tirar do bolso Cr\$ 20,00 para pagar o combustível, o dono do carro entre ou-

## Também no aeroporto

Os motoristas de taxi que prestam serviços no aeroporto Afonso Pena também paralisaram suas atividades ontem, em função da greve e isto obrigou a administração regional da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária — INFRAERÓ — a tomar providências especiais, a fim de atender os usuários do transporte aéreo. A empresa alugou três ônibus, os quais efetuaram o transporte dos passageiros, sem maiores problemas, mas, somente no trajeto aeroporto-Curitiba.

Segundo o administrador regional da INFRAERÓ — José Maria Martins — a greve dos motoristas de taxis acarretou algumas dificuldades ao movimento de passageiros do aeroporto, mas, dentro do possível, foram adotadas as medidas necessárias à superação do problema, pelo menos no primeiro dia. Os três ônibus fretados funcionaram durante todo o dia, desde o primeiro até o último voo, trazendo os passageiros que desembarcavam das aeronaves oriundas de diversos pontos do país. Pelo transporte, foi cobrada tarifa de 40 cruzeiros, para custear as despesas do aluguel dos coletivos. Aqui os ônibus

tras despesas.

A comissão que esteve reunida no final da tarde com os assessores do Prefeito deveria apresentar, até seis horas da tarde, uma solução. Tal porém, já no início da noite, não aconteceu e os irritados motoristas na Praça, na Avenida Kennedy, resolveram tomar outras providências, formando uma comissão permanente a se fixar na Rodoferroviária, orientando a todos os motoristas sobre a situação real.

### REIVINDICAÇÕES

Os motoristas de táxi de Curitiba pedem basicamente o seguinte: 1) subsídio para a gasolina, mantendo o preço em Cr\$ 14,30 ou no máximo Cr\$ 14,90 o litro; 2) anistia total para as multas até o início de 1980; 3) não aceitam aumento de tarifas, pois isto afastaria ainda mais os usuários; 4) querem a padronização dos pontos de táxi em toda a cidade; 5) Não aceitam qualquer medida

mediadora que venha através de Decreto Municipal, mas exigem que os atos venham através de Lei aprovada na Câmara dos Vereadores; 6) que haja a desburocratização na Prefeitura em relação aos serviços de táxi; 7) que o tabelamento para os empregados seja aprovado e unificado; 8) que seja regulamentada a lotação.

Já ao final da tarde outra decisão era tomada: a Prefeitura não tem poder para corrigir a situação, que é nacional e os motoristas esperam um pronunciamento de autoridades de Brasília.

### CONTRA AS KOMBIS

Os motoristas de táxi formaram piquetes que faziam parar os táxis em trabalho, obrigando os passageiros a descerem sem pagar a corrida. Um dos piquetes que agiu com mais violência se colocou no Viaduto Colorado, atraindo a polícia.

Durante toda a tarde porém os piquetes continuaram parando os poucos veículos em traba-

lho e, alertando para que os passageiros desembarcassem a fim de "garantir a própria segurança".

As empresas de rádio táxi ou tele táxi também pararam totalmente com exceção de uma — A Rádio Táxi Sereia — que continuou atendo aos clientes, cobrando mais caro e usando veículos particulares. Os motoristas ao descobrirem o fato se mostraram ainda mais irritados e foram inclusive conferir a denúncia.

Algumas Kombis que tentaram fazer lotação dos bairros para o centro também foram impedidas de tráfegar e os passageiros obrigados a desembarcar, continuando o restante do caminho a pé.

A greve dos táxis pode continuar ainda hoje, pois o boato de que a Prefeitura daria um aumento de 50% não foi bem recebido pelos condutores que alegam que se aumentar ainda mais as tarifas ficarão sem os passageiros.

IMAGEM DA PARALISAÇÃO



— não existe nenhuma determinação no sentido da diminuição do horário de atendimento do público. Hoje, o funcionamento deverá ser normal também.

Sabe-se, no entanto que o esquema de policiamento especial, estabelecido em função da greve, visa principalmente os supermercados, estabelecimentos considerados mais vulneráveis à ação de elementos tumultuadores, uma vez que, a segurança nesses locais é representada por policiais a paisana.

### BANCOS

Ao final da tarde de ontem comentava-se que os estabelecimentos bancários poderiam cerrar suas portas hoje, em consequência da greve. Isto fez inclusive com que muita gente procurasse descontar seus cheques ontem mesmo. A Delegacia Regional do Banco Central do Brasil desmentiu, ao final da tarde, que houvesse recebido qualquer comunicado oficial sobre aquela medida. Sendo assim, os bancos deverão operar normalmente hoje.

### ESTACIONAMENTOS

Já nas primeiras horas da tarde de ontem alguns parques de estacio-

PT 10/79



cobrada tarifa de 40 cruzeiros, para custear as despesas do aluguel dos coletivos. Aqui, os ônibus deixaram os passageiros nas proximidades dos hotéis. O transporte está sendo feito com pequena deficiência e, conforme adiantou José Maria Martins, esse esquema será mantido enquanto durar a greve. No mais, as atividades do aeroporto transcorreram normalmente. O problema está no tocante aos passageiros que se dirigem ao aeroporto, que ficaram sem transporte coletivo. Alguns deles foram obrigados a cancelar a passagem ou mesmo a perderem o voo.

#### SUPERMERCADOS

Os supermercados funcionaram normalmente ontem e, segundo o presidente da Associação Paranaense dos Supermercados — Ruy Senff

Já nas primeiras horas da tarde de ontem alguns parques de estacionamento de veículos, localizados na área central da cidade, estavam com suas portas fechadas.

A associação que congrega as empresas que mantêm estacionamentos de veículos informou que não houve nenhuma recomendação oficial da entidade no sentido de que esses estabelecimentos cerrassem suas portas, em função da greve. Os estacionamentos fechados estavam lotados ou, seu proprietários adotaram a medida por conta própria, temendo tumultos. Acontece que os estacionamentos foram beneficiados com a greve dos motoristas de ônibus e de taxis, uma vez que, número maior de proprietários de veículos faz uso da sua condução própria.

Sempre sob a vigilância de policiais, os taxis paralisaram suas atividades, deixando o curitibano a pé.

## Lixeiros, nova ameaça

A Terpa Lipater, empresa responsável pela limpeza e coleta de lixo na cidade operou normalmente durante o dia de ontem, mas na própria Prefeitura havia a expectativa de paralisação dos serviços nas turmas que deveriam operar durante a noite. Entre os boatos e os desmentidos, as autoridades pareciam não querer nova surpresa como a dos motoristas de ônibus, que em maioria já haviam acordado trabalhar recebendo o aumento somente em janeiro,

mas que ao amanhecer de ontem, iniciaram os piquetes, paralisando os serviços.

As informações entre os garis também variavam. Alguns se mostravam dispostos a entrar em greve por melhores salários e outros apenas se queixavam da situação. Na empresa, houve a informação de que, através de dissídio coletivo os garis passaram a receber os salários com 41% de aumento, agora, em novem-

bro, e portanto não se justificava uma greve. Ademais, como os outros movimentos grevistas de Curitiba, o movimento parecia natural e espontâneo, sem que aparecesse algum líder a orientar para posições radicais.

Também como a Prefeitura se responsabiliza por pelo menos 30% da coleta do lixo, caso ocorra uma paralisação parcial, apenas na empresa, os garis municipais poderão tentar cobrir a diferença.

## Incidentes e prisões

O grande contingente policial destacado para coibir os excessos dos grevistas em Curitiba, praticamente não foi exigido a intervir em ocorrências mais graves, limitando-se a algumas detenções rotineiras e cautelares. Ontem, a movimentação dos trabalhadores na construção civil não chegou a provocar distúrbios como na semana passada, quando se registraram vários incidentes, prisões e pessoas feridas. Em contraproposição, os motoristas de táxi foram acusados de provocar confusões e episódios lamentáveis, como o verificado pela manhã, nas proximidades da Rodoferroviária, onde um profissional quase foi linchado pelos companheiros, por insistir em dar continuidade ao seu trabalho. Ou ainda, outro também ocorrido no centro da cidade, onde ocupantes do taxi AT-1987 atropelaram e feriram gravemente uma criança de oito anos, fugindo sem prestar socorro.

Todo o contingente da Polícia Militar encontra-se de prontidão, sendo que acentuado número continuava, ontem, em pontos estratégicos da cidade, acompanhando toda movimentação dos grevistas. Em nenhum momento chegou a ser registrado algum conflito direto entre os policiais e os membros do grupo reivindicatório, nem mesmo pela manhã, quando todo o centro ficou

tumultuado em consequência da manifestação dos motoristas de ônibus e taxis. Pelo lado da Polícia Civil, o panorama não foi diferente. Agentes de várias delegacias da cidade, destacados para ajudar a manter a ordem na cidade, praticamente não tiveram trabalho mais sério. As poucas detenções estiveram sob sua responsabilidade, com triagem nas dependências do 1.º Distrito Policial (centro). As atuações mais destacadas estão a cargo da Delegacia de Ordem Social, Delegacia de Ordem Política, Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, e Divisão de Segurança e Informações, cujo objetivo principal é retirar de circulação elementos que se infiltraram no movimento com a única intenção de "tumultuar". Conforme declarações do Secretário da Segurança Pública, Coronel Haroldo Ferreira Dias, o trabalho da polícia será exclusivamente para manter a ordem.

PAGINA DE SERVIÇOS - SEU GUIA DIÁRIO - 33-2178

#### À ESPERA DOS TÁXIS



Na Rodoferroviária, os passageiros ficaram sem ter como chegar ao seu destino.

#### TODO MUNDO PAROU



Em muitos pontos da cidade a concentração dos taxistas se fazia presente.

**DINHEIRO**  
**DINHEIRO**

*Crédito Pessoal*

DE Cr\$ 3.000,00 A Cr\$ 29.400,00  
UTILIZE O SEU CRÉDITO PESSOAL

**NR** SISTEMA NOVO RIO  
CURITIBA - RUA MARECHAL DEODORO, 497 - 1.º ANDAR

**NATAL PEDROSO**  
(JÁ COMEÇOU, COM OFERTAS)

CONJUNTO COLONIAL COURVIN  
MESA REDONDA DE MÁRMORE  
TAPETE NYLON 6 - 2,00 x 3,00 m  
De 11.500,00 por **8.000,00**  
Economize **3.500,00**

Conheça a nova linha nobre de estofados em couro... Os novos modulados em nylon, chenile e tecido... As cortinas prontas... Os colchões Pedroso - Anatom e todas as marcas brasileiras.

**PEDROSO**  
MÓVEIS E TAPETES

Rua Dr. Murici, 339 - Curitiba  
Fones: 223-6854 - 222-2075  
R. Santos Saraiva, 49 - Florianópolis  
Fones: 44-1389 - 44-2517

**A OLSEN RESPONDE AS SUAS EXIGÊNCIAS DE HORÁRIO**

A qualquer momento, a Olsen tem a resposta que você quer para entrar na linha dos exigentes. Venha e traga a família. Exija explicações no horário de sua preferência. Dias 26, 27 e 28, das 8H00 às 24H00, o Plantão Corcel II 80 estará à sua espera.

REVENDEDOR PADRÃO  
**Ford**

**Olsen**

Curitiba: Rua Mal. Floriano, 3663 - fone: 222-0499.  
Rua João Negrão, 750 - fone: 232-3033.





Um grande dia para os donos de lanchonetes do centro.



Ônibus que saíram pela manhã, foram interceptados

# Curitibano ficou a pé e a cidade quase parou

Depois de aproximadamente onze horas de paralisação do transporte coletivo de Curitiba, houve um acordo entre as empresas e os motoristas e cobradores em greve. As reivindicações dos trabalhadores foram atendidas e os ônibus voltaram às ruas por volta das 17 horas, após um período em que a cidade viveu uma situação caótica. Praticamente todos os veículos particulares em condições de rodar saíram às ruas. Muitas pessoas chegaram a comparar o dia de ontem à greve dos motoristas de 1963.

Pelo acordo firmado sob a mediação do prefeito Jaime Lerner, as empresas comprometeram-se a pagar os salários dos motoristas já com o reajustes do governo para o mínimo, a partir de janeiro, haverá um novo aumento. Assim, o motorista conta com um salário de Cr\$ 8.280,00 a partir de novembro; em janeiro, será aumentado para Cr\$ 9.000,00. Os cobradores, por sua vez, passam a Cr\$ 3.470,00, e em janeiro perceberão Cr\$ 4.140,00. Houve promessas de atendimento às demais reivindicações, como uniformes gratuitos e comprovante de pagamento por envelopes, o que as empresas não tinham atendendo.

### O ANÚNCIO

"Vocês ganharam; e vocês ganhando, ganha a população". A frase é do prefeito Jaime Lerner, ao

anunciar a cerca de 200 motoristas e cobradores que se concentraram defronte o prédio do Departamento dos Serviços de Utilidade Pública, no Centro Cívico, a decisão dos empresários, que pouco antes se haviam reunido na Prefeitura, com Lerner, o secretário da Segurança, Haroldo Ferreira Dias, e o presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos, José Silvério dos Santos. Os motoristas ouviram e aplaudiram o prefeito, voltando em seguida às suas atividades. Algumas empresas chegaram a enviar ônibus para buscar os grevistas. Terminava às 16h30min, em Curitiba, uma greve que pôs em jogo "a sobrevivência da cidade", no dizer de Lerner.

### TODOS A PÉ

Durante todo o dia de ontem, até o final da tarde, Curitiba viveu num ritmo totalmente diferente do seu cotidiano, com as pessoas mais velhas lembrando da greve dos motoristas de ônibus, em 1963, imaginando que novamente o Exército seria obrigado a colocar seus homens e veículos a serviço do transporte coletivo. Quem tinha carro, mesmo com o alto preço da gasolina em vigor desde ontem, tirou-o da garagem, vindo para o centro, onde ocorreram engarrafamentos mesmo em vias onde normalmente isso não acontece. Enquanto algumas lojas fechavam suas portas,

no temor de depredações, restaurantes e lanchonetes tinham movimentação incomum — a maior parte dos trabalhadores e estudantes deixou de almoçar em casa. Escolas, como a própria Universidade Federal do Paraná — no Centro Politécnico, interromperam as aulas no turno vespertino.

Nas ruas, uma das características além de maior volume de carros particulares, foi o aumento do número de pedestres que caminhavam em direção à casa, nos bairros, ou mesmo ao centro. Quem andava motorizado era assediado por caronistas desesperados por chegarem a tempo a seus compromissos.

### DEPREDAÇÕES

Surpreendia com a paralisações no setor de transporte, a população curitibana reagiu de diferentes formas: violentamente, em poucos casos; em solidariedade com os motoristas; e apaticamente. Em alguns locais, populares quebraram estações de embarque. Na Vila Guarani, no início da manhã, os moradores, ao perceberem que os motoristas não estavam dispostos a transportá-los, ameaçaram virar o coletivo. Receberam a promessa de atendimento até o meio-dia e conformaram-se. A polícia esteve presente nos principais pontos de embarque e nas praças centrais da cidade.

## As prisões não foram confirmadas

Os motoristas de ônibus afirmavam que, na parte da manhã, a polícia efetuara a prisão de 35 grevistas, e à tarde ainda não havia informações se haviam sido libertos ou não. Houve críticas ao Sindicato dos Condutores de Veículos em relação ao problema. O secretário Haroldo Ferreira Dias, da Segurança, negou que tivesse conhecimento de prisões entre antontem e ontem de manhã, mas não desconsiderou a possibilidade.

De qualquer forma, afirmou que "nós acreditamos que as reivindicações, inclusive, da construção civil, cheguem a bom termo sem a necessidade de uma ação mais forte da polícia". Disse ainda que sabe "de gente interessada em tirar partido político da situação". Encara a greve "até como descompressão social" e que está ocorrendo "má orientação", já que, segundo ele, o que deveria ser discutido nas mesas é discutido nas ruas.

# TRT considera ilegal greve dos "peões": decisão é hoje

A greve dos operários da construção civil continua. Hoje, às 8 horas, na sede do Clube Atlético, eles decidiram pela manutenção ou não do movimento paredista, julgado ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho, na tarde de ontem. Cerca de 8.000 trabalhadores se reuniram ontem, na Praça Afonso Borelho, às 19 horas, para ouvir da comissão de negociação e dos advogados, o resultado do julgamento do dissídio. Estes, ao perceberem o ambiente tenso e agitado, conduziram a assembléia de modo que ficasse para hoje a votação pela continuidade ou não da greve. Os grevistas terão que apresentar carteira assinada e notificação, ou então, recibo de pagamento, para poderem votar, o que vai ser feito nominalmente.

Antes das 19 horas, grande era o movimento dos peões, que demonstraram estar decididos pela continuidade

do movimento. A assembléia durou uma hora, durante a qual falaram aos trabalhadores o presidente da Associação dos Vendedores Ambulantes de Curitiba, Otávio Barbosa, o advogado Geraldo Vaz, o membro da Comissão Salarial, José dos Santos, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, Aguinaldo Ramos Forbeci, representantes da Comissão Justiça e Paz e dos metalúrgicos, além de dois representantes dos trabalhadores na assembléia.

Todos procuraram ressaltar as consequências da continuação de uma greve julgada ilegal pela Justiça, assim como a importância do movimento grevista, e a legitimidade das reivindicações salariais. Durante toda a assembléia, os peões se manifestaram com gritos pelos 80 por cento, e aplausos quando se falava da condição de miséria em que se encontram. A proposta patronal de

que os trabalhadores não serão punidos, caso voltem ao trabalho num prazo de vinte e quatro horas após decisão do TRT, foi também vaiada, principalmente quando o advogado anunciou que os patrões pagarão os dias parados e o repouso semanal, "se quiserem".

O presidente do Sindicato da classe foi bastante vaiado, ao dizer que apenas "dois mil trabalhadores foram à assembléia, quando a classe é composta por trinta mil". Cada vez que alguém falava da luta do trabalhador, da importância da greve, do espírito de batalha dos peões, aplausos e gritos eram uníssonos. A comissão teve dificuldades para demonstrar "o que se enfrentará ao continuar com um movimento ilegal, apesar de justo". Como consequência, restou a opção de deixar a decisão para hoje, principalmente porque somente os trabalhadores decidirão. O policiamento acompanhou de perto a assembléia.



A polícia ficou atenta para impedir depredações



Até o suporte do alto-falante foi improvisado

# Motoristas de táxi também paralisaram as atividades

Os motoristas de táxi de Curitiba também decidiram paralisar suas atividades ontem, a exemplo do que se verifica em outros pontos da cidade, onde a greve chegou a custar 50 por cento no custo da gasolina.

Na primeira assembléia realizada pela classe, "depois de muito tempo", ontem pela manhã, na Praça Bento Munhoz da Rocha, enfatizaram que não se trata de uma greve, mas estão parados porque não têm dinheiro para trabalhar, já que não temos dinheiro



nição. Assim, os pedreiros de Curitiba poderão discutir em ações individuais, impetradas em Juntas Trabalhistas, as questões relativas à aplicação dos percentuais de aumento, mas isso só poderá ser feito, a partir do momento em que for conhecido o Índice Nacional de Produtos ao Consumidor — INPC — de dezembro, que ao que tudo indica será de 30 por cento.

#### QUEREM OITENTA

A decisão dos juizes trabalhistas que julgaram o dissídio dos trabalhadores nas indústrias de construção civil de Curitiba era esperada. O que não se podia prever era a reação daqueles trabalhadores frente a essa decisão. Apesar de a assembleia só ter se realizado a partir das 19 horas, já pela manhã a Praça Afonso Botelho, de frente ao ginásio de esportes do Atlético, era tomada pelos grevistas. Durante todo o

## Estranhos infiltrados

O Secretário de Segurança, coronel Haroldo Dias, declarou no final da tarde de ontem que elementos estranhos às classes de trabalhadores, e com interesses escusos, estão se infiltrando entre os trabalhadores que reivindicam melhores salários, em Curitiba. O Secretário recebeu os jornalistas para uma entrevista, no Palácio Iguazu, pouco depois de ter assistido à assinatura do acordo salarial entre as empresas de ônibus e os motoristas, que haviam paralisado suas atividades no período da manhã.

"Foi um acordo muito bom e devo realçar aqui a participação muito eficiente do presidente do Sindicato dos Motoristas de Ônibus e, também, da classe empresarial, que aceitou as solicitações pleiteadas". Em seguida assegurou: "Há muita infiltração entre os movimentos grevistas, infiltração com interesses inconfessáveis. É possível que, mesmo com a existência do acordo, possam ocorrer perturbações no meio da classe". Adiantou, porém, que a polícia está acionada para manter a or-

dem e o sossego da população, esclarecendo que foram destacados grupos de policiais militares e civis junto às praças e terminais de ônibus, visando garantir o trabalho dos motoristas e afastar elementos estranhos à classe. Não quis adiantar qual o número de policiais acionados no dispositivo.

Sobre as prisões, o Secretário de Segurança, que estava acompanhado do Secretário Fernando Fontana, da Indústria e Comércio, disse que houve incidentes provocados, e, conseqüentemente, houve detenções em número razoável, assegurando, contudo, que os presos foram liberados, com exceção dos que praticaram, propositalmente, atos de vandalismo, desmorteando, completamente, o espírito reivindicatório dos trabalhadores.

O Secretário Fernando Fontana, da Indústria e Comércio, lembrou que o importante no momento é que haja diálogo entre patrões e empregados. "A mesa de negociação é o melhor caminho para se chegar a um acordo" — disse o Secretário.

## Muitos táxis pararam em todo o País

RIO — Desde manhã cedo alguns motoristas de taxi foram destacados para montar piquete no sentido de impedir que, apesar da chuva, algum colega carregasse passageiro. Os que foram encontrados furando a greve, foram obrigados a parar seus carros e impedidos de cobrar dos passageiros um centavo que fosse.

Marcos Antonio, de taxi Volkswagen, disse contudo que a tarefa não foi fácil. Encontrou na Glória um camburão da Polícia Civil (no. 62490) do qual — segundo ele — saltou um guarda que "tirou um pente de balas e o botou na metralhadora para atirar em cima da gente.

Os piquetes eram formados de dois ou três motoristas que seguiam num mesmo taxi para vigiar a paralisação da classe em determinada área. Mário José da Silva, que viajava no taxi TM-6364, alegou que na zona sul "estava tudo parado". Mas, não obstante, ele e seus dois companheiros, àquela hora (quase meio-dia), já tinham obrigado a parar e a descer seus passageiros outros "20 e 30 motoristas" que trabalhavam. O curioso é que, segundo os piquetes, os passageiros convidados a sair do carro "saíram contentes e sem reclamar, mostrando-se compreensivos com o nosso protesto".

#### EM SÃO PAULO

SÃO PAULO — A greve dos motoristas de taxi de São Paulo é parcial. Estima-se que 30 por cento dos profissionais deixaram de trabalhar protestando contra o aumento de 58 por cento no preço da gasolina. Foram realizados piquetes em alguns pontos da cidade, principalmente nos bairros da periferia. Em alguns deles os motoristas chegaram a retirar de dentro dos taxis os passageiros. A maior dificuldade ocorreu no Aeroporto de Congonhas, onde a grande maioria dos taxis especiais e de luxo permaneceu parada.

Não se teve registro de violência. A polícia acompanhou de perto a ação dos piqueteiros, mas sem interferir.

#### EM BRASÍLIA

BRASÍLIA — O problema dos motoristas de taxi de Brasília será solucionado somente dia 10. de dezembro, quando o Governador do Distrito Federal, Aimée Lamaison, assinará decreto estipulando aumento das tarifas em torno de 40 a 45 por cento. A informação foi prestada ontem pelo presidente do Sindicato dos Motoristas Automóveis, Sebastião Borges Taguari.

Segundo o presidente do sindicato, que esteve ontem pela manhã reunido com autoridades da Secretaria de Serviços Públicos do DF, até a data da assinatura do decreto, os taxis estarão circulando direto com bandeira dois, de acordo com decisão já tomada pelo Governador.

Esta decisão amenizou a greve total dos motoristas prevista para ontem, pois a maioria dos taxis rodou normalmente. Para o sr. Sebastião Borges Taguari, o aumento das tarifas de taxi a ser estipulado pelo Governador não será inferior a 40 por cento, pois estudos neste sentido estão sendo concluídos pela Secretaria de Serviços Públicos.

O sr. Sebastião Borges Taguari acrescentou que o decreto estipulará preços condizentes com o aumento da gasolina e com as reivindicações dos motoristas de taxi, porém — segundo membros da classe — o aumento exigido pela maioria é de 80 por cento, alegando que só esta percentagem lhes proporcionará algum lucro relativo. Eles afirmam que estão aguardando com calma a decisão do Governador, na esperança de que o aumento não seja inferior ao aumento de 58 por cento que sofreu a gasolina.

#### NA BAHIA

SALVADOR — Começa a vigorar hoje, com a publicação no Diário Oficial, a nova tabela das tarifas dos taxis desta Capital, que conseguiram uma majoração de aproximadamente 50 por cento, depois de uma reunião ontem pela manhã entre o presidente do sindicato da classe, sr. Alvimar Mandarin, e o prefeito Mário Kertesz.

Com o aumento, a bandeira 1 passará a ser cobrada na base de Cr\$ 17. O quilômetro rodado e a bandeira 2, cobrada na base de Cr\$ 6, na bandeira 2 para Cr\$ 7,20 e a hora parada custará Cr\$ 45. Como não haverá tempo para aferição, os taxis rodarão com uma tabela da Secretaria dos Serviços Públicos, que já começou a ser distribuída.

Embora a grande maioria tivesse protestado contra o aumento de quase 60 por cento da gasolina, não chegaram a haver paralisações em Salvador. Ocorreram, contudo, algumas manifestações isoladas, como um grupo de motoristas que permaneceram parados nas imediações do bairro do Chame-Chame, até que tomaram conhecimento do resultado da reunião entre o presidente do sindicato e o prefeito.

A maioria dos motoristas achou razoável a majoração, mas muitos consideram que, ainda assim, vão ter prejuízos, justificando que, com o aumento, a população reduzirá bastante o costume do taxi, "e no final das contas nós é que seremos prejudicados" — disse um descontente.

#### NA PARAÍBA

JOÃO PESSOA — Houve apenas ameaça de paralisação nesta Capital, mas os taxis foram autorizados, ontem, a cobrarem bandeira dois nas corridas, enquanto é confeccionada a tabela com o novo aumento que deverá vigorar nos próximos dias, na base de 52 por cento. A Capital é servida por uma frota de pouco mais de mil taxis.

Segundo informou ontem o presidente do Sindicato dos Motoristas de João Pessoa, a bandeira 1 passará para Cr\$ 18, ficando a bandeira 2 em Cr\$ 8,50 o quilômetro rodado e a bandeira 3 em Cr\$ 10. Um taxi parado à disposição do passageiro está autorizado a cobrar uma tarifa de Cr\$ 50 a hora.

Em Campina Grande, a segunda maior cidade do Estado, havia uma ameaça de paralisação desde o domingo, mas o presidente do sindicato de lá fez apelo aos motoristas e os taxis circularam normalmente ontem, cobrando bandeira um. Há negociações para que o aumento autorizado na Capital seja estendido para lá.

## Senadores apóiam as greves

O senador José Richa solidarizou-se ontem com os trabalhadores da construção civil, com os motoristas de taxi, motoristas e cobradores de transportes coletivos, com os garis e marceneiros que se encontram em greve no Paraná, por entender que essas categorias profissionais não estão usufruindo salários que lhes ofereçam condição de vida.

Ao elogiar o caráter pacífico das greves, ontem, no Senado, José Richa lembrou que o Paraná foi, tradicionalmente, um dos únicos Estados da Federação isentos de tais movimentos. Enfatizou, no entanto, que se os trabalhadores paranaenses apelam, agora, para greves que — segundo disse — se alastram por todo o País, tal fato demonstra a situação insustentável a que chegaram os assalariados.

Depois de criticar a política sindical e trabalhista exercida pelo Governo, a seu ver, geradora de pelegos que prejudicam os assalariados, afirmou José Richa que a posição governamental quanto aos movimentos grevistas tem que ser de imparcialidade de um juiz.

Entende o senador oposicionista que, por enquanto, "o pacto tem sido do Governo com o capital, marginalizando-se a mão-de-obra".

O senador Leite Chaves, também emedebista pelo Paraná, concordou irrestritamente com José Richa. Quanto à justiça das greves em seu

Estado, lembrou que, nos últimos três anos, os aumentos salariais do pessoal da construção civil não chegaram a 50 por cento, enquanto que o metro quadrado da construção elevava-se em 300 por cento.

José Richa considerou agravante dos problemas econômicos e sociais enfrentados pelo País o aumento de 58 por cento sobre os preços da gasolina, em vigor a partir de ontem. No seu modo de entender, tal elevação não se justifica nem mesmo pelos atuais preços internacionais do petróleo.

O senador Lázaro Barbosa, de Goiás, deu razão ao orador, argumentando que o Governo chegava às raízes do paradoxismo ao "insistir em arrancar recursos da camada mais pobre da população", permitindo aumentos tão elevados.

Embora reconhecendo que o brasileiro paga caro pela gasolina, o vice-líder do Governo José Lins (Arena-CE) disse que o óleo diesel continua sendo subsidiado, a fim de manter flexíveis as passagens dos transportes de massa. Afirmou, ainda, que a Petrobrás não usufrui lucros, ao que José Richa indagou de onde procediam os 35 bilhões de cruzeiros lucrados pela empresa, em apenas um semestre.

— Das subsidiárias que fazem prospecção no exterior — respondeu José Lins.

te perdendo o ônibus e o movimento durante o período da tarde, ao menos até a volta normal dos transportes coletivos, foi sensivelmente prejudicado.

#### HOUVE PRISÕES

Na concentração que os motoristas de taxis de Curitiba iniciaram ontem cedo, na praça da Vila Guaiara, foram registrados diversos tumultos.

A Polícia Militar procurou contornar a delicada situação sendo obrigada, na maioria das vezes, a usar cassetetes para conter a fúria dos grevistas.

Como a paralisação dos taxis não é exclusiva dos motoristas, mas sim dos empregados que trabalham por um, estão exigindo que os seus direitos sejam

"Mesmo porque não sou eu quem não trabalhar, mas sim a empresa que determina a paralisação. Por mim é indiferente, já que eu não trabalho, independente das corridas. Já falei com o patrão e ele me garantiu que vou receber meu salário, mas não me garantiu que vou receber meu salário diário sem problemas, assim que o problema for definitivamente solucionado" — observou José de Oliveira Netto, do táxi placa 10000, que exerce a profissão há 10 anos.



84

## Prisões dentro da Penha

Os cerca de 600 empregados na oficina mecânica, funilaria, latoaria, e solda da empresa de ônibus Penha entraram ontem em greve, ontem após uma assembleia realizada defronte as instalações da empresa, onde definiram a reivindicação de 80 por cento de aumento salarial. A empresa chamou a Polícia Militar para prender alguns líderes do movimento dentro das próprias oficinas, sendo que oito deles foram detidos dentro de uma Radiopatrulha quando retornavam do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários do Paraná, ao qual foram pedir orientação, e quando pretendiam marcar uma reunião com a direção da empresa.



**Polícia intervém dentro da garagem da Penha, e prende oito.**

O diretor de administração da Penha, Sérgio Roesner, informou que chamou a Polícia Militar para ser desfeito o piquete e dar segurança para quem queria trabalhar, e estava sendo ameaçado de linchamento na hora da saída. Ele atribuiu as prisões à PM como sua responsabilidade, alegando que não apontou os elementos que deveriam ser presos. Um camburão da PM estava no pátio da empresa, e após o fotógrafo de O ESTADO começar a fotografar pelo lado de fora, os diversos ônibus permaneceu no centro, sendo impossível ver quantos mais seriam detidos.

A empresa diz desconhecer oficialmente a reivindicação salarial dos empregados e o diretor de administração disse ter estranhado o movimento "porque a empresa mantém uma gama de benefícios aos empregados. Agora mesmo ficamos surpreendidos porque estávamos preparando a festa de Natal que todo ano oferecemos aos funcionários. Disse ainda que mantém uma barbearia, lanche gratuito com dez minutos sem desconto da jornada de trabalho, serviços bancários, médico e odontológico.

Para os cerca de 300 empregados na oficina que ganham Crs 11,76 por hora, entretanto, esses benefícios não ajudam caso não tenham um aumento. A empresa afirmou que vai seguir a nova lei de reajustes semestrais à risca. Desta forma, neste mês de novembro, os empregados só terão dois por cento de reajuste porque serão compensados os 20 por cento concedidos em outubro antes da nova lei. Não fosse essa compensação a categoria teria direito a 22 por cento, para combater a inflação nos últimos seis meses, já que a data base da convenção coletiva é fevereiro.

Três Radiopatrulhas, além do camburão, permaneceram na empresa ontem à tarde, e os empregados que conseguiram sair sem ser presos tiveram apreendidas suas carteiras de identidade da

empresa. O soldador José Lopes de Lima disse que o mandaram embora para casa e poucos de sua seção ainda estavam trabalhando, mas que não fosse a ação da polícia todos teriam parado.

Ele lamentou a atitude da empresa "pois ninguém estava tumultuando, e onde já se viu prender até no vestiário". Segundo ele, muitos permaneceram na empresa obrigados pela PM. Os colegas dos detentos informaram que seus nomes são: Castorino Leandro, eletricitista; Almir, mecânico profissional; Valdevino, Valdecir, Joel, além de outros que não lembravam o nome.

A empresa informou que não tem nenhum trabalhador que ganha menos de um salário mínimo, mas, como disse Marco da Silva, auxiliar de pintor: "como viver com Crs 2.800,00 por mês?" Já Jaime Fernandes dos Santos, afirmou que a empresa é que apontava os funcionários que a polícia deveriam prender. Segundo ele, a assembleia que decidiu a greve foi durante o almoço, e a empresa obrigou todos a entrarem para o serviço antes da hora.

Conforme o delegado de Ordem Social, Luis Fernando Artigas foram ouvidos na delegacia os seguintes funcionários da Penha: Joel Fernandes Marques, Valdecir Cristiano Lamin, Valdevino Gonçalves de Araujo, João Pinto de Souza, Altair Teixeira Coelho, Castorino Leandro, Valdemir Vico de Araujo e Celso Correia. Após ouvidos, eles foram liberados, conforme o delegado. Ele explicou que foi a empresa quem solicitou o policiamento. "Com toda essa movimentação registrada esta semana, os policiais militares entendem que qualquer agrupamento é tumulto. Daí detiveram esses oito e os levaram a DOS", afirmou delegado. Conforme ele, diariamente, dezenas de telefonemas são dirigidos por donos de lojas da cidade, consultando sobre se devem ou não cerrar as portas. "Nossa orientação é de que as atividades continuem normalmente", disse Artigas.

# Movimento dos pedreiros tende à violência

Ontem pela manhã, ao longo da Avenida Afonso Botelho, para a construção de uma obra de grande porte, houve uma reunião de discussão e depois de algumas horas de discussão foi formada uma comissão para discutir as condições de trabalho e de pagamento. Entretanto, os trabalhadores se recusaram a formar piquetes e a fazer greve. As obras em andamento foram interrompidas. Essa atitude, às 10,30 horas, gerou um encontro direto entre a polícia e os trabalhadores, resultando em cerca de 100 prisões e danos materiais em

baldios ou jardins particulares, os outros foram presos.

Pelo rádio a Polícia informou às viaturas da presença de um policial ferido — provavelmente uma pedrada. Ao final da tarde o Delegado de Ordem Social, Luiz Fernando Artigas dizia que foram dois os trabalhadores e apenas um dos trabalhadores. A situação depende do que se entende por ferido, pois no retorno à Praça Afonso Botelho, depois da tentativa de piquetes, foram vistos mais de 10 trabalhadores com cortes profundos no rosto ou na cabeça, motivados por golpes de cacetete.

Após este confronto, a situação se tornou tensa, quebrando-se o protocolo que havia com a polícia, que até então estava agindo mais como orientadora. Ontem ainda, antes do primeiro encontro os policiais tentaram convencer os grevistas a não forçarem atos violentos. Rompido o acordo, os trabalhadores passaram a apanhar e a serem perseguidos. Entre os policiais, um deles comentou rapidamente: "Pois é, o Diretor não quer que a gente bata, só acompanhe". O diretor no caso, é da Polícia Civil.

## DA ASSEMBLÉIA AO TUMULTO



Após 4 horas de discussão, a votação dos trabalhadores na construção acabou em tumulto e cenas de violência.

os de detidos e feridos, pois o que se viu foi um confronto frontal, que se deu na obra na Visconde de Albuquerque. Acossados, os trabalhadores saíram do local apavorados e foram para o bairro de Castro Alves onde se reuniram somente às 11.00 horas. Os pedreiros que ainda estavam no piquete, já no fim da tarde, foram dispersados e alguns conseguiram escapar indo para os terrenos baldios.

## Garantia para a volta

da Indústria da Construção informou ontem que a Companhia de Seguradora Pública do Estado de Paraná não garante o trabalho para os empregados que voltarem às atividades. Segundo o presidente Hélio Campos, cerca de 50 por cento dos empregados não haviam retornado ao serviço ontem, prevendo um aumento de 20 horas. O dirigente paranaense disse que os empregados que não voltaram até às sete horas não sofrerão nenhuma penalidade, desde que a decisão da greve, no momento do prazo dado pelo Sindicato patronal este mês, toda a tarde de ontem, a reunião das Indústrias do Estado, analisando a greve devida pelos trabalhadores em função da política salarial do governo, a assembleia realizada na Praça do Atlético. Em entrevista, Hélio Campos frisou que os dados não cumpriram o estabelecido serão punidos, com os seus desligamentos das empresas. Segundo ele, nenhum problema para a obra, uma vez que neste momento negativo da taxa de desemprego de 20 por cento na área da

mente. Ele não soube informar os prejuízos causados pela paralisação de cerca de 20 mil pedreiros, alegando que para isto teria que fazer um minucioso levantamento, impossível devido ao exiguo tempo. Mas desmentiu, categoricamente, que o setor tenha tido lucro com a greve, "pois os seguros de lucros cessantes não cobrem danos de risco político".

O presidente se absteve de comentar a atitude do vereador Ivan Ribas perante a assembleia dos trabalhadores, incitando estes a permanecer reivindicando os 80 por cento de aumento, alegando que "os órgãos de segurança é quem deve tomar as providências legais". E disse que recebeu a decisão da assembleia "com surpresa", pois "o Tribunal Regional do Trabalho deixou claro a ilegalidade do movimento e de acordo com a lei os operários não tinham o menor direito de reclamar salário agora". Também considerava ter sido declarada contra uma política salarial que representa uma conquista do trabalhador, ao prever reajustamentos semestrais de salários".

Hélio Campos lembrou que nos últimos 12 meses os serventes tiveram 82 por cento de aumento e a categoria profissional 61 por cento representando 6,83 e 5,08 por cento de majoração por mês, inclusive acima da inflação. Nos últimos 18 meses, os serventes tiveram 123 por cento, ou 6,83 por mês, enquanto os profissionais receberam 92 por cento, para um percentual de 5,11 por cento mensais. Para ele, esses dados demonstram que "a greve foi muito mal feita" e que "conversando, os pedreiros ganharam muito mais do que brigando". Hélio Campos concordou que "eles não recebem um bom salário, assim que esse movimento evidencia-se como um descontentamento contra o contexto social e nunca contra a construção civil do Paraná".

## Um movimento com muitos desencorajados

A exigência de documentos para votar a decisão final da greve dos pedreiros acabou levando cerca de três mil trabalhadores a se afastarem do ponto de votos. Entre outras informações, 30% dos grevistas estariam desempregados e outros já estariam trabalhando. O depoimento de um grevista na Praça dizia que os seus trinta companheiros continuavam a trabalhar normalmente, tendo sido remanejados para obras mais

distantes do centro da cidade. Com um ambiente assim, agravado pela falta de lideranças, os grevistas nem ao menos tem pontos de encontro de discussão. Ontem, quando o maior número de pessoas estava aglomerado na Praça, apenas cerca de 2 mil participava atentamente das decisões. Mesmo assim, a posição era praticamente unânime pelo não retorno ao trabalho, sem importar que preço isto iria custar. Entre os que votaram pela continuidade da greve, apontavam um erro na orientação sobre a votação do novo salário do "servente" fixado em Cr\$ 4.000,00 de servente de Cr\$ 3.000,00. No conceito dos trabalhadores "profissional" seria o mesmo do "servente" e do "pre-

### PREVENDO O FIM



Para Hélio Campos, a greve na construção civil está sofrendo um esvaziamento.

### CENAS DE VIOLENCIA



Revoltados, alguns pedreiros depreedaram tapumes de algumas obras.

### PROBLEMAS



## Inquéritos e boatos

Oficialmente 21 trabalhadores da construção civil foram detidos e identificados, liberados em seguida, pela Polícia. No entanto, caso a greve persista, o Ministério do Trabalho confirme a ilegalidade da greve, estes 21 presos serão indicados em inquérito, explicou ontem Luiz Fernando Artigas, da Delegacia de Ordem Social. A Polícia não gosta de falar em "prisões" ou "detenções" - mas a partir de ontem a

## Solução pode sair

Somente hoje pela manhã os trabalhadores na indústria da construção civil irão decidir se continuam ou não em greve. A assembleia está marcada para 8:00 horas da manhã, na Praça Afonso Botelho, quando será votada a decisão do Tribunal Regional do Trabalho, que considerou a greve ilegal, determinando o retorno ao trabalho. Somente hoje pela manhã os trabalhadores na indústria da construção civil irão decidir se continuam ou não em greve. A assembleia está marcada para 8:00 horas da manhã, na Praça Afonso Botelho, quando será votada a decisão do Tribunal Regional do Trabalho, que considerou a greve ilegal, determinando o retorno ao trabalho.



Era bem menor, ontem, o número de "peões" concentrados na Praça Afonso Botelho.

## Desorientados, peões ainda tentam a greve

Completamente sem rumo e confusos, parte dos operários da Construção Civil já não sabem o que fazer. A maioria está dispersa e enquanto grande parte das empresas afirmava ontem pela manhã que os trabalhadores haviam retornado às atividades, outras ainda se encontravam paralisadas, esperando a situação acalmar, ao mesmo tempo em que centenas de operários compareciam à assembleia marcada para às oito horas, na Praça Afonso Botelho.

Mantendo a posição de que continuavam em greve, eles decidiram formar dois piquetes para paralisar os trabalhos nas obras, mas tiveram que desistir da idéia. Tão logo a primeira turma se aproximou do cruzamento das ruas Coronel Dulcídio e Sete de Setembro, policiais fizeram com que eles se espalhassem, prendendo três, considerados "agitadores", segundo o delegado da Polícia Civil, Elói França. Um, ao que informaram, chegou a ser golpeado no braço, retornando todos os demais, em seguida, à praça.

Falando em pequenos grupos sobre seus problemas e da situação em geral, os comentários dos operários diversificavam. Uns afirmavam que não voltariam mais ao trabalho, porque "já estamos na pior e se a gente voltar vai continuar na pior", temendo também uma pressão por parte da empresa. Outros diziam que não os deixaram entrar na construção (uma da Nova Era) quando foram para a obra.

Reclamaram que não estão sendo apoiados por ninguém, apontando que "tudo tem saída, menos quem trabalha na Construção Civil". "Tudo está contra nós e temos que correr de um lado para outra".

### ABRAÇO NO DIABO

Criticaram que os veículos de comunicação, principalmente as rádios e televisões, não estariam dando a cobertura que julgavam necessária para o acontecimento, quando poderiam orientar melhor os trabalhadores, já que há rá-

dio em qualquer lugar e por estarem desinformados, dizem, "muitos acham que a greve acabou". Falam também da falta de união da classe, quando outro operário informou aos repórteres de que haveria nova assembleia às 18 horas de ontem.

Eles afirmam que "a pancadaria é apoiada" (tendo em vista o tumulto verificado anteriormente), mas acham que deveriam cobrar das autoridades". Dizem que mesmo se estão andando tranquilamente, mas em grupo, a polícia vai atrás. "Já que estamos no inferno, não custa dar um abraço no diabo", ressaltou um trabalhador. Outro operário chegou à conclusão de que é melhor ser cobrador de ônibus, "porque ele ganha bem mais que a gente".

### OPERÁRIOS PRESOS

Entre os operários corria a informação de que fariam uma passeata hoje para receber o presidente João Figueiredo, que estará na cidade às 9h30min, porque "o Figueiredo precisava escutar a reivindicação do povo". Não se sabe se isso ocorrerá de fato, uma vez que, por volta das 11 horas de ontem, o batalhão de choque da Polícia Militar tomou conta da praça, fazendo com que o pessoal se dispersasse, enquanto uns outros quatro operários eram presos.

O delegado Elói França disse que a medida foi tomada "para evitar tumultos de grupos que querem insistir", ressaltando que os trabalhadores deveriam "procurar a lei para resolver a situação". Afirmou ainda que é "graças a Ivan Ribas que eles estão parados" que foi quem "instigou grande parte da massa" com a distribuição de panfletos. Os operários não têm nenhuma liderança, ressaltou, por isso "vão atrás do primeiro que oferece algo a eles". Disse que alguns trabalhadores se apresentaram espontaneamente para prestar depoimentos sobre a ação do vereador Ivan Ribas, e estes serão encaminhados, posteriormente, às autoridades competentes.



# Pedreiros apelam agora para decisão da Justiça

Os operários da construção civil de Curitiba, através dos advogados Geraldo Vaz e Paulo Bastos, entraram com recurso junto ao Tribunal Superior do Trabalho sobre a sentença dada ao dissídio coletivo julgado no dia 26 de novembro passado. O recurso reivindicava que o TST não conheça o dissídio requerido pela categoria patronal, não entenda o movimento feito pelos peões como greve econômica do movimento coletivo, insista na natureza mas como paralisação solicitada pelos empregados e peça o pagamento de dias e horas paradas e ainda que se aprecie a aplicação da lei 6.708, da nova política salarial.

Trabalho também rejeitaram o pedido de interpretação da lei 6.708, feito pela categoria econômica, por entenderem se tratar de um dissídio individual. Desta forma, a definição sobre a incidência do percentual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor referente ao mês de dezembro, seria sobre os salários de junho ou de novembro, estes já condicionados ao novo salário mínimo fixado pelo governo) ficou à cargo dos empresários.

**48,88 POR CENTO**

A categoria patronal entendeu que o reajuste deveria ser sobre o salário de junho (Cr\$ 2.460,00), acrescida a diferença entre este salário e o novo mínimo oficial, ou seja, de mais Cr\$ 438,00. Assim, o salário-hora em vigor desde 1.º de dezembro ficou em Cr\$ 3.662,40. Para as demais categorias, o salário profissional ficou em Cr\$ 16.71 para o meio-profissional; Cr\$ 22,47 para o profissional; Cr\$ 24,70 para o contramestre; e Cr\$ 32,30 para mestre. Estas categorias ficaram limitadas ao percentual do INPC (28,2 por cento) mais dez por cento deste mesmo índice (isto é, um reajuste de 31,2 por cento) porque se enquadraram no artigo da lei de reajustes salariais que prevê este cálculo para os empregados que percebam de um a três salários mínimos.

No recurso impetrado junto ao TST, os advogados dos trabalhadores salientam que, se o movimento de paralisação efetivado for considerado como greve, que seja entendida como legal, com base na Constituição - onde a paralisação é vista como legal desde que tenham ocorrido modificações nos termos que fundamentaram o acordo coletivo. Estas modificações, conforme já apontava, os operários durante a semana em que permaneceram parados, estão nos altos índices da inflação e do custo de vida. Para eles é insustentável o reajuste consequente da nova política salarial e pro isso reivindicavam um aumento em 80 por cento sobre os seus salários.



• PEDREIROS •

# Peões esvaziam greve e há prisões

A greve agonizante dos peões no seu décimo dia acabou também em pancadaria. Sem saber que o sindicato autorizara a assembleia, o Batalhão de Choque entrou em ação. Só havia mil pedreiros na Praça do Atlético, e um foi preso.

Encurralados pela polícia na praça do Atlético, cerca de mil trabalhadores da construção civil insistem na greve, apesar de confusos e desorientados. Ontem de manhã, em assembleia a comissão de greve eleita terça-feira liberou os peões para que - se assim quisessem - continuassem paralisados e que organizassem piquetes para recolher os que voltaram a trabalhar mais de 50% deles. No entanto, das duas tentativas o único resultado obtido foram cinco prisões e algumas ameaças com os temíveis casquetetes. Do comandante da operação, delegado Elói França, os grevistas receberam ordem de permanecerem na praça Afonso Botelho para que não fossem perturbados pela polícia. "Nós não podemos nem sair em grupo para tomar café que a polícia vem dispersar a gente", reclamou um trabalhador.

Abandonados pelo sindicato - "nós fomos lá três vezes procurar o presidente e não o encontramos" - e sem poder contar com a mediação da Comissão de Justiça e Paz, que agora só trata de defendê-los de violências policiais e conseguiu a liberação da praça para suas assembleias, os peões parados já não fazem tanta questão dos 80% - pode ser até 65% - mas rejeitam terminantemente o aumento estabelecido pelo governo, "uma esmola", como definem. "Se é para ganhar micharia, melhor é ficar como está", reclamava um, apoiado por todos. Para eles é difícil entender porque subiu o preço de tudo, mas não o salário da classe.

Para os peões em greve, a visita hoje do presidente Figueiredo está sendo um ponto de tensão. Enquanto uns afirmam que irão recebê-lo, outros parecem não dar tanta importância a isso e pedem apenas que ele dê um jeito na situação, "porque o Ney Braga não fez nada por nós". E esta queixa é somada à da violência policial. "Dizem que nossa greve é ilegal, mas pelo visto pancadaria é legal e eles apóiam", comentou um operário mais exaltado, que insistia em cobrar a responsabilidade da polícia pelas agressões ocorridas terça-feira. "Se nós fizéssemos isso seríamos presos, mas eles não, fazem à vontade", falou.

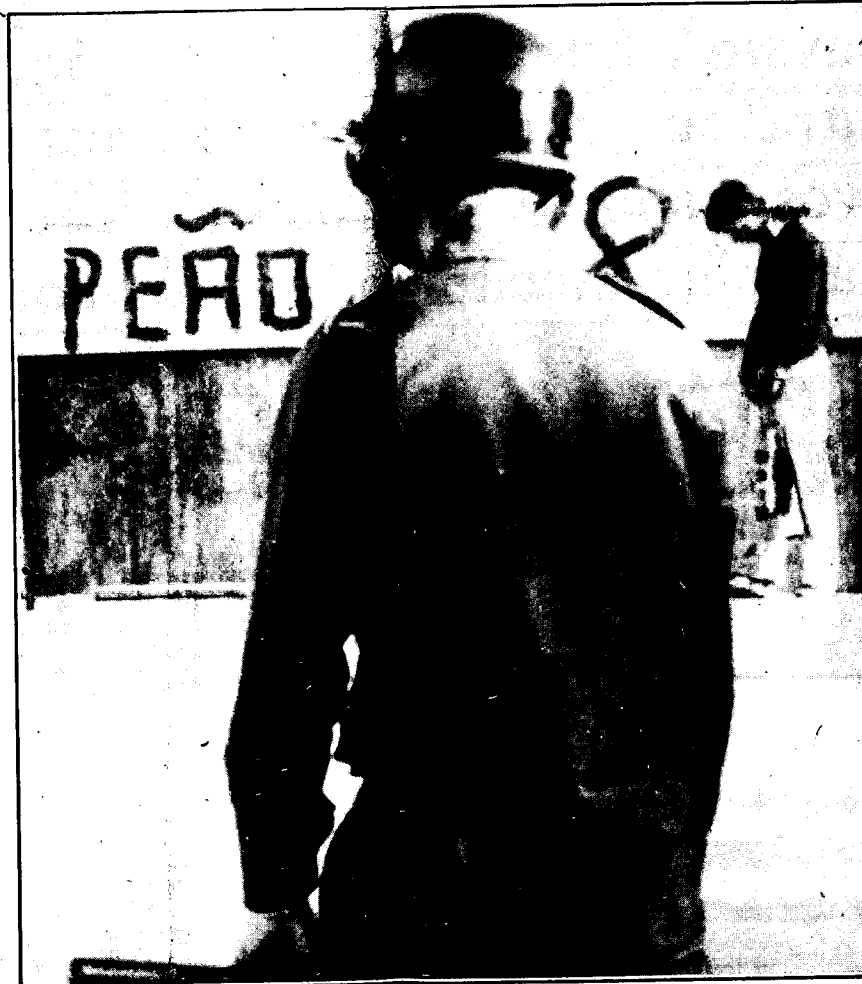
Mas aquele eu não sei, não estava lá quando aconteceu". Ele garantiu que os grevistas que permanecerem na praça não serão perturbados. "É direito deles ficar em greve o tempo que quiserem", disse.

Sem saber a quem culpar pelo esvaziamento da greve, os operários parados dirigiam sua revolta à imprensa, aos policiais, ao sindicato e insistiam na culpa de Ivan Ribas nos casos violentos ocorridos entre polícia e piqueteiros. "Tudo começou com aquele folheto que ele soltou, mas na hora do pega ele não estava lá para ver as cabeças quebradas", disse um dos peões que obteve certa liderança no início do movimento e que ontem demonstrou certo medo em que os jornalistas tomassem nota do que falava. Da imprensa eles cobram o apoio, e não aceitam que os jornais e rádios apenas noticiem o fato. "Bem que vocês podiam dar uma ajudinha, né?", pediam. Do sindicato diziam não aceitar mais nada. "Aquilo virou sindicato de patrão".

Uma nova assembleia foi marcada para ontem mesmo, às 18 horas quando nova votação seria feita para saber se a greve continua ou não. "Da praça nós não saímos mais, porque a polícia não deixa, mas quem ficou aqui não volta para trabalhar, nem que morra de fome", era o comentário geral. Mas isto não pode ser feito. Eram quase 11 horas quando os soldados do Batalhão de Choque mandou que os trabalhadores fossem para casa, e mais 4 grevistas - para depoimentos - foram presos. A greve dos trabalhadores da construção civil completou ontem 10 dias de batalhas inúteis: o aumento pedido foi negado e o movimento considerado ilegal.

### Sem saber de nada polícia cerca a praça

Antes que a assembleia das 18 horas pudesse ser iniciada, soldados do Batalhão de Choque comandados pelo capiteiro Elói França, entraram na praça e



É O FIM

Ao trabalhador não restou nada além do que baixar a cabeça.

deixara o local temendo a repressão policial. Ficaram poucos e estes mostravam-se confusos quanto o caminho a tomar a partir de agora, com a greve "vazia" e grande parte dos trabalhadores de volta às construções. Zé Maria, que chegou a integrar a comissão de salário, disse que por ele, volta ao trabalho e espera. "Vou propor a que todos façam isso para que possamos nos organizar melhor, com líderes. Desta vez foi desorganizado, e nosso líder foi a fome. Da próxima vez será melhor". Os que permaneceram na greve ontem, decidiram

declarou que os trabalhadores em greve poderão se reunir tranquilamente na praça, mas só poderão realizar piquetes se estes forem formados por até cinco pessoas que deverão apenas bater nas portas das obras e perguntar se os operários querem acompanhar a paralisação. Se este detalhe não for obedecido, os policiais poderão agir.

### Carta de peão

Manoel e Maria da Conceição  
Linha 115, bairro de...  
Bairro de...  
31.2

cruzeiros por hora, é estando a maioria do pessoal que lá estava aceitando isso, ele chegou e apareceu como político, à procura de uma destruição completa do que já estava construído e fazendo com que a massa se agitasse novamente.

Com isso, os dois cruzeiros que receberíamos a mais, com a proposta que nos foi feita caiu e o palhaço do Ivan Ribas não apareceu mais. Nossa luta é desinteressada em política, mas sim interessada por um salário melhor. Mas a nossa luta foi considerada ilegal. Nós realmente entendemos que foi legal, mas ilegal consideramos que foi a presença de certos maus elementos que participaram de nosso movimento.

A Comissão de Justiça e Paz foi a favor dos trabalhadores, a qual queremos que aceite o nosso muito obrigado". Dito por um carpinteiro e um pedreiro.

Através desta carta dois operários da construção civil afirmaram que o vereador Ivan Ribas foi o responsável pela agitação dos trabalhadores, que segundo eles, ocorreu quando foi distribuída uma carta pelo político onde ele afirmava que não deveriam aceitar a proposta patronal, mas sim insistir no aumento de 80%.

"A proposta patronal, para não perder de tudo, era boa. Além dos 31,2% de aumento receberíamos mais dois cruzeiros por hora. Mas Ivan Ribas na segunda-feira, chegou lá na Praça do Atlético, na hora em que estava sendo feita a votação para sabermos se a maioria era a favor ou contra a continuação da greve, e falou que insistíssemos nos 80%, revoltando todos e nos fazendo perder os dois cruzeiros", declararam os operários.

Eles disseram que através da carta que distribuiu, Ivan Ribas fez com que o movimento se revoltasse contra os patrões.

A carta distribuída por Ivan Ribas que terminava assim: "A vocês e suas honradas famílias um forte abraço do amigo 80% 80% 80% 80% 80% 80% 80% Ivan Ribas 80% 80% 80%" dizia coisas como "mantenham-se firmes na reivindicação justa de 80%..." e os operários falaram:

"Na hora do desespero a gente acredita em qualquer coisa. Naquele momento muitos de nós chegaram inclusive a virar-se contra o dr. Geraldo, um dos homens que mais lutou por nós. Quem nos derrubou foi Ivan Ribas, que pensando em seus interesses políticos, esqueceu-se de que éramos pessoas que lutávamos apenas por nossos direitos".

Para os trabalhadores a situação ficou mais difícil. "Depois disso perdemos os dois cruzeiros que a Comissão de Paz e Justiça tinha conseguido para nós. Os patrões agora pagam somente se quiserem. E a outra coisa é que perdemos o direito de receber os dias em que ficamos em greve. O culpado de tudo foi o político Ivan Ribas".

### Show arrecada 300 quilos de alimentos

Foi realizado na terça-feira o "show do quilo", com participação de diversos músicos curitibanos. O objetivo do espetáculo foi angariar alimentação para o fundo de greve dos pedreiros e serventes e por isso foi cobrada a entrada com um quilo de qualquer produto. Apesar da greve ter "esvaziado" todo o material arrecadado para os pedreiros e

feira. "Se nós fizéssemos isso seríamos presos, mas eles não, fazem à vontade", falou.

Na opinião de Elói França a verdade é outra: "Nossa função é dissolver os grupos e evitar o aliciamento indevidos dos que estão trabalhando. Sobre o rapaz que ficou ferido ontem, meus homens me informaram que ele estava tentando pular um tapume para entrar numa obra". Mas ao saber que na esquina onde ocorreu a violência não havia qualquer construção, França respondeu: "Então deve ser outro caso."

Antes que a assembléia das 18 horas pudesse ser iniciada, soldados do Batalhão de Choque comandados pelo capitão Eugênio Semmer cercaram os pedreiros que já se reuniam na Praça do Atlético e, exigindo de cada um os documentos, aconselharam a que voltassem para casa. Um dos presentes, considerado agitador, foi preso. Minutos após, recebendo comunicado de que a assembléia havia sido marcada com o conhecimento do sindicato, o militar deixou que os pedreiros se reunissem, mas já era tarde para chamar a maioria que

hor, com líderes. Desta vez foi desorganizado, e nosso líder foi a fome. Da próxima vez será melhor". Os que permaneceram em greve até ontem - décimo dia - não mostraram medo de punições por parte dos empresários. "Maior castigo foi não receber o aumento", respondeu um deles.

Outros, contrariados pelo triste fim do movimento que iniciou com força inesperada, dizem que deixarão a profissão. "Não adianta, se ficarmos, morreremos de fome". Elói França, comandante da operação pela Polícia Civil

## Carta de peão acusa Ivan Ribas

"Vários operários da construção civil acusam o advogado Ivan Ribas, que na segunda-feira, já feita a proposta de que receberíamos além dos 31,2% mais dois

Elas disseram que atiravam a carta que distribuí, Ivan Ribas fez com que o movimento se revoltasse contra os patrões.

"O pior é que depois de ter feito isso, ele não apareceu mais. Se estivesse a nosso favor, em vez de estar na praça nos revoltando, deveria estar conversando com os patrões e tentando convencê-los a nos dar os 80%. Mas ele quis usar a sua política! Só que acontece que não estávamos interessados nisso, mas sim em conseguir melhores salários".

foi cobrada a entrada com um quilo de qualquer produto. Apesar da greve ter "esvaziado" todo o material recolhido para os pedreiros continua a ser distribuído na Igreja de Guadalupe, Vila Feliz, Pinheirinho e Barreirinha, e nas sedes das associações de bairro de Vila Formosa e Nossa Senhora da Luz. Uma única exigência para conseguir a cota distribuída: apresentar a carteira de trabalho.

# Vigilante já tem sindicato mas não há greve

A reunião dos vigilantes de Curitiba, convocada pela Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná e a Associação da classe, marcada para as 16 horas de ontem, no ginásio do Atlético, antes mesmo de se iniciar trouxe vários problemas para os trabalhadores. Vários deles receberam ameaças e foram visitados em seus locais de trabalho pelos diretores das firmas empregadoras, que tentavam fazer um acordo "por fora", segundo informou o advogado da categoria, Luís Salvador. A reunião, conforme diz a nota distribuída aos vigilantes, seria para esclarecer a nova política salarial e para debater "problemas da classe".

Américo Barros foi a primeira vítima da iniciativa. Empregado na firma Metropolitana e há 9 meses contratado, recebendo um salário de 2.940 cruzeiros, foi sumariamente despedido na terça-feira, quando ao mostrar o convite a um de seus chefes, Freitas, recebeu palavras ásperas em troca: "Ele ficou revoltado e apesar de eu explicar que não era aviso para greve, nem que eu estava tumultuando, já que todos receberam o mesmo papel, disse que sabia o que eu queria". Barros tentou ainda explicar que apenas havia mostrado o papel porque, justamente, era uma "reunião honesta, de direito da categoria", mas ao chegar ao ponto de ônibus foi novamente chamado por Freitas e obrigado a assinar o aviso prévio: "já estava saindo, quando ele me chamou e disse, asperamente, que se era homem lá dentro podia mostrar que era homem lá fora também". Levado a uma sala da firma, Américo achou por bem assinar o aviso, "pois não quis reagir com medo de perder todos meus direitos". No documento assinado pelo vigilante, consta

apenas que "por motivos de ordem administrativa, seus serviços serão dispensados na data de 28.12.79" e que tal comunicado lhe era feito em cumprimento ao disposto no artigo 487 da Consolidação das Leis do Trabalho. Diz ainda, que durante esses 30 dias "cumprirá aviso prévio, com horário reduzido de 2 horas, sem prejuízo de seus vencimentos, como determina o artigo 488 daquele estatuto".

Américo Barros é casado, tem dois filhos, sendo que um deles já com 7 anos não pode entrar na escola "porque não tinha condições de comprar os livros e nem roupa para ele frequentar o grupo", disse o vigilante. Seu salário é dividido entre o aluguel, 700 cruzeiros, e a prestação de um terreno, 1.800 cruzeiros. Segundo ele, a firma não paga todas as horas extras pelas quais os empregados têm direito e "ainda exige que a gente trabalhe mais de 12 horas, sem qualquer segurança".

As firmas exigem demais e não dão nada em troca, nem o pagamento certo das horas extras: "Esses tempos, em outubro, minha mãe faleceu e na época eu estava no hospital. A firma recebeu um telefonema de São Paulo, mas só me avisou 20 dias depois. Disseram que não encontraram minha casa. Mas, como, se para trabalhar eles sempre souberam me achar?"

Para o advogado da classe, Salvador, Américo tem condições de ser readmitido. Basta que procure a proteção da Associação ou do sindicato ao qual é ligado: "o vigilante foi despedido injustamente. Mesmo se estivesse convocando o pessoal para a reunião, era de seu di-



reito. E um direito constitucional do trabalhador se organizar e se reunir. Disse ainda, que as firmas que estão procurando os trabalhadores e ameaçando-os, podem ser processadas, conforme dispõe o Código Penal. "Esse tipo de atitude dá até cadeia", informou. Para o advogado, pode ser que a categoria resolva entrar em greve. Mas não é a intenção inicial: "eles vão apenas discutir seus problemas e estudar a possibilidade de melhores salários".

## Primeiro passo é a convenção

Será realizada na próxima semana uma assembléia de vigias e vigilantes

onde serão definidas reivindicações da classe que poderão agora ser expostas e discutidas com os empregadores - cerca de dez empresas. Criada no último dia 27, apenas ontem - numa reunião no ginásio do Atlético - o delegado do Trabalho Adalberto Massa entregou à diretoria da Associação Profissional dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias e Informações de Curitiba sua carta sindical, documento que lhe dá poderes legais para defesa da classe. Como primeira medida de peso após a legalização, está sendo prevista a realização de uma convenção coletiva que estabelecerá uma data-base para definição dos aumentos salariais da categoria, hoje integrado ao dos comerciantes.

Cerca de 250 vigilantes e vigias compareceram à reunião de ontem, cujo objetivo maior era explicar a aplicação da lei da política salarial e seus reflexos nos reajustes salariais. Tendo por data-base 5 de junho, a categoria deve receber piso salarial, a partir de dezembro, de Cr\$ 3.036,00. Com o INPC de dezembro fixado em 28,20%, os vigilantes passarão a receber Cr\$ 3.900,00 (aos que recebem até 3 salários mínimos é somado 31,02%). Roberto Barranco, consultor jurídico da Federação dos Trabalhadores do Comércio, explicou a diferença entre aumento - que é dado na data-base da categoria - e reajuste, feito semestralmente. "Nós chamamos vocês aqui porque muitos não sabem que haverá um reajuste em dezembro. Não chamamos ninguém para discutir greve", explicou o advogado, desmentindo boatos de que vigilantes entrariam em greve ontem.

O advogado da Associação, Luís Salvador explicou a todos que a partir da

legalização da Associação a diretoria poderá localizar uma sede para seu funcionamento e atendimento dos associados e suas reivindicações. Disse ele que soube da movimentação ocorrida entre as empresas quando correu a notícia da entrega da carta sindical e que houve a tentativa de anulá-la com a promessa de um aumento espontâneo, "da mesma forma como prometeram quando o órgão foi criado, mas que até agora não foi cumprido". A associação está atendendo atualmente na Rua São Francisco, 150, 1º andar.

## REIVINDICAÇÕES JÁ

Aproveitando a oportunidade um vigilante apresentou aos presentes uma lista de reivindicações que deverão ser levadas à assembléia da próxima semana, junto a outras que poderão ser feitas, para discussão de toda a classe. São estas as sugestões: para os vigilantes de bancos piso salarial de Cr\$ 5.087,00, como já paga o Banco do Brasil; salário fixado pelo dissídio de Porto Alegre, em Cr\$ 4.100,00 mais 31,02% para quem não trabalha em bancos; ganho sobre risco de vida adicional de 10% por salário recebido em um ano completo de serviço; hora extra de 25% por duas horas suplementares e 50% para mais de 2 horas; condução gratuita ao posto de serviço; diária de 10% do salário para viagem de serviço; uniforme gratuito; seguro de vida pela responsabilidade estipulado em Cr\$ 200 mil em caso de morte ou invalidez; jornada de trabalho de 6 horas para vigilantes bancários e 8 horas para os que não trabalham em bancos e curso gratuito de vigilância e aperfeiçoamento da profissão. Tudo isto será levado e avaliado pelos associados na próxima semana e depois, levado aos empregadores.

## Enfermeiros por menos horas

"O sindicato não sabe de nada". "Não parou ninguém" e "o sindicato não tem nenhuma participação no caso". Frases secas, ditas por um dos funcionários do órgão classista representante dos cerca de seis mil enfermeiros e empregados em hospitais e casas de saúde de Curitiba (hoje com número de 2.100 associados). Uma bem instruída funcionária do sindicato respondia com monossilabos os vários telefonemas de ontem à tarde, que procuravam checar a veracidade de uma nova paralisação de trabalhadores em Curitiba. Desta vez, na área assistencial, envolvendo enfermeiros e demais empregados de hospitais, exceto médicos.

Mesmo com a taxativa de que "ninguém parou ontem. Isso é boato de uma moça que andou ligando para os hospi-

tais", o presidente Antonio Lemos, passou a tarde inteira em reunião com empregados do Hospital Santa Brígida, "acertando um problema de horário do pessoal", explicou sua "porta-voz".

O "problema de horário" do hospital é a exigência da chefia para que os aproximadamente 80 enfermeiros contratados passem a trabalhar 8 horas ao invés de 6, como vinham fazendo até agora, pelos mesmos salários pagos hoje. Uma antiga enfermeira da casa de saúde explicou que a decisão de todos é não aceitar tal medida, "ainda que a gente possa ganhar as contas. O que não podemos deixar é que nos prejudiquem. Todo mundo aqui está revoltado".

Segundo a enfermeira, o presidente do sindicato não conseguiu resolver o problema ontem. Aconselhou aos dis-

postos a aceitar trabalhar por mais duas horas diárias, gratuitamente, que se dirigissem à chefia de enfermagem comunicando a decisão. Quanto aos que se negam "não precisam aceitar, nem comunicar tal resolução". Antonio Lemos deixou a reunião pela metade e como não definiu o impasse, pediu que os funcionários do Hospital Santa Brígida se comuniquem com o sindicato assim que definirem a atitude a tomar.

Segundo a funcionária, que recebe Cr\$ 2.700,00 mensais, como enfermeira assistente, "não se falou em greve por aqui, ainda que o descontentamento seja grande. Quem está reclamando são os empregados mais velhos na casa. Os novos aceitam qualquer coisa e não se importam em trabalhar mais duas horas em aumento de salário porque não querem perder o emprego".

## Eleições para os motoristas

Até sexta-feira os motoristas paranaenses elegem uma nova diretoria do seu sindicato. Por ter trabalhadores espalhados em todo o Estado, as eleições estão durando cinco dias, começaram segunda-feira, e vão até sexta. Até agora o número de votantes é muito pequeno, isto porque, além da dificuldade de se chegar até o sindicato para votar, as greves de motoristas de táxis e de ônibus e cobradores, conturbaram o processo eleitoral.

Concorre à reeleição José Silvério dos Santos, há 13 anos na presidência, e que assumiu em 1966 para "colocar a casa em ordem". Na oposição está João Maria Becker, tido como um dos articuladores da greve recente, e que dificilmente é localizado porque batalha de

empresa em empresa, à procura de votos. Por isto, fala apenas João Silvério, um velho sindicalista, que afirma ter o poder econômico e político interesse em que os sindicatos não apareçam.

"A lei de greve, recentemente regulamentada, foi muito bem elaborada, portanto as entidades sindicais têm que se pautar pelas leis", afirmou Silvério, homem muito desconfiado da imprensa, pois acha que "mudam minhas palavras".

Para ele, "ainda não há liberdade para que o sindicato cumpra suas funções, pois falta conscientização dos diretores sindicais de quando se deve ou não entrar em greve".

João Silvério se negou a apoiar a greve da categoria nesta semana, por

achar inconveniente o momento da paralisação: "não tenho nada com isto, não dou apoio, não fui eu quem mandei fazer greve", declarou ele no dia da paralisação, quando estava na prefeitura para reunir-se com Jaime Lerner e os patrões.

Sua chapa, a 2, não distribuiu programa de atuação caso se eleja, pois Silvério acha que o desempenho do sindicato até agora é seu melhor cabo eleitoral. As eleições são feitas através de cinco urnas itinerantes que percorrem as empresas, e uma fixa na sede: na Rua Dr. Murici 849, 3º andar. No interior, há uma urna em cada delegacia, nas cidades de Umuarama, Cascavel, e Santo Antonio da Platina. Devem votar de 9 a 10 mil motoristas.



JORNAL: Folha de Londrina

P. G. G. G.

Data: 22.11.1964

89

## **Os pedreiros começam a voltar ao trabalho, mas prisões continuam**

CURITIBA (Da sucursal) — A greve dos trabalhadores nas indústrias de construção civil de Curitiba esvaziou sensivelmente ontem e tende a acabar a partir de hoje. Mesmo assim, o reduzido grupo de persistentes grevistas, que ainda tentam desafiar a decisão do Tribunal Regional do Trabalho, tem sido vítima de repressão policial. Ontem, mais nove operários foram detidos pela Polícia Militar, pela manhã e à tarde. Nas proximidades da Praça Afonso Botelho, ponto de encontro dos trabalhadores, a assembléia que deveria ter sido realizada às 8 horas não foi possível e às 19h30m eles voltaram a se encontrar, para decidir a continuidade ou não do movimento.

As construções do centro da Capital, que até segunda-feira se encontravam totalmente paralisadas, hoje já estavam em franca atividade, mas ainda com número reduzido de operários. Os piquetes foram suspensos pela ação policial e também as passeatas não foram mais realizadas. Ontem, o batalhão de choque da PM passou a tarde na Praça Afonso Botelho e por volta das 16 horas realizou um "arrestão", levando alguns elementos que — segundo o capitão Eugênio Semmer — "eram estranhos à categoria e tentavam apenas agitar a massa". As ordens da polícia são de impedir qualquer manifestação que não tenha o endosso do sindicato da categoria, pois "não queremos mais que usem essa gente para conseguirem resultados alheios a suas reivindicações" — confirma o capitão. "Eles estão há dez dias nesse movimento e tem muita gente se aproveitando para outros fins" — afirmou, numa clara alusão ao vereador Ivan Ribas, que anteontem provocou tumulto na assembléia, ao distribuir panfletos incitando os trabalhadores a continuarem com a greve, mesmo sendo ilegal e estando os grevistas correndo riscos de serem despedidos e não receberem o pagamento pelos dias parados.

PT 1072a-180

## Comitê denuncia a repressão contra trabalhadores na construção civil

O Comitê de Solidariedade aos Trabalhadores de Curitiba, integrado por mais de 300 advogados, estudantes, empresários, religiosos, profissionais liberais, jornalistas e outros profissionais, divulgou ontem nota à imprensa onde denuncia publicamente a "repressão patronal e policial de que estão sendo vítimas os trabalhadores na construção civil de Curitiba", recém saídos de um movimento reivindicatório por um aumento salarial em 80%, e que foi considerado "fracassado" pelos patrões. A nota do Comitê de Solidariedade diz que "os operários da construção civil entraram em greve movidos pela fome e pela miséria, aliás, fato reconhecido pelos próprios patrões. Entretanto, a classe patronal, usando os argumentos conhecidos da Política de Arrocho Salarial, cinicamente recusa aumentos salariais e mobiliza a repressão policial".

O Comitê denuncia também prisões e espancamento dos grevistas, dizendo que centenas de operários foram presos, durante e depois do movimento, humilhados, espancados e fichados, "numa operação de violência pouco usual em Curitiba, e que se deve, em parte, à necessidade de apresentar a cidade em ordem para a visita do General João Baptista Figueiredo". Acrescenta que os operários

continuam sendo detidos e, neste momento dezenas deles estão sendo também, "injustamente despedidos, pelos mesmos patrões que ontem exploravam seu trabalho e hoje negam o pagamento de seus salários".

"O absurdo da situação, continua a nota, é que a condição de miserabilidade — reconhecida pelos próprios patrões — é mantida pelo Estado "Mediador da luta de classes". Cada vez mais, neste país, se nota o afastamento entre o Estado e a Nação. Enquanto o Estado reprime movimentos legítimos dos trabalhadores, comprime salários, a comunidade é absolutamente solidária aos operários. A realidade social e econômica articula a sociedade civil em uma frente cada vez mais sólida contra a política entreguista do Estado autocrático".

Finaliza dizendo: "A medida em que membros do Comitê de solidariedade e mesmo populares são presos, a consciência crítica da população evolui e, vítima de sua própria violência e inconsciência, a ditadura se isola cada vez mais".

### DELEGADO DESMENTE PRISÕES

O delegado Luis Fernando Artigas da Delegacia de Ordem Social, desmentiu ontem as prisões e identificações criminosas de participantes da greve dos trabalhadores na construção civil, afirmando que as denúncias feitas pela imprensa "não passaram de equívocos gerados pela desinformação dos denunciadores".

Ele diz que o número de prisões efetuadas pela DOS nos 11 dias de greve, não passaram de 100, afirmando que todos já foram liberados pela Delegacia, e não foram formalizadas queixas quanto aos sequestros denunciados ontem pelos jornais da capital. Assegura entretanto que a DOS vai investigar qualquer denúncia feita diretamente à Delegacia.

Também as fichações criminosas e assinaturas de papéis em branco foram desmentidas pelo delegado, que diz ter sido apenas um "equivoco" dos peões que passaram pela Delegacia. "Eles tiveram apenas que afirmar o próprio depoimento, que como de praxe foi datilografado, com espaços em branco para serem preenchidos posteriormente pelos dados do depoente", declarou.

### Operários estão sendo despedidos

O advogado Wilson Teixeira, integrante do Comitê de Solidariedade aos Trabalhadores de Curitiba, denunciou ontem que muitas empresas da construção civil de Curitiba estão despedindo seus empregados que participaram no movimento grevista da classe há 2 semanas, alegando justa causa pelo movimento ter sido ilegal pela Justiça do Trabalho. Wilson Teixeira diz que muitas destas empresas inclusive "aproveitaram-se da situação fechando os portões aos trabalhadores no dia seguinte à sentença da Justiça do Trabalho para depois alegarem que estes não retornaram ao trabalho no prazo concedido, despedindo-os em seguida".

Só uma construtora, afirma Teixeira, já despediu 50 trabalhadores enquanto outra empresa despediu 14 no início da semana. Os peões estão comparecendo em massa à Justiça do Trabalho e ao Sindicato da classe reclamando seus direitos, prevendo-se uma grande luta jurídica, afirma o advogado.

Notícia ainda não confirmada, mas comentada por empregados, dá conta que as construtoras não estão aceitando os

operários que foram demitidos por causa da greve, e o Comitê de Solidariedade aos Trabalhadores de Curitiba prevê uma escalada de desemprego, criminalidade e outros problemas sociais na cidade. Condenando mais esta forma de "repressão e violência contra os trabalhadores" o CSTC está pedindo a contribuição da população em doações de alimentos aos grevistas despedidos.

A distribuição de alimentos está atendendo uma média de 1.500 a 2.000 trabalhadores por dia nas ruas, Associação dos Moradores da Vila Nossa Senhora da Luz, Paróquia do Xaxim e Paróquia da Barreirinha. Até agora centenas de entidades, sindicatos, empresas e particulares estão contribuindo com doações de alimentos, sendo que mais de 200 mil cruzeiros em gêneros alimentícios já foram arrecadados pela CSTC.

As contribuições estão sendo feitas em diversos locais, e no Colégio Estadual continuam as vendas de bônus-shows para a troca por alimentos aos trabalhadores na construção civil.

### DRT na expectativa das queixas

"A Comissão Justiça e Paz ou outro órgão qualquer, sabem que a Delegacia do Trabalho está sempre aberta e pronta para receber quaisquer queixas, só que até o presente momento ninguém apresentou queixa aqui na Delegacia", afirmou ontem o Delegado Regional do Trabalho, general Adalberto Massa, referindo-se às denúncias feitas ontem à imprensa através da Comissão de Justiça e Paz, regional da CNBB, de que os líderes da Comissão de Negociações que tentava entendimento entre empregados e patrões durante os 11 dias de greve na construção civil de Curitiba, estavam sendo demitidos sem justa causa pelas firmas construtoras.

Adalberto Massa disse também que precisaria antes receber oficialmente as queixas para então fazer a apuração dos fatos "ouvindo as duas partes". E acrescentou: "esté é um país livre onde um cidadão só se emprega numa empresa se quiser, como também só é empregado se a direção da empresa achar que interessa a ela seus serviços. E quem pode me garantir que os empregados demitidos não ofenderam (sic) as empresas?"

que, "embora justo o movimento deles foi inoportuno", e acrescentou que considerava "indignas e ridículas as queixas a terceiros, sem o encaminhamento normal ao órgão competente". Ele ressalta que qualquer queixa dos peões despedidos, feitas normalmente à DRT, vão receber atenção especial da Delegacia, mas, por outro lado, "se o queixoso for a Dom Fedalto, cabe a Dom Fedalto resolver o problema. Porém, a partir do momento que Dom Fedalto ou seu representante vier falar comigo, irei imediatamente apurar os fatos e procurar o encaminhamento à Justiça".

Sobre um novo acordo entre os patrões e empregados da construção civil, com aumentos imediatos dos salários dos peões, além daquele fixado pela Justiça do Trabalho no julgamento da greve dos empregados, o general Massa ressaltou que não pretende mais participar de qualquer acordo entre as partes, alegando que o problema agora está nas mãos da Justiça do Trabalho. Até às 14 e 30 horas de ontem a Delegacia do Trabalho não havia recebido o documento do bispo da Regional Sul II da CNBB, pedindo novo acordo

### Eletricista libertado

O eletricista da firma construtora Nova Era, Luiz Tibúrcio de Carvalho, sequestrado em sua residência na tarde de quarta-feira por dois estranhos que o procuraram em casa pedindo que efetuasse um serviço particular de eletricidade, foi posto em liberdade na noite de quinta-feira, depois de ter passado por interrogatório e ter ficado mais de 24 horas preso em uma cela. Luiz Tibúrcio de Carvalho, que participou da Comissão de Negociações dos peões durante o movimento grevista na construção civil em Curitiba há duas semanas, foi sequestrado por dois ocupantes de um Opala preto com vidros fumê e placas frias, que há cinco dias antes da última quarta-feira já vinham rondando a casa do trabalhador, conforme relato de vizinhos. O peão foi convencido pelos estranhos a acompanhá-los para fazer um serviço particular de eletricidade, mas ao dobrar a primeira esquina da rua onde mora foi ameaçado com um revólver e obrigado a entrar no Opala preto, onde, segundo relata, foi vendido e conduzido em direção ao centro da cidade.

Dentro do carro o peão pode perceber que se dirigiam pela rua Manoel Ribas, pois conhecendo o trajeto que sempre faz ao trabalho, visto que mora no bairro de Santa Felicidade, Luiz Tibúrcio reconheceu o caminho orientando-se pela volta que o motorista do veículo fez em direção ao centro da cidade. Por volta das cinco horas da tarde, depois de terem dado várias voltas na área central, os sequestradores conduziram Luiz Tibúrcio a um local fechado. Ali, segundo relata o sequestrado, foi desvendado e verificou que as instalações do local deveriam ser a de uma delegacia, quando lhe foi dito que deveria prestar depoimento a um escrivão que lhe esperava sentado à uma escrivaninha.

Em seguida, um indivíduo que se dizia "delegado", começou a interrogar o peão perguntando qual havia sido sua participação na greve dos trabalhadores na construção civil, quem eram os líderes do movimento, se ele sabia os nomes destes líderes e quem fora o responsável pela deflagração da greve. O "delegado", afirma Luis Tibúrcio, perguntou-lhe também qual havia sido a participação da Igreja no movimento grevista, e quais os nomes dos integrantes do Comitê de Solidariedade aos peões durante a greve. Luiz Tibúrcio afirmou ainda que foram tiradas suas impressões digitais ao término do interrogatório, e em seguida um fotógrafo, que ele reconheceu no momento como sendo um indivíduo que acompanhara a greve dos peões dizendo-se repórter fotográfico, bateu algumas fotos suas. Após as fotografias, Luis Tibúrcio foi obrigado a assinar seu "depoimento" em um papel metade branco, metade com alguma coisa escrita, mas que não lhe foi permitido ler.

Depois disto o peão foi conduzido novamente ao veículo dos sequestradores, e novamente vendido foi levado para outro local, desta vez bastante distante do centro, conforme pode perceber, e já no novo local a venda foi retirada quando Luis Tibúrcio se encontrava no interior de uma cela com grades. Trancado na cela o peão permaneceu ali durante toda a noite de quarta-feira e só foi posto em liberdade na noite seguinte, por volta das 19 horas, conforme conta. Luis Tibúrcio foi surpreendido pelo fato de, à sua soltura, os sequestradores não terem se preocupado em vendá-lo novamente e não deixar que percebesse onde se encontrava, como havia acontecido até o momento. Ele diz que à saída do local, muito perturbado pelos acontecimentos da noite e do dia anteriores, não pensou em examinar com mais cuidado o prédio, mas, afirma, como percebeu que estava num bairro distante e só poderia voltar para casa apanhando um ônibus, parou no primeiro ponto que encontrou, a 2 quadras da "delegacia", e ali, pela plaqueta, constatou que estava na Vila Nossa Senhora da Luz.

Junto com ele foi libertado na noite de quinta-feira, outros peões integrantes da greve.

PT 1072

• PEDREIROS •

# A hora é de dialogar

*Após a greve que abalou Curitiba,  
os empregadores estão oferecendo aumento  
de 48% para o pessoal da construção.*

Representantes de 11 sindicatos de trabalhadores da construção civil do Paraná se reunirão hoje para redigir um termo de aditamento à convenção coletiva de maio, na tentativa de estabelecer o índice de reajuste salarial deste mês em 48%, e não 28%, como foi fixado pelo governo federal o Índice Nacional de Preços ao Consumidor de dezembro, no qual se baseia o aumento semestral da categoria. A reunião será na Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção e Mobiliário do Estado do Paraná. No Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Madeira de Curitiba será realizado também um encontro de presidentes de 7 sindicatos que, com a classe patronal, pretendem definir níveis salariais e índices de produção para a convenção coletiva da categoria, fixada em 1º de janeiro próximo.

Para o presidente da Federação, Aparecido de Souza, a recente greve

dos trabalhadores na construção civil não causará problemas para que a classe consiga, junto aos empregadores, o reajuste em 48% — e não em 28% como queriam a princípio — porque “foram os próprios patrões que afirmaram que negociariam com a classe, se não houvesse interferências”. “É muito importante que principalmente os serventes consigam este reajuste, porque eles não estão conseguindo viver com o pouco que ganham”, assentiu Aparecido, prevendo uma resposta para as 14 horas. “Redigido o aditamento já daremos entrada na Delegacia Regional do Trabalho, porque a correção entra em vigor no dia 1º de dezembro, já passado”, explicou.

Presidentes dos sindicatos dos trabalhadores da indústria madeireira de Londrina, Araongas, Maringá, Paranavaí, Cianorte, Paranaíba e Francisco Beltrão tentarão hoje em Curitiba, a partir das 15 ho-

ras, chegar a um acordo sobre a convenção coletiva da classe, junto aos patrões. “Esta é uma reunião preliminar, se malograr teremos que ir a DRT e se novamente houver malogro, teremos que ir a dissídio”, explicou Aparecido. Hoje cada um chegará com o resultado da assembléia de cada sindicato e apresentará aos demais. Será definido um documento que estabelecerá os termos da convenção coletiva da classe.

De segunda a sexta-feiras próximas serão realizadas as eleições para a classe dos condutores de veículos rodoviários e das quais participam duas chapas. A última votação, que deveria ter sido realizada nos dias 28, 29 e 30 passados, foi suspensa por falta de quórum. O mínimo exigido é de aproximadamente 6 mil eleitores, mas apenas 2 mil compareceram ao sindicato na data prevista. Para as próximas eleições serão utilizadas urnas fixas nas maiores empresas, para que os motoristas que viajam possam votar.





SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DIRETORIA DA POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

**SERVIÇO DE INFORMAÇÃO**

CURITIBA — PR,

JORNAL *Gazeta de Povo*  
*Pasta Juros*  
Data *06 12 79* PR

95

# Trabalhadores rurais partem para a mesa-redonda antes de fazerem greve

O Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAEP), Agustinho Bukoski explicou ontem que as reivindicações dos trabalhadores na agricultura se encontram agora em fase de negociações coletivas, com convocação dos empregadores para mesa redonda. Caso não aconteça o acerto, será procurado o Ministério do Trabalho e, caso ainda nada seja resolvido, em final do mês de janeiro os trabalhadores buscarão outras alternativas, como o dissídio coletivo ou a greve.

Acredita-se que no Paraná 800 mil bóias-frias estejam trabalhando e mais 400 mil trabalhadores rurais permanentes, sendo que destes últimos apenas 5% estão efetivamente registrados. Os salários médios por pessoa, segundo a Fetaep, são de Cr\$ 1.300,00 mensais em quando o trabalho, e realizado em família, com média de três pessoas, a renda média familiar é de Cr\$ 3.700,00 mensais. Dentro deste padrão, os trabalhadores não te-

## Vigilantes e patrões vão se reunir dia 15 na DRT

Esta marcada para o próximo dia 15, na Delegacia Regional do Trabalho, a reunião entre a representação dos vigias e vigilantes bancários de Curitiba e a classe patronal do setor, com vistas a um acordo em torno de uma série de reivindicações que os trabalhadores estão fazendo às empresas empregadoras. Os vigias e vigilantes vão se reunir hoje à noite em Assembleia Geral, na sede da Sociedade 13 de Maio, para a votação das reivindicações, que será oficiadas aos patrões nos próximos dias. Por outro lado da classe patronal, congregada por cerca de 22 empresas e representada pela Associação Profissional das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Paraná, anunciou que vai analisar as reivindicações dos empregados em reunião ainda a ser realizada. O presidente da Associação, Luis Fernando Cardoso, disse ontem que a posição dos empregados só será definida após esta reunião e com a oficialização das reivindicações dos funcionários dentro de alguns dias, mas adiantou que a fixação do piso salarial em 5.087 cruzeiros a partir de

riam nada a perder, diz Agustinho Bukoski, alertando que nas últimas assembleias muitos dos trabalhadores já estariam votando pela greve. Isso somente não aconteceu em virtude da tentativa de se levar as reivindicações pelas vias legais. **PODEM PAGAR**

A Fetaep diz que assumiu a orientação das reivindicações para que não acontecesse o mesmo que ocorreu com a construção civil, cujo sindicato dos trabalhadores se manteve ausente, permitindo que lideranças estranhas assumissem a greve.

No entanto, atualmente cada sindicato de trabalhadores rurais procura desenvolver entendimentos com os empregadores, em suas respectivas jurisdições, sem interferência da Fetaep. Somente caso estas mesas redondas não venham trazer resultados positivos, a Federação novamente tomará a prioridade mostrando os caminhos legais de reivindicações. Para Agustinho Bukoski, os empregadores es-

primeiro de dezembro, mais 10% e o índice do Governo em 31,2%, "está fora de cogitação", acrescentando que é "impossível" às empresas concederem este aumento.

O salário atual dos vigias em Curitiba está em torno de 2.700 cruzeiros mensais, variando de empresa para empresa, segundo o vigilante bancário Miguel Maachado, presidente da Associação Profissional dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas de Curitiba, que congrega também a categoria dos vigias e vigilantes. Ele informa também que o salário dos vigilantes bancários, hoje 4 mil cruzeiros mensais em média, só foi aumentado por uma empresa de Curitiba recentemente, quando dos aumentos de São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte, que já tiveram suas convenções coletivas e pagam atualmente os 5.087 cruzeiros mensais a categoria. Contudo, lembra ele, esta empresa tem contrato exclusivo com apenas um banco, que prefere acompanhar

tão agora com a responsabilidade maior dos acontecimentos, já que os trabalhadores se conduziram sempre de forma legal. Por outro lado adianta de que os empregadores estão transferindo os ônus do confisco do café para o trabalhador rural. Segundo ele, os empresários rurais recebem incentivos, empréstimos com juros subsidiados, pagando apenas a metade do capital que empregam e se estão endividados é porque não se contentam e a cada ano procuram aumentar suas fazendas, comprando as terras dos pequenos agricultores. Somente entre 76 e 77, 104 mil pequenas propriedades rurais foram engolidas pelos empresários maiores, que se tornam latifundiários. Este desenvolvimento, as compras de máquinas e outros, não gera benefícios ao trabalhador rural, apenas fortalecendo as empresas e a reivindicação é de que se melhore os salários, transferindo um pouco dos lucros para os pequenos.

os salários mais altos de outras regiões, e, portanto, aceita pagar mais caro pelos funcionários contratados.

O presidente da Associação dos empregadores do setor, Fernando Cardoso, afirmou que as reivindicações dos vigias e vigilantes quanto a aumento de horas extras, e outros aspectos, poderão ser atendidas pelos patrões, mas, acrescentou, "as empresas não vão poder aumentar o salário para 5.087 cruzeiros, sob risco de ónus muito grande". Ele explicou que o aumento, se concedido, terá de ser repassado aos clientes, e estes provavelmente não vão aceitar um custo maior pela classe trabalhadora por sua decisão da Associação das classes trabalhadora. O presidente afirma que "os empregados não vão aceitar menos que 5 mil cruzeiros a partir de 1.º de dezembro". Acrescenta contudo que a classe vai tentar todos os recursos para ter suas reivindicações atendidas, mas a paralização do trabalho só será feita se não houver acordo depois de esgotados todos estes recursos.

1 ASSUNTO  
2  
3  
4  
5

PT 1072A-180

## Comerciários mobilizados para greve

Uma informação vinda de fonte credenciada afirma que há mobilização da classe comerciária de Curitiba, que pretende paralisar os serviços no próximo dia 10. Esses trabalhadores estão reivindicando o aumento das comissões de vendas, mas não estão obtendo resposta afirmativa por parte dos patrões. Segundo a informação, há uma lista de adesões correndo nas principais lojas de Curitiba para uma greve em plenos preparativos das festas de fim de ano. Dos 60 mil comerciários, 5 mil já teriam assinado.

O presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio, Vicente Silva, disse que não há nada de concreto sobre a possível mobilização paredista. "Tenho tomado conhecimento disso através de terceiros". Segundo o representante da classe, é concreto que há reivindicação para que sejam aumentadas as percentagens da comissão dos empregados nas vendas e que o sindicato já iniciou diálogo com os empresários.

Disse que o problema tem de ser tratado de modo genérico. "É impossível igualdade de comissões para quem trabalha numa loja de tecidos e uma de automóveis. Não dá para se estabelecer um critério único". Um balconista que trabalha nas Lojas Pernambucanas ganha de 3,5 a 4,5 mil cruzeiros de comissão, um percentual bem inferior ao de um vendedor de automóvel. Vicente Silva diz que há empregado ganhando 60 mil cruzeiros mensais de comissão, dependendo de sua capacidade de vender. O que o sindicato propõe, é tratar do problema individualmente entre lojas do mesmo ramo.

Funcionário do comércio, não comissionado ganha um salário fixo de 3 mil cruzeiros, no mínimo. Há casos de gerentes de loja que chegam a perceber 100 mil cruzeiros. Alguns empregados têm procurado o sindicato para delegar poderes de dialogar com a empresa, segundo Vicente Silva. Explicou ele que a data-base da categoria é maio. No início do ano, houve reajustamento dos salários em 50 por cento. A partir de 1º de novembro, de acordo com o INPC, os vencimentos dos assalariados de faixa inferior, foi de 26,6 por cento.

Quanto à comissão, é reajustada de acordo com o aumento da categoria. Reconhece Vicente Silva que os salários dos empregados comissionados foram congelados há 24 meses. "Algumas empresas garantiram que reajustariam os vencimentos de acordo com a desvalorização da moeda, mas não houve cumprimento disso". Os comissionados, segundo o sindicato representam apenas 20 por cento da categoria. O restante trabalha nas seções de cadastro, almoxarifado, entrega e outras. Vicente Silva afirma que a entidade representante da categoria não vai fugir da parada. A reivindicação de qualquer aumento será tratada pelo sindicato, basta que a categoria nos procure e coloque os fa-

PT 1072 a-130

158

# Greve é desafio ao governo?

**BRASILIA/SÃO PAULO/SANTOS (AEO ESTADO)** — O governo não vai contemplar com greves ilegais ou articuladas como uma espécie de desafio, como é o caso da que estaria sendo preparada no setor metalúrgico do ABC paulista ou da que se registra no setor portuário, acarretando prejuízos considerados relevantes para as exportações do País.

Essa é a informação que se colhe junto aos mais qualificados assessores do presidente da República, que reafirmam a posição firmemente tomada pelo governo de não negociar com participantes de greves ilegais e de não autorizar o pagamento de dias parados.

No caso dos portuários, portanto, não haverá transigência do governo em relação a esses dois pontos. Enquanto persistir a greve, enfatizou a fonte palaciana, os grevistas devem saber que suas reivindicações não serão examinadas e que, além de estarem sujeitos às penalidades impostas por greves ilegais, estarão também perdendo os dias parados. No caso do movimento articulado na área

do ABC, o Palácio do Planalto o encara como um desafio e é assim que vai enfrentá-lo. O governo não assistirá assim a um tipo de movimento como esse com a mesma tolerância que demonstrou no ano passado, quando viu suceder pelo País uma cadeia de greves. Acredita que desta vez as reivindicações dos trabalhadores estão basicamente atendidas pela nova política salarial, que determina reajustes semestrais.

## ESTRADAS BLOQUEADAS

"Todas as estradas paulistas estão bloqueadas, desde ontem, pois estão esgotadas todas as possibilidades do estacionamento nas imediações do porto de Santos". A informação é do secretário de Comunicação do governo, Blota Júnior, que, no entanto, não soube dizer se a ordem para a formação das barreiras partiu do próprio governador de São Paulo ou se foi uma iniciativa da Polícia Rodoviária. "Há mais de mil caminhões parados no porto, causando um congestionamento inútil nessa área. E, se eles não forem impedidos de continuar descendo a serra, até mesmo a vida

de Santos pode ser afetada", disse o secretário, acrescentando que os caminhões não são impedidos, mas apenas "desaconselhados a prosseguir viagem".

Bloqueios foram formados principalmente nas estradas que dão acesso direto ao porto, mas o objetivo da Polícia Rodoviária é reter os caminhões nas suas cidades de origem. Por isso, mais barreiras estão sendo formadas em todas as estradas de São Paulo, como a Anhanguera, Castelo Branco, Dutra e Régis Bittencourt. Segundo Blota Júnior, os caminhões que não transportam cargas destinadas à exportação não são retidos.

## RESISTÊNCIA MAIOR

"A capacidade de resistência dos portuários é, seguramente, maior que a do governador", garantiu ontem Rômulo de Souza, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, que reivindica para si a liderança geral da greve nos portos de Santos.

Rômulo de Souza, sindicalista há 10 anos, estava com ar de triunfo ontem, antes de

entrar no gabinete do ministro Murillo Macedo, onde permaneceu por mais de cinco horas. Há vários anos que ele ameaça tanto o ministro Murillo Macedo, quanto o ex-ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, "de parar os portos do Brasil". E em seguida faz sempre comparação "com os trabalhadores que fazem carrinho", garantindo que uma greve nos portos seguramente é muito mais grave que uma greve de metalúrgicos.

Segundo Rômulo, "a capacidade de resistência dos portuários é comprovada, a cada dia, nos trabalhos no cais e nos bordéis da orla marítima". O fato de ter recebido o apoio de 18 sindicatos de Santos, não é considerado para Rômulo tão importante quanto "o apoio seguro das prostitutas".

— Vocês estão organizando algum fundo de greve indagou um dos repórteres que fazem a cobertura do Ministério do Trabalho.

— Não é necessário. Temos o apoio das prostitutas e das nossas mulheres que estão coesas em torno de seus homens - respondeu sorridente o presidente da Confederação.

JORNAL: *Obst. de Pauandé*  
P. *Greves*  
Data: *19 03 180* Estado: *R*